



# **UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA: DEBATES E REFLEXÕES**

---

COMUNICAÇÃO DO ISER NÚMERO 67 - ANO 31 - 2012

ORGANIZADORES DEST- EDIÇÃO

**ANDRÉ RODRIGUES  
RAÍZA SIQUEIRA  
MAURICIO LISSOVSKY**

**UNIDADES  
DE POLÍCIA  
PACIFICADORA:  
DEBATES E REFLEXÕES**





UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA:  
DEBATES E REFLEXÕES



POR André Rodrigues  
e Raíza Siqueira

AS UNIDADES DE POLÍCIA  
PACIFICADORA E A SEGURANÇA  
PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO



POR André Rodrigues, Carlos Casanova,  
Raíza Siqueira, Tássia Mendonça  
E Suellen Guariento

PENSANDO AS ASSOCIAÇÕES  
DE MORADORES NO  
CONTEXTO DAS UPPS



POR Raíza Siqueira, Barbara Gomes,  
Michel Carvalho, Tássia Mendonça,  
André Rodrigues, Tamara Lajtman

O FUNK ESTÁ "PACIFICADO"?



POR Vinicius Esperança

"AVISO: NÃO DÊ DINHEIRO AO  
FALSO PROFETA, LIGUE PARA A UPP":  
PODER DIVINO E PODER ARMADO  
NO BATAN



POR Noelle Rezende  
e Moniza Ansari

O MOTOTÁXI NO CHAPÉU MANGUEIRA  
E NA BABILÔNIA: UM OLHAR SOBRE  
OS IMPACTOS DAS AÇÕES DE  
"PACIFICAÇÃO"



POR Ana Paula Sciammarella  
e Alice Taylor

(IN)SEGURANÇA DAS MULHERES EM  
COMUNIDADES CARIOCAS COM UPP



POR André Rodrigues

O EPISÓDIO OU NADA: NOTÍCIAS  
DO COMPLEXO DO ALEMÃO



POR Raíza Siqueira, Hélio R. S. Silva,  
Tássia Mendonça, Pedro Strozenberg,  
João Trajano Sento-Sé, Lellah Landim  
e Suellen Guariento

ENTREVISTAS



POR Sílvia Ramos

FAVELAS CARIOCAS, UPPS E O  
PROCESSO DE ANÁLISE PRÉVIO À  
IMPLANTAÇÃO DAS UPPS SOCIAIS



POR Marianna Olinger

AS RELAÇÕES DAS UPPS COM OS  
MORADORES E OUTRAS LIDERANÇAS  
SOCIAIS NAS FAVELAS CARIOCAS



POR Monique Batista Carvalho

A EXPERIÊNCIA DA PACIFICAÇÃO EM  
UM CONJUNTO E FAVELAS NA TIJUCA:  
RUPTURAS E CONTRADIÇÕES NA  
GESTÃO DA ORDEM PÚBLICA



POR Isis Ribeiro Martins

"TODA MUDANÇA É DIFÍCIL DE  
FAZER": PRIMEIROS RELATOS SOBRE O  
PROCESSO DE "PACIFICAÇÃO"1 DOS  
MORROS TABAJARAS / CABRITOS



COMUNICAÇÕES DO ISER  
PUBLICAÇÃO SAZONAL DO INSTITUTO DE  
ESTUDOS DA RELIGIÃO  
WWW.ISER.COM.BR  
RIO DE JANEIRO - DEZEMBRO - 2012

**PRESIDENTE**  
HÉLIO R. S. SILVA

**VICE-PRESIDENTE**  
NAIR COSTA MULS

**SECRETÁRIO EXECUTIVO**  
PEDRO STROZENBERG

**COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**  
NINA QUIROGA

**SECRETÁRIA**  
HELENA MENDONÇA

**COORDENAÇÃO DA PESQUISA FAPERJ**  
Maurício Lisovsky  
André Rodrigues  
Raíza Siqueira

**ORGANIZADORES DESTE NÚMERO**  
ANDRÉ RODRIGUES  
RAÍZA SIQUEIRA  
MAURICIO LISSOVSKY

**PESQUISADORES**  
Carla Gomes Moreira  
Cecília Soares  
Daniele Fonseca  
James Shyne  
Raphael Brigeiro  
Tássia Mendonça

**PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO**  
Gether Nogueira  
Igor Mourelle

**FOTOGRAFIA**  
Cleiton Maia  
Shutterstock.com

**REVISÃO**  
Ana Biffencout

**COLABORADORES**

**FONTES**  
TeX Gyre e Adobe Caslon Pro

**IMPRESSÃO**  
GRÁFICA STAMPA

**ISSN**  
0102-3055



# AGRADE CIMENTO

Este é um trabalho que resulta de muitos diálogos, conversas, tensões, parcerias e cooperações. Cabe a nós reconhecer e agradecer às contribuições que nos foram dadas por diversos interlocutores e parceiros.

O recurso financeiro disponibilizado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), por meio de seu edital Prioridade Rio, foi imprescindível para que abrissemos muitas frentes de investigação, algumas delas presentes neste estudo e outras que comporão a publicação do produto final da pesquisa. A partir da investigação central, objeto do presente trabalho, pudemos animar o grupo de pesquisadores do Instituto de Estudos da Religião (Iser) que se engajou voluntariamente na realização de pequenas análises sobre temas muito instigantes, como os mototáxis, os bailes funk, o associativismo e as lideranças comunitárias no contexto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o protagonismo e a mediação religiosas nesses contextos, as violências de gênero nas favelas com UPPs, etc. Somente a visão e o apoio de agências como a Faperj pode fomentar a realização de investigações sobre assuntos tão variados e importantes que permeiam o cotidiano de nossa cidade. Agradecemos muito à Faperj pela disponibilização dos recursos.

O diálogo com outros institutos de pesquisa e agências que se dedicam à reflexão sobre os temas relacionados à segurança pública no Rio de Janeiro também

foi fundamental para o presente trabalho. Agradecemos, dessa forma, ao Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (Cesec/UCam), nas pessoas de Silva Ramos e Bárbara Soares, e ao Instituto de Segurança Pública (ISP) da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, na pessoa de seu presidente, Ten. Cel. Paulo Augusto Souza Teixeira.

Tivemos, durante o trabalho de pesquisa, muitas conversas com a Subsecretaria de Ensino e Programas de Prevenção da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Agradecemos à subsecretária Juliana Barroso por sua escuta atenciosa.

No trabalho de campo, o pesquisador sempre tem de contar com a paciência das pessoas que vivenciam as questões que ele pretende estudar. A acolhida dos personagens de campo é fundamental para que este tipo de estudo ocorra. A confiança em nos fornecerem suas percepções e seus relatos é o valor central deste estudo. Agradecemos, dessa forma, a todos os nossos interlocutores e entrevistados no trabalho de campo: policiais, moradores comuns, donos de estabelecimentos comerciais, agentes do estado, líderes comunitários, sacerdotes e líderes religiosos, e todos os demais personagens que foram importunados por nossa equipe de pesquisa em suas atividades cotidianas. Muito obrigado.

Sem a confiança e cooperação dos comandos das UPPs e de seu Comando Central não seria possível

a abordagem de questões cruciais para este estudo. Agradecemos, assim, ao Cel. Robson Rodrigues, ao Cel. Rogério Seabra, ao Maj. Eliézer, ao Cap. Glauco Schorcht, ao Cap. Bruno Amaral, ao Cap. Renato Sena e ao Cap. Ricardo Ribeiro.

A equipe da UPP Social foi outra importante interlocutora deste trabalho. Com eles nos reunimos, discutimos nossas ideias, apresentamos nossas questões e escutamos suas percepções. Agradecemos, dessa forma, a essa equipe nas pessoas de Ricardo Henriques, seu diretor, José Marcelo Zacchi e Tiago Borba, gerentes desse projeto e sempre atenciosos no diálogo em torno do tema deste estudo.

Pedro Strozenberg, além de manter instigada e animada a equipe de pesquisadores do Iser, em tempos difíceis para o trabalho de instituições como a nossa, foi sempre muito generoso com este projeto. Sua criatividade e inquietação mobilizaram muitas frentes da presente pesquisa e trouxeram muitos parceiros de diálogo e reflexão. Este trabalho se esforça para fazer jus ao seu modo sempre sensível e plural de lidar com tempos espinhosos e instigantes. Muito obrigado, Pedrão!

João Trajano Sento-Sé foi um leitor paciente e interessado das versões preliminares deste trabalho. Devemos muito às suas sugestões e sua leitura. Agradecemos muito por sua atenção e parceria.

Hélio R. S. Silva e Leilah Landim, além de comporem a diretoria do Iser, sempre foram sensíveis e disponíveis para os diálogos que fizemos em torno dos resultados preliminares da pesquisa e os agradecemos muito por isso.

Helena Mendonça, sempre dedicada e generosa, é uma espécie de coração do Iser. Sua gentileza e eficiência fazem com que o Iser preserve muitos dos valores que cultiva há mais de 40 anos. Agradecemos a ela por sua companhia e carinho em todas as empreitadas que abraçamos nesta casa.

Nossas pesquisadoras de campo, Tássia Mendonça, Carla Gomes e Cecília Barbosa, dedicaram suas sensibilidades etnográficas para a realização de entradas muito produtivas ao trabalho de campo. Graças a elas, coletamos impressões e relatos que são o pilar desta pesquisa. A partir de suas posturas inteligentes e sensibilidades para o relato e identificação de dimensões de análise, pudemos dar carne para a presente pesquisa. Por isso, agradecemos a elas.

A despeito da valorosa contribuição dessas pessoas para as qualidades deste trabalho, as eventuais falhas ou problemas e estrutura e avaliação são de inteira responsabilidade nossa.

*Os editores*



## APRESENTAÇÃO

# UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA: DEBATES E REFLEXÕES

Desde o ano de 2010, quando foi selecionado no edital Prioridade Rio, lançado pela Faperj, para a realização de uma pesquisa sobre as Unidades de Polícia Pacificadora, o Iser abriu diversas frentes de investigação, reflexão e debate sobre essa experiência de policiamento. As UPPs ganharam projeção no campo da segurança pública, não só no Rio de Janeiro, mas em nível nacional e internacional. Acreditamos que o policiamento praticado por essas unidades produz alguns importantes redirecionamentos no cenário da segurança pública do Rio de Janeiro, marcado por profundas contradições e assistemáticos avanços nas últimas décadas. Cada movimento no campo da segurança pública, pela relevância e expectativa que suscita, deve ser analisado com atenção e debatido exaustivamente pelos atores e pelo conjunto da sociedade.

Foi em vista dessas questões que pensamos na organização do presente número de Comunicações do Iser. Nossa proposta, mais do que apresentar conclusões ou recomendações sobre as UPPs, pretende instigar a discussão qualificada e inovadora em torno de um processo ainda em curso. O leitor encontrará nas páginas que seguem um conjunto de textos mais heterogêneo que uma coletânea de artigos, pois, além destes, o volume inclui entrevistas com gestores da UPP e da UPP Social e etnografias breves. Acreditamos que tal variedade reflete melhor a dinâmica do objeto e das interlocuções da pesquisa ao longo do seu desenvolvimento.

Abre a revista o ensaio de André Rodrigues e Raíza Siqueira, que sintetiza os principais resultados da pesquisa Faperj, refletindo o debate no qual o Iser esteve envolvido nos últimos dois anos. Segue-se a este um conjunto de cinco artigos que aprofunda temas que consideramos essenciais para a reflexão pública sobre as UPPs. Em “Pensando as associações de moradores no contexto das UPPs”, os autores apresentam as implicações na implantação dessas unidades de polícia para o associativismo nas favelas onde são instaladas. Esse artigo resultou de um levantamento sobre os perfis das associações de moradores em favelas com UPPs e de um trabalho etnográfico de observação das reuniões e espaços participativos abertos pelas UPPs Sociais, denominados “Fóruns da UPP Social”. O artigo “O funk está ‘pacificado?’” discute a relação das UPPs com os bailes funk. Nesse texto, os autores apontam nuances da questão, desde o processo de estigmatização do funk até os gargalos presentes no modo das UPPs lidarem com o universo juvenil. Vinicius Esperança, em seu ensaio sobre o protagonismo religioso e as práticas de policiamento da UPP do Jardim Batan, desvenda um emaranhado simbólico e político de extrema importância para a compreensão do contexto daquela UPP – a única instalada em uma área anteriormente dominada por milícias.

Noelle Resende e Moniza Ansari ressaltam o tema da regulação dos mototáxis na UPP do Morro Chapéu Mangueira e Babilônia, um tema que retrata a tensão não apenas entre o formal e informal, mas sobretudo o lícito e o legítimo. Em “(In)seguranças das mulheres em comunidades cariocas com UPP”, Ana Paula Sciammarella e Alice Taylor introduzem a reflexão sobre a situação das mulheres em favelas com UPPs, do ponto de vista de suas percepções, contraditoriamente carregadas de esperanças e dúvidas.

Depois desse bloco, o leitor encontra duas entrevistas com gestores públicos de particular relevância no contexto das políticas relacionadas às localidades com UPPs. Na primeira, o Cel. Rogério Seabra, atual comandante da Coordenadoria de Polícia Pacificadora, conversa com Raíza Siqueira, Hélio R. S. Silva, Tássia Mendonça e Suelen Guariento. Na segunda, Ricardo Henriques, ex-presidente do Instituto Pereira Passos, formulador e implementador do programa UPP Social, conversa com João Trajano Sento-Sé e Leilah Landim sobre essa política. Essas duas entrevistas representam importante registro para a compreensão do contexto e desafios das UPPs.

A seguir, Silvia Ramos nos apresenta quatro etnografias realizadas pelo grupo de pesquisa que coordenou quando era subsecretária de ações no território da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos. Essas etnografias compunham os diagnósticos iniciais para a entrada das UPPs Sociais em favelas do Rio de Janeiro. De 2010 a 2011, foram realizadas 12 etnografias nas favelas ocupadas por UPPs como forma de compor um mosaico compreensivo inicial dessas áreas. Selecionamos quatro que correspondem às áreas que privilegiamos no trabalho de campo da pesquisa Faperj.

Fecha a revista um curto ensaio em que André Rodrigues procura encontrar uma perspectiva política para a reflexão sobre as UPPs que não reproduza as críticas afoitas e descuidadas nem tampouco o discurso oficial sobre essas unidades de policiamento que assume, muitas vezes, um tom exageradamente laudatório.

Agradecemos o apoio da Faperj, que apoiou a realização desta pesquisa e a difusão de seus resultados, e esperamos que esta publicação contribua para o debate público sobre as UPPs e a segurança pública no Rio de Janeiro.

*Pedro Strozzenberg*  
Secretário Executivo do Iser

*Mauricio Lissovsky*  
Coordenador da pesquisa Faperj



## AS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA E A SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO

**POR ANDRÉ RODRIGUES<sup>1</sup>  
E RAÍZA SIQUEIRA<sup>2</sup>**



## INTRODUÇÃO<sup>4</sup>

1 Pesquisador associado do Instituto de Estudos da Religião (Iser), doutorando em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj) e pesquisador do Laboratório de Estudos Hum(e)anos da Universidade Federal Fluminense (UFF).

2 Pesquisadora associada do Iser, doutoranda em Sociologia do Iesp/Uerj.

3 O presente estudo resulta do edital "Prioridades Rio", financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

4 A UPP Santa Marta foi inaugurada em 19 de dezembro de 2008. (Ver <http://upprj.com>).

5 A da Cidade de Deus foi inaugurada em 16 de fevereiro de 2009 e a do Batan, no dia 18 do mesmo mês.

6 "Rio de Janeiro police occupy slums as city fights back against drug gangs", *The Guardian*, Londres, 12/04/2010.

7 Sobre a questão da centralidade do "combate" na visão tradicional da gestão de segurança pública no Rio de Janeiro, pode ser consultado o ensaio de Cerqueira (2001).

8 "Feira de drogas resiste à UPP da Cidade de Deus", *O Globo*, Rio de Janeiro, 02/07/2010.

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) passaram a figurar no rol das discussões sobre segurança pública no Rio de Janeiro desde a inauguração de sua primeira unidade, no Morro Santa Marta, zona sul da cidade, no fim do ano de 2008.<sup>5</sup> Outras duas unidades desse tipo foram inauguradas, meses depois, no Batan e na Cidade de Deus,<sup>6</sup> ambas favelas situadas na zona oeste. A partir da instalação dessas três unidades, tanto o governo como a opinião pública passaram a considerar essa experiência como uma possibilidade de solução de problemas relacionados à violência armada nas favelas cariocas.

Procurando substituir o padrão de intervenções policiais pontuais em favelas, as UPPs logo foram alçadas à condição de "modelo" diferenciado de policiamento. As três primeiras UPPs colocavam em marcha um conjunto de práticas de policiamento que se distinguiam das situações tradicionais de ocupação em favelas. Dois aspectos diferenciavam as UPPs das modalidades de policiamento comumente praticadas em favelas do Rio de Janeiro: (i) a proposta da ocupação permanente, sem previsão de término; e (ii) o enfoque na retirada das armas no lugar da erradicação do tráfico de drogas.

O padrão das ocupações policiais em favelas no Rio de Janeiro prioriza o combate e a interceptação de situações de violência armada, como confrontos entre diferentes facções de traficantes pelo controle de uma área, com a retirada de forças do Estado tão logo os potenciais de confronto estejam sob controle. Isso faz que o controle territorial retorne para as mãos dos grupos de traficantes de drogas, assim que as forças policiais se retirem. As UPPs se orientam pela proposta da ocupação permanente com a expectativa de tomada do controle territorial das favelas por parte do Estado. Uma das premissas das UPPs consiste, portanto, na proposta

de entrar sem prazo para sair.

A retomada do controle territorial tem como aspecto central a retirada do poder armado do tráfico de drogas e não a erradicação dessa atividade ilegal no interior das favelas ocupadas. Essa mudança de prioridades foi apontada pelo secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, em declarações como a seguinte: "Não podemos garantir o fim do tráfico de drogas, nem temos essa pretensão. (...) O que queremos quebrar é o paradigma do território controlado por traficantes com armas de guerra" (José Mariano Beltrame, em declaração publicada no jornal britânico *The Guardian*).<sup>6</sup> O combate ao tráfico de drogas, ponto central da retórica predominante entre as autoridades, no que tange à questão da segurança pública no Rio de Janeiro,<sup>7</sup> é sustentado no discurso do secretário de Segurança como aspecto residual diante da prioridade de retirada do controle armado. Em meados de 2010, alguns veículos de comunicação noticiaram imagens de situações de vendas de drogas na Cidade de Deus, que já tinha uma UPP. Em uma matéria jornalística que tratava desse fato, Beltrame comentou o fato da seguinte maneira:

*"São mais de 100 mil moradores circulando por lá. A Cidade de Deus é maior do que muitos municípios do interior. É difícil controlar cada ponto, pois a comunidade é muito complicada, com muitas saídas e entradas. Além disso, são mais de 40 anos sob o domínio do tráfico. Não temos pretensão de acabar com o tráfico de uma hora para outra."*<sup>8</sup>

Esse tipo de declaração dada pelo secretário de Segurança Pública contribuiu para a consolidação da posição de que as UPPs se

destinam prioritariamente à retomada de territórios, e não à busca pelo fim do tráfico de drogas. A retirada do controle territorial produz, obviamente, impacto sobre a venda de drogas ilícitas, mas esse tema é reposicionado, tanto em termos retóricos como operacionais, para o segundo plano. O resultado mais rapidamente percebido dessa mudança de postura na condução do policiamento foi a quase inexistência de confrontos nas ocupações que precedem as UPPs.

O processo de ocupação ocorre, em um momento inicial chamado de "intervenção tática",<sup>9</sup> com a entrada de agentes do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Bope/PMERJ) e do Batalhão de Polícia de Choque – BPCChoque, também da PMERJ. Nas intervenções desses batalhões especiais em situações que visam à implantação de UPPs, a regra não tem sido o confronto, mas a prisão de criminosos e a apreensão de armamentos.

A segunda etapa do processo de implantação é oficialmente chamada de "estabilização", na qual prosseguem as intervenções táticas mescladas com ações de cerco à área abrangida pelas UPP<sup>10</sup>. Ocorrem, nessa fase, rondas e intervenções que visam à garantia do controle territorial, além das prisões de criminosos remanescentes que tenham mandatos expedidos.

Cumpridas essas duas etapas, é feita a implantação da UPP propriamente dita. Na implantação, são destacados policiais formados especificamente para a atuação nessas unidades, cuja atividade central é o policiamento de proximidade. Os soldados que atuam nas unidades devem ser, obrigatoriamente, recém-formados.<sup>11</sup> O emprego de policiais recentemente integrados à PMERJ, além de decorrer da necessidade de efetivo suficiente para as unidades,

está associada à expectativa de que os novos policiais não compartilhem dos mesmos "vícios" daqueles que já praticam as formas tradicionais de policiamento no Rio de Janeiro. A rotina da implantação consiste na manutenção das atividades de policiamento com rondas operadas por guarnições que circulam por setores delimitados. Prosseguem, ainda, nessa fase, a execução dos mandatos de prisão expedidos. Essa fase inicial de implantação é um momento de ganho de confiança entre a população local.

É criado, com a implantação, um comando local da unidade que possui independência com relação ao batalhão convencional. As unidades são subordinadas ao Comando de Polícia Pacificadora (CPP), que sucedeu o Comando de Policiamento Comunitário (CPCOM). O CPP, por sua vez, está submetido diretamente ao gabinete do comandante geral da Polícia Militar.<sup>12</sup>

Ao fim das três etapas operacionais, como prevê a regulamentação das UPPs, é iniciada a fase de avaliação e monitoramento.<sup>13</sup> Os mecanismos de acompanhamento e medição dessa etapa encontram-se, ainda, em fase de elaboração pela Secretaria de Segurança Pública.

As sedes das UPPs são instaladas em prédios existentes e com condições de atender às necessidades das atividades dessas unidades, ou em escritórios e salas de comando e operação, em formato de contêiner, instaladas em locais estratégicos das favelas ocupadas. As edificações existentes utilizadas para a instalação das sedes são, muitas vezes, prédios públicos que não estavam em funcionamento ou eram utilizados por outros órgãos governamentais. A UPP Providência, por exemplo, está instalada em um edifício da Prefeitura do Rio de Janeiro, onde funcionam serviços de assistência social operados pelo Centro de Referência da Assistência Social (Cras). Há casos, ainda, como no Batan,

9 Ver decreto nº 42.787, de 6 de janeiro de 2011, que regulamenta as UPPs. Note-se que o decreto foi criado mais de dois anos depois da implantação da primeira UPP, quando já havia 13 dessas unidades em funcionamento.

10 Ver o inciso II do artigo 2º do referido decreto nº 42.787.

11 Modalidade de policiamento que prega a interação constante entre os policiais e os moradores da área policiada (ver, por exemplo, Durão, 2009). Os policiais destacados para atuar nas UPPs recebem, ainda, gratificações que variam de acordo com o grau hierárquico.

Ver artigo 3º do decreto nº 42.787. O efetivo mínimo para uma UPP não pode ser inferior a 100 policiais, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 5º do mesmo decreto. Sobre a obrigatoriedade de o soldado ser recém-formado, ver parágrafo 2º do artigo 6º do decreto.

12 Parágrafo 1º do artigo 3º do decreto nº 42.787.

13 Inciso IV do artigo 2º do referido decreto.



14 Esse fato sucita problemas que serão analisados no presente trabalho, quando refletirmos sobre a questão dos lugares de poder no interior das favelas no contexto das UPPs.

15 A esse respeito, podem ser consultados, por exemplo, os trabalhos de Soares et al (1996), Cerqueira (2001) e Cano (1997).

16 O ano de consolidação e expansão das UPPs foi 2010. Do fim de 2008 até o fim de 2009, foram instaladas cinco UPPs. No ano de 2010, oito UPPs foram inauguradas, número maior que no ano seguinte, em que foram criadas outras cinco UPPs.

17 Decreto nº 42.787, parágrafo 2º do artigo 1º.

18 Trecho extraído do sítio eletrônico oficial das UPPs: [http://upprj.com/wp/?page\\_id=20](http://upprj.com/wp/?page_id=20).

19 Esse programa se encarrega da gestão e da articulação das políticas sociais no âmbito local das favelas ocupadas pelas UPPs. Sua principal finalidade é coordenar as ações e os programas no âmbito local para que eles dialoguem com as demandas e os anseios particulares de cada área. Realizando diversos processos de escuta das demandas locais e dialogando com parceiros e órgãos governamentais que se apresentam localmente, a UPP Social pretende dar um caráter mais democrático e eficiente para as Polícias sociais voltadas para as populações faveladas do Rio de Janeiro. Em 2011, esse programa foi descontinuado no Governo do Estado e foi encampado pelo Instituto Pereira Passos, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

em que a sede da UPP está instalada em edificações anteriormente ocupadas pelos grupos criminosos. A casa que abriga a UPP Batan foi ocupada tanto por traficantes como por milicianos no período anterior à UPP. Em casos desse tipo, a implantação da unidade possui um caráter não somente estratégico e operacional, como também uma carga simbólica que indica a substituição do controle local<sup>14</sup>.

A definição dessas etapas organiza a atuação de um conjunto de práticas de policiamento que rapidamente receberam a atenção de gestores e estudiosos do tema da Segurança Pública no Rio de Janeiro. Uma das razões desse destaque reside no fato de as UPPs interromperem um círculo vicioso de reprodução da violência em áreas de favelas e por emergirem como uma das poucas alternativas práticas aos padrões tradicionais de policiamento em favelas cariocas, que têm o confronto como aspecto central. Desde que os debates sobre segurança pública no Rio de Janeiro ganharam espaço nas agendas de discussão pública, especialistas e gestores procuram identificar que a ação estatal pautada pelo confronto é uma das fontes de reprodução da violência nas favelas e de consolidação de dinâmicas segregacionistas<sup>15</sup>. Interrompendo padrões de atuação pautados pelo confronto armado, as UPPs sucitam perspectivas de atuação policial em favelas que reanimam o debate sobre essa temática no Rio de Janeiro.

A retórica governamental acerca dessas unidades de policiamento também contribui para que elas entrem na pauta do dia. Assim que ganharam fôlego<sup>16</sup>, as UPPs foram tratadas pelo poder público estadual como sua principal agenda no campo da segurança pública. O vínculo direto que as UPPs possuem com o Comando Geral da PMERJ e com o gabinete do secretário de Segurança Pública indica esse lugar estratégico. O discurso oficial reforça essa posição. O decreto que regulamenta as UPPs define como seus objetivos específicos os seguintes pontos:

A. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada;

B. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social como econômico<sup>17</sup>.

O item “B” desses objetivos estabelece horizontes ambiciosos, agregando à tranquilidade o desenvolvimento econômico e social. Em uma

definição mais política e menos jurídica, o governo amplia os significados desses objetivos, estabelecendo as seguintes características como fundamentais às UPPs:

### CONCEITO UPP: A POLÍCIA DA PAZ

*A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades (...)*

*As UPPs representam uma importante ‘arma’ do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população. Hoje, cerca de 280 mil pessoas são beneficiadas pelas unidades.*

*Criadas pela atual gestão da Secretaria de Estado de Segurança, as UPPs trabalham com os princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. O governo do Rio de Janeiro está investindo R\$ 15 milhões na qualificação da Academia de Polícia para que, até 2016, sejam formados cerca de 60 mil policiais no Estado<sup>18</sup>.*

Nessa definição conceitual, persiste a associação entre as UPPs e o desenvolvimento local. Essa perspectiva trata a UPP como uma espécie de condição básica para o desenvolvimento das demais frentes de intervenção governamental para a gestão local dessas áreas da cidade. Uma propaganda institucional, veiculada pela televisão, da época da expansão das UPPs, mostrava um carro de polícia subindo uma favela carioca. Ao estacionar, a porta da mala da viatura era aberta e de lá saíam pessoas vestidas como médicos, engenheiros, professores etc. A mensagem desse comercial era que a segurança é a porta de entrada para a cidadania.

Até que fosse inaugurado um programa de governo encarregado das políticas sociais voltadas para as favelas que receberam essas novas unidades de policiamento, essa foi a mensagem que predominou no discurso oficial acerca das UPPs. Com o lançamento da UPP Social<sup>19</sup> em meados de 2010, a vinculação entre as UPPs e as políticas sociais deixou de ser tratada de

modo imediato e passou a se articular com as intervenções desse programa de gestão das políticas sociais e de desenvolvimento.

Ainda que procure se vincular à lógica da paz, a definição das UPPs, apresentada no trecho citado anteriormente, retoma algumas metáforas da guerra. A UPP como “arma” do Governo do Estado, mesmo que o termo tenha sido posto entre aspas, evidencia isso. Ao falar da recuperação de territórios como premissa para a paz, também emerge a utilização de uma linguagem bélica.

No que diz respeito à caracterização da atividade policial desempenhada pelas UPPs, a definição anteriormente citada entra em conflito com aquilo que está previsto no decreto. Ela aponta o policiamento comunitário como o conceito central e estratégico, enquanto o decreto fala de policiamento de proximidade.

As definições, tanto no decreto como nesse texto do sítio eletrônico oficial, compartilham do fato de serem genéricas e pouco precisas. São utilizados termos como “paz” e a própria ideia de “pacificação” como meta fundamental. Esses termos são muito imprecisos para a definição de um conjunto de ações que pretendem compor um novo “modelo” não só de policiamento, mas de segurança pública. Sabemos que a paz se opõe à guerra, ou seja, as UPPs procuram ser alternativas ao modo tradicional de atuação policial em favelas pautado pelo confronto armado. Isso diz mais a respeito do que elas não são do que sobre o que elas são ou pretendem ser. As palavras “paz” e “pacificação” possuem campos semânticos muito extensos e sucitam confusões compreensivas acerca do que seriam as UPPs. Isso fica mais nítido quando vemos as peças publicitárias do governo estadual, nas quais os termos “paz” e “pacificação” são associados a palavras como “liberdade” e “felicidade”,<sup>20</sup> e com inauguração de um novo tempo para as favelas. Mesmo que as UPPs projetem anseios ambiciosos e dialoguem com demandas e expectativas reprimidas no campo dos assuntos relativos à segurança pública no Rio de Janeiro, esse não deveria ser o terreno prioritário de sua definição. Entender que as UPPs abrem horizontes ou considerar que elas promovem a paz é insuficiente para compreendermos o que essas unidades de policiamento representam, efetivamente, para o debate e a formulação de políticas no campo da segurança pública no Rio de Janeiro.

A própria oscilação entre definições como policiamento comunitário e de proximidade evidencia certa indefinição acerca das UPPs no que diz respeito à sua formulação como programa ou política. A inexistência de um progra-

ma com definições e metas claras (o que não é resolvido pelo decreto que as regulamenta) é outro fator que contribui para que tomemos como ponto de partida para a presente pesquisa o fato de que as UPPs não são um programa ou modelo de policiamento, tampouco de segurança pública. Elas representam, a nosso ver, mais um conjunto de experiências de policiamento, de grande interesse para os estudiosos do campo da segurança pública, e outros olhares voltados para a consolidação da democracia e a reflexão sobre a cidade que um modelo a ser avaliado ou monitorado<sup>21</sup>. Esse é o ponto central da presente abordagem: uma investigação sobre as UPPs como experimento.

A partir dessa perspectiva, definimos que melhor que analisar as falas oficiais ou os documentos normativos é buscar observar o que as UPPs representam na prática, na vida cotidiana das áreas que ocupam e nas percepções dos diversos atores afetos e/ou implicados. É possível, assim, afastarmo-nos tanto das falas oficiais como das críticas mais imediatas.

O discurso oficial, a nosso ver, falha ao definir as UPPs como “modelo”, como algo consolidado e como algo próximo da “grande guinada” e da “salvação” das populações faveladas. Já as críticas imediatas operam pelo diapasão da farsa. As UPPs seriam uma “grande farsa”, vinculada ao horizonte da “Cidade Olímpica” e da realização da Copa do Mundo e outros megaventos na cidade. Acreditamos que a vinculação a qualquer uma dessas duas perspectivas pode representar a renúncia à oportunidade de refletirmos mais detidamente sobre um conjunto de experiências de policiamento que podem servir de fontes interessantes para a busca por alternativas aos moldes tradicionais de ação policial em favelas cariocas.

Consideramos, portanto, que as UPPs não correspondem àquilo que o discurso oficial diz a respeito delas (assim como ocorre com a maioria dos casos em que a propaganda oficial fala de suas iniciativas e gestões). Partirmos, entretanto, da consideração sobre a farsa que nos impediria de identificar, de modo mais cuidadoso, as fragilidades e as potencialidades presentes no contexto das UPPs como proposta de policiamento. Isso representaria, até mesmo, a renúncia a um olhar efetivamente crítico.

Do ponto de vista normativo, se temos como horizonte a consolidação de práticas de policiamento que sejam não somente adequadas, mas fundamentadas pelos valores democráticos, podemos considerar que a ocupação policial permanente seja um problema *a priori*. As par-

20 É possível ver esse comercial no link <http://www.youtube.com/watch?v=kPIA8WKSv1c>. O link <http://www.youtube.com/watch?v=384Wsx5xyQ&feature=related> traz uma série de associações entre a palavra “paz” e termos como “sonho” e “sentimento”, em uma peça publicitária do Governo do Estado.

21 Por essa razão, insistimos, ao longo deste estudo, no uso da expressão UPPs no plural.

22 Por exemplo, as fragilidades institucionais da PMERJ, as outras políticas que vêm de arraste no bojo das UPPs, a intensificação do controle social pela presença estatal armada etc.

23 A referência teórica para essa postura analítica é Hannah Arendt (2008) e sua definição da noção de "compreensão" como modo de reflexão política.

24 A UPP Batan foi a terceira a ser instalada, em 18 de fevereiro de 2009. A UPP Borel, além do Morro do Borel, abrange as comunidades de Indiana, Morro do Cruz, Bananal, Casa Branca, Chácara do Céu e Catrambi. A UPP Borel foi a oitava Unidade de Polícia Pacificadora a ser inaugurada, em 7 de junho de 2010. A UPP Providência, sétima do estado do Rio, inclui ainda os moradores da Pedra Lisa e Moreira Pinto, e foi inaugurada em 24 de abril de 2010. A UPP Tabajaras/Cabritos foi a sexta da cidade. Foi inaugurada no dia 14 de janeiro de 2010.

ticularidades do contexto carioca, com grupos armados de criminosos exercendo intenso controle sobre a vida das pessoas, requer, entretanto, que ponhamos esse problema em perspectiva. Essa questão, como diversas outras suscitadas pelas UPPs, não encontra respostas a priori. Consideramos que a melhor maneira para lidar com os dilemas, tensões e expectativas postos pelas UPPs é buscar entender como esses temas são atualizados cotidianamente.

Dessa investigação com foco nas questões do cotidiano, pretendemos perseguir as seguintes questões como escopo para a presente pesquisa: (i) como moradores das favelas abrangidas e policiais percebem as atividades das UPPs?; (ii) quais as principais mudanças cotidianas postas pelas UPPs<sup>22</sup> no contexto das favelas nas quais se instalam?; (iii) quais as questões que permeiam a relação e a interação cotidiana entre policiais e moradores das favelas com UPPs?; (iv) como se reconfiguram as relações de poder com a saída das armas do tráfico de drogas?

Mesmo que dediquemos, portanto, um capítulo específico deste estudo às questões da atividade policial, elas serão tratadas a partir de aspectos do dia a dia e das práticas.

## CAPÍTULO 1 QUESTÕES METODOLÓGICAS E DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Logo que iniciamos a pesquisa, percebemos que as UPPs não constituíam, ao contrário daquilo que os discursos oficiais e jornalísticos preconizavam, um modelo de policiamento ou uma política de segurança pública com premissas claras e definidas. O que encontramos em campo era atravessado por um conjunto de práticas e percepções de caráter muito experimental e vinculado às práticas cotidianas.

A partir desses fatores, estabelecemos nossa abordagem. Optamos por enfatizar a dimensão cotidiana das UPPs e realizar um estudo de caráter exploratório. As questões que orientaram a realização da presente pesquisa foram, portanto: quais as implicações das UPPs na vida cotidiana das pessoas e quais as percepções de moradores e policiais sobre o trabalho realizado pelas UPPs? A partir dessa perspectiva exploratória, procuramos identificar avanços e dilemas que atravessassem as práticas das UPPs. Procuramos, portanto, estabelecer uma perspectiva compreensiva da questão na qual a reflexão sobre a política permanece em constante articulação com as práticas e as experiências da vida coletiva.<sup>23</sup>

Para lidar com essa perspectiva analítica, optamos por adotar os métodos consagrados nas Ciências Sociais para as pesquisas de caráter qualitativo, ou seja, a observação participante e as entrevistas em profundidade.

Elegemos como áreas para a realização do trabalho de campo as favelas abrangidas pelas UPPs Tabajaras/Cabritos, Providência, Batan e Borel.<sup>24</sup> Cobrimos, assim, uma unidade em cada grande região da cidade do Rio de Janeiro. Apesar de esperarmos identificar, com essa opção, uma diversidade de contextos nos quais as UPPs foram instaladas, não pretendemos realizar um trabalho de caráter comparativo que considere as distinções entre essas diferentes realidades.

O trabalho de campo foi realizado a partir de inúmeras visitas a campo para observação participante no período de agosto de 2010 a março de 2012. Além dessas visitas, realizamos entrevistas em profundidade de acordo com o seguinte quadro.

Favelas	Entrevistas	Período do campo
Batan	25	09/2010 a 03/2011
Borel	23	09/2010 a 03/2011
Providência	42	08 a 12/2010 + 07 a 09/2011
Tabajaras/ Cabritos	34	08 a 12/2010 + 07 a 09/2011

Parte das entrevistas foi gravada e as demais foram registradas em relatórios de campo. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado pautado nas dimensões de análise da pesquisa.

Ao longo do trabalho de campo, realizamos reuniões semanais nas quais a equipe de pesquisadores discutia e relatava as experiências de campo. Realizamos, ainda, uma reunião com gestores da área de Segurança Pública no Rio de Janeiro e pesquisadores desse campo para debater as premissas desse trabalho. Em dois seminários realizados em 2011, discutimos com pesquisadores da área os resultados preliminares da pesquisa.

## CAPÍTULO 2 A DIMENSÃO DA VIDA COTIDIANA

O caráter experimental das UPPs, que procuramos identificar em algumas considerações na introdução deste estudo, propicia poucas entradas para considerações sobre questões de escopo normativo e institucional. Uma vez que

as práticas é que informam o que são as UPPs, não resta ao pesquisador mais que observar e interpretar o modo pelo qual essas unidades de policiamento atuam cotidianamente.<sup>26</sup> Este capítulo se dedica a breves reflexões a respeito de questões cotidianas que são suscitadas a partir da implantação de uma UPP.

Uma UPP produz algumas mudanças na vida cotidiana das pessoas que vivem nas favelas que recebem essas unidades de policiamento, que são percebidas de modo quase imediato. O cessar-fogo e a presença policial permanente são dois fatores cujas implicações são sentidas mais rapidamente. Nas muitas conversas e entrevistas que realizamos no trabalho de campo da presente pesquisa, quando o assunto eram as mudanças mais percebidas pelos moradores com a implantação das UPPs, o que estamos chamando aqui de cessar-fogo era a resposta mais recorrente (quase universal) de nossos interlocutores. Diversos aspectos mais sutis das práticas sociais ordinárias sofrem reconfigurações variadas que estão, de alguma forma, vinculadas à presença em tempo integral da polícia na favela e à inexistência ou drástica redução de confrontos armados. Restringiremo-nos, nesta seção, a analisar os aspectos decorrentes do cessar-fogo porque daremos foco à questão da presença policial na seção dedicada à consideração acerca das relações entre os moradores e os policiais das áreas com UPPs.

### O "CESSAR-FOGO"

Antes de falarmos dessas mudanças mais sutis, é importante que deixemos claro o que estamos chamando de "cessar-fogo" e que justifiquemos a utilização desse termo que invoca metáforas bélicas. Tais metáforas extraídas da linguagem de guerra, como sabemos, prestam sempre um desserviço à compreensão dos problemas relacionados à segurança pública em sociedades democráticas. Esse fato é muito pertinente ao caso do Rio de Janeiro. Basta que nos recordemos de como a linguagem de guerra marcou as práticas no campo policial no período ditatorial e como seus resquícios mobilizaram retoricamente a opinião pública em conjunturas trágicas da história recente de nosso estado, tais como a Operação Rio<sup>27</sup>.

A expressão "cessar-fogo" que utilizaremos aqui não pretende se vincular ao tradicional discurso que explica o conflito urbano relacionado ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro como guerra. O uso que faremos dessa expressão é irônico: o cessar-fogo aqui representa a percep-

ção de mudanças cotidianas que produzem, na verdade, alguma contribuição para a mitigação do arsenal retórico que alimenta os discursos bélicos. Se, por um lado, o estancamento de um círculo vicioso de incursões policiais e tiroteios produz um impacto marcante na vida das pessoas que vivem nas favelas; por outro, ele representa um movimento sutil de mudança de orientação política das práticas policiais. É com esse sutil redirecionamento que o cessar-fogo também produz implicações para a reprodução de visões tradicionais e despóticas a respeito das políticas de segurança pública. Seria muito dizer que se reacendem esperanças no caminho da democratização da segurança pública, mas se insinuam alternativas para becos sem saída. Como a política também é uma espécie de arte de sair de becos sem saída, parece relevante considerarmos o tema do cessar-fogo como uma questão tanto cotidiana como política. Os estudos sobre segurança pública no Brasil e as experiências daqueles que militam pela construção de um campo democrático para as reflexões e práticas acerca desse tema ensinam, além disso, que nem mesmo o menor dos avanços deve passar despercebido. Para que esse argumento fique mais claro, e antes de falarmos da experiência cotidiana do cessar-fogo, é útil que procuremos compreender como suas implicações políticas operam.

Para que a Polícia deixe de atuar por meio de incursões pontuais, requisito elementar das UPPs, é necessária uma redistribuição de prioridades, das drogas para as armas. Logo no início da implantação das UPPs, foram noticiadas denúncias de que o tráfico de drogas persistia na Cidade de Deus, área com UPP.<sup>28</sup> Isso fez que o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, declarasse que a tarefa das UPPs não era eliminar o tráfico de drogas, mas interromper o controle territorial armado que as facções de narcotraficantes exercem em favelas do Rio de Janeiro. Uma vez que o cerne do discurso bélico sobre a violência no Rio de Janeiro<sup>29</sup> é constituído por ideologias naturalistas das dinâmicas sociais e pela crença nas soluções que pregam o extermínio do tráfico de drogas e seus operadores, é possível considerar esse redirecionamento das prioridades como algo bastante relevante no cenário das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro.

O cessar-fogo não ocorre, portanto, de parte a parte. Ele resulta de uma mudança unilateral das instituições policiais do Rio de Janeiro no modo de atuação em determinadas áreas controladas pelas facções de traficantes de dro-

26 Há documentos institucionais formulados pela PMERJ que não chegaram a compor um projeto, mas fornecem linhas gerais. O lugar das práticas e da atuação de cada comandante ocupa, entretanto, lugar central na consolidação das UPPs.

27 Textos como o de Carlos Magno Nazareth Cerqueira (2001) e de Luiz Eduardo Soares e João Trajano Sento-Sé (1996) mostram, respectivamente, como a lógica da guerra foi fundamental para a sustentação dos abusos cometidos na Operação Rio e como a opinião pública esteve, naquele contexto, pautada por uma visão dos problemas de segurança pública que não correspondia aos índices de violência. Em ambos os casos, a visão da violência urbana relacionada ao tráfico de drogas como cena de guerra anima e sustenta retóricas conservadoras e despóticas (Soares e Piquet Carneiro, 1996).

28 Ver a edição do jornal O Globo de 2/7/2010, que contém a matéria intitulada "Feira de drogas resiste à UPP da Cidade de Deus".

29 O contexto dessa declaração e o modo pelo qual ele produz reorientações políticas significativas foram analisados argumentamente por Benjamin Lessing em seu artigo intitulado "Ciudad de Dios: ¿Un ejemplo para México?", publicado em 3/11/2010, no sítio eletrônico <http://www.nexos.com.mx/>.



31 As UPPs não representam, obviamente, nem a única nem a primeira experiência de ocupação diferenciada por parte das instituições de polícia fluminenses. Em outra seção, discutiremos o GPAE e como um precedente importante.

30 Casos como o da Rocinha, no qual a transição entre a ocupação do Bope e a instalação da UPP é mais demorada, há mais ocorrências violentas.

32 Na seção em que trataremos da relação dos moradores com os policiais, esse aspecto será analisado de modo mais detido. Nessa seção, mostraremos que a presença per se dos policiais produz incômodos e constrangimentos, tendo em vista a memória das ações violentas por parte de policiais no interior das favelas cariocas.

33 É importante lembrarmos que a racionalidade e a previsibilidade são duas premissas fundamentais das instituições políticas modernas. Montesquieu (1973: 33-34) aponta esses dois fatores como valores essenciais de sua argumentação já no primeiro capítulo *Do espírito das leis*, ao investigar as relações das leis com os diversos seres e identificar o seu lugar na reflexão sobre a política.

34 Nunca é demais frisar que tais generalizações não pretendem corresponder à realidade concreta, mas buscam a construção de uma narrativa compreensiva acerca do problema que estamos investigando.

35 Houve, no período do nosso campo, algumas mudanças de comando, mas a permanência dos comandantes é, em geral, estável.

36 Que pretendemos analisar na seção em que trataremos dos dilemas e horizontes das UPPs.

gas. As práticas policiais regidas pela lógica da guerra ao tráfico, do confronto, obedecem ao seguinte roteiro: a polícia faz uma incursão na favela, contando com o fator surpresa, pautada ou não por denúncias ou investigações preliminares, encontra a resistência dos traficantes, troca tiros, efetua os flagrantes e se retira; nesse ínterim, é recorrente que ignore a segurança das pessoas que moram no local e que nada têm a ver com as atividades criminosas do tráfico. Figuram também no horizonte simbólico desse tipo de atuação a prisão como elemento residual e a morte dos criminosos como aspecto natural com fortes justificativas morais.<sup>30</sup> A ação policial que precede a implantação de uma UPP se baseia, por sua vez, em evitar o confronto, agregando-se, até mesmo, às estratégias de ação a oportunidade da fuga e a permanência relativamente pacífica daquelas pessoas que tenham algum tipo de ligação com o tráfico, mas que não tenham nenhuma anotação criminal ou judicial por essa atividade. A polícia, além de evitar o confronto no contexto de implantação da UPP, entra com a proposta de não sair. Um dos resultados desse modo de ação é que, nas situações de implantação de UPPs no Rio de Janeiro, o confronto é quase inexistente. Depois da ocupação e da instalação das UPPs, os eventos relacionados à violência armada deixam de ser a regra e passam a ser a exceção.<sup>31</sup>

Isso produz um impacto quase imediato na vida das pessoas que vivem nas favelas: a redução dos horizontes de morte violenta. Nos discursos de nossos entrevistados, o medo da morte violenta figura como algo que passa a ser mais remoto depois que uma UPP é instalada, não somente pela saída de cena do controle armado do tráfico de drogas, mas, principalmente, pela mudança de postura das instituições policiais no interior da favela. A dinâmica das incursões que predomina nos contextos nos quais inexistente uma UPP produz uma percepção da presença policial como algo violento e irracional. A partir da instalação da UPP, a presença policial não deixa, necessariamente, de ser percebida como uma violência (e isso, nos parece, independentemente do modo pelo qual os policiais se comportam),<sup>32</sup> mas ela passa a ter um ganho de racionalidade e previsibilidade.<sup>33</sup> Na lógica tradicional do policiamento em favelas no Rio de Janeiro, jamais houve a preocupação de que a ação policial prestasse conta aos moradores de suas razões. O *modus operandi* da ação policial também produzia uma contradição que resulta em biografias particulares marcadas pelo trauma e uma história local na qual a desconfiança

e a perplexidade são os aspectos predominantes: se a tarefa final da polícia deveria ser resguardar a vida e a segurança das pessoas nos espaços onde ela atua, a presença policial nas favelas é percebida, em geral, como mais uma ameaça à segurança. Em comparação com o modo pelo qual o tráfico é percebido, o fator da previsibilidade é uma chave recorrente. Por mais despotica, arbitrária e irracional que a relação dos traficantes com os moradores das favelas possa ser, ela é, paradoxalmente, mais previsível que a atuação policial: as regras são conhecidas e expostas de modo mais claro; quando descumpridas, são reafirmadas por meio da expiação. Os moradores sabem, em geral, como devem se comportar para não serem importunados pelos traficantes. Se “a violência começa onde termina a fala”, como afirma Hannah Arendt (2008: 331), a ação policial é percebida como violenta, principalmente, por sua pouca adesão aos dispositivos de fala nos modos tradicionais de atuação nas favelas do Rio de Janeiro. A ação policial, de modo paradoxal, é opaca e imprevisível para os moradores das favelas.<sup>34</sup> Ainda que não se torne totalmente transparente para a população moradora das favelas, a presença policial com a instalação das UPPs é mais previsível. Sabe-se, pelo menos, que aqueles rostos estarão ali por um bom tempo e a presença do comando na unidade sintetiza essa segurança ontológica necessária ao ganho de previsibilidade ao qual estamos nos referindo.<sup>35</sup>

É importante que nos antecipemos a possíveis mal-entendidos e deixemos claro que o medo não é o sentimento predominante na vida das favelas. Nossa argumentação o considera, tão somente, como elemento compreensivo das percepções dos moradores das favelas a respeito da questão da segurança pública e da atuação policial.

Permanecendo receios e desconfianças (em outra parte, analisaremos de modo mais detido a maneira pela qual esses fatores se manifestam), o ganho de previsibilidade reduz, também, o medo. A vida cotidiana, no que tange à questão da segurança pública, passa a conviver com outros fatores de incerteza,<sup>36</sup> nos quais a morte violenta deixa de ser o temor predominante. Isso é muito e pouquíssimo, ao mesmo tempo. Uma das lacunas da teoria de Thomas Hobbes, como a história mostrou, consiste no fato de que quando o medo da morte violenta deixa de ser o aspecto central da vida coletiva, o Leviatã deixa logo de ser suficiente para as necessidades e os horizontes do convívio social.

Quase a totalidade de nossos interlocutores

no campo, quando perguntados sobre o que tinha melhorado depois da instalação das UPPs, refere-se ao fato de não haver mais tiroteios. Segundo um de nossos entrevistados no Batan, a violência teria “abrandado” depois da implantação da UPP. Esse abrandamento também revela a percepção da questão da segurança pública de uma perspectiva mais da rotina e menos da exceção, da contingência. As ocorrências violentas perdem em carga dramática, logo, também em seu poder exemplar e ordenador da vida cotidiana. Dito de modo mais simples, as regras passam a ser menos impostas pela força. Passa a haver espaço para a emergência e vocalização de outros dramas humanos, mais rotineiros e menos traumáticos – mas não menos importantes para a reflexão sobre a construção de políticas públicas de segurança ancoradas nas premissas democráticas. É comum entre os nossos entrevistados a queixa de que, com as UPPs, passam a ocorrer mais crimes contra o patrimônio e ocorrências de caráter interpessoal.<sup>37</sup> Entre os policiais que entrevistamos, é recorrente que descrevam o dia a dia de suas atividades a partir do atendimento de ocorrências de menor potencial ofensivo que eles, de modo um tanto pejorativo, denominam “feijoadas”. É um fator relativamente positivo o fato de os crimes contra a pessoa darem lugar aos crimes contra o patrimônio no contexto das UPPs ou, pelo menos, que isso ocorra no horizonte das percepções das pessoas que vivem nas áreas que recebem essas unidades de policiamento.

As dinâmicas dos medos relativos à segurança pública nas áreas com UPPs que estudamos possuem uma configuração específica no Batan, favela que era dominada por milicianos. Os relatos que obtivemos de nossos entrevistados acerca dessa questão no Batan não compartilham da oposição entre previsibilidade e imprevisibilidade que esboçamos para os casos das favelas que estudamos que eram ocupadas por facções de traficantes. No Batan, o medo predominante, em contraste com a situação atual de “abrandamento” pós-UPP, dirigia-se para as ações dos próprios milicianos, decorrente, principalmente, da crueldade desse grupo. Uma moradora do Batan que entrevistamos afirma que os moradores “tinham medo dos homens [os milicianos]” porque eles eram perversos. A UPP na fala dessa moradora representou um alívio desse medo. Uma das fontes do temor dos milicianos eram as execuções públicas, precedidas por torturas, praticadas por esse grupo. A fala dessa mesma moradora traz o relato de episódios nos quais os acusados de delação (os

“X-9”) foram torturados e depois “picotados” em praça pública, na rua principal do Batan. É sabido que essas técnicas de execução e tortura públicas também são compartilhadas por grupos de traficantes como forma de imposição do poder. Como Montesquieu nos mostra em *Do espírito das leis*, o princípio que anima o despotismo é o medo (1973: 53). Claro que Montesquieu está falando do governo despótico e o controle territorial dos traficantes não pode ser confundido com uma forma de governo. Mas a distinção entre a “estrutura particular” e o “princípio particular” do governo, que Hannah Arendt (2008: 348) destaca como aspecto de grande originalidade na teoria de Montesquieu, ajuda-nos a compreender não somente as formas de governo como tema próprio da Ciência Política, mas também as formas de poder como tema da própria experiência da vida política. Parece-nos apropriado falar, dessa forma, que os poderes dos traficantes e milicianos sobre as pessoas que vivem em áreas as quais eles controlam possuem em comum o componente do medo como princípio.

A hipótese na qual nos baseamos para a compreensão do fato de o medo ser um fator mais relatado por nossos entrevistados no Batan (para descrever o domínio dos milicianos) que pelos moradores das outras favelas onde realizamos campo (para falar do poder dos traficantes) consiste na existência de uma contrapartida de familiaridade e relativa legitimidade do controle dos traficantes. No caso da Providência, principalmente, foi relatado, tanto por moradores como por policiais que entrevistamos, o fato de que os traficantes que controlavam aquela área eram “cria” da comunidade. Esse fator não elimina o elemento despótico do controle territorial do tráfico, mas estabelece um vínculo de familiaridade com os moradores locais que torna o exercício do poder ligeiramente independente do uso da força e da imposição do medo. Tal contrapartida inexistente no caso da milícia que controlava o Batan.

Um de nossos entrevistados que atua como dentista no Batan também apresenta um relato que demonstra o temor da violência praticada por parte dos milicianos, segundo ele: “Aqui no Batan, era milícia, era muito complicado. O meu consultório era na entrada e eu não passava daquele ponto. Aqui era muito violento; uma vez, na porta do meu consultório, tinha o corpo de um rapaz morto”.

Seja em vista da interrupção de um círculo vicioso de intervenções policiais violentas e inócuas do ponto de vista da garantia pública de

37 Ao apresentarmos a análise do comportamento das incidências criminais, antes e depois das UPPs, a partir dos dados do ISP, esse argumento ficará mais claro e completo

38 Utilizamos o termo entre aspas, primeiramente porque ele é oriundo do discurso oficial em torno das UPPs; é, portanto, uma categoria nativa. Pretendemos, com isso, em segundo lugar, resistir à naturalização dessa categoria por considerarmos que ela contribui para a reprodução de uma linguagem que se recusa a considerar as favelas como parte da cidade em geral. O termo "território" para designar as favelas produz, em outras palavras, a reiteração de dinâmicas de exclusão e de estabelecimento de um caráter exótico e exógeno aos modos de vida e à geografia das favelas. Não costumamos dizer, afinal de contas, expressões como "o território de Ipanema".

39 Em algumas outras comunidades, existe uma festa que recebe o nome de "pagofunk". Uma mistura entre o pagode e o funk, que é mais aceita pelos comandos das UPPs porque parece mais distante das referências simbólicas da conexão entre o funk e o tráfico.

40 A publicação que comporá o relatório final terá um capítulo dedicado à questão dos bailes funk no contexto das UPPs.

41 Foi o preço do ingresso na festa "Eu Amo Baile Funk", realizada no Tabajaras.

segurança, seja pela retirada (ou mitigação) do poder de forças arbitrárias e violentas, o cessar-fogo sintetiza um novo estado de coisas percebido de modo imediato como modificação cotidiana. É importante frisar que estamos nos referindo, neste ponto, apenas a um aspecto de caráter imediato na implantação das UPPs. As implicações mediatas e relativas a um horizonte temporal mais dilatado serão consideradas em outra parte deste texto. Os efeitos do cessar-fogo para a vida cotidiana das favelas que receberam UPPs, entretanto, não podem ser ignorados, sobretudo porque propiciam dinâmicas de sociabilidade que, tanto do ponto de vista fático como do normativo, parecem interessantes como implicações para a vida cotidiana.

Temos também de chamar a atenção para o fato de que a expressão cessar-fogo, e o uso que fizemos dela aqui, possui um alcance muito mais reduzido e um significado mais restrito que o termo "pacificação" presente no próprio nome das unidades de polícia em questão. A ideia de "pacificação" foi revestida de significados que emprestam a essa experiência de policiamento as feições de uma panaceia. Como é sabido nas reflexões sobre as políticas públicas (e as UPPs ainda carecem de alguns requisitos para que sejam vistas como política pública de segurança; veremos isso na parte sobre as questões relativas ao policiamento), um dos pecados capitais da propaganda política em torno dos programas de governo reside justamente no fato de tratá-los como milagrosos ou capazes de resolver os problemas sobre os quais incidem do dia para a noite e de uma vez por todas.

## CIRCULAÇÃO DE PESSOAS

A redução da possibilidade de tiroteios propiciou modificações nos fluxos de circulação de pessoas nas favelas as quais estudamos. No vetor de fora para dentro, em todos os casos, observamos que houve o aumento da circulação de pessoas que não moram nas favelas. Agentes do Estado, empresários, pesquisadores e, eventualmente, turistas figuram entre os personagens que passaram a estar mais presentes no dia a dia. No discurso oficial sobre as UPPs, a retomada daqueles "territórios"<sup>38</sup> pelo restante da cidade é o fator mais acentuado quando se trata de afirmar o novo estado de coisas que essas unidades de policiamento levariam a cabo. Procuraremos mostrar nesta seção que a abertura das favelas para o acesso do restante dos moradores da cidade (notadamente, a população de classe média) é algo insuficiente para a reflexão sobre a

integração entre as favelas e os demais bairros do Rio de Janeiro.

No Morro dos Tabajaras, área abrangida pela UPP que cobre também o Morro dos Cabritos, a existência do baile funk – o único que ocorre, atualmente, nas favelas com UPPs<sup>39</sup> – atrai um número considerável de turistas e pessoas de classe média que não vivem naquele morro.<sup>40</sup> Esse fato fez com que o baile dos Tabajaras ficasse conhecido pelos moradores de lá como "Baile de Playboy". Um dos fatores que facilita o acesso desse público ao referido baile, além do fato de o Morro dos Tabajaras estar situado no bairro de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro, é o valor do ingresso, que custa, atualmente, de R\$ 10 a R\$ 15, mas já chegou a custar R\$ 30.<sup>41</sup> O preço cobrado pela entrada faz com que o público predominante seja de pessoas de fora.

Tanto na Providência como no Borel, alguns de nossos entrevistados descreveram outras dinâmicas que ampliaram o acesso de pessoas de fora. Uma jovem que entrevistamos na Providência conta que, depois da UPP, passou a receber a visita de seus amigos e familiares que não moram ali. Ela contou, ainda, que um colega seu de escola, ao visitá-la depois da aula, acabou por descobrir que possui um primo que mora na Providência e que ele não conhecia. A fala dessa jovem indica a abertura de outras possibilidades para a construção de redes de sociabilidade que, antes, eram dificultadas pela recorrente violência.

Uma mulher que entrevistamos no Borel, nascida e criada ali, disse que tinha vergonha de dizer para as pessoas que é moradora do morro, por conta dos constantes tiroteios. Ela alegou que, depois da UPP, o perigo diminuiu e ela se sente menos constrangida para receber pessoas em sua casa e dizer que mora no Borel.

No que diz respeito à circulação de moradores no interior das próprias favelas, foi comum a duas das quatro áreas que estudamos a manutenção dos mesmos fluxos de circulação existentes antes da implantação das UPPs. Esses fluxos são informados tanto por questões culturais e históricas de ocupação do espaço como pelas tensões e rixas impostas pelo tráfico.

O Morro da Providência, apesar de relativamente pequeno em sua extensão, possui circuitos de circulação de pessoas variados e muito demarcados. Podemos identificar, pelo menos, quatro zonas distintas cujos moradores não transitam, ou raramente transitam, de uma para outra: a parte próxima à Ladeira do Barroso; a

parte alta, próxima à Praça Américo Brum; o lado voltado para a Rua Barão da Gamboa; e a região da Pedra Lisa, voltada para a Central do Brasil, também conhecida pelo nome pejorativo de "Buraco da Merda". Essas quatro áreas, além de possuírem aspectos urbanos distintos, foram ocupadas em momentos distintos da história do Morro da Providência.<sup>42</sup> Cada uma delas possuía pontos distintos de venda de drogas que foram controlados, por certos períodos, por diferentes traficantes do Comando Vermelho. A disputa interna desses pontos de venda, segundo o relato de alguns moradores com quem conversamos, também era um fator que produzia constrangimentos para a circulação entre essas diferentes áreas do morro. Durante o período em que tivemos em campo no Morro da Providência, nossos interlocutores afirmaram que essas divisões entre as áreas no que tange à circulação de pessoas não haviam se alterado.

No caso das favelas que compõem a área de abrangência da UPP do Borel ocorre o mesmo. Existem ruas que separam diferentes favelas e locais onde existiam pontos de venda de drogas que definiam também fronteiras para a circulação de pessoas. Essas fronteiras simbólicas e geográficas, durante o campo que realizamos no Borel, permaneciam vívidas.<sup>43</sup>

Pensar as modificações na circulação de pessoas como consequência do cessar-fogo não é suficiente para avaliar se houve algum avanço na dissolução do drama da "cidade partida",<sup>44</sup> se levarmos em conta apenas as dimensões dos fluxos de pessoas de fora para dentro das favelas ou no interior delas. Não é verdadeiro o raciocínio de que, em vista da violência, apenas a favela se torna algo fechado para o restante da cidade. A cidade também estabelece dinâmicas de fechamento para as favelas. O próprio raciocínio de oposição entre a favela e a cidade consiste na mobilização de falsas premissas para pensarmos a questão. O uso que damos a essa oposição na presente argumentação tem, portanto, um valor mais descritivo (é assim que o debate está disposto no senso comum e em parte das falas especializadas) que analítico. O fato com o qual lidamos é que as favelas são áreas da cidade incorporadas de modo subordinado, menos por suas características endógenas ou culturais que pelas dinâmicas de embargo ou fechamento que a cidade as impõe.

Pudemos observar em nosso trabalho de campo que a preocupação prioritária dos gestores públicos e agentes privados interessados em investir no setor social é tornar a favela mais acessível para o "restante da cidade"<sup>45</sup> ou arti-

cular políticas que produzam alguma melhoria da vida local. Esses dois aspectos das políticas sociais e de segurança são, obviamente, essenciais para tornar a cidade do Rio de Janeiro menos desigual. Parece-nos, entretanto, que é importante o debate a respeito do modo pelo qual a cidade, em geral, e os bairros do entorno das favelas, em particular, tornam-se mais acessíveis para os moradores das favelas em vista os contextos de implantação de UPPs.

Essa questão, evidentemente, ultrapassa os interesses da abordagem do presente texto, uma vez que requerem um debate mais amplo sobre as assimetrias na cidade do Rio de Janeiro. O objeto do presente estudo são as implicações acerca das UPPs para a própria reflexão sobre segurança pública. Quaisquer abordagens que pretendam uma compreensão etiológica da violência e se ocupem do raciocínio da prevenção primária (Molina e Gomes, 2008: 312-313) deverão ultrapassar os aspectos que dizem respeito especificamente à atuação policial. Pretendemos, entretanto, afastar-nos o mínimo possível das questões relacionadas ao policiamento efetuado pelas UPPs para não recairmos em um erro que a abordagem etiológica pode produzir: a dificuldade de distinguir as políticas de segurança pública das políticas sociais em geral como objeto de reflexão. Todo problema de segurança pública, no limite, possui uma raiz etiológica em assimetrias sociais. Nosso problema aqui não é discutir essas raízes, mas avaliar em que medida as intervenções públicas no campo da segurança produzem implicações para essas questões de fundo. Algumas questões relativas ao fim ou à drástica redução dos tiroteios nos contextos das UPPs dão pistas acerca da abertura, manutenção e fechamento de fluxos de pessoas das favelas para os demais bairros da cidade. Essa dimensão é essencial para a questão da "cidade partida".

No caso do Batan, uma área que possui um comércio relativamente variado, ainda que amargue os piores índices de desenvolvimento entre as favelas que receberam UPP,<sup>46</sup> a circulação para fora da favela<sup>47</sup> não se manifesta como um problema de modo imediato, ou seja, com relação ao seu entorno. Isso é verdadeiro também pelo fato de que o Batan se situa às margens da Avenida Brasil, uma das principais vias expressas da cidade, o que faz com que os fluxos para fora da favela, geralmente, digam respeito a grandes deslocamentos. A ausência de escolas de ensino médio no Batan, entretanto, faz com que os jovens de lá tenham que atravessar a Avenida Brasil para estudar em uma escola

42 A região da Ladeira do Barroso, bem como a da Barão da Gamboa, são zonas de ocupação mais antiga, com uma urbanização mais consolidada. O Alto do Morro e a Pedra Lisa possuem ocupação mais recente e de urbanização mais precária, sendo a segunda área extremamente pobre com condições precárias de moradia.

43 Entre as favelas abrangidas pela UPP Borel, havia domínio de diferentes facções de traficantes, o que justifica o resquício dessas "fronteiras" para a circulação de pessoas.

44 Para nos referirmos à expressão cunhada pelo jornalista Zuenir Ventura (1994). O desafio de cercar a "cidade partida" está embutido na lógica da reconquista territorial que sustenta ideologicamente as UPPs.

45 As aspas em torno dessa expressão têm a finalidade de relativizar a validade dessa linguagem, uma vez que pensar a favela e a cidade como duas dimensões de um problema é também uma via para reproduzir o próprio problema.

46 Ver estudo feito pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) em <http://firjan.org.br/data/pages/2C908CEC2CA3C10A012CE5AD57FB7302.htm>

47 Cabe ressaltar que, neste caso, nem toda a área abrangida pela UPP Batan é considerada favela.



48 Dada a complexidade do tema, optamos por realizar um estudo mais aprofundado da questão que figurará como um capítulo da publicação do relatório final.

vizinha à Favela do Fumacê. Esta favela ainda permanece controlada por traficantes de drogas. A rivalidade entre os grupos de traficantes das duas favelas e, depois, entre os milicianos do Batan e os traficantes do Fumacê foi uma das principais fontes do conflito armado naquela região. A circulação de moradores do Batan na área do Fumacê permanece vedada ou cercada de ameaças e constrangimentos, depois da implantação da UPP no Batan. Isso produz dificuldades aos jovens que necessitam estudar na escola mais próxima que fica na região do Fumacê. Esse aspecto, que se apresenta na situação do Batan, salienta uma das dificuldades do caráter territorial das UPPs. Ainda que se baseiem na possibilidade de integração entre a favela e outras áreas da cidade, o acesso à cidade, para fora dos limites que circunscrevem as UPPs, é relativo. Esse é um ponto que merece investigação e aprofundamento em estudos que tenham interesse pelo tema das UPPs e a integração do espaço urbano no Rio de Janeiro.

Tanto no caso dos morros dos Tabajaras e dos Cabritos como no caso das favelas que estão abrangidas pela UPP do Borel, o aumento da circulação de pessoas de fora das favelas não produz o efeito contrário. Situadas em bairros de classe média do Rio de Janeiro, essas favelas estão cercadas por serviços e comércios voltados para camadas socioeconômicas que não as incluem. No caso do Tabajaras e do Cabritos, principalmente, o comércio e a oferta de serviços no interior das favelas são muito precários. Foi recorrente entre nossos entrevistados, nesse sentido, a reclamação de que eles tinham de fazer compras no mesmo mercado que o restante dos moradores de Copacabana a um custo bem superior ao poder aquisitivo deles. Essa, porém, é uma questão que, ainda que seja suscitada pelo contexto de implantação das UPPs, diz respeito a políticas sociais que escapam do escopo da presente pesquisa.

Uma mudança nos fluxos de circulação dos moradores das áreas onde realizamos nosso trabalho de campo para fora das favelas, após a implantação das UPPs, foi relatada por uma jovem que entrevistamos no Morro da Providência. Ela disse se sentir mais segura em sair à noite para outros bairros porque acredita que pode voltar tarde para casa que não haverá perigo. Podemos considerar, dessa forma, a hipótese de que a percepção dessa jovem tenha correspondência com as experiências de outras pessoas de sua faixa etária. Se isso for verdadeiro, a UPP propicia, de forma indireta, um ligeiro ganho no direito de ir e vir. Esse ganho – assim

como todos os demais avanços e retrocessos que sublinharemos neste texto – possui, entretanto, um caráter relativo. Ao tratarmos, mais adiante, de questões relativas ao trabalho policial nas UPPs, veremos que a questão da abordagem, além de ser um ponto delicado da relação entre os policiais e os moradores, também produz certos constrangimentos à circulação de pessoas no interior das favelas.

Com a suspensão dos bailes funk na quase totalidade das favelas que receberam UPPs, foi recorrente o relato de que os jovens passam a frequentar os bailes de outras localidades. O funk não é a única, mas talvez seja a principal forma de entretenimento relacionada à apreciação de uma manifestação artística entre os jovens. A suspensão dos bailes funk representa um considerável impacto nas possibilidades de lazer juvenil.

#### “UMA ENXURRADA DE PARCEIROS”

A implantação de uma UPP modifica o dia a dia das favelas no que diz respeito à presença de atores estatais ou privados que buscam promover intervenções de caráter social. Nos casos os quais observamos em nosso trabalho de campo, projetos esportivos, cursos profissionalizantes, atividades culturais, agentes de saúde, mutirões de limpeza etc. passam a fazer parte da fisionomia cotidiana das favelas.

Poderíamos interpretar esse aspecto pertinente aos contextos das UPPs a partir do enfoque sobre as políticas públicas e o modo pelo qual são organizadas e praticadas. Parece-nos, entretanto, que isso provocaria um distanciamento dos propósitos da presente pesquisa e demandaria uma atenção a cada uma dessas políticas. Optamos, portanto, por tratar desse tema no bojo das questões sobre as implicações das UPPs para o cotidiano das favelas.

No que diz respeito às intervenções sociais e à própria atuação das ONGs e outras instâncias associativas existentes e oriundas das próprias favelas, as UPPs provocam uma espécie de aquecimento, de eferescência desse campo. A própria existência do programa das UPPs Sociais – programa que, no início, era gerido pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo Estadual e que, agora, está sob a responsabilidade do Instituto Pereira Passos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – é uma resposta e um incentivo a essa eferescência. Essa aceleração e ampliação quantitativa das intervenções sociais não significam, a prio-

ri, nem a melhoria das iniciativas nesse campo nem o fortalecimento do associativismo local.<sup>48</sup>

A experiência de um de nossos pesquisadores em sua entrada em campo no Morro da Providência ilustra, de modo anedótico, a aceleração do campo das intervenções sociais decorrente das UPPs. Em sua primeira ida ao campo, ele agendou uma visita ao Centro de Referência da Assistência Social (Cras) que existe naquela favela e que se situa no mesmo edifício no qual está instalada a UPP, a fim de realizar uma entrevista com a diretora dessa instituição da Prefeitura do Rio. O que deveria ser uma entrevista de uma hora, uma hora e meia, tornou-se um dia inteiro de “observação participante”. Antes que a entrevista começasse, ele foi convidado a participar de uma aula de danças circulares, na qual se juntou a uma turma de mães do Morro da Providência. Essas mulheres recebem o Bolsa Família e têm, como exigência para a permanência do benefício, de acompanhar reuniões periódicas com a direção do Cras e participar de outras atividades que são oferecidas no espaço dessas reuniões. A aula de dança em questão é uma dessas atividades. Depois de participar da aula, a entrevista começou, mas foi interrompida inúmeras vezes. Uma hora era um grupo da empresa de óleo e gás que queria discutir o curso de reforço escolar e formação profissionalizante que estava financiando. Outra hora era o professor do curso de caratê que desejava contar as últimas novidades de seu curso. Havia ainda o rapaz do curso de Informática que queria falar algo sobre a utilização de uma sala do prédio. A entrevista foi, ainda, interrompida para uma conversa com o comandante da UPP a respeito do baile de debutantes que a UPP ofereceria para as moças da Providência e que tinha como finalidade a consolidação da aproximação entre os jovens (no caso, as jovens) e a Polícia. A conversa com o comandante foi permeada também por relatos de outros parceiros e iniciativas que o haviam procurado, interessados em realizar projetos na Providência.

A conversa com a diretora do Cras foi marcada por certa euforia da entrevistada com relação à entrada desses projetos. Segundo ela, a UPP teria aberto a oportunidade para uma “enxurrada de parceiros”, cuja presença, finalmente, dava um norte às ações que ela desenvolvia na favela desde a época do GPAAE.<sup>49</sup> A UPP representava, em seu discurso, a possibilidade de levar a cabo a atividade de assistência social na Providência de modo realmente efetivo. Ela elencou duas razões para esta mudança: a efetiva interrupção dos tiroteios (algo que ela afirma

jamais ter ocorrido no período do GPAAE) e, principalmente, a superação de uma situação de isolamento institucional que ela enfrentava antes.

A impressão desse aquecimento de intervenções foi o aspecto mais marcante dessa entrada em campo. No decorrer da pesquisa, percebemos que essa euforia não era compartilhada por atores presentes na favela e que tinham inserções diferenciadas do serviço de assistência social. Ao mesmo tempo que a ampliação de oferta de projetos atrai a parcela da população carente desses serviços, ela produz desconfianças da parte daqueles que já se organizavam e militavam pela melhoria das condições de vida na Providência. Tais desconfianças se ampliam visto que, junto com os projetos, chegam políticas estatais que alteram bastante a fisionomia da favela e são implementadas de modo pouco participativo, com escassas consultas à população. Esse é o caso das desapropriações de residências, seja sob a alegação de estarem em áreas de risco, seja para darem lugar à construção do teleférico que fará parte do projeto de revitalização da zona portuária, chamado de “Porto Maravilha”. Os relatos dos moradores que coletamos indicam que a dinâmica-padrão do processo de remoção ocorreu a partir da marcação nas fachadas das casas que seriam removidas, com a inscrição “SMH-número tal”,<sup>50</sup> seguida da notificação de remoção, sem avisos prévios ou discussões preliminares. Esse processo fez com que um fotógrafo morador da Providência fizesse uma intervenção na qual afixou, ao lado da inscrição da SMH, as fotografias dos rostos dos moradores das casas sinalizadas. A dinâmica das remoções no Morro da Providência ultrapassa o alcance da pesquisa que realizamos e ainda tem desdobramentos em andamento, com atualizações distintas da interação entre o Estado e as instâncias associativas locais. O que foi possível perceber na pesquisa é que esse processo ocasiona dificuldades para o trabalho policial da UPP, visto que invoca significados tradicionais da atuação policial no Rio de Janeiro como fiadora de abusos estatais e interventora para a reprodução de assimetrias sociais.

No caso do Borel, essa “enxurrada de parceiros” provocou certa resistência das organizações associativas locais. Como é sabido,<sup>51</sup> o associativismo no Morro do Borel é precursor no Rio de Janeiro, ao lado do Morro dos Macacos, e foi fundamental para a consolidação da atuação das associações de moradores de favelas. Um de nossos entrevistados, morador, a respeito dessa questão, afirmava que “o Borel é a pedra no sapato do Estado”. Como reação à entrada

49 A implantação da UPP da Providência sucedeu o Grupo de Policiamento em Áreas Especiais (GPAAE) que atuava naquela área.

50 “SMH”, nessas inscrições, representa “Secretaria Municipal de Habitação”.

51 Ver o número da publicação *Comunicações do Iser*, que trata da memória das favelas (2004).

52 Um exemplo que ilustra e ajuda a compreender essa lógica é a articulação local existente no Borel que reúne diversas entidades associativas em uma rede que atua de modo crítico e em constante interlocução com o trabalho das UPPs. Nas entrevistas que realizamos com militantes dessa rede, verificamos que ocorre a queixa de que as ações que ocorrem no contexto das UPPs acabam levando o crédito que, na verdade, se deve ao trabalho desenvolvido pelas instituições da rede, desde muito antes da entrada da UPP.

53 Nas UPPs de maior contingente, exige-se um comandante na patente de major.

de diversas iniciativas e intervenções no bojo do cenário inaugurado pelas UPPs, formou-se uma rede de entidades do Borel, que passou a se reunir regularmente e a discutir propostas que apresentam ao poder público nos fóruns que se instalaram no local (tanto reuniões da UPP como encontros participativos da UPP Social).

A entrada de diversos atores como intervenores sociais produz impactos sobre o associativismo local nas favelas que passam a ter UPPs. As instâncias associativas locais ganham, por um lado, novos interlocutores ou lugares privilegiados de articulação – é uma prática recorrente que os presidentes de associação de moradores tenham contato direto e bastante próximo com o comando das UPPs. Isso, por outro lado, não garante que essa proximidade e interação constantes representem uma relação cooperativada entre os representantes locais e o comando das UPPs. Ocorre também, além disso, que o comando das UPPs seja percebido como uma instância que disputa poder e legitimidade com as instâncias associativas. Em conversas com representantes locais da região do Borel, por exemplo, foi possível perceber que a UPP e as políticas sociais que ela aporta são vistas como uma espécie de concorrente, uma vez que estariam levando o crédito por conquistas recentes que decorrem de lutas de longa data empreendidas pelos moradores. Atores que se encontram no ostracismo encontram oportunidades de readquirir legitimidade e outros muito atuantes e legítimos percebem-se como ameaçados pela intervenção estatal e pelas iniciativas de projetos forasteiros que, agora, dividem espaços de atuação.<sup>52</sup>

Além de afetar as dinâmicas locais de associativismo, a abertura de espaços de intervenção propiciada pelas UPPs também afeta as relações locais de poder. No próximo capítulo, haverá uma seção dedicada, especificamente, para as reconfigurações das relações de poder ocasionadas pelas UPPs.

### CAPÍTULO 3 O TRABALHO POLICIAL

Como descrito na introdução, uma Unidade de Polícia Pacificadora consiste em uma unidade de policiamento que reúne uma estrutura específica. Há um comandante, em geral na patente de capitão;<sup>53</sup> um subcomandante, com grau de tenente; e as guarnições de patrulhamento que se revezam, em plantões, nos diferentes setores de patrulha. Essas guarnições são integradas por praças, na maioria, recém-ingressados na

PMERJ. Em algumas unidades que visitamos, verificamos a atuação do Grupamento de Ações Táticas (GAT) que está voltado para intervenções táticas de caráter repressivo.

Os comandantes das UPPs que observamos costumam acompanhar de perto o cotidiano das atividades de policiamento, cumprindo jornadas diárias extensas (mais de dez horas) e realizando visitas às unidades, com frequência, fora de seus horários de funcionamento. Os comandantes também desempenham um papel fundamental na relação entre os moradores e a instituição policial, desempenhando atividades de relações públicas e agindo na interlocução com múltiplos atores, tanto locais como de órgãos privados e estatais que atuam nas favelas onde se situam suas unidades de polícia.

No presente capítulo, tentaremos identificar aspectos que permeiam o desempenho cotidiano do policiamento efetuado pelas UPPs, destacando dimensões de tensão e os aspectos que mais chamaram a atenção em nossas observações de campo e nos depoimentos de nossos entrevistados. Faremos, também, referências a alguns precedentes históricos das atividades desempenhadas pelas UPPs, como os GPAEs, como forma de mobilizar a reflexão sobre essas práticas.

Dedicaremos, a seguir, algumas linhas à comparação das UPPs com uma experiência que se apresenta como um precedente, tanto na memória de algumas pessoas com quem conversamos no campo como do ponto de vista de história recente da segurança pública no Rio de Janeiro: o GPAE.

#### GRUPAMENTO DE POLICIAMENTO EM ÁREAS ESPECIAIS: UM PRECEDENTE

Na pesquisa de campo que realizamos, o GPAE figura como o precedente negativo das UPPs, ou seja, uma experiência similar e recente cujos resultados se demonstraram insatisfatórios. Foi recorrente a preocupação de nossos entrevistados de que a experiência das UPPs tomasse um rumo similar ao que ocorreu com os GPAEs. Alguns entrevistados, tanto moradores como policiais, descreviam esse receio apontando os riscos de “GPAEzação” das UPPs. Ainda que as finalidades de nossa pesquisa não se dirijam, especificamente, para a comparação entre essas duas experiências de policiamento, foi interessante perceber o contraste entre essas considerações negativas sobre o GPAE, como referência de produção de expectativas sobre a

UPP, e os relatos, as análises e as expectativas de época sobre aqueles grupamentos de polícia. É interessante notar que, em muitos aspectos, a descrição e as expectativas acerca do GPAE eram muito parecidas com aquelas que se formam, hoje, em torno da UPP. Mesmo sem entrarmos nos detalhes comparativos entre esses dois padrões de policiamento, selecionamos alguns aspectos como referências compreensivas das UPPs e indicadores de seus dilemas e desafios. O primeiro e mais imediato deles é a própria existência de um precedente frustrado, o que, por um lado, desfaz o ar de ineditismo (recorrente no modo dos governos tratarem suas iniciativas) e, por outro lado, oferece alguma pauta reflexiva para o debate acerca das UPPs.

Inspirado nas experiências de Boston de construção de políticas de prevenção da violência a partir do policiamento orientado para a resolução de problemas,<sup>54</sup> o GPAE seria chamado inicialmente de Grupamento de Policiamento em Áreas de Risco (Gpar). O nome foi modificado para “Áreas Especiais” para se evitar a reprodução de estigmas com relação às áreas de favela.<sup>55</sup> O primeiro grupamento desse tipo foi implantado em 22 de setembro de 2000, e abrangia os morros do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, na zona sul do Rio de Janeiro.

O GPAE tinha como conceitos básicos: (i) a implantação de uma unidade de policiamento especializada voltada para áreas de favela e que se distinguisse do desenho territorial de distribuição dos Batalhões de Polícia convencionais da Polícia Militar do Rio de Janeiro; (ii) a presença local de toda a estrutura de comando de um Batalhão da PM (comandante, subcomandante etc.); (iii) a mudança de enfoque da estratégia de policiamento das drogas para as armas; e (iv) o estabelecimento de parcerias para a instalação de políticas sociais que contribuíssem para a construção de dinâmicas de prevenção da violência.<sup>56</sup>

Esses conceitos compunham o pano de fundo das orientações práticas e doutrinárias do GPAE. Esses quatro pontos colocavam em prática uma agenda de segurança pública voltada para as favelas que procuravam operar como alternativa para as formas tradicionais de policiamento que, há muito, demonstravam-se inócuas, do ponto de vista de seus resultados, e injustas, no que diz respeito aos horizontes que pautam o modo pelo qual as sociedades democráticas se organizam.

O primeiro comandante do GPAE, na época, major Antonio Carlos Carballo Blanco,<sup>57</sup> sintetiza os seguintes objetivos superiores como pre-

missas que sustentam o referido aparato conceitual: “A preservação da vida em toda a sua dimensão; e a garantia da ordem democrática, com o rígido respeito aos direitos civis”.<sup>58</sup>

Essa agenda, ainda que não oferecesse nenhuma novidade do ponto de vista normativo (afinal, são as premissas óbvias do modo pelo qual o policiamento deve funcionar em contextos democráticos), representou uma inovação do ponto de vista de seu lugar de enunciação. Fazia toda diferença que essas regras fossem afirmadas e diretamente praticadas por um comandante de polícia como premissas explícitas de sua atuação. Também era importante o fato de esse comandante ser responsável por um policiamento que ocorria exclusivamente em áreas de favela. Essa petição de princípios, justamente por seu caráter reiterativo, opunha-se às práticas convencionais de policiamento em favelas, nas quais a preservação da vida como valor possui<sup>59</sup> um lugar secundário em comparação com o combate ao tráfico de drogas.

Como corolários desses dois objetivos superiores, a pauta de atuação do GPAE se ancorava em três diretrizes fundamentais:

*“A não tolerância em relação à presença de armas de fogo circulando no interior das comunidades; a não tolerância em relação à presença de crianças envolvidas em dinâmicas criminais de qualquer natureza; e a não tolerância em relação à presença de policiais, civis ou militares, no interior das comunidades cometendo ações violentas arbitrárias, abusos de poder, ou atuando de forma conivente com as práticas criminais.”<sup>60</sup>*

Na primeira dessas diretrizes, está expressa a mudança de prioridades no policiamento. O foco não estava mais na repressão ao tráfico, mas na intolerância quanto à presença de pessoas armadas que controlassem o dia a dia das áreas policiadas. Como procuramos argumentar no capítulo anterior, essa mudança de prioridades é essencial para a interrupção do círculo vicioso da violência nas favelas, alimentada pela lógica da guerra ao tráfico. Esse elemento doutrinário está presente, também, no modo pelo qual as UPPs se organizam. Essa estratégia é essencial não apenas para o raciocínio de construção local de práticas de policiamento, mas para a própria reflexão sobre a segurança pública em contextos democráticos: as armas são mais nocivas e perigosas que as drogas.<sup>61</sup> Carballo Blanco justifica esse ponto, em sua descrição do GPAE, da seguinte maneira:

54 Ver Fernandes, 2003: 93.  
55 Carballo Blanco, 2003: 101.  
56 Fernandes, 2003: 94-95.  
57 Atualmente, ele é coronel da PMERJ.  
58 Carballo Blanco, 2003: 103.  
59 Utilizamos o verbo no presente porque essas formas de policiamento em favelas ainda são majoritariamente vigentes no contexto do Rio de Janeiro.  
60 Carballo Blanco, 2003: 103.  
61 Esse debate também foi travado nas campanhas de desarmamento e está sintetizado de modo bastante interessantes no guia prático elaborado por Antônio Rangel Bandeira e Josephine Bourgois (2005), bem como na coletânea de ensaios coordenada por Rubem César Fernandes (2005).



62 Carballo Blanco, 2003: 103.

63 Como discutiremos mais adiante, um dos dilemas das UPPs consiste no fato de que elas mudam o controle armado de lugar, mas não eliminam a necessidade dessa forma de controle como garantia para a segurança pública nas favelas.

64 Carballo Blanco, 2003: 104.

65 O Mapa da Violência 2011 (Waiselfisz, 2011) recebeu, por essa razão, o subtítulo de "Os Jovens do Brasil." Estudos desenvolvidos no escopo do "Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens", uma iniciativa da Secretaria Nacional de Direitos Humanos com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Observatório de Favelas, também buscam produzir conhecimento e indicar alternativas voltadas para essa parcela da população preferencialmente vitimada pela violência letal (Willadino, Sento-Sé, Dias e Gomes, 2011, e Melo e Cano, 2011).

*"O foco nas armas de fogo se justifica pelo simples fato delas constituírem o principal instrumento de ação letal. Não se pode preservar a vida tolerando a livre circulação de armas de fogo. Por outro lado, é dever do Estado, em face ao monopólio do uso legítimo da força letal, restaurar a ordem democrática, neutralizando as diversas expressões do domínio territorial armado imposto pelos criminosos."*<sup>62</sup>

Essa estratégia representa um dos principais êxitos doutrinários colocados em marcha pela primeira vez pelo GPAE e atualizados nas práticas das UPPs. Nos relatos que obtivemos em nossa pesquisa de campo, as percepções acerca das UPPs as descrevem como mais eficazes nesse quesito que os GPAEs. No Morro da Providência, por exemplo, onde a comparação foi mais marcadamente definida por nossos entrevistados, uma das formas de caracterizar a UPP é que ela havia conseguido fazer o que o GPAE não fez: acabar com os tiroteios, ou seja, efetivamente retirar o controle armado da favela das mãos dos traficantes.<sup>63</sup> Tal contraste não é verdadeiro, justamente porque os termos de comparação não estão corretos. Quando foi implantado no Morro da Providência, o GPAE já encontrava dificuldades de realização de suas premissas. Um dos fatores de sua decadência foi justamente a expansão precária de planejamento para outras áreas. A mudança de foco das drogas para as armas foi uma inovação do GPAE e permanece, portanto, sendo algo desejável no contexto das UPPs ou do ponto de vista de quaisquer outras políticas de segurança pública que se dirijam para a questão do tráfico de drogas.

A segunda diretriz do GPAE, que trata da intolerância quanto à participação de crianças em dinâmicas criminais, indica que havia uma preocupação com questões de médio e longo prazo. Essa premissa também faz eco com aspectos do discurso sobre as UPPs que emergem das entrevistas e conversas que fizemos no campo. Foi recorrente, principalmente entre os policiais com quem conversamos, a consideração sobre o fato de que um dos enfoques para os desdobramentos de longo prazo dessas unidades de polícia consiste na interceptação das dinâmicas de recrutamento de crianças pelos traficantes. Ao perguntarmos sobre as diferenças das relações entre as variadas faixas de idade e os policiais, resultou em um esquema etário no qual os mais velhos figuram como muito acessíveis e colaborativos; as crianças mais novas seriam também muito receptivas; e os adolescentes e jovens se-

riam os mais distantes e fechados. Junto com esse esquema de distinção de afinidades, vem a percepção de que o foco deve estar nas crianças porque elas, diferentemente dos jovens (que já poderiam possuir ligação ou afinidade de caráter identitário com os traficantes), poderiam ser "moldadas" para ingressarem em trajetórias distintas das do mundo do crime.

A cooptação das crianças pelo tráfico seria, segundo essas percepções sobre idade e criminalidade, uma espécie de operador genealógico da reprodução do mundo do crime, cujo horizonte é a anomia e o caos. Essa lógica acerca das possibilidades de interrupção das dinâmicas de reprodução da criminalidade possui precedentes claros na referida diretriz que orientava a atuação do GPAE. Ao explicar essa diretriz, Carballo Blanco dizia que "o envolvimento de crianças em práticas ilícitas (...) alimenta o ciclo perverso que traduz o processo de cooptação infanto-juvenil por parte dos traficantes, reproduzindo a lógica nefasta do caos, alimentando falsas esperanças e a ausência de perspectiva de vida e esperança."<sup>64</sup>

Os estudiosos da segurança pública, em geral, concordam com o fato de que os jovens devem ser o público-alvo das políticas de prevenção da violência. Isso porque representam uma parcela da população que é o principal alvo das incidências de mortes relacionadas às dinâmicas violentas.<sup>65</sup> O discurso genealógico que se dirige para as crianças, entretanto, aproxima-se daquilo que podemos chamar de ilusão etiológica. Ele se dirige apenas para as raízes, as causas do problema com que lida, e ignora suas características presentes. Pensar na interceptação da inserção das crianças no tráfico é uma espécie de redução etiológica do problema que opera sob a fórmula "vamos atacar o problema na raiz". Dois problemas decorrem dessa lógica. É, em primeiro lugar, discutível que as dinâmicas de reprodução do tráfico sejam realmente análogas à trajetória de vida de seus integrantes. Não podemos afirmar, em outras palavras, que o investimento na infância pode produzir uma geração de jovens e adolescentes não traficantes. Podemos, por exemplo, imaginar uma migração etária dos traficantes para outras faixas. Pensar em intervenções sobre o público potencialmente vitimado, no futuro, e deixar de lado o público que, no presente, encontra-se preferencialmente vitimado, significa assumir o risco de que o próprio problema mude de feição. As cartilhas de políticas públicas nos ensinam que devemos pensar no longo prazo, mas também intervirmos no curto prazo, no problema presente. Senão, cor-

remos o risco de que, quando concluirmos as políticas, o problema já seja outro.

A aposta na geração futura como intervenção na genealogia do "caos" inerente ao tráfico de drogas representa um engano etiológico das UPPs que possui precedentes no GPAE. Ao tratarmos especificamente da questão dos adolescentes e dos jovens diante do policiamento nas UPPs, retornaremos a esse ponto. É suficiente, por ora, indicarmos que, ao que parece, esse discurso de intervenção sobre a cooptação de crianças pelo tráfico procura corresponder a uma expectativa acerca das UPPs de que elas se insiram em um horizonte no qual o crime associado ao narcotráfico deixe de existir. Como procuraremos esclarecer ao longo da argumentação que sustentamos aqui, o alcance da UPP para a dissuasão do problema ao qual se dirige é muito mais modesto que essas expectativas. O que não quer dizer que seja menos relevante.

A terceira diretriz fundamental do GPAE, a intolerância com relação a crimes e abusos praticados por policiais, é notável para as aproximações com as UPPs. Tal preocupação, declarada de modo explícito como uma prioridade, indicava as dificuldades de convivência entre as práticas de policiamento do GPAE e as do modelo vigente. O resultado desse foco no controle da atividade policial teve como resultado o fato de que, ao final do primeiro ano de atividade, 70% do efetivo do GPAE tinham sido substituído.<sup>66</sup> Carballo Blanco justificava essa diretriz nos seguintes termos:

*"A não tolerância com o comportamento desviante dos policiais militares, longe de resolver todas as mazelas inerentes à natureza humana, reforça o sentido da autoridade moral e serve como fato aglutinador e catalisador das forças sociais vivas, unidas em prol de um projeto de civilização."*<sup>67</sup>

Essa descrição é típica da forma moderna de entender a corrupção. Uma vez que a corrupção é endêmica – "as mazelas inerentes à natureza humana" –, resta ao gestor da coisa pública se perguntar não mais a respeito da integridade da República, mas sobre a integridade dos membros do Estado.<sup>68</sup> Faltaram, entretanto, ao rigor da intolerância com relação à corrupção, os mecanismos suficientes para a captura das atividades policiais por uma ética da responsabilidade à la Weber. A postura adotada foi a do rigor e da fiscalização por parte do comando, segundo Carballo Blanco, uma estratégia sua

de obtenção de legitimidade e otimização das condições de controle sobre seu efetivo foi a distribuição de seu cartão pessoal, com o número de seu celular, a diversos moradores e comerciantes locais. Essa estratégia, extremamente positiva do ponto de vista do estreitamento de vínculos colaborativos entre a atividade policial e a população (requisito imprescindível para quaisquer intervenções policiais de caráter democrático), é insuficiente para a efetividade do controle da atividade policial. Em comparação com o restante da tropa da PMERJ, o grupamento em questão certamente tinha um grau de controle maior e mais eficiente (a troca ligeira de pessoal, a que nos referimos, por conta de desvios de conduta demonstra isso). Ocorre que essa eficiência do controle é relativa na ausência de mecanismos institucionais neutros e ativos para a fiscalização da atividade policial. Estamos falando da tão discutida questão do controle externo. A consequência da ausência de mecanismos de controle desse tipo é que toda a responsabilidade fica depositada na integridade do comandante fiscalizador. Qualquer troca de comando pode comprometer o tratamento rigoroso com relação à corrupção policial. Foi o que, trocando em miúdos, ocorreu com o GPAE. A saída do comandante Carballo Blanco e a expansão de grupamentos similares para outras áreas, sem a consolidação institucional dessa prática de policiamento, resultou em um processo de degradação. O GPAE, que não chegou a ser uma política de governo, foi levado a cabo como uma iniciativa de um segmento minoritário da PMERJ, sem apoio político e institucional. Essas são outras razões que explicam sua degradação.

O primeiro ponto de contraste é que essa questão da corrupção não aparece de modo tão saliente na agenda das UPPs. Foi elaborada para essas unidades de polícia uma espécie de vacina contra a corrupção, que foi aplicada no momento da seleção dos profissionais. Optou-se por formar os contingentes das UPPs com policiais recém-ingressos na PMERJ. A expectativa é a de que os policiais novos não carregam os mesmos "vícios" e seriam, portanto, mais propícios à assimilação das práticas de policiamento dos UPPs que são distintas dos padrões tradicionais. Do ponto de vista cultural, parece razoável que o policial novo seja mais capaz de internalizar procedimentos e princípios que sejam mais condizentes com o trabalho policial como prestação de serviço público, em vez de atividade repressiva com foco no combate.<sup>69</sup> Do ponto de vista operacional, porém, não há garantias de que o

66 Carballo Blanco, 2003: 105.

67 Carballo Blanco, 2003: 104.

68 Eisenberg e Mudesto, 2011: 20.

69 Basta que façamos referência às resistências dos policiais militares do estado do Rio de Janeiro ao estudo e às práticas relativas a temas como direitos humanos, cidadania e policiamento comunitário (Sento-Sé, 2010: 56-57).

policial novo estará imune aos “vícios” implicados nas dinâmicas de corrupção. Inversamente àquilo em que Cícero acreditava acerca da corrupção em Roma,<sup>70</sup> a lógica de recrutamento de policiais para as UPPs indica que não é preciso mudar o Senado, apenas os senadores. Estabelecido esse corte a priori na composição dos contingentes policiais das UPPs, parece menos necessário que se fale explicitamente do controle sobre a corrupção policial. Os comandantes de UPPs que entrevistamos garantem a retidão de seus homens e declaram sua rigidez quanto aos casos de desvios, mas não há nenhum mecanismo formal nem nenhuma diretriz explícita que indique que o controle sobre a corrupção policial seja uma prioridade.

A fórmula de distribuição do contato dos comandantes à população, como via de ampliação das condições de controle, permanece nas UPPs de modo similar ao que ocorreu no GPAAE. Suas consequências também são as mesmas: é uma estratégia fundamental para a consolidação de vínculos colaborativos, mas insuficiente para a efetividade do controle da atividade policial. Cabe ressaltar que o efetivo das UPPs talvez seja a parcela do policiamento da PMERJ que tem o maior grau de controle e sobre o qual a população mais tem condições de intervir e monitorar. Falta, porém, a consolidação de mecanismos formais de controle, sobretudo, de controle externo. O que podemos observar é que a dependência do sucesso da gestão à integridade do comandante de cada unidade é algo que vigora nas UPPs, assim como ocorreu no GPAAE.

Ao falar das dificuldades, riscos e incertezas acerca do GPAAE, Carballo Blanco afirma que ele constituía uma experiência gratificante e frustrante, ao mesmo tempo. Gratificante por seu caráter inovador no estabelecimento de uma relação diferenciada do padrão tradicional entre a polícia e os moradores das favelas. Frustrante por conta da incapacidade operacional e política de corresponder às demandas e expectativas dos moradores. Essas frustrações assumem os contornos da tradicional solidão do policial diante das mazelas da vida social. Ele descreve que a intervenção do GPAAE, em certa medida, permanece na seara do padrão do policiamento que “enxuga gelo” porque nada se fez a respeito da etiologia do fenômeno criminal. Nas palavras dele:

*“Infelizmente, nossos governantes, nos diversos poderes constituídos e níveis da administração pública (federal, estadual e municipal), ainda não conseguiram superar as vaidades pessoais e*

*unir esforços, de maneira racional, suprapartidária, para enfrentar com responsabilidade esse doloroso problema social exteriorizado na forma da violência e da criminalidade.”<sup>71</sup>*

O poder público tenta, atualmente, suprir essa lacuna ao casar às atividades da UPP a entrada da UPP Social. Há casos, hoje, como o do Complexo do Alemão, onde a UPP Social foi implantada antes da própria UPP. Esse programa busca articular e integrar a gestão local dos serviços na área social como forma de evitar sobrecargas ao trabalho policial das demandas sociais e intervir de modo mais etiológico com relação às questões relativas à violência nas favelas.

A vigência das UPPs, para além das “vaidades pessoais” e susceptibilidades governamentais, é mais promissora do que foi a do GPAAE, mas ainda é um processo em construção. Uma vantagem comparativa é um relativo amadurecimento da opinião pública e da postura governamental diante das mudanças representadas pelas UPPs. A postura de não priorizar o combate teve resistências iniciais por parte da opinião pública, mas a postura da gestão estatal de sustentar essa posição de forma institucional, a partir do posicionamento do próprio secretário de Segurança Pública, teve bons resultados, nesses primeiros três anos, do ponto de vista da legitimidade das UPPs. O GPAAE chegou a ser apelidado de “GMÃE”<sup>72</sup> como manifestação das resistências com relação à adoção de uma postura menos combativa em relação ao tráfico. A postura do policiamento como atividade meramente repressora e, muitas vezes, truculenta e criminosa não é uma invenção policial. Ela encontra ecos e sustentação nos próprios valores difusos e compartilhados pelo senso comum. Mesmo sem elementos objetivos que corroborem esse tipo de juízo, acreditamos que seja possível afirmar, de um modo um tanto impressionista, que tanto as instituições policiais como as percepções do senso comum passaram por discretos avanços, na última década, na direção de posturas mais modernas e democráticas no campo da segurança pública.

Há, entretanto, outros pontos delicados quanto à possibilidade de que as UPPs se consolidem como política pública, ultrapassando o seu caráter presente de prática diferenciada de policiamento. Uma das mazelas do GPAAE, relatada por alguns entrevistados no campo que realizamos, tanto moradores como agentes públicos, foi a falta de apoio institucional para a transformação desses grupamentos de polícia

em política pública. As UPPs, ainda que figurem entre as vedetes das ações governamentais em nosso estado, carecem ainda de formalização para que suas práticas sejam consolidadas em uma política mais bem definida. Seu caráter experimental é saudável, mas, a partir do momento que elas são adotadas em escala, torna-se crucial que suas premissas, seus objetivos e suas consequências sejam claramente definidos e encampados pela população.

Feito esse quadro mais genérico e comparativo entre o GPAAE e as UPPs, passaremos a identificar algumas dimensões de reflexão que dialogam com as particularidades dos casos que estudamos, em nosso trabalho de campo, no que tange à questão do trabalho policial.

### UMA PRESENÇA ESTRANHA E FAMILIAR: ASPECTOS DO CONVÍVIO DIÁRIO ENTRE MORADORES E POLICIAIS

As favelas são, historicamente, locais preferenciais de ações policiais de caráter repressivo. Para os moradores de favelas, tão comum quanto o controle dos traficantes como “donos do pedaço” ou “donos do morro” – em uma expressão recorrente que expressa o poder local dos traficantes sobre os assuntos da vida cotidiana dos moradores das favelas –, é a presença policial e o que ela significa. O policial é visto como o repressor arbitrário por excelência, a própria definição da persona non grata. Isso se expressa pela existência da figura do “X-9”, o delator. Personagem vastamente retratado no cânone interpretado por Bezerra da Silva, o “dedo-duro”, que também possui vínculos simbólicos com a figura de Judas, não é somente aquele que pactua com a polícia,<sup>73</sup> é aquele que entrega, de modo traiçoeiro, os traficantes aos policiais. O ato praticado pelo “X-9”, a “xisnovagem”, corresponde a um dos comportamentos mais reprováveis no interior das favelas.

A relativa inovação das UPPs, antes tentada pelo GPAAE, é que o policial se torna um personagem corriqueiro em outros termos. Ele não é mais, em tese, o poder repressor contra o qual se erguem as dinâmicas de resistência armada e o poder financeiro do “arrego”. Ele passa a figurar no cotidiano como figura pública que está à disposição da população local para o atendimento das demandas que surjam. Essa que é uma das premissas definidoras da atividade policial nas sociedades modernas, que Egon Bittner (2000) sintetiza ao afirmar que o policial é aquele que entra em cena quando alguém diz “alguém

tem que fazer alguma coisa com relação a isso, e depressa”, corresponde a algo absolutamente incomum no que tange ao modo pelo qual as políticas de segurança pública são dirigidas para as áreas de favela no Rio de Janeiro. A presença policial nas favelas em situações nas quais o uso da força está sujeito a limites coletivamente estabelecidos representa algo tão incomum que resulta, paradoxalmente, em uma inversão da ordem. Tal inversão nos redirecionamentos práticos do policiamento efetuados pelas UPPs reelabora a presença cotidiana da polícia nas favelas. Uma vez que essa presença não está mais vinculada ao uso arbitrário da força nem aos arranjos construídos pela propina, conhecida como “arrego”, a relação entre os moradores e os policiais ocorre em um espaço de sociabilidade repleto de ambiguidades. A principal delas é o fato de que cada morador se torna um potencial “X-9”. Nas práticas cotidianas do policiamento das UPPs, policiais e moradores apresentam demandas mútuas. Situações de emergência, conflitos interpessoais, assistência decorrente de problemas de acessibilidade, regulação dos limites legais e informais da sociabilidade são situações que passam a ser encaminhadas para providências policiais. A Polícia, por sua parte, passa a demandar a colaboração dos moradores para o esclarecimento e a prevenção de ocorrências criminosas. Diante dessa forma de interação, a posição dos moradores que mantêm uma relação cordial com a Polícia, seja no tratamento corriqueiro (cumprimentar, conversar, oferecer água etc.), seja na participação em projetos capitaneados pelo comando da UPP, aproximam-se do risco de identificação com a figura do “X-9”. É comum, nos processos de implantação das UPPs, a circulação de boatos, supostamente ventilados por traficantes remanescentes, com ameaças de retaliação aos moradores que se aproximarem ou colaborarem com os policiais.

O contato e as relações entre moradores e os policiais é fonte de diversas tensões, ambiguidades e expectativas que dramatizam dilemas e horizontes do policiamento e das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. A figura do policial está muito presente no imaginário e no cotidiano das pessoas que vivem em favelas no Rio de Janeiro. Tal presença se fez sentir, ao longo de décadas, por padrões muito distintos daqueles propostos pelas UPPs. A permanência dos policiais diariamente no interior das favelas é, ao mesmo tempo, o pilar do policiamento praticado nas UPPs e uma fonte de desconfortos que tendem a decrescer ao longo do tempo. O depoimento de um de nossos entrevistados

73 As práticas de corrupção como modos de estabilização das tensões entre as atividades ilícitas do tráfico de drogas e a atuação repressiva da Polícia, também conhecidas como “arrego”, são modos de colaboração entre o tráfico e a Polícia que elaboram uma espécie de vacina contra o X-9, uma vez que torna inócua sua ação traiçoeira. É importante ressaltar que o “arrego” não reconcilia as posições antagonistas entre policiais e traficantes, ele só equilibra a tensão desse antagonismo que é o próprio motor da prática da propina. Se policiais e traficantes estivessem do mesmo lado, não haveria razões para o pagamento de propinas.



74 Trecho de entrevista que realizamos com um morador da Providência.

75 Aqui, tomamos emprestado, de modo despretensioso, o recurso reflexivo adotado por Luiz Eduardo Soares (1996: 284-309), em um artigo em que ele desenvolve sua argumentação a partir do questionamento sobre “como se escreve o romance da violência no Rio de Janeiro”. A análise que propõe identifica posições e personagens acerca de um problema político de nossa vida cotidiana.

76 Aqui, é importante que não percamos de vista que, para Hannah Arendt (1983: 255), o poder de prometer é justamente uma espécie de antídoto político para a imprevisibilidade. O contexto ao qual Arendt dirige sua argumentação é absolutamente distinto daquele do nosso problema, mas eles têm em comum o fato de terem como pano de fundo as dificuldades para a ação política diante de situações de trauma.

77 Trecho de depoimento de entrevista com um morador da Providência.

78 Trecho de entrevista com o mesmo morador da Providência.

no Morro da Providência é muito significativo para a definição dos modos tradicionais de presença policial nas favelas:

*A infância dentro da favela foi muito interessante, mas sempre foi muito tenso, porque quando a polícia chegava... A gente não tinha minha noção do que era o assaltante. O assaltante era o amigo nosso. O traficante era o amigo nosso, era o pai do meu amigo, era o meu pai... Eu ia na boca de fumo pegar dinheiro e não via ninguém armado. Era um ou outro. Era uma outra época, bem diferente. Mas a questão que transcendeu essa época foi a ação da Polícia. A ação da Polícia sempre foi igual, sempre foi truculenta, ela sempre arrombava as portas, revirava tudo. Eu, por exemplo, estou com quarenta e dois anos e eu não sei arrumar o meu guarda roupa. Eu sou um cara totalmente desorganizado. Por quê? Não tinha uma semana que a polícia não entrava na minha casa e bagunçava tudo. Então, existia um medo dos moradores muito grande de não ter ninguém em casa e a polícia chegar e... reviravam as coisas, roubavam coisas. Minha mãe, por exemplo, perdeu muita coisa em casa.(...) Então, hoje, dizer, 'aquele policial é amigo', é complicado. Tem uma barreira muito grande ainda dentro do meu inconsciente.*<sup>74</sup>

O traficante figura, nesse discurso, como o personagem familiar. Se essa fosse a sinopse de uma narrativa literária,<sup>75</sup> o convívio e as relações de seu narrador/ protagonista com os traficantes seria a situação inicial, na qual os personagens são apresentados ao leitor. O policial entra na trama como o elemento do conflito e representa o ponto de inflexão do enredo, aquele que interfere no fluxo da narrativa e estabelece seu conteúdo dramático. A intervenção policial é representada por seu negativo normativo, ela é o elemento da desorganização, da irracionalidade, da imprevisibilidade e da contingência.

Um jovem morador que também entrevistamos no Morro da Providência também contrapõe o policial e o traficante a partir de critérios de previsibilidade e familiaridade: “O traficante era nosso irmão, nosso amigo, nosso parente, nosso inimigo”. Uma moradora do Borel se aproxima desse mesmo contraste ao afirmar que o tráfico tinha um “critério” para abordar as pessoas enquanto a polícia atuava de modo completamente arbitrário ao se dirigir aos moradores.

A permanência policial, acompanhada da promessa<sup>76</sup> de mudança no padrão de atuação descrito por nossos personagens nos trechos

anteriormente citados, questiona uma modificação nos cenários que compunham expectativas tanto do lado policial como dos moradores. Diante dessa espécie de reviravolta no enredo, a postura de nossos personagens é de prudência e desconfiança. A memória das décadas de truculência é um tipo “dado de realidade” como recurso prudencial. Vejamos como nosso narrador define essa questão:

*O que não se entende é que a polícia é uma instituição. O que a polícia sempre foi respinga no que está sendo agora. Então, você dizer assim: 'Mudou tudo. Agora é outra coisa'. Pô, perai! Se eu estou pagando hoje porque existia o tráfico lá, por que não pagam os policiais pelo o que os outros fizeram?*<sup>77</sup>

A postura adotada por nosso narrador para lidar com esse conflito possui dos aspectos centrais. Representa, por um lado, uma aceitação da permanência que reconhece sua necessidade, mas não compra todo o pacote de promessas. Ela define, por outro lado, a partir da permanência das tensões, alguns horizontes de temor, que indicam os riscos da aposta nas UPPs. Ele diz:

*“É um mal necessário... Isso aí [a UPP] é um mal necessário. Tinha que acontecer. O meu maior medo, que eu falo pra tudo mundo é: primeira coisa, eu acho que a UPP veio pra nos proteger da própria polícia. (...) Desde quando entrou a UPP, você não tem mais tiro. Mas por quê? Você não tem o GPAE. Se tivesse o GPAE, todo mês estava morrendo aí um ou dois, todo mês. (...) se mantiver um grupamento como tem, hoje, você não vai ter um grupo armado. Mas se a UPP sair e subir um grupo [de policiais] pra matar, eles [os traficantes,] vão se armar.”*<sup>78</sup>

A definição da UPP como um “mal necessário” não representa apenas uma referência prudencial de nosso entrevistado, ela também fornece bons critérios de reflexão. Devemos tomar as UPPs, em alguma medida, como algo desse tipo. Se retirarmos a carga de necessidade (as UPPs não tinham, necessariamente, que acontecer) da expressão, podemos interpretar seu significado como algo ainda muito distante do desejável, mas como uma alternativa à reprodução de círculos viciosos seculares.

Junto com os temores referentes ao convívio com a polícia, logo após a entrada da UPP, iniciam-se dinâmicas de ventilação de intimidação

por parte dos traficantes que permanecem na favela com a circulação de ameaças de retaliação. Esses rumores buscam fazer crer que aqueles que colaborarem com o trabalho policial sofrerão sanções assim que a polícia se retirar. Nosso narrador descreve esse processo de intimidação da seguinte forma:

*“Os traficantes estão lá ainda, estão observando tudo. E eles mandam, eles mandam. Existem morros em que já existem moradores sumindo por falarem demais, porque se metem em situações que não deveriam... O cruel disso é que a polícia, a imprensa, acaba utilizando o morador como isca e depois deixa o cara lá.”*<sup>79</sup>

O temor da retaliação por parte dos traficantes remanescentes se ancora não somente na propagação de rumores, mas nas expectativas de que a UPP não seja capaz de garantir a segurança das pessoas e, principalmente, de que ela não cumpra a promessa de vir para ficar. Isso faz com que haja uma correlação entre o tempo de permanência da UPP e a mitigação dos temores decorrentes das dinâmicas de intimidação. À medida que se ampliam os horizontes de permanência das UPPs, menos eficazes são os discursos que projetam punições para depois do seu fim. A mitigação dos receios decorrentes das ameaças difusas não representa, entretanto, um ganho automático de confiança e a superação dos demais temores por parte dos moradores que decorrem do convívio com os policiais. São, afinal, muitas décadas de uma relação marcada pela violência e pela reprodução de ódios mútuos que marcam, inevitavelmente, o cenário de interação entre policiais e moradores de favelas.

No período em que estivemos em campo no Morro da Providência, houve rumores de que uma jovem teria sido expulsa do morro porque teve um relacionamento com um policial da UPP. A despeito da confirmação da veracidade desse fato, consideramos significativo que os receios de retaliação venham acompanhados de histórias sobre sanções consumadas. Em meados de 2011, houve uma ocorrência no Morro da Providência, na qual um grupo de homens armados entrou na favela de madrugada e agrediu duas pessoas. Entre as versões divergentes e desencontradas sobre os autores dessa ação e seus motivos, havia a hipótese de que seriam policiais agindo em represália à expulsão da moça que teve um relacionamento com um policial da UPP. Esse fato, e sua vinculação ao caso da moça expulsa, oferecem indícios sobre

a capacidade de controle das vidas das pessoas pelos traficantes, mesmo que sejam apenas remanescentes na favela com UPP.

Suspeitamos que as desconfianças e os receios acerca da ação policial acompanham ceticismos com relação ao próprio Estado de uma forma geral. As questões que destacamos aqui, entretanto, definem os contornos de tensões e desgastes presentes, especificamente, nas relações entre policiais e moradores de áreas de favela do Rio de Janeiro.

### TRAJETOS DA RECONCILIAÇÃO: A MEDIAÇÃO RELIGIOSA É A RITUALIZAÇÃO DO PERDÃO

Como já dissemos algumas vezes ao longo deste estudo, a relação entre as forças de segurança pública do Rio de Janeiro e a população moradora de favelas é marcada, por mais de um século, agravando-se nos últimos 50 anos, pela violência e pelo trauma. São muitas as biografias de moradores de favelas que acumulam histórias sobre morte e dor decorrentes do conflito armado entre policiais e traficantes de drogas. Entre todas as pessoas que entrevistamos em nosso trabalho de campo, era raro encontrar alguma que não tivesse perdido um parente, amigo ou conhecido por morte violenta associada aos confrontos armados.

Uma espécie de sentimento de estranheza – de *non sense* – é comum ao trabalho do cientista social que reúne seu material para reflexão e interpretação a partir da observação em campo da vida das pessoas afetas ao tema a que se dedica.<sup>80</sup> Isso decorre, principalmente, da própria questão da alteridade, não como objeto de pensamento, mas como experiência. Quando ouvimos os relatos de nossos interlocutores sobre suas dores e perdas, esse sentimento de estranheza se amplia, chega quase a ser uma sensação física. A empatia pela dor do outro reduz a distância entre pesquisador e pesquisado. As histórias contadas – em tom seco, algumas vezes; com voz corriqueira, em outros casos; ou, ainda, de modo choroso, mas resignado – revelam a insuficiência do discurso para narrar o ato violento sofrido. Como já dissemos em outra parte deste estudo, Hannah Arendt<sup>81</sup> nos ensina que a violência é muda. Ela elimina o discurso e, por isso, também cancela o próprio significado da experiência e da ação humanas; a violência é, por definição, uma ação absurda. As histórias de violência contadas por nossos entrevistados produzem no pesquisador uma experiência desse absurdo.

79 Trecho da mesma referida entrevista.

80 Basta que leiamos o primeiro capítulo 7, intitulado “O pôr-do-sol”, do Tristes Trópicos de Claude Lévi-Strauss (1996), no qual, em estilo quase surrealista, o autor descreve, nos seguintes termos, o modo pelo qual ingressava na pesquisa etnográfica: “Se encontrasse uma linguagem para fixar essas aparências a um só tempo instáveis e rebeldes a qualquer esforço de descrição, se me fosse dado comunicar a outros as fases e as articulações de um acontecimento no entanto único e que jamais se reproduziria nos mesmos termos, então, parecia-me, eu teria de uma só vez atingido os arcanos de minha profissão: não haveria experiência estranha ou peculiar a que a pesquisa etnográfica me expusesse e cujo sentido e alcance eu não pudesse um dia fazer com que todos captassem” (1996: 60). O autor narra, então, o modo pelo qual se ocupou, certa vez, de descrever o pôr-do-sol.

81 Arendt, 2008: 331.

82 Um apelido pejorativo como "rato" – que é, por vezes, utilizado pela linguagem cotidiana e que figura também em letras de rap para designar o policial – ilustra bem esses significados.

83 Bretas, 2011: 91.

84 Bayley, 2001: 18.

85 Skolnick e Bayley, 2000: 34.

86 Ver a coletânea de relatos e reflexões organizada por João Trajano Sento-Sé (2005) a respeito do tema de prevenção da violência e a participação dos municípios nesse campo.

87 Foi muito recorrente entre os nossos entrevistados, em todas as quatro favelas nas quais realizamos o trabalho de campo, a afirmação de que a postura dos policiais variava de acordo com os diferentes plantões.

88 Um policial que entrevistamos relatou que já ocorreu de alguns moradores cuspirem no chão como manifestação de hostilidade a sua presença.

As marcas dessas histórias de violência, e as lacunas de significado que elas deixam nas experiências dos moradores de favelas, no que diz respeito a seu pertencimento à condição de cidadãos, representam uma importante dimensão de análise para que pensemos nas possibilidades de superação dos padrões tradicionais de policiamento em favelas. O acúmulo das experiências traumáticas decorrentes dos confrontos relacionados à repressão ou à operação do tráfico de drogas é uma das fontes que alimentam desconfianças, temores e ódios mútuos entre policiais e moradores de favelas. O morador de favelas é, tradicionalmente, visto pelo policial como potencial criminoso ou comparsa do crime. A imagem tradicional do policial diante do morador de favelas é do agressor arbitrário e traiçoeiro.<sup>82</sup>

É comum que a atividade policial seja vista como simbolicamente próxima do mundo da marginalidade e, por isso, sua imagem, via de regra, seja negativa para a população de um modo geral. Personagens como o de Vidocq, o ladrão que se tornou agente da lei, representam uma espécie de mito de fundação da atividade policial e consolidam a ideia de que é necessário um ladrão para pegar outro ladrão.<sup>83</sup> David Bayley, ao avaliar as razões pelas quais o trabalho policial é um campo ao qual as pesquisas aplicadas das Ciências Sociais e Humanas dão pouca atenção, define que, entre outros motivos, "o policiamento também pode ter sido negligenciado porque é repugnante moralmente. Coerção, controle e opressão são sem dúvida necessários na sociedade, mas não são agradáveis".<sup>84</sup> Essa descrição ilustra algumas das razões pelas quais a atividade policial possui, de modo recorrente, uma imagem degradada diante da população. As histórias de violência vividas nas favelas do Rio de Janeiro corroboram e agravam esse desgaste.

Superar esses estigmas é condição necessária para a consolidação de quaisquer práticas de policiamento em favelas que pretendam ter um caráter mais republicano. As políticas, afinal, ainda que pensadas e planejadas no papel, são realizadas no campo. O campo de realização do policiamento consiste prioritariamente na interação, na rua, entre a população e os agentes policiais. Esse também é o lugar da reiteração dos estigmas e encenação dos desgastes e seus atritos. Para formas democráticas de policiamento, como o comunitário – e, frisamos, não estamos falando de policiamento comunitário ao descrevermos o trabalho das UPPs –, Skolnick e Bayley salientam que "é necessária uma

nova espécie de policial, bem como um novo tipo de comando".<sup>85</sup> Esse policial de nova espécie deve se distinguir do personagem carregado de estigmas negativos.

O modo pelo qual os policiais são percebidos pelos moradores das áreas que patrulham, bem como suas percepções sobre esses moradores, deve passar por vias de reconciliação (ganho de confiança, aproximação) que superem os estigmas mútuos. Essa não é uma questão de reparação de biografias e de pazes pessoais. Trata-se de uma questão de caráter político, seja do ponto de vista da operacionalidade das práticas de policiamento, seja no que se refere à abertura de horizontes para a ação coletiva. Em formas de policiamento que não sejam meramente repressivas, a participação e colaboração da população são aspectos essenciais para seus êxitos preventivos.<sup>86</sup> A violência, porém, afeta os vínculos sociais que sustentam as práticas coletivas e imobiliza a ação política. A memória e a reiteração das ações violentas no interior das favelas são as principais fontes de desconfiança em torno da atuação do Estado nessas áreas da cidade.

Mas a superação das desconfianças não ocorre imediatamente com a contratação de policiais novos, isentos dos "vícios" do velho policiamento. Nem mesmo a mudança de postura no campo, que, vez por outra, é desestabilizada por denúncias de desvio de comportamento,<sup>87</sup> pode produzir uma mudança suficiente na percepção da atividade policial para que o policiamento pautado pela aproximação e cooperação com a população local seja sustentável. A questão que está em jogo é: até que ponto o ganho de confiança necessário para a estabilidade do policiamento das UPPs suporta a tensão decorrente da latência da desconfiança? Entre os policiais que entrevistamos, foi muito referida, como fator de desgaste e estresse, a resistência dos moradores em colaborar e a reafirmação, de modo ostensivo, do caráter indesejado da presença deles.<sup>88</sup> A postura resistente não se apresenta como a regra. Os policiais relataram que, em geral, os moradores aceitam bem a presença policial e se mostram cooperativos. As manifestações de hostilidade, entretanto, parecem pesar muito na balança como variável de frustração.

Ao contrapor-mos as fala do comandante da UPP Providência e de um de seus soldados, temos uma noção mais clara da tensão entre o ganho de confiança e o desgaste da desconfiança. O comandante apresentava uma narrativa da gradação da conquista de confiança por parte do policiamento da UPP Providência:

*"Pessoas que outrora não falavam comigo, hoje já falam, pelo menos dão bom dia. Pessoas que me davam bom dia, hoje já adentram o prédio [da sede da UPP]. Pessoas que adentravam o prédio, hoje, já conversam comigo normalmente na rua. Pessoas que conversavam comigo normalmente na rua, hoje, eu já dou carona no meu carro. Então, as coisas estão evoluindo, gradativamente, passo a passo, as coisas estão evoluindo."<sup>89</sup>*

Em sua fala, essa evolução encontraria um ponto ótimo no qual as desconfianças fossem todas superadas.

Já um soldado que atua nessa unidade traduz da seguinte forma a frustração decorrente da relação cotidiana com os moradores locais:

*É meio chato. A gente tenta tratar as pessoas da melhor forma possível. A gente passa, dá bom dia, as pessoas não respondem. Passa a segunda vez, dá bom dia a pessoa não responde outra vez. Na terceira vez, a gente já fica exausto, não quer mais (...) É uma coisa que já afeta mais o meu lado humano já. Também, digamos, que a gente fica de palhaços. A gente quer tratar as pessoas bem, mas as pessoas não querem retribuir."<sup>90</sup>*

A fala desse soldado possui muitas sutilezas interessantes para a interpretação que propomos aqui. Ao afirmar, em primeiro lugar, que "A gente tenta tratar as pessoas da melhor forma possível", o policial indica que há, já de partida, uma dose de esforço em "tentar" tratar as pessoas bem. Se articulamos essa afirmativa com as percepções que também coletamos em outras conversas com policiais, podemos identificar nela a proximidade com o significado da atividade policial desenvolvida no contexto das UPPs como algo pouco identificado com aquilo que os policiais acreditam que seja o trabalho policial.<sup>91</sup> Por isso, o esforço que pode ser percebido na expressão "a gente tenta". A segunda parte do trecho da fala do soldado que citamos indica uma gradação inversa daquela do comandante da UPP. Essa gradação indica não uma confiança progressiva, mas um desgaste e um distanciamento progressivos. Dar bom dia uma, duas, três vezes, sem ser respondido resulta na exaustão e na sensação de estar agindo "como palhaço". O comandante na UPP Providência, na entrevista que nos concedeu, reconheceu esse desgaste e indicou a preocupação com um novo tipo de estresse da atividade policial estar presente no seu modo de observar o trabalho desempenhado por sua unidade. Ele disse:

*"A pressão é diferente. (...) Porque ele [o policial] está aqui diariamente. Lidando com uma população que nunca teve limites ou limites estabelecidos por uma sociedade dita normal." Essas falas indicam, ainda, um desconforto que não foi resolvido pelo policiamento das UPPs: como conjugar a imposição da ordem, de limites, com o tratamento polido? Esse falso dilema decorre da permanência de uma visão do policial sobre a favela que a considera como o lugar da desordem e da ausência de limites.<sup>92</sup>*

Se ponderarmos essas últimas falas com o depoimento de um morador da Providência, o qual citamos anteriormente, no qual ele indaga

*"Se eu estou pagando hoje porque existia o tráfico lá, por que não pagam os policiais pelo o que os outros fizeram?"*, percebemos que a situação posta pela UPP convive com a memória do momento anterior, marcado pela violência, e que tal memória produz implicações para o presente. Os policiais, de um lado, definem as dificuldades de se desvencilhar da imagem tradicional do policial; os moradores, de outro, mostram a persistência daquilo que foi feito, no decorrer dos anos, pela polícia nas favelas. A tensão latente e mútua nas relações entre policiais e moradores se relaciona com a irreversibilidade como dificuldade para a ação, tal como Hannah Arendt (1983: 248) a avaliou.

Um dos problemas da ação humana é que ela é irreversível, não é possível desfazer o que foi feito. Arendt, ao analisar o tema da ação como categoria política fundamental, avalia a irreversibilidade e a imprevisibilidade como questões centrais. Uma vincula quem age e quem sofre a ação às consequências de um único ato que, impossível de ser desfeito, impede que se possa agir novamente de outra forma e a despeito das consequências da ação passada. A outra elimina a confiabilidade da ação humana, uma vez que não se pode garantir suas consequências e sua constância. Assim como são dificuldades para a ação, são também obstáculos para o convívio coletivo, logo, para a política. Não é possível viver em um mundo onde seres igualmente capazes de agir tenham de ficar presos eternamente às consequências de seus atos passados e não tenham nenhuma garantia dos rumos de suas ações no futuro. As duas potencialidades da ação humana, que Arendt identifica como soluções possíveis para os problemas postos pela irreversibilidade e pela imprevisibilidade, são, respectivamente, os poderes de perdoar e prometer.

O poder de prometer é mais diretamente reconhecido como tema da vida política. É ordinária nos assuntos da esfera pública a evocação

89 Trecho do depoimento do comandante da UPP Providência.

90 Trecho do depoimento de um soldado da UPP Providência.

91 Adiante, teremos uma seção dedicada à discussão sobre o modo pelo qual o atendimento a ocorrências de pouco potencial ofensivo representa uma via pela qual o policiamento da UPP não é percebido pelos policiais como executor da atividade-fim da corporação. Aqui, podemos lembrar também do estudo de Sento-Sé (2010), que indica que aspectos como policiamento comunitário e direitos humanos são considerados pelos policiais fluminenses como temas menos importantes para o trabalho policial.

92 Egon Bittner (2000: 51) afirma que, para os policiais, "a área deteriorada é vista como o habitat natural das pessoas que perderam a capacidade e o comprometimento de levar uma vida 'normal' em bases permanentes". Essa visão está presente nas percepções sobre a favela das quais estamos tratando nesse ponto.



93 Veena Das (2007) realizou um estudo exemplar sobre as práticas de luto como modo de lidar com as situações de violência.

94 Aqui, é possível imaginar uma proximidade com a argumentação de Arendt, uma vez que ela caracteriza a violência como ação muda.

95 Arendt identifica que o dever de perdoar no Cristianismo está vinculado ao fato de que “eles não sabem o que fazem” e diz respeito, portanto, ao pecado, não se aplicando ao crime e ao mal intencional (1983: 251-252). Aquilo que o pecado significa, porém, para a moral cristã, é o que chamamos de crime na moral laica ocidental.

do poder de prometer como elemento estabilizador da ação. É por meio da promessa que a ação humana cruza o abismo da imprevisibilidade. A tradição ocidental do pensamento político conhece muitas atualizações do poder de prometer. Poderíamos argumentar, até mesmo, que a própria noção de pacto ou contrato social possui afinidades com a promessa como modo de estabilização da vida coletiva diante da imprevisibilidade.

O poder de perdoar é menos levado a sério nas reflexões sobre a esfera pública. Seu papel nesse campo das relações humanas também é menos óbvio. O perdão se contrapõe à irreversibilidade visto que desobriga “os homens daquilo que fizeram sem o saber” (Arendt, 1983: 252). O perdão libera não somente quem é perdoado, mas também quem perdoa o ato passado. Arendt indica que o perdão é pouco levado em conta como tema afeto à política, principalmente porque o amor é o fundamento do perdão. Ela indica que, na verdade, o respeito é a potência que fundamenta o perdão na esfera mais ampla dos assuntos humanos (1983: 254). É, de fato, impossível iniciar a leitura do trecho de Arendt sobre o perdão como categoria política sem pressupor que se trata de algo inócuo para a reflexão política e próximo de uma forma de sentimentalismo, sobretudo, porque a noção de perdão foi cunhada no seio da tradição cristã. Ao final da leitura, entretanto, percebemos que essa categoria, tão pouco explorada, é fundamental para a reflexão política. Isso fica claro pela vinculação que ela tem com o tema da ação.

A dimensão da memória da violência como fator de dificuldade para a ação, no que diz respeito ao objeto deste trabalho, torna o tema do perdão uma via profícua para a reflexão aqui proposta. Essa foi, aliás, a única via que encontramos para refletir sobre questões que observamos em campo e que descreveremos a seguir. Antes, contudo, é necessário articular o tema da irreversibilidade com a questão da violência.

A irreversibilidade é uma característica da ação humana em geral, mas que possui implicações mais profundas quando estamos falando da ação violenta. A violência, além de irreversível, é vazia de significado. Não poder reverter algo que se fez no passado é um problema para a ação; se esse ato passado ainda esvazia de significado as relações entre agressor e agredido, tal dificuldade é ainda maior. A questão que se aponta para o estudo das UPPs, portanto, é: como reabrir possibilidades de atuação na esfera dos assuntos públicos em um contexto em que os principais atores convivem com a

irreversibilidade de diversos atos violentos no passado?

Podemos pensar em quatro contrapartidas ou reações mais recorrentes por parte de quem sofreu um ato violento: o luto, a vingança, a punição e o perdão.

O luto, ainda que revele modos culturalmente compartilhados de construção (ou reconstrução) da subjetividade, em vista da perda ou do sofrimento provocado pela violência, consiste na via subjetiva para que se lide com o trauma.<sup>93</sup> Ele reúne posturas e procedimentos a partir dos quais o silêncio possui significado central.<sup>94</sup>

Já a vingança, a punição e o perdão são caracterizados por Hannah Arendt como respostas intersubjetivas à irreversibilidade da ação. A vingança é o oposto do perdão. Ela não encerra as consequências da primeira ofensa, mas as reafirma, atuando como uma “re-ação” (Arendt, 1983: 252). A relação entre a agressão e a vingança é como uma pedra que cai na água. Uma primeira perturbação produz reações semelhantes e em cadeia. A vingança, portanto, conserva elementos da ação original. Agressor e agredido seguem presos à ação original e suas consequências.

A punição é uma alternativa ao perdão e possui com ele em comum a tentativa de encerrar as consequências de uma ação. O vínculo entre essas duas categorias é mais profundo ainda: uma serve de medida para a outra. Arendt argumenta, nesse sentido, que é “significativo – elemento estrutural na esfera dos negócios humanos – que os homens não possam perdoar aquilo que não podem punir, nem punir o que é imperdoável” (1983: 253). Essa correlação pode ser percebida, até mesmo, na arquitetura dos sistemas modernos de justiça criminal. As punições imputadas aos réus condenados por seus crimes buscam que as consequências das agressões cometidas sejam interrompidas e a ordem seja reestabelecida. Cumprida a pena, são perdoados os crimes.<sup>95</sup>

Uma vez que Arendt não se refere, especificamente à ação violenta, é possível questionar se seu argumento realmente se aplica a esse tipo de ação. O único limite para a atuação do poder de perdoar que Arendt nos fornece são as ofensas definidas como “mal radical”, ou seja, aquilo que não se pode nem punir nem perdoar. Ela argumenta, nesse sentido, que “em tais casos, em que o próprio ato nos despoja de todo poder, só resta realmente repetir com Jesus: ‘Seria melhor para ele que se lhe atasse ao pescoço uma pedra de moinho e que fosse precipitado ao mar’” (1983: 253). A ação de que fala Arendt com

relação ao tema do perdão compartilha significado com termos como “transgressão”, “ofensa” e “agressão”. Parece-nos razoável, portanto, que se aplique o argumento de Arendt à reflexão sobre a permanência das consequências de atos violentos passados.

O mecanismo da punição não é útil para o contexto da memória da violência passada nas áreas que, agora, recebem as UPPs. As ações não foram, em primeiro lugar, cometidas pelos atores que hoje estão implicados na questão.<sup>96</sup> Está em jogo, além disso, a necessidade de descoberta de possibilidades de reconciliação para o estabelecimento de práticas voltadas para a esfera do convívio coletivo fundadas em outros patamares. Como, então, é possível que os de hoje deixem de pagar pelo que outros fizeram no passado?

Identificamos, no trabalho de campo, situações nas quais são postas em cena dinâmicas voltadas para o perdão. Um caso é emblemático quanto a isso e ocorreu no Morro da Providência. Vejamos como o comandante da UPP Providência nos apresenta essa cena:

*Terceira senhora que fez até um poema para mim... eu não esperava... sinceramente, eu não esperava... me desarmou. Ela perdeu dois filhos [em confronto com a polícia]. No dia 17 de julho [de 2010], foi num sábado, meu aniversário, eu estava aqui, foi exame de faixa das crianças do caratê,<sup>97</sup> quando eu voltei para a base, tinha um bolo me aguardando. Uma senhora que também perdeu um filho em confronto com a polícia orou por mim. Então, são coisas que só me dão mais vontade de trabalhar. Então, nós estamos no caminho certo.<sup>98</sup>*

Esse trecho da entrevista possui muitos pontos que merecem realce. O uso, em primeiro lugar, da expressão “me desarmou” é muito interessante. Ao introduzir a situação na qual recebeu um bolo de aniversário de moradores utilizando essa expressão para demonstrar sua surpresa, o entrevistado também evoca a capacidade que a atitude inesperada teve de despojá-lo de sua condição de agente armado, logo, de produzir um deslocamento de sua vinculação aos significados tradicionais da figura do policial.

O fato de a senhora ter “orado” por ele indica que ela tem vinculação religiosa de confissão protestante.<sup>99</sup> Como observaremos ao longo da presente argumentação, a filiação religiosa possui importantes implicações para as dinâmicas de perdão e reconciliação.

É notável também que o resultado dessa surpresa e da iniciativa da homenagem ao comandante no dia de seu aniversário é o estímulo profissional e a confirmação de que sua atuação estaria no rumo correto. Vemos, por esse aspecto, que a busca pela reformulação dos significados dos papéis e das relações entre policiais e moradores de favelas é vista como uma questão central do policiamento desenvolvido nas UPPs. Se as tensões são desfeitas e se a confiança é conquistada, há indícios de que a situação está tomando o caminho certo.

Entrevistamos a senhora que escreveu o poema ao comandante da UPP Providência. A conversa ocorreu em uma cozinha da Vila Olímpica da Gamboa, em um fim de semana quando ocorria um campeonato de caratê promovido pela UPP Providência e que reunia diversos atletas de diferentes favelas cariocas. Na cozinha, um grupo de cinco ou seis senhoras que se revezavam nas tarefas pertinentes à preparação de um almoço: uma farta macarronada para os participantes do torneio e seus familiares. A autora do poema contou que perdeu dois filhos, ligados ao tráfico de drogas, em confrontos com policiais, e que ela mesma já tinha atuado como traficante. Para se referir à sua época em atividades ilícitas, ela disse que era “muito levada”. Ela, então, tirou do bolso uma folha de caderno na qual estava o poema que dedicou ao comandante da UPP Providência. Este é o texto que copiamos da folha de papel:

#### Realização de um sonho

*Quem poderia imaginar*

*Que esse sonho torna-se realidade?*

*Em tão pouco tempo, em fração*

*De segundos tudo mudou, não parece*

*Mas daquela vida de um tempo que passou*

*Ah, quantas lágrimas rolaram em rostos!*

*Ah, quantas vidas órfãs ficaram!*

*Quantas mães choraram a morte*

*De seus filhos que um dia geraram.*

*Hoje tudo mudou.*

*Mudou para um mundo melhor.*

*Quem diria que lágrimas que*

*Outrora rolaram*

*Hoje rolam em rostos transmitindo alegria*

*Jovens que esperaram vocês desses sonhos?*

*Que realizações podem contemplar,*

*Vendo vidas sendo transformadas*

*Por gente que só querem te ajudar?*

96 Não sendo autores das ofensas, mas ainda respondendo por elas, os atores implicados poderiam ser contemplados pela fórmula “eles não sabem o que fazem”, que fundamenta o perdão.

97 No prédio da UPP Providência, funciona um curso de caratê oferecido por um cabo da PMERJ, que já existia na época do GPAAE, mas que, no contexto da UPP, teve um grande acréscimo de alunos.

98 Trecho do depoimento do comandante da UPP Providência.

99 O que foi confirmado no trabalho de campo.

*Ajudar com uma mão amiga,  
Uma mão que outrora vistes muitas  
Vidas a matar.  
Hoje, te levaram para um sonho,  
Sonho esse a se realizar.*

Seria, no mínimo, arrogante considerar esse poema e o contexto no qual foi entregue e dedicado ao comandante da UPP Providência como um fato meramente sentimental. Escrever e dedicar um texto em homenagem a um policial, em um ambiente repleto de desconfianças e tensões, foi um ato corajoso. Essa atitude representou, ainda, um ato político. O texto manifesta que ambos, os policiais e ela mesma, estão liberados das ações do passado e de suas consequências. A recorrência de termos como “tudo mudou”, significando que agora os “sonhos” podem se realizar, indica que, pelo perdão, estão abertos novos horizontes para ação e, portanto, as relações podem se estabelecer em outros patamares. O choro da morte e a perda das mães contrastam com a mão amiga estendida.

O caráter ingênuo do texto e seu tom sentimental, bem como o ar emocional que atravessa as falas dos envolvidos nessa situação, poderiam nos levar a menosprezar o significado desse fato. Se lembrarmos, contudo, que a autora do texto perdeu dois filhos em decorrência da violência entre traficantes e policiais, podemos perceber que a própria leveza do texto e seu sentimentalismo sintetizam uma questão fundamental. Trata-se de uma declaração explícita da disposição para a superação e liberação da memória do passado violento. A autora sabe, certamente, que a situação não mudou “em fração de segundo”, como ela afirma no poema. O horizonte do sonho, porém, presente no poema, vincula perdão e promessa: sua capacidade de perdoar é proporcional ao poder do comandante de prometer. O poema atua, portanto, como um convite para um novo pacto no qual as partes se comprometem com novas responsabilidades permeadas pelo respeito.

Esse horizonte se conjuga com as expectativas do comandante e com a forma que enxerga seu próprio trabalho:

*Estou gostando muito do que estou fazendo.  
Porque agora eu estou trabalhando, efetivamente,  
para a sociedade. Lógico que eu não deixei de ser policial. Se identificar qualquer tipo de ilícito, eu vou atuar. Mas acho que o fundamental é que estamos trabalhando em contato direto com a*

*população e ajudando nas suas necessidades diárias, que são muitas. Por muito tempo o governo, os vários governos que se passaram, não tinham uma política clara em relação às comunidades carentes. Estavam abandonadas a sua própria sorte. Muitos dos meus conceitos, que eu tinha já pré-estabelecido, eu estou modificando. Eu não conseguia entender, à época, como que a população não denunciava o traficante. Hoje, eu já entendo que é uma atitude de sobrevivência. Pura e simples. Eu não vou ficar divagando muito. É uma questão de sobrevivência mesmo. Que ele [o morador] não tem para onde ir. Se ele pudesse não moraria na comunidade. É certo. Então, eu vejo com muitos bons olhos esse programa, essa ideia de UPP, que ainda não é um modelo de policiamento comunitário, no meu ponto de vista. Vai ser transformado em policiamento comunitário. Primeiro foi a conquista efetiva de território, aí a manutenção desse território. O próximo passo é angariar confiança da população, que, infelizmente, por vários desvios de integrantes da minha corporação, onde, muitas das vezes, exaltados pela mídia de modo que elas queiram vender, óbvio... mas, muitas vezes, exaltados, porque nós fazemos, diariamente, muitas coisas boas que não é divulgado, não aparece, infelizmente, nós fazemos muitas coisas boas também. E, hoje, eu vejo com muitos bons olhos esse programa, já me repetindo, porque é o contato diário com a população que é passando credibilidade. Vai demandar tempo, mas o objetivo aqui é, efetivamente, angariar confiança da população. Mostrar que é um trabalho sério, que nós viemos para ficar.<sup>100</sup>*

Essa fala mostra um deslocamento da posição do policial no sentido da compreensão da posição do morador e no distanciamento de posições tradicionais de caráter preconceituoso. O aspecto fundamental desse discurso, contudo, é a afirmação da promessa que possui dois pontos centrais: mostrar que o trabalho é sério, logo, confiável, e que a proposta da UPP veio para ficar. Essas duas questões são essenciais para afastar os riscos da imprevisibilidade.

É curioso notar o significado da afirmação “Lógico que eu não deixei de ser policial”. Ela revela a tensão que existe no deslocamento da atividade policial para patamares menos violentos. Resiste o risco de que, ao não agir com força ou de forma violenta, ele se afaste daquilo que definiria a atividade policial nos padrões culturais ainda vigentes. O jogo de produção de significado para o fazer policial no contexto das UPPs lida com a seguinte questão: como agir sob novos fundamentos sem deixar de ser

policial? O reconhecimento da autoridade que não se afirma pela força – ou seja, as manifestações de respeito por parte da população local – é essencial para que se confira significado ao trabalho policial desenvolvido nas UPPs e para que, portanto, ele também seja reconhecido e valorizado como algo que vale a pena.

O que observamos é que as dinâmicas de reconciliação e ganho de proximidade entre moradores e policiais envolvem a vinculação entre o poder de prometer e cumprir suas promessas, por parte da polícia, e o poder de perdoar, por parte dos moradores. Tal perdão se manifesta pela postura do morador de assumir o risco implicado no fato de se aproximar da polícia.

Além do caso exemplar narrado aqui, existem diversas situações observadas em campo que procuram fazer essa costura da reconciliação e promover o ganho de proximidade. Foram promovidos bailes de debutantes, casamentos comunitários, eventos esportivos e culturais, entre outras atividades em diversas favelas que receberam as UPPs. Todas essas atividades têm em comum o fato de possuírem um caráter solene. Nessas cerimônias, são encenadas ou ritualizadas<sup>101</sup> situações de reconciliação e de perdão. Em todos esses eventos, está embutida a marcação de um novo momento nas relações entre moradores de favelas e policiais e a superação do momento anterior de violência e desconfiança.

A essas situações de reconciliação o ex-comandante geral das UPPs, coronel Robson Rodrigues, chama de “rituais de humanização”.<sup>102</sup> Esses contextos são também rituais de perdão e promessa: a promessa de um novo tempo e o perdão do tempo passado.

O elemento da promessa, além das situações rituais, é um aspecto cotidiano da atuação da polícia. Ele consiste, em outras palavras, na manutenção de uma postura policial que se distinga do padrão tradicional marcado pela truculência e pela violência. É fundamental para que as UPPs realmente cumpram a proposta de colocar em marcha uma mudança na própria PMERJ que o poder de prometer seja uma pauta que oriente a atuação policial, no sentido de indicar maior confiabilidade e previsibilidade. Os comandantes das UPPs também têm procurado dar institucionalidade à produção de previsibilidade a partir da escalação de alguns policiais, sobretudo praças femininas, como no caso do Tabajaras/Cabritos, para atuarem como relações públicas. Ocorrem, além disso, reuniões periódicas com os moradores para discutir as questões locais relacionadas à segurança pública.

As situações de perdão, aspecto menos ordinário e mais sutil para a argumentação que se propõe a pensar a esfera pública, não podem ser pensadas do ponto de vista institucional. Isto porque, como argumentou Arendt (1983: 252), ao contrário da vingança, o perdão não pode ser previsto ou premeditado. Ainda que se busque uma ritualização do perdão, não há como institucionalizá-lo. Por que, então, a preocupação em pensar sobre as situações de perdão do ponto de vista da reflexão sobre as questões da esfera pública relacionadas ao tema das UPPs? As situações de perdão figuraram na pesquisa que levamos a cabo como uma das poucas alternativas ao seguinte dilema: por que os atores de hoje não devem pagar pelo que foi feito por outros no passado?

Responder a essa questão não seria algo necessário se somente o elemento da promessa bastasse, ou seja, se fosse suficiente que a polícia se mantivesse fiel às promessas de mudança que fez. Ocorre, no entanto, que é fundamental para o desenvolvimento do trabalho policial nas favelas, de acordo com novas premissas, que os policiais de hoje não paguem pelo que os outros fizeram no passado. A resistência e a desconfiança são aspectos de desgaste e degradação do trabalho policial. Não basta que se considere que o trabalho policial seja fiscalizado e acompanhado de perto pela população. É importante que o policial acredite na proposta de trabalho em bases não truculentas com a mesma intensidade com que tradicionalmente adere à proposta do confronto e da violência como motor de sua atuação. Por mais que preguemos que a atividade policial deva estar pautada por procedimentos claros e compartilhados,<sup>103</sup> não podemos esperar que o policial seja um burocrata como outro qualquer. A dimensão existencial é fundamental para a atuação policial<sup>104</sup> e seu trabalho possui uma natureza muito específica, afinal, não é todo mundo que está disposto a portar uma arma e usá-la se for necessário. Bittner (2000) também traduziu bem a especificidade da atividade policial, ao afirmar que os serviços policiais são aqueles que ninguém quer. A motivação da atividade policial é um aspecto fundamental para o sucesso de sua atuação. A capacidade de prometer e entregar está, portanto, vinculada à produção de significado para a atuação policial. Parece-nos, por isso, importante descrever e analisar as situações de perdão e o modo como ocorrem.

Outra razão para darmos atenção a essa dimensão é que ela está muito presente nos discursos de nossos entrevistados como elemento

101 Ainda que tenhamos optado por utilizar o termo “ritual”, não temos a intenção de nos remeter à vasta literatura teórica e empírica sobre rituais que possui lugar de destaque nas disciplinas antropológicas, mas também atravessam a teoria política por meio de contribuições de autores como o antropólogo René Girard.

102 Em entrevista ao programa televisivo “Conexões Urbanas”, do Grupo Cultural AfroReggae, exibido no canal fechado Multishow. É importante notarmos que, nessa mesma entrevista, ao falar das situações de estabelecimento de uma nova relação entre moradores de favela e policiais, o coronel Robson se emocionou, chorou e teve de dar uma pausa na conversa até se recompor. Da mesma forma que no caso do poema ao policial da UPP Providência, esse tipo de cena pode ser interpretada pelo analista menos cuidadoso como algo piegas e sentimental. O choro e o caráter emocional estão plenos de significado e consistem no cerne das condições de possibilidade de motivação e produção de sentido para a atividade policial no contexto das UPPs e sua percepção pela população envolvida.

103 A ausência desses elementos fundamentais na formação e na reprodução do conhecimento sobre a atividade policial na PMERJ foi analisada em artigo de Caruso, Patrício e Pinto (2010).

104 Assim como avaliado por Muniz (1999) em sua tese de doutoramento.



105 Trecho do depoimento do pároco que atua no Tabajaras.

107 Batalhão de Operações Especiais da PMERJ.

importante para a construção de significados em torno das condições de possibilidade de obtenção de sucesso no desenvolvimento das atividades das UPPs. Os trechos da entrevista com o comandante da UPP Providência, por exemplo, mostram isso. A perspectiva metodológica de caráter compreensivo, inspirada por Hannah Arendt (2008), que adotamos neste trabalho, leva-nos a não colocar sobre o senso comum nenhuma consideração reflexiva fundamentada em premissas próprias. Isso quer dizer, em outras palavras, que optamos por respeitar e dar importância analítica àquilo que pensam e fazem os sujeitos e protagonistas desta pesquisa. Ainda que sejamos críticos com relação àquilo que dizem, fazem e pensam nossos entrevistados, não adotaremos, em momento nenhum, a postura que considera suas percepções como fruto do engano ideológico ou da falsificação cínica.

Uma das características das situações de perdão no contexto da UPPs é que, frequentemente, elas são mediadas por lideranças locais com inserção religiosa. Isso é verdadeiro no caso da Providência onde um pastor local, o mesmo que lidera a igreja a qual pertence a senhora que escreveu o poema ao comandante da UPP, adota essa situação de mediador. Ele nos contou que muitos “irmãos” o procuraram com a dúvida sobre se deveriam ou não frequentar o prédio da UPP ou se aproximar da polícia. Ele se apresentou, então, como uma espécie de fiador das promessas da polícia. Ele afirmou que estimula seus fiéis a se aproximarem da UPP porque acredita na sua proposta e pretende contribuir com ela. Não é mera coincidência que religiões de matriz cristã figuram como mediadoras e promotoras das dinâmicas de perdão, visto que Arendt (1983) constrói sua teoria a partir do Cristianismo, reputando a Jesus a invenção dessa ideia.

O pároco católico que atua no Morro dos Tabajaras também procura demonstrar que acredita que a UPP traz um novo momento, com outro patamar de relações. Ele diz:

*Por um histórico antigo e recente em que a polícia nem sempre foi a referência do nosso povo. Houve um período que aqui falar da polícia era perigoso, mas eu vejo que está sim havendo uma mudança, uma reversão desse quadro, da pessoa que é o policial, a que ele remete. Há uma mudança em positivo, com certeza. Porque aqui tinha polícia. Inclusive quando eu cheguei em 1996 aqui tinha polícia e depois, por várias razões, e por certos aspectos também compreensíveis por parte da polícia porque ser policial você é chamado a ter um certo status e a ter um certo tipo*

*de comportamento com seu povo. (...) Então, há sim uma mudança positiva a respeito desse fato e também uma maior tranquilidade sim nos relacionamentos. Você vê que o tipo de paço que você tem e o tipo de relacionamento que você vê qual quer um quando passa um policial, que é uma posição de estima.<sup>105</sup>*

Sua fala se vincula aos horizontes de mudança das posturas e relações entre policiais e moradores. Não foi possível identificar, no trabalho de campo, se a atuação do padre, diante dos fiéis da igreja local, tenta construir essas pontes. Se sua homilia incorporasse aspectos do depoimento que nos deu, teríamos uma situação na qual sua figura de líder religioso atua como mediador das relações entre fiéis e o policiamento das UPPs.

Nas quatro áreas com UPPs onde realizamos nossa pesquisa, os comandantes mostraram ter percebido as oportunidades de articulação com as lideranças religiosas como possíveis trajetórias para a construção de um novo pacto permeado pela promessa e pelo perdão.

No caso do Batan, a mediação religiosa possui um lugar central no trabalho de produção de proximidade entre a população local e o policiamento da UPP. O sargento que atua nessa unidade como relações públicas da UPP é um líder local, que possui uma ONG que atua no Batan e é pastor em uma Igreja Pentecostal naquela favela. Esse perfil também é compartilhado pelos outros dois principais líderes locais. O presidente da associação de moradores é tenente do Bope<sup>107</sup> e líder de uma Igreja Pentecostal local (mesmo não sendo sacerdote nessa igreja, ele é uma liderança religiosa). Outro pastor local também possui uma ONG e disputa o lugar de liderança comunitária. Todos eles possuem vinculações partidárias.

O contexto do Batan, porém, é um tanto distinto do das demais favelas com UPPs. O Batan foi a única localidade que era controlada por uma milícia e que foi ocupada pela UPP. As posições identitárias e de poder são diferentes, portanto, daquelas que atravessam a memória, as desconfianças e as resistências dos moradores locais. Um policial da UPP Batan define essa distinção da seguinte forma:

*Aqui no Batan, é tranquilo [o relacionamento com os moradores]. Agora outras UPPs aí ... o pessoal não gosta. É difícil, né? Eles vêm de 40 anos de opressão e aí é polícia. Acabou, agora o Estado está aqui. Aí tem irmão de traficante, tem primo de traficante, tem irmão de traficante, tem*

*aquele que se dava bem com o tráfico. (...) Ele não pode mais fumar maconha, não pode cheirar cocaína aqui na esquina (...) Então, a gente entende a não aceitação em alguns locais.<sup>108</sup>*

Em termos do ganho de proximidade e da existência de resistências, o fato de o Batan ser anteriormente ocupado por uma milícia parece não oferecer dificuldades. Esse fato, ao contrário, é relatado com uma vantagem com relação às outras favelas dominadas pelo tráfico. Ali não existiriam as resistências oriundas dos vínculos de pertencimento e afinidade com o tráfico de drogas (irmão, primo de traficante). Por essa característica, o tema do perdão não se aplica tão bem ao caso do Batan. O protagonismo religioso no Batan atua mais como agente da salvação do que mediador do perdão.

Entre os religiosos de matriz protestante que entrevistamos no Batan, foi recorrente a identificação da presença e atuação da UPP com narrativas de salvação do povo daquele lugar. Os líderes religiosos dessa vertente, portanto, ao adotarem a situação de mediadores entre os policiais e os moradores do Batan, em vez de promoverem o perdão, acreditam estar contribuindo para a realização da própria salvação.

Nas narrativas escatológicas de caráter protestante presentes nos discursos de religiosos que entrevistamos no Batan, parece existir uma gradação na qual o tráfico é o estágio mais distante da salvação, e a milícia e a UPP são etapas evolutivas. O tráfico de drogas e seu controle territorial figura como o elemento mais identificado com o mal.<sup>109</sup> O sucesso da UPP, na visão dos religiosos protestantes que corroboram sua validade e acreditam nas práticas dessa unidade policial, representaria um passo mais acabado para a salvação do povo do Batan.

Seja no discurso do perdão, seja nas narrativas da salvação, a presença e a atuação religiosas possuem um lugar fundamental na mediação e articulação entre os moradores locais e a atuação policial. Constitui-se, portanto, uma interessante agenda de pesquisa para outros estudos a investigação do protagonismo religioso local e a construção da legitimidade da atuação policial no contexto das UPPs. Tentamos mostrar aqui apenas a existência dessa questão e sua centralidade para a consolidação das práticas de policiamento das UPPs sobre patamares distintos dos padrões tradicionais de atuação policial em favelas cariocas. Procuramos realçar essa dimensão do problema, tentando mostrar a importância de uma questão essencial que cor-

re o risco de ser subestimada ou avaliada como piegas e sentimental pelos intérpretes do tema das UPPs e das questões da segurança pública no Rio de Janeiro.

## ABORDAGEM E ATRITO

A abordagem policial ocupa um lugar importante nas práticas que constituem o fazer das UPPs. Ao entrevistarmos policiais que atuam nessas unidades, indagando-os sobre o que fazem no dia a dia de seu trabalho, a abordagem de pessoas foi muito relatada como uma atividade frequente. Esse é um tema sensível da atividade policial em geral que ganha contornos específicos no contexto das UPPs.

A abordagem de pessoas é via pela qual a presença policial e o aspecto do uso da força se manifestam de forma mais patente, fazendo-se perceber, até mesmo, fisicamente. O policial é o agente do Estado que está autorizado a pôr a mão em alguém. A presença policial é sempre, por isso, constrangedora. Por mais polida que seja e transcorrida de acordo com procedimentos e comandos claros e conduzidos de modo delicado, a abordagem policial está vinculada ao fato de que aquele sujeito que está abordando pode usar a força física contra o sujeito abordado. Não há quem tenha sido abordado por um policial que não considere que a situação foi constrangedora. É por essa questão que se recomenda que a abordagem policial ocorra de acordo com procedimentos padronizados e reconhecidos como legítimos. Essa questão, entretanto, é uma fonte tradicional de atritos e desgastes entre a atuação policial e sua percepção pela população. Nos contextos de UPPs, entretanto, esse tema ganha contornos específicos e ainda mais tensos e desgastantes.<sup>110</sup>

Como procuramos identificar em seções anteriores deste trabalho, a simples presença policial e a latência da memória da violência anterior já produzem desgastes e tensões nas relações entre moradores de favelas e policiais. Se a presença policial é constrangedora para qualquer pessoa, ela é muito mais coercitiva para o cidadão que convive historicamente com a violência como marca dessa presença. Quando essa presença se faz perceber, portanto, pela abordagem, todas as tensões se precipitam e os desgastes e distanciamentos são postos em cena. Isso se acirra pelo fato de que uma das atividades mais recorrentes da atuação policial nas favelas com UPPs é a abordagem de pessoas.

Nos momentos iniciais, sobretudo, da implantação das UPPs, a abordagem de pessoas é mui-

108 Trecho do depoimento de um policial da UPP Batan.

109 Ainda que os líderes religiosos tenham relatado que mantinham uma relação de respeito mútuo com os traficantes, na base do “você não se mete comigo que eu não me meto contigo”.

110 Esse tipo de problema motivou, por exemplo, a elaboração conjunta, com a participação de policiais, moradores e lideranças da sociedade civil, de uma cartilha de abordagem no Morro Santa Marta.

to frequente. É a partir da abordagem que os policiais buscam identificar criminosos remanescentes e “filtrar” quais são os moradores que não oferecem risco. Essa é uma fonte importante de atrito e reiteração de desgastes entre os moradores das favelas e os policiais.

No Borel, por exemplo, um morador nos relatou que um homem teria dado uma “rasteira” no policial que interveio em uma briga entre ele e sua mulher. Toda a situação culminou em um grande imbróglio no qual foram implicados o policial e o morador, resultando em um grande desgaste entre eles. Foram muito frequentes no Borel as queixas dos moradores de que os policiais não abordam as pessoas de modo adequado, sendo muito ríspidos e até truculentos. Isso ocorreu também no caso da Providência, do Tabajaras/Cabritos e do Batan. Por parte dos policiais, foram comuns as afirmações de que os moradores não se comportam de modo adequado na situação de abordagem, sendo desrespeitosos. Esses casos, entretanto, são, em geral, ditos como a exceção e não a regra na relação com os moradores. Essas tensões e desgastes, entretanto, produzem situações de conflito que não devem ser subestimadas. Foi relatada, por exemplo, no Borel uma situação na qual uma pedra teria sido atirada no carro da Polícia, o que produziu uma reação inadequada por parte dos policiais, que teriam ordenado o fechamento do comércio local. A despeito da veracidade desse fato e de seus desdobramentos, a narrativa sobre ele demonstra o acirramento das tensões que produzem conflitos preocupantes.

A categoria do desacato à autoridade e todas as ambiguidades dessa noção contribuem para que esse tema produza desdobramentos ainda mais complicados. Essa categoria é comumente invocada como resposta às manifestações de descontentamento e resistência por parte dos moradores nas situações de abordagem. A prisão por desacato é um dos resultados dos conflitos decorrentes da abordagem policial. Isso, além de reiterar os desgastes e aprofundar as consequências do atrito, pode ser uma fonte de abusos e excessos por parte dos policiais das UPPs.

Foi comum o relato, entre os moradores entrevistados na pesquisa, de que os desvios de conduta em situações de abordagem ocorrem em plantões específicos, principalmente os noturnos. Um morador do Batan afirmou, nesse sentido: *“De madrugada, se você vem aqui, você vai ver a atitude dos policiais totalmente diferente.”*

Em uma das UPPs que visitamos, seu comandante, ao pedir para um de seus subordinados para destacar policiais que atuam no patrulha-

mento para que fossem entrevistados por nosso pesquisador, teve como resposta: “Pode ser do GAT?”. Ao que retrucou: “Do GAT não, pelo amor de Deus!”. O GAT, Grupamento de Ações Táticas, atuava naquela UPP encarregado do policiamento mais voltado para a possibilidade de confronto, mais próximo, portanto, do padrão tradicional de atuação da PMERJ. A reação do comandante nessa cena indica que os tratamentos distintos dos policiais no modo de abordar os moradores variam não somente de acordo com os plantões, mas também conforme as diferentes tarefas operacionais dos policiais atuantes nas UPPs.

Existem duas saídas para os conflitos inerentes às relações entre os moradores e os policiais, sobretudo, aos que se manifestam nas situações de abordagem. É necessário, em primeiro lugar, que se estabeleçam e se consolidem mecanismos de controle externo que possam fiscalizar e acompanhar os excessos e desvios da conduta policial nas abordagens. Essa ferramenta, tradicional nos modos de gestão modernos pautados pela responsabilidade e pela racionalidade, é importante, mas insuficiente no que diz respeito a dirimir o conflito e amenizar tensões. Isso porque possui um caráter apenas punitivo e coercitivo, sem interferir diretamente sobre as fontes do atrito.

É recomendável, por essa razão, em segundo lugar, que sejam estabelecidas situações de pactuação local entre moradores e policiais sobre as regras, procedimentos e condutas implicadas na abordagem policial. Não basta que o procedimento seja padronizado e fiscalizado, é fundamental que ele seja reconhecido por todos os envolvidos.

#### COMO OS POLICIAIS PERCEBEM SUA PRÓPRIA ATUAÇÃO EM COMPARAÇÃO COM O RESTANTE DA PMERJ: A “FEIJOADA” DE CADA DIA

Nas conversas e observações que compuseram o trabalho de campo da presente pesquisa, a percepção dos policiais sobre o trabalho que desempenham possui um caráter ambíguo. Se há, por um lado, a sensação de que o policiamento que efetuam, finalmente, possui significado e dá algum fruto; por outro lado, há percepções que questionam se as atividades desempenhadas realmente dizem respeito às vocações e finalidades do trabalho policial. Esse contraste ocorre, principalmente, na comparação entre os discursos dos comandantes e dos praças.

Nas entrevistas que realizamos, há, por parte das linhas de comando, a percepção de que a UPP estabelece a abertura de novos horizontes para a atividade policial. Foi muito comum a fala de que, agora, eles poderiam fazer algo que realmente tem consequência e finalidade. Essa perspectiva define a existência de possibilidades para o reconhecimento profissional e a persecução de resultados que o trabalho nos batalhões ordinários não fornece.

Do ponto de vista profissional, no que diz respeito às linhas de comando, as UPPs fornecem boas oportunidades de reconhecimento. Em contraste com a realidade dos demais batalhões e unidades operacionais e administrativas da PMERJ, as UPPs propiciam a possibilidade de que um jovem oficial, na patente de capitão, ocupe o comando de uma unidade. O contato constante com o Comando-geral e a proximidade administrativa com os gabinetes dos chefes do Estado Maior, do comandante-geral e da Secretaria de Segurança também representa a aquisição de uma posição profissional incomum entre os jovens oficiais da PMERJ. Esses fatores, associados ao fato de que há um razoável apoio político e institucional aos comandos das UPPs, resultam em uma situação na qual comandar uma UPP significa uma posição de relativo prestígio. Isso explica, em alguma medida, a satisfação com o trabalho que desempenham e um engajamento acima da média por parte dos comandantes que entrevistamos. Foi comum o relato de que eles chegam ao trabalho por volta das 8 horas da manhã e só saem em torno das 8 horas da noite e que seus telefones funcionais ficam ligados 24 horas, todos os dias da semana. Eles relataram, ainda, que, mesmo nos dias quando não estão de serviço, eles procuram visitar as unidades ou entrar em contato com os plantonistas para saber como está transcorrendo o trabalho.

Essa mesma situação profissional de destaque não se verifica no modo pelo qual os praças percebem o trabalho que desempenham. De maneira geral, os praças que atuam nas UPPs são recém-ingressos na corporação, a maioria tendo essas unidades como primeira experiência profissional como policiais. Eles não possuem, portanto, os mesmos parâmetros profissionais de uma experiência anterior com relação a qual a UPP possa representar uma mudança ou ganho qualitativo. Ainda que recebam uma gratificação em dinheiro<sup>111</sup> para atuarem nas UPPs, não identificamos, em seus depoimentos, o mesmo grau de satisfação que permeia as falas dos comandantes. Seus depoimentos indicam

problemas tanto no que diz respeito à infraestrutura operacional como à própria natureza das atividades que desempenham.

As questões que apontam como dificuldades do seu trabalho percorrem os seguintes aspectos: (i) o desconforto que resulta da tensão existente na relação com os moradores e do fato de ficarem muito expostos e estes constrangimentos (por exemplo, ter de pedir um copo d’água ou para usar o banheiro); (ii) a questão de muitos morarem longe de suas residências; (iii) o fato de experimentarem na UPP uma forma de policiamento que não os alcança nas áreas onde eles vivem, principalmente, a Baixada; (iv) o questionamento sobre o que fazem ser ou não trabalho de polícia (há uma frustração com o atendimento de ocorrências corriqueiras e de baixo potencial ofensivo as quais dão o jocoso apelido de “feijoadá”, sobretudo, pelo grau de interação e comprometimento que o policial tem de ter com a ocorrência e com as pessoas nela envolvidas).

As tensões latentes, das quais tratamos em seções anteriores, produzem uma forma particular de constrangimento aos jovens policiais que compõem a maioria da tropa das UPPs. É sabido que figura no imaginário do jovem que entra na PMERJ a expectativa da possibilidade de vivenciar a situação de confronto. As UPPs, além de não oferecerem esse tipo de experiência (são raríssimos os confrontos), levam o policial à situação do policiamento de proximidade, na qual as mais diversas demandas da população local lhes são trazidas e ele quase nunca efetua prisões ou troca tiros.<sup>112</sup> Ainda que suas atividades estejam mais próximas do serviço que a PMERJ efetivamente deveria prestar à população que o policiamento tradicional, elas não correspondem às expectativas que os jovens policiais possuem com relação a sua profissão. O problema é não haver incentivos profissionais, para além da compensação financeira, que redirecionem as expectativas desses jovens praças, na mesma medida do que ocorre com os oficiais comandantes das UPPs.

Tendo em vista que as UPPs se expandiram<sup>113</sup> rapidamente e houve uma demanda muito grande por efetivo, a corporação incorporou jovens concursados, que esperavam ser chamados para atuar no interior do estado, e os destacou para a atuação nas UPPs. No período em que estivemos em campo, foram muito comuns, nas conversas que tivemos com os praças, as queixas de que eles têm de trabalhar em locais muito distantes de suas residências. Muitos são de cidades serranas, do norte ou sul

111 No valor de R\$ 500.

112 É importante lembrar, aqui, que, mesmo os policiais que trabalham no policiamento tradicional realizado pela PMERJ, não efetuam atividades relacionadas às expectativas de combate. Predomina na rotina da maior parte dos policiais o atendimento a ocorrências de menor potencial ofensivo.

113 Quando iniciamos a presente pesquisa, havia 10 unidades inauguradas; hoje, já estamos em 22.



114 No Complexo do Alemão, foram inauguradas algumas UPPs, no período da escrita deste ensaio. A UPP da Rocinha também foi inaugurada neste período.

115 Ver Rodrigues, 2011.

116 Rodrigues (2012) aborda essa questão em artigo em que avalia o contexto da greve policial ocorrida no estado da Bahia, no início de 2012.

117 Ver Caruso, Patrício e Pinto (2010: 108).

118 A definição de Hannah Arendt de que a violência é a ação muda nos ajuda, novamente, a tornar nosso argumento mais claro.

do estado, o que implica que, a cada plantão, tenham de percorrer de três a quatro horas de deslocamento para chegar aos seus postos de trabalho, com a mesma distância para o retorno às suas casas. Isso se apresentou como um fator de muito desgaste profissional. Havia um plano de realocar, em médio prazo, esses policiais para as suas cidades, mas, com a perspectiva recente de inauguração de UPPs na Rocinha e no Complexo do Alemão, a demanda por efetivo será grande, o que dificultará que se cumpra esse remanejamento.<sup>114</sup>

Uma questão curiosa que figura como um descontentamento para a atuação profissional dos praças nas UPPs diz respeito à percepção de uma importante contradição estrutural: o policiamento que se espera que eles efetuem em seu trabalho não é o mesmo que é entregue pelo estado nos lugares onde eles vivem. Um praça que atua na UPP Providência nos disse que queria morar lá porque na Baixada Fluminense, onde ele vive, não possui a mesma segurança. Isso é uma contradição tradicional nas questões relativas à segurança pública e à atividade policial no Brasil. A forma mais comum em que ela se manifesta é com relação ao mundo do direito. Como agentes da lei, os policiais brasileiros costumam experimentar o desconforto de não serem contemplados pela tutela de muitos direitos que devem contribuir, em sua atividade profissional, para que sejam assegurados. Como verificamos em outros trabalhos de pesquisa que realizamos,<sup>115</sup> essa é, por exemplo, uma das fontes para a grande resistência dos policiais com relação ao tema dos direitos humanos, diante dos quais são em geral retratados, tanto pelo senso comum como pela crítica especializada, como potenciais violadores, sem que haja a preocupação com a observação das garantias de direitos desses profissionais.<sup>116</sup>

Os modos de transmissão do conhecimento que predominam na formação dos policiais militares do Rio de Janeiro consistem na aquisição de “malícia” ou “tirocinio” que só se aprendem na prática, nas atividades operacionais, sobretudo, nas atividades convencionais da Rádio Patrulha (RP) e do Policiamento Ostensivo (PO).<sup>117</sup> Ir para as ruas e experimentar essas formas de policiamento são requisitos tradicionais e reconhecidos como os momentos em que o novato efetivamente se torna policial no processo de aquisição de conhecimento e experiências que ocorre no convívio com os policiais mais velhos. Experimentar o combate também é outro aspecto correntemente apontado como etapa necessária para que se forje um policial

de verdade. As UPPs, felizmente, não cumprem esse trajeto de iniciação e a atividade policial pertinente a essas unidades lidam com questões que estão muito distantes desse imaginário.

Os conflitos de natureza interpessoal predominam na rotina do policiamento efetuado pelas UPPs. Questões relativas ao volume do som e respeito ao silêncio, rixas, brigas, vinculadas ou não ao consumo de álcool, foram as ocorrências que mais figuraram nas falas de nossos entrevistados quando questionados sobre o que costumam fazer no cotidiano de seu trabalho e a quais demandas costumam atender. O socorro e o auxílio de pessoas com dificuldades de locomoção e problemas de saúde são outras das tarefas muito recorrentes no cotidiano do policiamento das UPPs. No imaginário dessa profissão, infelizmente, o atendimento a esse tipo de demanda não é visto como pertinente àquilo que define, por excelência, o trabalho policial. Lidar com a “feijoada” é algo que parece representar uma tarefa menor no imaginário policial predominante na PMERJ. Pelo que pudemos perceber nas entrevistas com policiais que realizamos na pesquisa, estar, na maior parte do tempo, dedicado a essas ocorrências é uma fonte de constrangimentos; como se isso significasse ser menos policial ou executar um trabalho de menor prestígio dentro da corporação. Este é, portanto, um problema de caráter cultural e que demanda que se construam novos valores que sejam fundamentais para o trabalho policial na PMERJ.

Outro tipo de constrangimento relativo ao trabalho de policiamento que atende, prioritariamente, ocorrências de menor potencial ofensivo, de caráter interpessoal, é o grau de envolvimento que o policial tem com a situação. Nas ocorrências mais violentas, predominam a impessoalidade e a distância entre o policial e as partes envolvidas. Em conflitos, violentos ou não, de natureza interpessoal, a intervenção policial demanda que as partes sejam ouvidas e que o policial procure interceptar os potenciais de violência e lidar de modo mais próximo com a ocorrência. Ele está, nessas situações, tanto física como emocionalmente, mais implicado que nos casos nos quais os patamares de violência são maiores e predomina o uso da força.<sup>118</sup> Isso requer que o policial tenha maior sensibilidade em lidar com a situação e que esteja preparado para mobilizar um conjunto de saberes e posturas de caráter não violento para neutralizar e encaminhar a ocorrência. Em um contexto permeado por tensões, no qual a própria identidade policial está implicada nas questões de fundo do

conflito, é fundamental que essas habilidades não violentas e dialógicas sejam ainda mais apuradas. Esse, entretanto, é um campo do saber policial ainda pouquíssimo desenvolvido na formação e na cultura profissional da PMERJ.<sup>119</sup> A situação de desprestígio experimentada pelos praças atuantes nas UPPs, em contraste com a experiência dos comandantes, não se baseia somente no modo pelo qual eles percebem seu trabalho, mas como acreditam que o restante da tropa os veem.

O avanço prático e operacional obtido pelas UPPs, no que diz respeito à redução da violência armada e à abertura de trajetos de vazão para os conflitos de natureza interpessoal, encontrase em descompasso, pelo que tentamos mostrar, com as expectativas e percepções da tropa de praças. No Morro da Providência, por exemplo, tivemos o relato de um praça de que tinha efetuado uma prisão decorrente de um crime relativo à violência de gênero. Um homem abusava sexualmente de sua enteada e a sua mulher mantinha em segredo a situação por temer o tipo de intervenção que o tráfico poderia efetuar em sua situação. Com a entrada da UPP, ela se sentiu encorajada a denunciar o agressor. É muito significativo que a violência de gênero e doméstica passe a ser um tema cotidiano na esfera dos assuntos públicos relativos à segurança nas favelas. Trata-se de uma questão grave, muito recorrente, e que antes ocorria, mas não era percebida pelo Estado e pelas vias formais e legítimas de resolução de conflitos e interceptação da violência. É importante, contudo, que a tropa esteja qualificada para lidar com formas de conflito e violência que possuem um caráter mais sensível e complexo. Consideramos que deve haver uma atenção especial para o modo pelo qual a PMERJ valoriza a habilidade e a eficiência para lidar e resolver situações de conflito de natureza não violenta ou de baixo potencial ofensivo. Tais habilidades deveriam sair do lugar simbólico do desprestígio.

## O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO COMO HORIZONTE

Ainda que os discursos e as percepções dos policiais com os quais tivemos contato em campo se confundam e, vez por outra, tratem o trabalho desenvolvido na UPP como algo similar ao policiamento comunitário, tanto o discurso oficial como alguns analistas<sup>120</sup> já deixaram claro que as UPPs não efetuam esse tipo de policiamento. Ele figura, entretanto, no horizonte de desenvolvimento das UPPs. O que costuma

ser posto pelo discurso dos gestores responsáveis pelas UPPs é que elas, hoje, praticam o policiamento de proximidade, cuja característica fundamental é a presença diuturna em determinada área e uma interação mais estreita com a população local, mas, no futuro, podem ser tornar unidades de policiamento comunitário. Esse é, aliás, o único horizonte definido oficialmente pelos gestores das UPPs, além da promessa de que elas “vieram para ficar”.

Consideramos razoável que, uma vez que o policiamento comunitário é posto como horizonte, seja útil avaliar quais são as diferenças entre a situação atual e a meta futura. Por que, então, o trabalho das UPPs não pode ser caracterizado como polícia comunitária?

Em um dos trabalhos de maior fôlego sobre o policiamento comunitário e suas diversas versões ao redor do mundo, Jerome H. Skolnick e David H. Bayley apresentam uma premissa fundamental e definidora dessa forma de policiamento que já é suficiente para entendermos a questão principal de distinção com relação às práticas das UPP. Segundo eles: “A premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança” (2000: 18). Os comandos das UPPs costumam, em geral, realizar reuniões periódicas com a população local, mas tais encontros estão longe de significar algo como a premissa anteriormente citada.<sup>121</sup> O refinamento da escuta das questões e demandas da população local não significa a ampliação de seu protagonismo na obtenção da segurança. Isso implicaria não somente o refinamento da proximidade, mas também alguma forma de coordenação ou institucionalização da participação e do protagonismo comunitários na gestão local da segurança.

Skolnick e Bayley detalham essa premissa geral em algumas normas definidoras do policiamento comunitário:

*“(…) quando os departamentos de polícia agem – ao invés de apenas falar sobre o policiamento comunitário –, tendem a seguir quatro normas: 1. Organizar a prevenção do crime tendo como base a comunidade; 2. Reorientar as atividades de patrulhamento para enfatizar os serviços não-emergenciais; 3. Aumentar a responsabilização das comunidades locais; e 4. Descentralizar o comando.” (2000: 19).*

Podemos dizer que apenas os itens 2 e 4 dessas normas definidoras do policiamento comunitário

119 A esse respeito, pode ser consultado o trabalho coordenado por João Trajano Sento-Sé (2010: 56 e 67), no qual vemos a prioridade, existente nas percepções dos policiais da PMERJ, para as questões relativas ao combate e ao uso da força em detrimento dos saberes e ferramentas não violentas. É importante notar também que predomina, entre os policiais militares pesquisados neste trabalho, a percepção de que a forma prioritária de policiamento em favelas deve ser pautada pelas operações especiais de combate.

120 Ver, por exemplo Machado da Silva, 2010.

121 Esses encontros não fazem parte da rotina de todas as unidades.

122 Alguns moradores entrevistados na pesquisa alegaram que os policiais da UPP circulam pouco no interior da favela.

123 O enorme número da população carcerária mundial é um dos índices dessa contradição.

124 A esse respeito, pode ser consultado o estudo de Stuart Mill (1861, cap. VI).

rio estão, parcialmente, presentes no policiamento de proximidade praticado atualmente pelas UPPs.

A reorientação para os serviços não emergenciais ocorre pela redefinição da postura da prática policial, mas também pelas demandas apresentadas pela população local. Essa questão convive, entretanto, como procuramos mostrar na seção anterior, com códigos culturais e práticas que não foram reorientadas.

Os comandos, assim como ocorreu com os GPAs, são descentralizados nas UPPs, no que diz respeito à estrutura geral da PMERJ. É estabelecido um comando local que possui relativa autonomia com relação às linhas centrais de comando. A atuação, em âmbito local, entretanto, possui um caráter ainda muito vertical e similar ao restante da estrutura da PMERJ, mesmo que seja possível perceber uma maior proximidade entre o comandante de UPP e sua tropa.

É curioso notar que as UPPs não assumem completamente um caráter preventivo. Mesmo se diferenciando do policiamento ordinário, marcado pela reatividade, o serviço prestado pela UPP mantém uma postura de estar na rua e aguardar a demanda.<sup>122</sup> A violência não é mais a tônica do policiamento, mas há poucos movimentos no sentido do envolvimento da população e da elaboração de estratégias de prevenção da violência.

Não há garantias de que o policiamento comunitário seja a forma mais adequada e eficiente de trabalho policial, seja em áreas de favela ou em outras regiões da cidade. Quando, aliás, Skolnick e Bayley descrevem os aspectos da prevenção do crime baseada na comunidade é possível perceber que eles estão falando de uma forma de policiamento que possui afinidades com estilos de vida característicos das camadas médias. De um ponto de vista normativo, porém, não há dificuldades em afirmar que a forma de policiamento mais desejável e congruente com as sociedades democráticas, pacíficas e plurais seja o policiamento comunitário. O alto grau de controle externo e a participação da população são dois aspectos que tornam o policiamento comunitário desejável. O poder policial e sua prerrogativa do uso da força é uma questão delicada para qualquer sociedade que pretenda consolidar modos de convívio democráticos e pacíficos. Toda vez que há um crime e que as forças policiais são chamadas a intervir, independentemente dos desdobramentos e resultados da ação, a organização democrática da vida coletiva é questionada.<sup>123</sup> São tênues os limites da cidadania nos processos de intervenção da

força e de punição das agressões à vida coletiva. Quanto maior for o controle e mais claramente limitado for o mandato dos agentes encarregados de, se necessário, utilizarem a força, menores são os riscos para a ordem democrática. É um risco de qualquer mandato público que o representante não utilize o seu poder em nome e para o benefício dos representados.<sup>124</sup> Se o poder delegado é capaz de decidir sobre a vida e a morte das pessoas, esse risco é ainda maior. O policiamento comunitário tem sido valorizado, do ponto de vista normativo, como uma forma de lidar com esse problema.

É necessário que haja um acompanhamento mais constante e aprofundado da relação entre policiamento comunitário e o trabalho policial desenvolvido pelas UPPs. Podemos, assim, ter informações mais detalhadas sobre as condições de possibilidade de consolidação de horizontes desejáveis para a consolidação como experimento de policiamento nas favelas do Rio de Janeiro.

Uma lacuna importante da situação atual das UPPs é que não há qualquer definição formal sobre as etapas a cumprir para que a migração do policiamento de proximidade para o policiamento comunitário ocorra. O policiamento comunitário reside, então, no imaginário e em um horizonte que pouco se vincula à experiência presente. Não definir estratégias para o desenvolvimento e a manutenção do policiamento das UPPs consiste, ainda, em uma possível fonte de sua estagnação e deterioração. Seja para a consolidação do policiamento comunitário ou do policiamento de proximidade, é importante que se definam os passos para a transição entre o momento inicial e a realização dessas formas de policiamento.

### O EXPERIMENTO COMO OPORTUNIDADE E O RISCO DA EXPANSÃO: ROCINHA E COMPLEXO DO ALEMÃO

O que tem sido constantemente anunciado como o próximo passo das UPPs não tem nada a ver como o desenvolvimento interno das atividades de cada uma das que já existem, mas quando será inaugurada a próxima unidade. Mesmo antes da produção de estudos e avaliações sistemáticas das UPPs, houve uma expansão considerável das áreas abrangidas por elas. Elas cobrem, atualmente, a maioria das favelas da zona sul e os bairros de classe média da zona norte, com unidades isoladas na zona oeste. Pela distribuição das áreas abrangidas, fica claro que

há uma prioridade no atendimento das regiões da cidade onde se concentram as pessoas com maior renda, o que tem sido denunciado como a vinculação entre as UPPs e o projeto da cidade olímpica.<sup>125</sup> O que está em jogo é o clássico dilema entre escala e qualidade, atravessado pelas assimetrias culturais, sociais e econômicas vigentes na cidade do Rio de Janeiro.

Uma das críticas muito recorrentes no senso comum às UPPs é que elas não atingem todas as favelas do Rio de Janeiro e que as cobre de modo desigual, agravando o quadro de violência e insegurança das favelas não atendidas por essas unidades de policiamento. Consideramos, entretanto, que o fato de as UPPs não assumirem uma dimensão de escala, ampliando o número de áreas que atendem, é uma virtude e uma vantagem e não um erro estratégico. Seria, obviamente, desejável que o padrão de policiamento menos violento vigente nas UPPs alcançasse o maior número possível de áreas da cidade, sobretudo se estabelecemos o contraste com as formas tradicionais de policiamento em favelas. A implantação de UPPs em escala fragiliza, entretanto, a oportunidade oferecida por seu caráter experimental.

As UPPs podem ser um importante laboratório de aperfeiçoamento e reformulação do policiamento prestado pela PMERJ no Rio de Janeiro. Para isso, é necessário que se dediquem tempo e recursos para a produção de conhecimentos sistemáticos sobre essa experiência. Antes que seja tomada como a grande promessa e alternativa para a interrupção das dinâmicas deletérias da prática policial tradicional nas regiões mais pobres do Rio de Janeiro, é fundamental que se estruture em termos doutrinários e estratégicos aquilo que efetivamente as UPPs significam.

Na situação presente, as UPPs se definem de acordo com um conjunto mínimo de preceitos e procedimentos – como o uniforme diferenciado do restante da corporação, por exemplo –, mas há uma grande margem de atualização de condutas e procedimentos por parte dos comandantes de cada unidade. Se isso, por um lado, propicia um grande potencial de experimentação; a ausência de mecanismos institucionais claros de monitoramento, avaliação e revisão das práticas resulta, por outro lado, em um desperdício desse potencial criativo e no risco de que as UPPs se tornem fruto das inclinações particulares de seus comandantes. O que ocorre, hoje, com as UPPs é que o sucesso de cada unidade depende, em grande medida, da competência e da boa vontade de seu comandante.

Diante desse contexto, dois passos arriscados foram dados: a ocupação dos Complexos do Alemão e da Penha e da favela da Rocinha para a criação das UPPs.<sup>126</sup> No primeiro caso, houve uma ocupação militar que se estendeu por mais de um ano até que fosse inaugurada a primeira UPP naquela região. Na Rocinha, o Bope promoveu uma ocupação para a implantação da UPP da Rocinha. Com isso, definiu-se a necessidade de implantação de UPPs, abrangendo um dos maiores conjuntos de favelas da cidade e uma das suas maiores favelas (em termos populacionais).

O prato da escala parece ter pesado mais que o do experimento. A hipótese que esse fato sugere é que as UPPs do Complexo do Alemão e da Rocinha serão algo absolutamente distinto das demais unidades desse tipo. Cada unidade, naturalmente, possui suas particularidades e deve lidar com adaptações à realidade local. Isso é desejável e não se questiona. O risco presente é que se desfigurem um conjunto de práticas e experimentos em sua expansão em escala, antes mesmo de se tornarem um programa de segurança pública, com metas e premissas claras e compartilhadas com a população.

### UMA ANEDOTA SOBRE O RISCO DA CORRUPÇÃO POLICIAL E A NECESSIDADE DE CONSOLIDAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO

Desde que foram lançadas as UPPs, vez por outra, emergem denúncias de abusos e desvios por parte da atuação policial.<sup>127</sup> A resposta mais frequente por parte do comando das UPPs a essas denúncias tem sido a pronta-apuração e o rigor no afastamento e punição dos envolvidos.

A ausência de mecanismos claros e compartilhados de controle da atividade policial nas UPPs faz com que esses casos não ultrapassem a esfera das denúncias imprecisas. É preciso, entretanto, reconhecer que os policiais que atuam nas UPPs recebem um controle e uma exposição maior das atividades que desempenham se comparados à atuação do restante da tropa. Mesmo que o policiamento das UPPs represente a parcela da PMERJ sobre a qual a população mais exerce controle, a eficácia desse controle é relativa e frágil. Isto porque ele ocorre principalmente em função da visibilidade do trabalho das UPPs na opinião pública e pelo fato de essas unidades ainda estarem na ordem do dia das ações de segurança pública no Rio de Janeiro.

A corrupção policial no seio das UPPs pode, ironicamente, ter consequências mais graves que

125 Ver o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2012).

126 Os Complexos do Alemão e da Penha foram ocupados pelo Bope no fim de 2010. A Rocinha foi ocupada pelo Bope para implantação da UPP no início de 2012.

127 Em uma busca simples no Youtube, procurando por palavras como “abuso policial” e “UPP”, retorna alguns vídeos com denúncias desse tipo. Uma busca de mesma natureza nos jornais também encontra resultados com casos ocorridos nas UPPs.



128 Até porque, há muitas continuidades entre o exercício do poder do Estado e a proliferação da violência em áreas degradadas da cidade, sobretudo, pelas dinâmicas de segregação que possuem a polícia como operador central.

129 O mesmo que elegemos como o narrador do conflito entre a Polícia e os moradores de favela em uma seção anterior deste trabalho.

as práticas de corrupção tradicionais. De modo distinto das práticas do “arrego” (nas quais o policial não adquire junto com o dinheiro o poder sobre a comunidade), a corrupção policial nas UPPs, caso ocorra, conjuga-se com um alto grau de controle sobre os assuntos da vida cotidiana. Na forma tradicional do “arrego”, o policial não se torna sócio do negócio, os riscos com que estamos lidando modificam essa situação. Além da gravidade própria do abuso de poder por parte de um policial da UPP, há os riscos inerentes à associação entre o desvio de conduta e o controle territorial.

Não tínhamos, em um primeiro momento, considerado esse tema como objeto de análise pelas dificuldades relativas à confirmação das denúncias e pelo desencontro de versões que geralmente permeiam essas situações. Como este também não é um trabalho jornalístico com fins investigativo, também não nos ocupamos com a apuração da veracidade das ocorrências de desvio de conduta policial. A identificação da ausência de mecanismos institucionais de controle externo especificamente voltados para as UPPs já era suficiente como ponto de análise para este trabalho.

Uma experiência de campo, que ocorreu de modo anedótico – a despeito da gravidade do teor da questão – ofereceu uma dimensão substantiva da iminência dos riscos ao trabalho das UPPs relativos ao tema da corrupção policial.

Enquanto um de nossos pesquisadores dava aula em uma turma de capitães da PMERJ que se preparavam para uma seleção para a posição de major, a turma fazia piadas com um dos capitães que era comandante de uma UPP. Não era possível perceber o teor das brincadeiras, mas elas produziam certo constrangimento a esse capitão.

Muitos alunos da turma dispunham de gravadores e aparelhos de celular sobre a mesa do professor para coletarem o registro sonoro das aulas. O capitão que era alvo das gozações também pôs seu aparelho de telefone sobre a mesa do professor para gravar a aula. No que o celular desse capitão tocou, interrompendo a aula, muitos alunos começaram a brincar dizendo que ele atendesse porque “era o amigo dele do morro” que estava ligando.

Nosso pesquisador, ao narrar o fato em uma reunião semanal da equipe da presente pesquisa, interpretou-o como produto das resistências (àquela altura da pesquisa já identificadas por nossos pesquisadores) do restante da tropa da PMERJ ao policiamento da UPP. Sua interpretação tendia a associar aquelas brincadeiras dos

colegas de turma aos estigmas que fundamentavam, por exemplo, o tratamento do GPAE, em seu tempo, pelo termo jocoso de “GMÃE”.

Meses depois, entretanto, aquele capitão, comandante de uma UPP, foi afastado por corrupção e associação ao tráfico de drogas.

Entendemos que esse foi um fato isolado, até porque, desde que passamos a pesquisar o tema das UPPs, tivemos contato com boa parte dos comandos dessas unidades e acompanhamos as rotinas de muitas delas. Não desejamos, de forma nenhuma, generalizar essa anedota como metonímia da situação corrente das UPPs com relação à questão da corrupção. Nossa finalidade, ao contar essa história, é tão somente de identificar o risco da corrupção policial no contexto das UPPs como justificativa da necessidade iminente de se institucionalizar mecanismos de controle externo específicos.

Acreditamos que os mecanismos vigentes de controle são insuficientes para o desempenho eficaz. A situação posta pelas UPPs, como mostraremos na seção seguinte, estabelece um controle incomum do policial no cotidiano das pessoas. Isso é um forte motivo para que se intensifiquem e aperfeiçoem os mecanismos de controle sobre essas atividades.

#### LACUNAS E LUGARES DE PODER: O INTERCÂMBIO ENTRE O PODER DA ARMA E O PODER POLÍTICO

As UPPs não promovem somente uma grande mudança no cotidiano das favelas que ocupam; elas também reconfiguram, de modo drástico, as relações de poder. A retirada das armas do tráfico produz uma lacuna de poder. Ainda que os grupos de traficantes não constituam um “poder paralelo”, ou um “Estado dentro do Estado”, como alguns argumentam,<sup>128</sup> eles exercem um poder local nas áreas as quais controlam. Esse poder, ainda que não ultrapassasse os limites das favelas, é grande internamente, tendo em vista a quantidade de assuntos sobre os quais o tráfico arbitra e o modo pelo qual incide sobre as decisões de vida ou morte. Um morador da Providência que entrevistamos<sup>129</sup> define o poder exercido pelo tráfico da seguinte forma:

*“Em certos casos, o tráfico é um mal necessário. Por quê? Ele ordena, administra, mas também pune. Mas existe um respeito, o respeito ao morador. Eu sempre dei entrevista que o tráfico sempre fez aquilo que o governo nunca fez.”*

É interessante notar que ele se refere ao tráfico com as mesmas palavras com as quais descreveu o policiamento das UPPs em outra parte de seu depoimento: o “mal necessário”. Como veremos ao longo desta seção, a equivalência entre o lugar de poder do tráfico de drogas e da polícia foi algo um tanto frequente nos depoimentos que coletamos em campo.

Com a saída das armas do tráfico, fica a lacuna de poder. Até que as ferramentas de arbítrio, mediação e decisão formais do estado democrático se consolidem e sejam reconhecidas, compartilhadas, acessíveis, eficazes e legítimas, nos espaços antes controlados por traficantes, muitas configurações de poder ocorrem; a principal delas é aquela que associa o poder da arma ao poder político. É importante deixar claro que, ao utilizarmos a expressão “poder político”, não compartilhamos do uso corriqueiro que é dado a ela, ou seja, o poder que gira em torno da política institucional. Queremos descrever com isso o poder de decisão cotidiana sobre os assuntos da esfera pública.

Diante da lacuna de poder e da indefinição das regras formais que devem estar em vigor, a associação entre o poder da arma e o poder político é vista como a fonte mais imediata do poder. Esse é um dos componentes que concorrem para a percepção do papel da Polícia como equivalente, sem o componente do uso arbitrário da força, àquele que era desempenhado pelo tráfico na administração cotidiana dos assuntos da vida pública. Foi comum encontrar entre os sujeitos entrevistados a percepção da imagem da UPP e seu comandante como os novos “donos do morro”.

A articulação entre o poder da arma e o poder político não ocorre de modo analógico e mimético, como se essa fosse a única forma reconhecida de poder por parte dos moradores. Esse foi, entretanto, o modo fundamental de poder que esteve vigente de modo mais saliente no cotidiano das favelas ocupadas por grupos de traficantes durante longos períodos de tempo. Um componente que contribui para que a presença policial armada seja percebida como uma forma de poder sobre a vida cotidiana das favelas ocupadas pelas UPPs, equivalente ao poder que antes era exercido pelo tráfico, é a indefinição de papéis da atuação policial no contexto dessas novas unidades de policiamento. O resultado dessa indefinição de papéis é o excesso de atribuições. Isso representa o aspecto fundamental da proximidade entre o poder do tráfico e o poder das polícias. Um praça que entrevistamos no Morro da Providência indica essa questão

ao dizer a seguinte frase: “Hoje, qualquer tipo de problema vem para a sede da UPP”. O que casa com a percepção de uma moradora do Borel: “Agora a UPP resolve tudo!”. Na UPP Tabajaras/Cabritos, uma policial manifestou sua percepção do excesso de atribuições que são dadas ao policiamento da UPP da seguinte forma: “Não é obrigação da polícia, mas a gente tá fazendo. Acho que não tem problema nenhum você tentar ajudar.”

O excesso da interferência policial na vida cotidiana das favelas ocupadas pelas UPPs e a ausência de parâmetros claros e compartilhados de limites para ela produz situações como a que foi narrada por um policial que entrevistamos. Ele nos contou, com uma visível satisfação, no contexto dos fatores que faziam com que seu trabalho finalmente fizesse sentido e fosse eficaz, que, ao passar pelas ruas da favela e encontrar jovens sem fazer nada, ele os manda para as suas casas. A satisfação na fala desse policial é que, agora, os jovens obedecem. Ele não percebia, em seu discurso, que esse tipo de situação revela uma intromissão excessiva de sua atuação no controle da vida cotidiana daquela favela.

A influência das UPPs sobre uma quantidade excessiva e indefinida de assuntos da vida cotidiana das favelas produz também desconfortos entre o policiamento e as lideranças locais constituídas. Foi muito recorrente nas falas dos líderes locais que entrevistamos a afirmação de que a UPP esvazia e deslegitima suas atuações nos assuntos da vida pública local. Um desses líderes manifesta essa tensão evocando, justamente, a equivalência entre o arbítrio do tráfico e a atuação do policiamento da UPP: “Você só trocou de pai, mas na realidade tudo continua a mesma coisa.”

Em mais de uma ocasião, ao entrarmos no campo e perguntarmos aos moradores onde ficava a associação de moradores local, foi-nos indicado o endereço da UPP. Interpretamos isso como algo significativo da confusão de papéis entre a atuação da UPP e o exercício do poder político local por parte das lideranças constituídas.

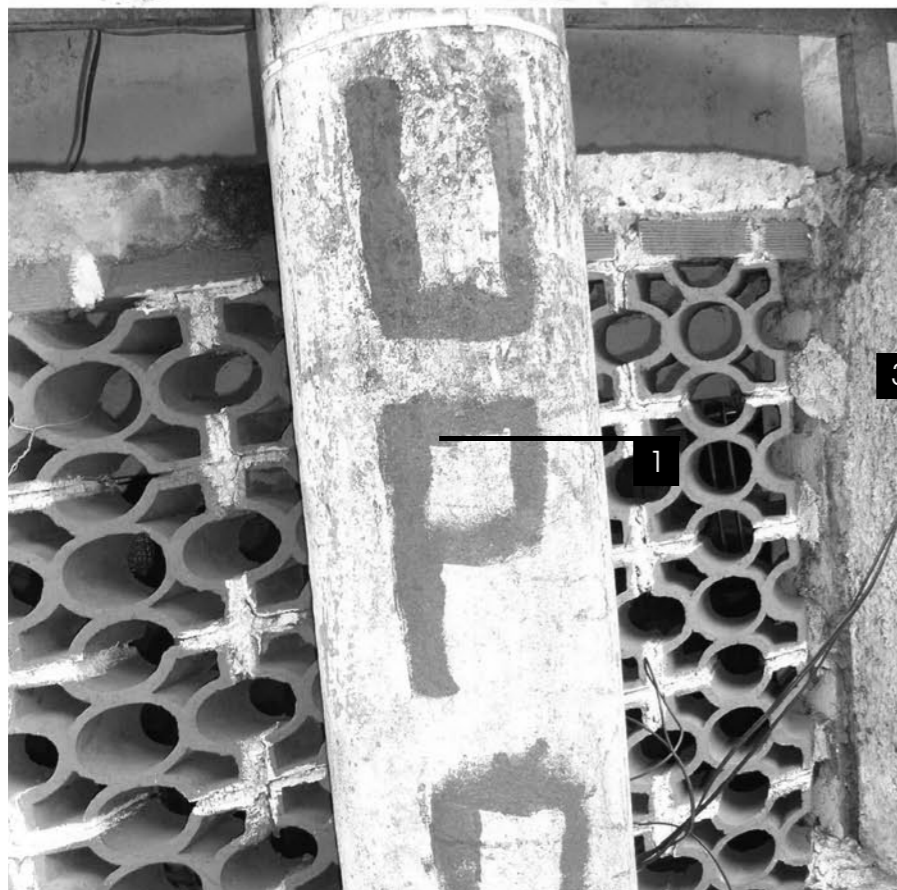
Se essa já é uma questão delicada se considerarmos apenas a situação operacional corrente e as percepções sobre o policiamento, quando o comando de uma UPP atua como se estivesse procurando ocupar o lugar de mando deixado pela saída do tráfico, a questão se agrava. Em uma das favelas que pesquisamos, uma série de inscrições nas paredes indica uma disputa simbólica entre o poder do tráfico e o poder policial. Foram encontradas algumas inscrições em tinta azul<sup>130</sup> nas paredes da favela com as iniciais “UPP”. O simples fato de se marcar as





paredes com as iniciais da UPP já demonstra uma extrapolação dos limites que deveriam ser respeitados na atuação policial, no que diz respeito ao controle social. Algumas dessas inscrições foram feitas, entretanto, para cobrir as pichações que faziam referência e apologia da facção de traficantes que ocupava a favela antes da entrada da UPP. Não há como garantir que essas inscrições foram feitas por policiais, mesmo que os depoimentos de alguns entrevistados indiquem isso. A despeito disso, consideramos que essa disputa é muito significativa da equivalência simbólica entre o poder policial e o poder do tráfico.<sup>131</sup>

APRESENTAMOS ALGUMAS FOTOGRAFIAS COM EXEMPLOS DESSAS INSCRIÇÕES.



130 É importante notar que o discurso jocoso que associa o controle policial das favelas em concorrência com o controle dos grupos de traficantes designa a polícia como "comando azul".

131 Instantâneos tirados em 21 de novembro de 2010.

- 1 - Pintura em poste com as iniciais da UPP em tinta azul
- 2 - Outro poste marcado com a inscrição "UPP"
- 3 - Local onde se joga lixo de modo irregular com a inscrição e a placa da UPP e da Comlurb
- 4 - Inscrição em parede em tinta azul sob placa, assinada pela Comlurb e pela UPP
- 5 - Detalhe da placa

- 6 - Inscrição referente ao tráfico em parede coberta por tinta azul
- 7 - Inscrição em parede das iniciais da UPP
- 8 - Diversas inscrições referentes ao tráfico cobertas com tinta azul
- 9 - Detalhe de inscrição que fazia referência ao tráfico coberta com tinta azul





Outro fator que revela um excesso do significado da presença policial nas favelas ocupadas pelas novas unidades de policiamento é o próprio fato de que o termo “UPP”, utilizado como metonímia de “favela ocupada por uma UPP”, tem se tornado a própria metonímia da favela. A UPP se anexa e se sobrepõe, muitas vezes, ao próprio nome da favela. A “Favela da Providência”, ou “Morro da Providência”, passa a ser referida como a “UPP Providência”. Isso destaca a presença policial como síntese da vida nas favelas e contribui para a sua centralidade simbólica. Vale a pena destacar, também, que a própria seleção do nome da UPP oculta a existência de outras comunidades dentro da “comunidade” considerada pela UPP. A UPP do São João, embora não seja nosso estudo de caso, engloba três comunidades: São João, Matriz e Quieto. Mesmo no caso do Borel, em que a UPP é chamada de “UPP Borel/Chácara”, quase não se faz referência à segunda localidade.

Além do atendimento a diversas demandas imprevisíveis, inerente ao trabalho policial, fica a cargo das UPPs a regulação de alguns dos serviços prestados nas favelas. As referências à UPP como instância acionada para a resolução de problemas de abastecimento de energia ou água, por exemplo, foi muito frequente nas descrições sobre o trabalho policial que obtivemos

em nosso trabalho de campo. A regulação dos serviços de mototáxi e dos bailes funk representam questões exemplares da mobilização indefinida da UPP como instância de controle.

Os mototáxis são reconhecidos como um serviço essencial para a vida coletiva em muitas das favelas cariocas. Formadas, muitas vezes, por estreitas vielas e ladeiras íngremes, o acesso por motocicletas é uma alternativa muito requisitada pelos moradores. Esse serviço, entretanto, é ilegal. A despeito de sua ilegalidade, os comandos das UPPs optaram, a nosso ver de modo inteligente, por não suspenderem essa atividade, mas por buscarem sua regulação. Isso produz, contudo, um constrangimento na atividade policial visto que recai sobre ela a responsabilidade de administrar a ilegalidade. Esse, entretanto, não é o maior problema, uma vez que acreditamos que a construção de consensos sobre temas delicados e cruciais para a vida cotidiana seja uma via mais inteligente e eficaz para lidar com os conflitos inevitáveis na ordem democrática que a aplicação formal dos preceitos legais a todo custo. A questão é que essa regulação ocorre de acordo com as premissas eleitas pelos próprios comandantes, sem pactos mais amplios e dialógicos e sem a padronização procedimental desses acordos.

O tratamento dado aos bailes *funk* foi o in-

verso do caso dos mototáxis. Optou-se por, a princípio, proibi-los todos. Adotou-se um procedimento-padrão de regulação, registrado no documento que ficou conhecido como “Resolução 013”, que indica as determinações da Secretaria de Segurança Pública sobre a questão. O problema é que esse procedimento definido a priori não se fundamenta em diálogos e consensos sobre a questão e limita e constrange novas conversas e acordos.

Essa questão está atravessada por um problema clássico da atuação policial. Como Egon Bittner define, a decisão sobre o acionamento ou não da lei por parte do policial se amplia nos contextos de policiamento em locais que ele chama de “áreas deterioradas” (2000: 50). A ampliação desse tipo de decisão, em um contexto no qual a presença policial está permeada por questões específicas de poder local, como tentamos mostrar anteriormente, pode se tornar uma fonte preocupante de abuso policial. Na prática, o policial da UPP tem muito poder em suas mãos, sendo o comandante a única instância de contenção. Aqui, mais uma vez, identificamos a necessidade de criação de mecanismos claros e compartilhados de controle externo e a abertura de canais de produção de consensos locais como forma de conter o poder policial e buscar uma definição mais precisa e adequada de suas atribuições.<sup>132</sup>

Michael Walzer (2003) define que uma das características do despotismo é o intercâmbio do domínio de um bem sobre o outro. Ao defender uma noção mais plural da noção de igualdade, a que define como “igualdade complexa”, em uma reflexão sobre a justiça distributiva, Walzer se detém sobre o modo pelo qual os bens se relacionam na construção coletiva de modos de distribuição. Não é possível, nem desejável, de acordo com sua abordagem, que se defina um bem que se sobreponha aos demais como definidor dos critérios de justiça. A sociedade que Walzer imagina procura valorizar a pluralidade a partir da defesa do convívio de diversas “esferas da justiça”. Tais esferas deveriam permanecer independentes entre si e os cidadãos participariam simultaneamente de diversas esferas de modo plural. O despotismo é definido, portanto, a partir do intercâmbio entre o bem de uma esfera como elemento do domínio sobre outra esfera. Walzer procura identificar a necessidade de contenção de intercâmbio entre os bens como forma de conter o despotismo: o dinheiro, por exemplo, não deveria ser convertido em êxito intelectual.

O contexto do objeto do presente estudo está

imerso em um dos principais problemas da consolidação de nosso regime democrático: o intercâmbio entre o poder das armas e o poder político. O poder da arma possui, digamos, muita liquidez em sua conversão para outros bens. A forma mais grave desse intercâmbio é quando a arma se torna poder político, ou seja, poder de decisão sobre os assuntos da vida pública. O tráfico atua tradicionalmente a partir desse intercâmbio. A identificação do lugar de poder do tráfico com o lugar de poder da polícia, diante deste cenário e desta argumentação, torna-se uma questão que merece atenção e define muitos riscos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS: AVANÇOS E DILEMAS POSTOS PELAS UPPS

Ao longo deste ensaio, procuramos mapear questões importantes para organizar as reflexões em torno das UPPs mais que procurar respostas sobre elas. As dimensões da vida cotidiana e do trabalho policial foram valorizadas aqui como fonte para a reflexão política sobre práticas que possuem um caráter experimental e que despertam profundo interesse da opinião pública e dos estudiosos do campo da segurança pública no Brasil.

O contexto dos debates sobre as UPPs está atravessado por muitas questões de escopo amplo e variado que remetem, muitas vezes, aos problemas estruturais do convívio coletivo na cidade do Rio de Janeiro. Sem desprezar a importância desse debate sobre a cidade, procuramos valorizar a dimensão das práticas cotidianas como oportunidade compreensiva do que são as UPPs. Operamos, portanto, de acordo com uma chave compreensiva que se inspira na noção de compreensão definida por Hannah Arendt (2008). O presente exercício reflexivo procurou, portanto, pensar a política sem sobrepor premissas anteriores e exteriores às percepções dos sujeitos implicados. Os autores foram mobilizados não como modelos explicativos, mas como ferramentas para pensar aquilo que as falas e as experiências de campo nos sugeriram.

Quando escrevemos o projeto que deu origem a este trabalho o chamamos de “Avaliação e Monitoramento das Unidades de Polícia Pacificadora”. Logo que entramos em campo, porém, nos demos conta de que não seria possível monitorar e avaliar algo que não se constituía ainda, a despeito de parte do discurso oficial, como uma política de segurança pública ou mesmo um programa definido de policiamento

132 Não perdemos de vista, entretanto, que, como define Bretas (2011), os limites das atribuições das atividades policiais são uma questão em aberto e constantemente atualizada por contextos particulares.



A perspectiva compreensiva, portanto, mostra-se mais profícua e apropriada às questões suscitadas pelas UPPs.

Das questões que abordamos, alguns avanços e dilemas emergiram. Acreditamos que essa seja uma boa contribuição para o debate acerca das UPPs, que deve ser continuado e cada vez mais qualificado.

A contenção de dinâmicas de violência e brutalidade representa uma dos êxitos mais notáveis das UPPs. Isso porque, em primeiro lugar, elas buscam interromper um círculo vicioso alimentado a mais de meio século no Rio de Janeiro no modo de lidar com a questão da segurança nas áreas de favela. Cabe ressaltar que tal mudança propiciada pelas UPPs tem como aspecto fundamental a mudança na postura da atuação policial, com a redefinição de prioridades (as armas no lugar das drogas) e a adoção de estratégias mais inteligentes de policiamento. As UPPs apresentam-se, dessa forma, como um experimento interessante para a modificação da cultura policial vigente na PMERJ.

Em contraste com esse avanço, percebemos que tal cultura policial predominante promove um importante descompasso, sobretudo por parte dos praças, entre a proposta das UPPs e as expectativas profissionais. O seguinte trecho da fala de um dos comandantes de UPP que entrevistamos é significativo a esse respeito:

*Você ouve muitas histórias de combate. O policial já sai da academia querendo combater, mesmo que ele tenha tido uma outra orientação, na hora da formação. Mas ele já sai com isso arraigado ainda. Ele já entra com essa intenção de querer experimentar o combate. Mas só aquele que já esteve em combate, sabe que não é uma coisa produtiva. Efetivamente, não é produtivo. Se faz necessário em alguns momentos? Sim. Estamos aí pra isso. Mas acredito que possa existir uma forma de atuação mais abrangente. Porque eu vejo o combate como uma das ferramentas do policiamento. Não é o policiamento. É só mais uma das ferramentas.<sup>133</sup>*

A questão crucial é que não foram, ainda, desenvolvidos processos de construção da identidade policial que desenvolvam essas outras ferramentas e concorram com a cultura do combate. Em termos mais objetivos, deveria existir uma política mais clara que tornasse a atividade do policial de UPP algo valorizado, como uma “elite da tropa”, da mesma forma que o policial de combate é visto. Sem isso, como procuramos argumentar ao longo deste ensaio, os processos de tensões latentes e desgastes profissionais podem representar uma degradação do policiamento das UPPs.

Os experimentos e as oportunidades de produção de novas possibilidades de policiamento que são propiciados pelas UPPs perdem seu potencial à medida que essas unidades são inseridas em uma lógica de escala. Ampliar o número de UPPs sem a produção consistente de conhecimentos e avaliações a respeito delas é outro risco para a sua degradação.

Procuramos, a partir de diversos temas que abordamos, realçar a importância do estabelecimento de mecanismos de controle externo específicos para os contextos de UPPs. A esses mecanismos de controle, seria fundamental também associar processos de participação e compartilhamento com a população da condução das práticas das UPPs. Isso contribuiria não somente para o aperfeiçoamento dessa experiência, mas também para a contenção dos riscos de abuso e despotismo por parte da atividade policial. O forte intercâmbio entre o poder da arma e o poder político que procuramos avaliar é uma das questões que torna esse ponto não somente necessário, mas urgente.

É desejável que as dimensões de análise que procuramos identificar com este estudo sejam aprofundadas e revisitadas por outras abordagens. Se logramos contribuir para a identificação de critérios para a reflexão sobre as UPPs e para a identificação de perguntas que podem pautar um debate mais qualificado a seu respeito já estaremos satisfeitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

\_\_\_\_\_. *Compreensão e política (as dificuldades da compreensão)*. In *Compreender – formação, exílio e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BANDEIRA, Antônio Rangel e BOURGOIS, Josephine. *Armas de fogo: guia prático, respostas a 100 perguntas*. Rio de Janeiro: Viva Rio, 2005.

BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2000.

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento*. São Paulo: Edusp, 2011.

BRETAS, Marcos Luiz. *A formação da polícia moderna*. In *Direitos humanos e segurança pública: algumas premissas e abordagens*. Rio de Janeiro: Iser, 2011.

CANO, Ignácio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, 1997.

CARBALLO BLANCO, Antonio Carlos. *Sobre a experiência prática*. In *NOVAES, Regina Reyes e CUNHA, Marilena. O galo e o pavão. Comunicações do Iser*. Rio de Janeiro: Iser, ano 22, n. 58, 2003.

CARUSO, Haydée, PATRÍCIO, Luciane e PINTO, Naylane Mendonça. *Da escola de formação à prática profissional: um estudo comparativo sobre a formação de praças e oficiais da PMERJ*. In *Pesquisas aplicadas em segurança pública*. Brasília: Ministério de Justiça, ano II, n. 4, 2010.

CERQUEIRA, Carlos M. N. *Remilitarização da segurança pública – O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro, 2012*. (circulação eletrônica).

DAS, Veena. *Life and words – Violence and the descend into the ordinary*. Califórnia: University of California Press, 2007.

DECRETO Nº 42.787, de 6 Janeiro de 2011. *Governo do Estado do Rio de Janeiro*.

DURÃO, Susana. *A produção de mapas policiais. Práticas e políticas da polícia urbana em Portugal*. *Intersecciones Antropológicas*. v. 10. n. 1. ene/jun, 2009.

EISENBERG, José e MUDESTO, Rodrigo. *O declínio da ética pública*. In *Cadernos Adenauer XVII*, n. 3. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2011.

FERNANDES, Rubem César. *GPAE: uma experiência de polícia comunitária*. In *NOVAES, Regina Reyes e CUNHA, Marilena. O galo e o pavão. Comunicações do Iser*. Rio de Janeiro: Iser, ano 22, n. 58, 2003.

FERNANDES, Rubem César. *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LESSING, Benjamin. *Ciudad de Dios: ¿Un ejemplo para México?*. Artigo publicado em 3/11/2010, no sítio eletrônico <http://www.nexos.com.mx/>. (Acessado pelo link: <http://www.nexos.com.mx/?P=leerarticulo&print&Article=1197804>).

\_\_\_\_\_. MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *Afinal, qual é a das UPPs?* In [www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br](http://www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br), março, 2010.

\_\_\_\_\_. MELLO, Dorian Borges de e CANO, Ignácio. *Homicídios na adolescência no Brasil: IHA 2008*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2011.

MILL, Stuart. (1861), *Considerations on representative government*. London, Park, Son, and Bourn, West Strand. (disponível para consulta em [http://books.google.com.br/books?id=mABAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=mABAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)).

MOLINA, Antonio Garcia-Pablos de e GOMES, Luiz Flávio. *Criminologia*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat de. *Do espírito das leis*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.

MUNIZ, Jaqueline. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999. (Tese de doutorado.)

NOVAES, Regina Reyes, CUNHA, Marilena e VITAL, Christina. *A memória das favelas*. *Comunicações do Iser*. Rio de Janeiro: Iser, nº 59, ano 23, 2004.

O GLOBO. *Feira de drogas resiste à UPP da Cidade de Deus*, Rio de Janeiro, 2/7, 2010.

RODRIGUES, André. *Jornadas formativas de direitos humanos com ênfase no estudo e na pesquisa em segurança pública com cidadania (Relatório Final)*. Rio de Janeiro: Iser, 2011. (Relatório de Pesquisa).



\_\_\_\_\_. *O episódio ou nada: notícias do Complexo do Alemão*. In *Breviário de Filosofia Pública* nº 29. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012.

\_\_\_\_\_. *Polícia e compreensão*. In *Breviário de Filosofia Pública* nº 48. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Prevenção da violência – O papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *Condições de trabalho e formação das polícias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência, Faperj, 2010.

SKOLNICK, Jerome H. e BAYLEY, David H. *Policiamento comunitário – Questões práticas através do mundo*. São Paulo: Edusp, 2000.

SOARES, Luiz E. *O herói serial e a sensibilidade pragmática: alguns comentários sobre a violência e a nova sociedade civil no Rio de Janeiro*. In *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, Relume Dumará, 1996.

SOARES, Luiz E. e PIQUET CARNEIRO, Leandro. *Os quatro nomes da violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política*. In *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, Relume Dumará, 1996.

SOARES, Luiz E. e SENTO-SÉ, João T. *O que aconteceu com o Rio de Janeiro em 93 e 94, segundo os dados sobre criminalidade*. In *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, Relume Dumará, 1996.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2011: Os jovens do Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WALZER, Michael. *Esféras de Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILLADINO, Raquel, SENTO-SÉ, João Trajano, DIAS, Caio Gonçalves e GOMES, Fernanda. (orgs.) *Prevenção à violência e redução de homicídios de adolescentes e jovens no Brasil*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2011.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



# PENSANDO AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NO CONTEXTO DAS UPPS

POR ANDRÉ RODRIGUES<sup>1</sup>  
CARLOS CASANOVA<sup>2</sup>  
RAÍZA SIQUEIRA<sup>3</sup>  
TÁSSIA MENDONÇA<sup>4</sup>  
E SUELLEN GUARIENTO<sup>5</sup>

1 Cientista político e pesquisador do ISER.

2 Estatístico e cientista social pela Universidad de Chile, pesquisador do ISER.

3 Socióloga e pesquisadora do ISER.

4 Antropóloga e pesquisadora do ISER.

5 Cientista social e pesquisadora do ISER.

6 A Igreja Católica cumpriu importante papel na relação entre Estado e moradores de favelas, por intermédio da Fundação Leão XIII, criada em 1947 e impulsionadora da formação de associações de moradores em favelas.

7 Burgos, Marcelo (2005). Cidade, territórios e cidadania. Dados - Revista de Ciências Sociais, nº 48, Vol. I, pp.189-222.

8 A expressão "política da bica d'água" refere-se ao tipo de prática clientelista a partir do qual o político influente na vida local conseguia algum tipo de melhoria (um ponto de luz, por exemplo) em troca do apoio dos eleitores locais.

9 O Governo Lacerda (1960-1965) pode ser compreendido como o momento de consolidação da relação institucionalizada entre Estado e favela por meio do forte incentivo à criação das associações de moradores pelo Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (Serfha). Embora tenha sido criado em 1956, é durante o Governo Lacerda que o Serfha se consolida e ganha centralidade na relação do Estado com os moradores de favela. Comandado por José Arthur Rios, o Serfha criou, até maio de 1962, 75 associações de moradores onde permaneceu a tendência da subordinação política dos moradores de favela (BURGOS, 1998:31).

## I. INTRODUÇÃO

As primeiras associações de moradores foram criadas a partir da década de 1940. O incentivo à sua formação se deu por meio de atores sociais vinculados a setores de esquerda (não só o Partido Comunista), da igreja<sup>6</sup> e do próprio Estado. No entanto, desde o início, foram vistas pelo Poder Público como uma possibilidade de subordinar politicamente os favelados. Se, por um lado, o Estado passou a ouvir as demandas desses representantes, por outro, tentou instrumentalizar suas organizações e transformá-las em verdadeiros "braços estatais". Como afirma Diniz (1982: 139):

*As formas de vinculação das associações de favelas às agências governamentais sofreram algumas modificações através do tempo, prevalecendo, a partir de 1967, a tendência a subordiná-las à supervisão de determinados órgãos, que deveriam aprovar seus estatutos e relatórios financeiros.*

A implementação desse modelo corporativista,<sup>7</sup> que converteu grande parte das associações locais em representantes do Poder Público perante os moradores das favelas, baseava-se, de um lado, na promessa de urbanização e, de outro, na cumplicidade das lideranças locais. Abrindo, assim, espaço para a organização de um sistema clientelista pautado na aquisição de serviços públicos por intermédio do "político da bica d'água".<sup>8</sup> Segundo Burgos (1998: 193)

*No Rio de Janeiro, tais identidades coletivas chegaram a animar a formação de um vigoroso associativismo de favelas, que, no entanto, foi sendo solapado pela implantação de um modelo corporativista, ainda no início dos anos 60, que transforma boa parte das associações locais em representantes do poder público junto à população das favelas; como contrapartida da lealdade e cumplicidade das lideranças locais, o poder público oferece a promessa de urbanização. Estavam criadas as condições para a organização de um azeitado sistema clientelista, que irá desenvolver-se sobretudo a partir do final dos anos 60, já no contexto do regime militar (Burgos, 1998:31 e ss.).*

Mesmo com a subversão do papel das associações de moradores, que de representante dos moradores passou a ser, muitas vezes, agente estatal nas favelas, o Estado não conseguiu

"encolher" a vida associativa favelada. Conseguindo superar em parte os limites impostos pelo poder público, as associações ganharam espaço também como agentes políticos, ou seja, como atores de representatividade entre os favelados. Viveu-se, então, um período de eferescência política, com a criação, em 1963, da Federação das Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg) que, posteriormente, deu origem à Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Faferj).

Contudo, esse momento de ebulição dos movimentos favelados foi interrompido pela Ditadura Militar a partir de 1964 que, por meio de sua política repressiva, dentre outros aspectos, dispunha-se a dar uma resposta à resistência promovida pelos favelados contra os programas de remoção, desenvolvidos ao longo de três administrações estaduais, a partir do governo de Carlos Lacerda.<sup>9</sup>

*O reforço do teor coercitivo refletir-se-ia no retraimento geral da vida associativa no país. No caso das associações de favelas, esse retraimento seria particularmente acentuado pelos constrangimentos decorrentes de um volume crescente de legislação restritiva voltada para o controle de suas atividades e redução de sua autonomia. (...) Assim, o decreto "N" 870 colocaria estas associações diretamente sob o controle da Secretaria de Serviços Sociais e das administrações regionais. Posteriormente, o decreto "E" número 3330, de 3 de novembro de 1969, imporia a unicidade de representação, determinando que apenas uma associação em cada favela poderia ser reconhecida pelo governador como porta-voz dos interesses dos moradores junto aos órgãos públicos. Além disso, esse decreto permitiria a intervenção governamental nas associações. A partir de então, o governo desencadearia uma política francamente intervencionista pela dissolução de diretorias e formação de juntas governativas, cujos membros seriam designados pelas autoridades governamentais competentes. (Diniz, 1982: 140)*

Essa fase marcada pela "contenção" das associações de favelas só começou a declinar a partir de 1978, com o processo de abertura política desencadeado pelo governo federal (como resultado de mobilizações de diversos segmentos da sociedade civil). Afora o clima de liberalização, outro fator que teria impulsionado o desenvolvimento dessas associações seria a reorientação da política governamental

referente às favelas. Deixando um pouco de lado as remoções, o Estado passou a desenvolver programas voltados para a urbanização dessas áreas (o Promorar e o Projeto Rio, por exemplo), "privilegiando-se um estilo de intervenção calcado numa articulação mais estreita entre os grupos interessados e as agências governamentais envolvidas nos programas" (Diniz, 1982: 141).

Na análise de Diniz (1982), se, por um lado, a reabertura política e os programas de urbanização possibilitaram o estabelecimento de um diálogo entre moradores de favela e Estado, por outro, reabriu um meio para disseminação de práticas clientelistas. Apesar de não ser um fato novo, estando até mesmo presente na legislação que regulamentou e estabeleceu os termos das organizações faveladas, o Poder Público continuou tentando esvaziar politicamente tais associações. Para tanto, as possibilidades de controle disponibilizadas pela legislação foram interpretadas de modo a viabilizar uma ampla cooptação de lideranças mais antigas, visando ao aumento da dependência dessas entidades à estrutura governamental.

Ainda de acordo com Diniz (1982), a generalização e disseminação das práticas clientelistas no relacionamento com as organizações de favelados eram promovidas pela máquina político-partidária e pela Fundação Leão XIII – agência ligada intimamente ao governo estadual:

*(...) criada por decreto municipal em 1947 com a finalidade de prestar assistência aos moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro, com função basicamente assistencialista, desenvolvendo projetos de assistência médico-sanitária e assistência jurídica (...). Com a extinção da Secretaria de Serviços Sociais, a Fundação viria a funcionar como instância legitimadora do direito de acesso das entidades de representação dos favelados ao estado, na medida em que o cadastramento de uma associação no departamento competente viria a representar uma das condições necessárias ao seu reconhecimento como porta-voz dos interesses das comunidades faveladas junto aos poderes públicos. (Diniz, 1982: 141)*

Na perspectiva analítica de Machado da Silva (2002), os movimentos associativos dos favelados, embora tenham despontado como atores coletivos, mantiveram-se "encapsulados" por meio da consolidação de um padrão de integração urbana fortemente hierarquizada e res-

trita. É por isso que as práticas de mobilização desenvolvidas pelos favelados não caminharam para uma emancipação política dessa categoria social, atuando apenas na redefinição parcial do padrão de integração com a cidade. Tratar-se-ia, portanto, de um "controle negociado", em que os interesses dos moradores das favelas são manipulados por intermediários políticos por meio de arranjos de tipo clientelista.

A transformação das associações em gestoras de recursos públicos acabaria por esvaziá-las de conteúdo político, pois o atendimento das demandas locais dependeria muito mais dos vínculos políticos de seus dirigentes que do seu poder de pressão e organização.

Vale destacar que o poder público não estabeleceu vínculos apenas com os presidentes de associações de moradores, mas também com outros atores, o que representa a perda do monopólio da mediação entre Estado e população local pelas associações, como nos elucidam Pandolfi e Grynszpan (2002): "Ao instituir a figura do 'agente comunitário', trazendo para o seu interior diversas lideranças locais, o Estado criou vínculos diretos com as comunidades e passou a dispensar a intermediação (...) das associações de moradores". Portanto, se é possível dizer que as associações ocuparam um espaço privilegiado na interlocução com o Estado (auxiliando na execução de programas e coordenando projetos), também é plausível salientar que esse espaço, há algum tempo, não lhe é exclusivo.

O enfraquecimento das associações teria, então, aberto espaço para o desenvolvimento de outras modalidades de participação, como as propostas pelas igrejas, pelas ONGs (organizações não governamentais) e pelos centros sociais. Essa nova tendência parece estar relacionada ao tipo de desenvolvimento do capitalismo, que afirma ser ultrapassada a promoção do bem-estar social pelo Estado. Assim, um "novo contrato social" deveria ser formulado, baseado na ideia de "responsabilidade social". As questões referentes às reformas estruturais são postas de lado, introduzindo na discussão pública a necessidade de uma "ação coletiva solidária", como se a política pública agora fosse "voluntariado". Sobre essa questão nos explicam Machado da Silva e Leite (2004):

*Se a chamada consolidação democrática, a partir de meados da década de 1980, ampliou as franquias eleitorais e a competição político-partidária, pouco fez avançar a construção de uma esfera pública plural e democrática. Na*



década de 1990, o crescente apelo à participação da sociedade civil na gestão da pobreza, por meio da reinvenção da caridade como filantropia que encontrou abrigo na ideologia da parceria e da governança, tem resultado no encolhimento do espaço público de debate, ao reduzir o campo propriamente político de formulação, negociação e pactuação de interesses.

Esses “novos atores” (organizações não governamentais, agentes comunitários, igrejas, centros sociais) acabariam por alterar a forma pela qual os serviços públicos são levados aos moradores, isto é, as associações não seriam mais a esfera privilegiada pelo Estado na sua modalidade de atuação nas favelas. Abrir-se-ia, portanto, uma imensa disputa por quem fala pelas favelas, fragmentando e despolitizando as demandas.

Neste contexto, as associações perdem o monopólio de representação das favelas, tendo que disputar o direito de falar em nome delas com esses novos atores.

A presença do tráfico de drogas nas favelas a partir dos anos 1980 também auxilia no processo de enfraquecimento das associações de moradores. A intervenção de traficantes locais – baseada especialmente na força – comprometeria, assim, sua institucionalidade. Segundo Zaluvar (1998), o poder dos traficantes, chamado pela autora de “poder militar”, teria ultrapassado o campo do crime para se tornar uma questão política nos mais variados âmbitos, entre eles, no âmbito local. É aqui que as associações de moradores aparecem como espaço de intervenção do tráfico de drogas. “Os grupos do tráfico (...) passaram a se interessar pelas eleições das associações de moradores, apresentando candidatos ligados a eles.” (Zaluvar, 1998, p. 212). Também Silva e Rocha (2008) ressaltam a influência desses grupos por meio do uso da força, dominando os espaços públicos da favela. Assim, o medo e a violência acabaram por limitar a atuação dos dirigentes de associações de moradores, causando o silenciamento desses atores.

Ao longo dos anos, a presença do tráfico de drogas contribuiu para um processo de criminalização das associações de moradores, como se os diferentes recursos de influência exercida pelos traficantes – principalmente o uso da força – indicasse sua conivência.

Ainda que tenham perdido o monopólio da representação, as associações de moradores continuaram desempenhando o papel de interlocutores privilegiados no diálogo com o Estado. Seu apoio permaneceu fundamental

para o desenvolvimento de programas e políticas, especialmente daquelas favelas controladas pelos traficantes de drogas.

Com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, levada a cabo pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, desde 2008, seria interessante refletir acerca das possíveis redefinições dos papéis das associações no que tange à relação com o Poder Público. Sem o controle armado do tráfico e com o desenvolvimento de um policiamento que se pretende mais próximo e cooperativo com relação aos moradores das favelas (e que tem se configurado como “porta de entrada” do Estado), de que forma têm atuado as associações de moradores? A implantação da UPP e da UPP Social – programa coordenado pelo Instituto Pereira Passos – altera as dinâmicas associativas nessas favelas?

## 2. AS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA E A UPP SOCIAL

Segundo o previsto no Decreto nº. 42.787, de 6 de janeiro de 2011, as UPPs foram criadas para executar ações especiais ligadas à “pacificação” e à manutenção da ordem pública, sob a filosofia de polícia de proximidade. A primeira UPP foi implantada na favela Santa Marta, no fim de 2008 e, desde então, as UPPs converteram-se em uma das principais estratégias de atuação do governo estadual no que diz respeito à gestão da Segurança Pública à medida que busca promover a interação entre a população e a Polícia aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas favelas. De acordo com seus formuladores, as UPPs orientam-se pelos princípios da polícia de proximidade, que privilegiam a consolidação de parceria entre a população e as instituições da área de Segurança.

Apresentadas como “um novo modelo de segurança pública e policiamento”, as UPPs atualmente estão implantadas em 22 áreas de favelas no Centro e nas zonas Norte, Sul e Oeste da cidade: Andaraí; Batan; Borel; Chapéu Mangueira e Babilônia; Cidade de Deus; Escondidinho e Prazeres; Fallet, Fogueteiro, Coroa; Formiga; Ladeira dos Tabajaras e Cabritos; Macacos; Pavão-Pavãozinho e Cantagalo; Providência; Salgueiro; Santa Marta; São Carlos, Mineira, Zinco e Querosene; São João; Turano; Mangueira/Tuiuti; Vidigal; Fazendinha e Nova Brasília; Adeus e Baiana, as últimas localizadas no conjunto de favelas do morro do Alemão.

De maneira geral, as UPPs dispõem de um grupamento de aproximação que busca pro-

mover, como o nome sugere, uma interlocução mais regular com os moradores das favelas pelo contato direto. Algumas ações incluem a realização de reuniões e ações de mediação de conflitos.<sup>10</sup> Alguns comandantes realizam reuniões com moradores e gestores públicos na tentativa de estabelecer um espaço de interlocução e atendimento de demandas. Nas reuniões chamadas de “comunitárias”, problemas de infraestrutura e de acesso aos equipamentos urbanos são tematizados. A Polícia Militar acaba ocupando um lugar de “solucionador de problemas”. Além disso, alguns projetos sociais são atualmente coordenados por policiais, como é o caso do Projeto Suderj – Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro –, que faz parte da política de incentivo ao esporte do Governo do Estado. Nas favelas com UPPs, boa parte dos integradores e dos professores desse projeto é formada por policiais, com o intuito de aumentar o contato entre policiais e moradores e também de alterar o significado comumente atribuído ao policial militar.

Algumas Unidades de Polícia Pacificadora desenvolvem ainda outras estratégias nesse sentido, tais como os projetos Fala Tu e UPP Mirim, organizados pela UPP do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. Enquanto o primeiro promove um dia de discussão sobre diversos assuntos (incluindo a atuação policial) com adolescentes e jovens de escolas públicas da favela e do seu entorno; o segundo prevê a realização de passeios educativos e lúdicos (museus, estádios de futebol, entre outros) com algumas crianças das comunidades.

Nota-se, portanto, que o trabalho da Polícia nas favelas “pacificadas” transcenderia o controle da ordem e a garantia da segurança pública. Nesses territórios, a Polícia Militar, muitas vezes, adota o papel de mediadora entre os moradores e as demais instâncias governamentais no sentido de atender as suas demandas.

Desde junho do ano de 2011, o Programa UPP Social, sob a coordenação do Instituto Pereira Passos, é inaugurado em todas as favelas “pacificadas” com o objetivo de coordenar as ações da Prefeitura nesses territórios, fazendo articulações com as secretarias municipais, mas também com órgãos estaduais e federais, além de atores da sociedade civil e do setor privado. A partir da interlocução permanente com diferentes lideranças (associações de moradores, ONGs, espaços religiosos, gestores públicos, entre outros), a UPP Social visa construir, de forma mais participativa, as propostas de intervenção nas favelas, que vão desde a questão do

lixo e da luz (projetos Vamos Combinar uma Comunidade Mais Limpa e Vamos Iluminar) até o estabelecimento de parceria entre atores externos (da sociedade civil ou do setor privado) e as organizações locais. Na tentativa de consolidar seu caminho em direção à construção de uma “cidade integrada” – objetivo último do programa –, a UPP Social realiza um fórum que marca sua entrada em cada território com UPP. Nesse evento, diversos atores do Poder Público (incluindo o Comando Geral das UPPs e o comandante da UPP local) e das organizações locais são convidados e um debate acerca dos principais temas das comunidades é realizado.

O fórum foi tomado como um “caso bom para pensar” a redefinição das relações de poder no interior das favelas “pacificadas”. Quem participa desse espaço? Quem representa a favela? Qual é o conteúdo de sua fala? Por fim, qual é o lugar das associações de moradores e dos demais atores comunitários nesse contexto?

### 2.1. O FÓRUM DA UPP SOCIAL

A equipe do Instituto de Estudos da Religião (Iser) acompanha fóruns e reuniões comunitárias do Projeto UPP Social desde maio de 2011. Realizamos observações diretas que permitiram indicar algumas considerações. Observar os atores em situação<sup>11</sup> nos apontou para aspectos relevantes das dinâmicas participativas locais em áreas com UPP e das práticas sociais em um contexto específico: a apresentação do projeto UPP Social nas favelas (os fóruns) e os desdobramentos desse momento em um evento específico (as “reuniões comunitárias mensais”). A observação deu origem a relatos que apresentaram olhares diferenciados e um tanto quanto difusos da equipe de pesquisadores. Cabe ressaltar que alguns dos pesquisadores já mantinham relações de proximidade com personagens que participavam dos fóruns e reuniões. Foi realizada a sistematização das principais narrativas nesses eventos.

Os temas que apontaremos como os mais recorrentes são aqueles que foram vocalizados nas falas dos participantes. Expressam temáticas que, naquele momento da prática dos atores, eram possíveis, necessárias e interessantes de serem ditas para cada um deles. Os relatos apresentam um “modo de ver” sobre aquela situação e um “modo de ser” dos participantes em raros momentos em que o Poder Público se dispõe à interlocução com moradores de favela. Considerando a heterogeneidade das favelas, apontamos alguns temas que, em favelas com UPP,

10 A atuação da UPP relacionada à mediação de conflitos ainda está sendo construída. Ainda não há uma definição do que seja mediação de conflitos como prática institucionalizada pelas UPPs. Algumas UPPs desenvolvem ações chamadas de mediação, como o diálogo em conflitos interpessoais e entre vizinhos. Ainda não é um recurso muito procurado pelos moradores. Já há algumas iniciativas de formação por meio de cursos de mediação de conflitos para policiais militares das UPPs realizados no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Vale destacar que na UPP do Morro da Formiga há um Centro de Mediação de Conflitos, desenvolvido por policiais.

11 Fizemos a tentativa de uma observação com inspiração etnográfica em situação: “É quando ‘o pesquisador embarca, pois, numa compreensão aproximada, focalizando os fenômenos que se dão concretamente diante dele, no momento exato de sua produção. Ele se preocupa em saber quem são e o que fazem os atores, por que e como, com quem e em vista de qual ou quais experiências eles depreendem suas ações.” (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011:10).

12 Durante a pesquisa, houve a mudança no Comando Geral das UPPs. Em setembro de 2011, o coronel Robson Rodrigues foi substituído pelo coronel Rogério Seabra.

são dimensionados como “problemas” a serem resolvidos em um curto prazo e com qualidade na prestação dos serviços. O Programa UPP Social, ao ter como objetivo a construção de uma “cidade integrada”, apresentará, por intermédio dos seus executores – ligados ao Instituto Pereira Passos e demais gestores públicos chamados à participação –, os desafios da inserção da favela na lógica da formalidade.

Cabem algumas considerações sobre os espaços do fórum e das reuniões.

O fórum é apresentado como espaço mais amplo onde há a presença de representantes do Poder Público e apresentação do programa aos moradores. As falas dos gestores possuem um tom de entusiasmo. A divulgação parece pouco ampla, embora, em geral, o número de participantes tenha variado de 40 a 80 pessoas. Há a presença de pessoas “de fora” da favela (pesquisadores, gestores, imprensa) e um clima de certa apreensão dos moradores ao que será apresentado.

O fórum apareceu como espaço de reclamação de questões, tais como situações relacionadas à moradia e ameaça de remoções por conta de obras públicas, e denúncia acerca da atuação de policiais.

A presença dos mesmos gestores públicos representantes das diferentes secretarias de governo ao longo dos fóruns demonstrou um trato desses atores com as favelas e alguma facilitação do diálogo com órgãos públicos. A participação da Polícia se dá pelo comandante local em uma mesa de caráter mais simbólica. Alguns desses fóruns contaram com a presença do Comando Geral das UPPs.<sup>12</sup> Os policiais estão presentes, mas não falam, participam como espectadores. Os gestores públicos sentam próximos do comandante, assim como o presidente da associação de moradores, que tem presença destacada como “representante da comunidade”. Os presidentes apresentam uma narrativa de boas-vindas, ora com tom de conquista de entrada de serviços públicos, ora com algum tom de crítica.

Nas chamadas reuniões comunitárias, contudo, a postura de algumas lideranças comunitárias não parece ser a mesma. A reunião é o espaço de maior cobrança, de contato direto entre atores locais que ali apresentam suas divergências e suas reivindicações. Há um discurso recorrente de reclamação quanto à existência de “muitas reuniões, debates e pouca ação”. Ao longo das observações, o deslocamento da periodicidade das reuniões comunitárias demonstrou alguns impasses do programa em receber respostas efetivas dos diferentes órgãos de go-

verno acionados a partir das demandas dos moradores. As reuniões, que começaram mensais, atualmente ocorrem de acordo com a dinâmica de cada favela, e em geral, articuladas a espaços de discussão já existentes nas favelas.

O fórum e as reuniões comunitárias parecem contribuir para o estabelecimento de um espaço de encontro entre as diferentes organizações locais e supralocais. Como desdobramento de alguns desses fóruns e reuniões comunitárias, houve a formação de grupos de trabalho como formas de atuação local, por exemplo, na Cidade de Deus e no Morro dos Macacos, respectivamente localizadas nas zonas Oeste e Norte da cidade.

A questão da continuidade das políticas, que incluem a permanência das UPPs e a efetividade dos programas sociais, também foi tema nos fóruns. Houve críticas ao horário de realização dos fóruns, em geral, às sextas-feiras pela manhã. Esse horário não contemplaria a maioria dos moradores, pois faz parte do horário de trabalho da maior parcela da população. Essa foi uma reclamação no fórum do Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, por exemplo.

Alguns conflitos em torno da formalização apareceram como expressão das dificuldades de inserção das favelas com UPP na lógica formal da cidade.

Questões relacionadas à iluminação e ao comércio ambulante expressaram algumas tensões. O fim do uso de ligações elétricas informais, conhecidas como “gatos”, é uma das metas da empresa prestadora de energia (Light) para as favelas com UPP e todo conjunto da cidade. Entretanto, a nova tarifa a ser paga apareceu, em algumas falas, como um ônus aos moradores, já que teriam de pagar por mais um serviço. A empresa Light intervém por meio da garantia da tarifação social para os moradores cadastrados no Cadastro único do Governo Federal (Cadúnico) – sistema de cadastramento e caracterização de famílias de baixa renda em todo território nacional. A tarifa social corresponde a um desconto nas contas de energia elétrica, é regulamentada por lei desde 2002, mas ganha destaque nas favelas com UPP porque aumenta a abrangência da tarifação social para um número maior de moradores. Já alguns moradores que trabalham no chamado comércio ambulante e/ou informal apresentaram algumas dificuldades e conflitos com policiais por não atenderem às normas de atividade comercial formalizada. Este ainda é um ponto central no processo de “pacificação”. Algumas iniciativas

de “empreendedorismo”, têm sido iniciadas através de parcerias do Poder público com o setor privado, entretanto, ainda predomina um número significativo de comércios e atividades informalizadas.

A falta de acesso a serviços mínimos, por exemplo, a escassez no abastecimento de água, foi destaque nas reuniões realizadas no Morro da Formiga. A questão do lixo e obras de infraestrutura das favelas foram demandas centrais. Questões relacionadas à melhoria do sistema de coletas e possibilidade de ecopontos foram muito frequentes. O projeto Vamos Combinar<sup>13</sup> foi uma das iniciativas para responder a estas demandas. Também a prioridade das ações públicas em áreas mais visíveis da favela em detrimento das mais precarizadas apareceu como questão.

Algumas falas de agentes de organizações governamentais e de setores governamentais locais (como agentes comunitários do Programa de Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil, professores de escolas públicas, entre outros) ressaltaram a necessidade de continuidade e articulação de projetos sociais e iniciativas de ações já existentes nas favelas.

O conflito da representatividade dos presidentes das associações de moradores se expressou especialmente nos fóruns do Morro do Salgueiro e favela do Batan (zonas Norte e Oeste, respectivamente). Alguns moradores questionaram a legitimidade de seus presidentes durante fórum e reunião comunitária. Falas que insinuavam a pouca ou inexistente participação dos presidentes das associações de moradores no cotidiano da favela apareceram de forma incisiva. Em uma das favelas, o presidente não compareceu ao fórum.

A dimensão religiosa na vida dos moradores de, pelo menos, duas favelas com UPP merece destaque. Conflitos de intolerância aparecem na reunião comunitária das favelas Chapéu Mangueira e Babiblônia, e na favela do Batan, onde a dimensão religiosa parece ser aspecto central na sociabilidade dos moradores.<sup>14</sup> As festas e os bailes funk também foram tema das discussões, entretanto, o tema do funk apareceu menos nos fóruns observados, exceto no morro do Turano, onde há algumas mobilizações de jovens em torno do tema da cultura. A proibição da realização de bailes funk aparece pouco, não há muitos atores dispostos a vocalizar essa questão nos espaços dos fóruns. Vale a pena destacar ainda a rara participação de jovens nos fóruns e reuniões.

A questão da relação com a Polícia, por exemplo, apareceu nos fóruns do Borel e da Cidade de Deus e também na reunião da Providência. Tanto no fórum do Borel como na reunião comunitária da Providência, a relação delicada entre policiais e moradores é posta em relevo. Sobre as dificuldades da relação com a Polícia, um morador do Borel diz: “Porque antes a turma de azul que subia<sup>15</sup>, subia para ferir”. Então, ele pede: “Tenham mais um pouquinho de paciência”. Na reunião comunitária da Providência, um morador antigo reclama da gestão de um espaço comunitário pelo comandante da UPP. Segundo ele, os próprios moradores que construiram o local, onde estava sendo realizada a reunião, precisam solicitar a chave do espaço ao capitão. A questão das atribuições da Polícia nas favelas pacificadas é, então, destacada e está relacionada a outros temas que apareceram.

Como já apontado anteriormente, na mesa simbólica do fórum, os atores locais de maior destaque são os presidentes das associações de moradores. Posteriormente à apresentação do Programa UPP Social pelo então presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), Ricardo Henriques, e dos comandantes das UPPs, são os presidentes que dão as boas-vindas e falam de suas comunidades.

Embora ocupem lugar de destaque na organização do fórum da UPP Social, é importante destacar que, em certa medida, a UPP é também apresentada por atores do setor público e/ou privado (ainda que não o seja pela equipe da UPP Social) como responsável por desenvolver projetos, atender demandas e organizar a vida local. Além do Projeto Suderj, já mencionado, presenciamos o anúncio de cursos de música a serem desenvolvidos pelos policiais<sup>16</sup> e também da identificação da UPP como instância capaz de desempenhar outras funções que estavam antes no âmbito das associações de moradores. Como exemplo disso, destacamos a elaboração de um atestado de residência que, na fala de uma gestora pública, poderia ser feita tanto pelo presidente da associação de moradores como pelo comandante da UPP.

Essa breve apresentação sobre a atuação das UPPs pode nos levar a alguns questionamentos: se os comandantes passam, muitas vezes, a exercer uma função mediadora entre moradores e Estado (seja no encaminhamento das demandas ou na execução de projetos), como estariam atuando as associações de moradores? Embora se apresente como parceira, como se dá a relação entre UPP Social e associações de moradores? Como seus presidentes percebem e experimen-

13 O Vamos Combinar pressupõe o estabelecimento de diálogo e acordo entre moradores e gestores públicos na resolução de uma demanda. O pacto que envolve o estabelecimento de uma nova logística do lixo (Vamos Combinar uma Comunidade mais Limpa) aparece como o carro-chefe nos fóruns e reuniões.

14 A dimensão religiosa será apresentada em documentário produzido pelo Iser, desenvolvido no âmbito do Projeto Faperj sobre as UPPs.

15 Ele faz, obviamente, referência à Polícia.

16 No fórum da UPP Social Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, realizado no dia 26 de agosto de 2011 na Quadra da Alegria da Zona Sul, uma moradora, que é responsável pela coordenação de um projeto de música para crianças e adolescentes dessas favelas, reclamou sobre a entrada de um outro projeto, via UPP, com o mesmo propósito. Sua fala indica não apenas o lugar de “porta de entrada” (para parceiros e projetos) desempenhado pela UPP, mas também a sobreposição das agendas desenvolvidas nas favelas.



17 Na ocasião do trabalho em campo, ainda não havia sido inaugurada a UPP do morro do Vidigal, instalada em janeiro de 2012 e as UPPs Fazendinha/Nova Brasília e Adeus/Baiana no conjunto de favelas do Alemão, inauguradas em abril e maio de 2012.

tam esse “novo” momento do associativismo local? Quais são os recursos acionados para a reiteração de seu papel mediador? De que forma as associações têm dialogado com as diversas instâncias governamentais e, especialmente, com a Polícia?

Como forma de apurar essas questões, além da observação dos fóruns e reuniões comunitárias, realizamos entrevistas com os presidentes das associações de moradores de todas as favelas que tinham UPP no momento do trabalho de campo. A ideia inicial da pesquisa foi investigar as percepções dos presidentes das associações de moradores existentes nas favelas supracitadas acerca do processo de “pacificação” e desse ‘novo lugar’ que tem sido ocupado por alguns comandantes de UPP. Em termos específicos, desenvolvemos uma investigação que se ocupou das seguintes dimensões pertinentes à situação contemporânea das associações de moradores:

- trajetórias e perfis dos presidentes de associações;
- breve histórico das associações pesquisadas;
- composição e estrutura (física e institucional) das associações;
- mapeamento de articulações e parceiros;
- demandas e perfil de atuação;
- mudanças com o advento das UPPs e da UPP Social;
- modos de articulação com atores da UPP e da UPP Social.

Motivados por essa pluralização de atores que, ainda que não disputem, acabam por assumir atribuições desempenhadas historicamente pelas associações, optamos por realizar uma pesquisa com as associações de moradores das favelas com UPP.<sup>17</sup> Na tentativa de fornecer um quadro compreensivo da situação atual do associativismo nas favelas do Rio de Janeiro, aplicamos questionários em 38 associações de moradores.

### 3. UM RETRATO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES EM ÁREAS QUE RECEBERAM UPPS

O panorama, que será apresentado a seguir, partiu de um questionário com questões fechadas, codificado e tratado em programas de análise estatística. O questionário foi composto das três seções: perfil e trajetória do representante da associação de moradores com questões relacionadas ao trabalho (ocupação), atuação em espaços associativos e moradia na favela. Uma segunda seção de dados gerais e históricos das associações de moradores (ano de fundação, infraestrutura e espaço físico, dinâmica de funcionamento – equipe da associação, projetos desenvolvidos e atividades realizadas, fonte de recursos, formas de acionar o poder público) e, por fim, um bloco de questões “UPP e outros atores” com perguntas em torno da relação com a UPP, outras associações de moradores e o Programa UPP Social.

O questionário foi aplicado nas seguintes associações:

Nº	Nome da organização	Bairro	UPP
1	Associação Comunitária de Moradores e Amigos do Borel	Borel	Borel
2	Associação dos Moradores Casa Branca	Casa Branca	Borel
3	Associação de Moradores Borda do Mato/Vila Rica	Borda do Mato	Andaraí
4	Associação de Moradores do Parque João Paulo II	Saviana	Andaraí
5	Associação de Moradores da Nova Divineia	Andaraí	Andaraí
6	Associação de Moradores e Amigos do Morro do Andaraí	Andaraí	Andaraí
7	Associação de Moradores da Caçapava	Caçapava	Andaraí
8	União Progressista do Morro da Chacrinha	Chacrinha	Turano
9	Centro Comunitário da Matinha / Associação dos Moradores do Bispo e 117 / Associação Pró-melhoramentos da Liberdade	Turano	Turano

	Nome da organização	Bairro	UPP
10	Associação de Moradores do Jardim Batan	Batan	Batan
11	Associação de Moradores Jardim do Amanhã Gleba 2	Cidade de Deus	Cidade De Deus
12	Associação dos Moradores da Cidade de Deus	Cidade de Deus	Cidade De Deus
13	Associação de Moradores União Comunitária Cidade de Deus	Cidade de Deus	Cidade De Deus
14	Associação de Moradores Parque Vila Isabel	Vila Isabel	Macacos
15	Associação Pró-melhoramentos do Morro dos Macacos	Vila Isabel	Macacos
16	Associação de Moradores do São Carlos	Estácio	São Carlos
17	Associação dos Moradores e Amigos do Vale	Santa Teresa	Fallet/ Fogueteiro/Coroa
18	Sociedade de Amigos do Morro da Matriz (SAMM)	Sampaio	São João
19	Centro Comunitário dos Moradores e Amigos do Morro Queto	Sampaio	São João
20	Associação de Moradores Pró-melhoramento da Favela da Providência	Saúde	Providência
21	Santa Teresa/Rio Comprido	Santa Teresa/ Rio Comprido	Fallet/ Fogueteiro/Coroa
22	Sociedade de Amigos do Morro da Coroa	Santa Teresa	Fallet/ Fogueteiro/Coroa
23	União das Associações do Complexo do São Carlos	Estácio	São Carlos
24	Sociedade Amigos do Morro do Escondidinho	Rio Comprido	Escondidinho
25	Associação de Moradores do Sinimbu	São Cristovão	Mangueira
26	Associação de Moradores do Morro de São João	Cachambi	São João
27	Associação de Moradores Tabajaras de Botafogo	Botafogo	Tabajaras/
28	Associação de Moradores Babilônia	Leme	Babilônia
29	Associação dos Moradores do Morro Santa Marta	Botafogo	Santa Marta
30	Associação dos Moradores do Morro dos Cabritos	Copacabana	Tabajaras/
31	Associação dos Amigos do Chapéu Mangueira	Leme	Chapéu Mangueira
32	Centro Social Nossa Senhora de Fátima da Favela do Morro do Cantagalo	Ipanema	Cantagalo
33	Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho	Copacabana	Pavão-Pavãozinho
34	Sociedade de Amigos do Morro dos Prazeres	Santa Teresa	Prazeres
35	Associação de Moradores do Morro do Salgueiro	São F. Xavier	Salgueiro
36	Pró-melhoramentos dos Moradores do Morro do Catumbi	Catumbi	São Carlos
37	Associação de Moradores da Rua Henrique Fleuss	Tijuca	Borel
38	Associação de Moradores do Morro da Formiga	Tijuca	Formiga

Analisando o perfil e a trajetória dos presidentes das associações de moradores investigadas, é possível dizer que há prevalência de presidentes do sexo masculino, na faixa dos 30 aos 50 anos (Gráfico 1), que se identificam de cor preta e parda (Gráfico 2). O pertencimento religioso mais recorrente é o católico (16), seguido do evangélico (8) (Gráfico 3). A maior parte dos

presidentes (16) possui ensino médio completo, seguido de ensino superior completo ou incompleto que, juntos, somam 11. Sete dos entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto (Gráfico 4). No que diz respeito à ocupação, é possível dizer que menos da metade (13) possui carteira assinada enquanto oito são autônomos e seis são inativos<sup>18</sup> (Gráfico 5).

18 A categoria ‘inativo’ refere-se aos entrevistados que responderam não possuir nenhuma atividade remunerada atualmente.

GRÁFICO 1



GRÁFICO 2

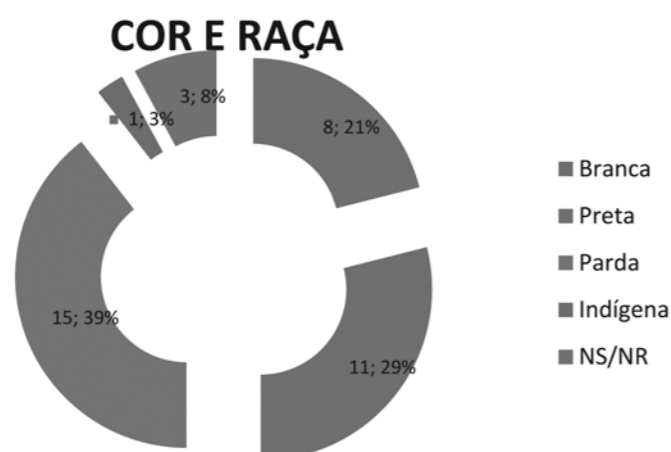


GRÁFICO 3

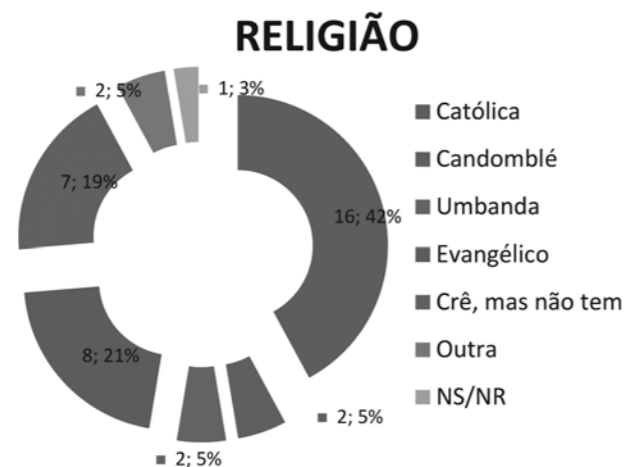


GRÁFICO 4

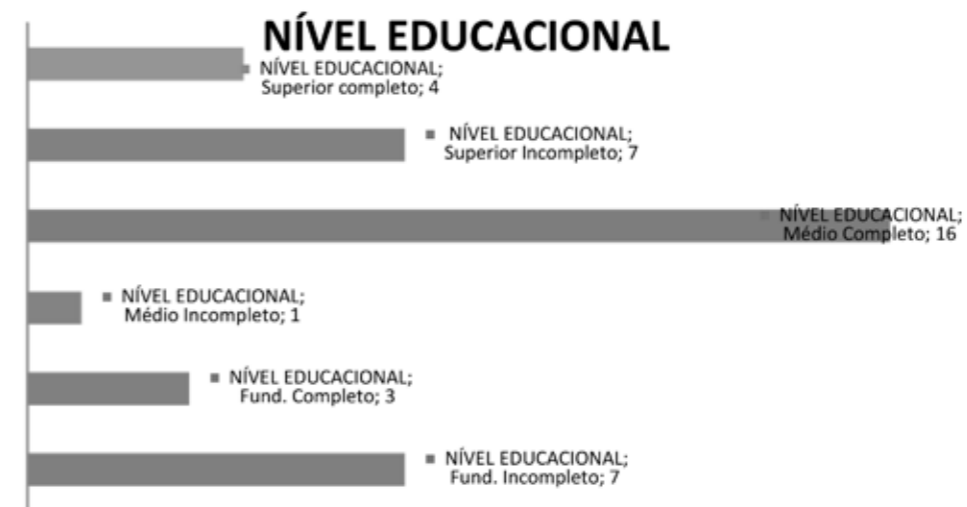
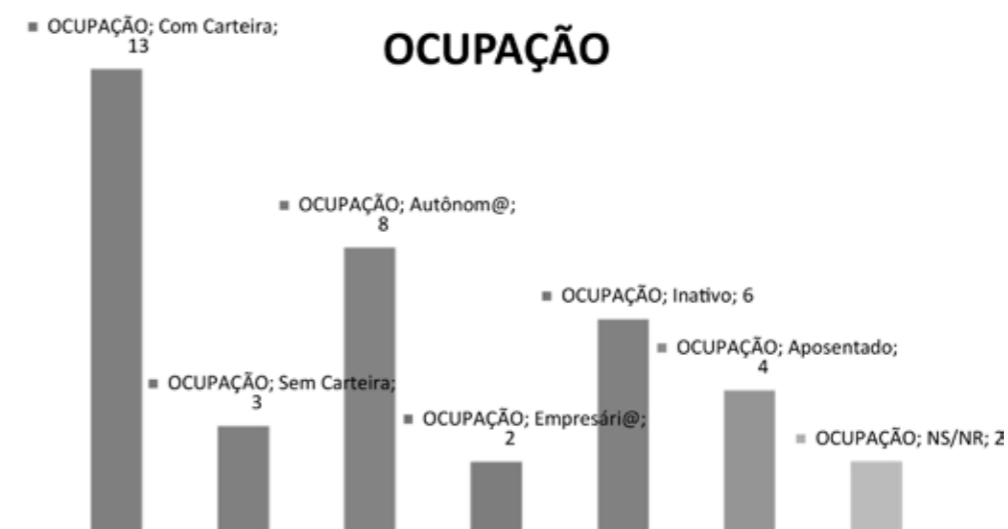


GRÁFICO 5



Ainda com relação à ocupação, a maioria dos presidentes afirma não ter uma dedicação integral às associações (26), tendo de dividir seu tempo com o horário de trabalho. Também afirmam que as associações não são fonte de rendimentos, já que todos os entrevistados responderam que não recebem nenhuma ajuda de custo pela atuação na associação.

Analisando o tempo de vínculo com a associação de moradores, seja no cargo de presidente ou em outra função, vale destacar que 16 têm de

0 a 5 anos de associação. Sete estão na faixa de 6 a 10 anos na associação e quatro estão nas faixas de 11 a 15; 16 a 20; 26 anos ou mais na associação (Gráfico 6). A maior parte (23) já participou de outras gestões (Gráfico 7). Assim, um número significativo atua na associação há mais de dez anos (15), demonstrando a permanência desses presidentes em um período da história da cidade com intensos conflitos armados na área da Segurança Pública ao longo dos anos 2000.



GRÁFICO 6

19 Ao nos referirmos à atividade/assessoria parlamentar, essa categoria abrange a militância mais institucionalizada dentro ou por meio de um partido político (por exemplo, a ocupação de cargos como 'cabos' ou 'delegados' eleitorais).

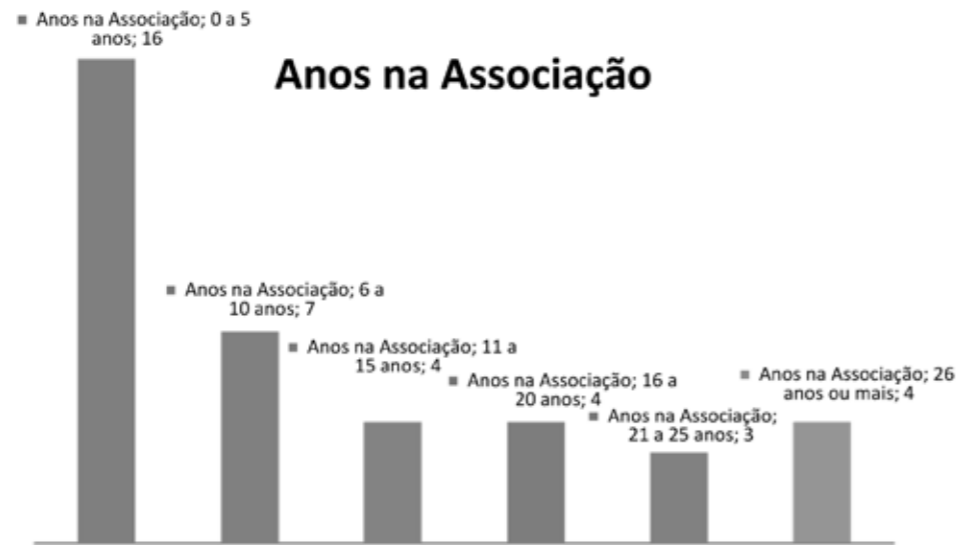


GRÁFICO 7

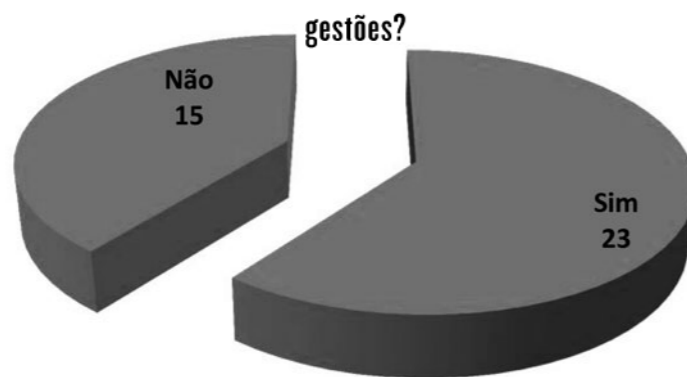


GRÁFICO 8

A quase totalidade dos entrevistados mora nas favelas em que são presidentes, exceto um presidente que não vive na favela. Parece ser relevante a filiação partidária, pois 21 responderam possuir enquanto 17 disseram não ter filiação (Gráfico 8). Entre aqueles que possuem filiação, é importante destacar, contudo, que o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) é o partido mais recorrente (11) (Gráfico 9).

A participação em outras atividades de militância ou ação coletiva parece ser uma característica marcante entre os dirigentes das associações. A atuação em igrejas é a mais recorrente (10), seguida da participação em ONGs (7) e assessoria e atividades parlamentares diversas<sup>19</sup> (6) (Gráfico 10).

Possui filiação partidária?

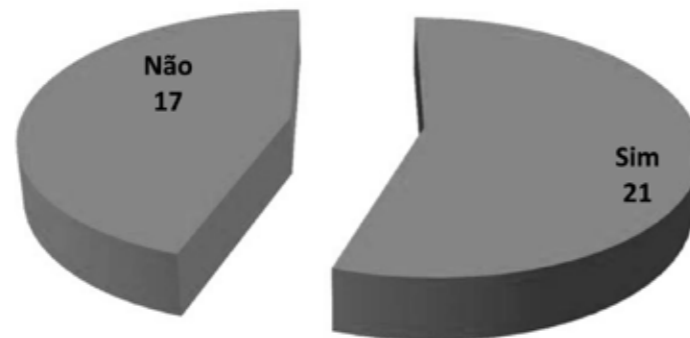


GRÁFICO 9

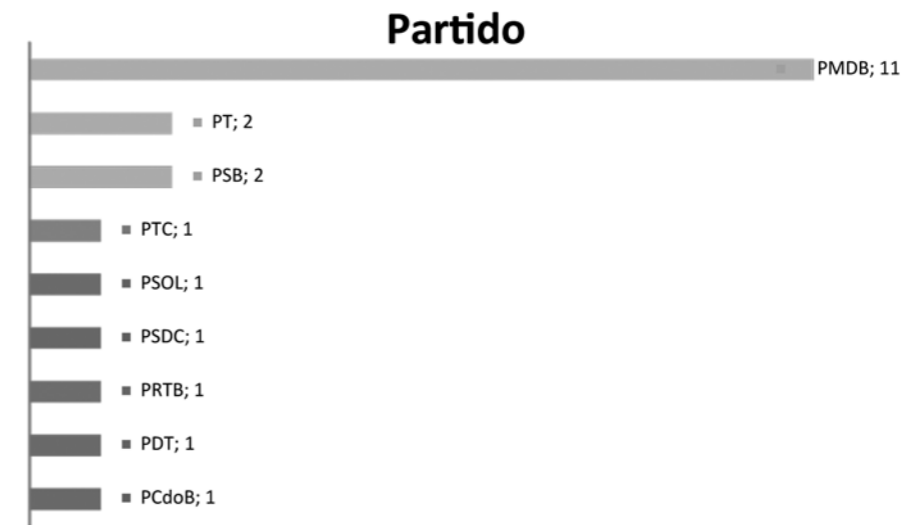
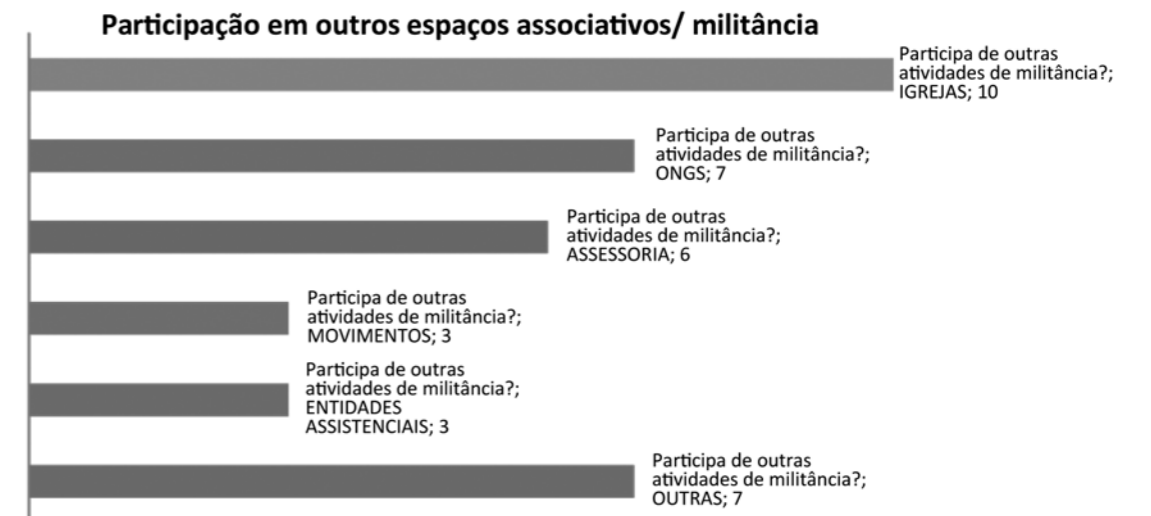


GRÁFICO 10



A quase totalidade dos presidentes afirma que não recebe nenhuma remuneração ou ajuda de custo pela atuação na associação de moradores. Apenas um dos entrevistados reconhece receber ganhos para exercer o papel de presidente.

Refletindo acerca dos dados gerais e do histórico das associações, algumas informações parecem ser mais interessantes. Embora realizem reuniões (Gráfico 11), a frequência destas não parece ser algo fixo, parecendo variar de acordo com a urgência da situação a ser decidida. A falta de reuniões periódicas é uma das dificuldades recorrentemente apontada pelos entrevistados. Não haveria moradores dispostos a participar das reuniões. As reuniões também podem ser realizadas apenas com os membros da diretoria da associação. A categoria "outra" abrange as reuniões que

ocorrem de forma mais aleatória (Gráfico 12).

A maior parte das associações está vinculada à Federação das Favelas do Rio de Janeiro (Faferj) e recebe contribuições dos moradores por meio de taxas mensais. Por vezes, a relação com a Faferj é enunciada como uma relação distanciada. O vínculo com a federação parece apenas institucional formal. Apenas cinco associações são filiadas à Federação das Associações de Favelas (Fafrio) e outras nove não possuem filiação a nenhuma federação (Gráfico 13).

As taxas mensais pagas apenas por um número reduzido de moradores foi uma reclamação recorrente na narrativa dos entrevistados (Gráfico 14). Assim, a principal fonte de recursos das associações são as mensalidades combinadas com outras fontes como parceria instituições empresariais como o Serviço Social da Indústria

(Sesi) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), prestação de alguns serviços aos moradores e recurso proveniente de programa governamental. Destacam-se os recursos do programa Gari Comunitário, o aluguel de salas da associação para eventos diversos, as taxas pagas pelos moradores para documentação relacionada aos imóveis (Gráfico 15).

Os espaços de funcionamento das associações, em sua maioria, são próprios, com imóveis que foram cedidos, comprados ou ocupados,

totalizando 24 associações. Apenas oito pagam aluguel pelo uso do espaço. Alguns presidentes chegaram a narrar a história de mutirões para a construção de suas sedes (Gráfico 16).

A participação em outras atividades de militância ou ação coletiva parece ser uma característica marcante entre os dirigentes das associações. A atuação em igrejas é a mais recorrente (10), seguida da participação em ONGs (7) e assessoria e atividades parlamentares diversas (6) (Gráfico 10).

GRÁFICO 11



GRÁFICO 12

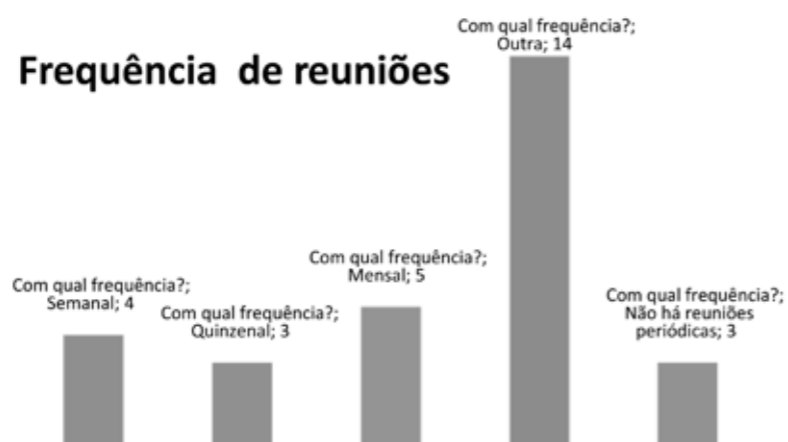


GRÁFICO 13

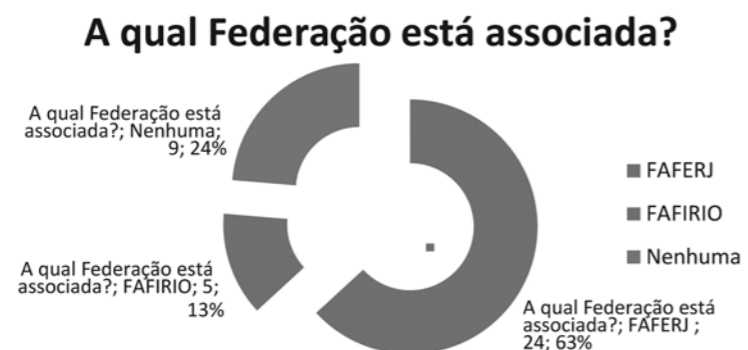


GRÁFICO 14

Os moradores contribuem com o pagamento de uma taxa mensal?

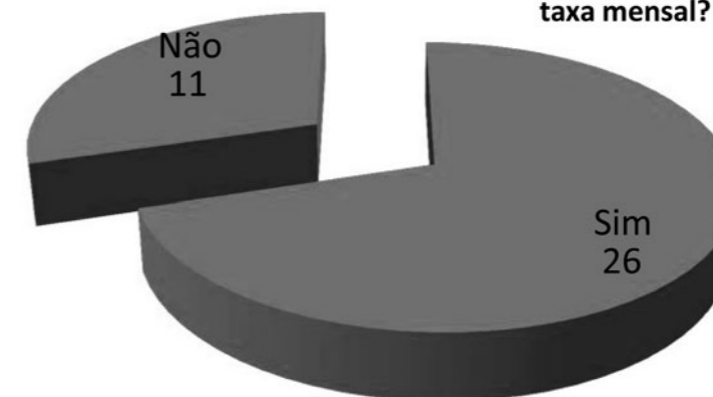


GRÁFICO 15

Qual a principal fonte de recursos da associação?

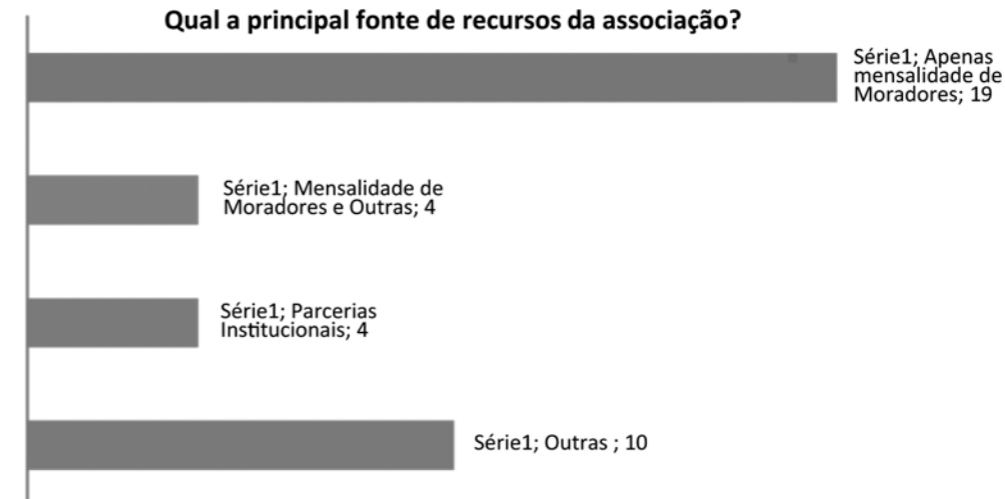


GRÁFICO 16

Qual a origem do espaço físico utilizado pela associação?

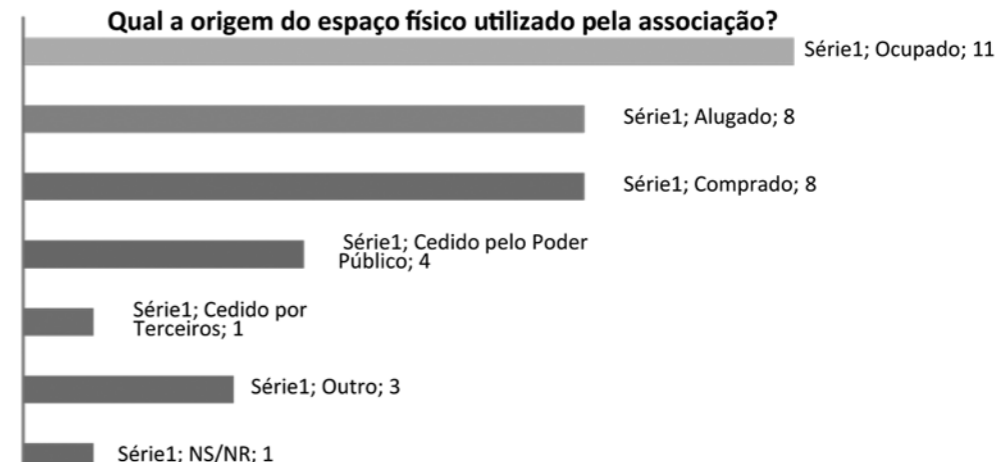




GRÁFICO 17

As associações estudadas parecem atuar principalmente em atendimentos relativos às demandas por serviços públicos e benefícios sociais, além das atividades de recreação e lazer. A entrega de carta, geralmente, é feita pela associação, que se torna o local de referência para todas as correspondências. Os moradores é que vão à sede pegar as correspondências. A prática dos carteiros comunitários (pessoas da própria favela responsáveis pela entrega das cartas de casa em casa) não apareceu de forma recorrente nas associações estudadas (Gráfico 17).

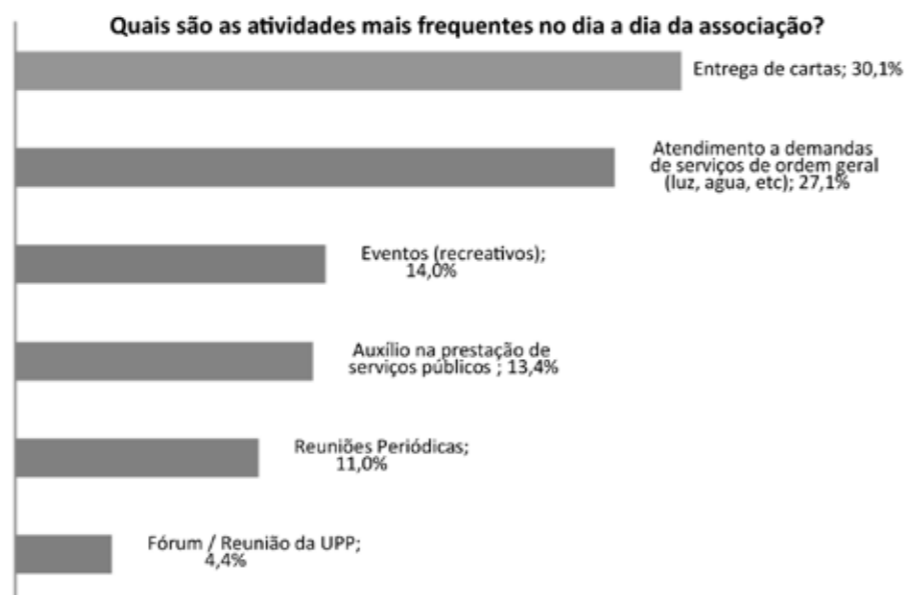


GRÁFICO 18

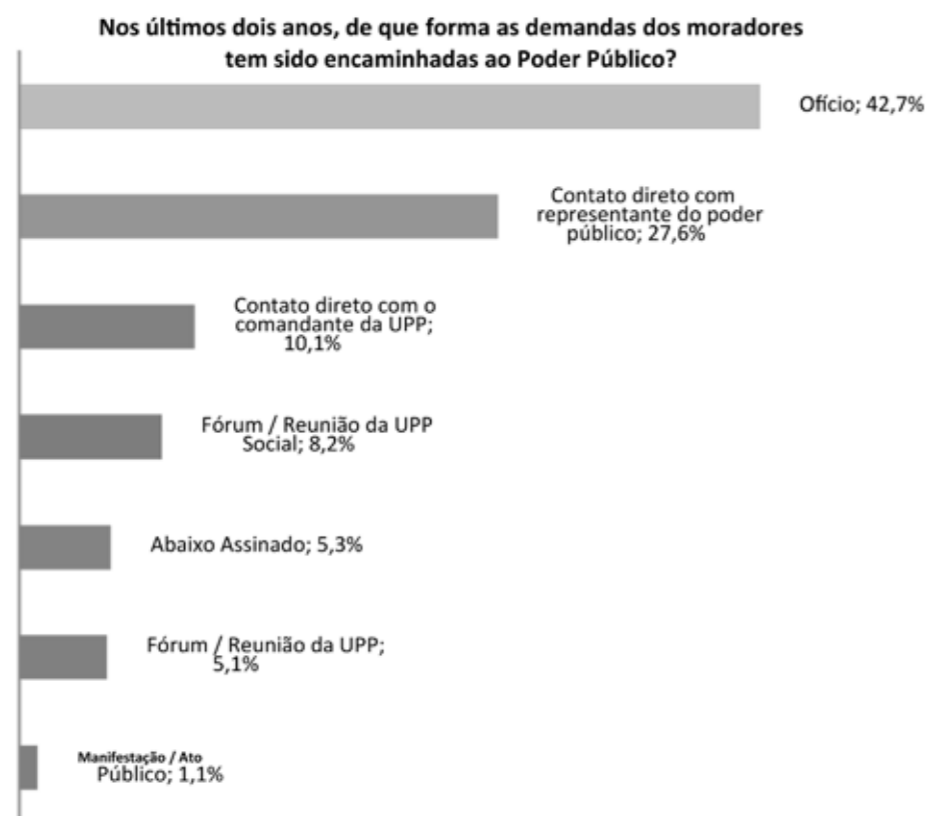
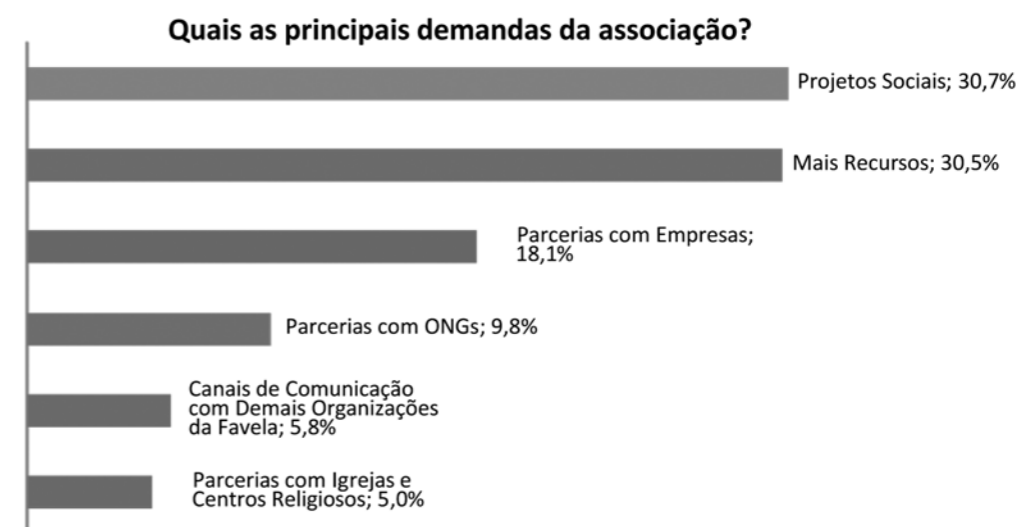


GRÁFICO 19



O contato com o Poder Público tem sido feito, predominantemente, por ofício e pelo contato direto com gestores públicos. Os presidentes têm clareza dos caminhos que facilitam o atendimento da associação, utilizando sua rede de relações, estabelecida ao longo de sua trajetória na associação, para facilitar o acesso aos diferentes órgãos públicos (Gráfico 18). Em geral, os representantes entrevistados reclamam da falta de projetos sociais nas próprias associações e da escassez de recursos para que consigam desenvolver atividades e atender os diferentes problemas que se apresentam à associação (Gráfico 19).

A maior parte dos presidentes (25) avalia ter uma relação boa ou muito boa com a UPP (Gráfico 20). O grupamento de aproximação, responsável pelo contato mais direto com os moradores existe em apenas 14 das favelas de atuação nas 38 associações que fizeram parte da pesquisa (Gráfico 21). Entre os presidentes, 26 afirmam que a UPP participa dos

eventos e atividades realizados pelas associações de moradores (Gráfico 22).

Quanto à relação com as outras associações de moradores vizinhas, 19 presidentes destacaram que, com a chegada das UPPs, a relação com as associações não foi alterada e 12 acreditam que, com a UPP, houve melhoria na relação com associações de moradores de favelas vizinhas (Gráfico 25).

As associações estudadas parecem atuar principalmente em atendimentos relativos às demandas por serviços públicos e benefícios sociais, além das atividades de recreação e lazer. A entrega de carta, geralmente, é feita pela associação, que se torna o local de referência para todas as correspondências. Os moradores é que vão à sede pegar as correspondências. A prática dos carteiros comunitários (pessoas da própria favela responsáveis pela entrega das cartas de casa em casa) não apareceu de forma recorrente nas associações estudadas (Gráfico 17).

GRÁFICO 20

Avaliação da relação com a UPP local

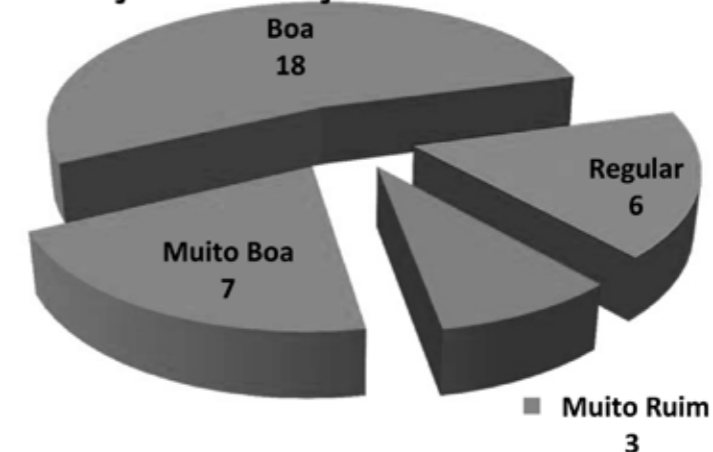


GRÁFICO 21

**Existe Grupamento de Aproximação?**

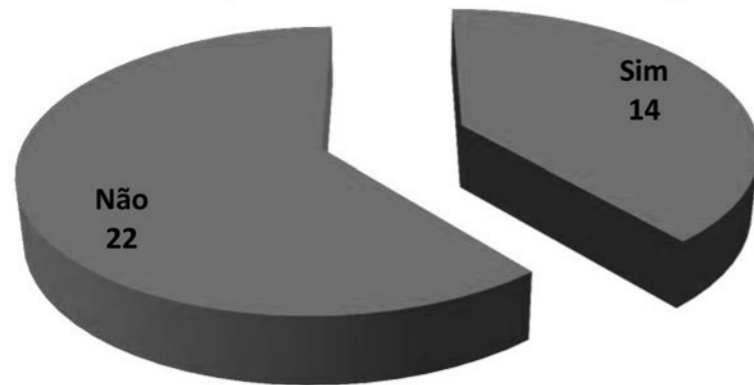


GRÁFICO 22

**A UPP participa das atividades desenvolvidas pela AM?**

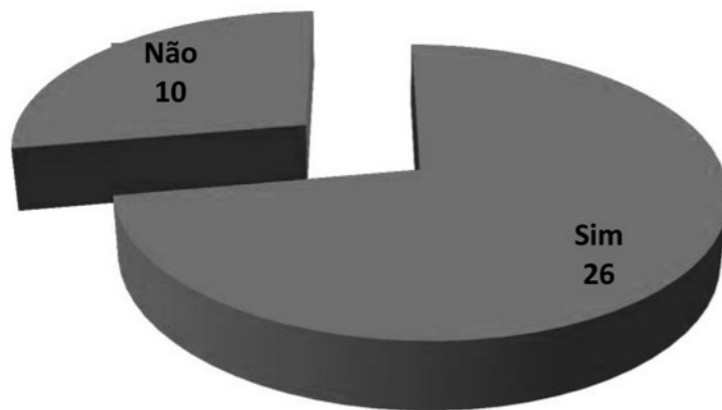


GRÁFICO 23

**São realizadas reuniões com Associações de Moradores vizinhas?**

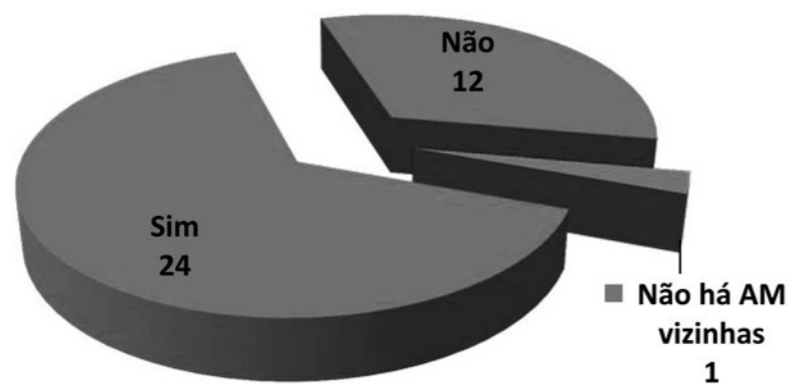


GRÁFICO 24

**Relação com as AM vizinhas no período anterior a pacificação**

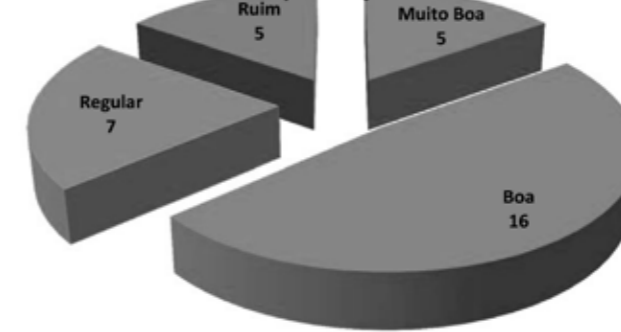


GRÁFICO 25

**Relação com as AM's vizinhas após a chegada da UPP**

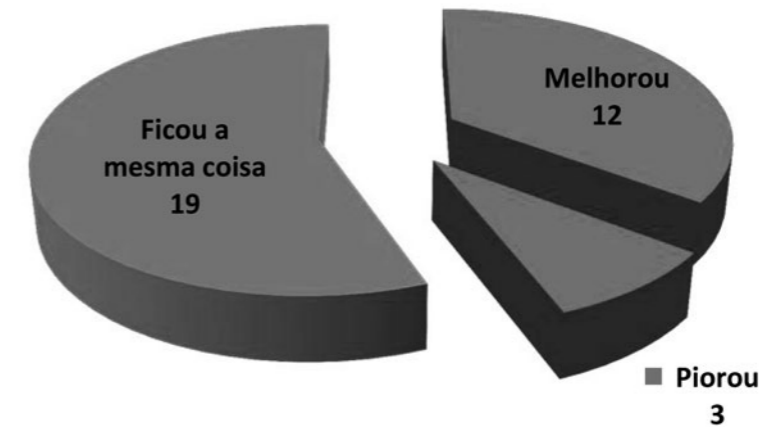
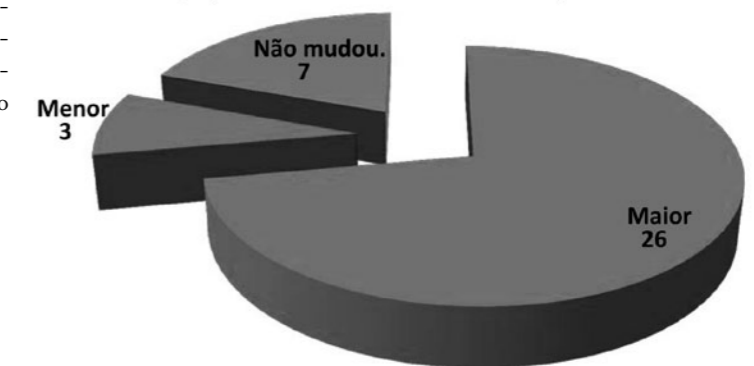


GRÁFICO 26

**Participação dos moradores na associação nos últimos dois anos**



De acordo com 26 presidentes, os moradores têm participado mais da associação de moradores nos últimos dois anos, embora façam questão de destacar a dificuldade para que os moradores se mobilizem em torno da associação (Gráfico 26).



GRÁFICO 27

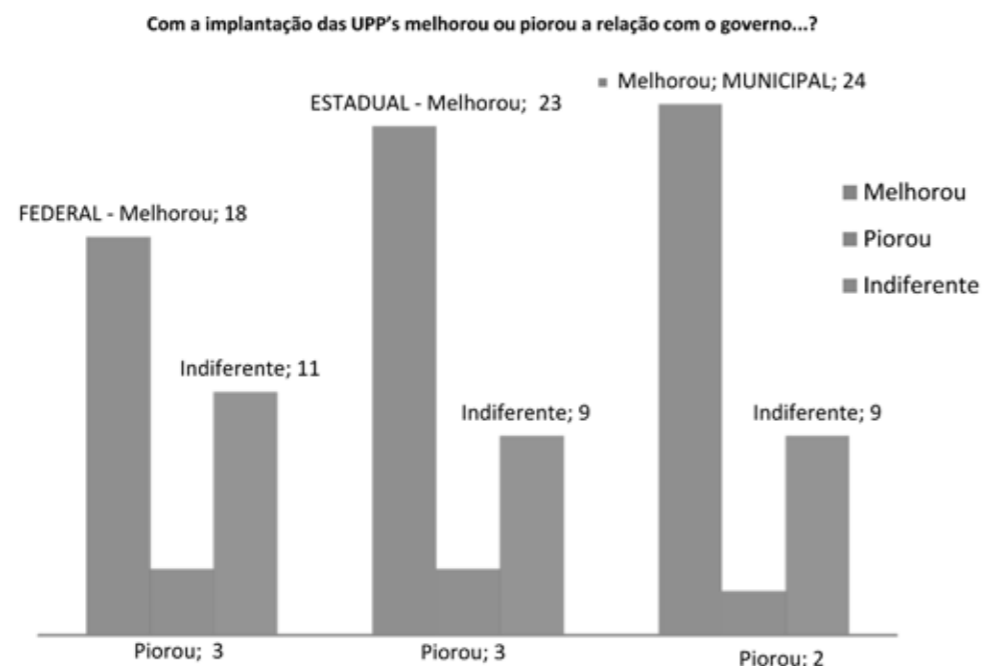
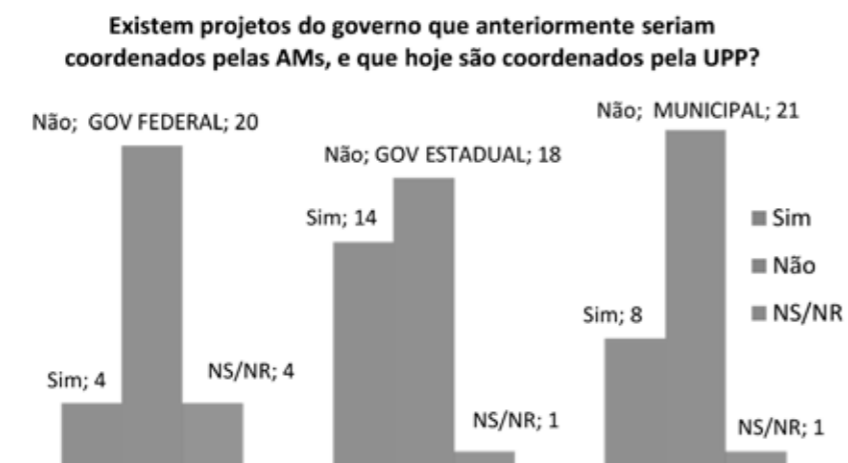


GRÁFICO 28



A diferença entre aquelas associações que realizam novas atividades com a chegada das UPPs e aquelas que mantêm as mesmas ações é de apenas duas. Outras nove teriam deixado de realizar algumas atividades com a chegada da UPP (Gráfico 28). Embora afirmem não haver perda de espaço para as UPPs (no que se refere à implementação de projetos), é possível supor que as novas atividades existentes nas favelas estejam sob a responsabilidade da Polícia ou que a tenham como instância primeira de acesso às atividades, como uma “porta de entrada” de novas intervenções. Também é possível supor que as UPPs e seu “cessar-fogo” tenham facilitado a entrada de outros atores (como ONGs e ações de responsabilidade social empresarial, por exemplo) (Gráfico 29).

GRÁFICO 29

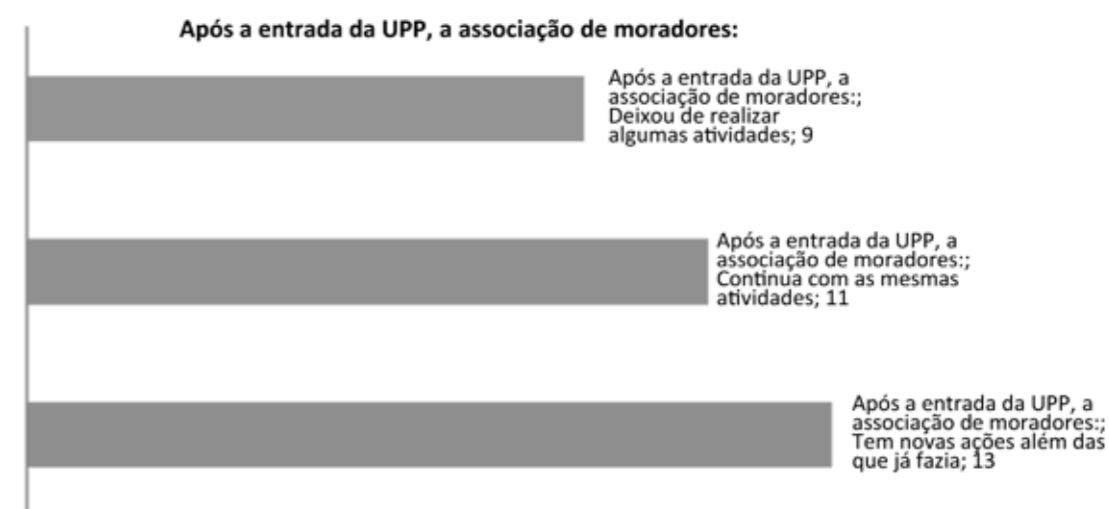
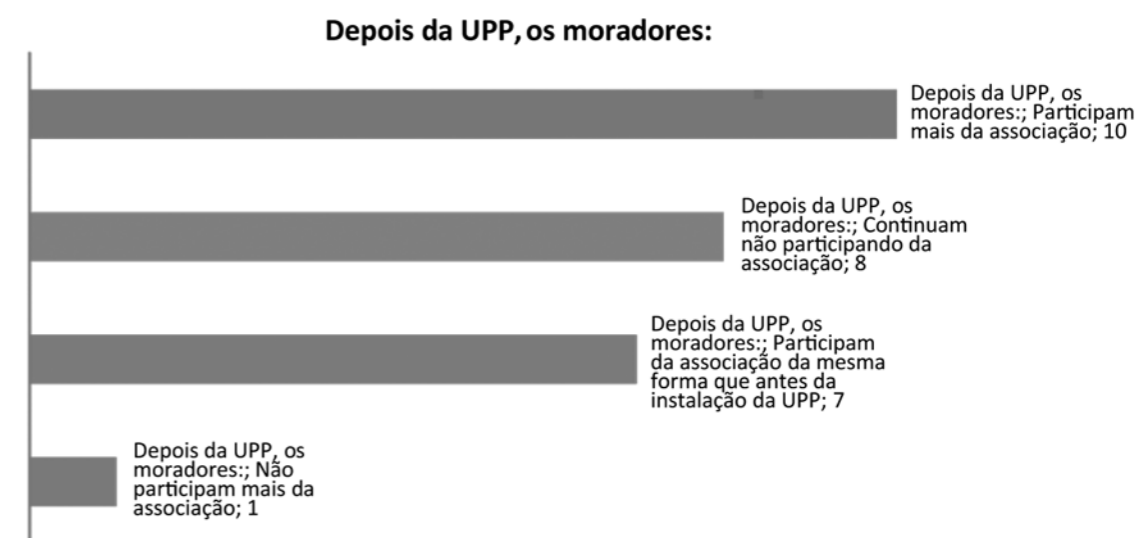


GRÁFICO 30



Para a maioria dos presidentes (15), os moradores ainda participam pouco da associação mesmo após a chegada das UPPs. Entretanto, dez afirmaram que, com a UPP, os moradores participam mais da associação<sup>20</sup> (Gráfico 30). Vinte e seis dos entrevistados afirmam que há reuniões realizadas com o Comando da UPP (Gráfico 31). A convocação se dá, em geral, pelo contato direto com o comandante, que avisa o dia da reunião. Convite à participação dos presidentes também se dá por meio de emails, cartas ou ofícios (16) (Gráfico 33). É a associação que conta com aproximadamente 30 participantes na opinião de 20 entrevistados (Gráfico 35). Entre os participantes, os soldados ainda aparecem de forma discreta. Entre os presidentes, 18 afirmam que os soldados participam das reuniões e 16 afirmam que não participam (Gráfico 36).

20 O tema da participação pós-implantação das UPPs será abordado em pesquisa qualitativa, que está sendo desenvolvida no Morro da Formiga e, posteriormente, no perímetro da UPP Macacos.

GRÁFICO 31

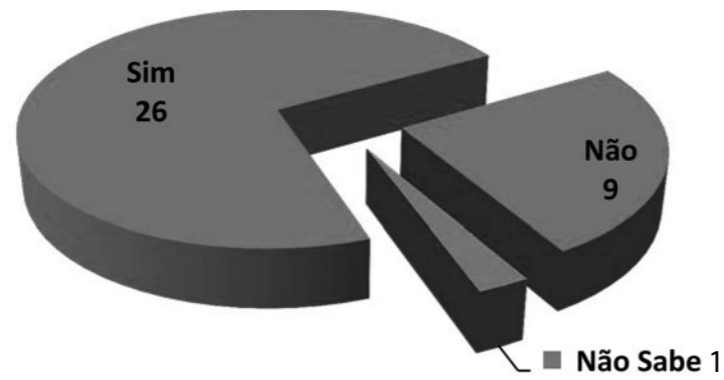


GRÁFICO 34

Os moradores são chamados a participarem das reuniões?

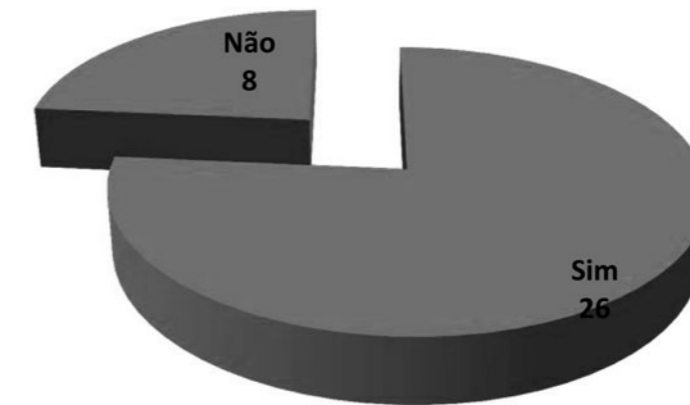


GRÁFICO 32

A associação de moradores sempre é convocada para estas reuniões?

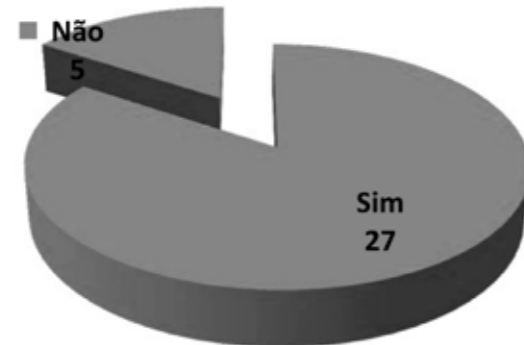


GRÁFICO 35

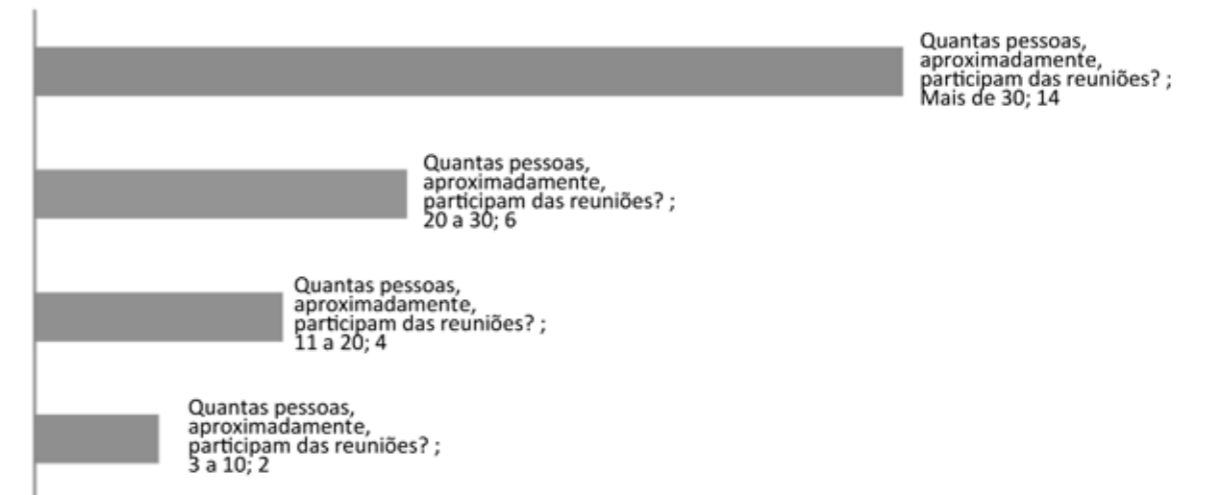


GRÁFICO 33

Qual a forma de convocação para as reuniões com o comando da UPP?

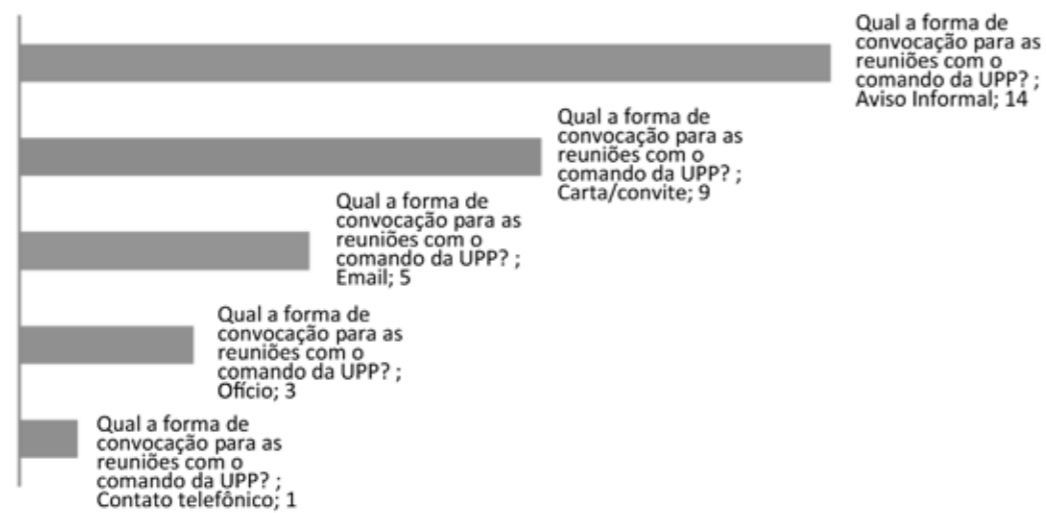
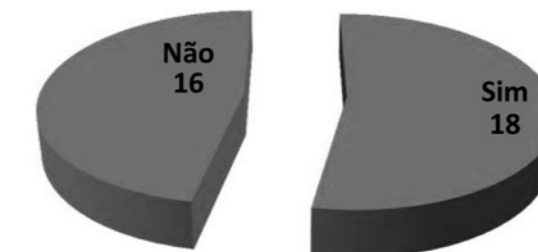


GRÁFICO 36

Os soldados da UPP estão presentes nas reuniões?





Os presidentes afirmam ter uma relação boa ou muito boa com os gestores do Programa UPP Social (23) (Gráfico 37). Embora elogiem o trabalho desenvolvido pelos executores do programa, a maioria dos presidentes afirma que o programa não necessariamente facilita a relação com as esferas de governo. Vale destacar, contudo, que a diferença entre aqueles que afirmam que o programa tem aproximado a associação das esferas de governo daqueles que afirmam não ter havido mudanças é de apenas duas associações (Gráfico 38). Outros 13 afirmam que, por meio do programa, as demandas são mais rapidamente atendidas (Gráfico 39).

GRÁFICO 37

Quanto ao projeto UPP Social, como é a relação entre associação e gestores locais?

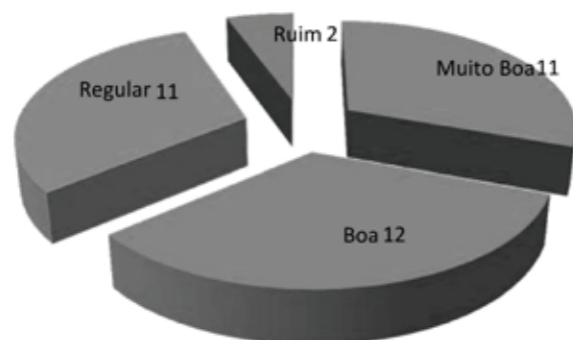


GRÁFICO 38

O projeto UPP Social aproximou a associação das secretarias de governo?



GRÁFICO 39

Com o programa UPP Social as demandas da associação são:



Vale destacar que, embora afirmem que a UPP não assumiu a responsabilidade de projetos antes desenvolvidos pelas associações, nove, entre 33 presidentes, afirmam que a associação deixou de exercer algumas atividades e boa parte dos presidentes reclama da falta de projetos. Como dito anteriormente, a redução das funções exercidas pelas associações (mencionada pela minoria dos entrevistados) pode indicar uma pluralização de atores nas favelas “pacificadas”. A implementação das UPPs, além de converter o comandante da UPP em importante mediador (“solucionador de problemas”) e garantir o funcionamento da UPP Social (que só é possível por conta da instalação das UPPs<sup>3</sup> visto que associa a atuação precária do Poder Público fundamentalmente ao controle anteriormente exercido pelas facções criminosas), também facilita o acesso de outras organizações não governamentais a essas favelas. Seria interessante, portanto, realizar uma pesquisa de cunho qualitativo com o objetivo de compreender a atual configuração do tecido associativo nas favelas que possuem UPP. Qual é a dinâmica de funcionamento dessas associações? Quais são os projetos e as demais organizações que atuam nesse local? Como se relacionam os atores locais e supralocais? Afinal, como está sendo vivida e experimentada a política nessas favelas?

#### 4. PARTICIPAÇÃO OU CONTROLE NEGOCIADO?

Como indicado por Machado da Silva (2002), a substituição de uma política mais autoritária por uma que envolve negociação não é novidade. A implementação de um programa como a UPP Social, e sua retórica de integração das favelas ao conjunto da cidade a partir de uma forma de atuação participativa, representaria uma continuidade desse tipo de atuação do Estado. Mas, assim como indicado por Machado da Silva, tratar-se-ia de uma política pautada no “controle negociado”?

O conceito de “controle negociado”, como bem salienta Burgos (2005), compreende tanto uma dimensão descritiva – dos arranjos clientelistas que são desenvolvidos no âmbito do processo de urbanização das favelas – como uma dimensão normativa que se refere ao fato de que tais arranjos estariam assentados em uma incorporação subalterna dos segmentos inferiores à cidade. A “vitória” da favela e sua permanência na cidade – comemorada no livro *Um século de favela* (Zaluar, Alvito, 1997) – teria sido conquistada por meio da “constituição de uma categoria subalterna (do favelado)”, cujo padrão de integração urbana seria “fragmentado e fortemente hierarquizado” (Machado da Silva, 2002: 224). Desse modo, não haveria emanci-

pação política desses atores, mesmo com a desistência das agências estatais em impor uma solução ao final ao “problema da favela”, qual seja, a remoção.

No lugar de uma postura remocionista, propõe-se a urbanização das favelas, visando sua integração à cidade. No entanto, o controle institucional, mesmo que em seu formato negociado, reproduz o padrão de integração fragmentado das favelas à cidade. De acordo com Burgos (2005):

*Ainda segundo Machado da Silva, “os objetivos das disputas mudam, as formas de mobilização adaptam-se às conjunturas, mas o controle institucional assim negociado reproduz o padrão secular de integração fragmentada e o enorme diferencial de poder que a sustenta” (2002:235). Para isso corroborariam as próprias políticas públicas voltadas para a integração urbana. Machado da Silva observa que o programa Favela-Bairro, por exemplo, seria um caso exemplar de política pública que, concebida com base em critérios técnicos, supostamente imunes às práticas clientelistas, acabaria por tornar opacos os critérios do processo de seleção das favelas a serem beneficiadas, e o resultado seria uma “pulverização hiperlocalista dos interesses [...] que enfraquece o conjunto das mobilizações e despolitiza as reivindicações”. Configura-se, assim, “um imenso conflito horizontal entre as favelas para decidir quais delas serão beneficiadas” (idem:232). Disso se deduz que a luta política pela cidade se reduz a uma luta pelo território.*

Se a luta política pela cidade converte-se em luta pelo território, muitas vezes destituída de conteúdo político, como poderia haver alteração na forma de integração dos favelados à cidade? Se ainda existem intermediários políticos para o atendimento das demandas dos moradores de favela (cabos eleitorais, parlamentares, subprefeitos, entre outros), como seria possível promover a emancipação política desse segmento social? E, no contexto das UPPs, em que plano se dá a negociação com o Poder Público? Como os moradores vocalizam suas demandas?

Vimos, nos dados que apresentamos anteriormente, que a relação das associações de moradores com os atores do poder público presentes no contexto das UPPs, principalmente, policiais e gestores do Programa UPP Social, apresenta algumas ambiguidades. Se, por um lado, predomina a alegação de que a relação é boa; por outro lado, temos a percepção de que há o deslocamento de atribuições e competências. A participação da Polícia em temas de administração da esfera pública local é um dos elementos que se apresenta de modo mais delicado diante dessa ambiguidade. Ocorre uma

21 Um gestor do IPP, em um dos fóruns organizados pela UPP Social, declara: “Com a paz, não se justifica mais o mau funcionamento do Estado na favela”.

22 As Unidades de Polícia Pacificadora, como já foi dito de forma exaustiva, teriam como objetivo principal a eliminação do controle territorial armado pelo tráfico de drogas. Contudo, mesmo tendo sido implantadas desde 2008, a presença da Polícia ainda é marcada pelo uso ostensivo de armas, o que parece um pouco contraditório com a ideia de "pacificação". Essa temática apareceu, por exemplo, no fórum do Vidigal onde um morador questionou a necessidade da utilização de fuzis. Se a "paz" estaria garantida com a ocupação policial, visto que o tráfico teria sido desarmado, por que os moradores continuariam convivendo com armamentos em seu cotidiano e sujeitos a esse controle?

situação na qual, finalmente, os atores públicos que, há tantos anos requisitados e ausentes, agora se apresentam à disposição para o diálogo e a articulação em torno dos problemas locais. Tal presença, entretanto, não ocorre como resultado das reivindicações e do trabalho de décadas efetuado pelas associações de moradores, mas como produto de demandas, em grande medida, exteriores às favelas.

As associações deixam de realizar atividades, que agora são realizadas pelas UPPs, mas alegam realizar outras atividades que, antes, não compunham seus escopos de atuação. A encampação de algumas atividades realizadas pelas associações por parte das UPPs indica um intercâmbio de papéis que merece ser aprofundado por estudos futuros. Não há respostas a priori para o fato de que a UPP se responsabiliza por projetos e atividades de intervenção social em determinados contextos. O presente estudo define, entretanto, algumas dimensões para o estudo dessa problemática, ao tomar como referência as percepções das associações de moradores. Ao mesmo tempo que elas possuem lugar de destaque nas reuniões oficiais, como os fóruns da UPP Social, esse protagonismo não se verifica nos demais contextos. Dividir tarefas com a UPP e com outros atores do poder público pode representar a consolidação de uma parceria, mas pode também significar a perda de espaço e de protagonismo na atuação das associações de moradores.

Quais são os efeitos dessa política baseada na ideia de "pacificação" – terminologia que permanece no cerne da atuação da Polícia, mesmo com a eliminação (nem sempre integral) do controle armado do tráfico<sup>22</sup> – na vida associativa das favelas? Com a "restituição da paz", outros atores passam a disputar o direito de falar em nome das favelas, tanto na apresentação de suas demandas como na captação de recursos para elaboração e desenvolvimento de projetos. Qual seria o papel das organizações governamentais neste processo? Como tem sido a atuação do setor privado em iniciativas de responsabilidade social em favelas "pacificadas"? A integração da favela à cidade por meio das UPPs e do Programa UPP Social garante a participação dos

moradores de favelas no espaço público da cidade? Se a UPP pode se converter em mediador (armado) na relação entre poder público e moradores, quais são os efeitos nas ações coletivas engendradas pelos favelados?

Na tentativa de responder essas perguntas, o Iser desenvolve, no momento da redação deste estudo exploratório, outras pesquisas de cunho qualitativo nos morros da Formiga e Macacos. Na delimitação do campo empírico desses outros estudos, foi considerada a história de mobilizações dessas favelas, as relações já estabelecidas com diferentes atores locais (policiais, presidentes de associações de moradores, líderes religiosos, gestores públicos) e a localização na região da zona Norte da cidade, desconcentrando o olhar privilegiado nas favelas da zona Sul.

Tentamos aqui estabelecer um estudo de caráter descritivo com o mapeamento de algumas questões que merecem aprofundamento. Nossa preocupação foi estabelecer um patamar mínimo de investigação sobre a questão do associativismo em favelas em contextos de UPPs, por meio de um panorama de algumas disposições presentes na interação entre lideranças locais e representações governamentais, diante de algumas novas dinâmicas de participação. Não temos como responder se as associações de moradores deveriam ser as instâncias mais reconhecidas no contexto do associativismo nas favelas do Rio de Janeiro. Pelo histórico dessas organizações, porém, é possível lidarmos com a hipótese de que as ambiguidades de papéis, que definem a redução do protagonismo por parte das associações de moradores, podem indicar maior controle do Estado sobre elas. Ao atuarem como partícipes no diálogo em torno das novas propostas de gestão dos assuntos da vida pública nas favelas, as associações podem estar submetidas a novas relações de força nas quais correm o risco de permanecerem em um lugar tutelado. Isso não quer dizer que a alternativa a esse risco seja a posição intransigente que se nega ao diálogo, mas que é necessário que se definam papéis e lugares mais claros nos novos termos de articulação em torno de agendas locais, suscitados pelas UPPs e propostos pelas UPPs Sociais.

## 5. Referências Bibliográficas

BURGOS, M. B. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro". In: Zaluar, A.; Alvito, M. (orgs.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. (2005). Cidade, territórios e cidadania. Dados - Revista de Ciências Sociais, nº 48, Vol. I, pp.189-222.

CEFAI, D.; MELLO, M. A. S.; VEIGA, F. B.; MOTA, F. R. (Orgs.). Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EDUFF, 2011.

DINIZ, Eli. Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 228 p. (Estudos brasileiros, 59).

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. Rio de Janeiro, Forense, 1949.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia da Silva Pereira. Favelas e Democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas". In: Itamar Silva (org.). Rio – a democracia vista de baixo. Rio de Janeiro, Ibase, 2004.

\_\_\_\_\_. A continuidade do "problema favela". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. A política na favela. Cadernos Brasileiros, 9, 41, 1967.

SILVA, I.; ROCHA, L.M. Associações de moradores de favelas e seu dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo. In: Segurança, tráfico e Milícias no Rio de Janeiro. Justiça Global (org.). Fundação Heinrich Boll, 2008.

ZALUAR, A. Crime, medo e política. In: Zaluar, A.; Alvito, M. (orgs.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.



## O FUNK ESTÁ “PACIFICADO”?

POR RAÍZA SIQUEIRA<sup>1</sup>  
BARBARA GOMES<sup>2</sup>  
MICHEL CARVALHO<sup>3</sup>  
TÁSSIA MENDONÇA<sup>4</sup>  
ANDRÉ RODRIGUES<sup>5</sup>  
E TAMARA LAJTMAN<sup>6</sup>

Com a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), os bailes funks foram inicialmente proibidos dentro das favelas atendidas por esse serviço policial. A percepção negativa desses eventos não é recente. Desde, pelo menos, os anos 1980, o funk, os bailes e seus frequentadores encontram-se associados à violência produzida na cidade do Rio de Janeiro. Vianna, em artigo publicado no ano (1996), argumenta que o marco na história da relação, quase que inexorável, entre o funk carioca e o aprofundamento da percepção da violência na cidade foi o “arrastão” que aconteceu em outubro de 1992 na praia do Arpoador. Data desse evento a conversão dos funkeiros – em sua maioria, jovens moradores de favelas e bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro – em “inimigos públicos número 1” (Vianna, 1996) da Segurança Pública do Rio de Janeiro. Ao comparar as diferentes matérias produzidas nos jornais sobre os bailes em momentos diferentes, Hermano Vianna (1996: 04) comenta:

*Mudou o Jornal do Brasil? Mudaram os funkeiros? Ou mudou a maneira com a qual determinados grupos sociais do Rio (entre eles aqueles dos jornalistas) preferem ver e se relacionar com os bailes funk? O baile, depois do arrastão, passou a ser visto como um fenômeno, antes de qualquer coisa, violento. A violência, e a não diversão, se transformou na sua principal marca, e os funkeiros foram estigmatizados.*

As cenas de galeras rivais brigando nas praias em 1992 foram apreendidas pela opinião pública como reprodução da guerra entre facções. Assim, a estigmatização, já existente, de jovens, pobres, moradores de favela é reiterada.<sup>7</sup> Se as favelas, neste seu mais de um século de existência, foram em diversos momentos representadas como locus da falta de higiene, da ilegalidade, da imoralidade e da violência, com o funk não foi muito diferente. As matérias jornalísticas sobre bailes “de corredor” em que grupos rivais se enfrentavam e o escândalo em torno da possível prática de atos libidinosos em bailes reforçaram a percepção negativa desses espaços, desencadeando, conseqüentemente, iniciativas para sua interdição.

Com a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora, a criminalização do funk ficou ainda mais evidente. No dia 19 de dezembro de 2008, foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora na Favela Santa Marta, localizada no bairro de Botafogo na cidade do Rio

de Janeiro. Atualmente, o Rio de Janeiro conta com 21 UPPs e a favela da Rocinha e os Complexos do Alemão e da Penha já foram ocupados militarmente.

Logo em um primeiro momento, todos os bailes foram interditados nessas localidades. O baile funk, identificado especialmente com sua versão “proibida”,<sup>8</sup> parece ter permanecido no imaginário dos agentes de segurança pública como inimigo número 1, visto que ele reunia aqueles jovens favelados representados como bandidos ou, pelo menos, potencialmente bandidos. Mesmo em festas menores, há denúncias de que o funk seria censurado pelos policiais militares. A justificativa da polícia à época residia na altura do som e no horário dos eventos, visto que a conhecida “resolução 013”<sup>9</sup> confere à polícia o poder de proibir eventos artísticos, sociais e esportivos em todo o estado. Tratar-se-ia, então, da aplicação da lei, e não de uma “perseguição” deliberada ao funk.

Vale destacar que o baile não é o único evento que está sujeito a essas interdições, embora pareça ser o alvo preferencial. Mesmo forrós e pagodes são atingidos pela resolução supracitada. Embora não tenhamos realizado uma pesquisa sobre festas em geral nas favelas “pacificadas”, é possível indicar – a partir de pesquisas realizadas em outras favelas (na Formiga, por exemplo) – que rodas de samba e apresentação de grupos de pagode, por exemplo, permanecem no cotidiano dos moradores.

Embora tenha sofrido restrições, hoje – três anos depois da instalação da primeira UPP –, os bailes foram realizados em muitas favelas “pacificadas”. A prática não foi universalizada, pois a gestão de cada favela depende fundamentalmente do arbítrio do comandante responsável pela UPP local. Como não existe um programa que regule e oriente as ações das UPPs em seu conjunto, cabe ao comandante a decisão de autorizar e interditar certas práticas. Isso não se restringe apenas aos bailes funks, mas também ao transporte alternativo, por exemplo.

A pergunta que motiva este texto é bastante simples: como são os bailes funks de favela pacificada? Que tipo de funk toca? Toca “proibido” e “putaria”?<sup>10</sup> Como os frequentadores se comportam? Como (se houver) é a participação da Polícia?

Na tentativa de começar a responder, fomos a alguns bailes nas seguintes favelas: Amor, Sossego e Canário. Acompanhamos bailes onde a presença maciça era de moradores, e bailes frequentados por muitos moradores da cidade dita

1 Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj) e pesquisadora associada do Iser.

2 Cientista social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e pesquisadora do Iser.

3 Cientista social pelo IFCS/UFRJ e pesquisador do Iser.

4 Cientista social pelo IFCS/UFRJ, mestranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional/UFRJ e pesquisadora do Iser.

5 Doutorando em Ciência Política pelo Iesp/Uerj, pesquisador do Laboratório de Estudos Humeanos da Universidade Federal Fluminense (LEH/UFF) e pesquisador associado do Iser.

6 Cientista social pelo IFCS/UFRJ e pesquisadora do Iser.

7 Para aprofundar a discussão em torno das diferentes representações/dogmas acerca das favelas, ler Valladares (2008).

8 Tipo de funk que faz referência às facções criminosas que dominam algumas favelas.

9 O decreto completo pode ser lido no fim da publicação.

10 Sobre a vertente “proibida” do funk, vale a pena conferir a dissertação de mestrado de Carla Mattos intitulada “No ritmo neurótico: cultura funk e performances ‘proibidas’ em contexto de violência no Rio de Janeiro” (2006).

11 Apenas o baile não pacificado não contará com uma seção para sua descrição.

A ida ao evento indicou possibilidades de comparação entre esses dois espaços, um onde o tráfico ainda comanda e outro onde a polícia tem o controle territorial.

12 Nos outros bailes, não foi observado o consumo de droga ilícita no interior da quadra. Contudo, verificou-se a presença de crianças e a venda de bebida alcoólica sem grande regulação.

formal e turistas, no qual o valor do ingresso era mais alto. Também participamos de um baile em uma favela não pacificada na tentativa de observar as diferenças entre os espaços. Dividiremos o texto de acordo com nossas idas a campo e os nomes das favelas serão substituídos e os nomes dos MCs serão omitidos na tentativa de preservar suas identidades.<sup>11</sup>

## 1. OS BAILES PRIMEIRO BAILE NA FAVELA DO AMOR

Na Favela do Amor, situada na zona Norte do Rio de Janeiro, acompanhamos dois bailes. No primeiro deles, a presença da polícia só foi percebida no começo da favela, já no segundo observou-se um grupo posicionado na saída do baile (na subida até a quadra da Raia, onde rolaria o baile, nenhum policial foi visto). Existia uma bilheteria e, após o pagamento, os frequentadores eram carimbados com a palavra “paz”. Parecia uma demonstração do acordo feito entre produtores do baile e o comando da UPP local. Além do carimbo, o horário de início (18 horas) e término (24 horas) deixava claro que se tratava de um “baile pacificado”.

O baile só começa a encher por volta das 21 horas. Antes, só as crianças e os pesquisadores desavisados esboçavam alguns passos na quadra. Aos poucos, as pessoas vão chegando e se posicionando nas proximidades das paredes, deixando o meio da quadra vazio. Mulheres de um lado e homens de outro começam a dançar mais discretamente. Apenas os casais já formados dançam juntos nesse momento do baile. O DJ, além de dar boas-vindas aos presentes, atua na regulação do evento, reprovando, até mesmo, o que é considerado como mau comportamento. “Não pode fazer besteira aqui”, fala o DJ ao observar o consumo de maconha no local do baile.<sup>12</sup> Ele também interrompe a música para pedir que os adultos tenham atenção com as garrafas de vidro e com os guarda-chuvas (empunhados para o alto como se estivessem fazendo menção aos fuzis que circulavam usualmente nos bailes quando o tráfico ainda estava sob o comando armado dessas favelas), pois se trata de uma matinê com a presença de crianças.

As dicas de comportamento proferidas pelo DJ ao microfone ao longo de todo o baile indicam uma preocupação com a continuidade do evento. Tais advertências parecem estar ligadas às regras combinadas/impostas com/por a UPP

local. Se, por um lado, a Polícia muitas vezes afirma ter definido as normas para a realização do evento por meio do aparato legal e também por meio de um diálogo com os moradores; por outro lado, alguns moradores afirmam que a decisão de ter ou não baile (bem como seus horários) é exclusivamente da UPP local.

Quando o funk começa a tocar, é perceptível a mudança na “voltagem” do baile. Todos ficam mais animados e, além dos passos dos rapazes e das descidas até o chão das moças, os bondes, formados, sobretudo, por rapazes, começam a circular por toda a quadra. As letras enfatizam a sensualidade. “Novinhas”, “novinhos” e suas habilidades sexuais são postos em destaque, mas não sem censura. Palavras mais explicitamente ligadas aos órgãos sexuais são cortadas (com a redução do volume). Como no trecho da música abaixo, em que as frases grifadas não foram pronunciadas:

### Que isso novinha?

Mc Saed

*Eu mc saed, fui da um rolé com um amigo na comunidade*

*Chegando lá ele me apresentou uma novinha, e me deu logo o papo reto,*

*Falou assim ó: essa novinha fode pra caralho,*

*Eu falei mentira, ele falou verdade,*

*Eu tirei a novinha de cima em baixo e falei: ele ta de cão,*

*Papo vai papo vem, consegui arrastar a novinha pra dentro do carro, ta ligado,*

*Ai ela mandou assim pra mim ó:*

*Deixa eu pegar na sua piroca, de-deixa?*

*Que isso novinha que isso que isso novinha que isso que isso novinha que isso que isso novinha que isso*

*O bagulho foi ficando envolvente ai ela mandou assim ó, bota na minha buceta?*

*Que isso novinha que isso que isso novinha que isso que isso novinha que isso*

*Com aquela cara de safada, com aquela cara de tarada ela mandou assim pra mim ó, dede-deixa eu sentar na sua piroca?*

*Que isso novinha que isso que isso novinha que isso que isso novinha que isso*

*O bagulho foi ficando doido, o bagulho foi ficando louco, o vidro do carro ja tava ficando embaçado e ela mandou assim pra mim, me come de quatro?*

*Que isso novinha que isso que isso novinha que isso que isso novinha que isso que isso*

*novinha que isso.*

*Minha piroca ja tava ficando envernizada, ja tava ficando naquele clima, quando ela mandou assim pra mim, eu não aguentei, goza na minha cara?*

*Caralho novinha que isso, caralho novinha que isso, caralho novinha que isso,*

*Que isso novinha, que isso,*

*Caralho novinha que isso, caralho novinha que isso, caralho novinha que isso, que isso novinha que isso,*

*Caralho novinha que isso, que isso novinha que isso, que isso novinha que isso, que isso novinha que isso,*

A restrição ao vocabulário da “putaria” é percebida não apenas nos bailes frequentados mais por moradores das “comunidades” (em alguns mais, em outros menos), mas também nos bailes frequentados especialmente por não moradores de favela. A partir de conversa com dançarinos e MCs (mestres de cerimônia – cantores) que fizeram show na quadra da escola de samba na Favela do Sossego na zona sul da cidade, ficou claro que há orientações para que o tema da sexualidade seja disfarçado (por vezes, substituído por um gemido do MC).

Nos dois casos, a censura parece ser uma tentativa de tornar o funk mais “palatável”, com a supressão de termos considerados vulgares e com a restrição mais óbvia de músicas que fazem menção ao tráfico. Embora pareçam acatar as orientações dos organizadores do evento, é interessante notar as maneiras elaboradas para experimentar o evento de forma mais livre, apesar das limitações atualmente impostas pela UPP. Se as músicas não podem falar, o corpo fala, seja o dos MCs ou o dos frequentadores do evento.

Além do DJ, os MCs e seus dançarinos ocupam um lugar central nos bailes. Apenas no primeiro baile observado no Amor não tinha MC. O segundo baile na Favela do Amor contou com a presença do famoso MC A., intitulado a “reliquia” da sua favela de origem. No baile do Sossego, vários MCs se apresentaram e o baile do Canário teve participação da MC P., com o hit “Que isso novinha?”.

## BAILE DO SOSSEGO

No baile do Sossego, frequentado especialmente por moradores do “asfalto”, a polícia esteve o tempo inteiro presente. Uma área, até mesmo, havia sido reservada para o comandan-

te da UPP. Como sempre ocorre na festa “Eu amo baile funk”, músicas antigas (“os clássicos”) foram tocadas. Os mais recentes, com conotações sexuais, também animaram parte considerável da noite, que só se encerrou às 4 horas da manhã (mais tarde que o horário permitido para baile comum). Contudo, cortes eram feitos pelos próprios MCs que gemiam nas partes mais diretamente sexualizadas. A dança fluía com maior liberdade. Se o MC não podia dizer o que exatamente faria com a “novinha”, seu corpo traduzia bem a palavra censurada.

Sobre drogas e facções, nada foi dito de forma direta. Contudo, menções sutis foram percebidas, como a Melô do maconheiro, que foi entoada no baile. A MC puxou: “Ô, Ô, Ô” e a plateia completou: “Cadê o isqueiro? Demorou formar o bonde dos maconheiros”.<sup>13</sup> Além disso, gestos remetiam à linguagem antes recorrente nos bailes. Uma das MCs da noite fez vários gestos e um símbolo com a mão, V L, que significa “vida loka” (“guerreiro de fé”), expressão que ganhou fama após uma das músicas do MC A., a “reliquia” da Favela do Amor. A música pode ser encontrada com o título de “Vida Loka” ou “Comando Vermelho”:

### Vida Loka

*E ae irmão?!*

*Humildade e disciplina*

*Vida louca*

*Diretamente do chapá*

*Só proceder*

*Chatuba só bolado aew*

*Fundamento do C.V*

*Se vim mandando*

*Vai saindo de fininho*

*Na humildade*

*Liberdade pro Marcinho*

*Tranquilidade*

*Chatuba vem e toma de assalto*

*É o bonde dos mais altos*

*É fé em Deus*

*Colômbia é muita pureza*

*É a reliquia*

*Bonde do pantera negra*

*Se liga então*

*157 só boladão!<sup>14</sup>*

13 Essa música é reconhecida não apenas nos bailes de favela, mas também nos eventos que ocorrem no “asfalto” frequentados por pessoas de diferentes grupos sociais.

14 O artigo 157 do Código Penal refere-se à prática de roubo.



15 Boldin seria o tipo de maconha que teria uma qualidade melhor.

É os 40 ladrão  
E ae irmão?!  
Humildade e disciplina  
Vida louca  
Diretamente do chapa  
Só proceder  
Chatuba só bolado aew  
Fundamento do C.V  
  
E ae irmão?!  
Humildade e disciplina  
Vida louca  
Diretamente do chapa  
Só procede  
Mais alto mais bolado ae  
  
E ae mais alto?!  
Cheio de ódio neguinbo!

Com letra muito parecida, MC A. fala da “vida loka” em outra música:

**Ae Irmão**  
E ae irmão  
Humildade e disciplina  
Vida loka  
Diretamente do chapa só proceder  
[nome da favela] se liga vou dizer  
É paz, justiça e lazer  
O baile rola  
Quem é contra mete o pé  
Venha curtir com paz, amor e muita fé  
Sem violência  
Só chega e fala que é nós  
Eu quero ouvir sua voz  
[...]  
Humildemente eu estou cantando  
Sou a relíquia lá do morro do [nome da favela]  
Eu trago a paz  
E canto com o coração  
Muita humildade e blindão  
E ae irmão  
Humildade e disciplina  
Vida loka  
Diretamente do chapa só proceder

[nome da favela] se liga vou dizer  
É paz, justiça e lazer

Embora não tendo cantado a música, ao fazer o gesto que remete a ela e, portanto, à facção Comando Vermelho, a MC recupera um repertório que diz respeito a esse “outro momento”, anterior à instalação da UPP. Vale destacar também que a referida MC é reconhecida por cantar músicas “românticas” e “proibições”, como a música “Caveirão voltou de Ré”: “Pois apliquei rajada de traçante, tiro intermitente. E adorei, caveirão engatou a ré. Não veio mais para frente (...) Se vim botar a cara, vai ter que aguentar”. Essa mesma MC fez referência ao bonde dos maconeiros, como já fora descrito. Mesmo não tendo cantado no baile “pacificado”, os funkeiros (ou os frequentadores de baile mais assíduos) sabem que ela possui uma música famosa em que a alusão à maconha é ainda mais clara:

#### Boldin<sup>15</sup>

Mangueira é chapa quente, neguinbo vo te falar...  
Tem vários do boldinho para você fuuumaarrr ... [3x]  
O gordão já tá no baile  
Tá fumando a do boldim, do boldim, do boldim, dim dim dim ...  
Pit bull já tá no baile,  
Tá fumando a do boldim, do boldim, do boldim, dim dim dim ...  
O gordão já tá no baile  
Tá fumando a do boldin, do boldin, do boldin, din din din ...  
Venenosa, êêêê, erva venenosa, êêêê ....  
Venenosa, êêêê, erva venenosa, êêêê ....  
Do bol, do do boldin, do bol, do do boldin, do bol, do do boldin ... din din din din  
Do bol, do do boldin, do bol, do do boldin, do bol, do do boldin ... din din din din  
Mangueira é chapa quente, neguinbo vo te falar...

Tem vários do boldinho para você fuuumaarrr ... [2x]  
O gordão já tá no baile  
Tá fumando a do boldin, do boldin, do boldin, din din din ...  
Pit bull já tá no baile,  
Tá fumando a do boldin, do boldin, do boldin, din din din ...  
...  
O gordão já tá no baile  
Tá fumando a do boldin, do boldin, do boldin, din din din ...  
Do boldin, do boldin, do boldin, din din din ...  
Do boldin, do boldin, do boldin, do boldin, din din ...  
Do boldin, do boldin, do boldin, din din ...

#### BAILE DO CANÁRIO

No baile do Canário, MC P. – a convidada da noite – também fez símbolo de arma com os dedos e, imediatamente, foi censurada pelo DJ que fez um gesto negativo com as mãos. Ela, no entanto, não interrompeu sua dança que compreendia esse gesto com as mãos. Além disso, ela cantou uma música em que dizia que mataria um desafeto. A música é de outro MC, intitulada “Eu mato ela”:

Aê mulher, toma cuidado  
Ela quer roubar o seu marido  
Se ela roubar o seu marido,  
O que tu faz com ela?  
Eu mato ela. Eu mato ela.  
Se roubar o meu marido,  
Ainda corto o cabelo dela.  
Eu mato ela. Eu mato ela.  
MC Lança que falou  
Esse é o ritmo da favela  
Se entrar no seu caminho  
Eu mato ela. Eu mato ela.  
Se entrar no meu caminho,  
Ainda corto o cabelo dela.  
Eu mato ela. Eu mato ela.

Como, de maneira geral, os jovens do sexo masculino são mais “criminalizáveis”, as MCs podem se sentir mais à vontade para se comportar de forma não tão “ajustada” ao novo

formato dos bailes. Fazer referência ao período que as armas dominavam os bailes, seja com gestos ou letras que contêm ações violentas (mas sem envolver o tráfico), seria uma estratégia para não perder a ligação com os “bailes de antigamente”.

A música “Esse é o bonde do P.U.”, tocada em todos os bailes que frequentamos, havia inicialmente passado despercebida. Apenas com a ida ao baile em favela não pacificada, a sigla fez sentido: PU é Parque União, que é uma favela controlada pelo Comando Vermelho. Cantar essa música nos bailes do Amor, do Sossego, do Canário e nessa favela “não pacificada” faz sentido pois essas favelas eram ou são (como é o caso da “não pacificada”) controladas pelo CV. A proximidade ou a rivalidade entre as favelas, como se sabe, passa pelo grupo criminoso que tem o controle de cada área. Dessa forma, a música “O Bonde do P.U.” pode ser tocada nesses bailes, especialmente seu refrão: “PU, PU, PU, esse é o bonde do PU”. Entretanto, as demais favelas mencionadas são alteradas. No baile do Canário, por exemplo, no lugar de falar “as mina do Parque União”, a letra diz “as mina do Buraco Quente”, mencionando uma localidade da favela do Canário que era bastante utilizada pelos traficantes.

Nota-se, portanto, que menções às favelas “aliadas” (pertencentes às mesmas facções) ainda são realizadas, embora não haja mais controle territorial armado de nenhum grupo criminoso. Como nem todos os traficantes abandonaram os morros ou foram presos (e como a venda de drogas ainda persiste), ainda existe uma identificação local com o Comando Vermelho e isso aparece nas letras de músicas e na empolgação demonstrada pela plateia quando alguma favela do CV é mencionada.<sup>16</sup>

#### SEGUNDO BAILE NA FAVELA DO AMOR

Na segunda ida à Favela do Amor, a equipe acompanhou um baile que contou com a participação de vários MCs. A aceitação da plateia com relação a esses variou bastante. O MC G., que abriu a noite, versou sobre sua terra natal – Belford Roxo – e não animou o público. Já MC N., o segundo convidado da noite, obteve certo sucesso ao cantar um rap famoso já tocado no baile anteriormente. Contudo, o teor de suas músicas foi, assim como em outras situações, controlado pelo MC local.

16 Seria interessante observar, em outro momento, a circulação de funkeiros moradores de áreas antes controladas pelo CV em favelas que viviam sob o controle de outra facção. A restrição quanto ao trânsito ainda persiste nesses grupos de jovens?

17 A “Batalha do Passinho”, iniciada nas redes sociais por meio da divulgação de vídeos no youtube onde jovens mostram suas habilidades em uma dança que, ao som de funk, mistura frevo, break e funk, conquistou a mídia por meio da organização de batalhas em favelas, com a participação de dançarinos de diversos locais da cidade e do estado. Na final da primeira batalha, realizada em uma quadra na Tijuca, Gambá conquistou o terceiro lugar.

Na virada do ano, o jovem foi assassinado após sua saída de um baile na Favela do Mandela. Em todos os eventos e atividades que envolvem os dançarinos do “Passinho” (programa de TV, batalhas, shows), seu nome é lembrado por meio de camisetas e mesmo por declarações.

18 Vale destacar que, ao circular em favelas, o MC só fazia shows em áreas controladas por esse grupo.

19 Cria é um termo utilizado especialmente por moradores de favela para designar aquele que é nascido e criado no local.

Nesse segundo baile, também realizado na quadra da Favela do Amor, a presença de práticas e signos ligados ao antigo controle armado da favela por uma facção criminosa ficou mais evidente. O convidado de honra da noite foi a “reliquia”, cujo rap mais famoso, já citado anteriormente, é uma música que narra de maneira sucinta a história do Comando Vermelho (seu mito de origem) que é precedido do seguinte texto:

#### 1969

Foi fundada a maior facção criminosa do Rio de Janeiro – o Comando Vermelho pelo Rogério Legruher e seus comparsas. Com o lema de paz, justiça e liberdade para toda a população carcerária, para todos os familiares que vão visitar seus irmãos, seus filhos. Pelo bem de todas as comunidades, fé em Deus, paz, justiça e liberdade.

Embora não tenha falado esse texto nem tenha feito alusão direta ao Comando Vermelho, é perceptível a recuperação desse repertório ligado à facção criminosa que comandava o local, o que pode ser observado nos extratos do diário de campo produzido por uma das pesquisadoras:

(...) o MC abre com o seu rap consagrado ‘Humildade e Disciplina’ e com gritos de ‘bota o dedo pro alto’ incita a plateia que canta animada a letra. Não só a maneira como nesse momento os guarda-chuvas são empunhados por todos os lados como fuzis, mas também os dedos em riste imitando armas ou formando o símbolo do CV, dão um outro caráter para um baile que até então estava muito mais voltado para as novinhas e para o ‘chão, chão, chão’. No fim da música o MC pede aos que estão presentes que levantem as mãos se já perderam alguém que amavam para ‘essa guerra’, para a ‘violência’. Fala então da morte do dançarino de passinho Gambá.<sup>17</sup> MC A. está vestindo uma camisa com a foto de Gambá, fala sobre a injustiça e o público responde efusivamente, todos com as mãos para o alto. O rapaz foi morto sob circunstâncias muito obscuras, se posso usar esse termo. Mas na verdade há toda uma retórica sobre a violência e um pedido de paz que talvez transcenda a morte de Gambá em si mesma.

Nota-se que MC A. não introduz diretamente a questão da violência policial nem do controle de facções criminosas. Contudo, sua trajetória

como MC, sua vinculação à favela de origem e o seu trajeto sempre associado ao CV<sup>18</sup> – que atravessam sua produção artística – são capazes de desvelar mesmo aquilo que não foi dito. A supressão de palavras ou de símbolos, nesse caso, não parece anular a comunicação. Sua “apresentação de si” (sua performance), ainda que controlada, guarda ligações um pouco óbvias com o CV. Ao dizer, repetidamente, “é nós” – seja nas letras de música como na conversa com a plateia – o MC se apropria de um léxico associado ao Comando Vermelho.

Em dado momento da noite, MC A. convida MC V. e lhe dá colar e microfone, como se estivesse concedendo o “direito à voz” e, conseqüentemente, um pouco da sua legitimidade (conquistada, entre outros fatores, por ser cria<sup>19</sup>) ao cantor de aparência pré-adolescente. V. não apenas começa seu show com palavras (*pau no cú do mundo rapá!*), como também canta o proibidão intitulado “Profissão Perigo”, que descreve um crime de latrocínio e que fala explicitamente que um determinado bonde do Comando Vermelho é capaz de matar até mesmo policiais do Batalhão de Operações Especiais da PM (Bope).

No decorrer do rap, V. canta pouco, o público de fato que entoa de maneira mais sonora. São várias as questões sobre esse momento: por que o MC residente não parou V. da mesma forma que fez com MC N.? Por ser menor de idade, ele estaria menos sujeito ao rigor do controle exercido sobre outros MCs? Em todo caso, permitindo ou não a execução de proibidões, pode-se perceber uma série de rastros e resíduos em termos de linguagem e símbolos que os mesmos deixam no baile carimbado pela paz.

## 2. À GUIA DE CONCLUSÃO: ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A “PACIFICAÇÃO” DOS BAILES

A permanência de símbolos ligados ao controle das facções criminosas (de códigos, de resistências simbólicas implícitas ou mesmo explícitas) não pode indicar uma criminalização dos produtores e consumidores de funk. A criminalização só é possível uma vez que não se percebe o *funk* como uma produção artística, visto que a arte não pode ser confundida com a esfera das experiências, do vivido, isto é, a mesma constitui um ato de ‘fabulação’ que se conecta ao domínio das experiências sem obstante se confundir com as mesmas (Deleuze e Guatarri, 2010). Dessa forma, ao tomar o funk

como expressão artístico/cultural, marcada pelas áreas de favela do Rio de Janeiro, evita-se vincular a figura dos artistas com os ‘eu’ líricos que vocalizam suas músicas. Cantar/narrar um latrocínio de forma nenhuma pode ser lido como uma ‘convivência’, uma ‘apologia’ e muito menos como uma ‘confissão’. O sujeito ativo da música se liberta da figura material do ‘traficante’, do ‘assaltante’ ou mesmo do ‘assassino’. O MC está cantando a violência, transcendendo-a da materialidade mesma do crime. O mesmo pode ser dito sobre os funks de “putaria”, quando Mc Saed ou Valeska cantam a sexualidade não o fazem partindo de um lugar de fala ‘próprio’, isto é, do campo da experiência vivida. A arte tem o poder e também o objetivo de desterritorializar as sensações e percepções que temos de nossa própria vida material e cristalizá-las em obras que conservam aquilo que atravessa a nossa experiência, sem se confundir ou se restringir à mesma.

Os filósofos Deleuze e Guatarri (2010: 202), ao conceituar o fazer artístico, exploram essa potência própria da arte, de extrair do vivido algo que não se reduz à esfera material do mesmo:

A fabulação criadora nada tem a ver com uma lembrança mesmo amplificada, nem com um fantasma. Com efeito, o artista (...) excede os estados perceptivos e as passagens afetivas do vivido. (...) Ele viu na vida algo muito grande, demasiado intolerável também, e a luta da vida com o que a ameaça, de modo que o pedaço de natureza que ele percebe, ou os bairros da cidade e seus personagens, acedem a uma visão que compõem, através deles, perceptos desta vida, deste momento, fazendo estourar as percepções vividas (...) que não têm mais outro objeto nem sujeito senão eles mesmos. (...) *Trata-se sempre de liberar a vida lá onde ela é prisioneira, ou de tentar fazê-lo num combate incerto.*<sup>20</sup>

É óbvio, e seria risível supor o contrário, que o funk canta a violência ou o crime necessariamente pelas experiências que atravessam os locais nos quais ele é produzido e os artistas que o compõem. No entanto, essa afirmação não justifica a criminalização do funk, visto que este constitui um fazer artístico. Se a violência atravessa essa forma de arte de maneira tão explícita, vale refletir que isso se relaciona necessariamente com a presença do tráfico armado nesses espaços, bem como a ação policial violenta das últimas décadas.

A UPP entra em algumas favelas modificando

intensamente suas sociabilidades e, por conseguinte, a maneira como a própria ‘violência’ se constitui. No entanto, quando evidenciamos nos bailes uma série de resistências, de rastros simbólicos, de códigos e signos que remetem a esse passado recente de domínio do tráfico, vale refletir sobre as questões que a “pacificação” traz à tona. A relação tensa com a força policial, as contiguidades identitárias ligadas às facções, tudo isso atravessa a juventude das favelas, seja nas áreas pacificadas ou não. Cabe frisar, ainda, que gostos e comportamentos relacionados à transgressão são próprios das culturas juvenis.<sup>21</sup> Assuntos polêmicos, como sexo, drogas e armas, são evidenciados nas músicas e também nas danças dos jovens, seja nos hip hops americanos, no rock’n’roll ou nos funks cariocas. É possível citar como exemplo o disco “Cabeça Dinossauro” dos Titãs, que, excluindo-se os termos de correlação com o tráfico e a questão da sexualidade, seria todo composto por “proibidões” de classe média. Há músicas contra a polícia, a Igreja, o Estado etc. É, enfim, um disco carregado da transgressão característica da cultura punk, na qual se inspira. Não recaiu sobre os jovens de classe média que compuseram e produziram aquele álbum a mesma carga relativa à criminalidade que incide contemporaneamente sobre o funk (ainda que os membros dos Titãs tenham sido presos à época do lançamento do disco por porte de drogas – estávamos, naquela altura, no regime ditatorial). O caráter transgressor não é, portanto, um comportamento juvenil restrito às favelas. A chave para a reflexão que propusemos diz respeito, dessa forma, à necessidade de distinção entre criminalidade e transgressão.

No caso dos jovens moradores de favelas, a relação ainda tensa com a polícia poderia ajudar a compreender a menção ao passado de controle do tráfico. Como já foi dito, o processo de pacificação compreende diversas alterações no cotidiano dos moradores, modificando desde o trabalho dos mototaxistas até os horários de festas e eventos, por exemplo. A polícia acaba se convertendo, em certa medida, em uma entidade que arbitra sobre o cotidiano das pessoas, mediando por vezes seus conflitos e exercendo um papel de representação para o atendimento das demandas sociais locais (por meio da organização de reuniões e contatos com outros órgãos do Poder Público).

Ora, se a polícia tem historicamente desenvolvido uma relação de confronto com as favelas, especialmente com os jovens (o estereótipo do criminoso), como poderia ser simples a tarefa de resignificar seu papel e promover uma

20 Grifo nosso.

21 Ver, por exemplo, a discussão de Velho (2008: 60) sobre categorias de acusação como “drogado” e “subversivo” que incidem, predominantemente, sobre indivíduos jovens.



aproximação? Tal resistência à presença da polícia é acentuada, sobretudo, nas situações de proibições dos bailes e nas dinâmicas de controle que dizem respeito tanto ao conteúdo das músicas (pois, como vimos, mesmo as músicas que abordam o sexo são controladas) como na produção dos bailes. É importante destacar que, ao final da elaboração deste artigo, apenas na Favela dos Tabajaras o baile funk continua sendo realizado semanalmente e em outras duas favelas ocorre com regularidade um pagofunk. Nas demais favelas, o baile está proibido, sob o argumento de que as quadras não dispõem de infraestrutura adequada e/ou os moradores não “sabem se comportar”. Se levamos em conta a forma pela qual as festas são organizadas na cidade dita formal, observaríamos que raramente a legislação (som, estacionamento, saídas de segurança) é cumprida, o que problematiza a primeira argumentação visto que mostra que o tratamento conferido às favelas é menos flexível que nos demais espaços da cidade. Já o segundo argumento traz um componente civilizatório, como se a polícia tivesse a função de educar tais pessoas que não se ajustam à forma de vida na “cidade”.

Se, por um lado, a implementação das UPPs marca um novo momento da política de segurança pública, com a redução drástica do número de homicídios nas favelas “pacificadas” por meio da extinção/redução do controle territorial armado do tráfico, por outro, demonstra que há um longo caminho a ser percorrido, pois a polícia, na tentativa de ajustar esses moradores ao “mundo cívico”, evidencia que seu objetivo, muitas vezes, parece ser o de conter as favelas (seus moradores) sob sua lei e guarda, protegendo, assim, a cidade destas. Embora a UPP – como experiência de policiamento – reconheça (e utilize como justificativa para sua implementação) a necessidade de garantir os direitos civis de moradores de favelas, os quais foram violados por meio do controle territorial armado das facções criminosas, a lógica do “controle” acaba envolvendo outras dimensões da vida das favelas, como espaços de sociabilidade importantes, bem como os bailes funks. Sem produzir diálogo, a distância entre polícia e favelados, sobretudo os mais jovens, será mantida ou possivelmente ampliada.

Nesse diálogo, é necessária certa ousadia, visto que a instituição policial, que tem a ordem e o controle como elementos fundamentais de sua atuação, deve estar disposta a lidar de modo flexível com o tema da transgressão. A participação da polícia nessa discussão não deve, entre-

tanto, incidir sobre aspectos comportamentais ou de gosto implicados nos bailes funks como práticas culturais e espaços de sociabilidade. Esse ponto é crucial, mas não torna a questão mais simples. Há uma grande celeuma acerca da legalidade dos bailes no que diz respeito à formalização dos espaços nos quais se realizam, aos níveis do som, ao horário de realização etc. A via para a regulação, nos parece, não deveria seguir a lógica da proibição e do controle, mas do estabelecimento de pactos locais. Adotar proposta significaria o envolvimento da população, ou das partes interessadas, nas tomadas de decisão e a adoção de uma postura policial (saúdável, a nosso ver) que busque o mínimo de controle necessário. Eis uma boa oportunidade de aprofundamento do experimento de redefinição do policiamento em favelas no Rio de Janeiro.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1993.

MATTOS, Carla dos Santos. *No ritmo neurótico: cultura funk e performances ‘proibidas’ em contexto de violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Uerj, 2006, 154ff.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zabar, 2008.

VLANNA, Hermano. *O funk como símbolo da violência carioca*. In: Velho, Gilberto; Alvito, Marcos; *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1996.



## PODER DIVINO E PODER ARMADO NO BATAN

POR VINICIUS ESPERANÇA<sup>2</sup>





1 Agradeço imensamente as ricas contribuições dos colegas que leram o texto antes da sua versão final: Raíza Siqueira, pela austera e comprometida preocupação metodológica; Clemir Fernandes, pelo amplo conhecimento e sensibilidade na área dos Estudos de Religião; André Luiz Rodrigues, em notável lucidez sociológica, por ter captado o fio condutor do texto até melhor do que o autor conseguiu expressar; Pedro Strozenberg, pelo cuidado, inteligência e elegância típica de um nato mediador de conflitos, onde minha pena foi pesada demais. Também a Carly Machado, orientadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRJ), cujas observações e análise do texto vão cirurgicamente onde há questões mal resolvidas. Devo a estes as possíveis qualidades do artigo, e a mim somente, as deficiências.

2 Cientista social, mestrando em antropologia pelo PPGCS/UFRJ, pesquisador associado do Iser.

3 Foto tirada no Morrinho.

4 Devo agradecimento especial ao colega de PPGCS/UFRJ, Cleiton Maia, pelo belo ensaio fotográfico realizado durante uma visita noturna ao local.

5 A UPP Batan inclui também as comunidades Vila Jurema, Morrinho e Cristalina, todas bem menores que o Jardim Batan. As fronteiras definidas pelo estado, entretanto, não são as mesmas fronteiras percebidas pelos moradores. Estas são mais fluidas e não tão fáceis de serem percebidas. Portanto, neste artigo, decidimos chamar toda a área de atuação da UPP como "Batan".

6 Não é intenção do texto problematizar a categori-

## INTRODUÇÃO

O Jardim Batan, mais conhecido pelos moradores simplesmente como Batan,<sup>5</sup> é um sub-bairro do bairro de Realengo, na zona oeste do Rio de Janeiro. Considerado pelo poder público e por quem o vê do lado de fora como uma favela, não o é pela maior parte de seus moradores. Sendo de área plana, sem as características arquitetônicas de outras favelas do Rio de Janeiro, possui algumas ruas largas, a maior parte com calçamento, e não poucas construções domiciliares amplas e bem cuidadas. Circular pelas ruas do Batan não é tão diferente, em termos visuais e arquitetônicos, que circular pelas ruas de bairros próximos como Bangu, Padre Miguel e outras regiões de Realengo não consideradas favelizadas. Há, entretanto, uma sub-região do Batan considerada favela, ou favelinha, como chamam seus moradores, que é o Morrinho.

O nome da comunidade deriva do Urubatã ou Ubatã, árvore que havia no local à época da ocupação e que, segundo informações encontradas no site da UPP Social, praticamente se extinguiu. Atualmente, uma parceria entre as secretarias de Segurança Pública e de Meio Ambiente levou ao plantio de novas dessas árvores.<sup>7</sup>

A região, antes uma fazenda com vasta área de vegetação e algum gado, começa a ser ocupada intensamente a partir dos anos 1970 e, em meados dos anos 1980, já estava densamente povoada. Grande parte das ocupações se deu pela vinda de pessoas da Região Nordeste.<sup>8</sup> Hoje, há cerca de 17.915 pessoas na área coberta pela UPP em 6.062 domicílios.<sup>9</sup>

A história do tráfico de drogas na localidade remonta, de acordo com testemunhos de moradores, ao início dos anos 1970, e se assemelha aos relatos de outras comunidades cariocas. Em princípio, havia a venda de entorpecentes por um pequeno grupo de moradores locais. Este

pequeno grupo percebe a necessidade de se armar para defender sua "boca" quando o negócio cresce e vai se tornando cada vez mais lucrativo. Começa a rivalidade com o Fumacê,<sup>10</sup> outra comunidade, muito próxima fisicamente, mas que se separa do Batan pela Avenida Brasil. Os violentos conflitos e confrontos entre os grupos armados do Batan e Fumacê estão ainda muito vivos na memória dos moradores com quem fizemos contato.

Em 2007, os traficantes do Batan invadiram o Fumacê e assassinaram os líderes do grupo rival, dentro do Fumacê.<sup>11</sup> No dia seguinte, realizaram uma festa de comemoração, no Batan, regada a bebidas e churrasco. Enquanto celebravam a vitória, foram surpreendidos por policiais militares que invadiram a casa onde estavam, via área do Exército, que fica nos fundos do Jardim Batan. No confronto, o grupo foi praticamente extinto.<sup>12</sup> Nesse contexto, um grupo de milicianos formado por moradores locais invadiu a localidade e expulsou o que restava do tráfico de drogas.

No ano seguinte, no mês de maio, o Batan se tornou notícia em todo o país, quando sequestraram e torturaram um casal de jornalistas do jornal O Dia.<sup>13</sup> Há pouca dúvida de que esse episódio foi determinante para a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no local, uma das primeiras a serem instaladas,<sup>14</sup> em fevereiro de 2009. Atualmente, 106 policiais fazem o policiamento no local.<sup>15</sup>

O objetivo deste artigo é tentar compreender, ou simplesmente lançar luz, as emaranhadas relações entre segurança pública e religião no Batan, e como o poder divino e o poder armado se entrelaçam por meio da escatologia pentecostal, no discurso e na prática social. Longe de pretender encerrar o assunto ou propor soluções, a construção de uma breve etnografia nos ajuda, a partir de um panorama, a fazer

apontamentos e mapeamentos sobre a forma como a religião interage e dialoga com o poder público na localidade. Assim, os próprios conceitos e as divisões tradicionais entre religioso e secular, bem como o de laicidade, não esgotam as múltiplas interações e oferecem um convite à recategorização e à percepção de novas fronteiras em se tratando da forma como o novo modelo de policiamento de aproximação se relaciona com instâncias locais.

## SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BATAN

O sistema de transportes é insuficiente e precário. Não há linhas de ônibus que circulem dentro da comunidade, apenas transporte alternativo,<sup>16</sup> em sua maior parte não legalizado. Para tomar ônibus, os moradores se deslocam para a Avenida Brasil, onde, quando esses param, estão geralmente superlotados.<sup>17</sup> O sistema ferroviário fica distante da comunidade mais de 30 minutos de caminhada até a estação de trens de Realengo.

Não há hospitais nem postos de saúde no Batan. O hospital mais próximo é o Albert Schweitzer, que fica a 4 quilômetros. Algumas ONGs mapeadas trabalham como agentes de saúde, mas não suprem a carência local. Em janeiro de 2012, foi inaugurada a Clínica da Família Antônio Gonçalves da Silva que, segundo dados governamentais, atenderá 20 mil pessoas.

Quando à rede de educação pública, há no Batan a Escola Municipal Costa do Marfim, que atende 556 alunos da pré-escola ao 6º ano do ensino fundamental. Há também o Espaço de Educação Infantil Batan, creche administrada pelo Rio Solidário – Obra Social do Rio de Janeiro, e que emprega cerca de 50 funcionários, moradores da região. Essa entidade atende, aproximadamente, 200 crianças com idades de 4 meses a 4 anos e 11 meses. Recentemente, em maio de 2010, foi implantada uma unidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec), que atende cerca de 500 alunos<sup>18</sup> em sete cursos, como Informática, Idiomas, Cabeleireiro, Manicure e Camareira. Não há escolas de ensino médio no Batan.

Uma pesquisa realizada pela Federação

das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) em favelas com UPPs, em outubro de 2010, aponta alguns índices destacáveis com relação ao Batan. O objetivo da pesquisa era traçar o perfil socioeconômico das favelas contempladas pelas UPPs e elaborar um diagnóstico das necessidades e demandas destas comunidades.<sup>19</sup>

O Batan lidera, negativamente, a pesquisa, apresentando os piores índices, como: a comunidade com menor renda per capita, R\$ 406,00,<sup>20</sup> onde 36,6% da população pode ser considerada pobre e 12,3%, indigente; 19,7% dos economicamente ativos estão desempregados, contra 4,6% do Chapéu Mangueira; o pior índice total quanto à posse de documentos;<sup>21</sup> o menor índice de crianças de 0 a 6 anos que frequentam escola, 41,9%, contra 84% do Chapéu Mangueira; 36,5% dos jovens de 15 a 24 anos não estuda nem trabalha, contra 15,7% na Ladeira dos Tabajaras; os piores índices em todos os quesitos de utilização de espaços culturais<sup>22</sup>; a rede geral de água que beneficia pelo menos um cômodo alcança 64% da população do Batan, enquanto há em 95% dos domicílios no Pavão-Pavãozinho e na Ladeira dos Tabajaras; 6,1% do escoamento sanitário é vala ou a céu aberto; a infraestrutura do entorno também é a pior, com 50,9% das ruas pavimentadas e 48,5% com iluminação pública.

O Censo 2010 apontou mais alguns dados que merecem ser mencionados: 96,5% dos domicílios possuem abastecimento de água adequado; 94,1%, esgoto adequado; 99,9%, coleta de lixo; 88% dos domicílios são próprios; 8,1% dos moradores acima de 15 anos são analfabetos.<sup>23</sup>

## A RELIGIÃO NO BATAN

No início de abril de 2012, o Instituto de Estudos da Religião (Iser) realizou um levantamento com a finalidade de mapear as instituições religiosas no Batan. Uma equipe de 14 pessoas percorreu todas as ruas da comunidade, em um domingo pela manhã, estabelecendo contatos nas instituições, com o objetivo de colher informações tais quais, a data de fundação, telefones e nome completo do espaço. Foram mapeados 54 espaços religiosos, que se distribuem da seguinte forma:

zação de "favela", mas apenas destacar que a maneira como a população local entende a si mesma deve ser levada em consideração.

7 Destaco a importância simbólica deste "replanteio" como construção/invenção de tradição local.

8 Ver Misse (1995), sobre a equivocada tese de que o migrante rural tradicional, inadaptado nas grandes cidades e lançado à miséria e ao isolamento dos vínculos comunitários, em geral ocupando funções desqualificadas em áreas como a construção civil, é o personagem central da violência urbana.

9 Dados do Censo 2010.

10 A construção do Fumacê como inimigo acompanha a construção da identidade do tráfico no Batan e do próprio Batan. Apesar da proximidade, jovens de uma comunidade não poderiam ser vistos circulando pela outra, pois corriam risco de vida. Era comum, também, a troca de tiros entre uma facção e outra, tendo a grande circulação de automóveis na Avenida Brasil como mediação. A região do Morrinho, por ser mais alta, era estratégica para o tráfico do Batan.

11 Tive como fonte destas informações o relato de moradores e reportagens de jornais da época, consultadas pela internet.

12 Devo a lembrança deste relato ao colega Clemir Fernandes.

13 Os jornalistas faziam uma reportagem sobre a atuação dos milicianos no local. Estavam no último dia de trabalho para encerrar a matéria, quando foram pegos e torturados por cerca de quatro horas. A casa onde ocorreu a tortura, sede da milícia, é hoje a sede da UPP. Os acusados de liderar a tortura e os principais líderes da milícia foram presos pouco tempo depois.

14 A UPP do Batan é a segunda localizada na zona oeste do Rio de Janeiro, região que, historicamente, recebe menos atenção do poder público, especialmente nas imediações da Avenida Brasil. A outra UPP da zona oeste fica na Cidade de Deus. Pode-se afirmar que as duas favelas, esta por sua história e expressão internacional pelo filme Cidade de Deus (2002), dirigido por Fernando Meirelles, aquela pela tortura dos jornalistas, foram escolhidas, em parte, pelo poder simbólico que representaram. Pode-se contra-argumentar que ambas





ficam próximas à realização de eventos esportivos para as Olimpíadas de 2016, sendo a Cidade de Deus próxima à Barra da Tijuca e o Batan próximo à Vila Militar, mas no caso do Batan, há outras favelas próximas tão ou mais perigosas, por exemplo, o Fumacê, e as localizadas em Deodoro, Guadalupe, Fazenda Botafogo, Bangu, e, principalmente, Senador Camará e Santíssimo, onde há anos se instaura uma verdadeira guerra de disputa de poder entre facções do tráfico e milicianos.

15 Segundo o site da UPP: [http://upprj.com/wp/?page\\_id=33](http://upprj.com/wp/?page_id=33)

16 Vans e Kombis. Não vimos mototáxis na região.

17 A situação dos estudantes de escolas públicas é ainda pior, já que os motoristas evitam parar em pontos onde eles tomam o ônibus e muitos têm de andar quilômetros para chegar a seus respectivos, e distantes, colégios.

18 A informação vem da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

19 A informação da pesquisa foi retirada do site da Firjan: <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC2CA3C10A012CE5AD57FB7302.htm>

20 A renda per capita do Pavão-Pavãozinho é de R\$ 691,30.

21 São verificadas as posses dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certificado de reservista, CPF, carteira de identidade, carteira de trabalho, título de eleitor, carteira de motorista e certidão de casamento.

41 Igrejas Protestantes, três terreiros de Umbanda, quatro terreiros de Candomblé, três Igrejas Católicas Apostólicas Romanas (Icar),<sup>24</sup> duas casas Espíritas Kardecistas e um espaço ecumênico. Teçamos algumas considerações.

O espaço ecumênico é o Serviço de Assistência Social Evangélica (Sase), que fica na Avenida Brasil. É uma entidade social que possui uma capela utilizada por várias denominações, no terceiro sábado do mês, à tarde.

Uma das instituições Kardecistas, que fica em um imóvel bastante amplo, funciona também como creche.

Um dos terreiros de Candomblé, segundo relatos de alguns entrevistados, só abre uma vez por ano e teria sido fundado pelo cantor Elyélton Martins. Hoje, seria dirigido por um famoso ator da Rede Globo e frequentado por personalidades.

Das 41 Igrejas Protestantes, nove podem ser consideradas como não Pentecostais,<sup>25</sup> sendo cinco de tradição Batista, duas Adventistas e duas Presbiterianas. Das 32 Igrejas Pentecostais,<sup>26</sup> 17 são Assembleias de Deus e apenas uma pode se encaixar na descrição de Neopentecostal, que é a Igreja Universal do Reino de Deus, que tem uma igreja na comunidade. Destas 31 Igrejas Pentecostais, pelo menos 14, quase a metade, foram fundadas depois do ano 2000.<sup>27</sup>

Diante desses números, destaca-se a forte presença das Igrejas Protestantes, especialmente as de tradição Pentecostal, maioria na região. Esse dado será fundamental na compreensão da dinâmica da localidade, na forma como se relacionam o poder divino e o poder armado.

## A PESQUISA

A presente pesquisa no campo religioso do Batan é o segundo momento de uma pesquisa maior do Iser sobre UPPs, patrocinada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), no ano de 2012. Na primeira etapa do campo, percebeu-se o protagonismo religioso e a relação estabelecida especialmente entre as Igrejas Protestantes e a questão da segurança pública, que ocorria destacadamente no Batan, em comparação a outras comunidades pacificadas.<sup>28</sup> Então, nesse segundo momento, propusemo-nos à realização de um documentário em vídeo, em curta-metragem, e à escrita de um artigo sobre a religião no Batan.<sup>29</sup> A pesquisa de campo e a realização do vídeo ocorreram concomitantemente.

O trabalho de campo, nessa segunda fase, deu-se por cerca de 45 dias, nos meses de março e abril de 2012, onde, além da observação, construí relações e realizamos entrevistas formais e informais<sup>30</sup> com as lideranças anteriormente destacadas, moradores, outras lideranças religiosas e na área da Segurança Pública, além de frequentar os cultos religiosos de parte das instituições mapeadas no levantamento, não nos restringindo às Igrejas Evangélicas, mas também à Igreja Católica e aos terreiros de Umbanda e Candomblé.<sup>31</sup>

O objetivo deste trabalho é refletir a respeito daquilo que observei quanto à religião no Batan, com especial ênfase na forma peculiar como ela se relaciona com aspectos da segurança pública local.

As limitações se dão no recorte temporal, o curto período de observação que só me autoriza a falar como a configuração se apresentou no período de tempo selecionado. Por outro lado, procurei estabelecer contato não somente com os principais protagonistas em termos de liderança comunitária, mas também com os moradores mais pobres e pessoas das áreas menos percebidas do Batan, especialmente o Morrinho. Tive o cuidado metodológico de não chegar à comunidade com teorias prontas sobre como a religião deveria se relacionar com a UPP,<sup>32</sup> mas sim em ouvir e dar voz às diferentes interpretações sobre a questão, reconhecendo seu valor na construção do texto. Acredito que a avaliação da UPP e das mudanças que visivelmente ocorreram na comunidade nos últimos cinco anos é construída a partir e em parceria com aqueles que vivenciaram cotidianamente e na porta de suas casas o passado de extrema violência e o atual momento de “pacificação”.<sup>33</sup>

Entendo, assim, a religião, conforme frisou Geertz (2000, p. 152), como portadora de “Sentido”, definidora de “Identidades” ou “Poder”. Muito mais que mera devoção individual, intimista e subjetiva, considere aqueles com quem conversei como atores sociais que se afirmam em termos religiosos. Também não me limitei à religião expressa e organizada institucionalmente, mas também àqueles processos sociais e sistemas de representações que se afirmam ritualisticamente. Concordo com Durkheim (1989, 38), em que a religião é algo eminentemente social e que os ritos e os processos rituais servem para manter, suscitar ou fazer ressurgir certos estados mentais do coletivo.

## A DISPUTA

Das duas igrejas católicas do Batan, a Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, pelo tamanho e centralidade de sua localização, é a mais destacada. As missas dominicais estavam cheias,<sup>34</sup> quando lá estivemos, e são oferecidas outras atividades, não somente no domingo, mas também durante a semana. A pesquisa foi feita à época da quaresma e duas atividades se destacaram: uma procissão com a Via Crucis, cujas paradas eram em casas de moradores, e o Domingo de Ramos, em uma outra procissão, com o padre indo à frente montado em um cavalo.<sup>35</sup>

No terreno ao lado, a presença da Igreja Universal do Reino de Deus. Durante as missas, o som do culto neopentecostal penetra o espaço católico tradicional<sup>36</sup> e as pessoas se entreolham constrangidas. O discurso católico, então,

revive antigas polêmicas da controvérsia protestante<sup>37</sup> e se constrói, ali, como oposição às práticas neopentecostais.

Logo à entrada do templo católico, encontrava-se afixada a prestação de contas da Igreja.<sup>38</sup> Em uma das paredes laterais, próxima à cantina, antes de entrar na nave do templo, afixado outro papel que dizia em letras garrafais: “Uma Igreja séria é assim: pedir com projetos e prestação de contas é justo e deve ser feito”.

Na homilia de domingo, penúltimo domingo da Quaresma, o diácono usava o texto bíblico do livro do Êxodo 20.1-17<sup>39</sup> e refletia sobre “A importância da lei”, alertava sobre a falta de conhecimento, fruto da ausência da catequese, que levava ao comércio com Deus. “O católico (...) cristão não faz troca com Deus”, dizia ele, claramente polemizando com o alto som da Iurd ao lado. Em um segundo momento da homilia, polemizava com as religiões de matriz africana e os católicos que “flertavam” com elas. O padre, em suas intervenções e durante a celebração da eucaristia, apontou outras questões da polêmica contra os protestantes, como a Virgem Maria e a tradição da Igreja.<sup>40</sup> À saída da missa, recebemos um folheto que tratava da “Campanha para aumento de dizimistas e diminuição do tempo de execução de nossas obras”, cujo subtítulo era “Carta somente para quem ainda não é dizimista. Caso seja, compartilhe com um familiar ou amigo!”. O padre assinava no fim como administrador paroquial.

Jovem, em torno dos 30 anos, ele não se furta a certo discurso polêmico. Afirma que a Icar é a promotora por excelência do ecumenismo e que os protestantes são muito divididos no Batan. Relata que, por solicitação das reuniões comunitárias, realizou uma missa ecumênica, na qual só compareceram dois pastores, e que o culto ecumênico foi marcado em uma data em que ele estaria em retiro com sua igreja.

Sua crítica ao Pentecostalismo é forte.<sup>41</sup> Quanto às lideranças, afirma que o “Jardim Batan está fraco de lideranças”, então, reconhece como líder somente a si próprio, a associação de moradores e o comandante da UPP – o que já começa a ajudar na construção do quebra-cabeças da tensão e da disputa de poder e prestígio entre as lideranças religiosas locais.

Para Souza (2007), a Icar, diante da preocupação com o mercado religioso, assemelhou-se, em certos aspectos, a Igrejas Pentecostais, mas, para enfrentar a concorrência, apegou-se às suas peculiaridades. Assumindo esse caráter, ela adota uma postura contundente de autodefesa, que não propicia mais o diálogo inter-religioso,

22 Os espaços culturais considerados na pesquisa foram os seguintes: museus ou galerias com exposições de artes plásticas, clubes e associações recreativas, espetáculos de dança, cinemas, teatros, bibliotecas, parques ou praças, eventos esportivos.

23 Não faremos uma comparação com os dados do Censo com relação às outras comunidades “pacificadas”, pois escapa ao objetivo deste artigo. A pesquisa da Firjan foi mencionada por se tratar de uma pesquisa comparativa na qual o Batan assume as piores posições na maioria dos quesitos referentes ao desenvolvimento socioeconômico.

24 Na realidade, duas igrejas (Paróquia Nossa Senhora Aparecida e Igreja São João Batista e Nossa Senhora das Graças) e uma capela.

25 Não levamos em consideração se suas práticas são pentecostais, mas sua autodenominação.

26 Adotamos, mas não sem reservas, a tipologia largamente adotada das formações pentecostais em “Pentecostalismo Clássico”, “Deuteropentecostalismo” e “Neopentecostalismo”. O Pentecostalismo Clássico seria a primeira onda, a da década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã no Brasil (1910) e da Assembleia de Deus (1911). O Deuteropentecostalismo tem início na década de 1950, em São Paulo, e está representada no Batan pela Igreja do Evangelho Quadrangular. A primeira onda enfatizaria o dom de línguas, a segunda onda, o de cura (Mariano, 2005). A distinção de origem, entretanto, não dá conta de certa uniformização dos discursos e das práticas. Sobre o Pentecostalismo como forma popular do Protestantismo, ver Cesar (1992). Para Campos (2006), a adesão ao Pentecostalismo talvez seja uma nova forma de resignificação da cidadania e de inserção na sociedade capitalista das massas excluídas e periféricas ao sistema.

27 É possível até que o número recente seja maior, já que não foi possível verificar o ano de fundação de pelo menos nove delas. Pode-se, até com certa segurança, afirmar que o boom das Igrejas Pentecostais no Batan se deu na última década.

28 Termo comumente utilizado pelos órgãos de segurança pública e de mídia para se referirem às áreas controladas pela polícia, como no caso das UPPs.

29 responsável pela



produção do texto, utilize-me da primeira pessoa do singular. Quando me utilizar da terceira pessoa, faço referência ao trabalho da equipe.

30 As entrevistas formais foram gravadas para o vídeo e tiveram como público-alvo as principais lideranças locais.

31 Visitei três terreiros, dois de Umbanda e um de Candomblé. Participei de um ritual no terreiro de Umbanda onde entrevistamos o principal líder. Entrevistei, além deste, informalmente, uma mãe de santo moradora local, mas cujo terreiro fica na Baixada Fluminense, e uma liderança de um terreiro de Candomblé local.

32 O que exigiu um esforço redobrado, já que a equipe dedicada à pesquisa da Faperj conhecia melhor o local e manifestava seus próprios apontamentos a respeito. Por outro lado, não posso deixar de reconhecer que fui ao Batan sabendo para onde olhar e com parte do caminho, em termos de primeiros contatos e mapeamentos, pronto e bem apontado, graças a esse mapeamento anterior.

33 Não somente isto, outros fatores são importantes na pesquisa. Para tanto, o lugar de onde falo é a partir do gênero masculino, 30 anos, classe média baixa, de formação acadêmica, além das Ciências Sociais e Ciência da Religião, em Teologia, e de formação religiosa protestante de missão, atualmente não praticante. Ter morado por 10 anos numa região próxima ao Batan e conhecendo algo do ethos do pastor evangélico ajudou à pesquisa. Outros fatores, certamente, não ajudaram e são de difícil autopercepção. A questão de gênero que, em princípio, não seria importante na pesquisa, mostrou-se importante na facilidade/restrrição de acesso da equipe a algumas pessoas. Um exemplo digno de nota foi de um dos pastores entrevistados para o filme, que, por algum tempo, não demonstrou abertura para ser entrevistado por uma das integrantes da equipe, mas que foi de muito fácil acesso no momento em que a abordagem foi feita quando ela estava acompanhada de um pesquisador do sexo masculino. Vale ressaltar que na igreja deste pastor ocorre clara distinção de gênero, sendo que homens e mulheres sentam separados durante o culto.

34 Aproximadamente 150 pessoas na missa do domingo

que a caracterizou no passado, mas a concorrência religiosa. Ele conclui, afirmando que “o mercado religioso estaria assim moldando uma postura competitiva, simbolicamente agressiva, por parte da Igreja no Brasil” (p. 162).

Parece haver, no Batan, uma clara e simbólica disputa de campo religioso entre a Igreja Católica e as Igrejas Evangélicas, especialmente a Iurd.

Quanto a UPP, afirma ter uma boa relação e estar satisfeito com o resultado do trabalho que ela desempenha na comunidade.

### “AQUI TEM MAIS IGREJA DO QUE BAR”

Andar pelas ruas do Batan não aparenta oferecer perigo ao não morador. Quase sempre, fomos notados e, algumas vezes, as pessoas nos perguntaram se éramos dali ou se éramos representantes de alguma instituição do poder público. Jamais me senti ameaçado ou constrangido ao circular por, praticamente, todas as ruas do local.

O comércio, em sua totalidade, é composto, em termos de estrutura, no máximo, de estabelecimentos de médio porte. Não há grandes supermercados ou outras grandes lojas de conveniência. Pequenas padarias, armazéns, bazares, lan houses e bares. É muito comum que os nomes dos estabelecimentos façam alguma referência religiosa, por exemplo, Açai Nova Jerusalém, Elshaday Fashion etc.

Brincando com um colega da equipe, dizia que, nos subúrbios do Rio de Janeiro, a quantidade de Igrejas Evangélicas apresentava certa proporcionalidade com relação ao número de bares, já que há uma significativa oposição simbólica entre esses dois espaços. Estar no bar significa não ser crente ou estar “desviado”, e estar “firme” na igreja é não participar desse tipo de ambiente. Constantemente, a oposição entre esses espaços aparece no discurso tanto religioso como profano, vindo de dentro do bar. As coisas sagradas são protegidas e isoladas pelos interditos; as profanas, aquelas as quais os interditos são aplicados e que devem permanecer à distância das primeiras (Durkheim, 1989, p. 72). Assim, o bar e a igreja são dois espaços institucionais que separam na atividade social do indivíduo o sagrado e o profano.

O campo de futebol é um dos raros espaços intermediários, onde ambos se encontram, o sagrado e o profano, e partilham de verdadeira comunhão social e esportiva. No discurso masculino, o futebol ocupa um papel rico. É, ao mesmo

tempo, a possibilidade de sair de certo círculo de pobreza e, também, o de se “tornar alguém”. Ser bom no futebol pode ser uma das formas de prestígio no Batan. Entre os homens com mais de 35 anos, podemos escutar, com certa nostalgia, o quanto eles eram “bons de bola”, “cheguei a fazer teste no time...”, mas “não tinha cabeça” ou “a droga não deixou”.<sup>42</sup>

Voltando à igreja, ao futebol e ao bar. No primeiro dia de campo, após assistirmos por um tempo a uma partida de futebol, realizada em uma quinta-feira à tarde,<sup>43</sup> comentei, de forma particular, em tom jocoso, com um colega, sobre a proporcionalidade observada entre igrejas e bares em favelas cariocas. Continuamos caminhando por alguns metros. Esse colega foi conversar com uma comerciante, que estava “afastada da igreja”, e um senhor, próximo aos 50 anos, preparava cimento na calçada.

Puxei assunto. “Rapaz, aqui tem muita igreja”.

Ele responde rindo: “Aqui tem mais igreja do que bar”.

E estava certo. No Batan, há mais instituições religiosas do que bares.<sup>44</sup>

Não se pode afirmar, todavia, que haja relações próximas entre as instituições religiosas. A diversidade de Igrejas Protestantes, especialmente aqui na forma pentecostal, não nos permite afirmar que encontremos qualquer tipo de polarização como evangélicos versus católicos ou evangélicos versus religiões de matriz africana. A quantidade e a representatividade sociopolítica dos evangélicos não se organiza como um movimento social ou qualquer tipo de organização que esteja acima das igrejas. Escutei de alguns pastores: “As igrejas aqui são muito desunidas”.

No Batan, não há projeto inter-religioso ou ecumênico.<sup>45</sup>

### AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

A presença das religiões de matriz africana é representada por sete instituições. Segundo relatos de moradores antigos, elas eram maioria antes do grande crescimento de evangélicos. Algumas observações podem ser feitas.

Primeiro, apesar de não ter conseguido estabelecer contatos mais estreitos com todas, verifiquei que três destes terreiros, dois de Umbanda e um de Candomblé, foram fundados antes de 1980, ou seja, antes do estabelecimento da maioria das Igrejas Evangélicas e dois, aos



quais não considerei no levantamento, não funcionam mais. Um olhar rápido poderia sugerir perda de espaço no campo religioso. Entretanto, outros dois terreiros foram fundados depois do ano 2000, o que mostra que, de alguma forma, as religiões de matriz africana não tiveram um crescimento inversamente proporcional ao crescimento evangélico, mas seu crescimento obedece a um ritmo próprio que não é determinado pelo crescimento pentecostal.

Segundo, houve certo ruído sobre uma possível repressão exercida pela UPP a esses cultos. Uma mãe de santo, moradora do Batan, mas cujo terreiro fica na Baixada Fluminense, reforçou a questão. Segundo ela, a UPP inviabilizaria as religiões de matriz africana por causa da imposição do silêncio após a meia-noite.<sup>46</sup> Entretanto, em nenhum dos contatos que fiz nesses terreiros, confirmou-se essa situação. Todos pareciam satisfeitos, falaram abertamente sobre a pacificação e disseram jamais ter sido incomodados ou impedidos de continuar alguma celebração por repressão policial. Assim, considero razoável a hipótese de que a memória de perseguição policial que marcou esse segmento religioso, especialmente a Umbanda na primeira metade do século passado, ainda traz algumas sombras que assustam, mas não se pode acusar a UPP, pelo menos no Batan, de reprimir a religião.

Também não encontrei evidências que apontem para algum histórico de intolerância religiosa praticada pela maioria cristã contra essas religiões. Um relato muito interessante de um pastor local parece ilustrar isso. Ele conta que vivia na “criminalidade, maconha e prostituição”

quando uma mãe de santo local, “em sua sabedoria”, disse que aquilo não era vida para ele e que deveria entrar na igreja Assembleia de Deus, porque lá era o seu lugar. Ele entrou e se converteu.<sup>47</sup>

Uma liderança de um terreiro de Candomblé relatou que algumas pessoas têm preconceito contra sua religião, mas ele, no Batan, jamais foi ofendido ou se sentiu discriminado por sua prática religiosa.<sup>48</sup>

### O MORRINHO

O Morrinho, parte mais alta da comunidade, é visto pelos moradores do Batan, e pelos próprios moradores do Morrinho, como a favela do Batan. Era alvo estratégico, pela altura, nas guerras do tráfico contra o Fumacê e local onde as pessoas subiam para consumir drogas. Algumas obras recentes melhoraram a infraestrutura do local, mas as condições socioeconômicas das pessoas continuam muito abaixo da média com relação aos que moram na parte de baixo.

Possui 264 domicílios e pouco mais de 800 moradores.<sup>50</sup> As regiões mais altas, no plano inclinado, são mais pobres. A região conhecida como Morrinho termina onde começa a mata e uma área pertencente às Forças Armadas. A autoria das recentes obras foi disputada por, pelo menos, três lideranças entrevistadas: o líder comunitário vinculado ao PSDB, o atual presidente e a ex-presidente da associação de moradores. Essa disputa por autoria aponta a área como importante território de disputa de reconhecimento. Em minha primeira visita, ganhei de um pastor local uma série de fotografias de

pela manhã, na qual estive-  
mos presentes.

35 Este cavalo foi emprestado por um pastor da Assembleia de Deus, destacada liderança local e morador antigo, um dos entrevistados para o vídeo. Uma de suas “ovelhas” é o presidente da associação de moradores.

36 O culto e a missa, no domingo, são exatamente no mesmo horário.

37 Só que, desta vez, à crítica às indulgências e à manipulação do sagrado pelo econômico parte da Icar. Entre as questões abordadas na missa: a tradição e o magistério da Igreja; adoração às imagens; a importância de Maria como mãe de Deus.

38 Difícil não pensar nas 95 teses de Martinho Lutero afixadas à porta da Catedral de Wittenberg.

39 Texto popularmente usado por protestantes para afirmar que os católicos são adoradores de imagens.

40 Na pastoral do boletim, também havia uma forte crítica ao Pentecostalismo, a quem chamou de “novos movimentos religiosos”.

41 “Folhas secas caem por si próprias”. “Se começaram há pouco tempo, logo também vão deixar de existir”. “Os fundamentos do mundo pentecostal são, a meu ver, bastante voláteis e efêmeros”.

Não me sinto autorizado a dizer que está é uma característica da favela carioca, mas o mesmo foi observado no Complexo do Alemão.

42 Partida bastante organizada, com 11 de cada lado, todos uniformizados e árbitro vestido de preto.



43 Não fiz um levantamento do número de bares da região, mas me arrisco a afirmar que seu número é menor que o dos espaços religiosos.

Ainda que fosse igual ou maior, a força simbólica dos espaços religiosos parece estar por trás da afirmação de nossa fonte.

44 O Sase é um espaço, não um projeto. A observação da ausência de projetos ecumênicos não é uma crítica, apenas uma constatação de que os projetos das igrejas, Católicas e Protestantes, para o Batan não são realizados pela união de esforços, mas se apresentam como diversos esforços individuais. O conceito de mercado religioso aponta algumas questões, mas não as resolve completamente. É possível que parte da resposta envolva motivações teológicas da própria eclesiologia dessas igrejas.

45 Estes cultos tradicionalmente costumam

46 Estes cultos tradicionalmente costumam avançar até a madrugada e, segundo o relato, não se pode avisar a entidade espiritual que ela só pode se fazer presente até a meia-noite, por causa da UPP.

47 Não posso perder de vista que o inverso, ou seja, um pastor sugerir sua ida a um terreiro, não seria visto de forma tão simpática, mas o relato se torna digno de nota por não vir carregado da demonização das religiões de matriz africana, tão comum ao Pentecostalismo. Sobre a construção social do exbandido, ver Teixeira (2009).

48 Sem perder de vista que as instituições são feitas por pessoas, e não reificadas, pode-se falar de um preconceito que, no Batan, não se organiza institucionalmente, ou seja, não é um preconceito institucional.

49 Vista do alto do Morrinho.

50 Dados do Censo 2010.

51 Quando vi a fotografia, comentei: “Conheço esse senhor”. O pastor respondeu: “Ele é uma bênção”.

52 Suelen Guariento.

53 Um deles, colega de turma, fez um ensaio fotográfico da vigília e a outra, norte-americana, da Fundação Fulbright, veio ao Brasil pesquisar sobre Pentecostalismo.

54 Segundo Eliade (1992, p. 25), para o homem religioso, o espaço não é homogêneo,

trabalhos sociais com as crianças da região. Em duas delas, a presença do presidente da associação de moradores.<sup>51</sup>

Fiz, pessoalmente, com uma colega de equipe<sup>52</sup>, o levantamento das instituições religiosas da área, estabelecemos contatos e convidei outros dois pesquisadores<sup>53</sup> para participar de uma vigília pentecostal, que seria realizada na semana seguinte.

Logo na primeira visita ao Morrinho, algo chama a atenção. Se as primeiras ruas, na parte de baixo, têm nomes sem referência religiosa, as de cima, nomes bíblicos. Passamos pela Travessa da Fé, cruzamos a Travessa do Apocalipse, viramos à direita na Rua Nova Canaã, seguimos pela Nova Jerusalém. Nessas ruas, fomos cumprimentados sempre com “a paz do Senhor”. Na madrugada da vigília, enquanto subíamos, dois moradores me chamaram de longe e disseram que Deus teria uma revelação para me dar no louvor.

No caminho para o alto, no dia do levantamento, encontramos um casal, com uma bíblia na mão, e perguntamos:

“Vocês vão à igreja?”

“Não, vamos pro monte orar.”

A colega brincou com eles:

“Por que você não vai lá no alto? É mais perto de Deus?”

Na minha empáfia teológica e antropológica, logo pensei que a colega não deveria ter dito isso. Como alguém, ainda hoje, poderia pensar que Deus mora em um céu físico e que, quanto mais próximo do céu mais próximo de Deus? O casal poderia se sentir ofendido, mas não. A mulher prontamente respondeu:

“É por isso mesmo, lá no alto é mais perto de Deus.”

Sim, eles estavam certos. Lá no Morrinho, eles estão mais perto ou menos distantes de Deus. Eu estava errado. Logo me recordei dos Nuer em sua concepção da distância estrutural observada por Evans-Pritchard (2008), como a distância entre grupos de pessoas dentro de um sistema social, expressa em termos de valores, e que fornecem um conjunto diferente de distância.

Lá no alto do Morrinho, o casal realmente estava mais perto do seu deus. Estruturalmente, Deus, para aqueles que sobem o Morrinho para orar, está mais próximo. Lá ocorre uma resignificação do espaço, e as pedras, as cavernas, o morro e a mata fechada tornam-se espaços teofânicos, diferenciados dos outros espaços.<sup>54</sup>

Ali, a natureza sofre uma transformação para sair carregada de mito e o lugar se transforma

em uma “fonte inesgotável de força e de sacralidade que permite ao homem, na condição de que ali penetre, tomar parte nessa força e comungar nessa sacralidade” (Eliade, 1998, p. 295–296).

Quando chegamos à parte habitada mais alta do Morrinho,<sup>55</sup> cuja continuação é a mata, entramos em terreno sagrado. O limite do ambiente sagrado são duas igrejas, uma em construção e outra pronta, que são como dois portais para o ambiente santo. A vigília foi em uma dessas igrejas.

Seguindo, encontramos a placa: “Aviso, não dê dinheiro ao falso profeta, ligue para a UPP”. Ao perguntarmos sobre o significado daquilo, o pastor que a colocou explicou que alguns “falsos profetas” andavam por ali, falando em “línguas” e profetizando em troca de dinheiro. Seu conselho era para que aqueles que fossem suas “vítimas” ligassem para a UPP.

Essa imagem fala muito mais que muitas palavras para ilustrar a relação entre religião e segurança pública, poder divino e poder armado, no Jardim Batan. Encontra-se aqui, sintetizado, de forma notável, o quanto, nesse campo de relações, o religioso expressa a existência de uma relação de complementaridade entre o papel da UPP e o papel das igrejas.

A solicitação para que a “vítima” do falso profeta ligue para a UPP aponta para duas outras questões relevantes. Primeiramente, sobre o “falso profeta”. Quem é este? É aquele que atua nas proximidades sem submeter-se ao carisma institucionalizado das igrejas e dos pastores/profetos que já estão estabelecidos. Não cabe aqui um juízo de valor sobre o possível charlatanismo do “falso profeta”, mas apontar a disputa no campo religioso.

Em segundo lugar, essa disputa é vista como algo que ultrapassa aquilo que pode ser tratado no campo religioso. Ligar para a UPP para denunciar a ação de um “falso profeta” é reconhecer não a possibilidade, mas a necessidade ou a complementaridade, da ação do Estado na resolução de uma questão religiosa. A UPP é convocada para discernir os espíritos, para evocar alguns escritos do Cristianismo Primitivo, como o Didaquê.

A fim de compreender o Batan, é necessário ter em vista o quanto nossos conceitos de laicidade e separação entre igreja e Estado são convidados a uma reconfiguração. Os esquemas cartesianos e os encaixes categóricos sobre até onde atua o poder público e até onde atua o poder da religião não se aplicam ou seriam extremamente difíceis e comprometidos

no Batan. O Morrinho, por sua vez, é como um palco onde o drama social que apresentamos se mostra de forma privilegiada.

Continuemos a descrição. Bem à entrada desse santuário pentecostal, há uma parede abandonada, chamada “pedra do conserto”, que é usada para uma oração de confissão de pecados, um primeiro passo da humilhação necessária para se receber o poder do Espírito Santo, que emana daquele lugar. Como observou Eliade (p.298), “o sagrado é sempre perigoso para quem entra em contato com ele sem estar preparado, sem ter passado pelos ‘movimentos de aproximação’ que qualquer ato de religião requer”. Essa pedra tem algum poder, mas não muito.

Conforme se sobe o morro e se adentra a mata, mais o poder espiritual se “manifesta”. Nas entrevistas, tomamos nota de uma rede pentecostal de peregrinações, nas quais o Morrinho é apenas uma das paradas e uma das menos “poderosas”. Os grupos se reúnem uma vez por semana, escolhendo diferentes “montanhas sagradas” para a realização dessas vigílias. Contam haver manifestações de possessão, curas milagrosas, muitas línguas extáticas, “mato que pega fogo, mas não queima”,<sup>57</sup> pessoas que “caem no poder”, manifestações de Deus na natureza e até “gente que não volta viva porque estava com muito pecado”.

Nessa rede, há uma gradação de santuários por “poder” manifesto e também pela altura e dificuldade do acesso. Quanto mais alto e difícil o acesso, maior o sacrifício, maior o poder. A presença de mata fechada também é um elemento que qualifica o santuário.<sup>58</sup>

Voltando ao Morrinho. Duas outras pedras merecem consideração. A “pedra da comunhão” é usada para confraternização entre os irmãos. A “pedra do louvor” é para se louvar a Deus e estar em comunhão com ele, cantando.

Assim que chegamos à vigília, com umas duas horas de antecedência, encontramos cerca de 30 pessoas espalhadas por um raio de, no máximo, 50 metros, além do “portal” da igreja. Elas oravam em voz alta, algumas caíam, outras falavam em línguas extáticas.

Conforme se aproximavam da área sagrada, mudavam sua postura corporal. Tornavam-se mais sisudas e reverentes e logo participavam do ritual.

Mais acima, há outras pedras, de acesso mais difícil, mas que também atraíam pessoas. A meio caminho dessas pedras, um complexo de pequenas cavernas naturais guarda um significado todo especial. Ali está a chamada “caverna da libertação”. Dependentes químicos são conduzidos até lá pelos irmãos da igreja a fim de permanecerem por três dias sem contato com o mundo exterior, para que se “libertem” espiritualmente. Depois destes três dias, são conduzidos a um centro de recuperação.

Visitamos a primeira dessas cavernas na madrugada da vigília e encontramos seis pessoas dormindo lá, destas, uma mulher e uma criança. Nas outras cavernas, havia outras pessoas.

A vigília durou a madrugada inteira e tinha cerca de 25 pessoas, muitas não moradoras do Morrinho, mas que foram atraídas pela fama de “poder” da vigília. Esta transcorreu com muitas manifestações de possessão, línguas extáticas e profecias.<sup>61</sup> Cada pregador ou pregadora, pelo menos duas mulheres<sup>62</sup> o fizeram, tinha seu momento, que durava em média uma hora, de conduzir a congregação nas manifestações.

Cada pregador ou pregadora, pelo menos duas mulheres<sup>63</sup> o fizeram, tinha seu momento, que durava em média uma hora, de conduzir a congregação nas manifestações.

Tínhamos acabado, nessa mesma noite, de participar de uma cerimônia umbandista, em uma área do Batan localizada no extremo oposto ao Morrinho, e foi possível notar aproximações de ambos os rituais, não apenas na possessão, mas na musicalidade, na linguagem corporal e danças extáticas.<sup>64</sup>

Como destaca Lanternari (1974, p. 16), “todo cabedal mítico-ritual de cada cultura volta a emergir na formação profética, embora com reelaborações, transformações mais ou menos conscientes, revisões e escolhas determinadas pelas mesmas exigências de sobrevivência e de salvação”.

pois apresenta roturas, quebras, havendo porções de espaços qualitativamente diferentes de outras.

55 Eliade (p. 303) chama a atenção para as “montanhas sagradas”, que são o centro do mundo para as religiões. As cidades e os lugares santos seriam assimiladas aos cumes destas montanhas.

56 Homem orando.

57 Referência ao texto bíblico de Êxodo quando Deus, em um monte sagrado, ordena a Moisés tirar as sandálias dos pés, por se tratar de terra santa. Deus aparece na forma de uma sarça ardente que queimava, mas nunca se consumia.

58 Perguntei a algumas pessoas a razão, somente uma soube responder. Ele fez uma associação da mata fechada com a virgindade e ausência de prostituição. Mata fechada teria umção dobrada, segundo ele. Sobre as tentativas de construção de uma continuidade entre natureza e cultura e como a separação entre ambas parece ser quase sempre dolorosa para o homem, ver Carvalho (1990).

61 Sobre o transe, a mediunidade e a possessão como fenômenos correntes em várias modalidades religiosas brasileiras, como o Candomblé, a Umbanda, o Pentecostalismo, o Espiritismo e outros grupos, ver Stoll (2009).

62 Ali, as mulheres não recebiam o título de pastora, mas de missionária, embora fizessem o mesmo que os pastores. Sobre discussão de gênero no Pentecostalismo, ver Mariz (1996).

64 Sobre as sucessivas formas de apropriação e reelaboração simbólica entre os dois sistemas religiosos, ver Birman (1996). Sobre a centralidade do êxtase e maravilhamento pelo Espírito Santo, e a forma de participação da plateia, ver Mafra (1998).





A VIGÍLIA Foto: CLEITON MAIA



A Caverna "da Libertação" Foto: CLEITON MAIA



## AS TRÊS ERAS

Um ponto recorrente no discurso dos moradores com quem conversamos é a divisão da história local em três eras.

A primeira era foi a do tráfico. Não cabe a este trabalho traçar uma historiografia do tráfico no Batan,<sup>66</sup> mas o que nos interessa abordar é a relação deste com a religião, em um contexto específico. A relação era, fundamentalmente, de distância respeitosa.<sup>67</sup> Não há relatos de qualquer tipo de repressão ou violência sistematizada do tráfico à religião, pelo contrário. Um pastor entrevistado contou que era comum que os traficantes entrassem na sua igreja, deixando os fuzis à entrada, e caíssem "endemoninhados". Nessa mesma igreja, quando conversávamos com o pastor, ele apontou para, pelo menos, três membros de sua igreja como ex-traficantes ou ex-viciados. O mundo do tráfico e do consumo de drogas aparece assim como o mundo das trevas, que se opõe ao "caminho do Senhor".

Na visão de mundo pentecostal, o Batan era campo de disputa de poderes espirituais muito poderosos.<sup>68</sup> Os traficantes e os usuários de drogas, em geral, estão possuídos de algum demônio. Eles "deram brecha" e "permitiram que o demônio entrasse". Para derrotá-lo(s), só o Espírito Santo por meio da libertação espiritual. A conversão do traficante ou do "viciado" é celebrada como uma vitória em uma batalha muito poderosa. É comum, durante os cultos, que sejam levados ao "altar do Senhor", por usuários ou traficantes que se convertem, drogas como maconha, crack e cocaína a fim de serem queimados.

Além dessa dominação individual, há também uma territorial. Este momento atual, entretanto, é um tempo de vitória, já que o tráfico foi derrotado e a Polícia é instituída por Deus.<sup>69</sup> Logo, além da questão institucional, Deus está conduzindo os acontecimentos e "usando" os comandantes, os policiais e os governantes para derrotar os poderes das trevas nesta grande guerra do bem contra o mal.

O fim do tráfico se deu por conta da invasão da milícia, que expulsou os traficantes aos quais não executou. Seu fim, contudo, não deixou de ser carregado de certa nostalgia por parte de alguns moradores. Penso haver três motivos para a nostalgia do tráfico: a rede de relações estabelecidas, que incluía certa assistência social a famílias menos favorecidas;<sup>70</sup> as relações de parentesco, já que uma das características do tráfico de drogas em favelas é a utilização de mão de

obra local;<sup>71</sup> e a resistência à mudança, já que a saída do tráfico promoveu verdadeiro rearranjo social na comunidade, exigindo a reformulação de padrões e hábitos.<sup>72</sup>

A segunda era foi a da milícia. Esta foi formada por policiais e ex-policiais moradores do próprio Batan. Um dos pastores entrevistados relatou que a milícia foi pior que o tráfico em termos de violência e controle da vida dos moradores; outro se mostrou saudosos do tempo<sup>73</sup> em que, segundo ele, via-se mais ordem no Batan e não havia furtos às casas. Parece haver, assim, certa ambiguidade na interpretação pentecostal quanto à milícia. Se a ação da milícia não era aprovada por parte dessas lideranças religiosas, por outro lado, elas reconhecem o mérito do fim do tráfico de drogas institucionalizado.

A milícia pôs fim ao tráfico<sup>74</sup> e impôs uma nova ordem. Este novo regime, intermediário, foi mais rígido que aquele que o antecedeu e o que o sucedeu. A milícia era a própria lei, em todas as suas instâncias. Cobrava uma mensalidade em troca de ordem e segurança, e trazia o mérito de ter derrotado o tráfico. Seu tribunal não era menos violento que o do tráfico, mas o controle da vida dos moradores, mais rígido.<sup>75</sup> Os homens jovens eram seu alvo preferido, sendo comum que alguns fossem proibidos de ficar andando pelas ruas depois de determinado horário. Os viciados e ex-traficantes eram obrigados a trabalhar em obras de melhoria do Morrinho. Os que se atrasavam ou se mostravam indisciplinados recebiam chibatadas. Outros, segundo informações, eram executados.

Embora seu comando tenha sido preso após o evento da tortura dos jornalistas, muitos de seus integrantes continuam morando na comunidade e costumam se reunir para beber em um bar que fica na entrada do Batan. A sombra, mesmo que esvaecida, permanece.

A terceira era é a da UPP. Uma possível resposta para a grande popularidade que a UPP tem nas Igrejas Evangélicas seja a visão recorrente de que a Polícia é instituída por Deus. A milícia e o tráfico não o são.<sup>76</sup> A Polícia é uma autoridade que deve ser respeitada porque foi instituída por Deus para benefício do seu povo. Ocorre, assim, uma sacralização da posição ocupada pela Segurança Pública. Esta era de pacificação, há 20 anos, tem sido profetizada nas igrejas e o presente é o tempo do cumprimento da promessa de Deus.

A popularidade da UPP também pode ser compreendida a partir da ótica da repressão que ela representa a certas práticas fortemente

65 Mulher em transe extático. Ela girava em círculos concêntricos, levantando e abaixando a cabeça, em uma dança semelhante a que tínhamos acabado de observar no ritual umbandista.

66 Segundo moradores antigos, o tráfico começa na primeira metade da década de 1970.

67 Um entrevistado contou que, em certa época, o tráfico proibiu a abertura de novas instituições religiosas, tanto igrejas como terreiros, mas essa proibição não foi respeitada e não durou muito tempo.

68 Sobre o reforço da concepção mágica (encantada) do mundo como primeiro elemento-chave para explicar a especificidade do ator evangélico brasileiro perante seus contemporâneos, ver Smirdele (2011, p.89)

69 A Polícia é instituída por Deus, mas, às vezes, também pode "dar brecha" se abusar de sua autoridade ou se tornar corrupta, portanto, é necessário constantemente "vigiar".

70 Era comum que o tráfico distribuisse cestas básicas, remédios, e oferecesse festas, com abundância de comida e bebida, verdadeiros potlatch (Mauss, 2003), em todas as suas implicações.

71 Há exceções. O Complexo do Alemão, como quartel-general do Comando Vermelho por tantos anos, recrutava seus soldados em outras comunidades. A falta de conhecimento da cultura local e dos moradores causava não poucos problemas.

72 Sobre o ganho psicológico do estreitamento das opções e o hábito que torna desnecessário que cada situação seja definida de novo, etapa por etapa, ver Berger (2011, p.76).

73 Tanto à época da milícia como à do tráfico, o furto às casas era punido severamente. Dois entrevistados reclamaram que, agora, seria preciso fazer um boletim de ocorrência que, segundo eles, não resultaria em nada. Não haveria, portanto, punições aos que praticassem tais atos.

74 Pode-se afirmar que, mesmo desconhecendo eventos isolados, o tráfico de drogas, pelo menos como instituição, chegou ao fim no Batan.

75 Curiosamente, este aspecto repressivo é celebrado por alguns.

76 Entretanto, na visão pentecostal, Deus pode ter "usado" a milícia para derrotar o tráfico.



77 O padre reclama sobre o "comportamento subversivo em termos disciplinares" de certos moradores.

78 A ação repressora das UPPs ao funk, presente em várias comunidades pacificadas, também não parece acontecer no Batan, já que, embora, no passado, tenha havido bailes no local, o Batan nunca foi representativo na rota do funk. Afirma-se que a exigência da UPP em registrar o nome e o CPF do responsável pelo baile afastou este tipo de evento da comunidade. Acho a afirmativa um pouco exagerada. O funk é visto, entre católicos e evangélicos com quem conversamos no Batan, como um símbolo do mal e do afastamento de Deus.

79 É importante ressaltar que a Polícia, antes da UPP, era aquela que se fazia presente ora violentamente, nos confrontos com os traficantes e nas abordagens violentas e humilhantes aos moradores, ora sorrateiramente, para receber propinas do tráfico.

80 Para Arendt (1990), a garantia da autoridade é o reconhecimento incondicional daqueles que devem obedecer, não sendo necessária nem a coação nem persuasão. O pior inimigo da autoridade é o desrespeito e o modo mais eficaz de miná-la é a risada.

81 São conceitos ideais que nem sempre refletem a prática, mas que nos ajudam na compreensão do assunto. Ver Weber (2001, p. 60).

82 Ver Bourdieu (2010).

83 Fomos duas vezes abordados no centro do comércio local por um pedinte conhecido como "o cracudo". Pelo seu potencial destrutivo, o crack representa o maior problema.

84 Sobre a importância das Igrejas Pentecostais na luta contra a dependência do álcool, ver Mariz (1994).

85 O protagonismo destas lideranças me foi dado a priori. Assim, o fácil acesso que tive a eles tenho como crédito à pesquisadora Tássia Mendonça, cujo campo, anterior ao meu, foi de setembro de 2010 a janeiro de 2011. O dado a priori foi confirmado na prática e atualizado, já que havia mais de um ano passado após o término do campo desta pesquisadora. Sua contribuição para a fácil entrada que tive em parte do campo, notadamente as lideranças mencionadas, foi decisiva,

condenadas por esses grupos pentecostais. Uma constante reclamação acontece quando se dá certo afrouxamento na repressão<sup>77</sup> a práticas como a circulação de motoqueiros sem capacete e o som alto proveniente das casas e dos carros estacionados na rua, normalmente o funk.<sup>78</sup> Assim, a ação repressiva da UPP costuma ser aprovada por este segmento religioso. O abuso da autoridade, não. A falta de educação de certos policiais no trato com os moradores é outro ponto relatado como deficiente, assim como o fato de alguns policiais mexerem com as mulheres da comunidade.

A Polícia, nesta nova forma de policiamento de proximidade,<sup>79</sup> fundamenta sua autoridade<sup>80</sup> na lei, que é exterior e está acima dela.<sup>81</sup> O tráfico e a milícia eram a própria lei e fundamentavam sua autoridade pelo medo, em parte, simbólico.<sup>82</sup> A mudança de ordem não é facilmente assimilada, talvez por isso se escute, às vezes, a reclamação de que "o policial da UPP não passa medo".

### "AQUI TEM MUITO VICIADO"

Dentre os vários problemas que a comunidade do Batan enfrenta, como a falta de colégios de nível médio, a pouca opção de transportes públicos, e outros, um elemento, inesperado na pesquisa, foi recorrente em quase todas as entrevistas e conversas informais: a quantidade de adidos em drogas ilícitas, como maconha, cocaína e crack.<sup>83</sup>

A religiosidade conservadora de quem nos informou pode ter exagerado a questão, já que o consumo de drogas para estes, além de ilícita, traz outra carga negativa: é pecaminosa. Há também um forte elemento simbólico e emocional que envolve os danos pessoais que a droga e o tráfico causaram a todos os nossos contatos. Uma de nossas entrevistadas para o vídeo, por exemplo, perdeu o filho assassinado. No discurso masculino, escuta-se de forma dolorida sobre os amigos da infância que morreram por causa da relação com o consumo ou o tráfico de drogas.

"Perdi todos os meus amigos."

"Do pessoal que foi criado comigo, só sobrou eu."

São notas comuns. Essas pessoas celebram o fim do tráfico na região e a chegada da UPP. As igrejas, católicas e evangélicas, exercem importante função social em relação à dependência química.<sup>84</sup> Muitas ajudam a manter centros de recuperação e os religiosos parecem bastante hábeis na forma como lidar com a questão.

### TRÊS HOMENS EM CONFLITO<sup>85</sup>

O sargento responsável pela mediação comunitária da UPP é pastor de uma Igreja Batista independente<sup>86</sup> localizada no Batan, além de ter vindo morar no local após a implantação da UPP. Também coordena uma ONG, cuja placa anuncia o apoio da UPP, e que recebe, via UPP, muitos dos projetos sociais. Quanto à questão, ele afirma que isto acontece porque sua ONG é séria e as outras não. As demais lideranças locais reclamam desta centralização. O sargento-pastor, todavia, de uma forma geral, parece ter uma boa imagem entre os moradores.

O presidente de uma ONG local, destacado líder comunitário, vinculado ao PSDB, é pastor de uma pequena Igreja Pentecostal familiar, mas foi liderança em algumas igrejas locais. Dele, em uma entrevista, encontramos a síntese do que é ser líder comunitário do Batan: "Quando você se torna um líder religioso (tsc) comunitário...". Seu lapso explica bem o quanto esses papéis se harmonizam ou se sobrepõem entre as lideranças sociais do Batan. Ele reclama que a UPP centraliza os projetos sociais. Em seu discurso, a milícia figura como algo mais positivo do que a UPP. Reclama da perda de espaço após a pacificação e tenta compensá-la pela filiação política.

O atual presidente da associação de moradores é figura controversa. Tenente do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope), evangélico pentecostal, membro da Igreja Assembleia de Deus,<sup>87</sup> cujo pastor também se destaca como liderança local, divide opiniões. Apontado pelo governador Sérgio Cabral como aquele que seria o comandante da UPP,<sup>88</sup> acabou não o sendo. Parece não ter digerido bem a situação. Seu nome foi veiculado em polêmica reportagem do jornal Extra, no dia 23 de abril de 2011,<sup>89</sup> na qual era acusado de agir, apesar da UPP, como xerife no Batan, abusando da autoridade na mediação de conflitos, a ponto de expulsar moradores da comunidade. Não há notícias, entretanto, que as queixas contra ele foram levadas adiante. Ele reclama, também, da perda de espaço e do enfraquecimento da associação de moradores,<sup>90</sup> já que a UPP assume para si o trabalho que antes era dela. Alguns moradores, entretanto, especialmente no Morrinho, o tem em alta estima.

Estes três homens são as principais figuras do protagonismo evangélico pentecostal na comunidade, e pelo menos dois deles, policiais, também da presença armada, e encenam uma acirrada disputa política, que tem como palco ritual oficial a Câmara Comunitária, mas cujos ecos se fazem ouvir por todo o Jardim Batan.



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Machado (2011) observa que "Pacificar territórios e comunidades, no entanto, é sociologicamente uma ideia marcada e com referências comparativas importantes para a análise antropológica da "pacificação" em andamento no Rio de Janeiro, muitas delas fruto de uma intrínseca relação entre política, moral e religião".

O desafio de se tentar compreender as emaranhadas relações entre a Segurança Pública e a religião no Batan é um convite a uma séria reflexão a respeito de nossos conceitos sobre laicidade e os limites e fronteiras entre a religião e o poder público. Em um mesmo olhar ou recorte, além da disputa por espaço, prestígio e reconhecimento, torna-se muito difícil separar aquilo que é religioso, puramente político ou questão de ordem e segurança pública. A placa do "aviso" ilustra bem a questão.

Mais que respostas, o Batan sofisticou nossas perguntas. Como aponta Lanternari (p.16),

*sobre os movimentos de renovação religiosos africanos, "por uma tradição cultural amadurecida em experiências de todo tipo de miséria e sujeição, são levadas a reagir contra a opressão, a inquietação, a frustração, muito mais no terreno religioso do que no organizacional-político. (...) todas as suas manifestações culturais- de ordem social, econômica, política ou filosófica- são tradicionalmente permeadas de espírito religioso".*

O próprio conceito de "sobreposição", como ato ou efeito de sobrepor não se encaixa adequadamente. Nossas divisões cartesianas não dão conta da complexidade observada. Os papéis de agente religioso, agente de Segu-

rança Pública e liderança comunitária, mais que se sobrepõem, são vivenciados sem as divisões fronteiriças que, por vezes, exigimos para a análise. Não são engenheiros sociais, mas bricoleiros sociais (Lévi-Strauss, 1989).

As tensões entre as lideranças, especialmente a fiscalização constante e a crítica que fazem umas as outras, em vez de apontarem para o desvio e o desequilíbrio, podem ter a importante função de equilíbrio do organismo social. Não quero afirmar, com isso, que no Batan encontramos o melhor dos mundos possíveis, ou que não encontremos questões de sério conflito, favorecimento e descaso, mas sim que, no meio do conflito de poderes e da tensão entre os atores sociais há criatividade, interesse político/religioso e boa vontade suficientes para que se busquem os melhores possíveis caminhos para o futuro da comunidade.

Não trabalho com a hipótese do risco da captura do poder político pelo poder religioso, manifesto na complementaridade entre o poder divino e o poder das armas, porque na análise do Batan admito a impossibilidade de se fazer esta separação. Nossas categorizações sobre laicidade, poder secular, poder religioso, não dão conta da complexidade do que encontramos. Para tanto, renuncio a elas e, se não me encontro capaz de propor outras – que só forçariam a realidade a outro tipo insatisfatório e incompleto de encaixe – e penso encontrar uma configuração particularíssima e um convite irresistível a sofisticar e abrir certas conceituações consagradas pelo uso.

Cinco questões merecem consideração.

Primeiramente, de todas as UPPs implantadas, esta não era prioritária nos planos iniciais do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A tortura dos jornalistas representou peso po-

especialmente no meu trabalho de campo. O ganho de tempo que tive na construção de relações com estes atores foi fundamental com relação ao pouco tempo que a equipe dispunha para a realização do artigo e do filme. Assim, pude dedicar maior tempo na construção de relações e contatos com outros atores religiosos que vão bem além dos três homens em conflito

e deste espaço de disputa de poder. A fim de que haja transparência metodológica, é importante ressaltar que não tive acesso a suas anotações de campo e entrevistas, o que não diminuiu sua importância para este artigo mesmo quando, e especialmente, naquilo que divergiamos no olhar e na metodologia do trabalho de campo.

86 O culto dominical, realizado à noite, apresentou uma frequência média de 50 pessoas e a liturgia é pentecostal, com ênfase no dom de línguas.

87 Quando ele entra no culto, o pastor faz menção honrosa à sua pessoa.

88 Conforme reportagem veiculada pelo jornal O Dia, em 18 de dezembro de 2008: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,013400445-E18139,00-Cabral+favela+do+Batan+tera+policimento+c+omunitario.html>

89 <http://extra.globo.com/casos-de-policia/apesar-de-upp-tenente-do-bope-age-como-xerife-no-batan-1652407.html>

90 Tema comum àqueles que pesquisam as UPPs é o enfraquecimento do protagonismo das associações de moradores na mediação entre a comunidade e o poder público.





91 Não é objetivo deste trabalho a crítica a este modelo.

lítico suficiente para sua implantação. A UPP do Batan é uma ilha de policiamento e relativa segurança em um mar de milícias e guerras de tráfico, que abundam na zona oeste do Rio de Janeiro, especialmente nas imediações da Avenida Brasil.

Em segundo lugar, de todas as comunidades pacificadas, esta é a que apresenta piores condições socioeconômicas. O Batan é a mais pobre e a mais afetada, historicamente, pelo descaso do Estado, das favelas pacificadas da cidade do Rio de Janeiro. A UPP trouxe um considerável holofote e nova atenção para os problemas sociais do Batan, mas que ainda continuam profundos. Ainda há, apesar de algumas obras e promessas políticas, um abismo entre o Batan e as outras favelas pacificadas, em termos de investimentos e obras sociais.

Em terceiro, esta foi a única UPP implantada em uma comunidade cujo tráfico já havia sido expulso pela milícia. A “retomada” da comunidade pela Polícia se deu sem maiores confrontos, já que o comando da milícia estava enfraquecido e desarticulado depois do escândalo da tortura dos jornalistas.

Em quarto lugar, a UPP do Batan parece ser, de todas as outras, e de acordo com aquilo que o Estado propõe ser este novo modelo de policiamento de proximidade,<sup>91</sup> uma das que melhor funcionam. Todos os fatores anteriormente apontados e o próprio protagonismo religioso contribuem de alguma forma para isso. Além da grande aprovação dos moradores, pode-se apontar a pouca quantidade de denúncias de corrupção policial, baixo índice de conflitos com os moradores, poucas ocorrências registradas e a abolição do tráfico de drogas como organização.

Esta ligação forte da UPP com a religião, especialmente protestante, começa com a im-

plantação da UPP e seu primeiro comandante, o capitão Eliézer Farias, de formação religiosa protestante, que, conseguiu construir uma forte ligação com as igrejas locais.

Em quinto, por fim, penso que a análise de Foucault (2008) sobre o pastoreio, como uma forma de poder característica do Ocidente que inspirou a forma de governamentalidade ocidental, pode contribuir para a compreensão do Batan. Para ele, a verdadeira história do pastoreio, como uma forma específica de poder sobre os homens, como matriz de procedimentos de governo dos homens, nasce com o Cristianismo.<sup>92</sup> A pastoral cristã estaria no pano de fundo do nascimento do Estado moderno, quando a governamentalidade se torna uma prática política calculada e refletida.

A arte de governar se desenrola em um campo relacional de forças que exige dois grandes conjuntos de tecnologia política, sendo um destes a Polícia.<sup>93</sup> Nessa concepção, a Polícia deveria se utilizar de tudo aquilo que integrasse o homem ao Estado, às suas forças, ao desenvolvimento das forças do Estado, e fazer com que o Estado, por sua vez, estimule, determine e oriente essa atividade do homem de modo que seja efetivamente útil ao Estado. Em suma, essa Polícia, como instrumento de gestão, seria reguladora de todas as formas de coexistência dos homens uns em relação aos outros. Estamos diante do modelo de pastoreio cristão.

Foucault (p. 450) cita Delamare, autor do século XVIII, quanto aos 13 domínios de que a Polícia deve se ocupar: a religião, os costumes, a saúde e os meios de subsistência, a tranquilidade pública, o cuidado com os edifícios, as praças e os caminhos, a Ciência e as Artes Liberais, o comércio, as manufaturas e as Artes Mecânicas, os empregados domésticos e os operários, o te-

atro e os jogos, enfim, o cuidado e a disciplina dos pobres.

O projeto da UPP como policiamento de proximidade, acompanhado da UPP social, programa da Prefeitura do Rio de Janeiro cuja estratégia é

*“a promoção da integração urbana, social e econômica das áreas da cidade beneficiadas por unidades de polícia pacificadora (UPPs). A UPP Social tem como missão mobilizar e articular políticas e serviços municipais nesses territórios e para isso coordena esforços dos vários órgãos da Prefeitura do Rio e promove ações integradas com os governos estadual e federal, a sociedade civil e a iniciativa privada, sempre em favor do desenvolvimento e da qualidade de vida nas comunidades em áreas de UPP. Com isso, busca a consolidação e o aprofundamento dos avanços trazidos pela pacificação, com o objetivo de reverter o legado da violência e da exclusão territorial nesses espaços.”*<sup>94</sup>

representa uma nova forma de relação da Polícia com os moradores da região. Na era do tráfico, como apontado anteriormente, o policial era aquele que aparecia sorratamente para receber as propinas do tráfico ou violentamente<sup>95</sup> para enfrentar o tráfico e “retomar” o território. A relação com os moradores era ou de distância ou por meio de abordagens que incluíam, algumas vezes, humilhações, agressões e outros desrespeitos. A milícia, por sua vez, não dura por muito tempo até a implantação da UPP.

Agora, o modelo de policiamento e relação da Polícia – levando sempre em consideração que a “Polícia” é o “policial” que se aproxima – com os moradores e com o território é completamente distinto de tudo aquilo que o Batan conheceu. Esse policial – que promove cafés da manhã comunitários, que solicita, a seu modo, a escuta das demandas dos moradores, que, pelo menos em termos de proposta institucional, está aberto a receber críticas e tratar o morador como um cidadão, com todas as implicações desta palavra – é um “policial novo”. É um policial que se aproxima e instaura um modelo de gestão que propõe uma vida melhor para o local.

A UPP Social, por sua vez, como é proposta, tem por objetivos:

*“contribuir para a consolidação do processo de pacificação e a promoção da cidadania local nos*

*territórios pacificados; promover o desenvolvimento urbano, social e econômico nos territórios; efetivar a integração plena dessas áreas ao conjunto da cidade.”*<sup>97</sup>

No site da UPP Social encontra-se a referência à expressão “vamos combinar” que “significa definir entre o poder público e a comunidade compromissos e responsabilidades compartilhadas. A partir desses combinados, e com um sistema de governança que compatibiliza as demandas de moradores com a oferta de serviços públicos e a capacidade de execução dos órgãos municipais, é possível estabelecer e cumprir metas para ampliar e qualificar a cobertura de serviços na cidade.”

Gestão, governança são as expressões/conceitos utilizados e, apesar de a UPP Social não ser a Polícia e seus gestores e funcionários não serem policiais, chama a atenção seu nome: UPP, Unidade de Polícia Pacificadora... Social. São palavras que foram escolhidas e, por isso, carregadas de sentido. Foucault parece certo.

Mais que resolver o problema da criminalidade, a UPP é um projeto político que almeja gerir a vida das pessoas em um determinado território, em áreas muito mais amplas que a da Segurança Pública. Empregabilidade, conflitos familiares e entre vizinhos, comércio, educação, saneamento básico, cultura, religião, entre outros. Ela quer integrá-las e adequá-las ao Estado, em um verdadeiro “processo civilizador”. Mais que a força de repressão que antes a caracterizava, a Polícia agora se mostra como força de gestão, uma gestão pastoral.

A proximidade e a aprovação das igrejas à UPP podem estar no fato de que o modelo de gestão é um modelo pastoral, cuja origem é o Cristianismo. Esta proximidade pode ser uma proximidade por identificação de modelos. A UPP parece ser uma pastoralização, como modelo de gestão de corpos, da Polícia. Seu projeto se harmoniza com o projeto cristão local.

Até que ponto a comunidade do Batan encontrou uma nova e criativa forma de diálogo e relação com o poder público, na forma da segurança pública, na qual o protagonismo religioso contribui de forma decisiva para melhorar as condições de vida dos seus moradores, é a questão mais importante quando se estuda a forma como se processaram as mudanças locais nos últimos anos.

92 “Primeiro, claro, vai haver, entre o poder pastoral da igreja e o poder político, uma série de interferências, de apoios, de intermediações, toda uma série de conflitos, evidentemente, (...), de modo que o entrecruzamento do poder pastoral e do poder político será efetivamente uma realidade histórica no Ocidente” (p.204)

93 Esta passa a ser compreendida, a partir do século XVII, segundo Foucault, como o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo sua boa ordem. O objeto da Polícia seria o bom uso das forças do Estado.

94 <http://www.uppsocial.org/programa/>

95 Especialmente no caso do Bope.

96 <http://www.uppsocial.org/programa/>

97 Idem.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDETT, Hanna. *Da violência. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 15(1), ISER, 1990.
- BERGER, Peter L. *A Construção Social da Realidade; Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Peter L. Berger e Thomas Luckmann. 33. Ed. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 2011.
- BIRMAN, Patricia. *Cultos de possessão e pentecostalismo no Brasil: passagens. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 17(1-2), ISER, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- O Poder Simbólico. Tradução: Fernando Tomaz, 13ª. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. *Indicadores sociais e afiliação religiosa no grande ABC paulista. Estudos de religião/ Universidade Metodista de São Paulo/ Pós-Graduação em Ciências da Religião, ano XX, no. 31, São Bernardo do Campo, SP, 2006.*
- CARVALHO, José Jorge de. *Violência e caos na experiência religiosa. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 15(1), ISER, 1990.
- CESAR, Waldo. *Linguagem, espaço e tempo no cotidiano pentecostal. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 17(1-2), ISER, 1996.
- Sobrevivência e transcendência: vida cotidiana e religiosidade no pentecostalismo. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 16(1-2), ISER, 1992.
- DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: O sistema totêmico na Austrália*. 2ª. Edição. Tradução: Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulus, 1989.
- ELLADE, Mircea. *Tratado de história das Religiões*. Tradução: Fernando Tomaz e Natália Nunes. 2ª. Ed., São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- O sagrado e o profano*. Tradução: Rogério Fernandes. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. Tradução: Ana M. Goldberger Coelho. 3ª. Ed., São Paulo, Perspectiva, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.
- LANTERNARI, Vittorio. *As religiões dos oprimidos: um estudo dos modernos cultos messiânicos*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Tradução: Tânia Pellegrini. Campinas, SP, Papirus, 1989.
- MACHADO, Carly Barboza. *Projetos de Pacificação do Rio de Janeiro: dimensões morais, políticas e religiosas. Texto apresentado na IX Reunião de Antropologia do Mercosul, no Grupo de Trabalho: GT09 – Antropologia das Moralidades, de 10 a 13 de julho de 2011 – Curitiba, PR*
- MAFRA, Clara. *A dialética da perseguição. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 19(1), ISER, 1998.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. Edições Loyola, 2ª. Edição (2005), São Paulo, Brasil, 1999.
- MARIZ, Cecília Loreto & MACHADO, Maria das Dores Campos. *Pentecostalismo e a redefinição do feminino. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 17(1-2), ISER, 1996.
- MARIZ, Cecília Loreto. *Alcoolismo, gênero e pentecostalismo. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 16(3), ISER, 1994.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo, Cosac Naify, 2003.
- MISSE, Michel. *Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. Exposição apresentada à mesa redonda: "Violência no público e no privado", realizado em 17 de abril de 1995, no IUPERJ, Rio de Janeiro*.
- SMIRDELE, Carlos Augusto Sarmet Moreira. *Entre Babel e Pentecostes: cosmologia evangélica no Brasil contemporâneo. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 31(2), ISER, 2011.
- SOUZA, André Ricardo de. *Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 27(1), ISER, 2007.
- STOLL, Sandra Jacqueline. *Encenando o invisível: a construção da pessoa em ritos mediúnicos e performances de "auto-ajuda". Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 29(1), ISER, 2009.
- TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. *A construção social do ex-bandido: um estudo sobre sujeição criminal e Pentecostalismo*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo, Editora Martin Claret Ltda., 2001.
- Consultado em 22/04/2012, às 11h.  
<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC2CA3C10A012CE5AD57FB7302.htm>
- Consultado em 22/04/2012, às 11h.  
<http://odia.ig.com.br/portal/educacao/tempos-de-paz-no-batan-com-escola-remodelada-1.407362>
- Consultado em 22/04/2012, às 12h.  
<http://www.rj.gov.br/web/impressao/exibeconteudo?article-id=722823>
- Consultado em 22/04/12, às 12h.  
<http://www.uppsocal.com.br/por-dentro-do-batan>
- Consultado em 22/04/12, às 15h.  
<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI3400445-EI8139,00-Cabral+fa+vela+do+Batan+tera+policiamento+comunitario.html>
- Consultado em 03/05/12, às 20h  
<http://extra.globo.com/casos-de-policia/apesar-de-upp-tenente-do-bope-age-como-xerife-no-batan-1652407.html>
- Consultado em 03/05/12, às 21h  
<http://uppsocal.org/territorios/>
- Consultado em 27/05/2012, às 12h  
[http://upprj.com/wp/?page\\_id=20](http://upprj.com/wp/?page_id=20)
- Consultado em 20/06/2012, às 13h
- Sites de referência**
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Batan>  
Consultado em 22/04/2012, às 10h.
- <http://www.uppsocal.com.br/comunidades/batan>  
Consultado em 22/04/2012, às 9h.
- <http://www.correspondentesdapaz.com.br/category/batan>  
Consultado em 22/04/2012, às 08h.
- <http://www.blogdapacificacao.com.br/categoria/batan/>  
Consultado em 22/04/2012, às 10h.
- [http://upprj.com/wp/?page\\_id=33](http://upprj.com/wp/?page_id=33)  
Consultado em 22/04/2012, às 11h.
- <http://www.sidneyrezende.com/noticia/113244+pesquisa+aponta+que+batan+e+a+favela+pacificada+com+pior+perfil+socioeconomico>



# O MOTOTÁXI NO CHAPÉU MANGUEIRA E NA BABILÔNIA: UM OLHAR SOBRE OS IMPACTOS DAS AÇÕES DE "PACIFICAÇÃO"<sup>1</sup>



POR NOELLE COELHO RESENDE<sup>2</sup>  
E MONIZA RIZZINI ANSARI<sup>3</sup>

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo objetiva delinear breve análise crítica sobre o contexto fluminense de violência e políticas de segurança pública, sob a perspectiva de coletividades historicamente distanciadas do poder público. Como se verá, os formatos de políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, construídos a partir de um paradigma formalista do Direito, vêm sendo amplamente problematizado. Segurança pública passa a constituir tema de interseção entre movimentos sociais e populares, o que o coloca em posição central nos debates públicos da atualidade.

Com histórico de crescimento urbano desordenado e questões sociais bastante significativas, o Rio de Janeiro é marcado por uma organização socioespacial que orienta a distribuição geográfica de riquezas, políticas e serviços públicos e índices de violência, entre outras questões (Zaluzr, 2004). A formação, crescimento e multiplicação de favelas ao longo dos tempos é um elemento importante de análise desta conjuntura e, principalmente, a formação de percepções relacionadas à violência, à pobreza e ao narcotráfico (Misse, 2007), constitui campo central nos debates públicos sobre Direitos Humanos.

Historicamente afastadas da ação estatal e do poder público, as favelas de hoje são marcadas pela intervenção policial, com variados patamares de violência institucional. Neste contexto, desde dezembro de 2008, vêm sendo empreendidas ações de ocupação policial de favelas do Rio de Janeiro, por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A pesquisa relatada neste artigo pretende, neste âmbito e permeando a análise dos dados coletados, refletir sobre a construção dessas ações de segurança pública e os projetos políticos implicados – considerando os sujeitos envolvidos e especificamente as formas de intervenção nas favelas realizadas pelo projeto de polícia pacificadora (Carvalho, 2007).

A opinião pública encontra-se dividida. Por um lado, há grandes ufanismos por parte dos canais da grande mídia; por outro, há fortes receios das consequências que estas ações podem trazer futuramente, às comunidades<sup>4</sup> locais. Há, portanto, um debate necessário e urgente a ser travado com as populações locais, uma vez que estas buscam se constituir em atores ativos nos processos políticos que vivenciam.

*(...) mesmo com tais políticas oficiais e oficiais há por parte dos segmentos subalternizados*

*resistências e lutas. Estes teimam em continuar existindo, apesar de tudo; suas resistências se fazem cotidianamente, muitas vezes invisíveis e fora dos padrões reconhecidos como organizados. Com outras formas de organização – que fogem as pré-estabelecidas –, a população marginalizada cria, inventa outros mecanismos de sobrevivência, de luta, e resiste teimosamente às exclusões e destruições de que são objeto diariamente. (Coimbra, 2001, p. 132)*

É neste sentido que o presente artigo foi desenvolvido. Mais que formulações teóricas, pretende-se registrar concepções e percepções destes atores e de suas construções sociais comunitárias. Com isso, compreende-se ser fundamental a discussão da temática, visando à construção de novos formatos para a democratização do acesso a direitos e de participação política, sob uma perspectiva crítica do Direito marcada pelo pluralismo jurídico participativo (WOLKMER, 2004).

## 2. SOBRE A PESQUISA MICROPOLÍTICA E INVESTIGAÇÃO PARTICIPATIVA DE INTERVENÇÃO

A partir de uma abordagem participativa, o presente estudo foi desenvolvido visando à pesquisa e à intervenção, considerando as forças que constroem o cotidiano e as relações sociais – explorando as fronteiras entre o sujeito da experiência e o sujeito do conhecimento.<sup>5</sup> Aproximou-se de uma pesquisa-intervenção – que “por sua atitude crítica (inventiva) e implicativa (desnaturalizadora), se afasta de posturas e posições reativas (de negação e julgamento) e amplia as condições de um trabalho compartilhado” (Rocha & Aguiar, 2007) – associada à metodologia que estimularia a participação dos atores envolvidos na pesquisa.

A pesquisa foi realizada<sup>6</sup> com o propósito de conhecer e compreender a dinâmica de funcionamento e legitimação do serviço de mototáxi na comunidade da Babilônia e no Chapéu Mangueira, no Rio de Janeiro, no contexto da política estadual de segurança pública que, em 10 de junho de 2009, instalou uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na localidade. A observação inicial, fundante da proposta da pesquisa realizada, relaciona-se com a percepção de contradições entre a irregularidade e a legitimidade construída pelo serviço por meio de sua formação identitária relacionada às especificidades do local onde está inserido.

<sup>1</sup> Artigo originalmente publicado nos anais do 7º Encontro Anual da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-graduação, realizado de 23 a 25 de maio de 2012, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR. Disponível em: [http://www.sistemasmart.com.br/andhep2012/arquivos/7\\_5\\_2012\\_14\\_51\\_34.pdf](http://www.sistemasmart.com.br/andhep2012/arquivos/7_5_2012_14_51_34.pdf)

<sup>2</sup> Noelle Coelho Resende é pesquisadora associada do Instituto de Estudos da Religião (Iser) e mestre em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Mestrado em Teorias Jurídicas Contemporâneas, na linha de pesquisa “Direitos Humanos, Sociedade e Arte”.

<sup>3</sup> Moniza Rizzini Ansari é pesquisadora associada do Instituto de Estudos da Religião (Iser) e mestranda do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Mestrado em Teorias Jurídicas Contemporâneas, na linha de pesquisa “Direitos Humanos, Sociedade e Arte”.

<sup>4</sup> O conceito de comunidade tem sido amplamente debatido e contestado, sendo objeto de diversificadas formulações teóricas – especialmente (e confusamente) relacionadas ao conceito de favela. De modo geral, as discussões sobre comunidade contestam as múltiplas significações agregadas a este termo e seus derivados. Neste trabalho, o uso das palavras comunidade e comunitário se refere a conceitos diretamente relacionados com “grupo de pessoas unidas por elementos identitários relativos à moradia e cidadania e de interesses comuns, na composição do espaço que habitam, estabelecendo, entre si e com demais atores sociais, relações sociais múltiplas”. Principalmente, comunidade e comunitário se identificam com a construção do espaço público e da interação dos indivíduos com este espaço, em dimensões locais, em oposição a relações macro. Para mais informações sobre os conceitos de comunidade, Cf.: COSTA, 2005.

<sup>5</sup> “O pesquisador, nessa nova visão, apresenta-se como um intelectual orgânico às causas populares, e a Pesquisa-Ação se traduz em um método potencializador na organização de espaços de participação coletiva. Política e educação, política e organização de comunidades constituem-se em relações possíveis para transformar a realidade” (Rocha & Aguiar, 2003, p. 66).





6 O desenvolvimento da pesquisa foi realizado pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser) e se coaduna com a construção de um olhar institucional do Iser, que pretende refletir criticamente sobre o tempo político vivido.

7 Com relação aos mototaxistas, foram aplicados 13 questionários preliminares e foram realizadas seis entrevistas individuais para o aprofundamento dos dados coletados nos questionários.

Quanto aos moradores, foram realizados três grupos focais, com 34 pessoas de acordo com o público mobilizado: mulheres, de 15 a 29 anos; homens, de 15 a 29 anos; mulheres acima de 30 anos. O grupo focal com homens com mais de 30 anos, após sucessivas tentativas, não foi realizado por dificuldades de mobilização. Com relação aos comerciantes, foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas. E no que tange aos policiais, foram entrevistados isoladamente 15 policiais.

8 Foram programados quatro grupos focais, a partir da divisão por sexo e faixa etária. Apenas o grupo de homens com mais de 30 anos não foi realizado por dificuldades específicas de mobilização.

9 É o que se extrai das seguintes falas dos policiais entrevistados: “pro local e a condição de trânsito, é bom e necessário pra comunidade”, “o serviço hoje é importante porque não tem transporte do poder público aqui”. Outro entrevistado afirmou achar o serviço de mototáxi essencial, “principalmente para idosos e pessoas que fazem compras, pois nem todo mundo tem carro”. Entretanto, indicou que “nem todo mundo usa. Tem gente que vai a pé”. Outro policial explicou que “todo mundo” usaria, indistintamente o serviço. Mas no que se refere aos comerciantes locais, estes usariam o serviço apenas para se transportar, mas não para finalidades de comércio. (Fonte: relatos de policiais entrevistados.)

10 Uma fala representativa é a de um comerciante entrevistado: “Eles precisam de trabalho e, também, facilitam nossas vidas”. (Fonte: questionário aplicado a comerciantes.)

A construção e os usos do mototáxi, em diálogo com as particularidades das dinâmicas locais, apresentam um universo rico, pouco conhecido e explorado.

Em um quadro maior, a unidade de observação que norteou o trabalho foi a compreensão dos possíveis impactos da UPP com relação a determinadas dinâmicas e relações sociais locais. O estudo foi desenvolvido a partir da perspectiva dos próprios moradores, das pessoas envolvidas com o comércio local, dos trabalhadores do serviço de mototáxi e dos policiais que atuam na UPP. Os objetivos da pesquisa foram compreender o histórico, o funcionamento e a estrutura do serviço de mototáxi; analisar a relação dos diferentes grupos elencados e suas percepções referentes ao serviço de mototáxi; e compreender os impactos trazidos pela inserção da Unidade de Polícia Pacificadora no local, a partir do olhar dos atores envolvidos na pesquisa.

O interesse que motivou a pesquisa é, portanto, relacionado diretamente com a complexidade suscitada pelo tema proposto. É a possibilidade de entrada em um campo, a partir da aproximação e da reflexão sobre os diversos fragmentos que o compõem: a relação paradoxal entre elementos de [i]legalidade, [ir]regularidade, [i]legitimidade, [in]formalidade, associados à segurança pública, ao tráfico de drogas, às políticas públicas, entre outros. De forma mais específica, os olhares e as considerações produzidos por este estudo exploratório, pretendem refletir criticamente sobre o campo da segurança pública e dos Direitos Humanos, considerando permanentemente a complexidade e o desafio de aproximação com os mesmos.

A partir dessas considerações iniciais, a hipótese desenvolvida se baseia na premissa de que o serviço de mototáxi permanece existindo, apesar de sua irregularidade, por sua estabelecida legitimidade social e por se constituir como um serviço essencial no local. Analisando a percepção dos diversos atores locais vinculados à dinâmica do mototáxi seria, então, possível perceber como se daria a construção de sua identidade e os impactos especificamente relacionados com o serviço estudado advindos da implementação da UPP na Babilônia e no Chapéu Mangueira.

A pesquisa consistiu em estudo essencialmente exploratório e em uma iniciativa-piloto para a construção de um posicionamento político institucional perante as ações governamentais de instalação de UPPs em favelas do Rio de Janeiro. Seus resultados se consolidam como elementos para a compreensão e reflexão do atual contexto da segurança pública em es-

paços marcados pela violência e informalidade, por um lado; e pela ausência ou concentração geográfica de políticas sociais, por outro.

## 2.1 SOBRE A METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa é essencialmente qualitativa, possuindo sua metodologia, no entanto, alguns instrumentos de análise quantitativa. A percepção construída e apresentada neste artigo se deu a partir do estudo e da interpretação dos diversos discursos coletados. Em contrapartida, os dados de caráter quantitativo não visam revelar uma visão numericamente representativa do universo analisado, mas permitem uma compreensão do mesmo a partir da percepção dos atores que o compõem.

A metodologia elaborada reconhece os diversos atores que se relacionam com a unidade específica de análise – o serviço de mototáxi. Além dos motoristas que integram o serviço, compõem a análise os moradores, os comerciantes locais e os policiais da UPP. A metodologia foi composta pelas seguintes ferramentas:<sup>7</sup> observação de campo; revisão de documentos; questionários para a coleta de informações preliminares; entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado para o contato com os policiais e comerciantes de modo georreferenciado; grupos focais com os moradores.<sup>8</sup> A mobilização dos participantes da pesquisa não se baseou em critérios estatísticos rígidos para a coleta de percepções representativas do universo em questão, mas sim na possibilidade de aproximação com os atores que compõem esse universo e na construção de uma percepção inicial e exploratória sobre o mesmo. Dentro do possível, foi priorizada a diversidade de idades, gênero, ocupação geográfica e, no caso de policiais, patentes. Isso implica, mais uma vez, reconhecer que diferentes atores possuem formas diversificadas de perceber e se relacionar com o objeto pesquisado.

## 3. DADOS E REFLEXÕES

### 3.1 MOTOTÁXI NA BABILÔNIA E NO CHAPÉU MANGUEIRA: ESTRUTURA E CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

Na Babilônia e no Chapéu Mangueira, o serviço de mototáxi conta com aproximadamente 25 motoristas – de 20 a 40 anos, tendo a maior parte dos entrevistados destes se declarado de cor negra ou parda. A maioria se declarou casada, ou em relação estável, e com filhos. O ponto

dos mototaxistas foi fixado na ladeira de entrada que une ambas as comunidades – Rua Ari Barroso. Segundo relatos dos próprios mototaxistas e policiais, trata-se de ponto determinado pelo comando da UPP. Anteriormente, o grupo havia se instalado na esquina de início desta mesma rua, demarcando o fim do bairro Leme com o início da favela.

#### 3.1.1 PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE LOCAL: MORADORES, POLICIAIS E COMERCIANTES

O ponto de mototáxi é bastante movimentado, com motoristas que se revezam e se intercalam em horários do dia para atendimento das demandas dos moradores locais. Foram coletadas diversas falas de valorização do serviço por parte dos moradores. O principal fator presente nas justificativas desta valorização é a falta de alternativas de transporte público em uma localidade cujo acesso é feito por ladeira íngreme e longa. No período de pesquisa, não havia linha de transporte coletivo disponível, como ônibus, apesar de os moradores considerarem possível o acesso desse tipo de veículos até determinadas partes da comunidade.

Os moradores jovens entrevistados indicaram que o serviço, em geral, é mais útil para as pessoas mais velhas do que para eles próprios – usariam pouco o serviço. Já as jovens falaram que, muitas vezes, evitam usar o serviço – por constrangimentos de conotação sexual – mas recorrem ao mesmo em horários noturnos e para ‘emergências’. Em contrapartida, os mototaxistas entrevistados indicaram que tanto jovens como pessoas mais velhas usavam indistintamente o serviço, havendo, de fato, certa predominância de usuários do sexo feminino.

Os policiais entrevistados, da UPP, demonstraram reconhecer a importância do serviço de

mototáxi para a comunidade local.<sup>9</sup> Quanto às pessoas ligadas ao comércio, estas indicaram valorizar a existência do serviço para a comunidade, mas indagados sobre a utilização do mototáxi, afirmaram que para suas atividades de comércio utilizam mais a kombi – transporte alternativo e não público –, para transporte de mercadorias. Em geral, quase todos os entrevistados destacaram a grande importância que atribuíam aos mototaxis, serviço quase imprescindível, valorizando-se fortemente a rapidez e praticidade.<sup>10</sup> Mencionavam: “todo mundo usa”, “está disponível a qualquer hora e para qualquer lugar”.

#### 3.1.2 PERSPECTIVAS DOS MOTORISTAS

Ao serem consultados sobre as características do trabalho, os mototaxistas declararam que, em média, trabalhavam 11 horas diárias, em seis dias da semana e realizavam cerca de 42 ‘viagens’ por dia. A vinculação dos motoristas ao grupo de mototáxi se daria de modo informal, mediante a admissão, por parte do grupo – por meio de uma gerência – de motoristas com motocicletas próprias. O trabalho não envolveria cumprimento de tarefas e seria bastante flexível. Em suma, o trabalho tendia a ser visto pelos próprios motoristas como autônomo, havendo uma gestão apenas para organizar o serviço, a demanda, o revezamento e, em determinadas circunstâncias, as tarifas cobradas. De modo geral, descreveram o grupo como uma ‘cooperativa’.

O perfil dos mototaxistas entrevistados – com algumas variações – era de jovens adultos, moradores locais, do sexo masculino, cujas atividades com o mototáxi correspondiam à principal fonte de renda – por vezes, consistia em atividade de complementação da renda dos motoristas. A maior parte deles já exercia esta atividade antes da chegada da UPP. A média dos moto-

9 É o que se extrai das seguintes falas dos policiais entrevistados: “pro local e a condição de trânsito, é bom e necessário pra comunidade”, “o serviço hoje é importante porque não tem transporte do poder público aqui”. Outro entrevistado afirmou achar o serviço de mototáxi essencial, “principalmente para idosos e pessoas que fazem compras, pois nem todo mundo tem carro”. Entretanto, indicou que “nem todo mundo usa. Tem gente que vai a pé”. Outro policial explicou que “todo mundo” usaria, indistintamente o serviço. Mas no que se refere aos comerciantes locais, estes usariam o serviço apenas para se transportar, mas não para finalidades de comércio. (Fonte: relatos de policiais entrevistados.)

10 Uma fala representativa é a de um comerciante entrevistado: “Eles precisam de trabalho e, também, facilitam nossas vidas”. (Fonte: questionário aplicado a comerciantes.)



11 Fonte: relatos colhidos em grupo focal com jovens de 15 a 29 anos.

12 “Não tem chefe. Você dá uma contribuição para a associação. Um líder da comunidade vem e recolhe às vezes. Como a Kombi. É por semana”. (Fonte: entrevista a mototaxista.)

13 Assim mesmo, entre os mototaxistas entrevistados, um deles se identificou como sendo um dos fundadores do serviço na comunidade. Segundo seu relato, o ponto de mototáxi fora instalado havia 12 anos na Babilônia/Chapéu Mangueira, quando ele teria juntado uns motoqueiros que faziam entrega de uma pizzaria pelas redondezas. Segundo descreveu: “Eu trouxe o mototáxi pra cá. Eu via no subúrbio e conversei com a associação [de moradores]. Veio o pessoal da pizzaria, que tinha moto, e ficaram aqui. Começou com oito motos”. (Fonte: relato de um mototaxista entrevistado.)

14 Em suas palavras, o entrevistado afirmou: “Sou de Anchieta, fui camelô. Minha namorada tem família aqui e substituí o irmão dela aqui [no mototáxi] e, depois, trouxe minha moto [havia 15 dias]”. (Fonte: relato de um mototaxista entrevistado.) Ao contrário de muitos relatos, indicou que há outros mototaxistas que são moradores de outras localidades.

15 Segundo informaram, a falta de habilitação os fez procurar outro trabalho.

16 Fonte: relato de um policial em entrevista.

taxistas entrevistados preliminarmente declararam trabalhar de seis a oito anos como mototaxistas na Babilônia e no Chapéu Mangueira.

Interessante observar a percepção dos mototaxistas quanto à autonomia que detêm neste serviço: consideraram que é uma atividade independente, no sentido de não terem um chefe, como uma cooperativa. Assim mesmo, fazem referência constante a algum dono ou gerente que organiza as atividades e o próprio grupo de mototaxistas – o que relativizaria esta autonomia, pois prestam contas e pagam taxas. O dono, foi indicado pelos jovens, nunca estaria presente na localidade, e no grupo existiria um gerente que coordenaria as atividades, sendo os próprios integrantes do grupo que decidiriam coletivamente quem gerenciará em determinado período. “tem um dono e um responsável mais direto [gerente] que organiza o funcionamento na prática”.<sup>11</sup> Importante destacar que, apesar de implícita e reciosamente, muitas vezes foi indicada a relação (por vezes, retratada como pretérita) do tráfico e da polícia com a organização do grupo de mototáxi. Em determinadas falas, foi indicado que o dono do mototáxi era o “dono do morro”, o dono do tráfico. Em outras ocasiões, indicava-se que policiais teriam relação com este dono. Em contrapartida, alguns mototaxistas afirmaram não haver chefe algum, sendo o serviço controlado apenas pela associação de moradores.<sup>12</sup>

Para compreender a percepção dos motoristas sobre seu trabalho e função social, estes foram questionados sobre os pontos positivos e negativos dessa atividade. Em geral, como pontos positivos do trabalho, foram destacadas a liberdade e flexibilidade de horário, a boa remuneração e a independência/autonomia. Quanto às principais características negativas mencionadas, foram indicadas a falta de carteira de trabalho assinada e de benefícios trabalhistas, bem como o excesso de controle policial.

### 3.2 CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E LEGITIMIDADE DO MOTOTÁXI NA BABILÔNIA E NO CHAPÉU MANGUEIRA

De acordo com os entrevistados, em geral, o serviço teria surgido havia aproximadamente 10 anos, por meio da atuação de uma pessoa de outra favela e que teria trazido a ideia para a localidade. Entretanto, não havia consenso sobre o período de criação do serviço nem quanto aos responsáveis pela criação.<sup>13</sup> Quanto ao grupo de mototaxistas constituído no momento da pes-

quisa, os moradores, em sua maioria, indicaram que conheciam todos, pois seriam quase todos moradores locais. Foi indicado, em algumas falas, que havia alguns mototaxistas novos que não eram moradores da comunidade e, em entrevistas aos mototaxistas, foi identificada uma pessoa que não morava na comunidade, mas que recentemente juntara-se ao grupo de mototaxistas locais.<sup>14</sup> Entre os jovens entrevistados, alguns se identificaram como ex-mototaxistas<sup>15</sup> e, segundo relataram, mudaram de trabalho por dificuldades em seguir as novas regras impostas pela polícia, com a instalação da UPP.

Não obstante a informalidade e a irregularidade do serviço, foi possível perceber a naturalização dessa dinâmica na comunidade observada. De modo geral, quando questionados sobre a regularização do serviço, os entrevistados demonstravam não reconhecer (e mesmo desconhecer) a irregularidade do serviço. De fato, até mesmo os policiais entrevistados pareciam considerar a atividade natural – em verdade, a UPP trouxe mudanças para o serviço, com o estabelecimento de novas regras e organização, muitos policiais indicaram que “a UPP regularizou o mototáxi”.<sup>16</sup>

#### 3.2.1 RELAÇÃO DOS MOTOTAXISTAS COM OS MORADORES DA COMUNIDADE

Pela funcionalidade do serviço que prestam e pela frequência em que são acionados, os mototaxistas tendem a ser bem vistos pelos moradores. Dentre os grupos entrevistados, apenas as jovens demonstraram, por vezes, desconfiança e receio quanto à relação com estes, pois indicaram serem sujeitas a cantadas e insinuações desrespeitosas. Relataram que apenas estabelecem contato e utilizam serviço de alguns dos mototaxistas que reconhecem serem respeitosos – a utilização do serviço, portanto, variaria de acordo com quem estivesse no ponto dos mototaxis na hora em que as jovens precisariam. Porém, as jovens indicaram que esta lógica de incomodar as meninas e mulheres mais jovens está muito presente na relação homem/mulher de forma generalizada na cultura local, e mesmo nacional.

De acordo com os moradores, o preço cobrado pelo serviço tende a ser caro, mas não é visto como abusivo – apenas, alguns preferem não gastar. Interessante indicar que foi verificada certa padronização dos preços cobrados para circulação dentro da comunidade, mas uma variação para a saída das redondezas. Algumas meninas chegaram a indicar que, dependen-

do da relação que mantêm com um ou outro motorista, conseguem redução dos valores para trechos mais longos.<sup>17</sup> Assim, a identificada relação desrespeitosa entre homem e mulher, apontada anteriormente, passa a ser indicada como fator vantajoso para algumas usuárias. Todas as questões relatadas indicam uma forte valorização, por parte da comunidade, de um sentido de pertencimento bem consolidado.

Quanto aos policiais, esses relataram observar uma boa relação entre os moradores locais e os mototaxistas. Segundo relataram, não há conflito sendo levado à polícia. Da mesma forma, a relação dos próprios policiais com os mototaxistas foi geralmente descrita como “tranquila”.

### 3.3 IMPACTO DA UPP SOBRE O SERVIÇO DE MOTOTÁXIS

O novo formato de policiamento representado pela UPP poderia indicar mudanças na relação com a comunidade local e a presente pesquisa buscou concentrar parte de suas observações nessa suposta nova relação, enfatizando as implicações no serviço de mototáxi.

Perguntados – em questionário inicial – sobre a relação com a polícia, cinco mototaxistas sustentaram que a relação era melhor antes da entrada da UPP; quatro asseveraram que a relação estaria melhor agora; e outros quatro não quiseram opinar. Entre os que declararam manter uma má relação com a UPP, alguns foram muito categóricos com expressões como: “[É] a pior relação possível, não existe diálogo entre nós e os policiais”; outro indicou: “A relação é horrível”; e ainda: “[Era] muito boa antes da pacificação, agora, está piorando por falta de preparação dos policiais da UPP”.

#### 3.3.1 REGULARIZAÇÃO DO SERVIÇO

Os policiais entrevistados indicaram que houve uma regulamentação da atividade do mototáxi na localidade por parte da própria polícia. De acordo com os relatos de um tenente que acompanhou a transição e instalação da UPP na Babilônia/Chapéu Mangueira, no período inicial, teria sido verificada a documentação de todos os mototaxistas e o capitão teria dado um prazo de três meses para que todos regularizassem os documentos de habilitação e das motos. Interessante observar, nas falas dos policiais, que há um entendimento de que a UPP regularizou a atividade dos mototáxis, até mesmo com a criação de regras não formalizadas

em ordenamento jurídico. Sobre a concessão de prazos para a regularização de documentos, por parte do capitão da UPP, um policial declarou: “Não podia. Mas como era importante o serviço, foi feito assim”. Conforme depoimentos de policiais, com a chegada da UPP, foi feito um cadastro de todos os motoristas do mototáxi e o trabalho deles estaria sendo frequentemente fiscalizado. Em contrapartida, foi possível verificar a insatisfação de alguns dos policiais entrevistados com essa nova dinâmica: segundo relataram, a orientação que recebiam seria, na realidade, de não fiscalizar, ou “fazer vista grossa”.

As regras indicadas como as mais exigidas por parte da polícia aos mototaxistas eram as referentes às leis de trânsito:<sup>18</sup> placa da moto regular; uso de capacete; observância da capacidade máxima de duas pessoas na moto; proibição para crianças pequenas. Em entrevista, um policial relatou: “Queríamos [que usassem] colete, mas como conhecemos todos agora, não cobramos mais”. Importante destacar que, quando questionados sobre a fiscalização da atividade dos mototáxis, os policiais demonstravam compreender o objetivo da mesma como o de identificação das pessoas que circulavam pela favela. Isso demonstrava que a fiscalização se constituía em revista de quem entrava e saía da comunidade – gestão da circulação local – mais que em uma preocupação com a atividade propriamente dita do mototáxi.

Quanto aos mototaxistas, quando perguntados se havia regularização ou controle por parte da polícia antes da chegada da UPP, as respostas foram divididas: seis disseram que existia e sete disseram que não. Foi verificada uma impressão comum sobre os efeitos negativos da fiscalização: a exigência dessa habilitação resultou na saída de muitos mototaxistas do serviço. Os jovens participantes do grupo focal (coincidentemente alguns haviam trabalhado como mototaxistas) indicaram que a saída foi unicamente pela ausência de habilitação, já que voluntariamente não queriam sair dali.

Já as jovens indicaram que, mesmo com a exigência da habilitação, ainda haveria motoristas trabalhando sem documentação em momentos específicos. Explicaram que isso acontecia porque a exigência e a fiscalização feitas pela polícia variava de acordo com os plantões da UPP: “Por isso, no caso dos ‘plantões’ que fazem vista grossa, os motoristas que não têm [documentação], têm que pagar um ‘pedágio’ para os policiais”;<sup>19</sup> e, segundo relataram, esse pagamento poderia ser, por exemplo, “um lanche”.

17 “O preço é variável para outros destinos fora da região e, dependendo do mototaxista, muitos oferecem preço mais barato ou corrida gratuita por algum favor por parte de alguma menina”. (Fonte: relato colhido em grupo focal com mulheres de 15 a 29 anos).

18 “Só fiscalizamos as regras de trânsito”, em operações empreendidas eventualmente “por ordem do capitão” (fonte: relato de um policial entrevistado).

19 Fonte: relatos colhidos em grupo focal com mulheres de 15 a 29 anos.





20 Fonte: questionário aplicado a mototaxistas.

21 Idem.

22 Fonte: relato de mototaxista entrevistado.

23 Fonte: relatos colhidos em grupo focal com mulheres com mais de 30 anos.

Esta impressão sobre a variabilidade das exigências de acordo com os plantões é compartilhada por jovens de ambos os sexos e, com maior propriedade, reafirmam-na os próprios mototaxistas, comentando que: “São quatro plantões, e só um cobra (ou respeita as regras)”; outros indicam sobre o mesmo: “Tem plantão que deixa e tem plantão que não deixa”, tendo sido indicado por um mototaxista que, de fato, há períodos sem qualquer fiscalização.

Em contrapartida, sobre a regulamentação do serviço de mototáxi, a percepção da polícia foi indicada no sentido de terem sido implementadas operações de fiscalização do cumprimento de regras de trânsito como uma iniciativa de registrar os mototaxistas. Segundo policiais, a prefeitura havia fornecido talões de multa para que a Polícia Militar pudesse emitir multas [originariamente papel da Guarda Municipal] por infrações de trânsito. A partir dessa prática, é possível indicar que a polícia, desde a instalação da UPP, tem exercido o papel de regulamentar essa dinâmica local. Pouco se questiona sobre a efetiva legalidade/regularidade desse serviço em si. Os policiais, quando questionados sobre questões de regularização, faziam referências a regras de trânsito e à necessidade de controle do fluxo de pessoas no local – não se questionavam sobre o fato de esse serviço ser ou não legalizado como um serviço de transporte de pessoas.

### 3.4 IMPACTO DA UPP SOBRE A COMUNIDADE

A instalação de uma unidade policial em uma favela onde, historicamente, seu acesso esteve restrito, sem dúvida, transmite um valor simbólico aos diversos segmentos da sociedade. Quanto à visão dos motoristas, que recebem o impacto direto tanto física como legalmente, concordam unanimemente que a entrada da UPP trouxe muitas mudanças, mas a variação

se apresenta quanto à valoração dessas mudanças. Dentre as respostas mais expressivas sobre a polícia pacificadora, destacam-se as seguintes: “[mudou] mais para pior que para melhor na comunidade. Deixou de ser uma diversão e se converteu em uma opressão”.<sup>20</sup> “Piorou a comunidade, a relação é horrível”<sup>21</sup>; “[a relação era] muito boa antes da pacificação, agora está piorando por falta de preparação dos policiais da UPP”.<sup>22</sup> Outro mototaxista declarou: “Agora aqui tá igual à rua. Tudo pode acontecer. Logo no início, roubaram duas motos”, indicando que a presença da polícia modificou a dinâmica social da comunidade, até mesmo com a incidência de atividades e crimes que antes não ocorriam. Porém, afirmou que “a UPP trouxe cidadania. É mais positivo que negativo”, mas indicou que a adaptação foi difícil: “Complicado porque até distinguir quem é do bem, demora. (...) no início era abusivo, hoje é tranquilo. Até eles [os policiais] usam [o mototáxi], às vezes pra ir pra um trabalho [como de segurança privado]”.

A visão dos moradores se dividiu internamente. É possível observar uma diferença de perspectiva, a partir de um corte etário, onde os mais jovens, em geral, avaliaram essa entrada de forma negativa enquanto as pessoas mais velhas lhe outorgam uma conotação mais positiva e satisfatória, tendo, no entanto, sido observado grande receio de se expressar por parte deste grupo. As respostas tendiam a ser neutras, sem que se opinasse a favor ou contra, tanto no que se refere à polícia como ao tráfico. Vejamos o sugerido por estas últimas, as pessoas acima de 30 anos: “Antes era bom, agora também está muito bom”. “A vida está melhor para as crianças, podem andar mais tranquilos”.<sup>23</sup>

As respostas surgidas nos grupos focais com os jovens da comunidade deram conta de outros significados e experiências dos fatos: “Já não podemos ter baile, tem hora para fechar.

Os jovens precisam sair para curtir. Também não temos espaços para ensaiar [quadrilha da festa junina, durante o período pesquisado] como tinha antes”.<sup>24</sup> Indicaram também que a ordem estabelecida pela polícia representaria, em seus pontos de vista, uma nova dominação igualmente repressora, com relação ao domínio anterior pelo tráfico. Segundo contam os jovens, regras arbitrárias estariam sendo impostas, e o mesmo tipo de dominação territorial estaria sendo promovido:

*“Tem moradores que viveram toda a vida no morro e não têm casa própria. Com a chegada da UPP se permitiu entrar gente de fora, dando casas, terrenos, e sem dar preferência aos daqui”.*<sup>25</sup>

Em alguns casos, os jovens percebem uma situação ainda pior que simplesmente a manutenção da lógica de dominação: “Antes tinha mais segurança, ninguém entrava na tua casa, podia deixar a porta aberta, agora, as coisas mudaram, mudaram para pior”.<sup>26</sup> Quanto à violência, relatam: “Claro, os tiros acabaram, mas apareceram outros problemas de segurança, tranquilidade, autoritarismo. Quem promove a lei são os mesmos que não cumprem”.<sup>27</sup> Por fim, indicaram ainda ter de conviver com o armamento ostensivo – agora, não mais por parte de traficantes, mas por parte da polícia. O contexto local é retratado como um paradoxo: o policial, suposto agente que garante a segurança e tranquilidade dos cidadãos dentro da favela, representa um dos fatores que geram mais violência e insegurança.

Em que pese às percepções dos policiais entrevistados, esses indicaram considerar positivo o impacto da UPP na comunidade local. Assim mesmo, é importante destacar que todos os entrevistados afirmaram que não conheciam a região antes de comporem a UPP. Seus depoimentos fizeram menções a serviços públicos que chegaram à comunidade – “Nos primeiros dois meses, era só policiamento, mas, depois, começaram a chegar os projetos sociais”; “a Comlurb só entrava quando o tráfico queria. Luz e água... está tudo sendo renovado. Agora pagam, mas também podem cobrar [melhorias]. Antes, tinha gato. Agora, empresas cobram valores diferenciados para poderem pagar [os moradores]”. Outro policial procurou ilustrar como se daria a dinâmica local, e o trabalho da polícia: “Hoje, é quase como uma família. Conhecimento, harmonia e amizade. O PM é chefe de família e eles veem isso. Hoje mesmo, fizemos o socorro de um enfermo” – indicando que a atividade não

envolveria apenas o policiamento da área.

Mas acima de tudo, os policiais tenderam a considerar positivo o impacto da UPP na comunidade, por conta de seu aludido objetivo central: “A UPP veio pra acabar com o tráfico armado. Não tem mais tráfico com armamento ostensivo”. De fato, foram coletados alguns relatos que confirmavam esta percepção da polícia: “[Ponto] positivo é que não tem mais tráfico com mão armada, tem mais liberdade para andar de noite, por exemplo. Negativo é que não pode ter mais funk. Mas com o tráfico [sem armamento ostensivo], não vão acabar”.<sup>28</sup>

Sobre as regras impostas pela polícia na comunidade: “Cobramos regras já existentes, que não eram respeitadas. Não criamos regras”. Especificamente sobre reclamações de moradores sobre a proibição dos bailes e do som alto, o entrevistado explicou: “A limitação é imposta pela Constituição. É questão constitucional”. Segundo descreveu, para a realização de evento e festas, por exemplo, a população “tem que avisar antes, para evitar tumulto e organizar. Não é autorização, é comunicação”. Por outro lado, um policial indicou que, de fato, como reclamam os moradores, a polícia tem proibido o baile funk e haveria a necessidade de pedir autorização, tanto para o comandante da UPP como para a associação de moradores:

*“Ainda não tem baile: a desculpa é sempre que ainda estamos frescos e é melhor deixar mais pra frente. Eles [moradores] pedem autorização pro comandante ou para o subcomandante. E também pedem para a associação [de moradores]”.*

Para os policiais, as reações hostis da população local à instalação da UPP teriam se dado exclusivamente pela imposição de regras que ela não estaria acostumada a cumprir – indicando que quanto ao objetivo de combater o domínio do tráfico, o apoio seria geral. Sobre as mencionadas reações às regras, um policial afirmou: “A gente sabe que [determinado comportamento] tá errado, mas eles acham que tá certo” – como exemplo citou: “Agora, cobram pela luz – a Light. Eles [os moradores] reclamavam, mas é o melhor. Valorizou o local. Um aluguel é tipo R\$400 agora”. E continuou: “O trabalho é por etapas, vencendo barreiras. Eles vão recusar as regras, mas têm que se acostumar. Som alto no fim de semana, bailes funks foram proibidos, para trazer as regras do Estado pra eles também. O funk é enraizado e muito ligado ao tráfico: tem os ‘proibidões’.

24 Fonte: relatos colhidos em grupo focal com jovens (sugestão de corte, a faixa etária está indicada depois) mulheres de 15 a 29 anos.

25 Idem.

26 Idem.

27 Idem.

28 Fonte: relato de mototaxista entrevistado.





29 Fonte: questionário aplicado a mototaxistas.

30 Idem.

31 Fonte: relatos colhidos em grupo focal com mulheres de 15 a 29 anos.

32 Fonte: relato de mototaxista entrevistado.

33 Fonte: relatos colhidos em grupo focal com mulheres, de 15 a 29 anos.

34 Fonte: relatos colhidos em grupo focal com homens, de 15 a 29 anos.

35 Idem.

Mas com o tempo vai voltando, o comandante vai autorizando. Eles fazem pedido à UPP para saber quem tá vindo, para ter um policiamento”. Segundo relata, normalmente, é autorizado pagode, pago-funk, forró. “Mas não tem mais baile funk”. Mas em geral, consideraram: “A interação [da comunidade] com o policial é boa. Fomos treinados. O programa foi bem feito. São policiais recém-formados, com orientação”; “a comunidade não acreditava, mas agora acreditam na UPP. Os jovens vão pra projetos sociais e fazem curso na Faetec – policiais ensinam violão, informática”.

### 3.4.1 RELAÇÃO COM O TRÁFICO

Do ponto de vista metodológico, este foi o tema mais complexo pelo grau de discricção que demandava para a pesquisa. De acordo com a versão dos mototaxistas sobre a relação que eles mantiveram ou, eventualmente, ainda mantinham (a permanência da relação não foi abordada de forma clara pelos participantes) com os comandos do tráfico: sete deles asseveraram que a relação com o tráfico era boa, e apenas dois disseram que era ruim; e três indicaram ser indiferente, que “cada um anda na sua”. Importante frisar que, durante a pesquisa, foi observada a comparação recorrente, como se fossem dois regimes de dominação, entre tráfico e polícia. Por vezes, um seria retratado como pior e outro melhor – e vice-versa: “Com o tráfico era tranquilo. Logo, com a UPP é só extorsão”.<sup>29</sup>

De modo geral, foram coletadas declarações abertas sobre a continuidade do tráfico: “Só deixou de ter mão armada do tráfico, só isso, porque o tráfico existe ainda”.<sup>30</sup> Por outro lado, muitos foram os policiais que indicaram ter a percepção de que o combate ao tráfico seria o trabalho da UPP, tendo até mesmo sido este desmobilizado na Babilônia e no Chapéu Mangueira: “Acabou o tráfico. (...) às vezes, tem o estica, que vem de longe buscar drogas. Mas nosso trabalho é contínuo, no dia a dia”. Sobre a atual relação da polícia com o tráfico, um policial entrevistado afirmou: “É tiro, porrada e bomba” – no sentido de não haver tolerância, sendo o tráfico fortemente reprimido. Em suas palavras: “Tráfico não tem que existir. Uns fugiram, outros foram presos”. Conforme descreveu, até o momento da pesquisa, ocorriam apreensões de drogas, mas seria em pouquíssima quantidade. Sobre armamento, seriam ainda menos frequentes as ocorrências – foram apreendidas apenas três armas em dois anos.

No grupo focal com as jovens, no entanto, as

participantes afirmaram que o tráfico continuava atuante e que a polícia teria conhecimento desse fato e também estaria envolvida com eles. Quanto à relação da violência com o alegado fim do armamento ostensivo: “A galera se mata na facada porque não pode ter tiro”.<sup>31</sup>

Sobre a relação do mototáxi com o tráfico, os policiais indicaram ter clareza sobre a proximidade (às vezes confusa) entre ambos os grupos. Alguns policiais afirmaram saber que o serviço tinha relação direta com o tráfico no passado: “Antes, o mototáxi era mancomunado com o tráfico. Hoje, não é mais assim”. De um modo diferente, outro policial afirmou, de acordo com denúncias que teriam chegado à polícia, que alguns mototaxistas tinham envolvimento com o tráfico no sentido de servirem de “avião” dos próprios traficantes se transportarem por intermédio do mototáxi. Da mesma forma, relatou que alguém do tráfico efetivamente administrava o serviço de mototáxi: “Soubemos por denúncias”.

No âmbito da organização e do financiamento interno, um motorista do mototáxi declarou, afirmando o vínculo financeiro do mototáxi com a polícia: “A organização funciona assim: nós pagamos por semana para poder trabalhar como mototaxistas. O responsável entra em contato com a polícia e acerta diretamente”.<sup>32</sup> Também os jovens, moradores locais, indicaram a relação direta do dono do tráfico com o dono do mototáxi, indicando que essa relação não ficou apenas no passado: “O dono do mototáxi é o mesmo do morro e este paga um valor à polícia pelo serviço. Este domínio do mototáxi pelo tráfico foi definido da seguinte forma: “Sai do tráfico alguém para coordenar o mototáxi e existe também um “gerente” no campo que cuida do recolhimento do dinheiro”.<sup>33</sup> Assim, chegaram a indicar que parte do dinheiro do mototáxi seria destinada ao tráfico e, agora, que parte iria para a polícia. Esse fato correlaciona diretamente a menção anterior de que alguns plantões da UPP seriam facilitadores para mototaxistas com documentação irregular. Portanto, indicaram que a relação atual da polícia com o tráfico continuaria existindo e que continuariam existindo os “arregos”.

No grupo focal com os jovens, foi explicitada a permanência dos comandos do tráfico na comunidade local: “Existe divisão de facções (Comando Vermelho e Amigo dos Amigos) e ainda tem armas, só que não armamento ostensivo”.<sup>34</sup> Na opinião das jovens moradoras, o tráfico nunca vai acabar porque todo o mundo se beneficia, “até o governador”.<sup>35</sup>

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado ao longo deste relatório, a pesquisa desenvolvida representa uma primeira aproximação com as questões e complexidades que envolvem o tema de estudo proposto. Dessa forma, algumas percepções e interpretações elencadas nesta seção não representam essencialmente conclusões para as perguntas que nortearam a pesquisa, mas reflexões preliminares advindas do trabalho realizado e das informações levantadas.

Com variações significativas na abertura para discutir questões “sensíveis”, os sujeitos entrevistados no âmbito desta pesquisa transmitiram percepções importantes que devem fazer parte de qualquer análise teórica sobre as temáticas de Segurança Pública e Direitos Humanos. Com fortes indicativos de envolvimento comunitário, muitos atores sociais locais, especialmente os marcados pela juventude, demonstraram grandes expectativa de se inserirem neste debate que está na ordem do dia no Rio de Janeiro: afinal, o que pensamos sobre as UPPs?

Com grandes debates sendo realizados, os atores que habitam o foco das regiões violentas no estado e na cidade do Rio tendem a se ressentir da falta de espaço para se manifestarem. Isso é sintomático, não apenas a partir da pesquisa realizada, mas também nas redes e fóruns acompanhados constantemente pela equipe do Iser.

De fato, trata-se de um padrão histórico na construção de políticas de promoção e defesa de direitos. A falta de mecanismos de participação popular e de controle social na atuação governamental é uma constante em uma cidade tão marcada pela segregação socioeconômica, violência e disputas políticas.

Paralelamente, a pesquisa realizada foi muito importante para compreender as dinâmicas sociais que envolvem a difusão e o crescimento do serviço de mototáxis na cidade – em especial, sua relação paradoxal com os formatos de ação policial e de manutenção da ordem pública.

Ainda que com algumas restrições pontuais, descritas ao longo deste relatório, a população observada identifica a importância e valoriza fortemente esse serviço para a comunidade local – Babilônia e Chapéu Mangueira. Na maioria das falas, essa valorização transmite uma naturalização do serviço no contexto local e no reconhecimento e na identificação de raízes essencialmente comunitárias na história da construção do mesmo.

Com isso, constitui-se em uma situação paradoxal, uma vez que a legitimidade do serviço causa pouco ou nenhum questionamento acerca de sua regularidade/irregularidade – tanto no que se refere à população local como à própria Polícia. Os moradores, quando questionados sobre como percebiam o serviço do mototáxi com relação a sua regularidade ou legalidade, remetiam à regularização imposta com a instalação da UPP na Babilônia e no Chapéu Mangueira.

Esta não problematização sobre a regularidade ou irregularidade do serviço esteve presente também nas falas dos policiais. Os mesmos não abordaram, em suas falas, questões legais acerca da regularização e regulamentação do serviço – não considerando a existência de legislação sobre a questão<sup>36</sup> e as competências do poder público estadual e municipal. De certa forma, sequer ponderam sobre a irregularidade/ilegalidade de sua atuação com relação ao mototáxi.<sup>37</sup>

Uma questão central, e presente na fala da quase totalidade dos policiais entrevistados, é a pessoalidade do papel da UPP na organização

36 Como a própria Lei Federal (Lei 12.009/2009) que regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta, e dá outras providências.

37 É importante lembrar que foram identificadas algumas falas de policiais entrevistados no sentido de que “a UPP regularizou o mototáxi”, como já descrito. Desde o reposicionamento do ponto de mototáxi, até o cadastramento dos motoristas e das motos, passando pela tentativa de impor um uniforme ao grupo. Todos esses elementos foram reconhecidos como o movimento de regulamentação do serviço de mototáxi na comunidade pelo poder público.



38 Um dos policiais chegou a afirmar, quando questionado sobre a transição de poder no mototáxi com o suposto fim do domínio do tráfico, que o novo “dono” do mototáxi era a UPP, na pessoa de seu capitão.

39 Expressões utilizadas por policiais entrevistados para descrever o serviço do mototáxi.

40 Fonte: relatos colhidos em grupo focal com homens de 15 a 29 anos.

do mototáxi.<sup>38</sup> Prazos estipulados pelo capitão da unidade, regras específicas que diferem das estabelecidas na legislação federal, cadastros de motoristas mantidos pela UPP, objetivos diversos ao realizar esse controle (objetivos frequente e aparentemente mais relacionados ao controle da circulação de pessoas). Esses fatos foram identificados nas falas dos mototaxistas e dos moradores que participaram dos grupos focais.

Esteve também constantemente nas falas dos policiais uma forte ambiguidade sobre o papel da polícia na regulação do serviço. Foram relatadas variações de frequência e rigidez na fiscalização, de acordo com o plantão policial – havendo plantões mais ou menos exigentes, possivelmente conforme acordos existentes entre os policiais e os mototaxistas.

Neste ponto, é importante esclarecer que, do ponto de vista da equipe que conduziu a pesquisa relatada, as mudanças em algumas abordagens verificadas com a UPP não devem ser um aspecto necessariamente criticado. É histórica a relação conflituosa entre polícia e população de favelas no Rio de Janeiro. E deve ser valorizada a suposta tentativa de se instaurar uma nova lógica para essa relação por meio da UPP. Para tanto, se compreende que sejam necessárias relativizações a certos padrões e procedimentos oficiais da atuação policial e não se defende o rigor na manutenção de certas dinâmicas e abordagens adotadas pela polícia. Entretanto, é necessário questionar os elementos que motivam as diferenças identificadas: a princípio, não parecem configurar um padrão estrategicamente pensado e formulado – não há identificação de uma mudança política profunda –, mas sim decisões autônomas e pontuais de policiais.

Outra questão amplamente identificada na pesquisa foi a problemática da relação do serviço do mototáxi com o tráfico de drogas no local. Foi possível traçar algumas percepções a partir das falas dos diferentes atores que compuseram a pesquisa. Os policiais relacionam o serviço de mototáxi diretamente com o tráfico no período anterior à implantação da UPP. As falas dos policiais variaram entre afirmar uma relação direta entre ambos, onde o tráfico seria antes “dono” ou “gestor” do mototáxi e entre relacionar ambos no que tange à funcionalidade do mototá-

xi no transporte e venda de drogas (“dono do morro” e “dono do motáxi” – “mototráfico” e “disque-drogas”).<sup>39</sup>

As falas dos policiais se diferenciaram entre afirmar essa relação como algo do passado, como algo que existia, porém não existe mais, uma vez que a UPP acabou com o tráfico organizado – com as formas de poder local estabelecidas pelo tráfico. E em afirmar a relação como algo ainda presente, no sentido de quem comandaria atualmente o mototáxi ainda seria o “dono” do morro.

Nas falas dos moradores que participaram dos grupos focais – especificamente da faixa etária de 15 até 29 anos – e pontualmente na fala dos mototaxistas, apareceu, repetidamente, a percepção acerca de um papel de “gestão local” exercido pela UPP. A UPP aparece nessas falas como “sindica do morro”.<sup>40</sup> A UPP se responsabilizaria não apenas pela gestão da segurança, mas por pensar e controlar diversas dinâmicas que compõem a realidade local – entre a circulação de pessoas em sentido amplo, atividades de lazer e culturais, horários etc.

Outra questão abordada pelos jovens é a relação entre a polícia e a gestão financeira do serviço de mototáxi. Para muitos deles, a UPP se envolve na gestão interna do serviço, havendo participação do tráfico e também da polícia. Acrescentam a isso denúncias de tentativa de relação com serviços como gás, gato net, kombi, afirmando que “UPP é milícia”.

Conforme afirmado ao longo do relatório, essas são impressões iniciais, coletadas a partir das falas dos atores envolvidos na pesquisa. Elas não apontam conclusões com relação ao tema proposto, mas possibilitam uma aproximação com a história e a dinâmica do serviço de mototáxi na região, assim como sua relação com os diversos grupos da Babilônia e do Chapéu Mangueira. Sobre a implantação da UPP, a iniciativa permitiu construir percepções preliminares sobre as relações formadas entre policiais, moradores, comerciantes locais e mototaxistas.

São passos iniciais de entrada em um vasto e importante campo que se desenha em um possível projeto de política de segurança pública estadual. Campo que precisa ser constantemente observado e pensado criticamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Nilo. “Política criminal com deramamento de sangue”. In: *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, número 5/6, 1998.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro – Dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. *Cidade do Rio de Janeiro: desassossegos e transbordamentos*. Rio de Janeiro: Diálogos Cariocas.

CAMPOS, Adrelino. *Do quilombo à favela*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.

CARVALHO, Salo de. *A política criminal de drogas no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; Freitas Bastos Editora; Fundação Ford, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COSTA, R. *Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais e inteligência coletiva*. Interface – Comunic., Saúde, Educ., v.9, n.17, p.235–48, mar/ago 2005. Acesso em 2 abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ics/v9n17/v9n17a03.pdf>

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

FAHEL, Marcio José Cordeiro. *Serviço de mototáxi: postura do Ministério Público*. Acesso em 6 ago. 2012. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16051-16052-1-PB.pdf>

FONSECA, Natasha Ramos Reis da. *Sobre duas rodas: o mototáxi como uma invenção de mercado*. Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, 2005

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

JUSTIÇA GLOBAL. *Direitos Humanos no Brasil: 2003: relatório anual do Centro de Justiça Global*. Rio de Janeiro: 2004.

\_\_\_\_\_. *Relatório Rio – Violência policial e insegurança pública*. Rio de Janeiro: 2004.

\_\_\_\_\_. *Segurança, tráfico e milícia no Rio de*

*Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2008.

KLEIN, Naomi. *Cercas e janelas: na linha de frente do debate sobre globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LORENZETI, Maria Sílvia Barros. *A regulação do serviço de mototáxi*. Nota Técnica da Câmara dos Deputados. 2003. Acesso em 6 ago. 2012. <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/305335.pdf>.

MELO, Thiago de Souza. *Policimento comunitário no Rio de Janeiro – uma estratégia de ampliação do controle social no contexto do neoliberalismo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Sociologia e Direito. Niterói: UFF, 2009.

NEDER, Gizlene. *Cidade, identidade e exclusão social*. In *Tempo*, vol. 2, n° 3. Rio de Janeiro: 1997.

ROCHA, M. & AGUIAR, F. *Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises*. In *Psicologia: ciência e profissão*, v. 4. Brasília: 2003.

\_\_\_\_\_. *Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise*. In *Psicologia: ciência e profissão*, v. 27, n. 4. Brasília: dez. 2007. Acesso em maio 2012. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007001200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007001200007&lng=pt&nrm=iso).

WACQUANT, Loic. *Punir os pobres – A nova gestão penal da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. “Rumo à militarização da marginalização urbana”. In *Discursos sediciosos – Crime, direito e sociedade*, ano 11, n. 15/16, Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

ZACCONI, Orlando. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MISSE, Michel. *Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro*. In *Estudos Avançados*, v. 21, n.61 set./dez. 2007.

ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.



# (IN)SEGURANÇA DAS MULHERES EM COMUNIDADES CARIOCAS COM UPP<sup>1,2</sup>



POR ANA PAULA SCIAMMARELLA<sup>3</sup>  
E ALICE TAYLOR<sup>4</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A percepção de que existem diferenças entre as mulheres e os homens com relação às suas experiências em contextos de conflito armado e (in)segurança urbana é cada vez mais reconhecida (Falú, 2010; Moura, 2010; Cockburn, 2001). A forma como essas experiências devem informar políticas urbanas de Segurança, Planejamento e Desenvolvimento ainda carece de desenvolvimento. Os homens (principalmente jovens e pobres) são os que enfrentam maior risco de morrer por uma arma de fogo no espaço público no Rio de Janeiro, como em muitas partes do mundo. Enquanto as mulheres enfrentam maiores riscos de outros tipos de violência nas ruas, como a violência sexual, e, muitas vezes, relatam sentir mais medo nos espaços públicos, apesar de enfrentarem maior risco de sofrer violência por um parceiro íntimo. Além disso, existem diferenças de gênero com relação às inseguranças vivenciadas nos espaços públicos urbanos por causa de desenhos urbanos inadequados e uma gestão pouco eficaz ou da falta de serviços ou infraestrutura que afeta os(as) moradores(as) mais pobres e marginalizados de uma cidade.

O presente artigo enfoca as experiências de mulheres e as diversas inseguranças que elas vivenciam no âmbito urbano e objetiva apresentar o relato da experiência “*Diagnóstico Participativo sobre (In)seguranças de Mulheres*”, realizada em quatro comunidades cariocas, onde se encontram implementadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e o Programa UPP Social. Este diagnóstico foi realizado nos meses de abril e maio de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, como resultado e a partir de iniciativa do escritório da ONU-Habitat Regional para América Latina e Caribe (Rolac), por meio do Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Explorou a sensação de segurança de mulheres, que entendemos em duas dimensões:

- a) violência contra a mulher, no sentido de violência física, emocional, entre outras, cometida por homens com quem as mulheres possuem/possuíam relação de afeto/conjugalidade ou parentalidade, que podem ocorrer tanto nos espaços públicos como privados. Inclui também outras formas de violência baseada em gênero cometida por desconhecidos, como assédio, gracinhas e estupro, mas que foram muito menos mencionadas neste diagnóstico;
- b) inseguranças relacionadas à desigualdade e informalidade da favela. Essa dimensão é relacionada à marginalização das

favelas: a falta de planejamento urbano (precariedade de moradia, problemas com a coleta de lixo, esgoto, água e iluminação), má gestão, e os sistemas de seguranças históricas (seja do tráfico e/ou do Estado).

Essas duas dimensões de insegurança se intersectam e se somam a vulnerabilidades impostas pelas desigualdades relacionadas à discriminação ou à falta de acesso a serviços, vivenciada pelas moradoras das favelas que podem exacerbam a violência de gênero por elas experimentada, e vice-versa.

Apresentaremos, a seguir, novas e antigas formas de violência, insegurança e medo que foram relatadas ao longo deste diagnóstico, retrato da realidade particular de quatro favelas cariocas, que permitiram compreender melhor como esses fatores se combinam e afetam a vida das mulheres. Por isso, o diagnóstico parte da captura das experiências e vivências diferenciadas das mulheres relacionadas com o tema da Segurança, objetivando provocar uma reflexão sobre a cidade, os seus serviços e sua gestão, bem como sobre como se aplica (ou deveria aplicar) a perspectiva de gênero às questões de Segurança Pública e Intervenção Social no desenho das políticas e na prestação de serviços públicos nas cidades e nas comunidades.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realização deste diagnóstico teve como base as “*Women’s Safety Audits*”, que tem sido aplicadas para o fim de melhorar a segurança urbana da mulher em mais que 163 países do mundo<sup>5</sup> e foi adaptada para o contexto da realidade local das favelas cariocas e privilegiada a centralidade da coleta dos dados nas experiências das mulheres moradoras como “especialistas” nas suas próprias cidades (Whitzman, 2009; Lambrick e Travers, 2007; Taylor, 2011).

Realizou-se, assim, com as devidas adaptações, de maneira inédita, auditorias da mulher no Rio de Janeiro, no contexto das favelas. A realização deste diagnóstico ganha maior relevância por ocorrer em um momento particularmente significativo, quando a implantação de UPP e UPP Social em diferentes favelas torna-se um ponto-chave de transformação desses espaços, mostrando-se relevante considerar a existência de diferentes experiências sobre segurança entre mulheres e homens moradores(as) desses espaços.

As comunidades selecionadas para realização

1 Este artigo é parte integrante de um relatório mais amplo que está sendo escrito para a ONU Habitat e que será disponibilizado em inglês e português.

2 Gostaríamos de agradecer a contribuição de Tatiana Moura, André Luiz Rodrigues, Diana Medina, e as mulheres participantes

3 Pesquisadora associada do Instituto de Estudos da Religião (Iser) com interesse nas temáticas de Gênero e Segurança Pública. Mestranda em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

4 Pesquisadora e consultora de projetos, baseada no Instituto Promundo, Rio de Janeiro. Mestre em Relações Internacionais com foco em Gênero e Segurança Humana pela Fletcher School of Law and Diplomacy da Tufts University, nos Estados Unidos.

5 A “Women’s Safety Audit” é uma abordagem iniciada no Canadá pela ONG Metropolitan Action Committee on Violence against Women and Children (Metrac). Fizemos uma tradução em português para: “Diagnóstico Participativo sobre (In)seguranças das Mulheres” para utilizar um nome mais apropriado. Hoje em dia, ONU-Habitat, ONU Mulheres, e várias ONGs, tais como Women in Cities International (WICI), Jagori, ActionAid, entre outros, fazem projetos voltados para a segurança urbana da mulher com variações dessa abordagem. Ver por exemplo, Jagori, 2010; Jagori e WICI, 2010; Lambrick e Travers, 2007; Taylor, 2011; WICI, 2010; WICI, et al., 2008 para algumas das publicações principais e recentes no campo da Segurança Urbana da Mulher.



6 Para a confidencialidade e ética, garantimos o total anonimato das participantes e confidencialidade dos temas tratados nos diversos encontros e momentos que tivemos com as mulheres. Isso promoveu a confiança das mulheres, e uma maior participação com respostas mais espontâneas às perguntas.

7 Esses profissionais (funcionários públicos e uma funcionária de um posto de saúde particular) foram identificados como tendo conhecimento da comunidade, tipicamente trabalhando lá em dois ou mais dias por semana.

deste diagnóstico, que funcionou como uma experiência-piloto, foram as seguintes: *Pavão-Pavãozinho* e *Cantagalo* (que aqui trataremos por PPG), Salgueiro, Borel e Coroa, eleitas em razão de serem comunidades onde já se verificava a organização de pelo menos um ou alguns grupos de mulheres, o que facilitaria a mobilização para a realização do diagnóstico.

Desta forma, combinamos o uso de métodos qualitativos diversificados, promovendo a participação das mulheres<sup>6</sup> na construção deste diagnóstico e coletar dados sobre suas experiências sobre (in)segurança nas comunidades. Realizamos, em cada comunidade: *reuniões de mobilização, oficinas de mapeamento, grupos focais, entrevistas individuais e coletivas, observação participante e encontros de devolução dos resultados*. Essa combinação possibilitou o aumento do número de mulheres participantes e contribuiu para a produção de um diagnóstico mais completo, capaz de expressar de maneira mais analítica as informações coletadas, que, aliás, por si só, já diziam muito sobre a realidade das mulheres daquelas localidades.

Foram criados instrumentos para as entrevistas e grupos focais, destinados a avaliar o sentimento de segurança das mulheres a partir de ângulos diferentes. Avaliando a sensação das mulheres do ambiente físico, da infraestrutura e a percepção de qualquer alteração que tenha afetado sua segurança nos últimos anos/meses (na maioria das vezes, as mulheres discutiram a instalação das UPPs), riscos e (in)segurança em outros aspectos de suas vidas, assim como recomendações para a mudança.

Foram realizadas 16 entrevistas individuais, sendo 12 com mulheres residentes e quatro com profissionais (homens e mulheres) que trabalham nas comunidades.<sup>7</sup> As primeiras foram utilizadas como uma opção para mulheres que preferiram não participar em atividades de grupo ou que não estavam disponíveis no momento das atividades do grupo e as últimas serviram para triangular dados com os dados coletados de moradoras.

As entrevistas individuais mostraram-se mais eficazes, especialmente para as mulheres que observamos, foram menos propensas a falar durante as atividades do grupo por conta da dinâmica de poder ou empatia entre mulheres. As entrevistas nos permitiram, ainda, incluir uma maior diversidade de mulheres (por exemplo, procuramos entrevistar mulheres com perfis menos representados no trabalho em grupo,

como mulheres mais jovens em algumas comunidades). Temas especialmente sensíveis foram discutidos com mais profundidade em entrevistas individuais, já que para muitas mulheres esse espaço permitiu um ambiente de maior confiança. Mas os grupos pequenos ou onde as mulheres se conheciam também possibilitaram conversas sobre temas difíceis e sensíveis.

Os grupos focais e as entrevistas coletivas objetivaram coletar impressões gerais sobre a comunidade, mudanças relativas à segurança no espaço público e aspectos de infraestrutura. O primeiro grupo focal foi realizado em PPG como um teste para elaboração do roteiro de temas e perguntas para serem utilizados em grupo, adaptando-os ao contexto local. Em seguida, realizou-se outro grupo focal, na Casa Branca, e duas entrevistas coletivas, uma na Coroa e outra no Salgueiro. As entrevistas coletivas tiveram cerca de quatro a cinco participantes cada e foram conduzidas como alternativas para grupos focais, quando não alcançado o número de participantes desejado para sua realização (de, no mínimo, seis mulheres).

Foram realizadas, ainda, conversas informais com vários profissionais, líderes locais e mulheres e homens moradores(as) ao longo do trabalho, que também compartilharam observações importantes sobre as comunidades.

Por fim, realizamos oficinas que consistiram na mobilização de mulheres para que, reunidas, debatêssem os aspectos que pretendíamos identificar no diagnóstico, a partir de perguntas disparadoras sobre o que é violência, medo e como, onde, quando e porque elas se sentem (in)seguras. As participantes foram incentivadas a desenhar um mapa da comunidade, que deveria retratar a comunidade como vista por elas, usado como uma ferramenta visual, que complementou os métodos de coleta de dados orais e facilitou a discussão durante a oficina.

Além disso, foram combinados encontros para apresentação do relatório do diagnóstico e compartilhamento dos resultados e recomendações, o que acreditamos ter sido fundamental para gerar confiança e valorizar às contribuições das mulheres e iniciar diálogo para encaminhamento e resolução de problemas. No Salgueiro, por exemplo, a participação da UPP Social e Territórios da Paz no encontro de retorno resultaram na criação de um mecanismo para as mulheres encaminharem problemas de iluminação e água (áreas onde a UPP Social estava trabalhando).

### 3. MOBILIZAÇÃO E BREVE CONTEXTO DAS DISTINTAS COMUNIDADES

Nossa ida a campo partiu do contato com os grupos organizados de mulheres, cooperativas de costureiras e de artesanato, associações de mulheres, integrantes do Programa Mulheres da Paz, entre outros. Buscando, desta forma, encontrar nas comunidades pontos focais para estimular a mobilização de outras mulheres que também não eram lideranças organizadas e mulheres em diversas idades, raça/etnia, estado civil, com e sem filhos, empregadas, donas de casa ou desempregadas e, em especial, de distintas localidades da comunidade. Notamos que o convite de uma liderança da comunidade para participação atribuía relevância à atividade e produzia melhores resultados na participação das mulheres.

Iniciamos, assim, a mobilização para realização das oficinas a partir de um processo de deliberação coletiva entre as mulheres que contactamos sobre os locais e horários para sua realização. Esse processo já revelava muito sobre a dinâmica das comunidades. Alianças, tensões e política mostravam-se evidentes no momento da escolha dos locais para realização das atividades. Por exemplo, no Borel, desde logo, foi evidente que moradoras de Casa Branca e Chácara do Céu são menos propensas a participar de um evento no Borel, e vice-versa, por conta das barreiras de deslocamento do passado imposta pelas facções criminosas que parecem ser, ainda hoje, um impeditivo para a livre circulação entre essas comunidades tanto como entre Coroa e comunidades vizinhas. Nesse aspecto, também foi mencionado em vários encontros que as mulheres que vivem na parte alta da favela são menos propensas a participar de atividades que ocorrem na parte baixa ou no chamado asfalto, e vice-versa.

Procuramos realizar as atividades coletivas em locais mais preservados das tensões políticas e centralizados nas comunidades, de modo que fossem equidistantes entre diferentes áreas em que moravam e, algumas vezes, marcamos mais que um encontro para alcançar mais mulheres em distintas partes.

Foi possível verificar que a responsabilidade com o cuidado das mulheres estava indissolivelmente ligada à participação destas nas atividades. Muitas não puderam comparecer porque um membro da família (crianças, idosos) precisava ser cuidado, por motivo de visita a parceiros ou familiares presos, e, muitas mulheres

que nelas compareciam, vinham acompanhadas com crianças.

Cada comunidade tinha características próprias, dinâmicas particulares de organização.

No PPG, por exemplo, foi possível notar um maior número de mulheres organizadas e uma presença maior de organizações não governamentais, talvez, por sua localização privilegiada na zona sul da cidade. Esse cenário resultou em uma barreira para realizar o diagnóstico, pois, em meio à diversidade de projetos, notava-se certa fadiga e ceticismo em realização a projetos de curto prazo na comunidade.

Enquanto no Salgueiro não encontramos um grupo formal de mulheres, mas encontramos cinco líderes mulheres referência nas comunidades, que se organizaram como responsáveis por diferentes temas (lazer, meio ambiente, água etc.) e áreas da comunidade. Foi possível notar no Salgueiro que a presença e a referência de uma liderança para realização de qualquer atividade é indispensável para a legitimidade e sucesso da mesma. Ao mesmo tempo, verificou-se que as lideranças encontram-se assoberbadas de demandas depois da chegada da UPP e que tem sido difícil para elas atender aos diversos projetos que solicitam a sua participação na comunidade.

No Borel, contamos com o apoio de mulheres lideranças históricas da comunidade, muito conhecidas por sua participação nos fóruns de combate à violência já articulados antes mesmo da chegada da UPP. Além delas, nos reunimos com as integrantes do programa Mulheres da Paz e de uma cooperativa local de mulheres.

A comunidade da Coroa, a última na qual tivemos acesso para o diagnóstico, foi a que por último passou pelo processo de pacificação. Não encontramos ali muitas organizações ou projetos. Além disso, a fragmentação de um grupo de mulheres nos últimos anos enfraqueceu a coesão e a mobilização das mulheres na comunidade. A comunidade possui um histórico de violência, de disputa territorial do tráfico e corrupção policial que marcam o seu perfil. Além disso, problemas na instalação do projeto de pacificação, como corrupção policial e tentativas de retomada do território pelo tráfico, marcam claramente as falas ao longo do diagnóstico e deixam clara a razão pela qual a própria UPP Social (que não entrava na comunidade no início desse diagnóstico) e outros atores têm dificuldade de estabelecer articulações na localidade. Restou bastante evidente a concentração de poder na associação de moradores, que se in-

titula como a “prefeitura da favela”.

Em todos os contextos, a análise de gênero não se trata apenas de diferenças entre mulheres e homens, mas também de diferenças entre grupos de mulheres. De fato, distinções principais entre mulheres foram observadas nas dinâmicas de poder entre elas. Em ambientes de grupo em contextos internacionais de desenvolvimento e resolução de conflito, é fundamental reconhecer as estruturas de poder dentro dos grupos de mulheres. As experiências e prioridades de mulheres com menos poder nas comunidades, por vários fatores de exclusão, são muito menos representadas.<sup>8</sup> Para ter uma representação mais fiel às diversidades das mulheres, foi importante incluir mulheres mais marginalizadas, com uma variação de experiência com mobilização e conhecimento sobre os direitos das mulheres e gênero. As mulheres que tinham participado do Programa Mulheres da Paz ou que tiveram uma capacitação prévia relacionada tiveram mais facilidade, refletindo sobre temas relacionados a gênero e direitos das mulheres. A partir da mobilização inicial, foi possível capturar uma série de considerações sobre aspectos relacionados à vida e ao cotidiano das mulheres na comunidade que apresentaremos a seguir.

#### 4. AS (IN)SEGURANÇAS DAS MULHERES: PRINCIPAIS ACHADOS

Considerando a escuta das mulheres participantes, foi possível organizar as questões trazidas por elas em algumas seções: (1) *Transições Parciais: (in)seguranças com a implantação das UPPs* inclui as percepções das mulheres sobre violência, insegurança e medo, considerando essa transição. Relacionada a esse tema é (2) a discussão sobre o padrão de comportamento de não intervenção: “ninguém faz nada”, uma fala que permeou todos os encontros e reflete o medo ainda presente nas comunidades. A terceira seção (3) trata da *violência doméstica*, principalmente a violência cometida por parceiros íntimos, foi a forma de violência contra a mulher mais severa e frequente relatada em todas as comunidades, e com resposta inadequada do poder público. (4) Segue uma seção sobre *mobilidade, infraestrutura e aspectos de gênero nas comunidades*, baseado na geografia e nos espaços do morro. Apontamos na última seção (5) como a insegurança da mulher é fortemente afetada pela insegurança dos homens, por exemplo, quando seus maridos, parceiros, filhos enfrentam riscos de violência, são presos, mortos, en-

volvidos no tráfico ou são usuários de drogas.

#### 4.1 TRANSIÇÕES PARCIAIS: (IN)SEGURANÇAS COM A IMPLANTAÇÃO DAS UPPS

Os discursos das mulheres sobre insegurança foram marcados por distinções entre antes e depois da UPP. Afirmando que, com a chegada da UPP, foi possível notar a diminuição especialmente de tiroteios e de tráfico menos visível, mas ainda presente. Essa foi uma característica em quase todas as comunidades, assim como a menor visibilidade de armas de fogo. Esses fatores que, segundo uma das participantes, garante “um pouco mais de paz”, não gera ainda um consenso de que há segurança. Algumas práticas e medos da dominação do poder do tráfico continuam existindo, mesmo com a significativa redução do poder dos traficantes de domínio do território.

Os encontros em grupo com as mulheres tinham sempre como objetivo central capturar respostas a três questões: o que significa a violência, insegurança e medo a partir da perspectiva das mulheres.

Uma das questões que mais amedrontava todas as mulheres dizia respeito à preocupação com uma possível saída da UPP das comunidades após os grandes eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas. Havia uma insegurança constante sobre a continuidade do programa e o medo que os tiroteios voltassem a acontecer, bem como a violência do tráfico e suas possíveis represálias.

Talvez por isso, em diversos momentos, as mulheres tenham afirmado que evitam relações mais estreitas com os policiais, limitando-se a cumprimentá-los, pois acreditam que estão sendo observadas pelos traficantes remanescentes na comunidade. No encontro de apresentação do relatório no PPG, uma mulher comentou que, recentemente, uma mulher teve o cabelo raspado por ter sido vista conversando com um policial. A continuação de castigos impostos pelo tráfico restou evidente no PPG e em outras comunidades, assim como a falta de confiança das mulheres com relação à Polícia.

Mesmo críticas, as mulheres distinguiam a atuação da Polícia entre policiais que cometiam abusos e aqueles que cumpriam com as obrigações de seu trabalho e eram respeitosos. As que tinham parentes envolvidos reclamaram mais do abuso policial. E, especificamente no PPG, foram relatados casos de envolvimento

de policiais com meninas da comunidade. Esses casos foram um exemplo forte de como a culpa é colocada encima das mulheres ou meninas, mesmo por algumas moradoras mais velhas que participaram em atividades em grupo tanto como profissionais (por usar roupa ‘curta demais’ e por querer a atenção sexual de policiais). Uma política que não permitisse policiais ter relações sexuais com moradoras, especialmente baixo de 18 anos, foi claramente faltando.

De fato, casos de violência policial e violências vivenciadas no âmbito da família, principalmente cometidas por parceiros íntimos, foram, na maioria das vezes, as primeiras reações à pergunta sobre o que é violência.

Ao passo que, quando perguntadas sobre o significado de segurança, a maioria das respostas falava de respeito, dignidade e confiança. Além disso, esse tema também provocou a associação com aspectos sociais: serviços sociais e educação, trabalho e oportunidade de lazer e recreação. As mulheres destacaram que a participação dos filhos ou jovens da comunidade em cursos profissionalizantes ou educacionais, assim como a possibilidade de deixar seus filhos em creches aumentam a sensação de segurança.

Outra mudança que as mulheres frequentemente mencionaram foi uma maior sensação de segurança dentro do que fora da comunidade.

*Antigamente, a gente tinha medo de bala perdida, tiroteio, mas saíamos em Copacabana e era totalmente seguro, assim como na comunidade se podia deixar a casa aberta. Hoje eu saio segura e não me sinto segura, tem muito assalto. Hoje ao redor da comunidade já não é mais seguro, nem mesmo para os moradores da comunidade. Mas aqui na comunidade eu me sinto segura.*

#### 4.2 “AQUI NINGUÉM FAZ NADA”: O PADRÃO DA NÃO INTERVENÇÃO

Outro aspecto que nos chamou a atenção ao longo do diagnóstico foram falas recorrentes em todas as comunidades, que afirmam que, nas comunidades, “ninguém faz nada” diante de situações de violência. Essas falas pareciam revelar que o medo ainda é algo muito presente e que esse medo faz com que a comunidade faça poucas intervenções em situações de violência que são presenciadas e vivenciadas pelas mulheres.

*Você vê aquilo ali e você não pode fazer nada, ela pede ajuda e mesmo com muita gente passan-*

*do e olhando, vendo a situação, mas não se pode fazer nada, porque as pessoas ficam com medo. Isso é uma situação que você se sente violentada.*

(Participante da oficina PPG sobre uma moradora que é constantemente agredida pelo filho usuário de drogas)

O silêncio, a não intervenção em situações de violência, parecem fazer parte de histórica lei dessas comunidades. Um comportamento que parece persistir talvez por um passado que impunha esse comportamento e tenha sedimentado nos moradores(as) a ideia do “não vejo, não escuto e não falo.” Intervir significa se expor e os riscos decorrentes dessa intervenção são lembrados mesmo com a presença da Polícia na comunidade. Além disso, ficou claro que chamar a Polícia não é apontado como um recurso para situações de violência.

O medo aparece em muitas das falas das participantes, e esse medo é o que parece impor o silêncio como um mecanismo de proteção. Os castigos e as torturas aplicados pelo tráfico ao longo dos anos de dominação àqueles que eram considerados delatores talvez tenha, de fato, disciplinado o comportamento dos moradores dessas regiões. Não denunciam sempre pelo medo de represálias, como afirma uma moradora da Coroa:

*Tem outra violência bem sutil, a do medo é grande e sutil, mas não podemos exteriorizar nosso medo, por causa das represálias.*

(Participante da oficina da Coroa, quando perguntada sobre o que é violência para elas)

Assim, o medo e a violência foram muito normalizados. Expressões comuns incluíram, “é assim mesmo”, “em todo lugar tem.” E, nesse aspecto, a violência doméstica, cometida entre parceiros íntimos, surgiu como umas das formas de violência mais normalizadas.

#### 4.3 MUDANÇAS, PADRÕES E RESPOSTAS AOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA<sup>9</sup>

A violência doméstica foi um dos principais tipos de insegurança que as mulheres relataram sofrer. A prevalência e severidade de casos relatados em todas as comunidades durante o período deste diagnóstico foi especialmente marcante, considerando que violência doméstica não foi o foco do trabalho. Ficou claro que o tema da Segurança Urbana da Mulher consiste nas inseguranças que ela enfrenta em todos os

<sup>9</sup> Violência doméstica aqui não se refere apenas ao espaço físico, mas também às relações nas quais se constrói e efetua, inclui distintos membros de um grupo que convivam ou tenham convivido no espaço doméstico.



espaços público e privado, no âmbito urbano, e uma das formas menos visíveis e contadas nas análises de violência e segurança pública.

A comparação entre como a violência contra a mulher era tratada antes e depois da implantação da UPP foi um tema recorrente. Muitas mulheres afirmaram que, antigamente, como havia muitos traficantes no morro, os homens já sabiam “a lei” que se aplicaria a eles se batessem em suas mulheres. Se uma mulher não quisesse apanhar, podia “dar queixa” ao tráfico e a agressão não se repetiria mais, pois o agressor seria castigado. Afirmam que os traficantes ajudaram em casos de violência entre casais, assim como quando havia moradores doentes precisando de remédio ou de socorro. Nesse sentido, ficou claro que o tráfico permanece na comunidade, sem a ostensividade anterior, e não mais como detentor de funções “reguladoras” da convivência e de “assistência social” que possuía anteriormente.

As mulheres afirmaram, ainda, que os próprios traficantes agrediam com frequência as suas respectivas mulheres. Não faltaram relatos de casos em que estes tenham raspado por completo os cabelos das suas mulheres “quando elas vacilam”, uma forma de reprimi-las por um comportamento inadequado, como ir ao baile sem a permissão. Um exemplo no Borel mostrou como a violência urbana, que é considerada uma questão de segurança, muitas vezes, mistura-se com violência doméstica, que não é assim considerada. Uma mulher do Borel relatou que um traficante bateu na sua namorada na frente dos pais dela, que não puderam intervir por medo das represálias que poderiam sofrer, já que um grupo do tráfico aguardava do lado de fora da casa durante o acontecimento.

Nesse aspecto, na maioria dos relatos, as participantes traçaram um paralelo sobre o cenário de violência doméstica antes e depois da entrada das UPPs nas comunidades, surpreendendo o despreparo dos policiais para lidar com o tema. Por vezes, elas pareciam mostrar-se saudosas da interferência do tráfico nessas situações, já que, para elas, a resposta apresentada por ele para esses casos mostrava-se mais eficaz na inibição desse tipo de comportamento.

É importante destacar que nota-se hoje, em todas as comunidades, que a UPP melhorou a segurança em alguns aspectos importantes para as mulheres. Uma análise de impacto sobre as UPPs que comparou estatísticas de criminalidade de fato, descobriu uma diminuição de violência letal (principalmente cometida e sofrida

pelos homens) (Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2012). Ao mesmo tempo, a falta de resposta por parte da Polícia nos casos de violência doméstica, somada a menor atuação do tráfico nesses casos (ainda que estes não fossem os atores ideais para intervir) parece ter aberto uma lacuna que resulta em uma clara insegurança para as mulheres, que são desproporcionalmente afetadas pela violência doméstica.

A fala de uma das participantes da oficina do PPG retrata bem essa lacuna:

*A lei que vigora agora não é mais a do tráfico é a lei da polícia, é a lei da UPP, mas essa lei da polícia não está adiantando. Quando chamamos o policial eles dizem que se é briga de marido e mulher ninguém pode meter a colher.*

As mulheres afirmam que os policiais não são vistos em toda a comunidade, que se concentram em alguns espaços específicos, estes não intervêm, por isso, “não adianta chamá-los nesses casos”. Ouvimos vários relatos de que, quando mulheres foram levar um caso de violência cometida por um parceiro íntimo ou ex-parceiro à UPP, a resposta foi simplesmente “não é aqui,” sem a preocupação de referenciá-las para o local adequado para realização da denúncia ou para algum tipo de serviço de atendimento à mulher.

No mesmo sentido, uma jovem participante do grupo focal do Salgueiro contou:

*...minha colega vai reclamar na UPP e não fazem nada. Agora o namorado fica ameaçando ela, ela já fez várias ocorrências... Ela ficou na casa da vó por um mês, mas teve que voltar... ela tem 18 anos e tem um neném recém-nascido... então ela voltou para casa da mãe dela. Ele vai a casa dela, perturbar ela.*

Assim, os dados indicam que denúncias de violência doméstica têm aumentado em comunidades com UPP.<sup>10</sup> Isso talvez se justifique pela maior possibilidade de busca e acesso às Delegacias de Polícia, o que antes era restringido pelo domínio do tráfico, já que a maioria dos relatos das mulheres foi sobre o medo de denunciar e a crença de que a UPP não seria o lugar adequado para procurar nesses casos, visto que a resposta dos policiais, em geral, desestimula a realização das denúncias.

*A primeira vez que fui denunciar*

*uma violência doméstica, o policial olhou para minha cara e falou: - ‘você acha que vai resolver o que?’ Falei, ‘sou cidadã.’ (Participante da oficina do Salgueiro)*

Segundo uma moradora do Pavão e outras mulheres, a violência doméstica teria aumentado desde a chegada da UPP ou, pelo menos, passou a ser mais comum ouvir e ver brigas dessa natureza. A fala mostra a falta de clareza sobre quem resolve (ou não) resolve os casos atualmente:

*Hoje tem muita polícia no morro, em alguns lugares deveria ter mais... mas a verdade é que antes a gente não escutava e via esse negócio de marido estar batendo na mulher. ‘Bater batia, né?! Mas se batesse e se chegasse aos ouvidos dos bandidos chegava o troco para eles. Hoje eles [os traficantes] não estão nem aí, eles [os homens da comunidade] batem, batem mesmo, porque quer bater e não tem como você pedir ajuda antigamente eles mesmos [os traficantes] viam e iam socorrer a pessoa que estava apanhando. Hoje eles [os traficantes] vêem as pessoas que estavam apanhando, mas não podem fazer nada porque tem polícia no morro e os policiais, também, não andam [no sentido de não estarem presentes].*

Foi possível verificar algumas características desse tipo de violência a partir do relato das mulheres.

A primeira dessas características foi o grau de severidade das agressões, o que foi significativo. Muitas mulheres relataram facadas, queimaduras, espancamentos e danos físicos graves. De todas as formas de inseguranças discutidas neste diagnóstico, o dano físico mais severo que as mulheres sofriam era por causa da violência cometida por parceiros íntimos ou ex-parceiros. Casos que incluíram, por exemplo, esfaqueamentos, recentemente ocorridos e espancamentos em locais públicos, como um relato de um que aconteceu na quadra da comunidade e de outro, em que o marido entrou em um salão de beleza e espancou a mulher quem sofreu lesões graves. Outra mulher relatou que o marido da irmã colocou fogo na casa na tentativa de matá-la.

A segunda é que a violência entre parceiros íntimos, muitas vezes, ocorreu em espaços públicos, desconstruindo associações com essa violência como uma forma que normalmente acontece entre parceiros íntimos dentro do lar. A ideia de espaço privado é bastante restrita nas comunidades, considerando a densidade da população. Nesse sentido, não faltaram relatos

de mulheres que descreveram ouvir e presenciar brigas entre casais vizinhos. Além disso, foi possível notar que a violência cometida por parceiros íntimos ocorre, muitas vezes, em espaços públicos como uma forma de humilhação e constrangimento perante a comunidade.

Em uma das entrevistas, uma mulher jovem de 20 anos do Borel relatou que, por várias vezes, seu namorado a agredia em espaços públicos e que, mesmo depois de conseguir uma medida protetiva, foi agredida em casa.

*...quando acontecia comigo não acontecia dentro de casa, mas na rua...era em shopping, no centro, no morro, no terreirão e festas, só essa última vez foi dentro de casa, mas era sempre na rua...A diferença é que quando era na rua eu passa mais vergonha do que estando dentro de casa...Na rua, não precisava ligar, os olheiros, os fofoqueiros de plantão chegavam pra minha mãe e contavam...*

Outra mulher do Borel, que trabalha como empregada doméstica, com quase 50 anos, comentou também que seu marido constantemente a humilhava na frente dos outros, experiências muito vergonhosas para ela em uma comunidade pequena.

A terceira é que a expressão “em briga de marido e mulher não se mete a colher” segue sendo utilizada nas comunidades como uma justificativa para a não intervenção, que se verificou particularmente evidente nos casos de violência doméstica. Essas falas foram as formas mais comuns com que as mulheres descreviam as reações de moradores(as) da comunidade, em grande parte pelo medo histórico do tráfico, que sempre coibiu os moradores de intervir em “onde não devem.”

O quarto aspecto que chama a atenção é o fato de que a responsabilidade e a culpa da violência recaem sempre sobre as mulheres, e não sobre os agressores. Em quase todos os casos relatados, as principais respostas das mulheres para as situações de violência foram descritas como se calar, virar, aguentar, evitar e fugir. Ouvimos relatos de famílias que afastaram mulheres jovens vítimas de violência ou grávidas de traficantes da comunidade, que foram enviadas pela família à casa de parentes distantes (“tirar a menina da comunidade”). Essa foi relatada como a única solução possível e eficaz, diante da descrença da real possibilidade de intervenção do poder público nesses casos.

Por fim, a pobreza e a falta de informação,

as responsabilidades de cuidado com filhos e parentes atribuídas às mulheres limitam drasticamente as suas opções para viver livre da violência doméstica. Uma moradora, com 47 anos, de uma das áreas mais carentes do Salgueiro, por falta de condições financeiras, seguia com um ex-marido agressivo por falta de outro lugar onde morar, calando-se e evitando estar no caminho dele quando ele bebia e se tornava agressivo (outros casos associavam o uso de bebida às agressões), ela lutava por quatro anos para conseguir uma casa.

#### 4.4 MOBILIDADE, INFRAESTRUTURA E ASPETOS DE GÊNERO NAS COMUNIDADES

O desenho urbano inadequado das favelas afeta a forma como as mulheres usam os espaços públicos, sua mobilidade e circulação. Ficou evidente que a mobilidade em particular das mulheres é requisito para que elas realizem as responsabilidades domésticas e de cuidado a elas atribuídas pelas normas sociais de gênero. Subindo e descendo o morro, são as mulheres responsáveis que carregam as crianças no colo, acompanham os idosos, sobem com sacolas de compras, e descem com comida e materiais para vender. Nesse sentido, uma mulher com uma deficiência física do Borel comentou sobre a dificuldade em particular de subir o morro para qualquer homem ou mulher com deficiência física.

As mulheres acreditavam ter mais mobilidade por não terem mais as balas perdidas como antigamente. Por outro lado, houve um padrão consistente nas comunidades, onde as mulheres descreveram sua circulação, relatando que andavam apenas para onde precisavam ir e em caminhos muito restritos. A mobilidade delas era prática e mínima e em caminhos nos quais estavam acostumadas, parecendo não aproveitar a liberdade de movimento que, em tese, a chegada da UPP teria lhes garantido. Também ficou muito claro nas comunidades que as mulheres não iam para partes onde não moravam ou não precisavam circular. Assim como, disseram que se sentiam mais seguras dentro da comunidade em que moravam do que fora delas, por considerá-la um lugar já conhecido. Além disso, foi possível notar que não havia qualquer circulação entre comunidades vizinhas, em razão das históricas facções rivais.

Uma mulher de 30 anos, que vivia com seus três filhos na comunidade, demonstrava essa

tendência de mobilidade limitada: morava na Coroa desde que nasceu, e mencionou que, provavelmente, se perderia se andasse pela outra parte da comunidade. Ela apenas subia, descia e subia o morro, fazendo sempre o mesmo percurso para ir para a casa da mãe, e a poucos outros lugares, evitando, assim, passar próxima à casa de seu ex-marido que costumava perturbá-la. Ela também teve que trocar a pessoa que cuidava do seu bebê, para evitar o caminho perto da casa dele.

As mulheres falaram especialmente sobre os seguintes aspectos de infraestrutura urbana que representaram inseguranças para elas: iluminação, transporte inadequado, falta de água e dificuldades grandes com moradia. Uma participante da oficina da Coroa disse o seguinte quando perguntada sobre como a falta de água afeta as mulheres:

*A falta de água não impacta tanto aos homens, porque não lavam roupa, nem passam. Não precisam de máquina de lavar.*

Várias outras mulheres comentavam sobre o problema de quando faltava água por suas responsabilidades de preparar comida pelas familiares, e especialmente quando elas trabalhavam dentro de casa para preparar comida que vendia nas ruas ou pelas festas.

Sobre o tema da moradia, três problemas foram relatados pelas mulheres participantes: construção precária, principalmente nas áreas mais carentes (muitas vezes, em cima do morro); especulação imobiliária, que significava que o aluguel ou preço de compra das casas ficou alto demais, inviabilizando a permanência de muitas mulheres na comunidade. Isso se destacou especialmente no PPG, única comunidade localizada na zona sul; e a questão das remoções por conta das casas construídas em locais inseguros ou no caminho de alguma obra prevista pela prefeitura, como de um elevador.

Participantes relataram como as mudanças decorrentes da especulação ou de remoções afetam as vidas das mulheres de maneira diferente. Primeiro, o fato de que elas não se mudam sozinhas, uma remoção, para elas, implica conseguir novas escolas para os filhos e construir novas redes sociais. Uma mãe que participou da oficina no Borel falava sobre sua preocupação de ter de achar tudo de novo em um lugar novo, como serviços de saúde e escolas para seus filhos.

#### 4.5 INSEGURANÇA DOS MARIDOS, PARCEIROS, FILHOS: É INSEGURANÇA DA MULHER

As mulheres vivem e revivem a insegurança dos homens nas vidas delas: ouvimos histórias de como as mulheres foram afetadas pelo envolvimento dos maridos, namorados, ex-parceiros, irmãos, pais e filhos com o tráfico o uso de drogas. Elas contaram como são afetadas pela carga emocional de trabalho, de cuidado com a família e da questão financeira, especialmente, quando algum homem da família está envolvido nessas atividades ilícitas. Além disso, por essa razão, ficam mais sujeitas à possibilidade de serem abordadas por policiais ou terem suas casas revistadas.

Foi muito marcante em todas as comunidades o fato de que, quando perguntamos sobre as inseguranças das mulheres, as respostas muitas vezes eram imediatamente vinculadas à segurança dos filhos. O maior medo de uma mulher de 24 anos, entrevistada no morro da Coroa, foi de perder a guarda do seu filho por causa do envolvimento do seu marido e do seu irmão no tráfico de drogas.

De forma parecida, outra mulher, mais velha, na oficina da Coroa, falou sobre a preocupação de criar os filhos quando jovem e viúva:

*....essa e a violência. Já não moro aqui há muitos anos, cheguei aqui com 10 anos, viúva muito cedo e houve momento na vida em que tinha impressão que tava ficando maluca, então não podia concordar com tudo que estava bem, tinha três filhos pra criar. E o que ia passar pros filhos?*

Finalmente, outra mulher, de 21 anos, do Borel, comentou sobre os múltiplos tipos de preconceito que enfrentava quando estava casada com homem envolvido no tráfico:

*Num trabalho, curso, qualquer coisa, até mesmo uma afinidade entre amigas que muda, até você conhecer pessoas novas, que tem preconceito, eu acho. Hoje em dia não, mas quando eu era casada com ele, sim.*

Nas comunidades onde o histórico dos conflitos mostrou-se mais forte e aparente, foi possível verificar que existe uma geração de mulheres sozinhas. Muitas relataram que perderam companheiros, maridos, amigos e familiares nos conflitos do tráfico ou que os mesmos encontram-se presos. Mencionaram, ainda, que

a política do Estado dizima a população negra e que, hoje, poucos homens da faixa dos 30 anos que nasceram na favela ainda estão vivos.

A presença de mulheres, especialmente mães solteiras, foi visível e mencionada por mulheres em todas as comunidades. Várias mulheres notaram a falta de 'lugar' para mulheres e, às vezes, a discriminação contra mulheres solteiras e quaisquer mulheres que não viviam segundo as normas sociais de uma mulher casada, heterossexual, com filhos e uma casa. Ter um homem ao lado parece significar, em certa medida, certo "status" para elas, conferindo-lhe maior respeitabilidade por parte da comunidade em geral. Uma mulher sem homem teve de se "virar," achar um jeito.

Como diz uma participante do Borel, com mais de 50 anos, sobre a discriminação sofrida pelas mulheres sozinhas (sem marido) da comunidade:

*Na minha casa eu sou o homem e a mulher então de vez em quando eu tenho que vestir o homem, mesmo que eu tenha filhos homens, eu sou a chefe da casa.*

#### 5. REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES

O diagnóstico apontou que o processo de transição decorrente da implantação das UPPs nessas comunidades tem significado parcialmente uma maior sensação de segurança para as mulheres, considerando que, com relação aos casos de violência doméstica, a Polícia repete padrões de não intervenção nesse tipo de situação.

Quanto à circulação das mesmas pela comunidade e pela cidade, verificamos que a maioria das participantes evita sair muito de casa, assim como evita fazer caminhos desnecessários, por medo ou mesmo para evitar as possibilidades de ser abordada pela Polícia, e, também, em alguns casos, simplesmente, por falta de oportunidades.

Aspectos infraestruturais têm, também, representado fatores de inseguranças para as mulheres. Iluminação inadequada, falta de água, e dificuldade de acesso de transporte, particularmente em lugares mais afastados das ruas principais da comunidade, foram apontados como as principais dificuldades para impedir maior mobilidade e segurança as moradoras. O processo de formalizar aspectos de infraestrutura mostrou-se lento e burocrático, com falta de articulação entre entidades públicas e companhias privadas responsáveis.

Dificuldades com moradia é uma insegurança



crescente para as mulheres, muitas vezes dado suas responsabilidades no âmbito de casa e com os filhos. Por exemplo, se tiver a necessidade de mudar para outro lugar por causa de remoções ou especulação imobiliária. Essa situação piora mais ainda considerando os salários baixos que as mulheres ganham.

O diagnóstico foi realizado a partir da contribuição de um perfil bastante diverso de mulheres: donas de casa, autônomas, religiosas, de diversas idades, e aquelas envolvidas na militância comunitária e no movimento de mulheres foram ouvidas e contribuíram, igualmente, para informar as questões que mais as inquietavam nas comunidades.

Ficou claro, também, que não é possível caracterizar as mulheres exclusivamente como vítimas. Como no mundo inteiro, as mulheres participam do tráfico e da violência (por exemplo, batendo as crianças ou fazendo papéis de apoio ao tráfico). Além disso, nota-se que algumas respaldam os padrões tradicionais de gênero, quando comentam, por exemplo, frases como “homem é homem.” Por outro lado, muitas mulheres mostraram uma enorme capacidade de resiliência, criando estratégias de proteção e redes, aprendendo a conhecer e utilizar os recursos e serviços disponíveis para elas, assim como encaminhar e indicar esses serviços a outras.

As recomendações que apresentaremos a seguir foram fruto do diagnóstico e foram com elas compartilhadas ao final do trabalho quando tiveram oportunidade de acrescentar e modificar os achados e recomendações apresentadas.

Expandir o conceito de segurança. As Políticas de Segurança são, em geral, associadas fortemente com “Polícia” ou “UPP”, contudo, ouvindo as participantes dessas comunidades, ficou claro que a sensação de segurança envolve muito mais e se relaciona a serviços e oportunidades sociais como alternativas ao tráfico, especialmente pela preocupação com o envolvimento dos filhos, e a segurança dos filhos gera segurança para elas. Assim, a criação de oportunidades para geração de renda, cursos profissionalizantes para as próprias mulheres e para os jovens e adolescentes das comunidades que reflatam as demandas do mercado do trabalho, interesses e horários de moradores(as) de distintas faixas etárias foram mencionados em todas as comunidades.

Assim como foi possível inferir que projetos de infraestrutura têm implicações na segurança das mulheres e, sobre esse aspecto, as demandas foram para melhorias no acesso à água, iluminação e transporte, particularmente nas

áreas fora de ruas principais, onde havia menos postes funcionando e o transporte não chegava perto de casa. Estratégias para garantir a moradia digna e igualitária para as mulheres e seus familiares também foi uma demanda principal.

Nesse sentido, é importante destacar que a perspectiva de gênero deve fazer parte das atividades desenvolvidas pela UPP Social, apontando para o fato de que o planejamento e a gestão do ambiente (construído) não são realizados levando em consideração as diferentes experiências e riscos entre homens e mulheres.

Além disso, os riscos e inseguranças que as mulheres enfrentam devem ser tratados como temas prioritários de segurança, de modo a reverter o cenário atual, em que se verifica uma hierarquia entre as violências, sendo a violência doméstica sistematicamente desvalorizada. O diagnóstico apontou que essa questão não é encarada como tema de segurança, apesar de sua frequência e intensidade nas comunidades.

Parece ser indispensável a realização de capacitações para policiais sobre o atendimento aos casos de violência contra a mulher e direitos humanos, pois, ao longo de todo o diagnóstico, as mulheres demonstraram pouca confiança na Polícia para esses casos, pois consideram que esses são sempre menosprezados pelos policiais, que sequer prestam qualquer tipo de orientação ou encaminhamento para órgãos competentes.

Ainda neste aspecto, notou-se uma grande demanda pelo oferecimento de serviços de atendimento à violência doméstica/entre parceiros íntimos para mulheres e crianças vítimas e, também, para agressores nas próprias comunidades. Assim como ficou clara a demanda por espaços terapêuticos para compartilhamento de situações de violência, de maneira geral, que tenham sido por elas vivenciadas no cotidiano da comunidade, tanto como mecanismos locais de resolução de conflitos.

A banalização de violência é bastante clara. Em particular, o padrão existente nas comunidades e na sociedade de evitar chamar certas experiências como ‘violências’ – significa que as violências ‘micro’ em especial, aquelas que estejam sentidas no dia a dia por relações de poder e controle – ficam as mais invisíveis, como descreve Moura (2007), não contadas, e com muito menos resposta. São essas violências que requerem mais investigação, além de análise para entender como envolver os homens moradores tanto como funcionários, tanto como as mulheres – na segurança das mulheres.

Gênero não sempre é central a toda análise, mas não perguntar sobre como os homens

e mulheres podiam ter experiências, riscos e prioridades distintas significa uma análise incompleta, que pode resultar em planejamento, gestão ou política mal informada de uma comunidade como espaço urbano. Priorizar o “gênero”, então, significa não tratá-lo como tema separado ou assunto só de mulheres, significa integrá-lo de uma forma transversal. Esse diagnóstico reforçou a importância da noção de que as comunidades e cidades são realidades de homens, mulheres, meninos e meninas. Por isso, aplicar uma análise de gênero em todas as fases de desenvolvimento e segurança urbana possibilita a construção de espaços, políticas e cidadania mais igualitárias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COCKBURN, C. 2001. [Vítimas, Atores, ou Agressores? Gênero, Conflito Armado e Violência Política]. *Victims, Actors or Perpetrators? Gender, Armed Conflict and Political Violence*, eds. Caroline Moser and Fiona Clark. London: Zed Books.

CORNWALL, A. 2003. [Vozes de Quem? Escolhas de Quem? Reflexões sobre Gênero e Desenvolvimento Participativo]. “Whose Voices? Whose Choices? Reflections on Gender and Participatory Development.” *World Development*. 31: 8.

FALÚ, A. (Ed.). 2010. [Mulheres na Cidade: Sobre Violência e Direitos.] *Women in the City: On Violence and Rights*. Women and Habitat Network of Latin America. Chile: Ediciones SUR

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2012. ‘Os donos do morro’: uma avaliação exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Em parceria com UERJ e Laboratório de Análise de Violência; financiado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina.

JAGORI. 2010. [Entendendo a segurança das mulheres: Alcançando uma cidade inclusiva de gênero]. *Understanding women's safety: Towards gender inclusive city*. Research findings, Delhi, 2009-2010.

JAGORI E WOMEN IN CITIES INTERNATIONAL (WICI). 2010. [Manual sobre Auditorias de Segurança da Mulher em Bairros de Baixa-renda].

*A Handbook on Women's Safety Audits in Low-income Urban Neighbourhoods: A Focus on Essential Services*. Jagori in collaboration with Women in Cities International.

LAMBRICK, M. e TRAVERS, K. 2007. [As Auditorias de Segurança da Mulher: O que funciona e aonde?] *Women's Safety Audits: What works and where?* Nairobi, UN-Habitat/Women in Cities International.

MOURA, T. 2010. *Novíssimas guerras. Espaços, identidades e espirais da violência armada*. Coimbra: Almedina.

MOURA, T. 2007. *Rostos Invisíveis da violência armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

TAYLOR, A. 2011. [Mulher e Cidade: Examinando os Impactos de Gênero na Violência e Urbanização. Um Estudo Comparativo de Brasil, Camboja, Etiópia, Libéria e Nepal.] *Women and the City: Examining the Gender Impacts of Violence and Urbanisation. A Comparative Study of Brazil, Cambodia, Ethiopia, Liberia and Nepal*. ActionAid International, November 2011]. <http://www.actionaid.org/publications/women-and-city-examining-gender-impact-violence-and-urbanisation>.

WICI. 2010. [Aprendendo das Mulheres a Criar Cidades Inclusivas de Gênero: Achados do Programa ‘Gender Inclusive Cities.’] *Learning from Women to Create Gender Inclusive Cities: Baseline Findings from the Gender Inclusive Cities Programme*. Montreal: WICI. [http://www.femmesetvilles.org/pdf-general/gicp\\_baseline.pdf](http://www.femmesetvilles.org/pdf-general/gicp_baseline.pdf)

WICI, Mujer y Habitat de América Latina e Huairou Commission. 2008. [Análise Global de Segurança da Mulher.] *The Global Assessment on Women's Safety*. Kenya: UN Habitat.

RAMOS, S. 2011. *Violência, Mulheres e UPPs – o que está mudando nas favelas cariocas, quais são os desafios?* O Progresso das Mulheres no Brasil: 2003-2010. Brasília (ONU Mulheres) e Rio de Janeiro (CEPLA).

WHITZMAN, C., Shaw, M., Andrew, C., e Travers, K. 2009. [A Efetividade das Auditorias de Segurança da Mulher.] “The Effectiveness of Women's Safety Audits.” *Security Journal*. 22, 205 – 218.





## O EPISÓDIO OU NADA: NOTÍCIAS DO COMPLEXO DO ALEMÃO

POR ANDRÉ RODRIGUES<sup>1</sup>

Na terça-feira, 6 de setembro de 2011, eu não havia assistido ao noticiário e nem lido os jornais. Lá pelas tantas da tarde, uma repórter de uma grande emissora de televisão me telefonou querendo marcar uma entrevista sobre os confrontos no Complexo do Alemão e o descrédito das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) diante da população. Eu, sem saber do que ela estava falando e estranhando a correlação que o tema da conversa propunha, decidi recusar a entrevista (até porque havia dado uma entrevista para a mesma emissora semanas atrás e considerei tanto os jornalistas como o tratamento dado ao material que coletaram se não desrespeitoso, no mínimo, inconveniente).

Lendo e escutando sobre esses acontecimentos (a saber: a ocorrência de um confronto armado na madrugada do dia 6 de setembro no Complexo do Alemão, que seria um ataque de traficantes contra as forças do Exército lá instaladas), no dia seguinte, tive a impressão de que algumas ciladas se apresentavam no modo pelo qual a imprensa tratava do tema. Esta cilada se enuncia por uma retórica que pretende inserir o tráfico no centro da lógica da gestão de segurança pública no Rio de Janeiro. Explico melhor.

A tônica da cobertura jornalística (analisada de modo interessante no livro de Sílvia Ramos e Anabela Paiva (*Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007)), as opiniões do senso comum e as iniciativas do poder público, nas últimas décadas, em torno das questões que atravessam o debate sobre os problemas de violência e segurança pública no Brasil, em geral, e no Rio de Janeiro, especificamente, giraram em torno de uma resposta recorrente: a necessidade de um recrudescimento dos confrontos que visam combater o tráfico de drogas. Esse tipo de argumentação, tão familiar, vem sendo posta de lado, ou pelo menos posta em outra escala de prioridades, pelas UPPs. Em sua lógica de implantação e operação, as UPPs levam a cabo uma modalidade de policiamento que tem como fundamento a retirada do controle armado de traficantes em determinadas favelas do Rio. No discurso oficial, esse fundamento tem precedência sobre o combate ao tráfico de drogas. Admite-se, portanto, que possa continuar havendo tráfico em áreas ocupadas, contanto que isso não represente o controle armado dos assuntos da vida pública nas favelas por parte dos traficantes.

Não priorizar o combate ao tráfico não é pouco, tanto em termos dos efeitos imediatos como no que diz respeito a horizontes mais dilatados.

Essa mudança de atitude, aparentemente sutil, interrompe um ciclo vicioso que alimentou de modo pernicioso a presença estatal, por meio das forças policiais, nas áreas de favela do Rio de Janeiro. A lógica (na verdade, uma lógica que, paradoxalmente, fundamenta-se na irracionalidade) do combate, enraizada na cultura corporativa das polícias fluminenses, produziu uma escalada da violência que teve como pano de fundo processos de segregação social e a produção de feridas políticas e simbólicas que marcam o cotidiano carioca. O que move o confronto é a consideração sobre a necessidade de guerrear contra o tráfico de drogas. Em termos da vida comum nas favelas, a cultura do combate produzia um processo no qual as forças policiais se faziam perceber por incursões marcadas pela truculência e pelo uso arbitrário da força. Ainda que essas incursões se pautassem por justificativas de estratégia e planejamento da operação policial (resposta a denúncias etc.), o sentido dessas ações, para as pessoas que vivem nas áreas onde elas ocorriam, permanecia opaco, logo, irracional e cruel. No que diz respeito às mazelas traduzíveis em dados, ou pelo menos mensuráveis em equivalências que pouco expressam os dramas embutidos nesses números, a cultura do combate produziu uma disparada nos índices de letalidade da violência no estado do Rio de Janeiro, nos anos 1990 (em estudo sobre a letalidade policial, Ignácio Cano – *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, 1997 –, mostra em detalhe a contribuição da violência policial para a composição desse cenário).

Nas linhas a seguir, não pretendo mostrar que as UPPs representam uma mudança completa de cenário, mas elas evidenciam alguns passos que não devem ser subestimados, ao menos na abertura de horizontes operacionais e retóricos que se vinculam à lógica da gestão de segurança pública.

Duas frentes argumentativas se impõem, portanto, para a refutação do combate como aspecto central do policiamento no Rio de Janeiro, uma de caráter normativo e outra de caráter fático.

Não é desejável, em primeiro lugar, em um contexto de consolidação de uma agenda democrática para as instituições brasileiras, a perpetuação de posturas institucionais, no âmbito da atuação policial, pautadas pelo confronto. O combate – com suas metáforas bélicas e mecânicas (“pressão”, “asfixia” etc.) – tem como *modus operandi* e fundamento a imprevisibilidade, a contingência, a irracionalidade e o voluntarismo.

<sup>1</sup> Pesquisador associado do Instituto de Estudos da Religião (Iser), doutorando em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj) e pesquisador do Laboratório de Estudos Hum(e)anos da Universidade Federal Fluminense (UFF).



O combate prevê uma solução tópica aos danos produzidos pelo crime que ignora as mediações legais previstas no sistema de justiça criminal – ou, ao menos, cria atalhos que deflacionam o significado do direito como via de estabilização da ordem. Ainda que as justificativas operacionais das ações policiais busquem o contrário, mesmo na situação pautada pela lógica do confronto, está embutida no combate uma expectativa pelo potencial reparador da violência como resposta ao crime. Essa expectativa dialoga com os mecanismos da inversão (conversão do agredido em agressor – a sociedade contra os bandidos), da intercambialidade (a agressão justifica o revide e confunde papéis entre agredido e agressor) e da indiferenciação (definição de equivalências entre violências empregadas no revide que vincula agredido e agressor a um destino trágico comum), apresentados por Luiz Eduardo Soares em um ensaio em que aponta hipóteses que indicam horizontes compreensivos para as consequências da experiência da violência (O inominável, nosso medo in Soares, L.E. et alli. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser/Relume Dumará, 1996). A deflagração da violência, além disso, fere premissas da vida civil e de uma ordem polida que caracterizam as bases da vida política moderna no ocidente (ver Elias, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993). É grave quando essa deflagração da violência ocorre em vista de contradições e tensões que reproduzem dinâmicas anômicas da vida na cidade. É mais grave ainda quando o Estado é parte ativa dos processos de produção e reprodução dessa violência.

O horizonte fático é mais simples: a lógica do confronto não gerou resultados para a redução da violência (tanto em termos dos índices como no que diz respeito à sensação de segurança).

As notícias sobre os últimos episódios violentos no Complexo do Alemão possuem duas armadilhas: (i) consideram a ofensiva de traficantes naquela favela um abalo à legitimidade das UPPs; (ii) estruturam esse argumento reinserindo o combate ao tráfico no centro do debate; a pergunta que fazem é: será que as UPPs são eficientes no combate ao tráfico de drogas? A interpelação da jornalista que me telefonou para a entrevista é muito expressiva e reveladora dessa articulação.

Quais armadilhas seriam essas? Aquela que se manifesta pelo segundo ponto que propus é óbvia: invocar o combate ao tráfico, questionar a necessidade de uma resposta estatal às ofensivas armadas dos traficantes consistem em dar

centralidade ao confronto, retomando, portanto, os gargalos descritos anteriormente que se inscrevem nas dinâmicas que põem o combate ao tráfico em marcha.

A segunda é mais sutil e complexa. Por que representa um erro vincular a situação do Complexo do Alemão (sua ocupação) ao rol de critérios para a avaliação da legitimidade das UPPs, em geral? Em primeiro lugar, a ocupação inicial do Alemão não é uma UPP. Considero que tanto o governo como a imprensa erraram ao depositar as fichas de credibilidade das UPPs na ocupação do Complexo do Alemão. Em termos táticos, ocupar um grande polo de operações do tráfico de drogas parece acertado, mas o rendimento retórico dado a essa estratégia possui riscos. Eu estava em campo, em um trabalho de pesquisa no Morro dos Macacos, no momento da ocupação do Complexo do Alemão, no início deste ano, e pude ver como esse evento tinha elevado os patamares de credibilidade da UPP. Considerar a ocupação do Complexo do Alemão uma metonímia dos sucessos e insucessos das UPPs representa, entretanto, um equívoco. O Complexo do Alemão, para falar em termos mais objetivos, é (ou, ao menos, deveria ser tratado como) um caso à parte. Ainda que a criação de uma UPP esteja nos horizontes daquela ocupação, a situação corrente não compartilha dos mesmos princípios norteadores dessas unidades de Polícia. A presença do Exército (que considero um equívoco de ordem tática, até mesmo, dadas as prerrogativas institucionais que distinguem polícias e forças armadas), por exemplo, representa uma das distinções com relação às UPPs. Trata-se de uma intervenção tática que requer a presença ostensiva e permanente do Estado em suas representações armadas. E para por aí. Aquela ocupação, além disso, diz mais sobre as afetações às dinâmicas da operação do negócio do tráfico que sobre a mitigação do controle armado de áreas da cidade por parte de grupos criminosos. Obviamente, em termos empíricos, esses dois aspectos estão vinculados, mas o que pretendo aqui é estabelecer uma separação retórica dessa articulação entre violência no Rio de Janeiro e combate ao tráfico de drogas. O combate ao tráfico, a meu ver, não deve ser agenda prioritária das UPPs. Essa é uma questão basilar para a consideração dos sucessos desse programa de policiamento. A ocorrência de confrontos armados no Complexo do Alemão com a demanda por um enfoque pautado no enfrentamento ao tráfico de drogas, completa esse equívoco retórico que traz à tona riscos políticos importantes.

Um dos riscos decorrentes desse modo retórico consiste em vincular as considerações sobre a avaliação de uma política pública ao episódico. As respostas de caráter imediato às questões da vida pública – especificamente, àquelas que se articulam com temas afetos à segurança pública – retomam posições despóticas, tal como avalia Luiz Eduardo Soares em ensaio intitulado *Os quatro nomes da violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política (in Violência e Política no Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro: Iser/Relume Dumará, 1996). Elas vinculam a violência a visões naturalistas cujas soluções apontam para a intervenção tópica do Estado, pautada pela irracionalidade e pelo voluntarismo. Em um cenário onde a questão premente consiste justamente em inserir as UPPs em uma lógica de regulação, controle externo e normatização, vinculá-las ao episódio é, no mínimo, pernicioso, tanto mais quando essa vinculação é movida por argumentos do combate ao tráfico de drogas. As disposições despóticas de nossa cultura política, identificadas por Luiz Eduardo Soares, nos anos 1990, ao lidarmos com questões relativas à violência, parecem estar de pé. O episódio violento parece capturar as possibilidades de reflexão sobre a violência, afastando as considerações que invoquem as necessidades de mediação do império da lei e a implantação de horizontes racionais e planejados de intervenção.

Acredito que pensar sobre a política – mesmo quando pregamos, em termos normativos, a adoção de horizontes de planejamento e racionalidade – consiste em estabelecer uma reflexão que lide com o risco. Sempre que penso sobre

as UPPs, por isso, destaco no horizonte o maior dos riscos, que logo se pronunciou nas incursões de campo que realizei tendo essas unidades de policiamento como interesse de pesquisa: a possibilidade da saída das UPPs das áreas hoje ocupadas. Isso representaria a abertura de lacunas para o retorno violento dos traficantes, com o cumprimento de promessas de retaliação já feitas e difundidas aos moradores que vivem em favelas ocupadas por UPPs. Outra consequência seria a frustração de horizontes de promessa e perdão – categorias a que Hanna Arendt (*A condição humana*, 2004) dá um valor fundamentalmente político – que permeiam a construção da legitimidade das UPPs como alternativas aos traumas sofridos pela ação policial nas favelas do Rio de Janeiro e a uma memória latente da truculência. Tal frustração tornaria ainda mais diminutas as chances de soluções aos problemas da violência no Rio de Janeiro a partir de posições não despóticas. Isso é motivo suficiente para que, a despeito de todos os poréns, seja preocupante a degradação dessa iniciativa, articulada a clamores pelo enfoque no combate ao tráfico de drogas. O ambiente de crítica deveria primar, portanto, pelo aperfeiçoamento das UPPs e não por sua degradação.

Há muito o que se criticar e debater com relação às UPPs, mas é muito arriscado pensar nos aspectos de sua legitimidade tendo como pano de fundo o episódico e as expectativas de que elas sejam uma panaceia. Devemos cuidar para que as considerações sobre os futuros desdobramentos das UPPs não representem retrocessos.

# “Entrevistas”

**POR RAÍZA SIQUEIRA  
HÉLIO R. S. SILVA  
TÁSSIA MENDONÇA  
PEDRO STROZENBERG  
JOÃO TRAJANO SENTO-SÉ  
LEILAH LANDIM  
E SUELLEN GUARIENTO**

## APRESENTAÇÃO POR JOÃO TRAJANO SENTO-SÉ

Em novembro de 2008, uma operação discreta da Polícia Militar do Rio de Janeiro no morro Dona Marta, pequena favela da zona sul da capital, tornou-se marco original para um dos programas mais debatidos e comentados na segurança pública brasileira: o chamado programa de polícia pacificadora. Suas diretrizes e bases têm sido estudadas e abordadas por diferentes atores, sem que se tenha ainda uma visão clara de seu escopo, suas estratégias e resultados. Ainda assim, e, talvez, exatamente por causa disso, o programa das UPPs desperta reações e posicionamentos variados, muitas vezes contraditórios entre si. Não é para menos. Durante cerca de três décadas, a abordagem da Polícia Militar nas favelas cariocas se resumiu a uma única estratégia: a ocupação de inspiração militar, mediante o confronto armado, seguida da retirada e abandono dessas áreas até uma nova incursão do mesmo tipo. Sob o argumento da necessidade de enfrentar o tráfico de drogas, uma gramática discursiva se estruturou sob a lógica da guerra em que pouco espaço havia para atores que não fossem policiais ou bandidos.

Desnecessário insistir que tal abordagem é eticamente indefensável e pragmaticamente inoperante. Incompreensível é o fato de se ter insistido tanto nela e haver aqueles que, por indignação intelectual ou ignorância voluntária, ainda enxergam aí alguma virtude. Seja como for, a criação das UPPs representa a primeira abordagem que foge a esse padrão, após tanto tempo, em função de dois aspectos gerais. Em primeiro lugar, trata-se, como é sabido, de uma ocupação que evita o enfrentamento armado para, assim, preservar vidas. Desloca, portanto, o foco da ação da agência de segurança pública, que entra em cena tendo em vista o cidadão. É evidente que para se inscrever na história como uma política pública inovadora, tal inflexão, embora muito significativa, é insuficiente. É preciso e desejável que um segundo aspecto seja contemplado e produza consequências.

As UPPs orientam-se para uma ocupação de longo prazo, na expectativa de lançar as bases de estruturação de uma ordem civil pautada pela égide do direito. Ou seja, elas são condição de possibilidade (embora não condição suficiente) para que outros benefícios e direitos cheguem às comunidades em que se instalam. Nesse ponto, a Polícia Militar deixa de ser a protagonista da

política, que se espalha por uma série de outros atores potenciais, sejam públicos ou privados. No caso do poder público, ao equivalente civil das UPPs deu-se o nome de UPP Social.

A grande inflexão da UPP Social, tal como o responsável pelo seu desenho admite, é a inovação gerencial que articula programas sociais diferentes e estes com demandas das populações por eles beneficiadas. Essa mudança gerencial opera dupla inflexão: busca conferir organicidade às políticas sociais através da integração entre elas e faz com que seus beneficiários sejam também protagonistas, participando dos processos de escolhas e decisões.

Mais do que a semelhança da marca, as duas iniciativas estão articuladas de tal modo que uma supõe a outra. Sem o provimento de segurança dificilmente é viável a oferta regular e permanente de bens e direitos às populações de áreas controladas, durante anos, por grupos armados criminosos. Sem programas sociais, o primado do direito nessas áreas não se sustenta. A dependência recíproca e os desafios relativos à sustentabilidade enfrentados em cada um dos campos têm sido os principais combustíveis do ceticismo daqueles que não creem no sucesso desses programas. A aposta na possibilidade de mudanças radicais e de que ambos se tornem efetivamente políticas públicas dotadas de organicidade (pois ainda não o são) anima seus defensores.

Os depoimentos de Ricardo Henriques, responsável pelo desenho do programa UPP Social, e do Coronel da Polícia Militar Rogério Seabra, atual comandante do programa das UPPs, podem ser encarados como documentos históricos de um trabalho em processo. Cada um deles apresenta suas apostas e expectativas, a forma como entendem os respectivos programas a que estão ou estiveram vinculados e os planos para seus desdobramentos. Dão razões de sobra para os otimistas e entusiastas apostarem no sucesso e na perenidade das UPPs e da UPP Social. Apontam, também, por vezes involuntariamente, algumas das picadas que podem fazer com que o futuro acabe por dar razão aos céticos. Entre uma e outra alternativa, contudo, está a história que segue por ser feita, e nela intervenções como as que seguem se inscrevem como insumos importantes, para que boas escolhas levem a resultados favoráveis e ao aperfeiçoamento da urbanidade no Rio de Janeiro.



# ENTREVISTA COM CORONEL ROGÉRIO SEABRA

COORDENADOR-GERAL DE POLÍCIA PACIFICADORA

*A entrevista ocorreu dia 17 de abril de 2012 no Comando de Polícia Pacificadora da PMERJ*

**Raíza: Como foi seu primeiro contato com as UPPs?**

**Cel. Seabra:** Lá no 19º em Copacabana assim que tomamos o Pavão, dia 30 de novembro de 2009. A impressão que a gente tinha é que os bandidos não acreditavam que a gente ia tomar. Havia um planejamento muito tempo antes que a gente assumiu em julho, e, em setembro, a gente deixou o planejamento pronto. A gente estava esperando alguma coisa por ali, porque recentemente a gente tinha tomado o Leme, e isso só foi acontecer em 30 de novembro, em uma segunda-feira. Aí, eles pensam: “Meu Deus, os caras já estão aqui mesmo?!”. Saíram correndo. Uns saíram correndo e não tinham nada, checamos uma coisa ou outra e não tinha nada e eu liberei. “Como, como o senhor vai liberar?”, perguntam os repórteres. “Não tinha nada, não tinha nada criminal contra eles, nós checamos aqui o andar, e o meu objetivo era esse”, eu respondo. “Mas como? Não prendeu ninguém até agora? Duas horas depois da operação, não prendeu ninguém, nem apreendeu

armas”, eles retrucam. Aí, eu disse que eles deveriam estar equivocados, o nosso objetivo aqui é cuidar das pessoas que moram aqui. A questão dos bandidos e das armas, isso é outro problema. “O nosso problema, o problema da Polícia aqui é cuidar das pessoas”, falei assim mesmo, “é cuidar das pessoas”. Veio o Marco Antonio, da *Folha de São Paulo*, que ele me conhece e esteve comigo na Colômbia, na prisão do Fernandinho Beira-Mar. O Marco Antonio falou: “Ô, Coronel, uma sugestão aí pro senhor: não fala isso não, cara, o senhor é Comandante do Batalhão, pega um repórter maldoso que vai dizer que o senhor não tá cumprindo sua função que é prender bandido” Aí eu disse: “Minha função não é prender bandido. Minha função é liberar as pessoas. Prender bandido aqui é depois. Meu objetivo aqui é liberar as pessoas do jugo do tráfico, da violência. Garantir o direito à vida. Preservar a vida de verdade”.

É isso que começa a nossa entrevista aqui com vocês. ‘Filosofia de UPP’ é o resgate da filosofia que deve permear sempre a conduta de qualquer Polícia, de qualquer agência policial, em qualquer lugar do mundo: preservar vidas e liberdade. E isso é o ponto crucial para a UPP. E isso é para nós uma filosofia de trabalho e uma prática incessante, uma busca incessante de que

isso seja a prática cotidiana dos nossos policiais. Naturalmente, temos problemas, temos idiosincrasias, que são características da nossa cultura. Nossos policiais não são de Londres, não são do Japão. São policiais nascidos e criados, normalmente, no Rio de Janeiro. Alguns de outros estados, que estão prestando concurso para o Rio de Janeiro, notadamente Minas Gerais e Rio de Janeiro. Mas são policiais que estão inseridos na nossa cultura e que vivenciaram essa experiência de um passado em relação à cultura policial e receberam uma capacitação profissional e, hoje, estão desenvolvendo sua atividade primeira conosco. Não tenho nenhum problema em lidar com os problemas, temos facilidades de lidar com os problemas, humildade para reconhecer isso, humildade. Mas temos um caminho e perseverança de compreender que esse caminho tem se mantido um caminho valoroso, caminho útil para nós. Institucionalmente, ele se mostra certo para a situação como um todo. Estamos muito motivados com isso.

Queria enfatizar bem essa questão da preservação de vida e liberdade. Que no meu conceito (a gente conversou com o Pedro em outros fóruns) é o que está permitindo o resgate da vocação original da nossa Polícia, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, da minha posição de policial, já há mais de 27 anos, que é de cuidar das pessoas, de preservar vidas, de preservar as mais variadas liberdades. Vou enfatizar isso: as mais variadas liberdades. Porque a imprensa, de uma maneira geral, e, naturalmente, a sociedade sugerem isso e perpetuam isso: de que a função da Polícia é prender bandido. Eu vou dizer, agora, uma frase que é o final de toda a nossa entrevista: “O grande paradoxo da UPP é a não UPP!” Nós estamos formando um processo, nós estamos dentro de um processo, que o grande valor dele vai ser, ao final, não existir mais como problema. Quando que é o final? Eu não tenho essa resposta científica, mas eu posso chutar de uns 15 a 20 anos. São 3 a 4 gerações políticas e 2 a 3 gerações de pessoas, de famílias. Entende-se como uma geração de 7 a 8 anos, geração política de 4 a 5 anos, para transição. A gente trabalha mais ou menos com essa perspectiva.

**Raíza: E como foi voltar? E voltar na condição de comandante?**

**Cel. Seabra:** Foi ótimo. Foi uma delícia. Eu não tinha a noção de que eu poderia exercer essa função. É de muitíssima importância. Eu não sei como vou dizer. Eu me sinto muito valorizado aqui. Qualquer outra expressão pode

parecer pedantismo, mas não é esse o objetivo aqui. Eu me sinto muito valorizado aqui e eu tenho um currículo muito gostoso nessa área. Já fiz missão de paz, já trabalhei com Proerd, já fui coordenador estadual do Proerd. Que é uma delícia de fazer, porque tem a proximidade com criança. Hoje, tem Proerd Paz. As crianças e os pais amam os profissionais do Proerd e, detalhe, policial militar fardado, sem armas.

**Pedro: E foi uma surpresa?**

**Cel. Seabra:** Foi a transição. Foi surpresa pela grandeza do processo. Embora já fosse um Coronel da corporação por anos, eu não tinha a dimensão que eu já poderia ocupar esse espaço. Mas eu era uma pessoa com funções muito importantes na PM. Eu era um diretor geral de pessoal. E estava, já há 7 meses, na função, desenvolvendo uma rotina na preocupação com os recursos humanos, que é o que eu acredito.

**Pedro: Que é o tema-chave da UPP, não é?**

**Cel. Seabra:** É também. Mas eu entendo que é o tema-chave de qualquer organização. E a nossa Diretoria de Pessoal ainda estava muito lenta. Hoje, graças a Deus, a gente tem um cara muito mais capacitado do que eu lá, que é o Coronel Souza, que me substituiu, um cara com pós-graduação em Gestão de Pessoas. Já foi feita por nós a proposta, na época que eu estava lá, de mudar de ‘Diretoria Geral de pessoal’ para ‘Diretoria de Gestão de Pessoas’. Então, particularmente pelo meu perfil, pela minha vivência na Corporação. Eu sou um policial que já foi ferido em ação policial duas vezes. Eu tenho dois tiros no corpo. E sou um defensor do não uso de armas. Então, isso para o processo de pacificação é emblemático.

**Pedro: Em que medida a UPP, em sua opinião, é um produto da polícia do Rio? Só poderia ter nascido da polícia do Rio? Ou ela poderia ter base em outras polícias?**

**Cel. Seabra:** Não. Não tem como você dizer isso. A gente costuma dizer, esse encontro agora que é um encontro nacional. A gente costuma dizer que a polícia toda veste 40. Você vai à Alemanha, as aflições são as mesmas, as angústias são as mesmas, o não respeito social é o mesmo, o problema com a mídia é o mesmo. É muito parecido. Porque qualquer ação

policial, como eu comecei falando, qualquer Polícia tem que ter como base a preservação da vida e da liberdade. Poucos têm, talvez, a prática discursiva que efetiva esse trabalho na rua muito sintonizada com esses princípios. Você há de convir, você pouquíssimas vezes ouviu um ator policial, assim, um Coronel da Polícia falando isso. Não tenho dúvidas, não tenho dúvida! Ninguém fala! Nem o Robson fala. Ele não concilia essas duas verdades como sendo um discurso fácil. Não só por acreditar nisso, mas por ser a minha prática de vida.

**Raíza:** Uma questão que, na verdade, já veio aparecendo antes, nesses fóruns que a gente acompanha, eu ouvi o Coronel Robson, antes, falando, tive a oportunidade de ouvir o senhor falando também, mas, talvez, pudesse falar mais dessa dimensão social do trabalho da UPP; que muitas vezes é questionado, inclusive, por moradores, pois estas atividades, muitas das vezes, não são identificadas como de Polícia.

**Cel. Seabra:** Somos discriminados por isso...

**Raíza:** Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre isso e outras atividades também, mesmo como a mediação de conflitos. Queria que o senhor falasse sobre os outros trabalhos da Polícia.

**Cel. Seabra:** O que eu queria enfatizar é o seguinte: nós estamos construindo uma cultura de paz tal, que o policial não só acredita, como deposita sua força de trabalho, sua maneira de agir pela cultura de paz. Eu traduzo em uma cifra: nós paramos de morrer. Está claro para os PMs hoje e, inclusive, para esses jovens que não aderiram à greve, que eles pararam de morrer. Tivemos, agora, na Rocinha, por causa de um processo de pacificação lá. Mas estamos no terceiro ano, ou seja, não tem UPP na Rocinha. Vamos demorar um pouquinho, se Deus quiser, para poder acontecer um caso de gravidade. Que pode acontecer. Já tivemos policiais feridos e tudo mais. No Fallet-Fogueteiro, ali tem um policial, o Alexandre Favaro, que está tetraplégico.

**Raíza:** Ele trabalhou antes no Chapéu, não é?

**Cel. Seabra:** Isso, isso. Ele foi para lá para compor a equipe. E o outro é o Alexander, que perdeu uma perna inteira e a metade da outra

perna. Inclusive, estive lá na solenidade recente de um ano. Estava lá com a esposa. Impressionante! É coisa assim de você ficar chocado. Por mais que a gente tenha vivência na corporação, com a força desses garotos, eu fico emocionado. Tem que ver as mulheres dos caras. A força delas é impressionante. Exigindo o que lhes são de direito e dignidade. E não se vê nenhuma postura de cobrança indevida, de vitimização. São pessoas dignas que querem voltar a trabalhar. O Fávoro não consegue falar direito só consegue praticamente mexer a cabeça. E a coisa pegou toda a arcada dentária dele, está reconstruindo a capacidade de diálogo dele. Ele disse "Coronel, já estou pronto para voltar a trabalhar". Ainda que seja um pouquinho vitimizado, ele está dentro do processo e a mulher dele é de uma grandeza. Eu fui ao hospital e me emocionei muito lá. A mulher disse: "Coronel, não sabia que o senhor era tão humano!". Mas é interessante, não é? Porque essas pessoas não estão acostumadas a lidar com esses tipos de coisa. Ontem mesmo, eu falei com ela no telefone... Então, o que eu quero passar é o seguinte: nós conseguimos compreender o processo de pacificação. No mínimo, em diminuir os tiros do lado de lá. Incrível, mas acontece. A gente acredita e tenho praticado isso e já mudou a minha rotina. Sai um tiro em UPP, eu praticamente ouço daqui e, aí, eu pergunto o que houve, eu entrevisto o policial. Eu boto a psicóloga para conversar com ele, encho o ouvido do comandante dele – "Como é que pode dar tiro na Mangueira, se não prendeu ninguém? Pelo amor de Deus!" Inclusive, o comandante da Mangueira é excepcional. Cara *top* de linha. O comandante *top*. Ele é *top*. Mas, de vez em quando, precisa dar um tiro, e dá uma bolacha em um lá. Não vai! Não pode!

**Raíza:** A UPP que tem tido recentes problemas é a Mangueira.

**Cel. Seabra:** Todo dia, eu tenho apreensão de drogas na Mangueira. Têm algumas ocorrências. Um tumulto ou outro. Isso é um processo. Isso até, afinal de contas, é natural.

**Hélio:** A imprensa está dando muito destaque e a sociedade está se sensibilizando muito com relação à ideia das UPPs e que as mesmas poderiam estar causando a migração do tráfico. Isso, as estatísticas que vocês têm corroboram? Ou isso é uma criação da imprensa? Ou isso é a cultura do medo? O que é isso?

**Cel. Seabra:** É um somatório de tudo. O que justificou a imprensa, e aí me permitam falar tecnicamente, a adotar esse tipo de postura, agora, foi o secretário. O secretário, num momento, admitiu publicamente, provocado pela imprensa, que pode ter havido migração sim, mas que nós não temos os dados. Pode ter havido migração. Pode, mas os dados científicos não corroboram isso.

**Raíza:** Essa mudança de postura, por exemplo.

**Cel. Seabra:** O que é a nossa resposta, aqui, como UPP, para não ficar feio, tá gravado, eu não tenho que me preocupar com isso. Eu não tenho UPP em Niterói. O problema da UPP, eu insisto, é cuidar das pessoas que estão dentro da UPP. As pessoas que estão fora da UPP têm o Batalhão regular e a polícia regular, Polícia Civil, bombeiro. Outras agências para cuidar. A UPP tem que cuidar da UPP. Eu não posso ficar aqui pensando o que está acontecendo em Campos e em Macaé. Então a gente da UPP não estuda o que acontece no crime pós-UPP na localidade fora da UPP.

**Hélio:** Aí, vem a pergunta mais estrutural, considerando que as UPPs estão localizadas em determinados pontos do Rio, estrategicamente. Agora, a história do Rio é uma história que você tem uma constância de migrações de grupos de traficantes, que, de repente, as lutas entre as favelas... Vocês têm o domínio de onde estão reconquistando e estabelecendo o Estado laico e tudo mais. Mas você tem esse fenômeno migratório. Qual a estratégia para esse quadro?

**Cel. Seabra:** Você disse a palavra que é um dos principais alicerces da UPP. A UPP precisa e, por isso, tem um convênio com a prefeitura. Se houver necessidade de UPPs em outro município que não seja obrigatoriamente o Rio, terá que haver convênio com a prefeitura local. Niterói está querendo urgente que a gente assiné lá. Mas não haverá, por agora. Não há disponibilidade física e estrutural hoje para que tenhamos UPP em Niterói. Perdoe-me o morador de Niterói, mas não tem. O foco principal da UPP é o território e o território pertence ao município. Então, este é um caminho para excluir o pensamento daqueles que não conhecem o processo e, principalmente, o programa. Uma UPP obedece essencialmente a quatro fases. A primeira é chamada de intervenção, que é a intervenção

tática. Aquela chegada à Rocinha, com tanque, forças especiais, muita gente, aquela papagaiada de "OGlobo", com helicóptero, que não acontece nada, não é? Os caras vão embora. Quem vai encarar tanque? Os bandidos vão embora. É igual o que aconteceu no Alemão. Vão correr, porque aquilo é emblemático, para nós, inclusive, e foi o que ajudou muito as pessoas a entenderem o processo, porque jamais você vai ver os bandidos naquela quantidade correndo, aquilo foi um êxtase da sociedade como um todo.

Muda a relação. Supostamente, você pertence, você passa a fazer parte. E aí está outro ponto: o resgate da cidadania plena do cidadão que não pertence à UPP. Nós estamos conseguindo resgatar o orgulho de ser carioca, e não pelas 'malandragens' ou pela visão de que é um sobrevivente, dizendo que aqui é perigoso, sempre reclamando. Mas agora não. O cara pertence ao processo e se orgulha do que está acontecendo lá. Taxista, motorista de ônibus, empregada doméstica, todo mundo que mora nas comunidades. Houve um resgate de autoestima do carioca como um todo, do fluminense, naturalmente, do Estado, de tal maneira que aonde você vai, hoje – que você que é um pesquisador sabe muito mais do que eu – o mundo, hoje, quer saber que fenômeno é esse, que mágica foi essa. Não fizemos mágica nenhuma. Agora o resgate do território é extremamente simbólico para aquela sociedade. O território passa como eu falei, a pertencer a ela. A imagem que se vende à imprensa reverbera e as políticas públicas de oposição reverberam mais ainda.

**Raíza:** Estávamos falando do número de comunidades que precisariam, baseado no índice de violência, da UPP. Queria te perguntar um pouco do lugar da Zona oeste nisso. Porque têm lugares que quem domina é a milícia. Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz etc.

**Cel. Seabra:** Tem, tem. E ainda faltam muitas! Faltam cem para chegar a cento e setenta e cinco. Tem que ver lá se encaixa. É violento, mas tem letalidade? Você tem que priorizar. Prioridade é a preservação de vidas e liberdade. Não são as mil, óbvio que não são as mil. Em certos lugares você entra a hora que quiser fardado ou não, ninguém vai me colocar o fuzil na cabeça. Não tem fuzil lá. Então eu não sei se em determinados locais vai ter. Outra coisa – vale enfatizar isso aí – eu não tenho nenhum problema com milícia, milícia é bandido. Pega minha entrevista dia 3 ou 4 de janeiro 2007. Eu



era das relações públicas da Polícia Militar, primeira entrevista que eu dei ao vivo, seis e pouca da manhã. Pergunta da repórter Tatiana Nascimento: “O que são milícias?”. “Milícias são atividades criminosas que usurpam função pública e são criminosos e como tal devem ser tratadas pelo Estado.”, foi minha resposta.

**Pedro: A UPP deve ter uma prática diferente para área de milícia?**

**Cel Seabra:** Não.

**Pedro: Porque a milícia não tem a aquela movimentação que...**

**Cel. Seabra:** Tem. Milícia está muito próxima de uma facção criminosa, o ADA. São muito próximos negociam e se renegociam. O CV não. O CV com milícia é morte. Milícia com ADA tem negócio. São grupos criminosos que usurpam função do estado. São violentos. Matam quem eles quiserem. Mas você tem que ir à prioridade. Qual é a prioridade hoje? O que você acha, como cidadão? O que você faria hoje, Alemão ou Rocinha?

**Pedro, Hélio: Alemão.**

**Pedro: Pegando a experiência do Batan e das outras, você acha que tem uma história diferente por ser uma área de milícia, por ser uma área de tráfico?**

**Cel. Seabra:** Não, eu não estudei realmente o Batan para te dar uma resposta mais concreta. O que eu quero dizer é que como filosofia não importa para nós. O que importa é: qual vai ser a postura da comunidade? Como é que aquela atividade criminosa, seja ela qual for, vai reagir diante da presença do Estado? Como você vai fazer para que as suas práticas policiais cheguem ao cidadão comum? Outro ponto fundamental da UPP é uma palavra muito interessante do ponto de vista sociológico, e a gente acredita e pratica ela, que é o chamado ‘empoderamento social’. O nosso processo, o nosso projeto, a nossa função essencial é de fazer com que aquela sociedade seja ela qual for: miliciana, não miliciana, CV, ADA, não importa. Era uma comunidade usurpada pela atividade criminosa. Que ela reconheça pode ter o direito de ir e vir preservado; que ela pode ter a vida e a integri-

dade da sua filha do seu filho preservada; que ela possa fazer isso tudo sem que, necessariamente, tenha que haver uma agência policial dentro daquela comunidade.

**Pedro: E é a pergunta da Raíza, não é? A polícia assume diferentes papéis.**

**Cel. Seabra:** Eu tenho dito aqui que a Polícia Militar hoje – obviamente, a UPP é um processo da Polícia Militar – se posiciona como um link uma ponte a unir demandas reprimidas a ofertas possíveis. A gente trata essas ofertas possíveis como sendo oportunidades. Enquanto somos ponte, usa a nossa ponte para poder unir esse momento, mas quiçá, que é o paradoxo no futuro, essas estradas precárias, esses links como são as vielas muito tortuosas sejam de tal maneira asfaltadas. Quiçá, literalmente asfaltadas, de mão dupla, de ir e vir, de tal maneira que você não precise mais da polícia. Esse processo de empoderamento que a gente quer construir. A gente chama as pessoas da comunidade: “aqui tem emprego para você, para sustentar teu filho, tua filha”. A gente procura ações sociais, com projetos dos mais variados. A Mangueira tem isso hoje, o Pavão também. No Pavão, tem o UPP Mirim. Vocês conhecem, não é? Já estão até contaminados com as informações.

**Raíza: Então, eu acompanhei o Capitão Nogueira e o Grupo de Aproximação (GAP).**

**Cel. Seabra:** O Grupo de Aproximação não é uma coisa obrigatória, hoje, mas vai ser. Todos os Comandantes têm que ter. Eu estou só estruturando isso com indicadores. A ideia é que todos tenham isso como rotina, bater na porta das pessoas: “E a senhora como está?”, perguntando se está tudo bem. “Eu sou policial estarei aqui hoje, amanhã e depois.” Então, com essa questão da aproximação, você cria vínculos enormes com as pessoas que são extremamente úteis no processo de pacificação, você ajuda a identificar.

**Suellen: O primeiro comentário que o senhor fez foi da importância da segurança dos moradores, atrelada com uma série de desafios encontrados pela UPP para fazer esse contato. Como é que o senhor enxerga a possibilidade de articulação entre associação de moradores e UPP, mesmo com a relação difícil e histórica relação da Polícia com moradores?**

**Tássia: Nesse sentido, queria que o senhor falasse mais sobre o desafio das UPPs, dos policiais que constroem essa ponte, entre demandas reprimidas e ofertas possíveis, na mesma medida que também têm que se ausentar para que o empoderamento da cidadania desses moradores surja. Então, é esse o desafio?**

**Cel. Seabra:** Na verdade, os policiais, como um todo, os 6 mil policiais que trabalham hoje nas UPPs não têm conhecimento desse processo. Não dá para passar para o meu policial que está, hoje à noite, fazendo policiamento na Coroa, que, daqui a pouco, ele vai sair dali. O que eu passo para ele é que é muito importante a sua presença, agora. No futuro, que ele já vai ter outros cargos, já vai ser um cabo, um sargento, talvez ele compreenda. Então, não dá para eu convencer meu policial que na verdade o grande valor dele é ele não estar lá. Isso aí é muito complexo. Tem que trabalhar isso do ponto de vista estratégico, com os grandes comandos. Os comandantes de UPP já sabem disso. Isso é uma compreensão que eu tive, depois que vim para cá. O Robson pelo menos demonstrou a mim que concordava com isso, que efetivamente é isso que a gente quer. Tenho procurado traduzir isso em discursos.

Algumas imagens detratadoras do processo de UPP: que é um estado policialesco; que estão invadindo as casas; que na verdade só mudou mesmo foi o Comando; que são violentos e arbitrários etc. Essas coisas que a gente tem que desconstruir e que eu tento fazer no discurso. Então, começando por você, é muito difícil ainda a relação, não é fácil. O que é mais difícil ainda é construir um novo processo. Continuando, é muito difícil porque o complexo é: o que são líderes? Cabe-nos, como Polícia identificar quem são os líderes? Nem quero essa responsabilidade. Isso é uma responsabilidade que não deve ser da Polícia. Não deixo o meu Comandante se transformar no novo capitão do mato. Ele não é. Eu não vou deixar e não cobre dele isso. Porque as pessoas cobram, as pessoas foram educadas a colocar os problemas nos outros, o problema é seu: “Seu guarda! Agora eu não posso fazer gato, porque o senhor disse que eu não posso fazer gato, mas eu quero luz! Eu quero meu ar-condicionado no meu barraco de pau a pique!”. Como tinha lá no Alemão! Vocês devem ter visto a reportagem d’*O Globo*. As pessoas em algum momento foram conduzidas para esse processo de individualização do seu processo. Mais de 50% da economia fluminense, do estado como um todo ainda é informal.

Nós estamos em 2012, mais de 50% da nossa economia ainda é informal e as pessoas querem tudo do estado.

**Pedro: Na favela?**

**Cel. Seabra:** Pois é. Não contribuem para aquele processo de estatização da sua sociabilidade, mas exigem seu processo inserção de cidadania. Isto é muito difícil e sinceramente não é responsabilidade da polícia ter que fazer isso. Então, falta muito reconhecimento social. Eu já pedi à Secretaria Estadual dos Direitos Humanos, que é uma parceira nossa, que trate de buscar a capacitação para as lideranças de comunidade. A gente tem que ter, na verdade, capacidade de formar pessoas, novos líderes dentro das comunidades, para que eles, por exemplo, façam um processo de eleição limpo, que é uma dificuldade na Mangueira hoje. Sumiu o livro de ata! Em 2012 e ainda estão com livro de ata!

**Hélio: Nessa transição entre a chegada do Exército e a chegada da Polícia Militar no Complexo do Alemão, se houve alguns problemas com esses interlocutores das comunidades?**

**Cel Seabra:** Não. Pois o Exército construiu esses *links* com as comunidades. O Exército tem um trabalho bom nas comunidades, um trabalho de parceria, de proximidade e que agora nós só precisamos surfar nessa onda aí. Então, nós não deslegitimamos. Amanhã, nós vamos inaugurar duas UPPs no Complexo e você não soube de problema. Não tem problema, a PM já está lá há quase um mês. Vamos inaugurar Fazendinha e Nova Brasília. O senhor não escutou falar de problema. Não teve um tiro, não teve nada e a PM já está lá.

**Hélio: Mas no período que o Exército entrou, as Associações de Moradores não estiveram retraídas?**

**Cel. Seabra:** Tiveram. As associações de moradores sim, mas a comunidade não. Que, obviamente, são muito maiores que as associações. E as associações, na verdade, hoje em dia, não são um problema, são um dilema que a gente tem que trabalhar. Elas buscam sobrevivência. A Rocinha, por exemplo. A associação tinha

uma arrecadação enorme com a questão do móto-taxi. Aquilo, em algum momento, era um acordo com o tráfico, com os poderes dominantes de cada um levar um pedacinho. De repente, sai o tráfico, como poder dominante. Quem adquiriu aquele poder dominante? A associação. Sabe o que o Feijão, falecido, fez? Eram 300 moto-taxis, no dia seguinte da pacificação ele chamou o outro lá e disse: 'Agora são 500'. Tem noção da arrecadação dele? Ele dobrou a arrecadação e passou a ser o único. Estratégia comercial, isso é a da Rocinha.

**Tássia: Qual a função que a Polícia ocupa no processo de empoderamento?**

**Cel. Seabra:** Facilitadora, ela não é protagonista. É difícil isso porque às vezes o Capitão fica tão agoniado que pega alguém pela orelha (não é pela orelha, obviamente), mas ele praticamente impõe. Aí, a associação de moradores sabe disso e sabe que acaba sendo empoderada mesmo com a ausência do tráfico ou não. E em alguns, como é o caso do Borel, a Roberta lá do Borel, ela vai fazer o quê? Tem que falar. Senta do lado do Capitão e dialoga. É difícil, mas têm de dialogar, os dois.

**Raíza: Com a experiência mesmo do Nogueira, no Pavão e no Galo.**

**Cel. Seabra:** Isso! Tudo começa pela aproximação, mesmo o cara bandido, mesmo envolvido (que é o caso do Willian [da Rocinha], não é? Que agora está preso). Mesmo esses caras, quando percebem que o interlocutor não é nenhum neófito, não é nenhum não iniciado, é o cara que reconhece e seu papel, acontece assim: "Amigo, aqui é o pacto. E o pacto é público, o pacto é social e a gente não vai abrir mão disso aqui. Então, trata de falar com os meninos que aqui não tem tiro da polícia, não tem violência, não tem pedrada, não tem garrafada e que isso é intolerável." A gente vai cuidar e eles que tratem de procurar outra função. Se eu tiver que prender, vou prender. Não vou dar tiro, não vou dar tapa na cara, não vou chegar esculachando, nem nada dessas coisas todas. Aí, vai cada um para o seu lugar.

**Pedro: Três perguntas para mim que são importantes para entrevista. Um tema que tem a ver com o pacto e que tem a ver com o processo de diálogo. E eu queria perguntar**

**da experiência de mediação: Qual é o papel? Qual é lugar? A segunda pergunta tem a ver com o que o senhor falou do baile funk: Qual é a relação com o funk? Que lugar que o funk tem, se não é atividade de lazer, se tem aquela relação com a renda, se tem relação com a identidade da cultura, que é uma coisa que você fala bastante?**

**Cel. Seabra:** Eu adoro funk. Não fala para minha esposa, mas eu adoro funk. Eu amo a estética do funk. Eu amo a estética feminina, a estética da mulher no baile funk é incrível. Eu amo a imagem. Eu curto e danço. Só que fica difícil.

**Raíza: Mas com relação ao que ele está perguntando... É que uma das nossas pesquisas é sobre esse tema. A gente chegou a acompanhar em algumas favelas pacificadas, o Baile da Paz mesmo. Chegamos a ver aquele baile que teve no Tabajaras. Mas, de uns tempos para cá, eles, coincidentemente ou não, foram proibidos em todas essas áreas que a gente ia. A única que continua tendo é o Tabajaras, que acontece no sábado. Então, eu queria entender assim se é uma recomendação ou não...**

**Cel. Seabra:** Não. O que vem acontecendo são outros problemas. Qual é o terceiro?

**Pedro: O terceiro ponto é com relação à UPP Social.**

**Cel. Seabra:** Mediação eu ousaria dizer que é o melhor caminho para consolidação da UPP. Posso afirmar isso aqui, o melhor caminho para a consolidação da UPP. Porque a mediação na verdade é o grande valor de uma polícia. Brinco até falando que policial é igual árbitro de futebol: é tão xingado, sofre tanto... Quando dá errado ele é o ladrão, ele é o safado, ele é o ruim.

**Hélio: Em que extensão a Corporação está impregnada dessa ideia de mediação de conflito?**

**Cel. Seabra:** Pouco, pouco. Mas o processo de pacificação é bem amplo. É outro dos caminhos da obrigatoriedade. Isso, o mais tardar, no início do ano que vem, todas as UPPs terão vários policiais capacitados. E o sonho de consumo que é que todos sejam capacitados em mediação de conflitos. Isso é complexo. Isso não é simples você tem que ter perfis, você tem que ter estru-

tura. Nós temos uma parceria com o Tribunal de Justiça e já está bem encaminhado para a gente fazer em todas as UPPs. Isso está sendo tratado com uma desembargadora.

**Suellen: Também a título de longo prazo, como você vê a mediação de conflitos para além da atividade policial?**

**Cel. Seabra:** Fundamental. Está dentro do empoderamento. Quanto mais a comunidade tiver gente capacitada com mediação melhor. O cara vai na associação de moradores e ali se consolidam os líderes. A Tia Percilha no Leme, por exemplo. A mediação é fundamental, é o caminho e a gente vai chegar. O processo de pacificação, hoje, já se amplia para o Batalhão de Polícia de proximidade. Nós vamos reduzir drasticamente o tamanho dos batalhões, vamos transformar os batalhões que não têm necessidade de UPP em Unidade de Polícias de Proximidade e eles serão espalhados de maneira a estarem mais próximos das pessoas, sem aquela estrutura pesada de batalhão. Vários Capitães e Tenentes. E o Coronel vai ser o grande gestor. A gente vai diminuir o número de Coronéis. Então, a Polícia já vai estar bem menor. E já vou estar, obviamente, em casa, aposentado, me divertindo, dando aula para os meus filhos, minhas faculdades e torcendo para o Mengão.

**Hélio: O interesses pelo crime, pela violência do Rio de Janeiro são de bem antes desses atos policiais. Na década de 1950, os jornais mais vendidos eram "A Luta Democrática" e "O Dia porque você torcia e saía sangue."**

**Cel. Seabra:** Você pega a capa da *Véja* em 1980 está escrito: "O crime assola a cidade". Então, mediação eu acho que a gente fechou por aqui. Agora é o funk. Eu não tenho nada contra o funk, amo o funk, tenho nada contra a atividade. O que não pode ter é o crime! Lamentavelmente, e aí está associando com o que foi dito aqui é o seguinte: o problema das informalidades nas comunidades, e que cada informalidade permite o crime. Toda vez que você tem mais informalidade, o crime está perto. E o problema do funk é que ele não consegue se aproximar da formalidade. Supostamente, a ideia do funk, do baile funk, da rotina do funk está muito ligada ao crime e você não consegue dissociá-lo disso.

**Raíza: Isso é por conta das músicas, dos proibições?**

**Cel. Seabra:** Não. Eu não me importo tanto com música. Têm determinados proibições que eu não entendo como alguém curte uma coisa dessas. É impressionante! Obviamente, as músicas de apologia ao crime a gente, rapidamente, repreende com veemência. Mesmo porque isso aí se espalha. Tem que cortar logo mesmo. Agora, o que nos incomoda muito é que está muito próximo ainda da cultura do baile funk a informalidade e, notavelmente, o consumo de drogas. Então, toda a vez que você souber que uma comunidade esteve proibida é porque já esteve liberada dentro do processo de pacificação e, quando liberada, o cara saiu do baile e jogou pedra na Polícia, deu tiro na polícia, agrediu a comunidade.

**Raíza: E denúncia de consumo de drogas?**

**Cel. Seabra:** É. Lamentavelmente, a gente não conseguiu dissociar disso, você vai aqui, aqui do lado do QG. Você entra no Circo Voador, sexta-feira à noite, e tem gente fumando maconha dentro do baile! E aí? Pergunta se eles estão reclamando porque não tem UPP ali? Está muito próximo. Aí, você vai no outro dia no pagode não tem isso. Vai à comunidade que tem pagode não tem isso.

**Raíza: É, na verdade uma das coisas que tem é o pago-funk, no intuito de misturar.**

**Cel. Seabra:** Uma estratégia de aproximar por conta da questão comercial, que é o outro ponto ligado ao funk. O funk, até hoje, ainda está muito ligado à estratégia comercial das associações de moradores, notadamente, algumas ligadas ainda com atividades criminosas. Então, por isso eu não vou permitir que perca todo processo. Pois eu já fiz essa experiência: teve baile na Rocinha! Deu confusão! O Mc Leonardo ligou. Por que teve confusão? Responde! Foi PM que criou confusão? Não! Ele colocou no jornal dizendo que as práticas da polícia... Amigo, polícia só vai aonde ela é chamada, rapaz! Isso não quer dizer que eu não reconheço que, em alguns processos, de algumas UPPs, os policiais vão lá: "Abaixa o som que eu estou mandando!" Não pode! Eu não tolero! Eu tenho que entender que isso gera conflito e em várias confusões os policiais foram protagonistas. Ele chega como?



“Eu estou mandando, eu que quero!” Ele foi passado, três horas da manhã, ele que está ali comandando, “os caras”, e eles estão com armas. Isso eu demoro a detectar, mas quando eu detecto eu chamo o comandante. Eu vou lá. Eu já estou tirando policiais da UPP.

**Raíza: Acho que a questão do funk é delicada, a própria polícia é formada com aquela visão do “Tropa de Elite”. E é essa mesma polícia.**

**Cel. Seabra:** Não. Não falei da formação policial.

**Raíza:** Sim, mas, então, eles foram criados dessa maneira.

**Cel. Seabra:** É a formação deles, a formação social, educacional desses cidadãos. Antes de serem policiais eles têm essa mentalidade.

**Raíza: Mas de todo jeito essas coisas ainda dialogam, porque estão em processo de formação e da educação da mãe. E essa mesma formação lá de trás pode, de alguma maneira, mostrar o funk de maneira criminalizada. Por isso eu fico pensando se não é um pouco delicado...**

**Cel. Seabra:** Isso está extremamente complexo. Eu vou ter que lidar com a cultura dele anterior. Obviamente, eu não posso lidar com o meu ponto de vista. Só porque eu amo baile funk, eles não tem que amar também! Eu explico: eu que adoro a estética, adoro o som, o molejo, eu gosto de dançar, eu danço funk, danço. Adoro reggae, gosto da dança do reggae. Eu fui a uma missão de paz da ONU na Guatemala. Na Guatemala são todos conservadores. Tudo lá é muito fechadinho. Eu ia dançar e o pessoal me achava doido. Gastava 400 km na sexta-feira e só voltava no domingo morrendo de raiva de voltar. Porque eu ia me divertir dançando, eu ficava louco. Lá todo mundo vai dançar, todo mundo alegre se divertir.

**Raíza: Agora o funk que é realmente uma coisa que mobiliza, pensando que na boa parte das vezes que você está falando que o baile foi reprimido é porque teve algum incidente.**

**Cel. Seabra:** Um histórico de violência anterior que acabou quebrando a relação de confiança que foi construída entre o comandante, com a

Associação de Moradores, com os organizadores do baile, porque isso é passado para a comunidade: se tiver violência, se tiver problema não vai mais haver o baile.

**Raíza: Mas tem processo novo? De um novo pacto?**

**Cel. Seabra:** Aí depende da comunidade.

**Raíza: Porque também é complicado. Porque geralmente os jovens são os mais difíceis de serem alcançados por essa política de proximidade e não tendo o baile...**

**Cel. Seabra:** Esse é um ponto que a gente está enfatizando: de cuidar dos jovens de adotar alguma estratégia. Hoje mesmo, estava nos jornais: o governo está buscando financiamento com o BID para tratar especificamente com a questão do jovem, que a ONU determina que é entre os 14 e 29 anos. Eu estou muito satisfeito, fiquei muito feliz com essa notícia, porque é uma demanda nossa, é uma coisa que a gente vem pedindo. O grande desafio da UPP é o jovem.

**Raíza: Se não tiver um novo pacto local, para, de repente, restaurar...**

**Cel. Seabra:** Mas por que só funk?

**Raíza: Não. Para qualquer outra festa. Porque aí pode acontecer dele transitar para outra comunidade que não seja pacificada e, aí, esse jovem volta a ter contato com uma realidade que ele não teria mais naquele lugar que tem controle territorial armada.**

**Cel. Seabra:** Entendo a defesa, mas não pactuo com ela. A grande parte dos jovens não quer sair das comunidades e eles sabem que nas comunidades que não são pacificadas eles serão tratados com violência e não irão para elas por conta de ter baile funk ou não. Eles irão para elas porque têm identidades com elas superiores ao funk. As identidades são maiores do que o funk. O funk é apenas um dos elementos, e insisto nisso: é discriminatório, é ofensivo achar que nas comunidades só funk tem valor. Eu estou enfatizando aqui porque, às vezes, chega para mim como se só o funk tivesse valor. Tem, no Dona Marta, um concerto de violino que é

a coisa mais linda. Tem o samba na laje, tem o pagode. Você vai à comunidade do Leme há atividades musicais e aí você estigmatiza como se fosse “um preconceito contra o funk”? O Mc Leonardo adora dizer isso. Se vitimiza e, aí, todo mundo quer um movimento popular! Tá todo domingo lá na Regina Casé. Tem só funk?

**Pedro: Para você que está no comando aqui o quanto que é bom baixar notas e o quanto que é bom jogar com a diversidade, que entra moto-táxi, comércio do gás, horário de funcionamento.**

**Cel. Seabra:** Como assim baixar notas?

**Pedro: Você acha que é possível administrar as UPPs determinando? Aquilo que a gente acompanha...**

**Cel. Seabra:** Nenhuma dessas que você citou são responsabilidade da Polícia, mas, em algum momento, a gente vai ter que ajudar. Lembra o que eu falei? Vamos facilitar para que aquilo se organize, até porque a Prefeitura não fez. Pergunta para o Eduardo Paes. Ele não vai fazer agora. Ele não vai regularizar o serviço de moto-táxi que é um serviço extremamente importante para a comunidade. Agora está no jornal que vão colocar escada rolante que é para ajudar na acessibilidade a essas comunidades.

**Pedro: Mas isso passa como problema da Polícia?**

**Cel. Seabra:** Impuseram-nos esse problema, para que nós passássemos a regular. Porque o moto-táxi é problema da Guarda Municipal. Isso é espaço público. O problema é que criminalizaram. Aí, virou problema da Polícia. Uma estratégia do poder público e da sociedade como um todo e do criminoso também em criminalizar aquilo ali. Aí, vem corrupção. Aí, vem todo um problema do que se tolera ou não tolera, se é violento se não é violento, se é arbitrário ou não é arbitrário. Eu não gosto disso. Eu, particularmente, não vou instituir. Porque não há normas e cada comunidade tem uma cultura. Se você vai ao Tabajaras e está regulado, você vai ao Pavão e está regulado. Aí, na Mangueira é uma guerra. No São Carlos é uma guerra. Você vai a Rocinha é um absurdo. Porque agora passaram a ser quinhentos moto-taxis. Virou um absurdo. A PM chegou lá e viraram 500, eram 300.

Mas o Feijão disse e agora são quinhentos. Parece que ele estava ganhando, eu acho, que uns 500 mil reais por mês. Porque as pessoas precisam de transporte.

**Pedro: Mas isso foi passado para alguém?**

**Cel. Seabra:** Não. Porque isso é um serviço. Alguém tem que regular isso. E é a associação de moradores, o Feijão.

**Pedro: O que é importante e é uma coisa muito legal é que a relação de cada território é também uma responsabilidade do comando local. E você precisa ter um time afinado.**

**Cel. Seabra:** Obviamente, é. Há particularidades, personalidades. Um é mais duro o outro é mais sério, o outro é mais próximo. Eu estou trabalhando com seres humanos que, aliás, são formados nessa cultura também e depois chegaram ao processo. Tem o Capitão Nogueira. Você pode fechar os olhos que ele vai bancar com o que você precisar. Pega um garoto que eu estou muito satisfeito hoje que é o Rocha lá do Dona Marta. Garoto excepcional! Fala inglês fluente, deita os cabelos lá. Ele é árbitro de futebol. Inclusive, ele está querendo fazer um projeto de arbitragem de futebol com os garotos lá da comunidade.

**Hélio: Muito do que a gente conversa nesta cidade é que, implícita ou explicitamente, precisa é de mudança na Polícia. Qual é, assim, a eficácia, as facilidades e as dificuldades desse processo. Nas universidades, particularmente, tem esse curso que é dado na Universidade Federal Fluminense de segurança pública, tem o CEsC, têm outras instituições...**

**Cel. Seabra:** Têm. Mas são muito distantes. Poderiam ser bem mais próximas. Mas ainda são muito distantes. A academia ainda olha para o serviço policial com muito preconceito. Ainda tem muito preconceito. Você vai na UFF... Na UFRJ, se você for fazer doutorado, você tem que ter francês. Isso é preconceito. É manutenção de elites. Francês é uma língua morta. Hoje é o inglês, o Espanhol e o Mandarim!

**Pedro: Você acha que a UPP está influenciando a polícia do Rio de Janeiro?**

**Cel. Seabra:** Tem gente de dentro querendo

vir mesmo que seja para ganhar a gratificação, que é merreca. A gratificação de um soldado da UPP é de R\$150 a mais que ganha o soldado do Batalhão.

**Pedro: Não são R\$500?**

**Cel. Seabra:** São R\$500, mas o soldado do Batalhão já ganha gratificação de R\$500.

**Pedro: E a UPP Social?**

**Cel. Seabra:** UPP Social é o parceiro mais essencial que a própria mediação de conflito. Porque a UPP Social traz ao cidadão comum o real papel do poder executivo municipal. Ele não só se soma como ajuda a construir o que eu não posso. Ele vai ter uma abordagem, um diálogo muito mais próximo daquelas comunidades, e constitutivo. Não é simplesmente dialogar. Ele dialoga construindo naquela pessoa a consciência de que ela é importante para aquele processo. Coisa que ninguém nunca disse para ela. Hoje a pessoa sabe que ela pode pedir para passar o lixo em sua casa, que ela vai ter a obrigação de colocar o lixo na caçamba que antigamente ela não tinha onde jogar o lixo. Agora, se você pediu para cuidar do lixo para não ter dengue nem rato na sua casa e joga o lixo fora, começa a ser responsável por isso também. Então, agora, eu me obrigo a isso. A ir a palestras sobre várias abordagens. A questão cultural que eu acho que é importantíssima. A abordagem da prefeitura nesse ponto é muito mais significativa do que a minha. Por mais que eu tenha o Nogueira, ain-

da que ele seja representativo, a abordagem com outros atores é muito mais tranquila. Não tem ninguém fardado. Não tem aquele dedo inquisidor dizendo o que você está fazendo de errado e essas coisas todas. A abordagem é mais suave. Os próprios gestores conseguem. Em algum momento, eles constroem e propagam. Tanto é propagador, que o Estado passou a ter gestores sociais ligados à Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos. Eu quero 20 deles lá para colaborar com o meu processo. Depois que eles chegam, eles se apaixonam pelos meus Capitães. Alguns até literalmente. Quem reconhece a humanidade daquele processo acaba virando multiplicador do nosso processo de pacificação. E, aí, amigo, é tudo que quero. Eu não quero é ficar lá 20 anos. Quero ficar 15. Mas, para isso, eu preciso construir e distribuir esse conhecimento e esse reconhecimento, de tal maneira que ele fique emponderado e não precise mais de polícia. Vou pra casa tranquilo nessa hora. Então, a UPP Social nessa hora é um parceiro útil, um parceiro de diálogo com as vantagens que eu teria à paisana. Tem a capacidade de dialogar e tudo mais, mas por não estarem vestindo a farda ganham um pouco mais de amplitude. Digo nem de legitimidade, mas de amplitude no acesso, no diálogo e ajuda a me proteger, porque, grande parte das vezes (porque eu acredito que 100% dos meus Capitães são bem intencionados e, quando o gestor entra nesse processo e vê isso, ele só ajuda a multiplicar aquilo que eu não posso fazer) ele faz intensiva e não ostensivamente o que eu gostaria de fazer.

## ENTREVISTA COM RICARDO HENRIQUES

EX-PRESIDENTE DO INSTITUTO PEREIRA PASSOS



*A entrevista foi realizada na manhã do dia 13 de junho de 2012, no Instituto Pereira Passos*

**João Trajano: Conte rapidamente como foi o processo de concepção e criação da UPP Social.**

**Ricardo Henriques:** O desenho original da UPP Social se inicia em abril de 2010, quando assumi a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. Estava colocado para nós um desafio: como lidar com a pós-pacificação? De abril até agosto, fizemos um “mergulho”, dialogando com vários interlocutores. Conversamos com pessoas da área de segurança pública, de direitos humanos e de política social *strictu sensu*, além das equipes técnicas das secretarias. Dialogamos com pesquisadores, gestores, militantes, lideranças comunitárias, empresários. Fizemos um investimento inicial para sair do caminho óbvio, das respostas acomodadas à superfície do desafio. Nosso objetivo era desenhar uma estratégia que conjugasse propostas para enfrentar um histórico desastroso de 20, 30 anos de controle territorial armado e muita violência; e, ao mesmo tempo, construir uma plataforma para a realização de uma agenda mais elaborada que enfrentasse a cultura de

fragmentação e sobreposição das intervenções públicas. Uma proposta que fosse mais do que simplesmente dizer: dado que temos a paz, agora vamos fazer mais do mesmo. Não tinha sentido fazer business as usual.

Estava em jogo ali, naquele momento, enfrentar um binômio um pouco artificial, alimentado, inclusive, por uma tradição de esquerda: o que deveria ser prioritário, garantir a paz ou investir no desenvolvimento social? Era essencial reconhecer a oportunidade de um cenário-mesmo que ainda localizado-de paz, no qual foi retirado o controle territorial armado e recompostos o direito de ir e vir e alguns outros direitos fundamentais. Essa oportunidade abria a possibilidade de irmos em direção a uma posição de fronteira na discussão da política pública integrada em territórios.

Um caminho possível seria recuperar os serviços básicos e deixar que funcionassem normalmente. Simplesmente deixar que as políticas sociais e urbanas acontecessem sem a obstrução da violência. Não foi a nossa opção, seria o caminho do business as usual. Por que não disputar os modos de se fazer política pública com uma agenda inovadora e de fronteira? Produzir coordenação e integração de políticas públicas a partir de uma abordagem



realmente participativa com enfoque matricial sobre os programas e ações setoriais que são orientados para as configurações sociais, econômicas e culturais de cada território. E isso com uma gestão voltada para a efetividade dos resultados, submetida a monitoramento e avaliação contínuos. Esses são os elementos básicos de uma proposta de política pública contemporânea que defendo para o Brasil. A UPP Social é a Unidade de Política Pública Social que vai ao encontro dessa contemporaneidade.

As experiências de ter coordenado o desenho e a implantação inicial do programa Bolsa Família no Ministério do Desenvolvimento Social e conduzido por quatro anos uma política de diversidade no Ministério da Educação contribuíram para a formulação da proposta. Se não produzíssemos essa visão matricial seria, no mínimo, um desperdício de oportunidade, quase uma irresponsabilidade frente à tarefa colocada. Todos os componentes eram importantes, e a articulação entre eles essencial. Produzir apenas espaços de participação não traria resultados; preocupar-se apenas com a coordenação seria irrelevante; turbinar as agendas setoriais seria limitado; assim como simplesmente olhar para o território. O que surgiu da combinação desses eixos foi uma proposta que leva em conta a janela de oportunidades que se abre com a pacificação e que vai ao encontro dessa política pública de fronteira; conjugando, em uma visão de gestão orientada para resultados, o olhar sobre o território e sobre os setores – saúde, educação, habitação, etc – em cada território. E que nos permita ter também uma visão integradora e coordenada. Portanto, o território seria a base de uma gestão matricial e não mais centralizada, segmentada. Uma gestão que entende a importância de reconhecer a singularidade e a diversidade nos territórios e que sabe que o “como” é tão importante quanto “o que” – e, portanto, a participação dos diversos atores e o compromisso público com resultados efetivos como a chave do sucesso. Esses foram os pilares.

**João Trajano: Quando você fala, chamam a atenção dois conceitos: “diálogo” e “coordenação”. Como foram as conversas de que você falou rapidamente, com atores do campo social e no Estado no sentido mais amplo, tanto no âmbito do Governo Estadual como da Prefeitura e Governo Federal? Como é que são esses primeiros passos e o que rende desses esforços de coordenação, articulação? Pode contar do começo e chegar até a passagem para a Prefeitura.**

**Leilah Landin: Quem são esses atores, principalmente da área dos Direitos Humanos, da Segurança Pública e Política Social?**

**Ricardo Henriques:** Você tem sempre algumas ideias-força para fazer um programa como esse crescer. A expressão que a gente usa o tempo todo é “diálogo com resultados”. Ela descreve o modo como os diversos atores entram em cena e como estamos obcecados com a ideia de efetividade. Além disso, estar dentro da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos abria um leque enorme de interlocutores. Só pra dar exemplos não óbvios, conversávamos com alguma frequência com a militância de pessoas em situação de rua; trabalhávamos muito com o pessoal de proteção a testemunhas, dos direitos das crianças e adolescentes, das medidas socioeducativas. Essas interlocuções aumentaram a riqueza dessa formulação. De novo, estou falando de questões específicas que não têm a dimensão territorializada tão explícita.

Essa ambiência foi muito produtiva. Uma interlocução em tempo real e presente com o campo dos direitos humanos, com atores que não são do estamento burocrático, não são da máquina pública. São atores que estão na sociedade, para além, inclusive, da academia. Atores que estão ali no dia a dia, na militância. Tivemos uma discussão enorme sobre a política de tratamento e enfrentamento da questão de drogas com foco no crack. Fazer essa discussão foi importante até mesmo para pensar sobre como é que se lida com jovens egressos do tráfico.

Estou lembrando a discussão sobre o crack porque foi com os técnicos da área de saúde e da assistência social, um pessoal muito militante. Existe um aprendizado constante do sistema. Ao exercitar, praticar essa agenda da UPP Social, temos conseguido ficar abertos a isso. Estamos o tempo todo aprendendo a sair das soluções mais óbvias e criar nuances.

Um exemplo é a discussão que tivemos com uma diretora de escola na Cidade de Deus – que tem 13 escolas de ensino fundamental e nenhuma de ensino médio. A diretora da escola senta à mesa e diz: “Olha, durante esses anos todos, eu ia negociar a escala dos meus meninos (os alunos) com o dono da boca”. Tem de ser muito corajoso para fazer um negócio desses. Uma senhora, diretora daquela escola há mais de 20 anos, tem a coragem de ir ao traficante e depois tem ainda a coragem de contar. Essa história tem uma racionalidade incrível. A diretora faz a conta e conclui o seguinte: “Se esse moleque

for mais do que duas tardes para a boca, ele vai ganhar tanto que vai sair daqui. Agora, se eu também não deixo ele ir duas vezes por semana na boca, ele vai largar a minha escola”. Existe um equilíbrio para evitar a evasão.

Perceba este aprendizado. Se tivermos um olhar tradicional, a máquina pública vai tratar isso como alegoria ou como estigma. O estigma pode ser tão radical a ponto de concluir que deveriam recriminar, ou mesmo incriminar, essa senhora. É um tratamento possível, principalmente, no ambiente de criminalização que existe. Por outro lado, se conseguirmos fazer o que estamos tentando fazer, exercitamos um olhar diferente sobre isso. Temos uma expressão que já se transformou num jargão na prática cotidiana da UPP Social: a “escuta forte”. Praticar a escuta forte é pensar: o que a gente aprende com isso? Qual o impacto? Como entendemos que a rede de socialização que se estabeleceu naquele território é formada por essa prática e não só pelos estereótipos de que o menino é traficante ou não, de que a Polícia mata ou não e que a diretora é inepta ou não? Nessa pequena cena que narrei, em geral, todos são carregados de estereótipos. Mas não podemos esquecer que essa atitude dedicada e inovadora da diretora reteve os alunos na escola, reduzindo abandono e evasão escolar e assegurando o direito a estar na escola.

Esta experiência marcou muito todos nós e nos informou muito. A fala da professora não reivindica nada, é um exemplo de como ela conviveu com aquela história toda. Se não entendermos esse exemplo e formos draconianos no tratamento dessas relações, evidentemente não vamos aprender com essa experiência.

As equipes que estamos formando, as equipes de gestão territorial e de gestão institucional do programa, estão atentas à importância do diálogo. Produzimos interlocução com atores dos territórios, moradores, lideranças, profissionais, servidores públicos. E, claro, com os formuladores e pensadores dessa história: a academia, a militância. Existe outro problema fundamental que é ir para dentro da máquina. Para dentro dessa engenharia institucional que a gente está falando.

**João Trajano: Fala tanto do ponto de vista político, entre secretarias...**

**Ricardo Henriques:** Há um grande desafio de governança. Um programa como esse, para além do aprendizado – uma rotina, uma atitude

de – tem um gigantesco desafio de governança. Mesmo a boa máquina pública, formada por sujeitos imbuídos de espírito público, resiste a adotar um olhar intersetorial e matricial, um olhar que veja territórios e sujeitos concretos que neles vivem. Estou falando da boa máquina e não das mazelas. No dia a dia, quem está na ponta, mesmo o bom servidor público, resiste muito a qualquer agenda matricial, que transborde a sua visão setorial.

Há uma compulsão pelo setorialismo, uma tendência forte a manter um isolacionismo setorial. Compreensível (de novo, aqui é importante atentar para as nuances) pelo seguinte: assim como se produziu uma estrutura de desigualdade sui generis nesse país, do ponto de vista da relação com a máquina pública, se produziram também relações de muito estigma e muito preconceito. O cotidiano de relação com a máquina pública é de desqualificação, de desconsideração, de comparações espúrias. A máquina pública é considerada ineficiente de forma constitutiva, como se o público fosse sempre o ambiente da ineficiência – o que, evidentemente, não é verdade.

Nesse contexto, é compreensível, embora não justificável, um certo encastelamento setorial. Como se dissessem: “me deixa fazer bem feito o que eu sei fazer”. Quando se tenta um esforço de coordenação, há uma reação. A pessoa, o gestor diz: “Logo agora que eu posso trabalhar, agora que tem paz, vocês vêm com essas conversas de que a política de saúde seria mais interessante se interagisse com a política de educação e com a política de assistência social? Vocês vêm com uma proposta de protocolos de trabalho em que seria melhor se o mapeamento de pessoas em situações de vulnerabilidade usasse atores da Assistência Social, junto com os médicos e enfermeiros do Programa Saúde da Família e com a diretora da escola?”. E, no entanto, este é um grande problema da política social no Brasil como um todo: um isolacionismo setorial, que não vê sujeitos concretos em territórios concretos, e trabalha com os beneficiários de programas de forma isolada, por vezes abstrata e descontextualizada.

A relação com a máquina é, do ponto de vista da política, elegante e bem comportada, porque na medida que há uma orientação global não há grande resistência, ao menos em teoria. No entanto, do ponto de vista das rotinas e dos protocolos, independente da disposição do secretário (enquanto líder de uma equipe), é recorrente uma resistência a esse olhar, a essa abordagem. Atores facilitam isso. Dialogar com a biografia facilita a pessoa ouvir.

**João Trajano: Mas também podem criar resistência, não é? Dependendo de onde vem o ator.**

**Ricardo Henriques:** Ai, temos a análise es- tritamente política desse processo. Vamos voltar para questão da governança, que eu gostaria de destacar como chave. Protagonismos na gestão da política pública são sempre difíceis de serem administrados. São sempre objeto de disputa, tanto por questões de personalidade, quanto por questões de poder. Nesse caso, produzir uma agenda de coordenação é um problema quase constitutivo de política pública em geral, em qualquer lugar do mundo. Sendo agravado em culturas políticas habituadas com práticas clien- telistas e patrimonialistas.

Há mais um tipo de resistência. A resistência à diferença ou, se preferirem, à diversidade. Vejo como um dilema análogo ao vivido com o Bolsa Família: como é que se consegue ser universal e dar conta do singular? Nessa questão, tanto a Academia como as máquinas públicas têm uma enorme dificuldade. E não há como discutir direitos sem falar de diversidade. Importante lembrar que as máquinas também são um orga- nismo. Algumas pessoas nas máquinas públicas são mais afeitas a essa abordagem; outras, me- nos. De modo geral, tudo que procura trazer ao conteúdo universal elementos da diversidade é muitas vezes percebido como um complicador e, portanto, visto com ressalvas.

**João Trajano: Já que você tomou esse rumo, gostaria de perguntar sobre o empresariado fluminense e o empresariado carioca. São per- sonagens complicados também, não é mes- mo? Como tem sido a conversa? No projeto inicial, como da UPP quanto da UPP Social, supunha-se que a iniciativa privada seria um parceiro importante. Ela apareceu ou deu cano novamente?**

**Ricardo Henriques:** Apareceu. A ideia de coordenação se baseia na convicção de que o espaço público não é somente governamental, e a coordenação não é só das máquinas da buro- cracia pública. O espaço público deve envolver e mobilizar as três esferas de governo, a sociedade civil e o setor privado. Por isso, a interação com o setor privado e a sociedade civil organizada assume maior complexidade. Só pra gente dar um exemplo: quem são os atores da sociedade civil que trabalham no Batan, zona oeste da cidade? Quantos estão no Santa Marta, zona sul da cidade?

Há dificuldade de produzir campos de co- ordenação. Coordenação aqui não se refere à execução, e sim produzir encontros a partir de preceitos de diagnóstico, de análise, de interlo- cuções. O que acontece com o setor privado? Dois movimentos curiosos, interessantes tal- vez. O primeiro vem associado à mudança do mood da cidade que vivemos nos últimos anos. Saímos daquela postura “não tem mais jeito” para uma relativa euforia. Acho que em algu- ma hora isso deve chegar a algum equilíbrio. O setor privado veio cheio de gás, cheio de vigor. Esse é o lado positivo. A dificuldade é que não há uma cultura enraizada de respon- sabilidade social empresarial dirigida para os interesses e necessidades concretas da popu- lação, sobretudo da população mais pobre da cidade, do país, frente aos interesses corpora- tivos daquela instituição. A empresa pode fazer uma boa agenda, mas não necessariamente ela é aderente aos desafios colocados.

Há necessidade de discutir com o setor em- presarial sobre como adaptar o seu esforço de investimento social privado a um diagnóstico que identifique desafios locais e solicite a aloca- ção de recursos na direção do empoderamento dos atores locais e da saída autônoma e susten- tável das situações de vulnerabilidade social. O investimento social privado tem uma pauta; como é que essa pauta se encaixa na agenda, por exemplo, da UPP Social? Desse ponto de vista o desafio é análogo à visão setorialista do ges- tor público. Algumas empresas se organizaram. Tem uma disposição à ação muito maior do que tinham antes. Mas os efeitos concretos de coor- denação frente ao setor privado são muito me- nores do que estamos conseguindo, por exem- plo, para dentro da máquina pública.

Uma coisa é ter uma pauta de investimento social privado com as empresas que estão no Rio de Janeiro. Outra é fazer com que esta pauta também seja coordenável nos mesmos princípios que estamos tentando aplicar com os outros atores a partir dos diagnósticos e análises desenvolvidas pela UPP Social. As dificuldades são grandes, num certo sentido maiores no set- or privado. Estamos discutindo o tempo todo como é que se cria um fundo pra UPP Social, um fundo independente e *multistakeholder*, mas como conseguir?

O que seria o desejável? Se conseguíssemos estabelecer um modo de operação em que a UPP Social, com base em diagnósticos empí- ricos locais, identificasse desafios, categorizasse alternativas de soluções e até certificasse inter- venções e instituições da sociedade civil e de ou-

tros atores que imaginamos produzir impactos positivos. Assim, poderíamos organizar, com o Fundo da UPP Social, um fluxo de recursos de origem pública e privada que permitisse fi- nanciar essas ações e instituições. O conceito é mais ou menos o seguinte: o poder público é responsável pelo hardware da política pública, mas existem várias coisas que são da ordem do software e que são muito custosas. Não só fi- nanceiramente, mas, sobretudo muito custosas do ponto de vista dos protocolos, da máquina, da burocracia, do tempo e da agilidade de res- posta. O mundo desse espaço público, que eu talvez idealize, seria um mundo onde o poder público constrói os *hardwares* de forma partici- pativa e, para algumas coisas, captam-se recur- sos e estabelecem-se processos que viabilizam o desenvolvimento e a implantação dos softwares da política pública com forte relação de comple- mentaridade à estrutura parruda dos *hardwares*.

Isso é um pouco diferente do investimen- to social privado, onde a empresa já sabe que quer fazer exatamente aquela ação específica naquele território. Estamos caminhando para criar um fundo, será ele capaz de captar recur- sos? Obviamente, é preciso enorme qualidade de governança e de transparência para dizer claramente o destino dos recursos utilizados. Um contribuinte poderia, por exemplo, di- zer: “gostaria de colocar meu recurso privado (empresa ou até pessoa física) na agenda de pessoas com deficiência”. A coordenação do fundo em articulação com a UPP Social iden- tificaria quais são os principais desafios postos, quais os principais atores, e passaria o dinhei- ro para as entidades que realizariam aquela agenda com qualidade. Seria um trabalho de *matching*, de casamento. Acho consistente e viável, e seria um caminho desejável e muito (brincando com a palavra) produtivo.

**Leilah Landim: E com relação ao que você chama de entidades e organizações da socie- dade civil, ONGs e etc. O que você encontrou desses projetos nesses territórios, nesse traba- lho. Existe algo?**

**Ricardo Henriques:** Existe e é absolutamente maravilhoso. Tem duas coisas: primeiro, eu es- tava tentando separar as ONGs do campo dos direitos, como Iser e Ibase, das ONGs locais. O maravilhoso é que existem ONGs locais com trabalho consistente e de qualidade. Você estava falando das locais?

**Leilah Landim: Eu estava falando de to- das na verdade, mas estava pensando nesses projetos locais, na coordenação, qual o lugar delas nisso aí, se existe...**

**Ricardo Henriques:** Os três pilares de atua- ção da UPP Social são: Estado democrático e cidadania; política de desenvolvimento urbano; e desenvolvimento social. No campo da cida- dania, encontramos muitas ONGs interesstan- tes trabalhando nas comunidades. Poderia ha- ver mais, mas já é significativo. Enquanto poder público, deveríamos estar pensando em como aumentar a capacidade de atuação sistemática e estruturada dessas organizações, como apoiar seu desenvolvimento institucional. Para as que desejarem, evidentemente. O mundo da política pública tem se formalizado. Cada vez mais nos distanciamos do amadorismo, do improvisado, do achismo. Uma atuação para estimular essa qua- lificação não pode trazer a solução pronta, en- fiar goela abaixo o que acha que deve ser feito. Tem de agir com sensibilidade para reconhecer o que já está sendo realizado e dar apoio para a organização amadurecer, sem cair numa vi- são paternalista. O desafio é criar condições de apoio ágeis e republicanas, que nos permitam identificar e financiar práticas com potencial de transformação local – um exemplo promissor é realizar editais para trabalhar com intervenções microculturais que permitam uma variedade significativa de ações que operam como “acu- punturas sociais” em escala. Existem algumas experiências que já funcionam nessa direção. Além de recursos, trabalhar com outras formas de apoio como assistência técnica para o for- talecimento das instituições locais e estrutura- ção de metodologias para difusão em escala de experiências locais bem-sucedidas. Essa é uma discussão nossa, da UPP Social: como tornar as ideias e práticas de qualidade em um processo sistemático e operacional, como garantir a en- trega de resultados em escala, de forma repli- cável e não sujeita a injunções circunstanciais.

A questão não é transformar as ONGs que atuam em comunidades em um Ibase, ou um Iser. A questão central é: como manter, preser- var essas vocações e singularidades próprias de organizações locais, permitindo que ao mesmo tempo ganhem densidade em termos de es- trutura e escala? Como produzir redes? Essa produção de redes precisa de alavancagem, por um lado, mas precisa também de relação com a sociedade civil mais organizada. Acho que esta- mos no momento de realizar isso.



**João Trajano: Nem de um lado nem de outro.**

**Ricardo Henriques:** Está na hora de construir isso. Não podemos viver hoje, em 2012, como há 15 anos, quando, por exemplo, parte da sociedade civil patrimonializava a pobreza. Fazia-se uma divisão no território e se dizia: “esses pobres aqui são meus e esses pobres ali são seus”. Isso não cabe mais na agenda. É óbvio que a mudança já existe e só é possível pela qualidade do trabalho que foi feito ao longo desses anos todos, mas tem um salto que precisa ser dado, sobretudo nas ONGs nacionais ou globais que atuam no campo da garantia de direito. A UPP Social pode, com sua função de coordenação, contribuir para estabelecer vínculos entre governo, setor privado, ONGs de direito e ONGs locais. Voltamos assim, à questão central da governança. Sem mecanismos claros e consistentes de governança e de transparência, e sem o desenvolvimento de uma estrutura de *advocacy* pela sociedade civil, as políticas públicas podem se realizar de costas pra sociedade civil ou podem se tornar totalmente paternalistas. A questão aqui é: como evito essa situação, como crio essa governança?

**João Trajano: Mais do mesmo, um contra o outro.**

**Ricardo Henriques:** Exatamente. Isso tem a ver com os modos de financiamento e com a profissionalização da sociedade civil. Como é se profissionalizar sem burocratizar? Tem a ver com a especialização das pessoas; tem a ver com a relação com a Academia; tem a ver com a profissionalização para a gestão. Um exemplo de uma experiência que vivi alguns anos atrás: não há como fazer uma agenda de alfabetização de adultos forte e consistente, no mundo urbano, sem trabalhar com as redes religiosas. Agora... como é mesmo que se financia aquele núcleo de Candomblé onde 70% das pessoas que lá convivem são analfabetas? Se não criarmos o vínculo com a tradição afro e com o ambiente religioso, não vamos alfabetizar essas pessoas. Não adianta dizer “ah, tem uma EJA aqui, uma EJA super legal com uma diretora maravilhosa”. A questão não é se o professor é bom e vai dar aula. A questão é que existe um grupo de pessoas que não vai atravessar aquela porta e sentar na sala de aula se não estabelecermos, no campo da política pública, vínculos contextualizados com os beneficiários daquele programa. É óbvio. E essas pessoas podem ter 60, 30 ou

20 anos. O analfabetismo entre a juventude que ainda existe é também urbano, não é só rural, e está colocado em nichos específicos. O cara que está com 30 anos, foi expulso da escola com 12, é analfabeto absoluto e não só funcional, não vai abrir a porta de uma escola só porque há oferta de vagas. Mesmo que você abra para ele, ele não vai entrar. Há muito mais a fazer do que organizar o programa e divulgá-lo de forma eficiente. Claro que estou só dando um exemplo.

**Leilah Landim: A questão é o vínculo, não é?**

**Ricardo Henriques:** Vínculo é fundamental! Vínculo e confiança são variáveis-chaves de uma política pública comprometida com mudanças sociais, são elementos centrais da UPP Social.

**João Trajano: Vamos falar de Polícia? Afinal de contas, isso surge de uma iniciativa da Polícia que tem um desenho, pelo menos inicial, que contempla muitas das expectativas construídas ao longo desses trinta anos. Você dialogou com essas pessoas em campo. Como é a conversa da UPP Social com a Polícia? Como é essa conversa hoje? Ouvindo o pessoal da ponta da Polícia, a UPP Social não existe. Há pouco tempo o secretário de Segurança, numa conferência falou, não vou ser literal, mas algo do tipo assim: nós fomos lá, abrimos essa possibilidade, dá para chegar, agora dá para subir, se não subirem não é problema da Polícia Militar. Minha avaliação é que de todas essas articulações aí que são super-sensíveis, difíceis, relevantes, talvez esse personagem seja o personagem mais difícil e ao mesmo tempo central, ou não. Como é essa conversa?**

**Ricardo Henriques:** É importante falar sobre a polícia e do que acontece após instalação da política de pacificação. Mas me permita destacar um aspecto que me incomoda. É um erro da Academia e de parte importante da sociedade produzir a ideia de um Estado ausente. O Estado está presente nas comunidades – os mapas do IPP mostram claramente a grande quantidade de equipamentos públicos, por exemplo, de saúde e educação nesses territórios. Mas ocorre que o serviço foi precarizado, não é realizado com qualidade, sobretudo com a desigualdade que existe e com a situação da gigantesca violência nas áreas populares. Temos de enfrentar a questão da qualidade, da participação e da sustentabilidade dos programas. Mas lembremos que agentes comunitários de saúde, professores,

enfermeiros, assistentes sociais, médicos, diretores de escola sempre subiram o morro, com ou sem tráfico. Ocorre que a enfermeira do PSF não trabalha como as outras se acontece uma troca de tiros entre a facção A e a B. As escolas nas favelas sob controle territorial armado do tráfico tem muito menos horas de aula do que outras escolas da rede pública, isso independentemente da qualidade da rede de ensino. Esse discurso do Estado ausente alimenta a visão conservadora do tipo “servidor público é um bando de preguiçoso”. Estou há 15 anos dizendo que é possível ter uma máquina pública eficiente. É claro que “agora pode”, agora com a segurança os caminhos estão abertos, agora pode fazer o que não era possível. Estou há dois anos dizendo que a pré-condição da ação pública efetiva é a política de segurança. Retirar o manto das armas é pré-condição para a construção de uma política pública de qualidade que enfrente a dívida social agravada pelo contexto de violência.

Mas se não percebermos a oportunidade em jogo nesse momento e continuarmos achando que devemos fazer mais do mesmo, vamos reforçar um modo patrimonialista e clientelista de fazer política pública. A política pública foi recorrentemente fragmentada produzindo relações de clientela e de subordinação. E infelizmente essa cultura não é só do poder público tradicional. É evidente que é uma escolha de um tipo de exercício do poder público, mas também encontra eco, acolhimento e retorno dos moradores. Na maioria dos lugares, um processo de escuta da comunidade, sobretudo diante de nossa fraca ou artificial cultura de participação, gera uma lista absolutamente infundável e acrítica de demandas. Além disso, mesmo os espaços efetivos de interlocução e participação se transformam, às vezes, em momentos de catarse. Diante da responsabilidade de uma política pública transformadora e emancipadora não deveríamos simplesmente entrar pela porta aberta pela pacificação. Não nos basta subir o morro e, volto a dizer, fazer mais do mesmo.

O Fórum da UPP Social deve ser entendido nesse contexto. Um momento de abertura para o diálogo e a participação, logo após a pré-implantação que se segue à pacificação, para iniciar um processo de construção de um plano de desenvolvimento local consistente, abrangente e integrado. Mas é evidente que o primeiro Fórum da UPP Social, em qualquer território, se dá nesse ambiente de demandas legítimas, mas dispersas, pouco sistemáticas e com frequência se apresentando como um momento de catarse

coletiva. Mas se não formos consequentes em relação a isso, exercitamos uma relação de empatia com a catarse, com o empilhamento acrítico de demandas e não nos responsabilizamos com nada, a não ser com algumas demandas literalmente jogadas diante de um contencioso histórico tão grande. Contencioso resultante tanto de uma significativa dívida social, econômica e cultural, quanto da vivência de um ambiente de violência extrema.

Do ponto de vista do poder público, se a escolha for apenas responder as demandas colocadas de forma acrítica delimitando o campo de possibilidades da ação, provavelmente faremos razoáveis políticas universais de direitos, por exemplo, nas áreas da Educação e da Saúde. Estritamente setoriais. Além disso, vamos atender de forma quase aleatória, dependendo dos instrumentos à mão, algumas das demandas específicas. Corremos o risco de estabelecer e reforçar a relação de balcão e clientela, do “toma lá dá cá”. Como se o desafio da política pública fosse o desafio do balcão. Isso é a agenda do passado, que dá para fazer. Mas essa agenda do passado não permite o salto que queremos e podemos dar.

Para isso, tenho de estabelecer o exercício da escuta forte, que implica criar condições de compromisso sobre o que vai ser feito. E também sobre o que não vai ser feito. Romper com a relação de clientela implicará ter maturidade institucional suficiente para dizer: nesse momento, diante dos desafios colocados, diante dos recursos disponíveis, parte dessa agenda – que pode ser a maior parte dela – não poderá ser realizada. A estrutura institucional pública tem de ter a maturidade de dizer: isso não dá para fazer; aquilo sim dá para fazer, de tal forma e com prazo definido. Assim se estabelecem não só vínculos de compromisso consistentes, como se criam relações de confiança. Estamos falando de outro estágio em termos de maturidade da política pública, algo ainda raro no Brasil. Claro que é necessário construir esse processo com atenção ao sentido da urgência, com responsabilidade para entregar resultados de qualidade no tempo adequado ao histórico da dívida social com as comunidades populares. Trata-se de criar reputação e credibilidade sobre a execução dos compromissos. Isso é muito importante para a reconfiguração do jogo político desse cenário. Na UPP Social estamos caminhando nessa direção.

**Trajano: Descendo para uma dimensão ainda mais concreta, qual é a agenda que está hoje**

**posta e implementada, do ponto de vista de políticas efetivas, e como isso se dá na conversa com os policiais? Por que, assim, do lado da Polícia... E só de você falar do lado da Polícia e do lado da UPP Social, do ponto de vista do desenho já é muito estranho.**

**Ricardo Henriques:** Não deveria ser assim, como se em vários momentos fossem agendas paralelas. Além disso, em circunstâncias distintas, se formam expectativas de que o Capitão da UPP deveria estabelecer uma postura de síndico da comunidade.

**Trajano: Isso está se concretizando, pre-ocupantemente. Eu acho que eles também esperavam não ser síndicos. Quando um comandante fala nesses termos, alguns pelo menos, falam contrafeitos. Não diria ser uma coisa universal, mas eu diria que é um bom diagnóstico.**

**Ricardo Henriques:** Também acho que essa não é a expectativa da Polícia Militar. Especificamente, creio que teremos um sinal concreto de que a modelagem de gestão pública que estamos propondo para a UPP Social funcionará quando conseguirmos concretizar as vocações de cada servidor público. A diretora da escola será diretora da escola; o médico será médico, a enfermeira será enfermeira, e, portanto, o policial será policial. Um policial pleno, exercendo com competência as funções e tarefas para as quais foi formado. Desmontar aquela expectativa, desconstruir a ideia de que o capitão da UPP deve agir como síndico é tão importante quanto desconstruir a crença de que a diretora da escola é a salvadora. As diretoras de escola reclamam enormemente: “Além de dar aula de português e matemática com qualidade eu tenho que resolver a questão social? Vocês acham que o problema da alimentação na família vai se resolver com a merenda escolar?”. A diretora da escola não é, não deve e não quer ser a mãezona, a salvadora; o policial não é, não deve e não quer ser o síndico.

Se conseguirmos criar uma rede de serviços públicos em que os agentes públicos concretos são vocacionados para aquilo que fazem e fazem aquilo para o que são vocacionados, será um avanço enorme da ideia de uma política territorial, coordenada e matricial. O que interessa para sua pergunta é que, talvez no contexto atual, o denominador mínimo comum dessa história seja o policial. A função da polícia, em

particular da polícia militar, é fazer política de segurança, aquilo para o que ela é treinada. O Capitão que dedica seu tempo para conversar com a CEDAE e tentar “resolver” o problema da água e do esgoto está tirando tempo da sua função de Capitão, de responsável pela boa condução da política local de segurança.

Interagindo com a polícia nesses dois anos, entendo que se trata de uma cultura institucional muito ensimesmada – vale a pena ler o livro do Coronel Robson Rodrigues. Uma cultura institucional voltada para dentro da corporação, não só com as implicações óbvias da hierarquia, mas também com muita dificuldade não só de ver como também de estabelecer relações com tudo que não lhe é próprio e específico. A rotina de nossa relação com a Polícia Militar e com a Secretaria de Segurança é de muito respeito. Sempre muito respeitosa com o pessoal de campo também. Nunca vi ninguém da nossa equipe reclamando: “alguém me virou as costas”. A relação com o comando é ótima! Trocamos informações, eles usam nossos mapas, participam das nossas reuniões... Não tem ruído, há vínculos de confiança derivados de uma prática cotidiana compartilhada e solidária. Agora, no campo, percebemos que há, em alguns momentos, uma quebra de expectativas. O Capitão, no seu território, muitas vezes tem a expectativa de resolução de uma questão específica que ouviu no dia a dia. Ele não está habituado a fazer o que chamamos de qualificação da demanda. Óbvio que gostaríamos de resolver rapidamente os problemas diários. Em alguns lugares a gente consegue, em outros não. Um exemplo clássico da importância de qualificar as demandas comunitárias ocorreu no Fórum do São João. Em todo lugar todo mundo quer escola técnica. Lá, também, essa foi uma reivindicação enfática dos moradores. Acolhemos a demanda, mapeamos a realidade local e descobrimos que havia mais de mil vagas abertas para cursos profissionalizantes e escolas técnicas no território.

**Trajano: vocês têm um papel de coordenação, talvez - essa palavra pode ser muito forte - de ‘gerenciamento’ entre secretarias. Está azeitado? Como está na prática mesmo?**

**Ricardo Henriques:** Acabamos não falando até agora sobre como funciona a UPP Social. Trabalhamos com base em um tripé: uma área institucional, uma gerência de território e outra gerência de informações. Tentamos qualificar ao máximo as informações sobre o território.

Para isso, contamos com a estrutura do Instituto Pereira Passos de análise de dados e produção de estatísticas; a gestão territorial também contribui com informações do campo. Todas as 11 equipes distribuídas no território alimentam um *blog*, parte do nosso ambiente *web* de gestão, um diário em que relatam atividades e indicam pontos críticos. Os supervisores comentam esse processo. Temos então uma base de informações de grande qualidade. Estamos produzindo em cada comunidade o Mapa Rápido Participativo (MRP), um instrumento do qual cada equipe analisa um dado território, tornando visíveis as diferenças internas a cada território. Estamos produzindo uma taxonomia de quinze eixos, com muitos indicadores, em seis níveis para cada território. Nenhuma secretaria tem codificadas essas nuances dos territórios, as diferenças entre eles.

Essa produção de informação só é viável porque temos uma equipe de gestores, que agora foi enriquecida por um grupo de 57 moradores das comunidades que se tornaram agentes de campo. Estão fazendo mapas de logradouros, coletando e produzindo dados primários. É uma informação de muita qualidade que será georeferenciada. Estamos produzindo uma informação primária que não existia na Prefeitura. Os moradores de favela, incorporados à gestão pública a partir da UPP Social, são os protagonistas do mapeamento físico e espacial dos logradouros nas favelas. Eles são os principais atores na construção dessa narrativa sobre as favelas; é por intermédio deles que as favelas entrarão no mapa oficial da cidade.

Então, grande parte do trabalho é geração e gestão da informação. Isso só é possível com uma estrutura que tenha algumas características. Uma é não ser uma máquina fisicamente encastelada. Esse pessoal não tem uma sala, não tem um guichê, não tem uma porta, não tem uma mesa. E isso é fundamental para gerar qualidade. A equipe tem de estar na rua, de forma leve, inovadora e criativa; se não estiver na rua não está trabalhando. É uma questão de atitude.

**Trajano: É um mundo que realmente não estava no mapa. No mapa da Prefeitura.**

**Ricardo Henriques:** Só para dar um exemplo. A Cidade de Deus tem um grupo absolutamente engajado e militante, que desde os anos 90 trabalham em projetos de desenvolvimento local. Já teve supervisão da Coppe, do Ippur. Fizemos várias reuniões. Em um determinado

momento, já com mais de seis meses de trabalho, a gestora da nossa equipe disse ao Tiago Borba que ele tinha de conhecer um lugar. E o lugar era o tal do Sítio da Amizade, atrás dos Apartamentos, na CDD. Fomos lá, eu, Tiago e a equipe de gestão territorial. Uma ribanceira enorme, 400 casas de madeira sem nenhuma luz, sem água. Imagino que seis ou sete crianças por família. Todos já saíram de lá, entraram no aluguel social e foram encaminhados para o programa Morar Carioca. Não vou entrar em detalhes do drama dessas pessoas. O impressionante é que na reunião de desenvolvimento local, feita por gente engajada, militante, intersectorial, não se fez nenhuma referência a aquele lugar dentro da CDD. Houve uma miopia situacional na agenda de representatividade local. Precisamos fazer uma escuta forte, e ao mesmo tempo ter a maturidade de entender que não basta a escuta forte.

Com esse acúmulo, temos uma governança muito marcada e nítida com o prefeito, os secretários e as secretarias. Cada secretaria tem um ponto focal. Realizamos uma reunião mensal aqui, com todos os pontos focais e uma reunião a cada três meses com o Prefeito e as dez secretarias de maior interação com os principais desafios das comunidades em favelas para estabelecer planos de trabalho para as demandas levantadas. E o que está acontecendo agora? O primeiro escalão já sabe que para falar sobre esses territórios é importante conhecer as informações reunidas pela UPP Social. Isso está criando uma relação de confiança. A informação é compartilhada, não só pelo *site* da UPP Social, em um nível básico e público, mas também, em maior detalhe, com as secretarias.

A partir dessa estrutura é possível estabelecer um acordo de gestão com cada secretaria. Na última reunião com o prefeito, há dois meses, apresentamos uma lista de cerca de 800 demandas. Criamos uma seleção de demandas prioritárias, que deu mais ou menos 130. A orientação do prefeito foi clara: “Secretários, esqueçam as outras, deixem com suas equipes. E vocês, secretários, se dediquem a dar uma resposta pro Ricardo e sua equipe sobre essas 130.” Há um ano atrás tudo isso era estratégia. Agora acontece, é uma realidade. Isso não responde a tudo. O processo de compromisso tem vários problemas. Mas, o posicionamento, do ponto de vista de conhecimento e gestão pra criar relações de confiança e reputação, está dado.

**Trajano: Você falou do Robson. Você tem toda uma geração de oficiais que não somente**



**é capaz, mas tem vontade de conversar com a gente. Mas ainda assim... Eu estive há pouco tempo numa reunião do Comando para a qual o Robson nos convidou, com sete, oito oficiais. E daí você sai meio entusiasmado e meio receoso. Entusiasmado porque você nunca se imaginava há 15 anos ser convidado pra uma mesa com vários oficiais fardados e conversando. Por outro lado, você sabe que está sempre por um fio. Eu fico pensando nesses anos todos aos quais você também fez menção e pergunto: você definiria a UPP Social como um programa de prevenção à violência?**

**Ricardo Henriques:** Não. A não ser num efeito secundário, supondo que uma sociedade menos desigual previne a violência. Há uma inteligência institucional no comportamento dos traficantes. Em essência eles são iguais ao estereótipo do político clientelista. Eles estabeleceram relações de subordinação, de subalternidade, no sentido preciso, como o politiquês. Há dimensões simbólicas de violência que só podem ser enfrentadas de alguma forma eficiente e sustentável agindo sobre a desigualdade e não sobre a segurança. Desse ponto de vista, uma agenda como a nossa, ao produzir a inter-setorialidade que comentamos anteriormente, previne, se você quer usar esse verbo, violências.

A pergunta que eu colocaria seria: vamos de fato enfrentar a desigualdade? Ou só enfrentar a pobreza? A UPP Social ambiciona ser um canal de explicitação e de produção de caminhos para reduzir a desigualdade. Essa engenharia institucional, essa arquitetura toda, está focada em dois movimentos. Um, o movimento imediato, que não quer dizer temporal, da integração da cidade. Toda a agenda caminha na direção de indagar: é possível integrar essa cidade? Sim ou não? E se for, é possível integrar essa cidade que ficou com a alegoria da marca da cidade partida? Temos de lembrar que parte da alegoria da cidade partida decorre do fato de a política pública também ser partida. Tem política pública de primeiro e de segundo grau, de primeira e de segunda categoria. Esse é um problema nacional, que rebatido nas regiões metropolitanas fica ainda mais forte.

Integrar não é só um problema de ir e vir. Ter uma cidade integrada não é só levar a favela à cidade. Se eu não entender isso como um fluxo real de duas mãos, sair da alegoria de que a favela é um lugar precário a ser salvo, não consigo integrar. O segundo passo é ter uma agenda (que é contemporânea, possível e consistente com a experiência do Brasil) de redução de

desigualdade. É ter a ideia de território como estrutura de planejamento de uma gestão integrada a partir de uma visão matricial; é enfrentar o problema da fragmentação, da sobreposição e do isolacionismo dos setores; é produzir uma reengenharia com governança e posicionar a máquina pública para reduzir a desigualdade. Tudo isso é uma ambição desse processo. Nesse sentido, eu acho que há campos de violência material e objetiva, tangível e de violência simbólica e intangível que passam a ser enfrentados. Mas isso não é uma agenda somente para a favela, mas para a cidade como um todo.

Por isso aquela ideia de oportunidade. Estamos disputando caminhos possíveis para um arranjo metropolitano contemporâneo. Estamos disputando “desenhos” de um arranjo contemporâneo que são alternativas aos hoje implantados, por exemplo, em Paris ou Los Angeles.

Trajano: Esse *approach* ganha força na cabeça de vocês que estão à frente disso com a vinda para Prefeitura ou isso já era uma coisa...

**Ricardo Henriques:** Conceitualmente, estava desde o início. Mas avançou e se aprofundou com a vinda para a prefeitura.

**Trajano: A gente não tratou aqui porque não deu, surgiram outras coisas. Mas o deslocamento do Governo Estadual para a Prefeitura, pelo menos em tese, teria algum impacto com relação a isso?**

**Ricardo Henriques:** Grande parte da agenda do arranjo metropolitano é de responsabilidades executivas da prefeitura, então isso melhorou muito a possibilidade de atuar nesse sentido. Tenho dúvidas sobre qual seria a nossa efetividade se ainda estivéssemos no Estado. Acho que seria muito menor. No Estado não teríamos, por exemplo, instrumentos para produzir os mapas de que falei. O desenho correto para a UPP Social é mesmo estar na prefeitura.

**Trajano: Acabou então sendo uma contingência positiva para o programa.**

**Ricardo Henriques:** Talvez o amadurecimento do programa o levasse a migrar para a prefeitura. É um problema de metodologia e de gestão territorial integrada. Converso muito com o Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, do IPPUR, sobre estarmos experimentando algo sobre o que pouco se conhece. É uma metodo-

logia de gestão matricial, territorial, integrada. Algo que está na literatura há muito tempo, mas que no Rio de Janeiro não havia sido exercitado. É possível ou não ter o território como origem de planejamento?

**Trajano: O Observatório de Favelas tem um pouco disso.**

**Ricardo Henriques:** Com certeza, mas a máquina estatal nunca teve isso. Tentou-se um pouco no Favela-Bairro, mas com muito mais resistência e com um horizonte de intervenção muito mais limitado do que se tem hoje. Precisamos dar conta, em simultâneo, dos desafios da escala, da garantia de um padrão elevado de qualidade das ações públicas e da heterogeneidade dos territórios.

Não podemos esquecer que o Batan não é igual ao Pavão-Pavãozinho, que não é igual ao Alemão, que não é igual ao São Carlos, e assim por diante. Mas, como a gente faz para conseguir olhar o Batan de um jeito diferente, adequado a suas especificidades e capaz de transformar positivamente aquela realidade local? Como asseguramos a provisão de oferta de serviços básicos, como por exemplo a coleta de lixo e a iluminação pública, com qualidade e de forma universal, sendo ao mesmo tempo adequada às peculiaridades do relevo e do tecido social de cada uma das comunidades do programa?

**Trajano: É uma escolha que impõe um ritmo mais lento.**

**Ricardo Henriques:** No território, as pessoas vivem, evidentemente, o tempo do imediato. E a máquina pública tem outro tempo, mais lento, em geral excessivamente lento e ineficiente. O tempo do imediato expressa, de forma correta, a radicalidade de várias demandas sociais, mas pode conduzir, se mal trabalhado, à manutenção e reprodução de uma relação de clientela. Não podemos ficar refém dessa história. Esse é um esforço estratégico da UPP Social. Entre o tempo do imediato e o tempo da ineficiência há de se definir o tempo da efetividade. Temos de identificar e construir o tempo da efetividade da

gestão pública considerando todos os seus preceitos: ser eficaz, ser eficiente, ser objetivo e ter resolubilidade. Evidentemente, temos de ter o sentido da urgência com capacidade de oferecer soluções tangíveis e quanto mais perto do tempo do imediato melhor. No entanto não adianta, por um lado, a resposta imediatista que parece aplacar os anseios do curto prazo, mas só reforça padrões históricos de exclusão, nem adianta, por outro lado, a promessa postergada para um futuro distante e intangível. Não se trata de um exercício idealizado de uma gestão territorial integrada. É um processo permanente de tensão. Esse tempo que eu estou chamando de tempo da efetividade não é só uma questão da máquina ficar mais eficiente, é também da máquina ficar mais crítica e mais política, no sentido preciso da palavra. A máquina precisa exercer plenamente sua capacidade de diagnóstico, de forma participativa, e construir os caminhos de compromissos e responsabilidades para a entrega de soluções estruturadas e sustentáveis. Quanto mais aumenta a capacidade crítica de formulação e de interlocução da máquina pública mais ela pode produzir respostas consequentes, de qualidade e consistentes. A relação entre o tempo do imediato e o tempo da efetividade não deve se contentar com programas ou políticas de segunda categoria ou de segunda classe, exclusivos dos mais pobres. E essa reflexão tem a ver com os riscos de como o processo de naturalização da desigualdade, em nossa sociedade, contamina a prática da gestão pública. Nossa sociedade naturalizou a relação com a desigualdade de tal forma que, em várias circunstâncias, parece que fazer alguma coisa para o pobre já é o suficiente. O estigma do coitadinho e a lógica da carência são assustadores e organizam as práticas clientelistas e assistencialistas, por vezes empacotadas em um superficial e falso pragmatismo. Toda a retórica que vem associada a isso alimenta uma abordagem e uma estrutura do atraso. Isso rebate no cotidiano das máquinas e da gestão pública. Nesse sentido, estamos disputando modos de produzir um arranjo urbano contemporâneo, atuando gradualmente para dar mais qualidade à gestão pública com uma abordagem que se pretende, simultaneamente, eficiente, participativa e republicana.

## FAVELAS CARIOCAS, UPPS E O PROCESSO DE ANÁLISE PRÉVIO À IMPLANTAÇÃO DAS UPPS SOCIAIS

POR SILVIA RAMOS<sup>1</sup>

Os trabalhos apresentados a seguir são parte de um processo de análise prévio à implantação das primeiras UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) Sociais em favelas cariocas, em 2010, no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.<sup>2</sup> Três dos artigos (de Marianna Ollinger, sobre o Batan; de Isis Ribeiro Martins, sobre o Tabajaras e o Cabritos; e o de André Rodrigues, sobre a Providência) encontram-se na forma de relatórios de campo. O artigo de Monique Carvalho, sobre o Borel, de caráter analítico, tomou como base o diário de campo realizado em 2010, ao qual foram acrescentadas outras observações na própria comunidade e reflexões críticas sobre o processo da UPP e da UPP Social.

Os textos sobre o Batan, a favela de Tabajaras/Cabritos e o morro da Providência expressam um momento preciso da vida de favelas cariocas, que haviam recebido Unidades de Polícia Pacificadora, mas ainda não tinham sido objeto de análises acerca de aspectos cruciais da vida nas comunidades: relacionamento dos moradores com a polícia, especialmente os jovens; relacionamento dos policiais com os moradores; impressões das lideranças comunitárias (associativas, culturais, religiosas e outras) sobre a instalação das UPPs e impressões sobre o presente momento da vida da favela.

Os pesquisadores ouviram presidentes e membros de associações de moradores, coordenadores de grupos de jovens, produtores culturais, como rappers, funkeiros, grafiteiros e jovens de grupos de teatro; mototaxistas, donos de kombis; pastores, padres e líderes religiosos; lideranças femininas e comerciantes. Também pedimos que ouvissem gestores e servidores públicos (professores, diretores de escolas e creches, pessoal do Programa Saúde da Família (PSF), Faetec, quadra de esportes etc.) e de outros agentes externos atuando na favela (ONGs, grupos filantrópicos e empresas como Light e outros prestadores de serviços) com relação à instalação das UPPs e a nova situação da comunidade.

Além das impressões desses diferentes atores sobre a UPP e o momento da vida na comunidade, pedimos que focalizassem mudanças em curso com relação a serviços anteriormente regulados pelo tráfico/milícia, como gás, TV a cabo, luz, água, internet, transporte etc. e identificassem outros problemas graves de infraestrutura (limpeza, correios, trânsito, ilumi-

nação, calçamento das ruas e outros). Também pedimos que as observações se voltassem para problemas surgidos após a retirada das armas: regulação de som, festas, aluguel, compra e venda de imóveis, desavenças com vizinhança, e serviços “assistenciais” e de caridade anteriormente fornecidos pelos grupos armados, como pagamento de enterros, cesta básica etc.

Durante aproximadamente 30 dias, os autores fizeram um mergulho em campo, utilizando o método da observação participante, das entrevistas semi estruturadas, e mantiveram uma perspectiva etnográfica, em que ser “de fora” permite compreender melhor o que se passa “de dentro”. Os relatos de campo são resultados de esforços extraordinários de inúmeras visitas realizadas em tempo recorde e dezenas de entrevistas, interlocuções, diálogos ou apenas conversas na esquina com moradores, donos de bar ou crianças voltando da escola.

O objetivo desse processo analítico era traçar um quadro identificando os principais problemas, perspectivas e ideias de ações a serem desenvolvidas pós-instalação das UPPs e no processo de construção de UPPs Sociais, nas comunidades específicas, no momento preciso da pesquisa, agosto/setembro de 2010.

Desejávamos com esse processo traçar um diagnóstico de cada favela e, ao mesmo tempo, um panorama geral do estado das UPPs nas favelas que em 2010 já haviam recebido UPPs (eram 10 favelas na ocasião).

O importante na publicação destes textos hoje é que o leitor da Comunicações do Iser tem acesso, em 2012, ao que em 2010 foi considerada uma linha de base do estado da arte nas favelas analisadas. Os textos devem ser entendidos também como referências para observações e análises futuras, guias para investigações nos próximos anos, pois eles flagram um momento particular do percurso. As atuais 20 Unidades de Polícia Pacificadora, situadas em mais 40 favelas, continuam a demandar esforços de investigação e análise de antropólogos, sociólogos e ativistas. Os textos a seguir são um bom exemplo de que as Ciências Sociais e especialmente a etnografia e os métodos de investigação de campo são bases indispensáveis às análises sobre o Rio de Janeiro – se quisermos entender o que está mudando nas favelas cariocas.

<sup>2</sup> A concepção das UPPs Sociais e sua implantação parcial, na modalidade de experiências-piloto, foi coordenada por Ricardo Henriques, titular da Secretaria de abril a dezembro de 2010. A partir de 2011, as UPPs Sociais passaram a ser plenamente desenvolvidas em âmbito municipal, a partir do Instituto Pereira Passos, ainda sob a coordenação de Ricardo Henriques. Para referências conceituais e metodológicas sobre a UPP Social, ver UPPs Sociais: ações sociais para a consolidação da pacificação (Ricardo Henriques e Sílvia Ramos), in André Urani e Fábio Giambiasi (org.), Campus/Elsevier, 2011.



# AS RELAÇÕES DAS UPPS COM OS MORADORES E OUTRAS LIDERANÇAS SOCIAIS NAS FAVELAS CARIOCAS: BATAN (JARDIM BATAN, VILA JUREMA E MORRINHO)



**POR MARIANNA OLINGER <sup>1</sup>**

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada ao longo do ano de 2010, com o intuito de identificar algumas percepções de moradores e prestadores de serviço das localidades conhecidas como Jardim Batan, Vila Jurema e Morrinho – que compõem o território de trabalho da UPP Batan. O documento foi escrito originalmente na forma de relatório e está dividido em seis tópicos. No início, faz-se uma breve descrição do trabalho de campo. Na sequência, é apresentado o contexto local – com ênfase na situação de violência/segurança que provocou a implementação da UPP naquele local. Os resultados são apresentados em três tópicos distintos: a percepção dos atores sobre a UPP e a situação de segurança; as permanências e mudanças com relação à prestação de serviços nas localidades pesquisadas, e alguns temas considerados “controversos” a partir dos depoimentos e relatos colhidos. O relatório é finalizado com uma seção chamada “Ideias, sugestões e reflexões”, que busca apontar possíveis caminhos, ou questões relevantes com relação a perguntas feitas previamente pela Subsecretaria de Ações Integradas no Território (Sait) da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos.

## O CAMPO

Durante o mês de agosto de 2010, foram realizadas conversas com 33 pessoas, em 10 visitas de campo, além de observação da dinâmica das relações nas instituições visitadas. Durante essas visitas, também foram observadas algumas dinâmicas das relações comunitárias e de agentes do Estado na e com a comunidade. Entre entrevistas e conversas informais, compuseram o grupo de fontes: policiais membros da UPP (oficiais e praças); profissionais das áreas de Saúde e Educação; membros da associação de moradores; de ONGs locais; de igrejas; e outros moradores. Entre os entrevistados moradores, pode-se ter uma mostra variada no que diz respeito à idade e ao tempo de residência na comunidade.

A primeira visita foi realizada no dia 6 de agosto, e, a partir dessa data, foram realizadas de duas a três visitas semanais, com permanência de 4 e 6 horas por visita, aproximadamente, em campo. Nesse período, as comunidades/regiões visitadas podem ser divididas em quatro: Jardim Batan; Vila Jurema (Água Branca); Morrinho; e conjuntos habitacionais novos (conhecidos pelos moradores do bairro como “Urubulengo”, em alusão ao Morro do Urubu, localidade originária dos ocupantes de um dos conjuntos,

que vieram transferidos após um desabamento naquela localidade).

A entrada no campo se deu principalmente por via Institucional, ou seja, buscavam-se instituições específicas, e, a partir daí, contatavam-se pessoas, fossem elas residentes na comunidade ou profissionais prestadores de serviço na comunidade. Não foram realizadas visitas no período noturno, uma das limitações deste estudo, pela dificuldade de acesso à comunidade e a periculosidade do entorno – para chegar e sair em transporte público após o anoitecer.

A comunidade<sup>3</sup> se mostrou bastante fechada no início da pesquisa, e as pessoas, em geral, se mostraram desconfiadas de atores externos, havendo muita dificuldade para acessar pessoas que se dispusessem a falar abertamente. Pode-se dizer que as duas últimas semanas de campo foram mais produtivas em termos de informações diferenciadas. Ainda, somente ao final do campo, foi possível estabelecer contatos que permitiriam construir um arranjo para frequentar a comunidade em espaços não institucionais. No entanto, já era tarde para fazê-lo.

É importante destacar que a localidade tem uma longa história de abandono institucional e operação de grupos armados, sendo a única das UPPs instalada em um lugar ocupado por milícia anteriormente.

## BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo relatos dos moradores, a ocupação do que hoje é conhecido como Jardim Batan tem aproximadamente 50 anos, tendo crescido substancialmente a partir dos anos 1970. Tanto o comando local da UPP como a associação de moradores afirmam que Jardim Batan, Vila Jurema e Morrinho, somados, têm aproximadamente 50 mil habitantes, número que diverge dos dados trabalhados pelo Instituto Pereira Passos (IPP), com base no Censo Demográfico de 2000. Segundo dados fornecidos pelo IPP, o território coberto pela UPP Batan teria aproximadamente 2.600 habitantes, levando-se em conta a população do Jardim Batan e de Vila Jurema.

A comunidade conhecida como Batan está localizada na zona oeste da cidade, no final da Avenida Brasil (após a passarela 34) e os dois principais bairros nos quais a população vai buscar serviços, além de serem espaços de trabalho, são Realengo e Bangu. A área coberta pela UPP inclui as localidades Jardim Batan, Vila Jurema, Morrinho e, desde o início de 2010, dois

<sup>1</sup> Mestre em Políticas Sociais e Planejamento pela London School of Economics, doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ).

<sup>3</sup> Durante a pesquisa, os entrevistados majoritariamente referiram-se aos territórios pesquisados como “comunidade”. Neste texto, respeitar-se-á a nomenclatura adotada pelos entrevistados sem questionar as raízes ou adequabilidade do termo para definir tais lugares.

conjuntos habitacionais da Caixa Econômica Federal, que receberam populações originárias de uma remoção ocasionada por uma intervenção urbanística em Madureira e por um desabamento. Ambos os conjuntos estão localizados no limite entre Vila Jurema e Cancela Preta.

Durante muito tempo, o Batan foi conhecido pelos confrontos violentos entre as facções criminosas (ADA e TCP) – que procuravam controlar o tráfico de drogas na região –, e entre esses grupos e a polícia. Os grupos rivais estavam territorializados (ocupavam) o Jardim Batan e o Fumacê, comunidade vizinha ao Batan (do outro lado da Avenida Brasil). Segundo relatos colhidos durante as entrevistas, há rivalidades entre as duas comunidades há pelo menos 20 anos, e a rivalidade se estende mesmo para além daqueles envolvidos na criminalidade, atingindo principalmente jovens e adolescentes. No ano de 2007, um grupo de milicianos invadiu o Batan e expulsou o tráfico de drogas do local. A partir daí, esse grupo passou a ter o domínio sobre o território. Em maio de 2008, uma equipe do jornal *O Dia*, que estava fazendo uma série de reportagens sobre a milícia no local, foi descoberta pelos milicianos e, em seguida, torturada. A notícia da tortura foi capa do jornal, e os milicianos foram expulsos do local pela polícia, que estabeleceu um posto policial lá no ano de 2008. Segundo relatos colhidos, contando com a mediação de um morador da comunidade, policial do Batalhão de Operações Especiais Policiais (Bope), atual presidente da associação de moradores.

Em fevereiro de 2009, a UPP foi instalada na comunidade. Por questões relacionadas à manutenção da segurança no local e, segundo o comandante da UPP na época da pesquisa, ao fato de a comunidade estar cercada por outras comunidades que permanecem com forte presença do tráfico armado (Fumacê e Vila Vintém), optou-se por incluir também no policiamento a comunidade vizinha, chamada Vila Jurema, apesar de essa não ter presença forte do tráfico anteriormente. Segundo os relatos colhidos neste levantamento, apesar de o tráfico estar fortemente armado e vendendo abertamente, a comunidade sofria mais com as invasões e rivalidade com outras facções que pela presença do tráfico em si – que, segundo relatos, não tinha perfil especificamente violento com os moradores da comunidade.

No caso da milícia, o principal problema era o uso de violência abertamente. Casos de espancamento e tortura públicos, bem como de trabalho forçado foram citados como alguns

exemplos da atuação violenta da milícia. Além disso, existem vários relatos de pessoas desparecidas durante o período em que o grupo ocupou o local, e não se tinham notícias do paradeiro dessas pessoas no período em que a pesquisa foi realizada.

### PERCEPÇÃO DOS ATORES SOBRE A UPP E A ATUAL SITUAÇÃO DA COMUNIDADE COM RESPEITO À SEGURANÇA

De maneira geral, pode-se dizer que todos os atores entrevistados são a favor da permanência da UPP na comunidade. Independentemente de haver críticas, a qualidade de vida parece ter aumentado muito. Não houve, durante a pesquisa, um relato sequer questionando a presença da UPP e sua atuação de maneira mais ampla. O que não quer dizer que não haja críticas, como veremos mais adiante.

O fato de não haver mais conflitos armados foi a razão mais citada entre os benefícios da presença da UPP. Tanto os moradores como os prestadores de serviço na comunidade acham que o clima ficou tranquilo e seguro para trabalhar.

Os profissionais da área de Educação apontam para uma melhora nítida e significativa do rendimento das crianças na escola, além de a dinâmica nas escolas haver melhorado por não ter mais interrupções frequentes das aulas (ocorridas anteriormente diante da troca de tiros). Um profissional de uma das instituições educacionais visitadas, com décadas de atuação na localidade entrevistada, relatou que, antes da chegada da UPP, era muito comum as crianças falarem em medo de morrer, medo de levar tiros, além dos relatos de “cruzar com” cadáveres no caminho para a escola. Segundo a percepção da equipe de uma das escolas visitadas, o fato de a UPP promover reforço escolar e atividades desportivas para crianças é positivo, tendo favorecido o estabelecimento de um bom relacionamento entre os policiais e as crianças.

O fato de as prestadoras de serviços, e mesmo as instituições públicas, estarem mais presentes na comunidade foi um fator identificado positivamente pelos entrevistados. Em uma das entrevistas, um profissional, que também é morador, relatou que as pessoas tinham vergonha de dizer que moravam no Batan, ou, simplesmente não diziam, pois sabiam que sua demanda por um serviço determinado (Samu [Serviço de Atendimento Móvel de Emergência], Light ou entregadores em geral) não seria atendida.

Durante o levantamento, foi possível perceber uma diferença de percepções e de graus de aceitação da UPP entre públicos de diferentes idades. Os idosos têm uma visão quase essencialmente positiva, enquanto os jovens e adultos têm críticas mais contundentes. No entanto, vale ressaltar que o fato de jovens e adultos serem mais críticos não significa que sejam contrários à permanência do serviço. Em uma conversa com pessoas de diferentes faixas etárias, a frase “Os idosos adoram, os jovens odeiam” foi proferida por uma pessoa, enquanto todos os outros concordaram.

Segundo relatos colhidos, os jovens parecem entender que a UPP “proíbe tudo e não oferece nada em troca” a eles. Apesar de pelo menos parte das pessoas mais velhas acreditarem que é “melhor” que não tenham bares abertos de madrugada nem música alta (sobretudo o funk – proibido na comunidade), algumas pessoas entrevistadas foram taxativas ao dizer que “o que o jovem não faz ali, vai fazer fora”, e que é um “equivoco” não oferecer espaços onde eles possam se expressar livremente. Algumas pessoas classificam as regras impostas pela UPP como “toque de recolher”, classificando-as como excessivas e, muitas vezes, desnecessárias, afirmando que os jovens e adolescentes seriam os principais atingidos. Os entrevistados que compartilham essa visão acreditam ser uma estratégia equivocada, pois seria muito melhor se os jovens pudessem ficar e se divertir na própria comunidade, criando espaços seguros de convivência.

Por outro lado, os policiais parecem acreditar que precisam impor respeito absoluto entre os jovens, para que não percam o respeito conquistado perante o resto da comunidade, sobretudo a população mais idosa e também os religiosos mais conservadores, satisfeitos com o fato de não haver mais festas noturnas e com a proibição do funk (ver Temas controversos).

Apesar do descontentamento de muitos com a associação de moradores (ver Temas controversos), algumas pessoas relataram que o fato de não haver opções de lazer – aliado à proibição de festas e eventos durante a madrugada –, fez com que, em junho, a Festa Junina promovida pela associação ficasse lotada, fortalecendo, em alguma medida, a atuação dessa na comunidade.

Apesar do aumento da sensação de segurança relacionada a crimes de morte, a chegada da UPP criou uma expectativa muito grande de que as pessoas não seriam mais vítimas de violências, o que não é verdade para todos os tipos de violência. Existe uma percepção ge-

neralizada de que houve aumento dos casos de violência intrafamiliar e dos assaltos. Algumas pessoas alegam que existe pouco policiamento, que os policiais circulam pouco. Outras reclamam principalmente da postura dos policiais da UPP quando são procurados em casos de roubos e furtos. Os relatos são de que os policiais da UPP alegam não ter o que fazer após o ocorrido, salvo se a pessoa souber exatamente quem roubou/furtou ou onde está o bem roubado/furtado (isso caso esteja na comunidade, já que nos casos onde o autor do furto é de comunidade vizinha – a maioria estimada segundo os relatos –, os policiais pouco podem fazer por conta da presença do tráfico nessas comunidades). É claro o descontentamento com a situação dos roubos e furtos. Chamou a atenção a frase de um morador que dizia “Do tráfico, a gente espera tudo, mas da polícia não, espera-se o melhor, e não isso...”. Os moradores dizem “não aceitar” o fato de haver tantos roubos e furtos em uma localidade “onde há presença de UPP”.

Outra frase que chamou a atenção foi “Os policiais deveriam prevenir os roubos em vez de ficar revistando os adolescentes homens”. No entanto, as opiniões com relação às revistas de adolescentes são contraditórias. Os adolescentes acham que são revistados injustamente. Os adultos e mais idosos, em grande medida, acreditam que é necessário revistá-los para coibir o uso e tráfico de entorpecentes, porém alegam haver abusos nas revistas. No entanto, a unanimidade é que a forma de revista é desproporcional e desnecessariamente agressiva.

Durante as entrevistas, foram muito comuns os relatos de abusos por parte de alguns policiais – como extorsão e agressão em revistas – especialmente direcionados a jovens e adolescentes. Segundo alguns entrevistados citaram casos de adolescentes de outras comunidades em visita a amigos e de entregadores vítimas de extorsão por parte de policiais da UPP. Um entrevistado sugeriu que “Os policiais deveriam prevenir os roubos e furtos em vez de ficar revistando os adolescentes”. Depoimentos semelhantes foram identificados em algumas entrevistas.

Quando perguntados se havia alguma prática de denúncias de tais práticas, os entrevistados relataram não haver denúncias pelo fato de não haver “abertura” para isso. Eles alegam que, diferentemente da época da gestão anterior da UPP, onde havia um espaço institucionalizado para denúncias e reclamações; na atual gestão, não há nenhum tipo de incentivo a que denúncias e reclamações sejam feitas.

Nesse sentido, alguns relatos sugerem que,



apesar de gostarem do capitão atual gestor da UPP, acreditam haver menos espaço para diálogo na atual gestão. As entrevistas sugerem que, anteriormente, os cafés comunitários eram frequentes e que o Capitão incentivava as pessoas a participar e a falar – até mesmo a fazer denúncias e reclamações com relação ao policiamento – durante as reuniões. Relatam que, durante os cafés, o capitão perguntava muito, incentivando as pessoas a falar. Existia uma dinâmica na qual eram distribuídos papéis para que as pessoas fizessem sugestões. O Capitão, a seguir, lia em voz alta e dizia que ia dar retorno – e, segundo relatos, dava. Isso fazia com que as pessoas se motivassem a falar, participar, contribuir. Relatam um caso no qual a mãe de um adolescente reclamou de má conduta de policiais e o anterior capitão transferiu os policiais acusados, dando assim uma resposta à comunidade. Os moradores também reclamaram por não terem sido notificados da saída do antigo capitão e de não lhes ter sido informada a razão de sua saída.

Uma reclamação que apareceu em diferentes entrevistas foi o possível envolvimento de policiais com meninas da comunidade. Parece ser comum ver policiais conversando com meninas “muito novas” e também com mulheres casadas. Alguns entrevistados relataram haver boatos sobre a existência de “festas privadas”, entre os policiais, durante a noite na sede da UPP. Esses relatos vieram de diferentes fontes, em diferentes momentos, ao longo do estudo.

Em geral, as pessoas acreditam que a UPP trouxe muito benefícios, mas acreditam que falta treinamento aos policiais sobre como se comportar no dia a dia na comunidade. Relatos desse tipo geralmente acompanhavam as reclamações do comportamento dos policiais com homens jovens e adolescentes (violência) e com mulheres jovens e adolescentes (relações íntimas).

Há alguns relatos de que, durante o primeiro ano de implementação da UPP, “era melhor”, que os policiais circulavam mais a pé, que eram mais “duros”, fazendo-se respeitar mais, porém sem colocar medo. Uma hipótese é a de que esses relatos indiquem certo acomodamento dos policiais após o primeiro ano de funcionamento da UPP. Por um lado, conhecem melhor a comunidade e a dinâmica do próprio trabalho, o que, sem um treinamento continuado, faz com que se sintam mais à vontade para “jogar” com esse conhecimento.

## OFERTA DE SERVIÇOS: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS

Um dos objetivos da pesquisa foi identificar as principais permanências e mudanças na oferta de serviços públicos nas comunidades. Nesse sentido, chama a atenção a impressão generalizada de que teria melhorado muito. Ao mesmo tempo, os informantes relatam problemas, deficiências e/ou ausências que necessitam de atenção para ser minimizados ou resolvidos quando possível.

Com relação à Educação, serviço mais citado durante as entrevistas e conversas, pode-se dividir o tema em quatro áreas, agrupadas de acordo com a similaridade das questões apontadas durante as entrevistas: 1) educação infantil; 2) ensino básico e fundamental de primeiro ciclo; e 3) ensino fundamental de segundo ciclo e ensino médio; e, por fim, 4) ensino profissionalizante e alfabetização de jovens e adultos.

No caso da educação infantil, no momento da pesquisa, não existiam creches públicas em nenhuma das comunidades, o que era considerado um problema sério para quase todos os informantes. Uma creche pública estava em construção no momento da pesquisa, no entanto, informantes chamaram a atenção para o fato de que a oferta não seria suficiente para cobrir a demanda existente. Relatos dão conta de aproximadamente quatro instituições provedoras de serviços de educação infantil privadas na comunidade, e indicam que o valor pago nas creches privadas existentes variam de R\$ 40 a R\$ 50 por criança por turno (não foi possível confirmar essas informações nas instituições).

Com relação ao ensino básico e fundamental de primeiro ciclo, existiam duas escolas públicas que ofereciam ensino básico e fundamental de primeiro ciclo na comunidade em 2010. Uma localizada no próprio Jardim Batan, bastante próxima à UPP, e a outra na comunidade chamada “Água Branca” (de acordo com a divisão da UPP, considerada parte do Jardim Jurema). As duas escolas parecem ser bem-avaliadas pela comunidade, e oferecerem serviços de qualidade, sendo que uma delas havia sido premiada no ano da pesquisa pela qualidade de seus serviços, tendo batido todas as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Pelo menos uma das escolas recebia os projetos “Mais Educação e Escola do Amanhã”.

O grande problema identificado durante as entrevistas com relação ao ensino básico e fundamental era o déficit de vagas para atender à

demanda existente. As vagas oferecidas pelas duas escolas somadas são aproximadamente de 1 mil lugares. As diretoras de ambas as escolas concordam que não há vagas suficientes para a demanda existente e dizem ter sempre de 50 a 100 crianças em lista de espera. Se, por um lado, esse dado pode ser alarmante; por outro, mostra que um esforço para ampliar um pouco a estrutura e o número de profissionais de ambas as escolas poderia facilmente dar conta do problema. A chegada das famílias aos conjuntos habitacionais parece ter agravado o problema do déficit de vagas no ensino básico e fundamental de primeiro ciclo. Um experiente profissional de uma das escolas ressaltou haver certa dificuldade de diálogo na relação com os pais que, com frequência, são agressivos com os profissionais de ensino.

Com relação ao ensino fundamental de segundo ciclo e ensino médio, não existiam escolas oferecendo ensino fundamental de segundo ciclo nem de ensino médio nas comunidades. Essa questão era considerada grave pelos informantes, presente em praticamente todos os relatos e entrevistas durante a pesquisa. Apesar de haver escolas de ensino médio e fundamental nas comunidades vizinhas, essas impõem sérias limitações para a maioria dos adolescentes e jovens da comunidade por conta das rivalidades existentes – sobretudo, entre o Batan e a comunidade do Fumacê, e da presença do tráfico. Há relatos de que o número de adolescentes e jovens que acabam abandonando a escola é significativo.

O ensino profissionalizante e alfabetização de jovens e adultos ganhou destaque com a chegada da UPP. A comunidade recebeu uma unidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec). Infelizmente, não foi possível entrevistar os profissionais que trabalham lá, tampouco os alunos. Alguns relatos durante as entrevistas questionaram a existência de favorecimento no processo seletivo da instituição, já que nem todos os inscritos foram aceitos e o sorteio que teria selecionado os alunos aparentemente não foi público. Ainda com relação ao ensino profissionalizante, um dos entrevistados questionou os tipos de cursos oferecidos na comunidade então. O informante acreditava que os cursos oferecidos não eram capazes de causar uma inflexão nas condições de desenvolvimento da comunidade, já que, em sua maioria, eram cursos que exigiam baixa especialidade, fazendo com que as oportunidades de trabalho ficassem restritas a postos de baixa qualificação e baixo retorno financeiro.

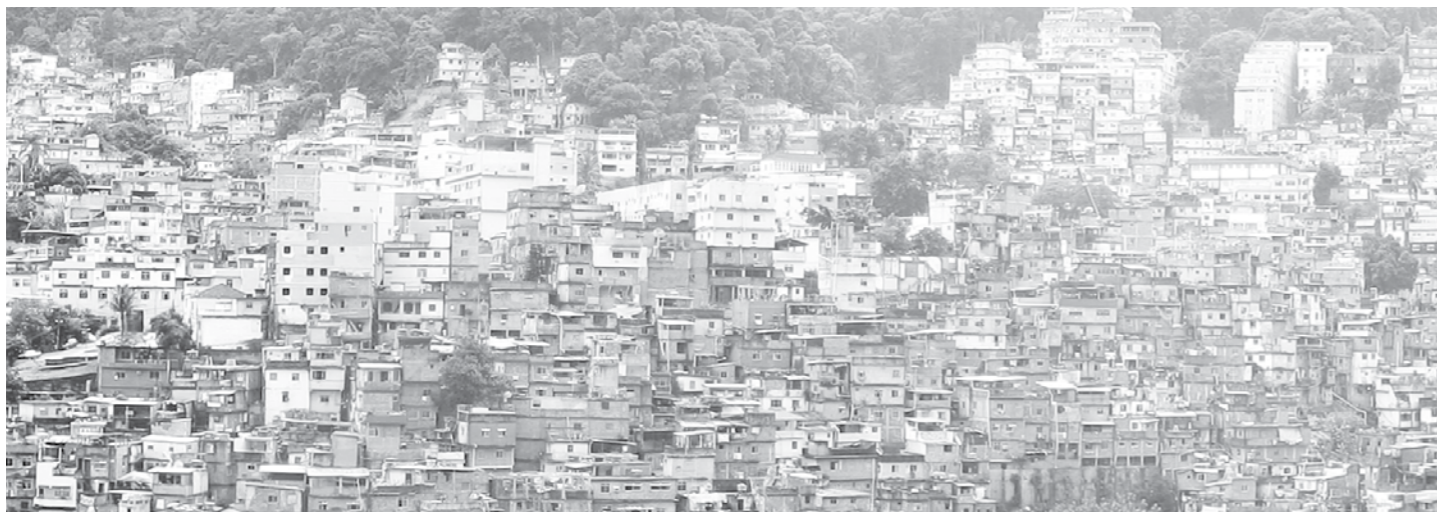
A UPP Batan também oferecia, na própria unidade, alfabetização de jovens e adultos e, a partir da segunda semana de realização da pesquisa, ensino médio para adultos e cursos profissionalizantes coordenados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Segundo relato do capitão responsável pela unidade à época, a procura por vagas foi grande. No entanto, o fato de os cursos mencionados terem iniciado suas atividades logo após o início da pesquisa não permitiu que houvesse uma avaliação mais profunda das percepções com relação aos mesmos.

Com relação a opções de lazer na comunidade, os relatos dão conta de uma insatisfação generalizada pela falta de opções, sobretudo no que tange a adolescentes e jovens. Se, por um lado, as crianças parecem estar mais bem atendidas, já que a própria rua – lugar anteriormente hostil – era, no momento da pesquisa, um espaço possível de lazer e convivência; por outro, os jovens e adultos perderam seus espaços prioritários de lazer. Por um lado, os bailes e as festas noturnas foram bastante limitados, necessitando da autorização da UPP para ocorrer e com limitação de horário para terminar. Por outro, os bares foram proibidos de abrir após determinado horário.

Além disso, os espaços não institucionalizados de lazer, existentes anteriormente na comunidade, deixaram de existir por sua utilização para construções de outros serviços ou, simplesmente, para depósito de material de construção. Nesse sentido, tanto jovens como adultos ressentem a perda e dizem que é muito importante que haja espaços de convivência não institucionalizados e/ou controlados (praças, campos de futebol e quadras desportivas). A frase de um informante aqui ilustra um sentimento expressado por inúmeros entrevistados: “A comunidade não tem diversão. Acabaram com os bailes funk, regulam o horário do pagode e fazem com que os adolescentes tenham que sair.”

O transporte foi outra reclamação frequente entre os entrevistados, apesar de não estar relacionado com a atuação da UPP. Aparentemente, existia uma linha de ônibus circular na própria comunidade (ligando Jardim Batan, Vila Jurema, Morrinho e os condomínios) e, segundo os relatos dos entrevistados, tampouco existia um serviço de mototáxi que poderia ajudar a minimizar o problema. Com relação à ligação das comunidades com outras localidades, os relatos dão conta de aproximadamente oito vans ligando o Batan à Realengo, sendo que os proprietários seriam particulares (diferentes proprietários).





Os entrevistados se queixaram muito da ligação com o centro da cidade. Segundo relatos, o fato de o Batan ser na última parada e ônibus antes da pista expressa da Avenida Brasil, fazia com que o ônibus chegasse lá sempre cheio, e os moradores da comunidade acabavam tendo que fazer todo o trajeto Batan – Centro em pé (o que podia chegar a duas horas).

Com relação à Saúde, a comunidade possui uma clínica de saúde da família. A equipe era formada de três enfermeiras e 28 agentes de saúde, responsáveis então por 150 famílias cada, fazendo visitas mensais (na maioria dos casos) e quinzenais, ou até semanais, em casos nos quais a família precisa de maior suporte. A equipe estava aguardando, no momento da pesquisa, a chegada de mais profissionais para que pudessem iniciar o atendimento também no Morrinho. Em Realengo – muito próximo à comunidade –, existe uma Unidade de Pronto-Atendimento (UPA). A comunidade ainda se beneficia da proximidade com o Hospital Albert Schweitzer.

Os agentes de saúde desenvolviam trabalhos focados em prevenção com grupos de adolescentes, mulheres e idosos – promovendo debates e palestras. O grupo de adolescentes tinha reuniões mensais, quando participavam aproximadamente 20 adolescentes. Dos 28 agentes comunitários de saúde, quatro eram homens, o que, segundo eles, facilitava o diálogo e a atuação em prevenção com homens adultos.

Com relação à UPA, vários relatos sugeriram que, após tentativas sucessivas de utilização sem sucesso – já que as principais especialidades procuradas, Pediatria e Ortopedia, não estão presentes na UPA –, fizeram com que as pessoas da comunidade progressivamente deixassem de procurar o espaço e se dirigissem diretamente ao hospital. Outra reclamação

frequente se dá com relação à falta de um posto de saúde – que conte com equipe médica – na própria comunidade.

Com relação ainda à assistência médica, os profissionais de Saúde e Educação entrevistados apontavam para a necessidade de assistência nas áreas de Psicologia, Fonoaudiologia e Neurologia na comunidade. Problemas relacionados diretamente à saúde, apontados pelos entrevistados que necessitavam de atenção imediata no momento da pesquisa eram: violência familiar (ligada ao consumo de bebida alcoólica) e gravidez na adolescência e o consumo de entorpecentes por jovens e adolescentes. No caso da gravidez na adolescência, relatos sugeriam que era muito comum garotas de 11, 12 e 13 anos grávidas nas comunidades. Segundo os informantes, isso não estaria ligado à falta de orientação com relação ao uso de contraceptivos, e alguns sugeriram que deveria haver mais trabalho com jovens sobre as responsabilidades de um pai e uma mãe adolescentes).

Durante a pesquisa, foi percebida uma dificuldade na articulação entre a clínica de saúde da família e os postos de saúde. Segundo relatos, com frequência, os postos de saúde de referência não tinham médicos, e quando a equipe de saúde da família enviava um morador referenciado a outro posto, e o morador não era atendido, acabava perdendo a confiança nos agentes, prejudicando todo um trabalho realizado anteriormente na própria comunidade.

Segundo os entrevistados, após a entrada da UPP, serviços como o Samu, que dificilmente entravam na comunidade, passaram a servi-la, o que era muito bem visto por todos.

Com relação a serviços relacionados à infraestrutura, como água, gás e energia elétrica, desde a implementação da UPP, as empresas que forneciam tais serviços na cidade “formal”

passaram também a servir as comunidades, regularizando as ligações, anteriormente clandestinas. Não parecia haver insatisfação a respeito da prestação de tais serviços, no entanto, houve vários relatos de cobranças indevidas e desproporcionais, além de multas consideradas indevidas. Nos casos de insatisfação com os prestadores de serviços, a associação de moradores ainda é procurada com frequência para mediar conflitos. Em alguns casos, a mediação também é feita por um sargento da UPP, responsável pela relação da UPP com a comunidade.

Com relação aos serviços prestados e/ou mediados pela associação de moradores, estão a TV a cabo – prestado pela Embratel ao custo de R\$ 30 por mês (implantado também após a chegada da UPP), o provimento de declaração de residência, auxílio para regularização fundiária (em geral das propriedades localizadas no Morrinho) e, ainda, a abertura de contas bancárias por uma parceria com o banco Bradesco. A associação também era procurada para auxiliar em emergências, como transporte de doentes e sepultamentos.

Com relação à questão imobiliária, segundo relatos dos entrevistados, o valor dos imóveis subiu significativamente após a implementação da UPP e, até mesmo, havendo casos de moradores expulsos anteriormente, fosse pelo tráfico, fosse pela milícia, que, agora, estão tentando reaver suas casas. De forma geral, o aumento do valor imobiliário na comunidade foi percebido como positivo para os entrevistados. Nesse caso, a valorização do espaço, em vez de causar “expulsão branca” (expressão utilizada para definir os casos nos quais pessoas acabam deixando a comunidade melhor, pois já não têm condições de morar no lugar), está causando um retorno de famílias que saíram. No entanto, isso não quer dizer que a situação não possa ganhar outros contornos no futuro.

A comunidade conta com uma forte presença de Igrejas de diferentes religiões. Segundo os relatos colhidos, há mais de 40 Igrejas na comunidade, sendo uma Católica, uma (ou duas) Espíritas, um terreiro de Candomblé, e o restante são Igrejas de diferentes siglas Pentecostais e Neopentecostais. Segundo relatos, quatro ou cinco Igrejas Neopentecostais, a Igreja Católica e a Igreja Batista concentrariam boa parte dos fieis. Segundo informantes, o fato de não haver Assembleia de Deus ou Igreja Batista na comunidade do Fumacê, faz com que pessoas dessa comunidade, que normalmente não frequentariam as comunidades da UPP Batan, acabem cruzando os limites territoriais para

frequentar essas igrejas. Durante a pesquisa, foram visitadas a Igreja Batista e a Assembleia de Deus, duas das maiores da comunidade. Ambas relataram oferecer atividades de lazer e convivência para diferentes grupos, incluindo grupos específicos de jovens e de mulheres. Aparentemente várias das igrejas têm política similar. As igrejas Universal do Reino de Deus e Católica não estavam acessíveis nos dias quando foram procuradas.

## TENSÕES E CONTROVÉRSIAS

Os temas considerados aqui “controversos” podem ser divididos em duas principais categorias: relacionados diretamente à UPP e sua atuação; e não relacionados diretamente com a atuação da UPP.

No primeiro caso, existem relatos de abusos cometidos por parte de policiais relacionados à agressão e humilhação em revistas (sobretudo, de adolescentes e jovens homens) e de extorsão – tanto de adolescentes e jovens da comunidade como de adolescentes e jovens visitantes de outras comunidades e entregadores de pizza. Há relatos ainda de mau comportamento de policiais com relação às jovens e adolescentes mulheres (relatos de relação íntima) e boatos da utilização até mesmo da sede da UPP em alguns fins de semana para “festas” privadas entre policiais e garotas da comunidade. Essa última afirmação (da utilização do espaço para festas) foi descrita como comentário, ou seja, ninguém falou que viu ou que conhece alguém que participou.

Há relatos de insatisfação com o policiamento atual com relação à circulação. As pessoas se queixam de que há poucos policiais na rua e que no primeiro ano da implementação funcionava melhor, “Via-se mais policiais fazendo ronda”, como afirmou um entrevistado, e confirmado por outros informantes.

Por outro lado, as condições de trabalho dos policiais parecem apresentar desafios importantes neste momento. Vários problemas foram observados durante o mês quando a pesquisa foi realizada. O primeiro, e talvez mais preocupante, seja o fato de que um grupo de policiais, o grupo contratado por último (acredito que em maio deste ano), não estava recebendo nem a gratificação prometida nem o desarrancho até o mês quando a pesquisa foi realizada. Foi-lhes informado que, em julho, passariam a receber a gratificação, e que essa seria retroativa. Como isso não aconteceu, eles começam a suspeitar de que



não vão recebê-la e que, menos ainda, ela será retroativa. Além disso, esse mesmo grupo não está recebendo o desarrancho, com a justificativa de que irão receber logo que as gratificações cheguem – explicação que não lhes faz sentido nenhum, já que a gratificação é uma verba da Prefeitura, enquanto o desarrancho vem da própria polícia, ou seja, do Governo do Estado.

A primeira consequência disso é uma desmotivação e descrença por parte desses profissionais – que abriam mão de outras oportunidades para fazer parte da UPP. Segundo relatos, isso faz até mesmo com que eles sejam motivo de chacota entre os demais policiais militares. A ausência da gratificação, somada ao fato de não estarem recebendo desarrancho, faz com que muitos deles se encontrem já em dificuldades financeiras e descontentes com o trabalho – o que pode refletir diretamente na qualidade do trabalho desempenhado. Um entrevistado relatou:

*“A gente chegou muito animado, mas já começa a desanimar. Já não acredito nas promessas feitas, e já estou pensando em sair da polícia. Já até fiz outros concursos...”*

Outra questão que chamou a atenção foi o número reduzido de viaturas funcionando. Durante algumas semanas, havia apenas uma viatura funcionando, já que uma encontrava-se enguiçada e a outra havia sido danificada em uma batida. O fato de não receber o desarrancho agrava essa situação, já que os policiais têm de se deslocar até o Batalhão para comer, muitas vezes, tendo de usar a viatura, já que não possuem o auxílio para transporte tampouco.

Ainda, com relação à dinâmica de funcionamento da UPP, foi observado durante a pesquisa certo conflito ou duplicidade, de papéis com relação à atuação do policial responsável pelas relações comunitárias. O mesmo policial é pastor de uma igreja na mesma comunidade, e demonstrou ter intenções políticas com relação à mudança de direção da associação de moradores (ver ainda em Temas controversos a questão da associação de moradores). Independentemente da qualidade do trabalho do referido policial, essa duplicidade de papéis faz com que ele esteja ora negociando ou mediando relações em nome da UPP; ora em nome de sua igreja. Isso tem duas consequências imediatas: o risco do estabelecimento de conflito de interesses ou favorecimento indevido – já que ele acessa canais por representar a UPP (apesar de, em alguns momentos, negociar espaços para exercer seu papel como pastor), causando uma confusão entre o papel do Estado e interesses de outra natureza. Para além disso, é importante buscar

parcerias com as organizações religiosas presentes na comunidade, que parecem ter muita legitimidade e promovem uma série de atividades sociais para seus membros, o que pode ser prejudicado no caso de uma atuação por parte da UPP que cause algum tipo de desconfiança entre as outras igrejas e/ou seus seguidores. Vale, por fim, ressaltar que não se trata aqui de julgar o comportamento do policial em questão, mas sim de alertar para uma possível duplicidade de papéis que possa atrapalhar o trabalho da UPP.

Vale dizer ainda, que, apesar dos conflitos ou das controvérsias encontrados com relação às condições de trabalho na UPP, alguns policiais entrevistados manifestaram extrema satisfação com o fato de trabalharem na UPP. Um entrevistado afirmou que “Se pudesse, se aposentaria trabalhando na UPP”.

Ainda com relação à atuação da Polícia, vale ressaltar que parece que, de maneira geral, vêm sendo demandados para diversas tarefas que não entendem que sejam da sua competência. Por um lado, parece-me que estão certos. No entanto, pela falta de esclarecimento e informação por parte da comunidade, de um lado, e da falta de preparo deles em encaminhar a situação, faz com que, gradativamente, espalhe-se um boato de que a Polícia “não se importa”.

Outros temas identificados como “controversos” ao longo desta pesquisa, e que, portanto, merecem mais atenção, são a atuação da associação de moradores, a situação dos novos conjuntos habitacionais (que receberam populações de remoções) e a organização e urbanização do local conhecido como Morrinho.

A associação de moradores, desde a saída da milícia, era presidida por um policial do Bope, residente na comunidade. Segundo relato do próprio, ele foi eleito “por aclamação”, por um grupo de pessoas próximas dele, moradores da comunidade, que acreditavam que, com a saída da milícia precisavam de alguém que pudesse impor respeito e ordem na comunidade. Atualmente, além presidente da associação, ele é candidato a deputado estadual. Há muitos relatos que denunciam uma atuação extremamente violenta por parte desse personagem na comunidade, que incluíam “surras” públicas e ameaças direcionadas principalmente a consumidores de entorpecentes. Por um lado, os policiais da própria UPP tinham uma relação conturbada com ele, pois este desafiava a UPP e “as regras da lei”, segundo alguns informantes, buscando tirar a legitimidade do trabalho realizado pela UPP. Por outro lado, o fato de um policial do Bope presidir a associação de moradores e se utili-

zar de métodos ilegais e violentos para fazê-lo, segundo relatos obtidos durante as entrevistas, mais uma vez, causa uma duplicidade de papéis, na qual o papel de representante do Estado se confunde com outros interesses.

Além disso, alguns informantes afirmaram que o mesmo personagem era o “grileiro” do local conhecido como Morrinho, que estava, no momento da pesquisa, em processo de urbanização com apoio da Prefeitura e do Governo do Estado. Durante a pesquisa, foram observadas dinâmicas e relações que podem indicar a veracidade dessa informação. Nesse sentido, se essa informação procedia, o personagem parecia continuar não só vendendo como também gerindo e mediando interesses de moradores daquela localidade com o Estado. Isso traz novamente o desafio da duplicidade de papéis. Nesse caso, ainda mais preocupante, pois se tratam de condutas ilegais, violentas, e ainda, que conflitavam e competiam com a atuação da UPP. Ainda, o fato da não relação entre a associação de moradores e a UPP à época da pesquisa se mostrava uma vulnerabilidade na atuação e presença da UPP no território.

Vale alertar que, assim como há relatos de suspeitas da utilização política da UPP, bem como da associação de moradores, parece necessário ter atenção redobrada com questões como postura dos profissionais das UPPs e também com duplicidade de papéis de agentes do Estado em outras funções.

Com relação à situação de cadastramento e urbanização do Morrinho, a observação em campo sugere que uma parte dos que se dizem moradores – e estão sendo cadastrados como tal – não possui residência naquele lugar ou possui como segunda residência. Essas pessoas parecem ser avisadas por uma espécie de agente local, ligado ao presidente da associação de moradores, quando e como devem fazer para cadastrar seus imóveis. Não foi possível estimar a proporção desse tipo de “residente” com relação ao total.

Por fim, como tema controverso, está a situação dos conjuntos habitacionais que recentemente foram transferidos para a comunidade. Ambos os conjuntos se encontram em pontos afastados de quase todos os serviços. Segundo relatos, boa parte dos moradores perdeu sua fonte de renda e as contas de condomínio, água, luz, gás e financiamento do imóvel começam a chegar. Combinado a isso, as regras de utilização desses espaços, ditadas pela administradora (ligada à Caixa Econômica Federal), que limitam a utilização dos espaços para qualquer atividade

comercial, depósito de qualquer natureza em áreas comuns, bem como a utilização de áreas externas para plantar ou sequer colocar vasos, e a proibição de posse de qualquer tipo de animal, são totalmente inadequadas à cultura e à tradição de vida das populações que para eles foi deslocada. A situação parece complexa em ambos os conjuntos (sendo o conjunto com as famílias deslocadas mais recentemente, ainda mais grave, com relatos de violência entre grupos dos conjuntos) merece atenção especial antes que algum incidente mais sério se dê.

### REFLEXÕES A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DURANTE AS VISITAS À COMUNIDADE

Seguindo roteiro acordado com a equipe da Sait, o trabalho deveria trazer o que foi chamado à época pelos profissionais que coordenaram a iniciativa de “Ideias, sugestões e reflexões”. Assim, esta seção é fruto de impressões pessoais da pesquisadora e não devem ser entendidas como receitas ou fórmulas fechadas para uma evolução bem sucedida dos serviços que já vinham sendo oferecidos – ou seriam – no território investigado, mas como questões que deveriam ser observadas com atenção ao longo do desenvolvimento da UPP. Em um primeiro momento, são feitos alguns comentários de cunho mais geral. Na sequência, são abordados temas e/ou situações específicas, e finalmente, apresentados alguns atores que se destacaram durante a pesquisa.

Apesar do tempo curto para a realização desta pesquisa, foi possível perceber um alto grau de fragmentação nas comunidades estudadas e também entre elas. Além disso, o receio de falar ainda está muito presente entre as pessoas, bem como a desconfiança com relação aos agentes governamentais, sua permanência e transparência das ações no território. Tendo isso em mente, parece-me fundamental fortalecer ou criar parcerias entre os diferentes agentes do Estado nas comunidades, por um lado; e incentivar uma convivência e um intercâmbio maior entre as pessoas, valorizando processos de transparência na alocação de vagas e tomada de decisão sobre a implementação de projetos e programas, sobretudo entre pessoas das diferentes comunidades.

Um ponto que se destacou durante a pesquisa foi o fato de praticamente todos os atores entrevistados já identificarem diferentes “fases” desde a implementação da UPP no território. Nesse sentido, ficou a impressão de que, de fato, as

4 Para um exemplo de "remoção branca", ver o trabalho "A exclusão pela urbanização de favela: governo e conflito na cidade do Rio de Janeiro", de José Nilton de Sousa, da Universidade Federal Fluminense.

dinâmicas mudam e evoluem de forma muito rápida no contexto da UPP, tanto com relação à comunidade como com relação à própria UPP institucionalmente. Dessa forma, pareceu-me fundamental mapear essas fases, seus pontos positivos e negativos, para evitar incorrer em erros de políticas anteriores – como o Gepae – que foi muito bem sucedido em comunidades onde foi implementado em um primeiro momento para, somente após o segundo ano de implementação, os problemas aparecerem de forma já quase irremediável (naquele caso).

Com relação à adesão da comunidade à UPP, incluindo aí a regularização da prestação de serviços como abastecimento de água, luz, entre outros – o que significa uma mudança com relação ao pertencimento ao ordenamento legal vigente em boa parte da cidade, um dos questionamentos feitos pela Sait, meus comentários são os seguintes: existia uma poderosa força simbólica que fazia as pessoas quererem aderir e ser parte do sistema. O fato de receberem contatos em seus nomes, de não precisarem recorrer a uma associação de moradores ou qualquer tipo de mediador para ter um comprovante de residência, por si só, é um grande incentivo e um passo para aumento da cidadania; por outro lado, o equilíbrio entre até onde isso proporciona cidadania e até onde inviabiliza a sobrevivência, deve ser levado em conta com muito cuidado, e analisado localmente, com mais atenção – de forma a poder identificar e desenvolver políticas que sejam adequadas para as comunidades receptoras de UPP como um todo sem, no entanto, desprezar dinâmicas locais. O fato de estarem acontecendo muitas operações paralelas em toda a cidade de regularização e repressão de comércios informais e alternativos (sobretudo de rua), fazia com que muitas pessoas se percebessem subitamente privadas de alguma (às vezes, da principal) fonte de renda. Nos casos de remoção, isso também era muito comum. Nesse sentido, pareceu importante ter cuidado para que as comunidades onde as UPPs são implementadas não se tornem símbolo da chamada "remoção branca",<sup>4</sup> por inviabilizarem grandes parcelas dos moradores originais de permanecerem nesses locais.

Em termos de temas ou situações específicas, que merecem atenção imediata, a situação atual da juventude é a que mais preocupava no momento da pesquisa, sobretudo dos homens jovens. Segundo relatos, o consumo de entorpecentes era alto, e o assunto ainda era tabu para muitos. Jovens pareciam ser frequentemente tratados de forma desrespeitosa, sofrendo pre-

conceitos e violências pelo consumo de entorpecentes. Neste contexto, pensar em serviços de atendimento, encaminhamento e redução de danos para jovens e adolescentes adictos poderia ser uma medida importante. Ainda, nesse sentido, seria importante ter um diagnóstico mais detalhado dessa situação específica e pensar em desenvolver ações não só preventivas ou repressivas, mas também ações mais individualizadas de recuperação. Parece também importante que os agentes das UPPs sejam sensibilizados para o tema. Um intercâmbio estruturado de agentes da saúde com os próprios policiais da UPP poderia ser um caminho para um processo de sensibilização e parceria nessa direção. Alguns entrevistados sugeriram que se realizasse com mais frequência trabalhos e grupos que discutam com jovens questões como violência, gravidez e entorpecentes.

Com relação à questão dos roubos e furtos no território, uma das grandes queixas dos entrevistados com relação à atuação da UPP, ficou a impressão de que a insatisfação está mais ligada à postura dos policiais quando recebem as queixas que aos eventos em si. Por um lado, ficou a impressão de que a comunidade estava habituada a ter sempre "a quem recorrer" nesses casos, e acham que uma vez que a polícia está ali, eles deveriam substituir o papel de outros atores. Os policiais, por outro lado, reconheciam não ter capacidade de atender todas demandas, e com a situação de ocupação do tráfico no entorno, não teriam como tentar recuperar o bem furtado, ou chegar ao responsável. Nesse sentido, seria importante que o assunto fosse discutido abertamente na comunidade, de forma que os papéis e as possibilidades dos diferentes atores – e, sobretudo, da UPP – ficassem mais claros, de forma a dar uma "satisfação" à comunidade, por um lado; e de aliviar um pouco a pressão sobre os policiais, de outro, que parecem ter uma postura defensiva com relação a temas que não conseguem controlar.

Na UPP Batan, no momento da pesquisa, já havia tido uma troca de comando desde o início de sua implementação. Os relatos colhidos durante a pesquisa dão conta que o antigo Capitão era uma pessoa muito querida na comunidade. Apesar de não haverem relatos negativos sobre o novo capitão e sua atuação, parece haver um ressentimento de que o espaço de debate diminuiu muito depois da nova gestão. Pareceu fundamental – e urgente – que dinâmicas como o Café da Manhã Comunitário – na UPP – fossem resgatadas. No entanto, tal espaço deveria ser um espaço não só onde a Polícia se expressa,

mas também onde as pessoas fossem encorajadas a falar e explicitar suas insatisfações. Um canal de diálogo coletivo, permanente e direto (não mediado) entre comunidade e Polícia.

A situação dos conjuntos habitacionais e das famílias que ali habitam era bastante preocupante durante a pesquisa. O fato de boa parte das famílias terem perdido não só suas referências, rede de apoio, como também suas fontes de renda, fazia com que a situação tivesse uma conotação de urgência maior de atenção que o restante da comunidade talvez. Além disso, os condomínios estavam bastante afastados dos demais serviços públicos oferecidos na comunidade. Por razões de segurança, segundo alegaram representantes da UPP, o policiamento se estendia até os condomínios, no entanto, os demais serviços não chegavam.

Para a sustentabilidade e manutenção da credibilidade alcançada pela UPP desde que esta se instalou ali, parece fundamental que os policiais tivessem treinamento continuado e que houvesse uma preocupação com a relação deles com a comunidade de forma coletiva e transparente, e não só em casos específicos, mediações de serviços ou negociações pontuais.

Por fim, considera-se aqui importante ressaltar que a situação no entorno da comunidade era bastante grave e hostil – com presença armada do tráfico de drogas no entorno do território da UPP. Isso resultava também em rivalidades entre grupos de jovens não pertencentes ao tráfico. Nesse sentido, quaisquer atividades integradoras entre grupos das comunidades cobertas pela UPP Batan e as comunidades vizinhas – sobretudo, o Fumacê seriam bem-vindas.

Com relação aos atores que se destacaram como parceiros potenciais para futuras ações relacionadas à instalação de uma UPP social, os atores entrevistados que pareceram ter mais legitimidade e, ao mesmo tempo, conhecer profundamente as dinâmicas locais, foram os agentes comunitários de saúde e as diretoras das duas escolas municipais existentes na comunidade. Por um lado, parece que todos estão abertos a parcerias – apesar de, no segundo caso (escolas), os atores parecerem envolvidos em um contexto de administração de recursos escassos para uma demanda vasta. Por outro, pareceu também importante fortalecer a ação dessas instituições (tanto educacionais como dos programas de saúde da família) – e não criar atividades paralelas ou concorrentes, já que são essas

as instituições que permanecerão na comunidade e poderão garantir a sustentabilidade de qualquer melhoria proporcionada por projetos menos duradouros.

Ainda no sentido de formação de parcerias, em uma comunidade com forte presença de diversas igrejas, parece também fundamental que as igrejas sejam envolvidas como parceiras, de forma muito próxima. No entanto, é preciso ter muito cuidado para não criar ou acirrar competição entre elas, ou pelo menos, para não deixar parecer que se está pactuando com uma específica em detrimento das demais.

Existe também na comunidade uma ONG, fundada há aproximadamente seis anos, que trabalhava na área de prevenção em saúde – em parceria com a organização Centro de Promoção da Saúde (Cedaps) e, mais recentemente, como núcleo da Plataforma dos Centros Urbanos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Não foi possível durante a pesquisa identificar de maneira clara qual é o alcance das atividades, em termos geográficos, ou seja, quantas pessoas de fato circulam por lá, de que partes da comunidade vêm, qual o perfil dos beneficiários. Se, por um lado, parecem ser parceiros potenciais, é importante ter cautela com qualquer tipo de concentração excessiva de atividades em um só local, ou com um só grupo. No entanto, a parceria com o Unicef (e o canal de comunicação direto entre a ONG e secretarias de governo criadas no âmbito dessa parceria), faz com que seja um ator a ser compreendido e abordado com atenção.

Sobre como e onde implementar uma possível sede da UPP social, uma das perguntas feitas aos pesquisadores antes do início da pesquisa, os entrevistados que foram questionados nesse sentido, foram unânimes em afirmar que ela deveria funcionar junto com a UPP. Acreditam que, além de fortalecer a relação da UPP com a comunidade, poderia ajudar na humanização dos policiais. Esses mesmos informantes acreditam que o fato de os policiais não conhecerem as histórias das pessoas, das famílias, faz com que eles tenham muito preconceito (sobretudo, quando se tratam de jovens), e isso resulta, por vezes, em atitudes pouco compreensivas, muitas vezes violentas, desnecessariamente. No entanto, para amadurecer esse ponto específico, seria fundamental que os atores locais tivessem mais clareza do que significaria a UPP social, o que não era claro no momento da pesquisa.



# A EXPERIÊNCIA DA PACIFICAÇÃO EM UM CONJUNTO E FAVELAS NA TIJUCA: RUPTURAS E CONTRADIÇÕES NA GESTÃO DA ORDEM PÚBLICA

POR MONIQUE BATISTA CARVALHO<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro vivencia um processo de renovação urbana que visa preparar a cidade para receber importantes eventos esportivos internacionais: a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, assim como outros eventos de grande visibilidade como a Rio+20 (que ocorreu em 2012), a Jornada Mundial da Juventude (evento da Igreja Católica), a Conferência Mundial de Museus, que ajudam a justificar as transformações urbanas e aumentam o volume de investimento para e na cidade. Contudo, os recursos provenientes não são aplicados com o objetivo de priorizar a redução das desigualdades entre as diferentes áreas da cidade e apenas uma parte dela vem sendo beneficiada por políticas públicas.<sup>2</sup> Por outro lado, como um dos pré-requisitos para a realização dos grandes eventos é a garantia da segurança dos participantes e visitantes no decorrer das atividades, o Rio de Janeiro está investindo muito nesse quesito para oferecer uma cidade mais organizada e, principalmente, mais segura aos futuros visitantes.

O investimento maciço na área da segurança está relacionado, também, à tentativa de mudar a imagem do Rio. Isso porque, ao longo da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, a representação que circulava no imaginário coletivo era a de uma cidade extremamente violenta por causa de uma série de acontecimentos que envolviam, principalmente, o conflito entre traficantes do varejo e polícia, além de assaltos, sequestros, homicídios, dentre outras modalidades de crime que eram constantemente veiculados em diversos meios de comunicação.<sup>3</sup>

Segundo Leite (2000), a imagem da Cidade Maravilhosa foi sendo substituída por imagens de uma cidade partida, termo utilizado pelo jornalista Zuenir Ventura, em seu livro de título homônimo. A cidade analisada por Ventura seria dividida entre a área nobre, onde viveriam as classes média e abastada, na maioria dos casos identificadas como as vítimas dessas ações, e as áreas de morros e favelas, onde viveria toda uma população pobre, identificada, por sua vez, como os alvos dessa violência. Como ressalta a autora: “A representação do Rio de Janeiro como uma ‘cidade partida’ terminou, contudo, por reforçar os nexos simbólicos que territorializavam a pobreza e a marginalidade nas favelas cariocas” (Leite, 2000: 74).

Assim, a “metáfora da guerra”<sup>4</sup> ia ganhando força à medida que os dados relativos à criminalidade violenta iam aumentando, especialmen-

te com relação aos homicídios,<sup>5</sup> que estavam, em sua maioria, relacionados às dinâmicas do tráfico de drogas, seja no tocante ao confronto com a polícia ou nas disputas pelo controle do território, caracterizado pelas rivalidades entre diferentes facções criminosas localizadas, em grande parte, nas favelas da cidade (Leite, 2000).

Cabe ressaltar que, a partir de meados da década de 1980, muitas mudanças ocorreram na dinâmica do tráfico de drogas. De acordo com a literatura especializada nesse tema, essas mudanças estão relacionadas às transformações na organização transnacional do crime e, em especial, no Rio de Janeiro, à entrada da cocaína e de modernas armas de fogo no comércio varejista de drogas, situados dentro das favelas, incluindo também a relação marcada por corrupção com a polícia (Zaluar, 2004; Leeds, 1998).<sup>6</sup> Com o aumento do poder belicoso e financeiro dos traficantes, mais violentas e arbitrárias tornam-se as ações cometidas por esses grupos.

Concomitante ao aumento do uso da força está o aumento das representações negativas sobre as favelas que são identificadas como o espaço por excelência da violência, logo, o seu controle passava então por intervenções nesses espaços centradas no enfrentamento e combate aos grupos criminosos armados.<sup>7</sup> Diante desse cenário, a ação pública passou a ser pautada pelo combate à violência urbana, por meio, principalmente, de políticas de segurança que tinham como marcas o uso desmedido da força pelos agentes da ordem, no caso do Rio de Janeiro, as Polícias Civil e Militar. O alvo das ações eram, geralmente, os moradores das favelas, que, como já relatado anteriormente, eram identificados se não como traficantes, mas, em grande medida, como coniventes com a criminalidade instalada na localidade (Machado da Silva e Leite, 2008).

Assim, foi durante a década de 1990 que o debate em torno das representações da violência urbana e da segurança pública apareceu com força no cenário político e as favelas, o alvo privilegiado das incursões policiais. Se até a década anterior, o problema das favelas se concentrava na urbanização,<sup>8</sup> visto que eram vistas como espaços de desordem e de insalubridade, nos anos 1990, um novo ator entra no cenário e as favelas passam, então, a ser identificadas como o lugar privilegiado da violência urbana. Como aponta Leite (2008: 115), a questão da violência:

*“renovou os discursos sobre a pobreza, a juventude e as áreas faveladas da cidade, as propostas e os experimentos de políticas públicas e os projetos de organizações não-governamentais para combatê-la, além de impactar as formas de ação individuais e*

<sup>1</sup> Socióloga, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/Uerj), sob a orientação da professora Márcia da Silva Pereira Leite. Versões deste texto foram apresentadas em: XV Congresso Brasileiro de Sociologia e XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, realizados em 2011. A presente versão contou com a contribuição dos debatedores e colegas presentes nos Grupos de Trabalhos.

<sup>2</sup> Ver Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro: megaeventos e violação dos direitos humanos no Rio de Janeiro, 2012 em <http://comitepopularrio.files.wordpress.com/2012/04/dossie3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>.

<sup>3</sup> Ver Leite, 1995, 2000 e 2008; Machado da Silva, 2002 e 2008; Soares, 1996 e 2000; Zaluar, 1998 e 2004.

<sup>4</sup> De acordo com Leite (1995), a metáfora da guerra pode ser definida a partir da “representação da cidade dilacerada pela criminalidade violenta e pela generalização de intenso conflito nas relações sociais” (Leite, 1995: 121).

<sup>5</sup> De acordo com Soares et al (1996), a taxa de homicídio no Rio de Janeiro em 1991 era de 60,73 por 100 mil habitantes.

<sup>6</sup> Até a década de 1980, o comércio ilegal de drogas que funciona nos morros da cidade não apresentava características tão perversas, sendo, até mesmo, identificado com certo romantismo relacionado a uma visão do bandido como um protetor daquela “comunidade”.

<sup>7</sup> Ver, entre outros, Soares, 1996.

<sup>8</sup> A história das políticas públicas implementadas nas favelas do Rio de Janeiro tem nos mostrado uma descontinuidade nas ações do poder público para esses espaços. Ao longo de um século, encontramos nessas ações experiências como os Parques Proletários Provisórios, que obedeciam a uma lógica higienista-civilizatória, orientada pelo Estado Novo, de reeducação dos moradores para viverem em vilas proletárias. Durante as décadas de 1960 e 1970, a política estava centrada na eliminação das favelas por meio das remoções compulsórias. Na década de 1990, em face ao fracasso das remoções, a política de



urbanização Favela-Bairro. Na virada do século, as ações se voltam para a segurança pública. Sobre as diferentes políticas públicas para favelas no Rio de Janeiro, ver: Burgos, 1998; Carvalho, 2006; Leeds e Leeds, 1978; Parisse, 1969; Valladares, 2005, entre outros.

9 A ocupação pela polícia no Conjunto de Favelas do Alemão começou em maio de 2007, com o objetivo de prender os responsáveis pelo assassinato de dois policiais, mas foi no dia 27 de junho que diversas forças policiais, incluindo a Força de Segurança Nacional, realizaram uma ação de busca e apreensão de drogas e armas nas favelas.

10 Até o presente momento, as UPPs são: Santa Marta; Cidade de Deus; Batan; Chapéu Mangueira e Babilônia; Pavão, Pavãozinho e Cantagalo; Tabajaras e Cabritos; Borel e Casa Branca; Formiga; Andaraí; Macacos; São João; Turano; Salgueiro; Providência; Complexo do São Carlos; Escondidinho e Prazeres; Fallet, Fogueteiro e Coroa; Mangueira; Vidigal; além das Forças de Pacificação nos Complexos da Penha e Alemão e também na Rocinha. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, serão 40 UPPs até 2014. É importante destacar que a mesma UPP pode atender a um grupo de favelas que estão em contiguidade territorial. O nome da UPP não delimita o seu perímetro, por exemplo, a UPP Borel e Casa Branca abarca sete favelas: Morro do Borel, Casa Branca, Chácara do Céu, Bananal, Indiana, Morro do Cruz e Catrambi.

11 Sobre o policiamento comunitário, ver, entre outros: Skolnick e Bayley, 2006; Dias Neto, 2000; Kelling; Pate; Dieckman e Brown, 1993.

12 [www.upprj.com](http://www.upprj.com), acesso em janeiro 2011.

13 Sobre ação violenta da polícia em favelas, ver, entre outros, Coimbra, 2001 e Farias, 2008.

14 O perímetro de atuação dos policiais da UPP Borel abrange sete favelas, a saber: Catrambi, Indiana, Morro do Borel, Chácara do Céu, Casa Branca, Bananal e Morro do Cruz. Essas favelas perpassam três diferentes bairros: Alto da Boa Vista, Muda e Andaraí, respectivamente, que fazem parte da grande Tijuca. Essa delimitação territorial foi determinada

*coletivas daqueles que indubitavelmente sofrem mais de perto os seus efeitos: os moradores das favelas cariocas.”*

O que se viu ao longo de quase 20 anos foram ações que, em sua maioria, eram pautadas na lógica do confronto. O uso corriqueiro do veículo blindado utilizado em situações de crise, conhecido como “Caveirão”, pode ser o melhor exemplo de como o combate à violência vinha sendo realizado nas favelas da cidade. Como consequência desse tipo de política, temos o aumento do número de mortes causadas por armas de fogo.

Um caso emblemático desse tipo de ação ocorreu em junho de 2007, no primeiro ano do governo Sérgio Cabral, no Conjunto de Favelas do Alemão, zona norte da cidade. A operação, que reuniu diferentes forças policiais, dentre elas 1.200 policiais civis e militares, além de um reforço da Força Nacional de Segurança, denominada de Megaoperação, deixou um saldo de 19 mortes e pouco resultado no que diz respeito à desarticulação do tráfico de drogas na localidade.<sup>9</sup>

No fim do ano seguinte, em uma operação da Polícia Militar no morro Santa Marta, localizado no bairro nobre da zona sul, Botafogo, o Batalhão de Operações Especiais (Bope) surpreendeu a todos quando anunciou que ocuparia a favela por tempo indeterminado, até a instalação de uma Unidade de Policiamento que permanecesse na localidade.

Assim, na tentativa de mudar o rumo das políticas voltadas para a segurança pública, era inaugurada, em dezembro de 2008, a primeira Unidade de Polícia Pacificadora da cidade, conhecida pela sigla UPP. Essa é uma ação executada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, por intermédio da Polícia Militar e já está estabelecida em 19 unidades localizadas em diferentes favelas ou conjuntos de favelas no Rio de Janeiro.<sup>10</sup>

O conceito que norteia as ações das UPPs é o de policiamento comunitário,<sup>11</sup> e seu principal objetivo, como seu nome já sugere, é a pacificação dos territórios a partir da presença cotidiana da polícia e do estabelecimento de novas relações entre os policiais e os moradores. A pacificação do território, por sua vez, garantirá que as demais políticas públicas possam ser realizadas nesses espaços, conforme aponta o site oficial da UPP:

*“A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população*

*e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades.”*<sup>12</sup>

Levando em consideração que a relação historicamente estabelecida entre os moradores de favelas e a polícia era pautada no uso abusivo da violência,<sup>13</sup> conforme já apontado, e que agora a orientação do comando policial é de uma nova forma de atuação, como se estabelece, na prática, a presença cotidiana da polícia nas favelas e as principais consequências dessa permanência para a sociabilidade local?

O artigo ora apresentado abordará aspectos da experiência de pacificação em um conjunto de favelas situadas na região da Grande Tijuca, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, denominado Complexo do Borel.<sup>14</sup> A partir de uma investigação<sup>15</sup> de inspiração etnográfica e de entrevistas realizadas com atores sociais que residem e/ou atuam nessas favelas nos foi possível identificar as percepções acerca da implantação da UPP nas favelas, destacando a relação que se estabelece entre os policiais e os moradores nesse novo cenário. Nesse sentido, busca-se compreender em que medida a inserção da polícia na rotina das favelas pode alterar o cotidiano e, ainda, como o Estado, por intermédio da instituição policial, vem operando em determinados territórios da cidade.

Para tanto, o texto está organizado em duas seções. A primeira é um panorama geral das favelas que compõem o perímetro da UPP e uma apresentação da metodologia aplicada durante a pesquisa. A outra é uma análise dos relatos dos entrevistados, destacando elementos que estão entrelaçados: a segurança do ponto de vista do morador; a organização das atividades cotidianas; e o papel do comandante da UPP e dos policiais.

## 2. BREVES COMENTÁRIOS SOBRE O CAMPO ANALISADO E A METODOLOGIA UTILIZADA

O Morro do Borel, que dá nome à UPP, é uma das favelas mais antigas da região da grande Tijuca. Sua ocupação data do início dos anos 1920 e, segundo relatos, o terreno era ocupado por uma fábrica de cigarros e, depois, passou a ser propriedade de uma senhora que realizou o loteamento.<sup>16</sup> Outra importante característica do Borel é o pioneirismo na organização de sua associação de moradores. A União dos

Trabalhadores Favelados é uma das primeiras associações do Rio de Janeiro, criada na década de 1950 para reivindicar o direito de permanecer no território e, também, para lutar contra a remoção em outras favelas.<sup>17</sup> As outras seis comunidades que integram o perímetro da UPP foram sendo ocupadas ao longo do século XX, mas não conseguiram a mesma visibilidade que o Morro do Borel, seja pela questão do movimento associativo, seja pelos episódios de violência que ocorreram no território.<sup>18</sup>

De acordo com os dados do Censo 2010, a UPP Borel possui pouco mais de 12 mil moradores distribuídos nas diferentes favelas. Essas sete favelas apresentam uma série de diferenças econômicas, culturais e sociais. Cada uma delas possui sua própria associação de moradores e há uma rivalidade acirrada pela relação que existia entre as diferentes facções que comandavam essas áreas. Morro do Borel e Indiana eram ligadas ao Comando Vermelho. Chácara do Céu, Casa Branca e Morro do Cruz ligadas ao Amigos dos Amigos (ADA). As outras duas comunidades apresentam configurações diferenciadas. Bananal é parte da Chácara do Céu e o Catrambi, por possuir uma “rota de fuga” do Complexo para a Floresta da Tijuca, foi incluída como sendo uma comunidade do Borel, mas essa área não apresenta as mesmas características das demais localidades, especialmente com relação ao aspecto das moradias e à renda de seus moradores.

Situadas na encosta, ao longo da rua São Miguel, o acesso às comunidades é feito por escadas e ladeiras. Existe uma rua principal que corta todo o maciço e atravessa quase todas as comunidades, com exceção da Indiana, que fica do outro lado da rua São Miguel e não está no Maciço. As comunidades, apesar de contíguas, são muito distantes umas das outras e é uma área muito extensa para ser percorrida a pé.

A Unidade de Polícia Pacificadora do Borel foi inaugurada em junho de 2010. Seu comando é realizado pelo capitão Bruno Amaral, com um efetivo de 300 policiais. São 75 policiais por turno, divididos em grupos de quatro ou cinco e localizados em 17 pontos de policiamento. A base da UPP está situada na Chácara do Céu. Na comunidade Casa Branca, encontra-se uma base auxiliar que dá suporte à base principal. A primeira visita ao Borel ocorreu em agosto – dois meses depois do início da atuação da polícia na área. O contato inicial foi estabelecido com o capitão e foi o próprio que me apresentou toda a área onde a UPP realiza suas atividades.

É necessário, ainda, apresentar a metodo-

logia que fora utilizada na primeira etapa da pesquisa. No fim do mês de julho de 2010, fui convidada por Silvia Ramos, então subsecretária de Ações Integradas no Território (Sait), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seasdh), para realizar um levantamento etnográfico nas favelas que contavam com a UPP. O objetivo da pesquisa era produzir um panorama dessas favelas a partir de um levantamento entre os atores sociais que residem e/ou trabalham, sobre as principais mudanças ocorridas após a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora. Esse diagnóstico serviria também como base para a implementação de um programa estadual chamado UPP Social.<sup>19</sup>

Essa pesquisa foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2010 na UPP Borel. Ao todo, foram realizadas 11 visitas ao campo e entrevistadas 54 pessoas, que foram classificadas nas seguintes categorias e reuniam os seguintes perfis: associação de moradores (pessoas que exerciam alguma atividade diretamente ligada à associação de moradores); instituição da sociedade civil (pessoas que exerciam alguma atividade diretamente ligada às instituições locais, residentes e não residentes na área da UPP Borel); instituição pública (pessoas que trabalhavam nas instituições mantidas pelo poder público, não residentes na área); e morador (pessoas residentes na área da UPP Borel que não tinham nenhuma relação com as instituições). Após a apresentação do relatório final para a Seasdh, continuei participando das atividades organizadas tanto pela UPP Borel como pela Rede Social do Borel.<sup>20</sup>

## 3. OS PERCURSOS DA PACIFICAÇÃO NAS FAVELAS DO BOREL

A primeira vez que encontrei o Capitão da UPP Borel foi no Café Comunitário organizado pelo Conselho Comunitário de Segurança<sup>21</sup> da 6ª AISP (Área Integrada de Segurança Pública), que abrange os bairros Vila Isabel, Grajaú, Andaraí, Alto da Boa Vista, Maracanã, Praça da Bandeira e Tijuca. Na ocasião, o Capitão Bruno Amaral realizava uma apresentação da unidade que se instalara havia pouco mais de um mês na localidade, sendo a primeira UPP da Grande Tijuca.

A reunião, que durou cerca de duas horas, ocorreu em um pequeno auditório de um supermercado localizado próximo a Praça Saens Pena. Participaram do encontro cerca de 50

pela Secretaria de Segurança Pública. A maioria dos moradores não se identifica com o termo Complexo do Borel ou UPP Borel e tende a se referir à sua localidade de moradia pelo nome reconhecido até mesmo pela prefeitura.

15 Essa investigação é parte da pesquisa “Levantamento e diagnóstico das condições de implementação da UPP Social”, encomendada pela Subsecretaria de Ações Integradas no Território (Sait), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seasdh), 2010.

16 Para a história da formação do Borel, ver: Gomes, 1980 e Ibase, 2006.

17 Sobre a formação dos movimentos associativos em favelas, ver, entre outros, Valladares, 2005; Burgos, 1998; Machado da Silva e Figueiredo, 1981; Machado da Silva e Leite, 2005

18 Em 2003, uma incursão policial resultou no assassinato de quatro jovens moradores do Borel. Esse episódio ficou conhecido como Chacina do Borel. Ver Farias, 2007 e Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência ([www.redcontraviolencia.org](http://www.redcontraviolencia.org)).

19 Essa pesquisa foi realizada em 10 UPPs e os dados ainda não foram disponibilizados à consulta pública. No ano seguinte, a UPP Social passou a ser um programa vinculado ao Instituto Pereira Passos, autarquia da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Para mais informações sobre a UPP Social, ver: Henriques e Ramos, 2011.

20 A Rede Social do Borel reúne um conjunto de instituições que atuam naquela área. A Rede se formou por ocasião da entrada dos policiais do Bope e se reúne periodicamente com objetivo de debater sobre as mudanças que estão ocorrendo em seus espaços de trabalho e moradia. Sobre a Rede Social do Borel, ver: <http://redsocialborel.blogspot.com.br/>

21 Os Conselhos Comunitários de Segurança foram criados em 2005 com a função de serem espaços de interlocução entre a sociedade civil e as polícias militar e civil do estado do Rio de Janeiro.



22 A Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), criada por meio do Decreto 42.787, de 6 de janeiro de 2011, “tem como missão dirigir estrategicamente as ações e operacionalizar o plano de implantações das unidades de polícia pacificadora – UPP, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro”. Atualmente, é coordenada pelo coronel da PM, Rogério Seabra Martins.

23 Já foram inúmeras as declarações sobre os objetivos da implantação das UPPs nas favelas aos meios de comunicação. De acordo com o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame: “A ideia e o objetivo da UPP é a pacificação, mas seria leviano garantir que vamos retirar dessas favelas todas as armas, todas as drogas, todos os criminosos, toda a munição.” (Secretário diz que UPPs não impedem a presença de bandidos, <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias>. 29 de junho de 2011). E também segundo o major Eliezer de Oliveira, responsável pela formação de policiais para atuar nas UPPs: “Não é objetivo da UPP acabar com o narcotráfico, e sim afastar a influência dos narcotraficantes sobre as comunidades”. (UPP não tem objetivo de acabar com o tráfico, diz major, <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano>. 20 de setembro de 2011).

24 Durante a inauguração da UPP no Morro da Providência, dia 26 de abril de 2010, o governador Sérgio Cabral anunciou que a próxima UPP a ser instalada seria no Borel e a ocupação pelos policiais do Bope começaria no dia 28 de abril (Cabral anuncia que próxima UPP será instalada no Morro do Borel, <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia>). Após o início da ocupação, o então comandante do 6º BPM, tenente-coronel Fernando Príncipe, deu o seguinte depoimento à imprensa: “Um escoteiro seria suficiente para a ocupação”, tendo em vista que já não havia mais criminosos nos morros (Beltrame anuncia a ocupação de 8 favelas até o fim do ano, <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil>). No dia seguinte, ele foi transferido para o comando do 9º BPM. As ocupações do Alemão, Rocinha e Mangueira também foram amplamente divulgadas sendo, mesmo, transmitidas ao vivo pelo jornal local da Rede Globo

pessoas. Na apresentação dos participantes, pude observar que muitos eram vinculados a alguma instituição pública ou privada; outros faziam parte de grupos associativos dos bairros que compõem a 6ª AISP; e que quase ninguém se identificou como morador de alguma das favelas que se situam na região. Ao que me pareceu, a maioria do público tinha mais de 40 anos.

Como a pauta do encontro era a inauguração da UPP Borel, o Capitão realizou uma exposição oral intercalando com uma apresentação digital que se iniciava com a imagem de um Rio de Janeiro em guerra e seguia com uma foto de um corpo sendo carregado em um carrinho de mão por um policial, juntamente com outra imagem de um corpo coberto com um pano e uma mulher com duas crianças vestidas com uniforme escolar passando os rostos virados para o lado oposto ao do corpo. Após a exibição dessas imagens, ele seguiu dizendo que “no Borel, essas cenas não irão se repetir”, apresentando os principais objetivos da UPP, o modo como ele organizou o trabalho dos policiais e como são as “comunidades” do Borel. Ao final da apresentação, quando o público participante pôde se manifestar, a maior parte das intervenções foram elogiosas ao Capitão, à política da UPP e ao comando da Polícia Militar. Outras intervenções recorrentes solicitavam visitas às favelas do Borel acompanhadas pelos policiais da UPP.

Essa passagem sobre a recepção do público no Café Comunitário é reveladora de uma aprovação da opinião pública que vem se difundindo na cidade, especialmente por meio dos grandes veículos de comunicação, sobre o sucesso das Unidades de Polícia Pacificadora no que diz respeito ao controle da criminalidade em territórios de pobreza. Porém, como aponta Machado da Silva (2010), é preciso ampliar o debate sobre a atuação da UPP, tendo em vista uma série de elementos que não estão colocados em pauta pelo debate público. Dentre eles, destaco o risco da “policialização da atividade político-administrativa no território”, que o autor relata em seu texto e que aqui procurarei elucidar a partir das entrevistas realizadas na ocasião do trabalho de campo, como já apontado anteriormente.

A Unidade de Polícia Pacificadora é uma ação de segurança pública. De acordo com o secretário de Segurança Pública, com o comandante da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP)<sup>22</sup> e com qualquer representante oficial da Polícia Militar, a UPP está nas favelas não para combater o tráfico de drogas, mas para inibir a ostentação

das armas e garantir a tranquilidade aos moradores, devolvendo ao Estado o território que fora tomado pelos traficantes.<sup>23</sup>

Antes da instalação da base definitiva da UPP, com a entrada de toda a equipe que comporá a unidade, acontece uma ocupação de policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope), que tem como objetivo apreender drogas, armas e prender os indivíduos que estão com mandatos de prisão decretados, ou seja, “limpar” o terreno para a entrada da futura unidade de policiamento. As primeiras ocupações realizadas pelo Bope aconteceram de forma inesperada, aparentemente sem nenhum aviso prévio, provocando surpresas tanto para os criminosos como para os moradores. A partir da ocupação do Morro do Borel, em abril de 2010, ela passou a ser amplamente divulgada em diferentes meios de comunicação.<sup>24</sup> O tempo de ocupação pelo Bope não é informado. No caso do Borel, o Bope permaneceu no território durante 90 dias.

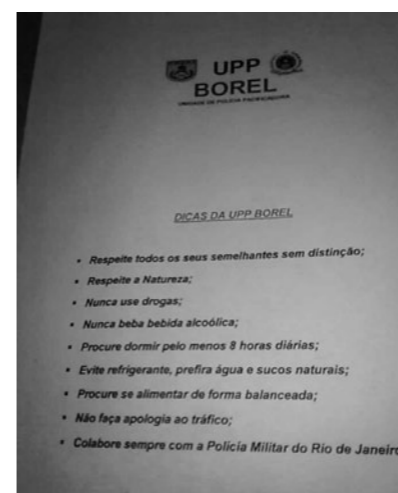
As unidades se constituem de forma diferente das outras unidades da Polícia Militar. Elas estão subordinadas ao CPP, órgão que organiza todo o funcionamento das UPPs; são encaminhados para as UPPs policiais recém-concurados, de preferência sem nenhuma experiência anterior na Polícia Militar; esses policiais recebem uma gratificação de R\$ 500 e formação em Direitos Humanos e Polícia Comunitária;<sup>25</sup> os uniformes usados tanto pelos soldados como pelos oficiais são diferentes dos uniformes usados por soldados e oficiais alocados nos diferentes Batalhões da Polícia Militar do estado; a maioria das UPPs se localiza em bases construídas com estruturas modulares divididas em três espaços: sala do comando, onde se encontram o comandante e o subcomandante; sala da administração, onde ficam os soldados responsáveis pela área administrativa; e uma sala para reuniões, equipada com mesas, cadeiras, computador e projetor; além de banheiro e local para guardar o armamento. Algumas UPPs, principalmente as primeiras, estão alocadas em prédios da prefeitura, onde outrora funcionavam os Cemasi, como as UPPs da Providência e do Andaraí. Como os prédios possuem uma infraestrutura maior, nesses locais ocorrem também as atividades promovidas pelas UPPs direcionadas para a “comunidade”, em geral, atividades de esportes. A unidade é comandada por um capitão ou major da PM.

O investimento na estrutura e nas ações que diferenciam os policiais das UPPs dos policiais dos BPMs ocorre, de acordo com algumas hipóteses, para que os policiais lotados nas UPPs

possam usufruir de uma imagem diferente do policial “antigo”, que invadia as favelas de forma violenta e arbitrária. O pano de fundo disso seria a tentativa de modificar a imagem da PM. Tendo em vista que esses policiais passam pelo menos 12 horas alocados dentro das favelas, e que faz parte da prática do policiamento de proximidade a circulação pelo território, essas ações podem refletir também uma preocupação, por parte do Comando-geral da Polícia, em garantir a segurança dos próprios policiais nos seus locais de trabalho.

### 3.1. ASPECTOS MORAIS NA GESTÃO DA ORDEM

Em uma das primeiras visitas ao Borel me deparei com um cartaz colado em um mural de uma ONG, que tem uma atuação forte na localidade, e, por conseguinte, uma grande circulação de moradores e visitantes em suas dependências. O cartaz tinha como título “Dicas da UPP Borel” e elencava nove conselhos para uma vida mais saudável. Dentre os conselhos, que por si só já eram muito peculiares, alguns chamaram mais a minha atenção, pois, misturados a frases como “procure dormir pelo menos 8 horas diárias” estavam “nunca use drogas”, “nunca beba bebida alcoólica”, “não faça apologia ao tráfico” e “colabore sempre com a Polícia Militar do Rio de Janeiro”<sup>26</sup>, conforme a ilustração a seguir.



Essas frases imperativas nos ajudam a desvelar as representações que são atribuídas aos pobres por grandes parcelas da sociedade, mesmo pelo poder público e, nesse caso específico, pela Polícia Militar. A leitura do cartaz nos ajuda a perceber que, assim como outras ações públicas já implementadas em favelas na cidade do Rio de

Janeiro, a Unidade de Polícia Pacificadora também traria, em sua prática, uma ação quase pedagógica para a manutenção da ordem pública e uma ideia de ordem estritamente relacionada a elementos que fazem parte do comportamento dos moradores e estão mais relacionados com uma determinada forma de moralidade.

A interpretação que fazemos é a de que a ação da Polícia Pacificadora põe em evidência uma representação há muito utilizada na sociedade de que os favelados seriam representantes das classes perigosas, no sentido apontado por Machado da Silva e Leite (2008), por não cumprirem as regras de conduta ideal contidas na moral dominante. A proximidade territorial com os traficantes de drogas permitiria o contato e o estabelecimento de relações sociais variadas que dariam legitimidade às formas de atuação do tráfico de drogas e, por outro lado, garantiria apoio e proteção aos envolvidos nessa rede ilícita. Ao fim e ao cabo, isso que é visto como co-nivência dos moradores implica a negação dos valores morais e da ordem institucional vigente. Portanto, se faz necessário o controle desses grupos (que não conseguem diferenciar o “certo do errado”) pela organização de seu cotidiano e de suas práticas de sociabilidade, quase tentando ensiná-los a melhor maneira de se comportar na sociedade. Sob esse aspecto, a parcela da população que mais tem apresentado problemas em não obedecer a esse direcionamento é a juventude. Eles, de acordo especialmente com a polícia, são os mais suscetíveis aos encantos do tráfico de drogas e os que mais causam problemas. Não à toa, o cartaz estava exposto em uma ONG que tem suas atividades dirigidas à população jovem e que está localizada em uma região central da favela, conhecida como Terreirão.

Nesse sentido, as ações públicas direcionadas aos territórios acabam por penalizar todos os moradores de favelas identificando-os como potencialmente criminosos e reforçando as vinculações entre pobreza e criminalidade. Essa forma de intervenção pública em favelas, porém, não é uma novidade. Ao analisar as políticas urbanas que foram implementadas nas favelas do Rio de Janeiro ao longo do século XX, encontramos uma série de intervenções que tinham como marcas diferentes influências e que passavam desde a tentativa explícita de “moralização” dos moradores a ações de urbanização objetivando o desenvolvimento local, mas que tinham como pano de fundo o controle dessa população. Cabe salientar ainda que as favelas foram, ao longo de mais de 100 anos, identificadas como um problema sob diferentes aspectos.

(<http://globotv.globo.com/rede-globo/bom-dia-brasil/v-reporteres-cobrem-momento-historico-no-rio-de-janeiro/1383535/>).

25 Conforme o Decreto nº 42.787, de 6 de janeiro de 2011: Art. 6º Todos os policiais militares lotados e em efetivo exercício nas UPP farão jus à percepção de gratificação de encargos especiais no valor R\$ 500,00 (quinhentos reais), podendo ser celebrado convênio pelo Estado para tal fim. § 2º Os policiais militares classificados nas unidades de polícia pacificadora deverão ter formação especial, com ênfase em Direitos Humanos e na doutrina de Polícia Comunitária, e os soldados deverão, obrigatoriamente, ser policiais militares recém-formados.

26 Creio que essa orientação e a própria divulgação do cartaz não sejam uma determinação do Comando Geral das UPPs, e sim uma iniciativa do próprio comandante dessa unidade. De toda forma, ficava explicitado como a Unidade de Polícia Pacificadora do Borel iria atuar para “garantir a paz” e “devolver o território” para os moradores. A tônica da atuação desta UPP é a garantia da ordem pública centrada em uma possível autonomia de ação por parte do Comando Geral. Se levarmos em consideração a rígida hierarquia militar, o capitão não tomaria essa decisão se não houvesse um respaldo de seus superiores hierárquicos.

27 O fato de as Polícias Militar e Civil poderem autorizar a realização de eventos artísticos, sociais ou esportivos no estado do Rio de Janeiro está regulamentado pela resolução 013, assinada pelo secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, em janeiro de 2007. A resolução apresenta uma série de requisitos que os locais para a realização do evento devem ter para o recebimento da autorização. O que está na resolução vale para todo o estado do Rio de Janeiro. Contudo, nos espaços das favelas que são dedicados às práticas de lazer, como quadras ou campos de futebol, em geral, não apresentam a infraestrutura solicitada pela resolução. Conforme aponta o blog [www.meurio.org.br](http://www.meurio.org.br), que vem promovendo uma campanha contra a Resolução 013: “Por causa de um decreto baseado em uma lei da época da Ditadura, policiais têm hoje o poder de simplesmente vetar ou retirar a licença de qualquer evento cultural, muitas vezes em cima da hora, de acordo com critérios que eles mesmos podem inventar. Nas favelas com UPPs, isso tem gerado muitos abusos, como a proibição arbitrária de todo tipo de evento, principalmente de bailes funk”.

### 3.2. A FAVELA TEM UM NOVO DONO? A ATUAÇÃO DO CAPITÃO DA UPP

Dois elementos chamaram a minha atenção no tocante à entrada e à permanência da Polícia no Borel. Um deles é a prestação de alguns serviços, destacaria a utilização de moto como transporte público alternativo, conhecido como mototáxi, e os serviços de entrega de gás de cozinha e de fornecimento ilegal do sinal para TV a cabo (gato net) e internet. O outro é com relação à realização de eventos e festas tanto em locais públicos (praças ou campo de futebol), privados (clubes ou quadras particulares) ou mesmo nas casas das pessoas.

Na maioria das favelas, a prestação de serviços como os citados anteriormente são realizados pelo tráfico de drogas ou grupos de milícia, gerando mais uma fonte de capital, ou são oferecidos por indivíduos ou grupos que tenham algum tipo de ligação com os mesmos. Com a entrada da UPP no Borel, os serviços ilegais de internet e de TV a cabo foram suspensos. Com relação ao fornecimento de gás, houve uma ampliação na possibilidade de distribuição. Para exemplificar, utilizo a fala de um morador:

*“Os serviços melhoraram. O gás com a entrada da UPP, os caminhões estão subindo. Antes os moradores tinham que ir com um carrinho de mão para pegar o gás que só era vendido por um único caminhão. Hoje em dia existem mais fornecedores, os caminhões vão até as casas e o preço diminuiu”.*

Com relação ao transporte alternativo, que em outras favelas pacificadas é um tema polêmico, tendo em vista que não existe uma lei que regulamenta o transporte de passageiros feito por motocicletas, o capitão do Borel buscou organizar. Como ele mesmo relata:

*“Eu já organizei vários serviços aqui. O primeiro foi o mototáxi. Só pode realizar o transporte de moradores os motoristas que tiverem habilitação e a moto com a documentação legalizada”.*

De acordo com sua visão, ainda que o mototáxi possa ser utilizado para o transporte de drogas, ele acredita ser também um meio de transporte fundamental para os moradores do Borel, tendo em vista sua topografia.

Por outro lado, a organização das atividades de lazer, em especial a realização de festas e bailes funks, foram suspensas. Ele aponta que normatizou o horário de funcionamento dos bares, mas a realização das festas estava, momentaneamente, suspensa:

*“Da mesma forma, o horário de funcionamento dos bares. Fizemos uma reunião com os comerciantes e ficou combinado um horário para o fechamento dos estabelecimentos e também para a altura do som. As festas podem ser realizadas mediante um ofício. O que está mesmo proibido é o funk”.*

Um ano após essa entrevista, participei de um encontro mediado pelo então coordenador geral das UPPs, coronel Robson Rodrigues, onde participaram o comandante e subcomandante da UPP, organizadores de eventos (bailes funk, pagode, *flash back* e samba), a equipe da UPP Social e representantes da associação de moradores do Borel. O tema em pauta era autorização para a realização das festas. Após muita discussão, foi formada uma comissão que atuaria no sentido de organizar as atividades de lazer. Contudo, para que alguma festa fosse realizada, era necessário entregar alguns documentos na unidade: nada a opor da 19ª DP; nada a opor do Corpo de Bombeiros. Além disso, o organizador do evento deveria ir pessoalmente conversar com o capitão. Aí, então, era autorizada ou não a realização da festa.<sup>27</sup>

Cabe ainda mencionar que a vigilância acerca da realização de eventos por parte dos policiais da UPP recai também nas atividades festivas realizadas no âmbito particular. O relato dessa moradora é revelador desse procedimento que ultrapassa os limites da atividade policial:

*“Estava na casa da minha irmã com um grupo de amigos conversando e ouvindo música. De repente chegou um grupo de policiais e mandou todo mundo ir pra casa que aquela não era hora de trabalhador estar na casa de ninguém”.*

Percebemos, então, a partir das falas dos moradores e do capitão, e com o exemplo do cartaz anteriormente apresentado, que está em curso uma centralização na polícia das atividades cotidianas no Borel e dos problemas que os moradores passaram a enfrentar após a pacificação. Podemos argumentar que a presença constante da Polícia Militar nas favelas, que muitas vezes

assume papéis que não são de sua responsabilidade, mas que são acionados em inúmeros casos pelos próprios moradores (quando ocorre falta de luz ou de água, os moradores ligam para a UPP para reclamar) ou mesmo por outros órgãos do Estado (quando a polícia é acionada pela escola para oferecer atividades esportivas), contribui para a construção de um novo jogo político, ultrapassando, muitas vezes, os limites da atuação policial.

Nesse caso, é arriscado, para a garantia dos direitos dos cidadãos, deixar nas mãos das forças coercitivas essas atividades. Por um lado, fragiliza o acordo social, pois a organização do cotidiano se estabelece a partir daquilo que o Comando acredita representar a ordem e, por outro, a manutenção da ordem<sup>28</sup> vem junto com uma série de violações dos direitos civis.

Assim, aparece com muita frequência nas entrevistas relatos de abuso de autoridade e de violência simbólica exercida por alguns policiais que se materializam em abordagens (revistas) injustificadas, agressões verbais e agressões físicas. Conforme demonstram estes relatos:

*“Meu filho já apanhou na cara 3 vezes. Eu nunca dei um tapa na cara do meu filho. Ele tem 19 anos, é trabalhador e já apanhou”.*

*“Infelizmente existem alguns que abusam dessa autoridade. Na abordagem, eles chegam com truculência. Eu mesmo passei por isso. Eles não me bateram, mas essa violência, essa opressão, gera medo. Eu não escutei o que ele disse que era pra eu levantar a camiseta, eu não ouvi, achei que ele estava falando com outro amigo, e ele começou a gritar comigo: Você é surdo? Você é surdo?”*

Agregado aos elementos supracitados, está ainda a questão das “regras” que foram estabelecidas pelo comandante da UPP e são cumpridas pelos soldados da tropa. Muitas vezes, a frase: “Depende do plantão” foi utilizada como argumento para justificar determinadas ações dos policiais, ou seja, tanto para o cumprimento de regras, do fechamento de bares e redução do barulho, por exemplo, como de abordagens mais violentas.

O que pude perceber foi que, de acordo com o grupo de policiais que está no serviço, eles determinam a hora e o local onde o som pode acontecer. Ouvi de muita gente que essa proibição não é apenas em espaços públicos na comunidade, como praças ou quadras, ou estabelecimentos comerciais, mas também nas co-

memorações em casa, como reunião de amigos e festas de aniversário. Dependendo do plantão, os policiais permitem o som alto ou não. Como ressaltam estes entrevistados:

*“A relação com os policiais é boa. Como já existiu um DPO aqui, já sabemos como lidar com essa situação. Mas é preciso que as regras fiquem mais claras para a comunidade do que é permitido e do que não é mais permitido. Pode ou não pode ter baile? Hoje, é de acordo com a vontade do plantão. Acho que a postura dos policiais deve ser outra. Eles devem ter mais postura profissional”.*

*“Existe um acordo entre os comerciantes e o comandante que pode som ligado até às 2 horas da manhã no sábado, mas dependendo do plantão, eles chegam 1 hora da manhã e mandam desligar, fechar os bares”.*

Esse emaranhado de situações que perpassa o cotidiano dos moradores do Borel, e que ultrapassa os limites da ação policial stricto sensu, e que vem à tona após a pacificação, pode ser lido também como um “dispositivo de exceção”, nos termos criados pelo filósofo Giorgio Agamben (apud Teles, 2010). Quero dizer que, em nome da defesa da democracia e do direito no combate ao que é identificado como ameaçador à sociedade, ou seja, em função da segurança, é permitido restringir os direitos e as liberdades de alguns, aqueles que são identificados como o “inimigo”. Conforme aponta Telles (2010:154):

*“Em nome do Estado de direito e da democracia (ou em nome de sua defesa abstrata) são mobilizados os imperativos de segurança que acionam mudanças no direito penal as quais tendem a se converter em “mero instrumento de prevenção policial”, tendo em foco não tanto um evento delituoso, mas condutas consideradas perigosas”.*

Essas condutas, muitas vezes, giram em torno das representações que cercam os moradores de favelas, e, em especial, os mais jovens, como já apresentado aqui. A forma de atuação da Polícia Pacificadora e os relatos de soldados da PM revelam que determinados atributos, que até já circulam pelo senso comum, como ser negro, magro e portar determinadas vestimentas ou mesmo ter algumas marcas no corpo, como a sobrelha riscada ou o cabelo raspado pintado de vermelho, seriam indicadores dessa conduta perigosa, logo, é necessário utilizar da prática da revista para buscar drogas ou algum elemento

28 Ver como exemplo a foto do cartaz que orienta os moradores a ter uma vida mais saudável apresentada na primeira seção.



29 No demonstrativo mensal das incidências criminais da UPP Borel, divulgado pelo Instituto de Segurança Pública, observamos que, no ano de 2008, não há registros na delegacia de casos de estupro na área que abrange a UPP Borel sob a responsabilidade da 19ª DP. No ano de 2009, há um registro ocorrido no mês de março. No ano de 2010, há registros de três casos de estupro, dois no mês de julho e um no mês de setembro. No ano de 2011, os registros saltaram para oito casos de estupro.

É preciso qualificar melhor essas informações, contudo, é possível usá-las aqui como uma ilustração de novos contornos nas relações de sociabilidade nas favelas pacificadas do Rio de Janeiro.

Para mais informações sobre esses dados, ver: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?id=260>

que comprove a suspeita. E ainda, controlar as suas atividades no sentido de garantir a ordem pública e a manutenção da paz.

### 3.2. SEGURANÇA E MEDO APÓS A PACIFICAÇÃO

Percorrendo os becos e as vielas do Borel, deparei-me com algumas inscrições nas paredes pintadas de azul com a sigla UPP. Essa era uma forma já reconhecida de controle do território pelas diferentes facções criminosas do Rio de Janeiro. Uma maneira de marcar o domínio do seu território. Quando utilizado pela força policial, remete a uma forma também de domínio do território com as mesmas marcas utilizadas pelos traficantes. Nessa disputa, a facção criminosa que dominava o local até a entrada da UPP pintou por cima da inscrição policial a sua sigla, reforçando o recado de que, naquele território, ainda existe a força do tráfico. Como nos mostra a foto a seguir:



Esse é um exemplo ilustrativo de situações que acontecem nas favelas da cidade do Rio de Janeiro após a entrada da Unidade de Polícia Pacificadora. Como não existe uma normatividade para atuação do comandante da unidade, ele ou ela, dependendo da UPP, podem vir a atuar da forma que achar mais apropriada. Esse é um dos elementos que aparecem muito fortemente nos apontamentos dos diários de campo elaborados durante a pesquisa: a centralidade do poder decisório no comandante da UPP. E também a permanência de duas forças antagônicas no território: a Polícia e o tráfico de drogas. Nesse contexto, quais dispositivos de segurança são utilizados pelos moradores para seguir vivendo suas rotinas com tranquilidade?

Mesmo que de forma não tão eufórica quanto

os participantes do Café Comunitário promovido pelo Conselho Comunitário de Segurança e a grande mídia, as respostas dos moradores do Borel à pergunta “Como está o Borel após a pacificação?” aponta para uma melhoria no que se refere à violência relacionada ao tráfico de drogas, especialmente por conta do fim dos tiroteios, da ameaça de invasão por facção rival e das incursões da Polícia no território.

Mas, por outro lado, inúmeros foram os relatos que apontaram para uma mudança naquilo que os moradores entendem por segurança. Alguns moradores relataram que, com a pacificação, fatos que não ocorriam ou ocorriam de forma muito velada passaram a fazer parte do cotidiano. Como exemplos, citaram o desaparecimento de pertences, tais como, roupas no varal, vassouras, plantas, entre outros objetos que ficam geralmente do lado de fora das residências; agressões entre vizinhos, violência doméstica e ainda alguns casos de estupro.<sup>29</sup>

É interessante ressaltar que, de acordo com uma literatura que trata sobre o tema e também com um “senso comum”, as favelas sob o domínio do tráfico de drogas eram locais onde esse tipo de atividade não ocorria com frequência, tendo em vista que eram “protegidas” pelas “regras” determinadas e reguladas pelos traficantes. Como revela Leeds (1998:243): “Na maioria das favelas e conjuntos populares, delitos como roubo, estupro e outros tipos de violência interpessoal costumam ser combatidos com ações igualmente violentas por parte do ‘dono’, que pode impor sua própria forma de justiça”.

Leeds aponta ainda, de acordo com sua pesquisa realizada durante a década de 1990, que existiam postos da Polícia Militar em favelas da cidade, mas que poucos eram os moradores que confiavam o suficiente para procurá-los quando surgia algum problema. De acordo com ela: “Essa falta de confiança resulta de uma longa tradição de abusos e violências praticados pela polícia brasileira contras as classes inferiores em geral e contra os moradores de favelas e conjuntos em particular” (Leeds, 1998: 244).

Da mesma forma, cerca de 20 anos depois, quando perguntei aos entrevistados porque eles não denunciavam esses casos na delegacia ou mesmo para o capitão da UPP, a resposta foi a seguinte: “Não me sinto seguro para denunciar”. A justificativa apresentada pelos entrevistados para essa insegurança era a presença de pessoas ligadas à rede do tráfico e que ainda estariam no território “vigiando” as atitudes dos moradores. Se antes o tráfico, a sua maneira, estabelecia um modo de comportamento, agora, isso não ocorre

de forma explícita. Mas de um modo geral, os moradores têm medo de denunciar qualquer situação aos policiais e serem identificados como colaboradores da Polícia. A pintura da sigla da facção por cima da sigla da polícia contribuiu para a manutenção dessa insegurança.

E, por outro lado, especialmente no Borel, por causa do assassinato de quatro jovens em 2003, conforme já visto, e das inúmeras operações policiais que ocorriam na localidade, existe, por parte dos moradores, um sentimento de insegurança com relação à Polícia, certa desconfiança na atuação dos policiais. Como revelam estes entrevistados:

*“É muito difícil para todos mudar de uma hora pra outra e achar que aquelas pessoas estão ali para ajudar a comunidade. Tem muitos moradores do Borel que têm ódio de polícia porque já presenciaram eles matando pessoas na comunidade e, acima de tudo, eles têm muito medo tanto dos policiais quanto da presença, ainda que velada, do tráfico de drogas na comunidade.”*

*“Há poucos meses era a mesma polícia que vinha e assassinava os pais dessas crianças porque tinham algum tipo de envolvimento e hoje eles acariciam essas crianças e convocam para um torneio esportivo. Como é isso?”*

O que se percebe é que a possível presença de pessoas ligadas ao tráfico de drogas representa um medo na aproximação com os policiais. Esse medo pode ser entendido como a não confiança na permanência dessa política, tendo em vista que a ação do Estado nas favelas do Rio de Janeiro não apresenta um histórico de continuidade. Logo, àqueles que colaboraram com as forças policiais poderiam sofrer algum tipo de retaliação. Assim, os moradores apresentam um “duplo medo”: por um lado, medo de ser identificado pelo tráfico como colaborador da polícia e, por outro lado, medo de ser identificado pelos policiais como traficantes, tendo em vista a não colaboração com a polícia.<sup>30</sup>

As primeiras impressões que se estabelecem quando da entrada da UPP no Borel é que ainda existe naquelas favelas uma duplicidade de poderes e que os moradores se encontram em uma situação ambígua. A proximidade com o policial gera medo e também a abordagem que, muitas vezes, o policial tem com os moradores ainda obedece a uma lógica autoritária e violenta. Nesse sentido, o sistema de reciprocidade que se pretende estabelecer entre os policiais e a população ainda é bastante frágil. Por outro

lado, muitos relatos apontam para a existência de um grupo específico que provoca problemas. Isso se deve por uma memória coletiva ainda muito recente de inúmeros casos de violência na área do Borel e de uma relação muito violenta com a Polícia.

Em contraposição, os policiais da UPP também se encontram em uma situação nova se comparado ao restante da tropa da Polícia Militar do Rio de Janeiro. A declaração do soldado resume um pouco o caráter que os policiais militares imprimem a política de segurança levada a cabo pela UPP:

*“Não estou combatendo a criminalidade, estou apenas parado como um vigia, sem poder fazer nada. Isso é apenas uma sensação de segurança. É isso que a UPP faz, dá uma sensação de segurança para a cidade, quando na verdade, por dentro dos becos, as coisas ainda correm soltas porque não há número suficiente de policiais para controlar tudo no morro.”*

Assim, os relatos dos policiais revelam algumas críticas a essa política, especialmente com relação ao que eles consideram como condições adequadas de trabalho. De acordo com alguns policiais que entrevistei, eles não estão satisfeitos, principalmente, com a falta de itens importantes do uniforme como casacos, por exemplo, e também infraestrutura, como acesso aos banheiros. Sobre essa questão, muitos relatos apontaram que os moradores ou mesmo os comerciantes não autorizam a entrada dos policiais em suas moradias ou estabelecimentos. Como já apontado anteriormente, a relação ainda é muito tênue.

Como revela o depoimento do capitão:

*“Aqui está faltando tudo. A logística toda. Tudo que eu tenho fui eu que consegui pelos meus próprios meios. A Polícia Militar mesmo não me apoiou em nada. Eu não peço mais, cansei de pedir. A UPP não é vendida pra própria polícia. Ela é vendida para o exterior, para outros estados, pra população do Rio, mas ela não é vendida pra própria polícia. É bem difícil. Sozinbo, cansa. Vinte mil moradores, 300 policiais, lidando com essa questão polícia e morador, sozinbo e sem logística.”*

Essa falta de estrutura pode resultar em desestímulo e em outras consequências. Ao que parece, os policiais que atuam nessa

30 Cabe aqui um comentário: não é de agora que os moradores utilizam de inúmeros recursos para se afastarem de estereótipos que os identificam como coniventes com o tráfico por habitarem o mesmo território. Sobre esses recursos, ver Birman, 2008.

área não escolheram vir para a UPP. Creio que isso também contribuiu para a postura que eles mantêm tanto com relação aos moradores como com relação ao trabalho. E, ainda mais grave, essa “sensação dos policiais” de fragilidade na própria política pode vir a refletir em atividades ilícitas por parte dos policiais. São dois lados de uma moeda: o trabalho fica difícil, mas, ao mesmo tempo, cria-se uma situação na qual é fácil haver abuso de autoridade ou corrupção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIRMAN, Patrícia. *Favela é comunidade?* In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: Alvito, Marcos e Zaluar, Alba (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CARVALHO, Monique Batista. *Uma maré de lutas: memória e mobilização popular na favela Nova Holanda – Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, UniRio, 2006.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas – um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.
- DIAS NETO, Theodomiro. *Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana*. IBCCrim: 2000.
- Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro: megaeventos e violação dos direitos humanos no Rio de Janeiro. In: <http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>, 2012.
- FARLAS, Juliana. *Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais: reflexões sobre a luta de moradores de favelas cariocas contra a violência policial*. Mestrado em Ciências Sociais, PPCIS/Uerj, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas*. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 44, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas*. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MACHADO DA SILVA, L. A. *A continuidade do “problema favela”*. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública*. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Afinal, qual é a das UPPs?* [www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br), março, 2010.
- MACHADO DA SILVA, L. A.; FIGUEIREDO, Ademir. *Urbanização X remoção: uma polarização recente*. V Encontro Anual da ANPOCS. Friburgo, 1981.
- MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, Márcia da Silva Pereira. *Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas*. In: MACHADO DA SILVA, L. A. et al (org.). *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?* In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro – evolução – sentido*. Rio de Janeiro, Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais (caderno do CENPHA, 5), 1969.
- SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. *Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo*. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro – 1 ed., 1 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- (Série Polícia e Sociedade, n 6)
- SOARES, Luiz Eduardo et alli. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.
- VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ZALUAR, Alba. *Crime, medo e política*. In: Alvito, Marcos e Zaluar, Alba (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.



# TRINTA DIAS DE UPP: UM RELATO E ALGUMAS QUESTÕES PERTINENTES À IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA DO MORRO DA PROVIDÊNCIA



POR **ANDRÉ RODRIGUES**<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo registrar uma breve experiência de campo no Morro da Providência relativa a uma pesquisa cujos interesses incidiram sobre o processo de implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) naquela favela.

Este trabalho de pesquisas buscou, dessa forma, realizar a coleta de percepções e informações dos mais variados atores afetos à implantação dessa política de segurança pública. As diversas conversas e entrevistas realizadas em vista dessa investigação acessaram sujeitos que possuem inserções diferenciadas no Morro da Providência, desde pessoas que possuem vínculos profissionais e institucionais até moradores com diferentes laços com a favela.

Ainda que tenha havido o esforço de cobrir um espectro de informantes mais variado e amplo possível, o caráter quase instantâneo da pesquisa não permitiu amadurecer vínculos e aprofundar questões com a ponderação tanto de observações como da ampliação da confiança dos informantes e dos câmbios e fissuras nos discursos.

As observações feitas a seguir possuem, portanto, um caráter fotográfico – um tanto panorâmico – e, sobretudo, impressionista. Restam, com a poeira da breve imersão assentada, algumas pistas e o mapeamento de certas questões que podem ser ampliadas e aprofundadas no trabalho de observação e intervenção no Morro da Providência que outras entradas podem explorar em vista dos horizontes abertos pela UPP. Como pesquisador das questões sociais, estarei satisfeito se este breve relatório conseguir remontar um bom conjunto de indícios para uma investigação mais fina e prolongada. Lançar linhas de reflexão para comparações futuras é outro objetivo que busco aqui.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO

O trabalho de campo que realizei, no período de 5 a 29 de agosto de 2010, consistiu em consultas a variados atores afetos à implantação da Unidade de Polícia Pacificadora do Morro da Providência, zona portuária do Rio de Janeiro. Tais consultas variaram entre entrevistas em profundidade registradas em gravação de áudio; entrevistas em profundidade sem registro gravado; conversas informais; e identificação de atores estratégicos para mapeamento do campo.

O critério de decisão sobre gravar ou não as

entrevistas foi baseado na percepção sobre a disponibilidade ou grau de constrangimento dos atores em fornecer um depoimento gravado. Os atores mais dados ao registro gravado foram, em geral, aqueles que possuem uma inserção mais institucional no contexto estudado. Com relação a moradores do Morro da Providência, houve mais melindres em registrar a conversa. Em alguns casos desse tipo, optei, de antemão, por nem considerar a gravação como possibilidade. As conversas informais decorreram, em geral, de contatos ocasionais ou de situações nas quais não pareceu profícua a realização de uma entrevista mais formal, gravada ou não. Mapeei, ainda, atores e instituições que, a despeito de não terem sido entrevistados ou contatados, são estratégicos para o mapeamento dos atores fundamentais para a pesquisa e a articulação de ações no território relacionado ao Morro da Providência e suas imediações.

Este resumo de como foram conduzidas as atividades de campo é suficiente para que logo se identifique que o título deste relatório contém uma inconsistência. O período de campo foi inferior a 30 dias e o trabalho não abarcou uma presença tão intensa em campo, como é característico dos métodos etnográficos de imersão e observação participante. O material com que lidei para a confecção deste relatório consiste em uma coleção de entrevistas e algumas notas decorrentes de conversas e observações.

Das vezes em que estive em campo, a maioria foi na parte da manhã ou da tarde. Algumas vezes, as visitas se alongaram para o início da noite. Estive nas imediações do Morro da Providência, mais especificamente na área da Gamboa por duas ocasiões em fins de semana: uma vez de noite; outra, de dia. Essas diferentes formas de entrada em campo não forneceram, contudo, dados suficientes para inferências relativas às mudanças nas dinâmicas sociais em diversos horários, bem como quais os padrões de interação social e espacial existentes entre o Morro da Providência e seu entorno. As questões tratadas a respeito dessa dimensão de análise decorrem todas, neste sentido, de informações e percepções relatadas pelos informantes. Algumas questões referentes aos padrões de relação entre as diferentes áreas que compõem a Providência apareceram de modo mais consistente nos discursos dos entrevistados e se prestam a alguns esboços analíticos.

Durante o campo, realizei 15 incursões ao Morro da Providência e a áreas afetas em seu entorno. Dessas idas ao campo, resultaram como material para análise:

<sup>1</sup> Pesquisador associado do Instituto de Estudos da Religião (Iser), doutorando em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj) e pesquisador do Laboratório de Estudos Hum(e)anos da Universidade Federal Fluminense (UFF).



- (I) 13 entrevistas gravadas;
- (II) 14 entrevistas sem registro gravado;
- (III) algumas conversas informais que resultaram em notas de campo; e (IV) 13 atores/instituições mapeados.

Mesmo diante de um tempo curto de permanência em campo, este conjunto de material levantado já fornece um quadro de informações e percepções relativamente rico para uma análise preliminar e fotográfica do processo de implantação e consolidação da UPP Providência, bem como de sua recepção pelos moradores do Morro.

As conversas que tive com diversos atores iniciaram sempre pela própria trajetória do entrevistado e a sua inserção no contexto estudado. Cumpri, assim, o preceito básico da busca pela identificação do “lugar” de onde falam os informantes. Busquei tratar, ainda, de temas que revelassem:

- (I) em quais termos ocorrem as relações entre os policiais e os moradores, nos dois sentidos vetoriais;
- (II) como as situações estão sendo encaminhadas com relação à ausência do poder mediador e interventor dos traficantes;
- (III) quais as mudanças ocorridas com relação aos serviços básicos e infraestrutura e outros serviços;
- (IV) como estão sendo encaminhadas questões relativas ao lazer, tanto diurno como noturno;
- (V) quais as mudanças com relação aos serviços informais dos quais muitos moradores eram clientes;
- (VI) quais as expectativas com relação à UPP;
- (VII) quais as mudanças básicas ocorridas no cotidiano; e (VIII) quais as principais mudanças na sociabilidade.

Esse repertório de questões oscilou, dependendo da entrevista. Algumas dessas questões aparecerão de modo mais detido neste relatório. Outros vão figurar de modo mais difuso.

A principal dificuldade do campo foi contatar jovens na faixa de 16 a 18 anos, principalmente, do sexo masculino. Esses jovens não figuraram em nenhuma rede institucional ou informal e, todas as vezes nas quais tive maior proximidade com eles, estavam na rua, em grupos pequenos, conversando, e não me senti à vontade para abordá-los, até por considerar que isso seria inócuo do ponto de vista das respostas que provavelmente obteria.

Outra dificuldade foi o receio de moradores

em manifestarem opiniões sobre as UPPs, com medo de represálias a críticas, mas, principalmente, intimidados com a presença de reminiscências do tráfico no Morro que poderiam comprometer os como opositores, traidores ou delatores.

### 3. DO ACESSO AO CAMPO AO HORIZONTE COMPREENSIVO

O trecho da canção do extinto grupo Farofa Carioca que diz “No morro todo mundo se conhece / E sabe logo quando tem alguém de fora / Cascudo, família, choque, trabalhador oficiado” (da canção “A lei da bala”), ainda que não inclua o pesquisador no rol de personagens facilmente identificáveis, é absolutamente verdadeira com relação a nosso ofício. O pesquisador logo é identificado como o estranho e, rapidamente, percebe-se que todo mundo está ciente de sua presença ali. Essa fronteira entre quem é de dentro e quem é de fora tem linhas bem definidas quando se está falando de acessar uma área da cidade que possui uma história de marginalização, exclusão e estigmatização.

Não quero imputar, com esta observação, um caráter de fechamento excessivo na descrição do Morro da Providência como campo (afinal, não é menos árido entrar em campo em áreas habitadas pelas elites). Mas toda entrada em campo requer certa negociação das identidades em vista das tensões e relações de poder que regulam os padrões de sociabilidade. Quando se trata de acessar um meio social no qual tais tensões e tais diferenciais de poder estão marcados por relações de vida e morte, a identidade “de fora” tem um peso diferenciado. Esse aspecto também se vincula com o fato de que as favelas sofrem de um insulamento em sua inserção no espaço da cidade que não decorre das dinâmicas internas de sua sociabilidade, mas das pressões sociais externas que tiveram, historicamente, a ação policial como seu principal operador.

Esta é uma das primeiras questões que emergem do campo e apresenta importantes condicionantes para o acesso aos informantes. O campo no Morro da Providência teve, portanto, certa aridez, principalmente, decorrente dos melindres implicados na relação com um pesquisador que, em certo momento da conversa, passa a tratar de questões referentes à polícia e à UPP. Como permaneceria por um curto período em campo e não tinha nenhuma entrada prévia, procurei eliminar ao máximo as possibilidades de ambiguidade de minha presença ali. Não omiti, dessa forma, que meus interesses

se dirigiam para a coleta de percepções sobre o processo de implantação das UPPs. Por outro lado, das vezes em que não identifiquei meus interesses de pesquisa já na apresentação, ficava claro para o próprio informante que a pesquisa versava sobre a UPP. Afinal, quando se tratava de dizer que era uma pesquisa sobre o Morro da Providência, a não ser que fosse considerada a possibilidade esdrúxula e, obviamente, não adotada de inventar outro tema de pesquisa, logo emergia a UPP como principal marco das experiências recentes ocorridas ali.

Estar no Morro da Providência como pesquisador interessado em UPPs implicou o ônus, portanto, de certos atores não se sentirem à vontade para falar de um tema tão sensível como este. A contrapartida desse ônus é produto do mesmo caráter delicado da questão somado a sua quase onipresença temática: as UPPs são um assunto incontornável para os moradores da Providência. Mesmo quando diziam que não queriam falar das UPPs, os entrevistados acabavam por falar, principalmente, a partir das razões por não tocar nesse assunto.

Como “de fora”, entretanto, e sem um informante privilegiado com uma relação consolidada, não me pareceu uma via interessante caminhar pela favela sem mediações e realizar abordagens espontâneas. Quase todas as conversas decorreram, neste sentido, de agendamentos prévios ou reiterações de mediações anteriores com algum ator visto com alguma legitimidade.

Optei por basear minhas visitas ao campo às entrevistas que agendei. Fora isso, fui ao campo por ocasião do baile de debutantes organizado pelo comando da UPP Providência e em função de um campeonato de caratê organizado pelo professor Hernani. A despeito disso, fiz caminhadas curtas pelo Morro da Providência em horas vagas entre uma e outra entrevista, que resultaram menos em conversas que em coleta de impressões.

#### 3.1. PEQUENAS DOSES DE EUFORIA

Minha primeira visita ao campo ocorreu no Centro de Referência da Assistência Social (Cras) Dodô da Portela, que fica no mesmo prédio da base da UPP. Trate-se de um prédio com cerca de cinco andares e um grande terraço que oferece uma visão panorâmica do Morro. O Cras fica no último andar, no subsolo (são cerca de dois andares para baixo). Do térreo para cima, ficam instaladas as dependências da UPP e as salas de aula onde são oferecidos diversos

cursos em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e com a empresa Iesa de Óleo e Gás. Há salas que servem de alojamento para os policiais, um gabinete que abriga o comando da UPP, uma capela e algumas salas que possuem infraestrutura de tanques e fogões industriais. De uma maneira geral, o prédio possui uma infraestrutura muito boa. É visível, contudo, certa carência de equipamentos e melhor otimização da utilização das instalações. Foi possível perceber, ainda, uma capacidade ociosa na utilização do prédio, ainda que os responsáveis tenham informado que há projetos para a ocupação de certas salas e instalações, como as cozinhas industriais.

Assim que cheguei, percebi certa efervescência no modo pelo qual os funcionários do Cras desempenhavam suas atividades. Havia uma intensa interação entre as pessoas do Cras e os representantes da Iesa e da Firjan, responsáveis por organizar os cursos patrocinados por eles que são oferecidos no prédio da UPP. Minha entrevistada, Maritza, diretora do Cras, mal conseguia parar para seguir com a entrevista. Antes que a entrevista começasse, fui levado por ela para observar uma aula de danças circulares oferecida para beneficiários do Bolsa Família, mulheres em sua maioria. Acabei participando da dança junto com Maritza e Wellington, representante da Iesa.

Uma das primeiras frases que me foi direcionada no campo partiu de Maritza com o endosso de Wellington: “Você foi muito sortudo por ter sido escolhido para fazer a pesquisa na Providência”. Ao perguntar o porquê dessa afirmação, eles responderam que a Providência é a melhor UPP já implementada. Suas falas ressaltavam a quantidade e a qualidade de serviços e cursos que passaram a ser oferecidos no Morro depois da implantação da UPP. Durante a entrevista, esse juízo foi reiterado quando Maritza disse: “Ele teve a honra de vir olhar a UPP da Providência”, ao me apresentar a uma de suas funcionárias que entrou na sala.

Realmente, no prédio da UPP há, atualmente, além das aulas de caratê – ministradas pelo professor Hernani, cabo da PM, e que já existiam na época do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (Gpae) –, cursos de ensino fundamental e médio, informática, informática orçamentária, espanhol e diversos outros também ministrados no âmbito do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) nas UPPs. As posturas e depoimentos das pessoas que trabalham no Cras – aliás, único equipamento do poder público além da UPP,



que identifiquei com uma unidade de atendimento dentro do Morro<sup>2</sup> – traduziam uma atmosfera na qual estavam experimentando um momento transformador e estimulante. No limite, era como se suas atividades finalmente estivessem fazendo sentido.

O efeito que a UPP opera na narrativa da trajetória profissional de Maritza estabelece um ponto nodal que é figurado como quase como um marco existencial. “Estou em estado de graça, acho que não tem outra expressão, estou em estado de graça mesmo”. “Eu estou superfeliz”. “Eu estava muito sozinha e agora não estou mais tão sozinha”. São alguns exemplos de frases que ela mobiliza ao valorar a UPP sobre o pano de fundo do exercício de sua atividade profissional de assistente social. Não estar mais sozinha, estar em estado de graça, estar feliz são humores e estados que traduzem a aproximação de um horizonte no qual a atuação de um operador público remonta seu significado verdadeiro.

Tal experiência é pontuada também em contraste com a experiência com o Gpae do qual a UPP é sucessora institucional no caso da Providência. O Cras Dodô da Portela foi criado como uma parceria com o Gpae e acompanhou todo o período de sua operação. Dois aspectos são mobilizados para efetuar este contraste: o fato de o Gpae não ter tido êxito em desarmar o tráfico – o que resultava em confrontos constantes; e o isolamento institucional (“não estou mais tão sozinha”) que não garantia ao Gpae uma integração e o estabelecimento de parcerias que nutrissem a presença policial na Providência de outras ações que desafogassem a lógica do confronto. A permanência dos confrontos e da violência durante a permanência do Gpae no Morro encontra eco na percepção de um morador entrevistado que alegou que havia pelo menos uma morte por mês naquele período.

O passo além dado pela UPP teria sido um passo “para além do policiamento ostensivo”, de acordo com as próprias palavras de Maritza. No modo de narrar essa experiência, quando a UPP dá um passo além do policiamento, ela traz no arraste a possibilidade de que outros equipamentos do poder público possam abrir frentes de trabalho nesse horizonte “para além”. Tal prisma otimista e esperançoso encontra eco nos humores de outros operadores do poder público, como o comando da UPP.

Esta abertura de horizontes é uma possível virtude da UPP Providência que, em articulação com os aspectos que tentarei tocar de modo mais pormenorizado, deve ser perspectivada neste relatório. O timbre dessa virtude reside

na euforia que esse olhar “para além” produz no modo pelo qual operadores estratégicos para a condução da política dão significado a suas atividades profissionais.

### 3.2. DA EUFORIA À DESCONFIANÇA

O contraste com tais posturas e expectativas foi percebido horas depois quando encontrei com um morador – nascido e criado na Providência, há mais de 40 anos – com o qual havia agendado uma entrevista. Sua postura era de ceticismo e desconfiança com relação à política das UPPs. Mais que isso: sua fala traduzia forte crítica e algum descrédito com relação às expectativas e percepções sobre os rumos das UPPs.

As críticas ocorriam em alguns graus que possibilitam montar um sumário em complementação com as demais falas obtidas em campo que possui as seguintes dimensões:

(I) a possibilidade de um horizonte eleitoral – ou melhor, eleitoreiro – como pano de fundo da política;

(II) a descrença com relação à continuidade dessa política;

(III) a conjugação entre a política e os projetos presentes no escopo – pouco definido – da revitalização da zona portuária;

(IV) a questão imobiliária implicada no processo de regulamentação do espaço urbano que geraria uma pressão nos preços e a retirada de moradores do Morro;

(V) o fato de as políticas sociais ocorrerem na sequência e em grande articulação com as ações policiais;

(VI) a limitação da política ao alcance de marcos definidos por grandes eventos na cidade, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo; e, por fim, (VII) o próprio questionamento da presença da política como agente pacificador e promotor de avanços na área social.

Este cenário será matizado na análise de algumas dimensões que explorarei mais adiante. É preciso frisar ainda que essas críticas não esgotam os fatores implicados nas resistências dos moradores à implementação da política.

O trajeto entre o primeiro e o último dia de pesquisa de campo, ainda que curto, foi intenso em termos de percepções diferenciadas e aspectos interessantes e inesperados, mas essa tensão entre, de um lado, expectativas elevadas, horizontes de esperança, e, de outro, descrédito, ceticismo, pode ser considerada uma linha-mestra

na qual os discursos e posturas definem diferentes graus de resistência e proximidade. Identificar quais os aspectos mobilizados nas narrativas para a tomada de posição nesse espectro foi uma das minhas principais preocupações.

## 4. ALGUMAS DIMENSÕES DE ANÁLISE

Estabeleço, a seguir, uma relação de observações de aspectos importantes das dimensões de recepção e consolidação da política implicada nas UPPs. Essas dimensões não são estanques e os aspectos nelas implicadas em muito se reiteram e complementam.

### 4.1. RELAÇÃO DOS MORADORES COM OS POLICIAIS; PROBLEMAS PERTINENTES À LEGITIMIDADE

Há diferenciais de receptividade e resistências entre os moradores no que diz respeito à relação com os policiais. Esses diferenciais se distribuem tanto em vista da localização no Morro como dos grupos etários.

As áreas próximas ao Sessenta, bem como aquelas voltadas para a Ladeira do Barroso, aparentam ter maior proximidade e confiança com os policiais. As imediações da Praça Américo Brum e do alto do Morro são as mais resistentes e distanciadas. Os relatos indicam que essas diferenças estão relacionadas ao fato de o alto do Morro ser a área na qual o tráfico estava mais presente.

O grupo etário mais afastado e mesmo hostil com relação à presença dos policiais é o dos jovens, principalmente, do sexo masculino, de 16 a 18 anos. Esse grupo coincide com o público ao qual menos teve acesso, bem como ao perfil da mão de obra empregada no narcotráfico. Além disso, esse grupo também é um dos mais atingidos com relação à vitimização por violência letal e, certamente, compõe o perfil dos envolvidos nos confrontos contra as forças de segurança pública. Não quero superestimar esses indicativos de resistência com relação ao grupo etário em seus potenciais compreensivos e, talvez, explicativos. Eles são apenas pontuações para uma interpretação futura.

Um dos principais fatores, contudo, de resistência e afastamento diz respeito ao trato histórico entre a polícia e os moradores da favela. Os relatos estão plenos de afirmações de que não há como mudar, do dia para a noite, uma relação que antes estava baseada no confronto

e no uso truculento da força diante do qual se acumulam as histórias de vitimização e abusos contra inocentes.

Em uma entrevista com um morador da Providência, ele afirmava que, dentre as muitas mudanças ocorridas na favela, ao longo das quatro décadas em que lá vive, um aspecto foi constante: a postura da polícia. Segundo ele, a Polícia sempre agiu de modo violento e arbitrário ao entrar na Providência. Tal violência e arbitrariedade são tratadas, em seu discurso, como desproporcionais com relação às resistências, aos ataques e revides dos traficantes. Não importa até que ponto esse contraste se verifica. É importante para minha interpretação o fato de que é nessa disposição que a relação é relatada em sua narrativa, ou seja, é assim que ele significa os motivos de sua desconfiança e resistência.

O que está em jogo nesse aspecto é um tipo de tensão existente entre moradores e policiais que se expressa pelo estabelecimento de outra proposta de permanência das forças de segurança pública dentro da favela e que não coincidem com uma modalidade historicamente consolidada. A UPP estabelece uma mudança em um padrão de relações muito definido e pautado pela violência – a memória dessa relação pregressa, uma memória da truculência, é uma barreira para o estabelecimento de um novo padrão de relações. Esse aspecto abre precedentes para percepções tais como a que um de meus entrevistados declarou: “Eu acho que a UPP veio para nos proteger da própria Polícia”.

Conjugada com essa memória do confronto, há uma memória de identificação com os personagens do tráfico de drogas. Segundo aspectos que emergem das falas de meus entrevistados, o tráfico de drogas possuía redes de sociabilidade muito consolidadas. Esses laços, base sobre a qual se tecem valores e identidades culturalmente consolidadas, não se interrompem com a saída dos traficantes armados.

Um jovem que entrevistei, irmão de um traficante que saiu do Morro da Providência com a entrada da UPP e que foi morto recentemente em um confronto com a polícia na Baixada Fluminense, elucida a força desses laços e o problema identitário implicado nas mudanças drásticas operadas pelo novo tipo de policiamento: “O traficante era nosso irmão, nosso amigo, nosso parente, nosso inimigo”. Essa frase é expressiva da presença do tráfico como poder e esfera de produção da sociabilidade. Esse enraizamento somado à história repressiva e violenta da Polícia compõe outra dimensão das resistências dos moradores com relação à Polícia. Os laços com

o tráfico também possuem como componente sua postura repressiva e tirânica; o que cancela possibilidades comunicativas em vista de uma imposição do silêncio, tal como a expressada por uma senhora moradora do Morro que entrevistei: “Cabeça pra pensar, ouvido pra escutar, boca pra não falar”. A delação, dessa forma, sempre foi um aspecto fortemente reprimido pelo tráfico, compondo um dos pilares das regras “éticas” que essa instância de poder estabelecia.

A perspectiva de que a UPP não vingue como política e seja descontinuada por motivos do mundo da política estabelece um cenário de muita instabilidade no que diz respeito à abertura de relações mais cooperativas e menos tensas, sendo um dos fatores de resistência que identifiquei.

Três são, portanto, os fatores que produzem resistências na recepção dos moradores, estabelecendo problemas de legitimidade para a condução da UPP:

(I) a memória da truculência;

(II) os laços de sociabilidade com o tráfico conjugado com o medo de retaliações; e (III) o ceticismo quanto a permanência e longevidade da UPP como política.

Algumas falas apontam, contudo, para um ganho gradativo de confiança com relação à polícia. Mesmo no horizonte das resistências, há a percepção de que o tempo é uma variável importante para a mudança nos padrões de relação. Segundo a própria percepção do capitão Glauco, que comanda a UPP Providência, esse ganho de confiança é gradativo:

“Pessoas que outrora não falavam comigo, hoje, já falam, pelo menos, já dão um bom dia; pessoas que me davam bom dia, hoje, já adentram o prédio [da base da UPP]; pessoas que adentravam o prédio, hoje, já conversam comigo normalmente na rua; pessoas que conversavam comigo normalmente na rua, hoje, eu já dou carona no meu carro.” (Cap. Glauco)

Esse ganho de confiança tem seus pontos mais significativos nas relações estabelecidas em torno das atividades oferecidas dentro da UPP. Alguns moradores estão muito próximos do comando da UPP e aparentam ter estabelecido uma relação de confiança. Pode-se dizer que essa proximidade representa um voto de confiança com relação à política que pode representar um forte ganho de legitimidade.

Um caso é emblemático nessa aproximação. Uma senhora, moradora da Providência há muitos anos, ex-traficante de drogas, mãe de dois filhos mortos em confronto com os po-

liciais, participa de muitas atividades na UPP, possui filhos e netos no curso de caratê e em outros cursos. Essa senhora escreveu um poema que dedicou ao capitão Glauco e que transcrevo a seguir:

#### *Realização de um sonho*

*Quem poderia imaginar  
Que esse sonho torna-se realidade?  
Em tão pouco tempo, em fração  
De segundos tudo mudou, não parece  
Mas daquela vida de um tempo que passou  
Ah, quantas lágrimas rolaram em rostos!  
Ah, quantas vidas órfãs ficaram!  
Quantas mães choraram a morte  
De seus filhos que um dia geraram.  
Hoje tudo mudou.  
Mudou para um mundo melhor.  
Quem diria que lágrimas que  
Outrora rolaram  
Hoje rolam em rostos transmitindo alegria  
Jovens que esperaram vocês desses sonhos?  
Que realizações podés contemplar,  
Vendo vidas sendo transformadas  
Por gente que só querem te ajudar?  
Ajudar com uma mão amiga,  
Uma mão que outrora vistes muitas  
Vidas a matar.  
Hoje, te levaram para um sonho,  
Sonho esse a se realizar.*

Esses versos expressam um caso de aproximação no qual a relação é próxima e sem concessões. Aqui se suspendem todas as desconfianças e os fatores de resistência que elenquei não figuram.

As Igrejas Evangélicas parecem ser um importante mediador na aproximação com a UPP, visto que muitas das pessoas menos resistentes e mais presentes nas atividades oferecidas na UPP são vinculadas à igreja. O próprio pastor de uma delas me relatou que já conversou com algumas pessoas que o procuraram para pedir aconselhamento sobre se deveriam ir à UPP participar dos cursos.

A equação, provavelmente, envolve a razão entre o tempo de maturação de uma relação mais cordial e cooperativa e o esgarçamento da sociabilidade em vista das fortes tensões latentes que

reiteram experiências progressas e imprimem marcas sobre as futuras.

## 4.2. INVERTENDO O VETOR: A RELAÇÃO ENTRE OS POLICIAIS E OS MORADORES

Este aspecto é o oposto simétrico dos aspectos anteriormente citados. A equação de constituição das relações é a mesma.

Os policiais, ao que aparece nos relatos de várias fontes, têm mantido uma conduta cordial e solícita com relação aos moradores. Mas paira o incômodo da desconfiança. Houve relatos de que esse incômodo é um dos fatores de estresse para os policiais. Ter de se posicionar de modo pacífico e comunicativo em um contexto com relação ao qual é visto como agressor e potencial inimigo é um fator cujas implicações para a subjetividade não devem ser desprezadas.

A fala do Cap. Glauco expressa bem alguns fatores que contribuem para as resistências e que se relacionam com os mesmos fatores implicados nos entraves históricos que afastam a polícia da população: “A população não nos conhece. Nós passamos muito tempo afastados da população, então, nós também não conhecemos a população”. O trabalho de aprendizado que requer esse conhecimento mútuo é um aspecto que também se insere na equação a qual destaquei anteriormente.

Algumas falas definem as condutas dos diferentes plantões como díspares, havendo relatos sobre uma postura mais truculenta dos plantões noturnos. Em alguns casos, afirmaram os depoimentos, há situações de “toque de recolher” com apagamento das luzes da Praça Américo Brum e limitação do trânsito de pessoas na rua depois das 10 horas da noite. Não tomo tais relatos do ponto de vista da discussão sobre sua veracidade, apenas os cito como um indicativo da temperatura das relações entre policiais e moradores.

## 4.3. SERVIÇOS, INFRAESTRUTURA E PRESENÇA DO PODER PÚBLICO

Há uma percepção generalizada – e que corresponde ao próprio cenário observado – de que houve um *boom* de serviços e atividades aos quais os moradores agora têm acesso. Diversos cursos estão sendo oferecidos, algumas atividades esportivas e passeios culturais.

O nó da recepção dessa mudança é o fato de os cursos e atividades se concentrarem no prédio da UPP. Esse aspecto foi relatado por vários

entrevistados como um ponto de afastamento da adesão aos serviços.

A regularização dos serviços de água e luz geraram algumas tensões no que diz respeito ao fato de terem que pagar contas. O mesmo é relatado com relação aos serviços de TV por assinatura, que agora substituem o “gato-net” e que são considerados caros (cerca de R\$ 60). Observei que a adesão a esses serviços ocorreu de forma mais intensa nas imediações da Ladeira do Barroso, aparentemente a área menos pobre do Morro. A regularização dos serviços, entretanto, foi tratada também por algumas falas do ponto de vista de seus aspectos positivos: o principal deles, a regularização do domicílio.

Kombis e mototáxis não tiveram suas rotinas modificadas de modo significativo. Houve apenas um enquadramento aos moldes de uma regulamentação das atividades por parte do comando da UPP. Tais mudanças, ainda que tenham implicado alguma redução dos efetivos e alguns incidentes relativos ao endurecimento das abordagens por parte dos policiais, não se traduziram em uma redução da procura pelos serviços, de acordo com os entrevistados.

Como equipamentos presentes e em operação na Providência e em seu entorno, destaco três instâncias que considero estratégicas:

(I) o curso de caratê oferecido na UPP, uma vez que atrai hoje mais de 200 pessoas, em sua maioria jovens, e que já existe desde a época do Gepae;

(II) o Instituto Central do Povo (ICP) que está presente no entorno da Providência há mais de 100 anos e que oferece diversos serviços relacionados à saúde, aos esportes e à educação; e (IV) a Vila Olímpica da Gamboa, que possui grande infraestrutura e, principalmente, grande capacidade ociosa que pode atender à Providência com folgas a agregar atividades relativas também à cultura.

## 4.4. RELAÇÕES DE PODER E MUDANÇAS NA SOCIABILIDADE

Tendo saído do cenário a instância de arbítrio, que antes era operada pelos traficantes como operadores de uma lei informal, ainda não é clara a forma pela qual os conflitos e demandas diversas têm sido encaminhados. Parte dessas demandas e conflitos certamente tem desembochado na UPP, com a procura à polícia para sua solução. Mas há relatos de que agora as pessoas resolvem seus problemas sozinhas ou de que tem havido um aumento da violência interpes-



soal e de pequenos delitos.

Uma primeira impressão é a de que a UPP se tornou uma superinstância de decisão e de resolução de conflitos, lidando com demandas que, muitas vezes, estão para além dos requisitos das atividades policiais. Isso se traduz principalmente pela carga de trabalho depositada na condução das atividades da UPP. Se, por um lado, isso representa a ação policial para além de seus limites mais convencionais – e mesmo conservadores –, como requer a concepção de uma polícia cidadã; por outro, isso acarreta a possibilidade de sobrecarga e hiperinflação das atribuições da Unidade, o que pode ser um risco, sobretudo se considerarmos os aspectos das condições de trabalho e do estresse policial.

A Providência, hoje, é uma favela sem quaisquer opções de lazer noturno. Depois da desativação do baile funk, nenhuma outra forma de divertimento noturno está disponível. Isso apareceu também como um aspecto que teve impacto no comércio, principalmente, nos bares.

Mas há uma mudança que pode ser traduzida na ampliação do acesso ao lazer: houve relatos de que, agora, as pessoas, principalmente os jovens, podem sair para outros bairros e comunidades porque sabem que podem chegar tarde e que não terão problemas.

Uma mudança interessante na sociabilidade que me chamou a atenção está presente no relato de uma jovem que entrevistei. Segundo ela, agora, os moradores do Morro podem receber visitas.

Essas mudanças na sociabilidade me parecem importantes para a abertura e integração da favela ao espaço da cidade. Às vezes, temos uma tendência viciosa de pensar que tudo tem de existir para dentro da favela como se ela tivesse que ser um microcosmos autossuficiente. É importante também pensar nas condições de circulação das pessoas pela cidade como forma de integração.

De um modo geral, o cessar fogo é o aspecto mais valorizado por todos os entrevistados e também figura como o fator que mais tem implicações na abertura de possibilidades de novas formas de sociabilidade.

#### 4.5. MAIS QUE UMA UNIDADE DE POLICIAMENTO

A UPP aparenta ter um campo semântico um tanto dilatado. Pontuo algumas observações, menos para explorar suas consequências que para mapear questões para uma reflexão mais

profunda e futura.

Algumas situações são indicativas dessa hiperinflação de significados para o termo UPP:

(I) logo no início do campo, perguntei onde era a associação de moradores a um morador que estava à porta de casa e ele me indicou o prédio da UPP como se fosse a associação de moradores;

(II) vários cursos e projetos são oferecidos com o termo de referência espacial “UPP Providência”. Em vez de a referência ser “Tal curso ou evento ocorrendo no Morro da Providência”, houve casos da fórmula de coordenadas espaciais ser “Tal curso na UPP Providência”, ainda que as aulas não sejam oferecidas no prédio da UPP. A UPP passa a operar como um anexo semântico da noção de Morro da Providência;

(III) um de meus entrevistados relatou que pretende fazer um curso de especialização para desenvolver uma atividade de turismo nos Morros e nas UPPs. Aqui, a UPP aparece novamente com um campo semântico do mesmo tamanho do morro ou da favela; e (IV) acompanhando o Twitter da Federação Nacional de Policiais Federais (Fenapef), vi a notícia de que haverá um projeto que cria a UPP Federal – Unidade Preventiva da Polícia Federal.

Esses são quatro exemplos cuja consequência é a criação de um supercampo semântico para a noção da UPP. Esse significado inflado, me parece, pode levar a política ao *status* de panaceia, como se fosse a solução de tudo.

Identificar a referência espacial e semântica “Morro da Providência” com “UPP Providência”, em vez de integrar à cidade pode representar mais uma desfiguração da favela em termos de sua situação espacial e simbólica com relação ao resto do território da cidade.

#### 4.6. TENSÕES E ESPERANÇAS; EXPECTATIVAS E IMPASSES

O pior cenário vislumbrado por todos os entrevistados é a saída da UPP. Isso geraria um retrocesso, mais um acúmulo de descrédito, um trauma, com a possibilidade de um acirramento das relações violentas no Morro – retorno dos traficantes, retaliações com quem se aproximou da política, risco de invasão por outra facção.

Ao que parece, portanto, a UPP é uma política que deveria incluir um caráter irreversível em seu escopo. Em sua própria constituição como política e nas implicações práticas de sua implementação, a UPP não prevê um passo atrás em sua lógica de entrada no território. A migração para outros modelos de policiamento, como o

comunitário, também não abre a possibilidade de saída da UPP. Uma preocupação correlata a esse aspecto é com a qualidade da mão de obra empregada pela polícia e os riscos de sua deterioração. As políticas sociais desenvolvidas no escopo da UPP não podem, portanto, perder de vista o policial como cidadão. Uma política que não tem volta deve ter todas as atenções voltadas para a qualidade da mão de obra que emprega em sua execução.

#### 5. PITACOS À GUIZA DE SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

Como produto deste relatório, anoto algumas ideias que listo a título de recomendações para o auxílio na condução das políticas públicas implicadas no âmbito da UPP Social. Estas sugestões conjugam tanto minhas observações de campo como as próprias ideias, expectativas e iniciativas das pessoas que entrevistei.

(I) É necessária uma maior diversificação espacial da oferta das ações sociais, como alternativa ao nó que estabelece resistências pelo fato de a oferta estar centralizada nas UPPs.

(II) É preciso ter um olhar atento e agudo às condições de trabalho e à qualidade da mão de obra policial empregada no contingente das UPPs; neste sentido, há de se ter um enfoque das ações sociais em vista da manutenção da qualidade de vida do policial.

(III) Como sugestão para a garantia da precupação do item (II), as cozinhas industriais disponíveis no prédio da UPP poderiam ser reformadas e abrigar cursos na área da Gastronomia que tivessem como produto a produção das refeições dos policiais e profissionais que atuam no prédio.

(IV) Talvez possam haver ações que se integrem ao curso de caratê no sentido de aproveitar a proximidade que essa atividade conseguiu com os jovens.

(V) É importante afinar os canais de participação e comunicação entre a polícia e a população no sentido de fomentar os vínculos de confiança. A população só passará a dar créditos à política se reconhecer vias de encampação.

(VI) Os vínculos institucionais com o ICP devem ser buscados e aprofundados, tanto pela questão da legitimidade como pela prestação de serviços à população.

(VII) A Vila Olímpica da Gamboa, em vista de seus equipamentos, não deve ser subestimada como espaço para a promoção tanto de atividades esportivas como culturais.

(VIII) Para um estudo comparativo que tenha como base este primeiro relatório, seria importante focar nas dimensões mapeadas nos itens 4.1 até 4.6.



**“TODA MUDANÇA É  
DIFÍCIL DE FAZER”:  
PRIMEIROS RELATOS SOBRE O  
PROCESSO DE “PACIFICAÇÃO”<sup>1</sup>  
DOS MORROS TABAJARAS / CABRITOS**

**POR ISIS RIBEIRO MARTINS<sup>2</sup>**

## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é produto de um trabalho de pesquisa que teve por objetivo mapear as principais questões relacionadas ao processo de implementação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) nos Morros dos Tabajaras e dos Cabritos, localizados no bairro de Copacabana. Esse processo apresenta diversas tensões decorrentes das grandes mudanças no cotidiano das favelas após a implantação das UPP. É importante ressaltar, que na época em que a pesquisa foi feita, a presença da UPP no Tabajaras e no Cabritos era recente, principalmente, se comparada a favelas como o Santa Marta.

Conhecer quais as percepções e levantar informações sobre o modo pelo qual essa política tem sido recepcionada pela população local é fundamental para a condução de quaisquer políticas que pretendam ser desenvolvidas como desdobramento das UPPs. Oferecer uma pequena contribuição para um primeiro quadro compreensivo desse cenário é a tarefa principal deste relatório.

A finalidade deste relatório é meramente descritiva. Trata-se de uma reunião de impressões que possam motivar a reflexão e o aprofundamento analítico dos interessados pelo tema das UPPs. Ainda que aponte dilemas e mapeie questões, não me ocupo de levá-las a cabo.

## 2. A ENTRADA EM CAMPO

A primeira incursão ao campo foi feita no dia 3 de agosto de 2010. Neste dia estabeleci contato com uma secretária de Estado que atua na região.

Nesta ocasião, a secretária de governo mediou uma reunião com o representante da associação de moradores do Morro dos Cabritos. Na reunião estavam presentes o presidente da associação de moradores e mais dois secretários de Estado. Enquanto conversávamos, expliquei que meu interesse era realizar uma rápida pesquisa com o objetivo de compor um primeiro olhar compreensivo sobre as favelas. A partir do discurso do presidente da Associação de Moradores, pude perceber que existia certo receio em tocar em questões relativas ao processo de “pacificada” e que as atitudes da Capitão que comandava a UPP na época de sua instalação também eram um aspecto de produção de ruídos e resistências nas relações entre a polícia e os moradores. Por esta percepção, resolvi me identificar como pesquisadora, estudante de Antropologia e vinculada a esta pesquisa da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Assistência Social

do Governo do Estado, sem mencionar, especificamente, que o objeto da pesquisa era reunir impressões sobre a UPP.

Esta reunião foi muito produtiva em termos do estabelecimento de um primeiro contato. Na conversa, já foram tocadas algumas questões relativas ao cotidiano e aos problemas da favela. Também pude ter uma percepção sobre os principais lugares a visitar. O presidente da Associação de Moradores dos Cabritos tornou-se, desde então, um de meus principais interlocutores, com o qual tive diversas conversas e estabeleci alguns contatos.

A Associação de Moradores dos Cabritos funciona em um prédio cedido pela Prefeitura que é bem amplo, com diversas salas que não são utilizadas. Neste mesmo prédio funcionam, ainda, um projeto de música, denominado A Hora é Essa e um de criação de objetos de arte a partir de lixo reciclado, chamado Tabajara Art. Após a reunião, fui apresentada a um morador que trabalha no Tabajara Art. Este morador foi um dos principais mediadores para o estabelecimento de relações com outros moradores. Esta mediação foi fundamental para a entrada em campo.

Depois desse primeiro contato, fui às favelas mais 13 dias, totalizando 14 visitas. A última ida a campo foi no dia 28 de agosto de 2010 para acompanhar o primeiro baile funk realizado em uma favela “pacificada”.

Da primeira à última ida ao campo, realizei 29 entrevistas (entre conversas informais e entrevistas gravadas) e mapeei 38 pessoas/entidades entre lideranças comunitárias, moradores, comerciantes, gestores, policiais e funcionários da secretária de governo.

Os lugares que percorri ou nos quais estabeleci contatos e conversei com pessoas compreendem um roteiro que tem como referências os seguintes pontos:

- Igreja da Paróquia Santa Cruz;
- Quadra da Escola de Samba Unidos de Vila Rica (onde ocorreu o baile funk);
- Quadra do Morro dos Tabajaras, pela entrada próxima ao cemitério São João Batista;
- Caminhadas pelo Morro dos Cabritos até o “Cantão”;
- Caminhadas pelo Morro dos Tabajaras até a parte do cemitério São João Batista;
- Duas lan *houses* (uma no Tabajaras e outra no Cabritos);

<sup>1</sup> O uso do termo entre aspas permanecerá ao longo de todo o texto para indicar que se trata de uma categoria nativa, presente, principalmente, no vocabulário policial, mas que também figura, de vez em quando, no discurso de outros atores entrevistados e dos moradores das favelas que pesquisei.

<sup>2</sup> Antropóloga, doutoranda do PPGAS do Museu Nacional/UFRJ e pesquisadora associada ao Núcleo de Antropologia da Imagem da Uerj.



- Bares;
- Casa Gerontológica Lar Dom Pedro V;
- As duas Associações de Moradores;
- Creche e biblioteca da paróquia, Cantinho da Natureza, que tem o projeto Giro o Livro e é a única biblioteca da favela;
- A casa de um morador;
- O centro de formação profissional, no qual não consegui conversar com a coordenadora, mas falei com a responsável pela divulgação.

Além desses lugares, tentei acessar a creche da prefeitura, chamada de Tia Sônia, mas não consegui conversar com a diretora porque era exigida uma autorização da Coordenadoria Regional de Ensino (CRE), que não consegui obter a tempo de concluir a pesquisa.

Pude identificar que nos dois morros existem: duas creches, uma pública e outra por iniciativa da paróquia, uma casa gerontológica, uma igreja católica, duas *lan houses*, por volta de quatro ou cinco Igrejas Evangélicas, um mercadinho de produtos alimentícios e cerca de 40 bares. Além de comércios tais como: loja, cabeleireiro, lavanderia, oficina e loja de material de construção.

As entrevistas não seguiram um roteiro fechado, embora as mesmas questões tenham sido abordadas em quase todas as conversas: trajetórias de cada um, principais dificuldades das favelas, qualidade dos serviços públicos e privados, mudanças após a “pacificação”, relacionamento com os policiais, expectativas quanto ao futuro, alternativas de lazer etc.

A principal dificuldade encontrada na realização do campo foi ter acesso aos jovens do local. Sem um local específico de encontro dos jovens, foi difícil abordá-los na rua. Na parte da manhã e da tarde a maioria está no colégio ou no trabalho e à noite não há um local onde se reúnam. De acordo com um dos informantes, os jovens que ficavam durante o dia na rua eram ligados ao tráfico e ele não aconselhava que fossem abordados.

No início, outra dificuldade da pesquisa foi obter relatos de moradores e comerciantes, sobretudo quando a conversa abordava a relação com os policiais e as mudanças da favela após a “pacificação”. Somente duas pessoas falaram claramente sobre o medo que os moradores têm de uma retaliação dos traficantes que ainda permanecem no local.

Outra justificativa vinculada a este medo de falar é a dúvida se o projeto da UPP é transitório ou definitivo. Dúvida que também é

compartilhada por alguns policiais: o projeto acompanhará as mudanças no quadro de representantes do governo ou se tornará uma política de Estado, independente da figura do governador? Esta foi uma insegurança manifestada em diversos dos relatos de meus informantes.

Esta dificuldade de acesso aos relatos foi superada, em parte, pela ajuda que tive de um informante que passou a intermediar os contatos com alguns moradores e comerciantes. Foi um informante privilegiado, por ser bem visto nas favelas e trabalhar na Companhia de Águas e Esgotos (Cedae) em um projeto de conscientização dos moradores sobre o uso da água.

Mediante esta configuração do trabalho de campo e tendo em vista estes aspectos pertinentes ao acesso aos atores e instituições, esta pesquisa forneceu algumas impressões que procurei sistematizar nos tópicos desenvolvidos a seguir.

### 3. MUDANÇAS NAS FORMAS DE SOCIABILIDADE

As percepções em relação à “pacificação” são diferenciadas. Dizem respeito ao tipo de inserção dos sujeitos entrevistados, dependendo de fatores, tais como: se a pessoa mora na favela, o tempo em que mora, se trabalha lá ou não, idade, qual atividade desempenha etc.

Tendo em vista que está em jogo um processo lento de consolidação de novas relações de sociabilidade, os relatos são muito ambíguos. Há relatos tanto sobre a saída de cena de determinadas formas de violência, quanto sobre o surgimento de novas formas de conflito que antes eram, de alguma maneira, coibidos e reprimidos pelo tráfico ou, simplesmente, não chegavam a ser registrados, tais como violência doméstica e furtos a residências.

#### 3.1. RELAÇÃO DOS MORADORES COM OS POLICIAIS

Os relatos dos policiais apontam que os morros Tabajaras e Cabritos foram favelas que aceitaram a implementação da UPP de forma “pacífica”, principalmente se comparadas à favela do Pavão, também localizada no bairro de Copacabana. Segundo os policiais, no Pavão ocorreram dois ou três conflitos, “mas foram casos isolados”.

A maioria dos moradores que entrevistei retrata de forma positiva a “pacificação”, ressaltando o fim dos conflitos entre traficantes e policiais e

da circulação de traficantes armados na região. Mesmo em vista dessa percepção média, não foi fácil obter relatos dos moradores sobre as suas relações com os policiais, principalmente, pelo já mencionado medo de uma retaliação futura por parte dos traficantes que ainda permanecem nos morros. Este medo é reforçado pela percepção da possibilidade de descontinuidade da UPP como política de segurança pública na favela. Ainda que tenham compreendido o processo como relativamente pacífico, os policiais que entrevistei também reconhecem a existência desses temores.

A desconfiança na relação com os Policiais se apresenta de modo diferenciado: quando o ator é um morador do local que possui a memória dos conflitos e da violência policial, a desconfiança é maior. Há o medo de que este tipo de relação truculenta seja reeditada. A relação entre policiais e moradores é considerada, pelos últimos, como hierárquica, havendo dificuldade por parte dos moradores de estabelecer qualquer diálogo com os policiais – isto se acentua pelo fato dos policiais, em geral, estarem com armas de grosso calibre em punho.

Este, no entanto, é um duplo processo de aprendizagem: há uma mudança também na forma pela qual os policiais estavam acostumados a se comportarem diante do público das favelas – a despeito da maior parte dos policiais atuantes ter como primeira experiência o trabalho nas UPPs. Este cenário coloca a necessidade de que a memória das relações violentas entre favela e polícia contribua para a reinvenção da sociabilidade e não como reiteração da tensão e do conflito. A mudança na percepção do policial é fundamental para esse processo: é necessário reinventar um personagem que antes era visto como agressor e agora deve se apresentar como parceiro e guardião.<sup>3</sup>

A transcrição do seguinte trecho da fala do padre que atua na paróquia ilustra bem como o processo de recepção dessa nova realidade para as favelas é tenso e permeado por aspectos de aproximação e de resistência. Ele trata ainda de algumas dificuldades que persistem, mesmo diante de um cenário que tenha em seu repertório os aspectos positivos da experiência da UPP:

*Nós passamos muito tempo com o problema de liberdade real, com a entrada da UPP, a pacificação trouxe um novo status no morro. Antes, era problemático sair de casa, como era problemático voltar para casa. Agora, com esta nova posição, mais do que positiva, o nosso povo tem que amadurecer, tem que ser ajudado a entender que uma*

*coisa assim é normal e é para sempre, porque o medo e a desconfiança que este novo status, que é finalmente humano, possa ser perdido é muito grande. Como diz o nosso povo: se move, mas sempre com um pé atrás. Quer dizer se move positivamente, mas sempre com um pé atrás, e o fato que aconteceu sábado passado (em São Conrado),<sup>4</sup> mostra que esta aparente tranquilidade no fundo não é tão real assim.*

A fala de um morador que entrevistei é representativa do início de uma nova lógica de relações entre moradores e policiais na qual possa haver críticas e cobranças sem a iminência do conflito violento. O seguinte trecho sumariza essa ideia:

*Eles [os policiais] aprendem a viver e a conviver, eles querem ser respeitados. E nós podemos cobrar, porque a polícia é paga pelo povo, eu pago o salário deles. Então eu tenho que aprender a respeitar ele como ser humano e ele a me respeitar. Desde que haja momentos em que ambos se respeitam a tendência é não ter problema. Se teve algum problema é porque uma parte não respeitou.*

O respeito mútuo também é mobilizado na narrativa desse morador em outro momento da entrevista: “A gente só quer ser respeitado, mas a gente vê na televisão que tiveram policiais no Pavão que foram afastados justamente por essa hierarquia que a polícia tem em relação a nós”. Juntamente com o respeito, existe a percepção de que é necessário estabelecer uma relação menos hierárquica.

#### 3.2. RELAÇÃO DOS COMERCIANTES E MOTORISTAS DE MOTOTÁXI E KOMBI COM OS POLICIAIS

Os comerciantes, donos de bar, com os quais conversei elogiaram o processo de “pacificação”: o fim do confronto entre policiais e traficantes e o fim da circulação de traficantes armados na região. Entretanto, a imposição do horário de silêncio foi uma reclamação recorrente entre os comerciantes. Alguns afirmam ter perdido muito dinheiro por não poder mais colocar música alta até tarde, outros cancelaram o dia do forró e dizem ter perdido clientes para os estabelecimentos do “asfalto”. Os próprios comerciantes afirmam que existem várias posições dos moradores sobre o horário de silêncio, uns são contra e outros a favor, inclusive chamam a Polícia quando o som fica muito alto.

<sup>3</sup> Segundo a proposta da UPP para a mudança da figura do policial.

<sup>4</sup> Este incidente de São Conrado ao qual o entrevistado se refere diz respeito ao confronto, ocorrido no dia 21 de agosto de 2010, entre traficantes e policiais, no qual os traficantes em fuga invadiram e fizeram reféns os hóspedes de um hotel de luxo localizado no bairro. O motivo do confronto teria sido a interceptação pela polícia de um grupo de traficantes que estavam retornando de um baile funk. A imprensa tratou desse assunto tendo como pano de fundo a pacificação da cidade professada nas UPPs.

5 O comerciante disse que o valor do aluguel é de mil e quinhentos reais. O bar fica numa região mais nobre do morro dos Cabritos, denominada Cantão, área de descendentes de portugueses.

Um comerciante do Cabritos questionou o fato de moradores preferirem gastar mais dinheiro em estabelecimentos caros do “asfalto” a gastar no “bar da comunidade”. Segundo ele o aluguel do bar é alto<sup>5</sup> e desta forma não conseguirá permanecer por muito tempo no local. Ele reivindica que o horário de silêncio não valha para os fins de semana.

A “rigidez” da antiga Capitão<sup>6</sup> foi tema dos relatos e reclamações dos comerciantes. Quando saí do campo o novo Capitão já estava negociando com os estabelecimentos comerciais e acredito que algumas reclamações já foram resolvidas ou amenizadas.

A primeira entrevista que fiz com um morador que falou abertamente sobre a relação com os policiais foi com o representante do mototáxi. Os conflitos com os mototaxistas eram constantes, segundo eles, havia um problema com o “autoritarismo” da antiga Capitão que não estabelecia diálogo com as favelas.

O mototáxi passou a ser regulado pela UPP. Os motoristas foram obrigados a retirar carteira de habilitação, as motos foram numeradas e divididas por dia de trabalho (metade da frota circula em um dia e a outra no dia seguinte). O colete (a cor do colete corresponde ao dia do rodízio) e o capacete passaram a ser obrigatórios e todos foram cadastrados pelos policiais. O conflito, no entanto, não ocorreu por causa do cumprimento destas normas, mas pela decisão da Capitão de diminuir o número de motos de 50 para 30. A justificativa dos motoristas é a de que não poderiam demitir os colegas; além do fato de alguns ficarem desempregados com esta medida, o mototáxi representava o primeiro emprego de alguns e outros fizeram despesas para retirar a carteira de habilitação. Os motoristas também reclamaram sobre a retirada do toldo que cobria o ponto do mototáxi e a forma como eram abordados por alguns policiais.

O relato dos mototaxistas e da associação dos moradores do morro dos Cabritos aponta que não houve negociação com a Capitão e, com isso, o grupo foi obrigado a recorrer ao comando geral da UPP, que promoveu um encontro para conversar sobre a situação. Ficou acertada a continuidade de todos os mototaxistas.

A Capitão foi substituída logo após a minha entrada em campo, por isso não cheguei a conversar com ela sobre estas mudanças. O relato que obtive dos policiais sobre o relacionamento com os mototaxistas é que o conflito ocorreu porque “toda mudança é difícil de fazer” e “eles achavam que a polícia queria tirar o ‘ganha pão’ deles”, mas que, na verdade, eles precisavam ser

“legalizados”, principalmente, porque o “mototáxi servia para o tráfico antes da pacificação” e as pessoas que tinham esta função deveriam ser retiradas.

Com a chegada do novo Capitão o conflito foi resolvido. O representante do mototáxi elogiou a atitude do novo Capitão, disse ser uma pessoa disponível para negociação e que “tudo foi resolvido”.

O transporte por Kombi também passou a ser regulado pela UPP. Os motoristas e carros foram cadastrados e foi estabelecido o número máximo de passageiros por condução (três por banco). Não ouvi relatos de conflitos entre os policiais e estes motoristas.

O que pude observar é que ambos os transportes são muito utilizados. A Kombi demora mais para circular, pois só sai do ponto lotada e muitos passageiros com pressa preferem o mototáxi. Entre os passageiros que preferem o mototáxi as justificativas são a rapidez da condução e o fato da moto circular em todos os lugares e ruas da favela, mesmo as mais estreitas. Os passageiros que preferem a Kombi comentam da sua segurança, conforto e possibilidade de carregar as compras.

A Kombi cobra R\$2,30 para subir e o mototáxi cobra R\$2, para descer o preço é o mesmo nas duas conduções, R\$1. O mototáxi circula 24 horas e a Kombi encerra suas atividades à meia-noite.

Durante o período em que estive em campo, presenciei um atropelamento e um acidente na ladeira dos Tabajaras. A rua estreita e o excesso de carros que lá circulam favorecem estes acidentes. Os caminhões, táxis, carros de passeio, Kombis e mototaxis dividem a rua com os pedestres e os carros estacionados, o que quase sempre provoca um congestionamento. No horário de saída e entrada das escolas a situação se agrava, as crianças sobem brincando pela rua sem se preocupar muito com os carros. O atropelamento que presenciei foi de uma criança que brincava com uma amiga. O acidente não foi grave e a criança foi conduzida ao hospital pelos policiais da UPP.

### 3.3. RELAÇÃO ENTRE OS POLICIAIS E AS PESSOAS QUE TRABALHAM NAS FAVELAS, MAS NÃO MORAM LÁ

De uma maneira geral, as pessoas que não moram no local, mas desenvolvem algum tipo de atividade nos morros, tendem a dar maior

atenção aos aspectos positivos da relação com os policiais. É como se a UPP tivesse o efeito de permitir que essas pessoas chegassem e saíssem dos seus trabalhos de modo seguro, ainda, que em seus relatos eles frisem o fato de nunca terem tido nenhum tipo de problema específico com o tráfico de drogas.

Um tipo de relato frequente por parte desses atores diz respeito ao fato de não verem mais crianças com armas na mão. Para essas pessoas, a interrupção do confronto armado possui um efeito muito forte na percepção sobre as virtudes da implantação da UPP.

O seguinte trecho do discurso de um homem que atua na favela, mas não mora lá, ilustra esse tipo de percepção:

*Com certeza este é um processo que tem que se aprofundar, por um histórico antigo e recente, porque infelizmente a polícia nem sempre foi a maior referência do nosso povo, houve um período que verdadeiramente falar da Polícia era meio arriscado. Mas eu vejo que está invertendo este quadro, uma mudança do horizonte ao que o policial remete, uma mudança positiva. Aqui tinha Polícia quando eu cheguei e depois por várias razões não teve mais. (...) Há sim uma mudança positiva e uma maior tranquilidade nos relacionamentos, você vê que o relacionamento quando passa um policial tem sempre a percepção de estima e consideração que há algum tempo não havia.*

As pessoas que não moram na favela tendem a perceber que os vínculos estão consolidados e que os jovens já têm como referência os policiais. Ao entrevistar os moradores e policiais, entretanto, percebi que essa integração diz respeito a um processo que ainda está em andamento.

Entre os ex-moradores que ainda mantêm vínculos profissionais na favela essa percepção também é diferenciada e não se vincula com essa visão tão otimista. Alguns de meus entrevistados que possuem esse perfil relatam que eles agora têm um olhar de fora que favorece a percepção de que os moradores possuem dificuldades em estabelecer vínculos mais próximos com os policiais. Um exemplo relatado diz respeito à percepção de que os moradores não “olham no olho” dos policiais e nem os “cumprimentam”. Essa relação ainda hierárquica, segundo esses ex-moradores, dificulta a integração entre as favelas e os policiais.

### 3.4. RELAÇÃO ENTRE OS MORADORES

Uma mudança relatada pelos informantes nas relações entre os moradores diz respeito à percepção de que tem havido um aumento das violências interpessoais nos morros em vista da saída do poder regulador do tráfico. Não foi possível verificar se esta percepção sobre o aumento desse tipo de violência se confirma, mas a recorrência nos discursos são um indicativo de que essa mudança é, pelo menos, uma possibilidade.

Os conflitos de natureza interpessoal relatados nas entrevistas definem o aumento de: furtos (até de roupa no varal), furtos a residência, brigas de vizinhos, violência doméstica, principalmente, contra a mulher.

A outra mudança relatada neste aspecto consiste no cancelamento de eventos nos quais eram exercidas as relações de sociabilidade, principalmente entre os jovens. Este aspecto também está implicado na falta de opções de lazer nas favelas. Este fator também já sofreu mudanças com a entrada do novo Capitão, com uma tendência de liberação de festas e bailes.

### 3.5. RELAÇÃO DOS QUE MORAM NO ENTORNO COM OS POLICIAS

As pessoas que moram no entorno das favelas com as quais conversei afirmam que foram beneficiadas pela saída das armas, com a diminuição de delitos e de confrontos na área. Elas relatam ainda que já houve valorização dos imóveis da região.

Conversei com o gerente de um hotel que fica próximo a Ladeira dos Tabajaras e ele relatou que já teve uma melhoria para o hotel pela à diminuição de reclamações por parte de clientes a respeito do barulho de tiros e do medo da proximidade com a favela.

### 3.6. RELAÇÃO ENTRE AS ASSOCIAÇÕES DO CABRITOS E DO TABAJARAS

Não percebi nos discursos dos moradores que existe um conflito entre as áreas que correspondem ao morro dos Tabajaras e ao morro dos Cabritos, até porque nem sempre existiram duas associações. Antigamente, a Associação do Cabritos respondia pelas duas áreas. No entanto, nos discursos dos presidentes das associações esta divisão é bem delimitada. Ao questionar um dos presidentes sobre um conflito que havia



ocorrido recentemente, recebi a seguinte resposta: “aqui não houve conflito nenhum, só se for lá da outra associação”.

Os discursos também são diferentes com relação ao processo de criação das duas associações. Algumas falas afirmam que não havia necessidade dessa separação e outras versões dizem que uma só associação não dava conta das demandas das duas favelas.

#### 4. MUDANÇAS NOS SERVIÇOS

Depois da “pacificação” alguns serviços foram regularizados, como o “gato-net” e as instalações clandestinas de internet e de luz. As mudanças ocorridas nesse setor são todas dirigidas para a substituição de um serviço que antes era oferecido clandestinamente, mas que agora é de responsabilidade das operadoras que atuam de modo regulamentar.

Este processo produz uma dificuldade relativa ao preço dos serviços regulares que não são tão baratos quanto aqueles de fornecimento ilegal. O trecho a seguir da fala de um morador expressa e mapeia esta questão:

*Hoje nós não temos mais o gato-net, mas se a gente tem uma coisa e de uma forma muito rústica você perde, o governo tem que dar alternativa. Hoje nós temos serviços dentro da comunidade que cobram R\$ 60,00, R\$ 70,00 por instalação de canais básicos, que só melhoram a imagem da televisão, não te oferecem muito mais do que isso. Imagina uma pessoa que recebe R\$ 510 pagar de antena R\$ 70. É um absurdo.*

O gás foi o único serviço que teve seu preço reduzido depois de sua regulamentação. A empresa que fornece é a mesma, mas agora outras empresas poderão participar do fornecimento. Ainda que não tenha obtido relatos dessa situação, é provável que esse decréscimo tenha ocorrido em vista da retirada dos encargos cobrados pelo tráfico.

Com relação à limpeza urbana, o aspecto mais relatado é que já havia coleta da Comlurb, mas que os garis comunitários desempenhavam um papel importante na limpeza dos becos e vielas. A retirada dos garis comunitários, com o término do contrato, tem sido uma questão que tem produzido reclamações e receios de que as favelas venham a ficar sujas. Atualmente as ruas são limpas. Não encontrei lixo espalhado pelo chão.

Houve muitos relatos de falta de água e de luz, mas com a entrada da UPP veio o projeto de

fornecimento de água da Cedae chamado Água para Todos, com a realização de obras para a regularização do serviço. A Light, fornecedora de energia elétrica, também está desenvolvendo um trabalho de regularização dos domicílios com o estabelecimento de tarifas diferenciadas. No entanto, não tenho como afirmar se já ocorreram mudanças no abastecimento das favelas, pois a entrada desses projetos ainda é muito recente.

#### 5. PROJETOS MAPEADOS

Aparecem queixas nos discursos de meus entrevistados relativas à falta de projetos sociais de lazer e de educação.

A queixa tem foco na deficiência do poder público em atrair e desenvolver projetos sociais nas favelas. A fala de uma moradora registra esse descontentamento: “dos projetos que têm aqui, nada veio do governo, veio de pessoas que quiseram investir aqui, de pessoas comuns, cidadãos”.

A despeito dessas reclamações, eu fiz um breve mapeamento das iniciativas existentes nas duas favelas. Busquei conversar com os responsáveis por estas instâncias no sentido de apurar também os modos de inserção na vida dos moradores. Os tópicos abaixo resumizam a presença de algumas iniciativas.

##### 5.1. CRECHE

Existem duas creches que já foram citadas anteriormente nesse relatório, uma da prefeitura e outra da paróquia Santa Cruz de Copacabana.

A Creche Cantinho da Natureza, apesar de ser de responsabilidade da igreja, é conveniada com a prefeitura. A creche foi fundada em 1976.

Conversei com a diretora da creche que trabalha lá há quatro anos e ela me forneceu algumas informações sobre seu funcionamento. A creche atende 145 crianças de 4 meses a 4 anos. Ela possui também o projeto Proseguir, que atende crianças de 4 a 15 anos que estejam frequentando a escola. Neste projeto são oferecidas, ainda, aulas de apoio escolar, ajuda nas tarefas da escola, oficinas de arte, informática etc.

Este projeto tem uma parceria com o Instituto Consciência, mas que não é suficiente para sustentá-lo, por isso, atualmente, funciona com 100 crianças de 4 a 8 anos; houve necessidade de dispensar os mais velhos.

Eles operam, além disso, com um projeto de apadrinhamento a distância, no qual o padrinho envia uma verba para a criança. Esta modalidade

de alcança crianças de 4 a 8 anos.

##### 5.2. PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Este projeto consiste em um Centro de Formação Profissional que oferece cursos gratuitos para jovens de 15 a 24 anos que estejam matriculados em escolas públicas a partir do nono ano do ensino fundamental.

Lá são oferecidos cursos de orientação vocacional, complementação escolar, profissionalizantes e inserção no mercado de trabalho.

Esta é mais uma iniciativa da paróquia juntamente com a ONG italiana AVSI.

Este projeto é recente e possui a particularidade de atender mais a jovens de outras favelas que a moradores do Cabritos e do Tabajaras.

##### 5.3. BIBLIOTECA

A biblioteca também integra o conjunto de obras da paróquia. E é a única biblioteca que atende às favelas. Ela tem como público prioritário os jovens do centro de formação e as crianças da creche.

Esta biblioteca é bem organizada e, além dos empréstimos, possui um bom espaço para estudos e leituras.

A biblioteca integra o projeto “Conexão Leitura”, que existe em seis favelas do Rio de Janeiro.

##### 5.4. LUTAS OLÍMPICAS

O projeto Energia Olímpica oferece aulas de lutas olímpicas para crianças e jovens das duas favelas. A iniciativa funciona na quadra da Unidos da Vila Rica e surgiu por meio da ação de um morador que sustentou o projeto por muito tempo com recursos próprios. O projeto passou a receber apoio da Eletrobrás depois que um amigo do autor da iniciativa ganhou uma causa na justiça contra a empresa e no lugar de indenização exigiu que o projeto fosse financiado.

Atualmente, foi iniciado no âmbito desse projeto um trabalho de alongamento voltado para os idosos.

A equipe do projeto conta com professores de fora da favela e funciona de segunda a sexta-feira.

##### 5.5. TABAJARA ART

Esta iniciativa a qual já me referi também partiu da ação de uma moradora da Ladeira dos

Tabajaras, professora de Artes e de Biologia, que começou a desenvolver atividades de produção artística por meio da reciclagem.

O projeto é mantido até hoje com recursos próprios da autora e ainda não possui nenhum tipo de apoio ou patrocínio institucional.

Os alunos do projeto são todos adultos. Há a intenção de iniciar um trabalho com crianças, mas faltam recursos.

As aulas são oferecidas às terças e quintas na sede da Associação de Moradores do Cabritos.

Para esse projeto, o relato da professora define que a “pacificação” foi muito importante, porque as pessoas vão visitar e comprar peças produzidas. Além disso, depois da “pacificação”, já há empresas interessadas em oferecer patrocínio para a iniciativa.

##### 5.6. OUTROS PROJETOS

Além desses projetos aos quais me referi, mapeei outras ações – todas decorrentes de iniciativas dos próprios moradores. Não consegui, contudo, contato com os seus responsáveis para conhecer os projetos.

Este é o caso do projeto de música A Hora é Essa que funciona na Associação do Cabritos e as escolinhas de futebol, uma que funciona na quadra da Vila Rica e outra que é coordenada pelo presidente da Associação do Tabajaras, na quadra inaugurada pelo estado.

#### 6. RELATOS DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES DAS FAVELAS

As principais queixas nos discursos de meus entrevistados, no que diz respeito às carências do local, são relativas à falta de projetos sociais, de lazer e de educação, principalmente, profissionalizantes. Neste tocante, são frequentes as comparações com outras favelas como a Rocinha e o Santa Marta, nas quais se alega haver grande presença de ONGs e oferta de serviços públicos.

Segundo a fala de uma entrevistada, Tabajaras e Cabritos “não são comunidades miseráveis, mas carentes”, necessitando, assim, de investimentos para a integração com o bairro e com a cidade para que possam ter condições de acesso a bens e serviços em pé de igualdade com o restante dos moradores do bairro. Há ainda relatos sobre a ausência de serviços direcionados para as favelas, como planos específicos de acesso à TV a cabo, tarifas diferenciadas de luz e inter-

net, como mencionei anteriormente.

Tais carências são tratadas sempre diante da observação de que a UPP não trouxe essas melhorias, ao contrário das expectativas dos moradores com relação aos benefícios possíveis da implantação dessa política. Neste sentido, afirma a diretora de uma creche: “Não tem serviços novos na comunidade. É muito recente. Não teve aquele impacto que teve na primeira UPP.”

Com relação às questões de abastecimento, a falta d’água é um problema que se acentua no verão.

No campo da Educação, há queixas quanto à ausência de uma escola de ensino fundamental e médio que atenda às favelas.

O transporte é uma questão que afeta o acesso a outros serviços, como a Educação. A diretora da creche pontua em sua fala que “a maioria [das pessoas] não tem condição de descer de Kombi. Desce a pé e sobe a pé. E algumas crianças [por conta disso] não vão para a escola. E os pais nunca vão à escola quando é longe.”

A iluminação pública também é precária. Moradores com quem conversei afirmaram que cerca de 40% das luzes não funcionam. A Rio Luz, entretanto, já possui um projeto para a favela que visa minimizar esse problema.

Outra questão delicada que as favelas têm enfrentado é a remoção dos moradores do morro dos Tabajaras que residem na parte próxima ao cemitério São João Batista, conhecida por “Estradinha”. O relato do presidente da Associação dos Tabajaras demonstra algumas das críticas dos moradores a este processo:

*Da prefeitura não tenho nada, não tenho projetos, não tenho Comlurb eficiente, não tenho Rio Luz eficiente, não tenho nada. Tenho um laudo dizendo que aqui tem área de risco. Trouxeram um laudo da Geo-Rio, um laudo mentiroso de um órgão tão respeitado quanto a Geo-Rio (...). Então existe um laudo que condena a nossa comunidade, um laudo mentiroso, e o prefeito vem fazendo remoção. Isso também só acontece por causa da pacificação, porque o prefeito só atua com a força que tem, por causa da pacificação. É uma comunidade controlada pelo Estado e então a Prefeitura acompanha o Estado para isso.*

O processo de remoções, segundo ele, também tem aumentado o valor dos imóveis em áreas que não serão removidas. As pessoas removidas estão com suas indenizações procurando casas para morar e isso gera uma expectativa de venda

com o valor inflacionado. A própria “pacificação”, além disso, já produziu um aumento dos preços de aluguéis e preços de compra e venda. Um comerciante afirmou pagar R\$600 pelo aluguel de um apartamento de quarto e sala no Cabritos.

## 7. O QUE É ESPECÍFICO DOS TABAJARAS / CABRITOS

Segundo o discurso de alguns moradores, Tabajaras e Cabritos “são comunidades que não têm vida própria”, já que só possuem um pequeno mercado de itens alimentícios e variados, não têm farmácia, açougue, padaria ou quaisquer outros tipos de comércio, a não ser bares. Os moradores dessas favelas estariam pressionados, dessa forma, a usufruir de serviços e condições de consumo do mesmo patamar de valor dos que são oferecidos para o restante do bairro de Copacabana, logo, além das condições de poder de compra e de consumo de seus moradores.

A ausência de iniciativas do poder público também é um dos aspectos mobilizados nos discursos como uma especificidade. Segundo uma moradora:

*Tabajaras é um morro esquecido por Deus. Todo mundo faz projeto, faz coisa no Cantagalo, faz coisa no Vidigal, faz coisa na Rocinha, você já reparou? Tem tudo. Parece que o Tabajaras não existe. É impressionante isso! Nunca consegui entender. (...) As pessoas dos órgãos públicos dão impressão de que o Tabajaras não existe, que é um morro chique, mas é um morro como outro qualquer, com as mesmas dificuldades. Eles não consideram aqui como favela, por isso os projetos não vêm para cá. Como lá a internet foi para o Santa Marta, mas aqui não vem, porque acham que aqui é elite.*

Esse aspecto conjuga a característica da falta de presença do poder público com a percepção distorcida de que os morros dos Tabajaras e dos Cabritos usufruem de modo harmônico de continuidades sociais e financeiras com o restante do bairro de Copacabana.

Essa integração desfavorável é retomada por um morador na seguinte fala:

*A nível de mercado a gente compra no mesmo mercado que o rico compra. Então, automaticamente, a gente tem que pagar o mesmo imposto do rico. Porque a gente mora na comunidade e*

*não tem direito a um quilo de feijão mais barato, agora se burla um gato de água, um gato de luz, não se paga IPTU, se a gente faz isso é porque a própria prefeitura e o Estado nos permitiu viver assim por décadas.*

## 8. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: EXPECTATIVAS E RECEIOS SOBRE O PROJETO DA UPP

### 8.1. A PARTIR DO OLHAR DO MORADOR

A visão dos moradores com relação às expectativas dirigidas às UPPs diz respeito à demanda pela entrada de projetos e ações tanto do poder público como do setor privado. A saída do tráfico, ainda que tenha produzido o efeito positivo de interrupção dos combates violentos, ainda não apresentou a contrapartida esperada. O seguinte trecho do depoimento de um morador expressa esse aspecto: “Vivemos décadas e décadas com a imposição do terror, do medo. Com a pacificação acredita-se que iam ter melhorias, novos projetos. Até porque é a propaganda do governo, mas não aconteceu (...). Da proposta do governo só chegou a UPP”.

Ele completa essa afirmação no seguinte trecho de sua fala: “É claro que o temor não é bom, você viver sobre a imposição do medo não é bom, mas o Estado tem que mostrar presença”.

Há, ainda, expectativas de que a UPP traga projetos que possam absorver a mão de obra de jovens antes envolvidos com o tráfico. A expansão das UPPs para outras áreas seria também uma expectativa de que o tráfico não volte a se expandir.

O relato de um morador traduz este lote de expectativas:

*Os jovens iam para o tráfico porque a oportunidade faz o ladrão. (...) Hoje, aquela pessoa que vivia do tráfico hoje não vive mais. Eu esbarro com um que lava carro. Eles procuraram fazer alguma coisa. Até que entra a Prefeitura, o Estado, para dar oportunidade. Eles não podem continuar ociosos, porque o tráfico acabou no Tabajaras, mas não acabou em outras comunidades, então eles tendem a ir para lá, tendem a se dispersar. Mas se você ingressar este jovem no trabalho, colocar curso profissionalizante, dar oportunidade para eles trabalharem, de repente cobrar um pouco menos, até porque é o primeiro emprego destes jovens. Alguns que já passaram pelo sistema carcerário, tem que dar oportunidade.*

O receio mais frequente, como já foi mencionado em outros trechos deste relatório, é o do fim da UPP, ou seu enfraquecimento, como registra um morador entrevistado: “Eu imagino que se o Sergio Cabral não for eleito, com a perda dos royalties do petróleo, isso aqui se torne um GPAE da vida, que era um projeto do governo que caiu no esquecimento”.

### 8.2. A PARTIR DO OLHAR DO POLICIAL

De maneira geral, as expectativas dos policiais é que realmente saiam todos os traficantes dos morros e que o Estado entre com outras políticas que ampliem as possibilidades de resultado de seu trabalho.

Além disso, há uma espera pela ampliação da infraestrutura que abriga a UPP Tabajaras / Cabritos, não sendo mais necessário, por exemplo utilizar as instalações em containers.

Outro aspecto esperado pelos policiais é a ampliação da integração com a favela, que é dificultada, segundo eles, pelo medo da população dos traficantes que ainda estão nos morros. Esta expectativa ocorre com o reconhecimento de que é um projeto gradativo, como avalia um policial entrevistado:

*Aos poucos vai acontecendo, porque até a comunidade começar a ver o trabalho da UPP leva tempo. Querendo ou não ainda tem aquela população que é favorável ao tráfico quando o tráfico trazia “benefícios” para eles. Então não aceitam bem. Mas aos poucos eles vão vendo que a gente está aqui para ajudar, para melhorar, para começar a implantar serviços de segurança, para a comunidade ter mais segurança, para acabar com homens andando armados na comunidade, tiros a esmo que poderiam tirar a vida deles.*

Este processo também já acumula experiências de mudança, como nota o policial na seguinte fala: “Toda mudança é difícil de fazer. Quando começamos a mudar o serviço da Kombi e do mototáxi teve resistência (...). Tinham pessoas que trabalhavam nestes serviços que prestavam serviço ao tráfico”.

Outra expectativa presente nos horizontes dos policiais que operam a implementação da UPP é que ela tenha impacto sobre a própria mentalidade e conduta do policial, que tem que adquirir uma capacidade de diálogo maior e



uma relação mais equilibrada e pacífica com a favela. Esta expectativa ocorre juntamente com o reconhecimento de que esse é um processo em marcha, indicado, principalmente, pela formação diferenciada a qual tem acesso o profissional que vai atuar nas UPPs.

Os policiais manifestam, ainda, a vontade de que o projeto das UPPs seja levado para o todo o estado do Rio de Janeiro, impedindo a formação de nichos ou bolsões de violência relativa ao narcotráfico, bem como a interiorização desse tipo de violência.

A UPP é encarada do ponto de vista da necessidade de sua universalidade, conforme descrito na seguinte fala de um policial:

*Mas que não seja só para uma área ou outra, para benefício de grupo A ou de grupo B, seja para benefício de todos os grupos e todos os cidadãos, tanto para quem mora na Baixada quanto para quem mora na zona sul, na zona oeste ou no norte fluminense. (...) Eles tinham que implantar em todo estado do Rio de Janeiro, porque o tráfico não está só na comunidade, está em todo lugar, está no asfalto, na baixada. Porque se não fizer isso, futuramente a baixada vai estar modificada, porque o tráfico vai pra lá. Eles têm que ir para algum lugar. O traficante que é expulso da UPP não vai colocar uma mochilinha nas costas e ir trabalhar, enfrentar trem, condução, ele vai procurar um outro local para continuar o que fazia. Então o que tá havendo é uma migração. O que era a ladeira aqui vai estar em outro lugar do Rio de Janeiro. A orla vai ficar limpa? Vai, mas se for lá para Macaé, Campos, vai estar o que era aqui.*

Os receios convergem com aqueles dos moradores: o de que a UPP seja uma política provisória. Como no seguinte trecho do discurso de um policial:

*A política do governo é provisória, ninguém quer continuar o trabalho do outro governo. Todos querem implantar a sua medida e não a medida dos outros. Isso não só na segurança, mas na saúde, na educação também. Se você lembrar nós tínhamos aqui no Rio de Janeiro a aprovação automática, que hoje não temos mais. Foi cortada, por quê? Porque cada um quer implantar a sua medida. Hoje temos a UPP, está funcionando? Está funcionando, mas será que se outro governo entrar vai continuar a implantação da*

*UPP? Esse que é o problema.*

Há posições mais ou menos confiantes com a longevidade do projeto, mas, em todos os casos, a possibilidade de descontinuidade é um cenário que causa receio. No entanto, um soldado afirmou que a UPP é um projeto que veio para ficar e da forma como o projeto está configurado será difícil um outro governo encerrar a política.

### 8.3. O ANTES E O DEPOIS DA MUDANÇA DO CAPITÃO

Especificamente no período em que estive em campo, houve uma grande mudança na integração das favelas com os policiais representada pela saída da Capitão que comandava a Unidade. Ela foi retratada como uma pessoa muito autoritária e pouco aberta ao diálogo com os moradores. A entrada do novo Capitão, de acordo com relatos que obtive, representou um avanço na abertura de canais de diálogo e no processo de integração das favelas com os policiais. Este avanço tem como principal indicador a realização do baile funk, referido no início deste relatório, e que pode representar um passo a ser adotado em outras UPPs.

O baile foi resultado de um processo mais pautado pelo diálogo, fruto de uma maior integração dos moradores e policiais. O novo Capitão, ciente das demandas das favelas, promoveu uma votação na quadra “Vila Rica” onde todos tiveram voz e oportunidade de votar ou aprovar a volta dos bailes funk. A maioria decidiu a favor do baile.

O baile foi organizado pela Apafunk (Associação dos Profissionais e Amigos do Funk) e contou com a participação do MC Leonardo. Além da participação dos moradores, a festa atraiu muitos “olhares de fora”: jornalistas, curiosos, moradores de outras favelas e funcionários do poder público preencheram a quadra. Embora o clima no início do baile fosse de apreensão, segundo o relato de um policial que se declarou contra o baile, a festa transcorreu tranquilamente sem nenhum incidente. O receio dos policiais dizia respeito ao recente episódio ocorrido em São Conrado (confronto entre policiais e traficantes que tinham ido ao baile funk no Vidigal). O presidente da Associação dos Moradores do Cabritos também demonstrou receio de que o baile não tivesse sucesso, mas em uma conversa por telefone, no dia seguinte ao baile, ele falou da alegria com a ótima repercussão na mídia.



**FAPERJ**

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro





Realização



**FAPERJ**

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



Rua do Russel, 76, 5º andar, Glória,  
CEP 22210-010 | T. 21 2555 3782  
F. 21 2558 3764 | iser@iser.org.br |  
www.iser.org.br